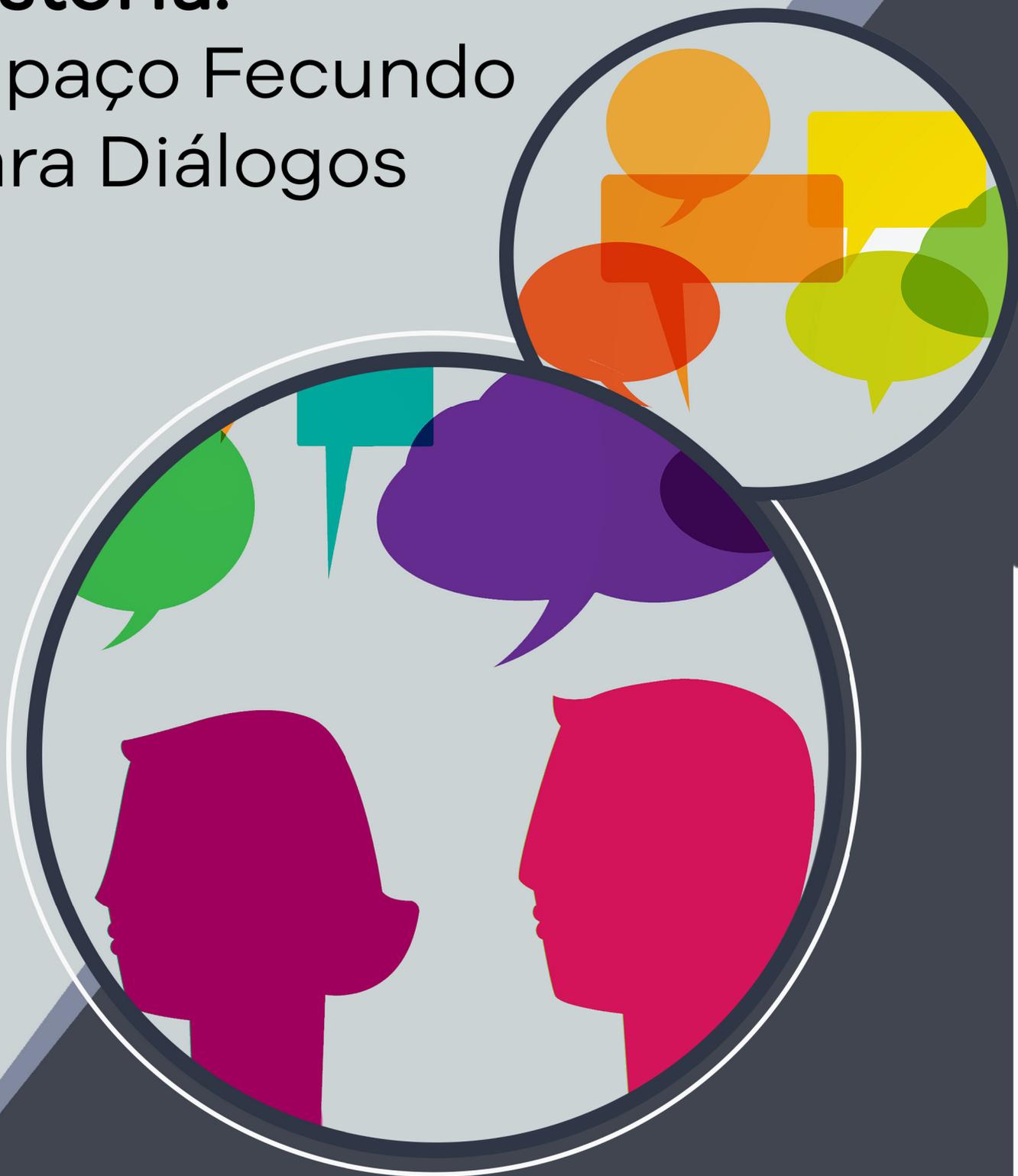


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO

Jaqueline Berdian de Oliveira

Administradora pela Universidade Regional Integrada Campos de Erechim (URI) e aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração Universidade Passo Fundo - 176217@upf.br

André da Silva Pereira

Doutor Economia UFRGS.
Professor do PPGAdm/UPF

RESUMO: O objetivo deste ensaio é estimular o pensamento crítico nos estudos organizacionais sob a perspectiva decolonial. O compromisso instigante em desenvolver estudos com viés decolonial se sustenta no propósito de romper com as formas metodológicas tradicionais, principalmente aquelas de direção positivista funcionalista. Defende-se aqui a oposição ao projeto de exploração, dominação e colonização dos povos não situados no Ocidente e na América do Norte. Apesar da independência formalizada dos países ditos periféricos a colonialidade permaneceu e segue disfarçada até hoje. Além das consequências políticas, econômicas, sociais e culturais da colonização que ainda persistem nos continentes colonizados, verifica-se igualmente, consequências epistemológicas na forma como o terceiro mundo é representado no campo científico. A colonialidade persiste e reproduz sua dominação nas dimensões do poder, do ser, do saber e da natureza, formando

a matriz colonial do poder entrelaçada pelos controles da economia e autoridade, do gênero e sexualidade, da subjetividade e conhecimento, da natureza e recursos naturais. Este ensaio reforça a indispensabilidade de se fortalecer uma educação superior e espaços de ensino e aprendizagem que se materializem em processos de interação e vivências formativas calcadas na realidade dos envolvidos e que permitam o desenvolvimento de experiências indispensáveis ao exercício ativo e reflexivo da cidadania. Almeja-se o ensino de estudos organizacionais que não afaste a diversidade da cultura, os costumes dos povos, a identidade das raças, e que potencialize a capacidade de transformação do ser humano esculpido pela cidadania democrática, pelo pensamento crítico, pela capacidade criativa. Só assim garantir-se-á um futuro que não repita um passado marcado pela injustiça social, subordinação epistêmica, dependência econômica e degradação da história dos povos colonizados.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade Epistêmica; Estudos Organizacionais; Giro Decolonial; Pensamento Crítico; Eurocentrismo.

1 | INTRODUÇÃO

A colonialidade é um dos elementos fundantes do pensamento decolonial que

se assenta no debate sobre como as estruturas de poder e dominação dos países centrais se enraizaram sobre os periféricos, mesmo após o fim das relações políticas de soberania caracterizada pelo predomínio do colonizador sobre o colonizado. Os processos de independência política das colônias não livraram as sociedades dominadas do controle direto, explícito, cultural, social, econômico e epistêmico das sociedades dominantes.

A colonialidade epistêmica é entendida como a imposição de conhecimentos produzidos a partir de outra realidade e que se sobrepõe às práticas e conhecimentos locais, terminando por provocar a subalternização destes (IBARRA-COLADO, 2006; MIGNOLO, 2011).

Nesta perspectiva, desenvolvimento e subdesenvolvimento, oriente e ocidente, centro e periferia são constructos de uma tradição intelectual que tem como substrato o contexto histórico no qual a Europa se consolida como modelo de sociedade hegemônica. O eurocentrismo opera um tipo de “racismo epistêmico” que segrega e dispensa o conhecimento produzido fora de suas fronteiras sob o argumento de ele ser particularístico, incapaz de alcançar a universalidade (MIGNOLO, 2002). Para as teorias clássicas, advindas da epistemologia hegemônica, os grupos dos países denominados periféricos não detêm uma consciência de classe, uma linguagem específica capaz de expressar e fazer valer seus interesses e, portanto, não se encontram de acordo com a lógica institucional secular da modernidade ocidental (CHAKRABARTY, 2000).

É no suporte dos conceitos advindos da teoria crítica decolonial localizada no âmbito das teorias pós-coloniais que prevalece a epistemologia que possibilita o ir para além do saber pautado e convencionado pelo eurocentrismo, o pensar o conhecimento como meio de transformação do mundo global hegemônico em busca de outros conhecimentos que reflitam o diverso, os saberes das sociedades não europeias portadoras de outros repertórios, detentoras das suas próprias histórias e conscientes das suas responsabilidades e das atribuições coletivas (MIGNOLO, 2014).

Debruçar-se na perspectiva decolonial é reforçar o ímpeto da luta pela justiça social e pela emancipação dos povos colonizados. É neste horizonte que se percebe a importância do empoderar a sociedade para o entendimento e a visão do que não é visível para tantas pessoas. São catastróficos os quadros social, cultural e econômico apresentados por muitos países sul-americanos, africanos e de outros países que sofrem com o atual padrão de poder mundial delineado pela falta de legitimação dos Estados, pelos fatores de desordens sociais e econômicas, pela exploração, escravidão e servidão, pelas disfunções na gestão pública e que, conseqüentemente, estão a exigir o repensar dos estudos organizacionais, da ruptura da forte influência Euro-Norte-Americana que impede teorizações apropriadas em consonância à realidade destes povos oprimidos.

A perspectiva decolonial não desconsidera referenciais hegemônicos, mas

também não perde de vista o contexto onde as questões reais são problematizadas. Fomentar as agendas de pesquisas, contextualizar experiências entre pesquisadores, cientistas e intelectuais dos países oprimidos, projetar novas formas de intervenção para promoção da participação popular tornam-se proposições de debate e caminhos a serem percorridos. Delineado o contexto, quais serão as alternativas a se percorrer? Como se pode produzir outro tipo de conhecimento com as metodologias convencionais? Como realizar pesquisas decoloniais em face da preponderância de abordagens eurocêntricas? É possível cultivar a consciência e práticas críticas em relação às realidades locais das regiões colonizadas? Como afastar esta condição alienada perpetuada pelo poder hegemônico da ciência? Estas e outras questões trazem à tona a inquietação que o tema decolonialidade suscita.

Neste percurso reflexivo este trabalho está organizado em três sessões, começando por esta introdução, seguida de referencial teórico que articula a conjuntura na construção do pensamento decolonial, a decolonialidade do pensamento e os estudos organizacionais, a importância do ensino superior nesta trajetória e, por fim, as considerações finais do estudo. Várias questões, inúmeros cenários, multiplicidade de formas, subjetividade, pensamento crítico, tempo e perseverança, e em meio a esta construção de espaços e agendas de estudos no campo das teorias organizacionais este estudo eminente no seu propósito reflexivo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Hasta que los leones tengan sus propios historiadores,
las historias de cacería seguirán
glorificando al cazador.
Proverbio africano

Decolonialidade: Perspectiva Histórica

Colonialidade é um neologismo criado para designar a dominação de poder (QUIJANO, 2000), do ser e do conhecimento que persiste mesmo após a eliminação da dominação política do colonialismo. Segundo Mignolo (2011), a colonialidade é o lado mais escuro e inseparável da modernidade (eurocêntrica), e que é negado pela mesma.

A construção do imaginário do mundo moderno/colonial teve como conceito básico o tempo, que serviu ainda como “um instrumento para controlar o conhecimento e promover uma visão da sociedade baseada no progresso e desenvolvimento” (MIGNOLO, 2011).

A modernidade, construída a partir da cronologia da própria modernidade europeia, elimina a primeira modernidade comandada por Espanha e Portugal apagando, assim, cento e cinquenta anos da história de espoliação da América Latina e reescrevendo a cartografia (geografia) a partir de uma outra cronologia: “a América

Latina, não menos do que qualquer outro significador geopolítico, é sempre o detrito de regimes de temporalização e espacialização que traçam os mapas da história mundial” (MENDIETA, 2008, p. 187).

Para se entender melhor a relação modernidade e colonialidade é preciso atentar-se ao fato de que ambas são partes inseparáveis do mesmo fenômeno e surgem simultaneamente com a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo em 1492, ao passo que a modernidade, como proposto pela autodatação da modernidade europeia, teria começado somente nos séculos XVII/XVIII e seria um fenômeno uno (DUSSEL, 1993). Assim, é neste encontro entre modernidade e colonialidade que surgem a diferença colonial e a diferença imperial (MIGNOLO, 2011), ou seja, a partir do encontro entre o lado externo e o interno da borda (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006).

Apesar de Mignolo e Tlostanova (2006) afirmarem que o pensamento de fronteira representa o método descolonial de fazer pesquisa, este é um conceito que ainda se encontra pouco desenvolvido. Segundo Faria (2013, p. 283-4) podemos dizer que:

O conceito de pensamento da margem desafia a ideia eurocêntrica de que o ‘pensamento’ é deslocalizado. É baseado no argumento de que o pensamento é inevitavelmente localizado. O pensamento da margem se origina da diferença imperial/colonial de poder na formação de subjetividades, como uma resposta à violência da epistemologia imperial/territorial e da retórica da modernidade/globalização eurocêntrica da salvação.

No pensamento pós-colonial a colonialidade seria a face oculta da modernidade, que surge do sentimento de inferioridade imposto nos seres humanos que não se encaixam no modelo eurocêntrico. E nesse sentido a escravidão, o genocídio e a exploração também são parte da modernidade, estão na face da colonialidade. O projeto pós-colonial, ao adotar essa noção de colonialidade, sugere uma mudança de posicionamento diante da história, deixando de pensar a modernidade como um objetivo e vendo-a como uma construção europeia da história a favor dos interesses da Europa (MIGNOLO, 2007).

Um outro ponto pertinente para se ter a visão histórica dos fatos que abarca o movimento colonialidade/modernidade diz respeito aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Após a 2ª Guerra Mundial estes conceitos ocuparam o lugar na retórica da modernidade que era desempenhado antes pelo progresso no século XIX (MIGNOLO, 2011), e os Estados Unidos assumem o lugar de centro espaço temporal como sucessores da Europa. Subdesenvolvimento e Terceiro Mundo são conceitos que não existiam antes da 2ª Guerra Mundial.

Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram criados para reorganizar as diferenças coloniais temporais e espaciais: “ao categorizar o mundo subdesenvolvido tanto como atrás no *tempo* tanto como longe no *espaço*, o subdesenvolvido e o Terceiro Mundo tornaram-se indistinguíveis” (MIGNOLO, 2007,

p. 473).

Esta retórica foi complementada, durante a Guerra Fria, pela classificação de localizações geo-históricas de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos (MIGNOLO, 2007). Modernidade, progresso e desenvolvimento não podem ser concebidos sem uma concepção linear de tempo definindo um ponto de chegada (MIGNOLO, 2011).

Nesta construção histórica produzida pelos países eurocentristas à sombra dos estudos decoloniais busca-se romper com estratégias de controle teóricos e epistêmicos adotados e legitimados pela modernidade oferecendo novas formas de compreensão da realidade social totalizante, por meio de outras formas de enunciação particulares, possíveis e múltiplas de desenvolvimento. (ESCOBAR, 2008).

O decolonialismo conceituado por Mignolo (2011) são as atitudes, projetos, objetivos e esforços para o desligamento das promessas de modernidade e as condições desumanas criadas pelo colonialismo, sendo necessário o desligamento da base teológica e das fundações europeias para a epistemologia e a hermenêutica.

Finalizando esta exposição preliminar de fatos históricos pode-se entender a importância do tema decolonialidade e a relevância de reflexividade sobre o mesmo. Alguns pontos relevantes para auxiliar na reflexão e análise crítica do assunto serão discorridos a seguir.

O Giro Decolonial: Decolonizando o Pensamento

A crítica ao eurocentrismo teórico das ciências sociais ganha no projeto do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade a sua configuração mais recente. Tal associação começou a se constituir em 1998, após o desmembramento do Grupo de Estudos Subalternos, formado em 1992, que havia tentado, pela primeira vez, organizar um debate interdisciplinar acerca da historiografia e das perspectivas subalternas latino-americanas. Escorado em cânones ocidentais do pós-estruturalismo e pós-modernismo – Foucault e Derrida – o grupo recém-formado dividiu-se entre aqueles que consideravam a subalternidade como parte ou continuidade dessas abordagens e aqueles que reivindicavam maior radicalidade da crítica anti-eurocêntrica e, por conseguinte, uma ruptura com o esquema epistêmico ocidental. (GROSFOGUEL, 2008, p.116).

Devido às divergências teóricas, o grupo se decompôs, dando origem ao projeto da decolonialidade. O giro decolonial defendido por Quijano é um movimento indissociavelmente teórico, ético e político, questiona as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos no que diz respeito às ciências sociais. Oriundos da América Latina e instalados nas universidades dos Estados Unidos, estudiosos como os já citados “*Walter Mignolo e Aníbal Quijano assumem o desafio epistemológico do giro decolonial que exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical a crítica realizada à modernidade eurocêntrica setentrional*” Ribeiro (2014, p.72).

O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: a crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo (MIGNOLO, 2003).

O pensamento decolonial “tem como razão de ser e objetivo, a decolonialidade do poder” (MIGNOLO, 2007, p. 30) e, para isso, é premente “a descolonização epistemológica, a fim de dar um largo passo em direção a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade.” (QUIJANO, 1992, p.447).

É necessário compreender ainda, que “a pluriversalidade transmoderna transcende a modernidade eurocêntrica ao não propor a substituição desta por outra modernidade, mas, sim, a construção de um mundo em que diversos mundos e conhecimentos podem coexistir.” (FARIA e WANDERLEI, 2013, p. 572). A colonialidade reproduz a dominação em quatro dimensões: poder, ser, saber (QUIJANO 2000) e natureza (WALSH, 2007), formando, assim, a matriz da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

Assim, o conceito de colonialidade do poder – as relações de colonialidade nas esferas política e econômica que não se extinguíram com o colonialismo – foi estendido para outros âmbitos, formando a matriz colonial do poder, ou seja, o entrelaçamento entre o controle da economia; da autoridade; do gênero e da sexualidade; da subjetividade; do conhecimento e da natureza e dos recursos naturais (MIGNOLO, 2010).

Para Mignolo (2011) devemos mobilizar a geopolítica do conhecimento a fim de mudar o foco daquilo que é enunciado para a enunciação; para tanto, devemos nos perguntar “quem e quando, por que e onde o conhecimento é gerado” (MIGNOLO, 2009, p. 4). Estes conceitos são fundamentais para que se possa promover a descolonialidade, a fim de que possam ser desvelados conhecimentos que ficaram subalternizados pela imposição da colonialidade epistêmica (IBARRA-COLADO, 2006).

O que dizer da trama de dominação colonial pela qual passou os indígenas no Brasil que tiveram suas identidades corroídas e suas autoestimas esfaceladas, onde a classificação dos indígenas beirava o quase-humanos (não como humanos!), ou seja, passíveis, por sua própria natureza “selvagem e inferior”, de serem dominados pelos europeus. O direito da Europa em exigir desses povos indígenas a subserviência política aos reis de suas coroas; de submeter esses nativos à conversão cristã, ou à religião oficial do Estado Espanhol-Português, o direito de punir práticas tradicionais e costumeiras dos nativos, impondo uma hierarquização moral do europeu sobre os índios.

E neste ponto fica oportuno se fazer um paralelo com o contexto brasileiro no que se refere às produções científicas na área das ciências sociais aplicadas.

Diversos autores nacionais apontam que a literatura em administração e estudos organizacionais segue uma lógica construída a partir de outras realidades e que são acriticamente adotados pela academia local. Para Bertero (2009, p. 4) “não resta dúvida de que a administração chega ao Brasil em um momento de expansão da influência norte-americana, seja diretamente, seja pela capacidade norte-americana de influenciar, às vezes decisivamente, organismos internacionais”. O mesmo parece se refletir nas agendas de pesquisa que são importadas acriticamente e espelham “anistoricamente a reflexão teórica que se faz nos países cêntricos” (MARTINS; MUNTEAL, 2012).

A intelectualidade brasileira, talvez seja uma das mais infectada pela relação colonial, e por conta dessa chaga que afeta justamente o núcleo pensante de nossa nação, é tão difícil mudanças estruturais, em um sentido decolonial, em nosso país. Já em 1957 Guerreiro Ramos condenava a “sociologia enlatada” e reclamava a “redução sociológica”, em razão ao fato (ainda não superado hoje) da elite intelectual brasileira sentir-se um “cachorro vira-lata” na ciência e na filosofia mundial, adotando, com espírito de reverência, tudo o que é nitidamente eurocêntrico, como podemos nós acusar o povo de ser um “colonizado feliz”?

Estudos Decoloniais e Teorias Organizacionais

Estudos Organizacionais (EO) *“limitaram-se a teorias tradicionais e métodos retirados do Centro, a fim de replicar suas descobertas”* (IBARRA-COLADO, 2006, p. 470). A realidade de América Latina requer outras visões de mundo que sejam capazes de lidar com as crises da modernidade, levando em consideração os conhecimentos e experiências das populações locais tradicionais.

Bourdieu resume muito bem a perspectiva do colonialismo quando utiliza a noção de capital do marxismo como relação social e a ideia de que a posse de capital econômico provê poder sobre os que não têm. Todavia, Bourdieu expande essa noção a outras formas de riqueza, empregando conceitos como os de capital cultural e intelectual, entre outros (BOURDIEU, 2003a; BOURDIEU, 2003b).

Ibarra-Colado (2006) identifica a presença de um conjunto de mecanismos que busca, sobretudo, marginalizar o conhecimento produzido na região, restando ao pesquisador subalterno resistir ou se sujeitar às regras impostas pelos países anglófonos, pois “para pertencer à ‘comunidade internacional’, deve falar a língua do Centro, usar seus conceitos, discutir suas agendas e estar em conformidade com o estereótipo do ‘sul imperfeito’, mantendo um ‘silêncio educado’ sobre as causas reais de seus problemas”.

O sistema científico dominante impede a compreensão do mundo periférico a partir de realidades próprias e fundamentadas em “epistemes” desenvolvidas a partir de geo-histórias específicas e interconectadas cuja contribuição continua sendo sistematicamente negada pela geopolítica do conhecimento da modernidade (WALSH, 2007).

Paulo Freire indica que toda dominação implica uma invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como fosse o amigo que ajuda. No fundo, invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente o invadido. Invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente, ou invasão implícita na dominação de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade (Freire, 2005, p. 173-174).

A opção decolonial não é apenas “uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de estudo, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer” (MIGNOLO, 2014, p.44). Isto quer dizer que é uma forma de, “viver e conviver com aqueles que acham que a opção decolonial é a deles e com aqueles que tem encontrado opções paralelas e complementárias à decolonial” (MIGNOLO, 2014, p. 44).

Portanto, é imprescindível assumir a necessidade de romper com a colonialidade epistêmica, uma vez que, conforme salientam Abdalla e Faria “a *opção decolonial é concebida não apenas por um conceito ou por uma definição, mas principalmente, por ação e engajamento. Estes requerem desobediência para desafiar a colonialidade do conhecimento imposta há mais de cinco séculos pela modernidade eurocêntrica universalista, em detrimento da transmodernidade pluriversal*” (ABDALLA e FARIA, 2015).

Neste sentido, segundo Borsani e Quintero (2014, p.17) a decolonialidade “inquieta e desassossega. Convida a práticas desobedientes, a desprendimentos e a indisciplinas, a dar um giro, a virar a hegemonia ocidental e imperial que impôs uma ordem mundial à custa dos interesses de domínio e opressão”.

O Papel da Universidade no Contexto Decolonial

O que mais respalda a bandeira do decolonialismo no ensino brasileiro é o projeto pedagógico de Freire que visa à formação de uma percepção crítica da realidade opressora pelos educandos e a problematização de temas antes não questionados e de situações e condições antes assimiladas como naturais: “a análise crítica de uma dimensão significativa existencial possibilita aos indivíduos uma nova postura, também crítica, em face das situações-limites” (Freire, 2005, p. 112).

Como base conceitual, a teoria crítica rejeita o determinismo, o idealismo e o positivismo; como plataforma política, luta contra a opressão, a exclusão social e a herança colonial. Um dos predicados básicos dessa teoria aplicada ao campo da educação é a recusa da tese da neutralidade política do conhecimento, das instituições de ensino-aprendizagem e das práticas educativas.

Nesse aspecto (FREIRE, 1997) afirma que “não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis.” Essa perspectiva das práticas educativas, inevitavelmente, revela uma contradição política de base: a educação pode

assumir uma direção excludente, alienante, individualista, reprodutora do sistema hegemônico (numa palavra: elitista) ou, ao contrário, uma orientação democrática, libertadora, respeitadora das diversidades e emancipatória (enfim: popular). Esse dilema produz e reproduz modelos de sociedade distintos e antagônicos.

O papel primeiro de uma universidade que se pretende popular é sua opção descolonial na promoção da democracia cognitiva (QUIJANO, 2009; MIGNOLO, 2008). Boaventura de Sousa Santos (2008) assinala que a democracia implica não somente participação política, mas apropriação e compreensão dos saberes necessários à participação consciente dos sujeitos em todos os aspectos da vida social. Considera ainda que, além da formação de profissionais críticos, a missão de uma universidade renovada em suas práticas políticas e pedagógicas se estende ao desenvolvimento de competências transformadoras, superando a segregação de sujeitos e a compartimentalização do conhecimento. (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008).

A educação superior assume o papel de transformação social quando promove a descolonização das mentes, das consciências e das práticas educacionais e sociais, quando contribui para a reversão das injustiças, das desigualdades.

Neste momento cabe uma reflexão quanto à violência da metodologia “disciplinada” que se naturaliza e manifesta quando se segue um protocolo sequencial de ações para atingir um conhecimento, segundo as “regras do colonizador” (HABER, 2011, p.29).

Estende-se este quadro às exigências dos programas de mestrado e doutorado quanto à elaboração de um projeto de pesquisa em “formato” predeterminado. Esta prática se torna uma imposição violenta daquilo que seria cientificamente recomendável porque desta forma continua-se a perpetuar o positivismo, considerado como “totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2010 p.10).

De acordo com Bourdieu (2002), os que têm a oportunidade de dedicar a vida ao estudo e ao mundo social não podem ficar neutros e indiferentes, presos em uma “torre de marfim”, longe das lutas, identificados erroneamente como a objetividade científica, sobretudo quando o resultado dessa será o futuro do nosso mundo, especialmente no caso da globalização, com a “vulgata neoliberal, ortodoxia econômico política tão universalmente imposta e tão unanimemente admitida que parece fora das influências da discussão e contestação”.

Bourdieu convida os pesquisadores a transcenderem a *fronteira sagrada*, para sair resolutamente do microcosmo acadêmico e entrar em interatividade com o mundo exterior. Este convite de Bourdieu só atingirá seu intento com coragem, criticidade, paixão pelas origens. Pensar e problematizar o contexto do Brasil e da América Latina requer o enfrentamento com as concepções que nos foram transmitidas ao longo de todo um processo de formação, dentro de um padrão hegemônico. Será que estamos

dispostos a romper esta barreira?

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade se mantém viva no saber, na cultura, no senso comum, na autoimagem, no cotidiano, no comportamento, nas crenças, nas formas de relação do trabalho, nas formas de pensar (DIAS apud TORRES, 2015).

O decolonial evidencia uma luta contínua que busca incentivar “lugares” de externalidade e construções alternativas que permitam libertar aquilo ou aqueles que foram reprimidos pela colonização (WALSH, 2009; MARTINS, 2012).

O Pensamento Decolonial, como já foi dito, não visa a total negação da “episteme” construída pela hegemonia eurocêntrica. O principal objetivo desse projeto normativo e pluriversalista é apontar máculas, omissões, verdades mal contadas, fraturas e violência da modernidade sobre os ‘outros’ e conhecimentos subalternizados. Nas palavras de Restrepo e Rojas (2010), a inflexão decolonial não faz suas denúncias para reclamar uma posição de verdade absoluta; em suma, seus autores propõem uma *“ética y una política de la pluriversalidad que constituye una apuesta por hacer viables la multiplicidad de conocimientos, formas de ser y de aspiraciones sobre el mundo”* (p.21).

O projeto decolonial reconhece a dominação colonial nas margens/ fronteiras externas dos impérios (nas Américas, no sudeste da Ásia, no norte da África), bem como reconhece a dominação colonial nas margens/fronteiras internas do império, por exemplo, negro e chicanos nos Estados Unidos, paquistaneses e indianos na Inglaterra, magrebinos na França, negros e indígenas no Brasil.

O principal desafio ético-político-epistemológico trazido pela razão decolonial é a consciência da geopolítica do conhecimento, capaz de inserir uma perspectiva libertadora tanto no campo da teorização quanto na esfera da ação.

É tempo de se deixar impactar por agenda de pesquisas que contemple distintos tópicos, onde fica a experiência negra e indígena tão presentes na sociedade brasileira, por exemplo? O paradigma indígena de pesquisa é uma proposta recente que irrompe nos espaços classicamente destinados à ciência moderna. Diferenciando-se dos espaços de ensino seculares eurocêntricos e tradicionais, ressalta-se a necessidade de atenção e reconhecimento a todos os povos, independente de cor e raça, e a integração de seus saberes no mundo acadêmico universitário segundo os princípios da pluriversalidade.

A proposta de Weise (2010) tipifica uma universidade intercultural que vem ao encontro do sentimento decolonial: acolhem a população de mais de uma origem cultural; integram no currículo saberes de várias origens culturais ou os relacionam; têm um sentido de busca da equidade e remetem ao reconhecimento profundo da diversidade cultural, entendida como visões de mundo, valores, sensibilidades,

marcos de interpretação e de ação.

A perspectiva pós-colonial assinala para a necessidade de dar relevância ao discurso produzido pelos grupos excluídos e oprimidos. Para que nós, pesquisadores, possamos conceber novos objetos de investigação que tragam à tona a nossa realidade teremos que tomar uma distância crítica das formas de classificação e métodos construídos em outros contextos hegemônicos. É fundamental que possamos tomar uma postura de sujeitos críticos para não incorreremos no risco de ofuscar a visão da nossa própria realidade.

Por fim, existe convergência entre o modo de pensar decolonial com a concepção de educação de Paulo Freire. Para Freire o ponto central para superar a “colonização do ser” é a educação libertadora, e essa educação tem algumas características que se opõem à educação “bancária”. Na visão bancária da educação o educador se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educados serão sempre os que não sabem. (Freire, 2005, p. 67). A proposta de superação de uma concepção bancária de educação, na qual o educador se isola em uma torre de marfim, se aproxima da proposta de descolonização epistêmica (Mignolo, 2004), que pressupõe a superação da hierarquia entre os centros produtores e receptores de conhecimento, e a superação da assimetria entre investigadores e investigados. Nesse sentido, o ensino e a produção no campo dos estudos organizacionais e nas ciências deve ser capaz de considerar – em um mesmo nível de relevância e não como hierarquicamente inferior – a episteme de diferentes grupos, historicamente excluídos ou entendidos como não-modernos.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M; FARIA, M. *Em defesa da opção decolonial em administração: rumo à uma concepção de agenda*. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5, 2015, Florianópolis. Anais Florianópolis, Brasil, 2015.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014.

BERTERO, C. *Pesquisa e ensino em administração*. São Paulo: EAESP/FGV, 2009. 115p. (Relatório de pesquisa 11/2009).

BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Título original: Le pouvoir symbolique. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a. 322 p. ISBN 8528699633.

_____. *A Economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003b.

_____. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 98p. ISBN 8575110322.

_____. *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu*. Tradução: André Telles. Título original: Contre-feux: por un mouvement social européen. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a. ISBN 8571106134.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press, 2000.

CORBISIER, R. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1957.

DIAS, Leticia Otero. O feminismo decolonial de Maria Lugones. 8º ENEPED UFGD. 5º EPEX – Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão. UEMS. Janeiro/2015.

DUSSEL, E. 1492. O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, A. *El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo?* In: LANDER, E. (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (2ª ed.). Buenos Aires: Ediciones Circos, 2011.

FARIA, A. *Border thinking in action: Should critical management studies get anything done?* In: MALIN, V.; MURPHY, J.; SILTAOJA, M. (Orgs.). *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 277-308, 2013.

FARIA, A.; WANDERLEY, S.; REIS, Y.; CELANO, A. *Can the Subaltern Teach? Performativity otherwise through anthropophagy*. In: MALIN, V.; MURPHY, J.; SILTAOJA, M. (Orgs.). *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 205-224, 2013

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 47ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005 (1970).

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, “Sérgio. Diálogos sobre o vivido: diálogos entre Sérgio Guimarães e Paulo Freire”. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 23, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 115-147.

HABER, A. F. *Nometodología payanesa*. Notas de metodología indisciplinada. *Revista Chilena de Antropología*, n. 23, 1 Semestre, p. 9-49, 2011.

IBARRA COLADO, E. *Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins*. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 489-508, 2006.

JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1958.

MARTINS, P.E.; MUNTEAL, O. Para não ser mais um palimpsesto. In: Martins, P. E. e Munteal, O. (Orgs.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*, p. 15-17, Rio de Janeiro: Editora PUC Rio e Editora FGV, 2012.

MENDIETA, E. Remapping Latin American Studies: *Postcolonialism, Subaltern Studies, Post-Occidentalism and Globalization Theory*. In: Moraña, M.; Dussel, E.; Jáuregui, A. (Eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*, p. 286-306. Durham & London: Duke University Press. 2008.

MIGNOLO, W. *Herencias coloniales y teorías postcoloniales*. In B. Stephan (Org.) *Cultura y Tercer Mundo*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. 1996.

_____. W. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. *The South Atlantic Quarterly*, n.1, 2002. pp.57-96.

_____. Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. (2004). "Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente. 'Um discurso sobre as Ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, p. 667-709.

_____. W.; Tlostanova, M. Theorizing from the Borders: shifting to Geo- and BodyPolitics of Knowledge. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, 2006. p. 205-221.

_____. W. *Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality*. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, 2007. p. 449-514.

_____. Walter. *Desobediência epistêmica: Opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. W. *Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom*. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.

_____. W. "Cosmopolitanism and the de- -colonial option". *Studies in Philosophy and Education*, 29 (2): 111-127. 2010.

_____. W. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. London: Duke University Press, 2011.

_____. W. *Hacia la cartografía de un nuevo mundo: pensamiento descolonial y desoccidentalización* (entrevista realizada por Francisco Carballo). *Otros Logos*, nº3. December, 2013. P. 237-267.

MIGNOLO, W. Retos decoloniales, hoy, In: BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (Eds.). *Coloniality at large: latinamerican and poscolonial debate*. Durham; London: Duke University Press, 2008.

PEASE, D. US Imperialism: global dominance without colonies. In: H. Schwarz; S. Ray (Eds.) *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell Publishing. 2005.

POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva coronica y buen gobierno*. México: Fondo de Cultura Económica, 3 v., 1980.

QUIJANO, A. "Colonialidad del poder y clasificación social", *Journal of World-System Research*. (2):

342-386. 2000.

_____(1992). "*Colonialidad y modernidad/racionalidad*". En Heraclio Bonilla (comp). Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo.1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RAMOS, GUERREIRO *A Redução Sociológica: Introdução ao estudo da razão Sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB.1958.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, AdeliaMiglievich. Por uma razão decolonial: desafios ético-políticoepistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*.PortoAlegre.v. 14. Nº1. P.66-80. Janabri.2014.

SOUZA, J. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA-FILHO, Naomar. *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S.Um discurso sobre as ciências. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SODRÉ, N. W. (1961) *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB.1961.

SANTIAGO, S. ***Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre dependência cultural***. São Paulo: Perspectiva.1978.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Revista Nómada*, Abril, No. 26, pp. 102-113. 2007.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, sociedade: luchas (des)coloniales en nuestra época*. Quito, Universidad Andina Simon Bolívar e Abya-Yala. 2009.

WEISE, C. Universidade intercultural. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO CANTO GENERAL DE PABLO NERUDA

Gabriel de Souza Fagundes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
gabrieldesouzafagundes@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o estudo das concepções de fronteira contidas ao longo da obra *Canto General*, do escritor chileno Pablo Neruda. As ideias de fronteira expressadas na poética nerudiana compreendem alguns significados, primeiramente relacionados à geografia, porém com outros desdobramentos. A seleção de poemas analisados (13 poemas divididos entre os capítulos IV, V, VIII, IX, XIII e XV) apresenta a fronteira como signo em duas variações presentes nos versos. Dessa forma, história e literatura se entrecruzam para representarem essa posição intermediária, zona de mediações e de limites que é a fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Canto General; História e Literatura; Intertextualidade; Fronteiras;

1 | A FRONTEIRA NOS LIMITES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: UM BREVE PANORAMA

As discussões e representações sobre fronteiras tanto na literatura (enquanto narrativa)

quanto na história (enquanto narrativa e área do conhecimento) são extensas. Sobre as fronteiras e territórios fronteiriços representados na literatura, podemos mencionar alguns exemplos: William Shakespeare – *Trabalhos de amor perdidos* (1598), sobre Navarra –, até o século XX com Sérgio Faraco – *Dançar Tango em Porto Alegre* (1998) –. Do “teatro elisabetano” da Inglaterra do século XVI aos contos da América Latina do século XX, e outros diversos contextos sociais e culturais passados ou futuros, a literatura enquanto fonte e objeto possui muito potencial para o estudo das fronteiras.

Em um panorama historiográfico e das Ciências Sociais de maneira geral, a fronteira se encontra desde obras clássicas do século XIX de autores como Frederick Jackson Turner – *O Significado da Fronteira da História Americana* (1893), a fronteira como o limite de um território a ser conquistado; Domingo Faustino Sarmiento – *Facundo* (1874), a fronteira ideológica e cultural entre a civilização do Estado-nação Argentina e a barbárie dos caudilhos nos pampas argentinos; passando pela segunda metade do século XX que passam a analisar o fenômeno a partir de um enfoque antropológico como Fredrik Barth – *Os grupos étnicos e as suas fronteiras* (1969), os

limites entre os grupos étnicos são definidos pelos contatos entre estes. Atualmente, os debates transdisciplinares sobre fronteiras alcançaram outro patamar e superaram diversas perspectivas etnocêntricas e não-historicizadas, colocando este conceito como portador de diferentes significados.

Como um exemplo interessante desta mudança conceitual, o trabalho de Miguel H. Fernández-Carrión¹ além de trazer uma revisão historiográfica e teórica sobre o seu aspecto territorial, estabelece uma tipologia das fronteiras (**fronteira no tempo** – na Antiguidade, na Era Moderna, na contemporaneidade; **fronteira no espaço** –; **fronteira no tempo e no espaço**; e **fronteira desenvolvida pela conduta humana** – fronteiras culturais, linguísticas, étnicas, religiosas, político-ideológicas, sociais, econômicas e psicológicas).

A fronteira compreendida tanto como o que está diante de mim quanto limites, entre o coletivo e o indivíduo, a análise da poesia nerudiana que se segue põe lado a lado História, Literatura e memória, ao considerar a produção histórica, a produção literária e a trajetória do autor contida em relatos biográficos e autobiográficos. Assim, a presença do autor enquanto intelectual-militante e agente político torna-se mais uma fronteira em relação ao mundo². Preliminarmente e levando em conta as discussões sobre o conceito de fronteira, estabelecemos três significados anteriores à análise dos poemas –podendo variar de acordo com a interpretação dos versos – zona de mediações, limites e trânsitos. De igual maneira, compreendemos o conceito a partir das ideias de espaço e lugar, tanto com uma função objetiva/real de espaços construídos e onde se compreendem experiências humanas no tempo, como uma função subjetiva/virtual, as experiências sensíveis.

1.1 A Fronteira Entre Imagens e Representações: o Canto General de Pablo Neruda

As ideias expressadas e as imagens utilizadas por Neruda ao longo dos capítulos do *Canto* não formam uma visão sistematizada sobre a fronteira por não ter sido extensamente tematizada, e também porque é uma ideia bastante dispersa textualmente (tanto na sua principal acepção *frontera* quanto na sua variante pouco frequente e quase irrelevante *borde*). Pela vastidão da obra, um dos primeiros filtros para o estudo está contido na própria linguagem. Os três primeiros poemas analisados integram o primeiro volume do *Canto General*, no seu capítulo IV – *Los Libertadores* são: *Avanzando en las tierras de Chile*; *Emiliano Zapata con música de Tata Nacho* e *el desierto*.

*Avanzando en las tierras de Chile*³ aborda a questão da fronteira desde as

1 FERNÁNDEZ-CARRIÓN, Miguel H. *Historiografía, Metodología y tipología de fronteras*. Pp.36-47.

2 Idem. *Ibid.* p.34.

3 **Avançando nas terras do Chile**: Espanha entrou até o Sul do Mundo. Prostrados, exploraram a neve os altos espanhóis. O Bío-Bío, grave rio, lhe disse à Espanha << Pare>>; o bosque de maite-nes* cujos fios verdes penduram como tremor de chuva disse à Espanha <<Não siga>>. O cipreste, titã das fronteiras silenciosas disse em um trono a sua palavra. Mas até o fundo da pátria minha, punho e

imagens do rio Bío-Bío, do *alerce* (cipreste-da-Patagônia) e do *maitén* (árvore originária da região do Extremo-Sul do atual território chileno). Enaltecendo primeiramente as fronteiras naturais, a vegetação, a chuva e outros elementos do meio-ambiente como limites ao assentamento humano, há uma preocupação em colocar a fronteira em seus diferentes contextos. Neste caso, a vegetação e o clima da Patagônia são imponentes, mas não suficientes para conterem a invasão, a colonização espanhola do atual Chile e do “Sul do Mundo”. A natureza em sua diversidade e exuberância, de flora e fauna, entre as formações terrestres e oceânicas se mostrou ameaçadora, ao passo de uma “agrupação da pureza”, os colonizadores não conseguiram ter o discernimento entre uma visão paradisíaca ou um temor de uma terra desconhecida.

*A Emiliano Zapata con música de Tata Nacho*⁴ inicia com menções a duas figuras a Emiliano Zapata (1879-1919, líder camponês e revolucionário na Revolução Mexicana) e Ignacio Fernández Esperón⁵ (1894-1968, músico e compositor mexicano que ficou conhecido após a revolução). Os versos concebem o papel de Emiliano em relação a duas canções de Tata Nacho: *La Borrachita* e *Adiós mi chaparrita*.

A Revolução Mexicana no poema *A Emiliano Zapata* é colocada a partir da exclusão social no ambiente do campo (a desolação e a solidão), neste contexto a figura de Zapata aparece como um criador e uma luz (terra e aurora), esse líder

punhal o invasor chegava. Pelo rio Imperial, em cuja orla meu coração amanheceu no trevo, entrava o furacão na manhã. O largo leito das garças ia desde as ilhas pelo mar furioso, cheio como uma taça interminável, entre as margens de cristal sombrio. Em suas orlas eriçava o pólen um tapete de estames turbulentos e desde o mar o ar comovia todas as sílabas da primavera. O avelã da Araucania, levantava fogueiras e cachos por onde a chuva resvalava sobre a agrupação da pureza. Tudo estava enredado de fragrâncias, empapado de luz verde e chuvosa e cada matagal de odor amargo era um ramo profundo do inverno ou uma extraviada formação marinha ainda cheia de oceânico orvalho. Dos barrancos se elevavam torres de pássaros e plumas e um vendaval de solidão sonora, enquanto na molhada intimidade, entre as cabeleiras encrespadas da samambaia, era a topa-topa florescida um rosário de beijos amarelos”. NERUDA, Pablo. *Canto General I*. tradução nossa. *A planta *maitén* é chamada no português de Coração-de-bugre.

4 **A Emiliano Zapata com música de Tata Nacho:** Quando acentuaram as dores na terra, e os espinhos desolados foram a herança dos camponeses, e como passado, as raptoras barbas cerimoniais, e os chicotes, então, flor e fogo galopado... *Borrachita meu vou pela capital*, se encabritou na alba transitória, a terra sacudida de facas, o peão de suas amargas tocas, caiu como um milho descascado sobre a solidão vertiginosa. *A pedir-lhe ao patrão que me mandou chamar* Zapata então foi terra e aurora. Em todo o horizonte aparecia a multidão de sua semente armada. Em um ataque de águas e fronteiras, o férreo manancial de Coahuila, as estelares pedras de Sonora: tudo veio a seu passo adiantado, a sua agrária tormenta de ferraduras. Que se se vá do rancho logo voltará Reparte o pão, a terra: te acompanho. Eu renuncio a minhas pálpebras celestes. Eu, Zapata, me vou com o orvalho das cavalarias matutinas, em um disparo desde os cactos*, até as casas de parede rosada.*fitinhas para teu cabelo não chores por teu Pancho*... A lua dorme sobre as montarias. A morte amontoada e repartida jaz com os soldados de Zapata. O sonho esconde sob os baluartes da pesada noite seu destino, sua incubadora lençol sombrio. A fogueira agrupa o ar desvelado: graxa, suor e pólvora noturna. *Borrachita me vou para esquecer-te*... Pedimos pátria para o humilhado. Tua faca divide o patrimônio e tiros e corcéis amedrontam os castigos, a barba do carrasco. A terra se reparte com um rifle. Não esperes, camponês poeirento, depois de teu suor a luz completa e o céu parcelado em teus joelhos. Levanta-te e galopa com Zapata. Já a quis trazer, disse que não... México, soturna agricultura, amada terra entre os escuros repartida: das espadas do milho saíram ao sol teus centuriões sudados. Da neve do Sul venho a cantar-te. Deixa-me galopar no teu destino e encher de pólvora e arados.

...*Que se haverá de chorar para que voltar?*... NERUDA, Pablo. *Canto General*. Pp.111-113. Tradução nossa.

5 URQUIJO RUIZ, Rita. *Wild Tongues: Transnational Mexican Popular Culture*. p.186.

Tata Nacho até o ano de sua morte, 1968, era presidente da *Sociedad de Autores y Compositores de Música*. <http://micancionero.com/?q=node/23>

camponês de Morelos, a guerra alcança a cavalo o norte (Coahuila e Sonora). O foco do poeta em Zapata está relacionado à imagem da terra, (presente em todos os capítulos do *Canto*). A liderança nortista de Francisco “Pancho” Villa se apresenta também por uma sinédoque substituindo o *Pancho* da canção ‘*Adiós mi chaparrita*’, de Tata Nacho.

*El desierto*⁶, provavelmente apresenta como as grandes “fronteiras areais” o deserto do Atacama, o sal provém da Salina de Atacama, a maior reserva de sal de todo o Chile⁷. A dureza do sol na zona desértica é como o mundo vazio e estéril, mas ao mesmo tempo possui uma pureza cristalina. Assim, este forma um imponente limite natural entre regiões do país, assim como fronteira que avança e se estende entre Chile e Peru (ao norte), Bolívia e Argentina (a oeste com a puna de Atacama).

A reflexão existencial sobre o deserto é relevante no sentido de uma avaliação dos valores e de nossa condição, como as subjetividades se formam frente ao deserto que é o mundo, esta zona árida nos transforma em seres áridos e as fronteiras de areia entre esta e os possíveis oásis. Os ruídos “do sal que geme” são todas as vozes que são ou não ouvidas, e a nudez, a esterilidade das terras da pampa desértica são tanto o vazio no sentido emocional quanto a descrição da geografia cara ao poeta. O deserto em seu vazio, em sua imensidão, “espaço e astro, onde a zona de Tamarugal colhe todo o silêncio perdido no tempo”, forma o espaço, a produção, a sociedade e a cultura do Chile de maneira decisiva, o “peito varonil do mundo” é onde a “planície e a solidão do mundo” se manifestam como fundantes de uma variante da condição humana. O deserto também é a “precisão do teu vazio” desterro, a partida do escritor para o exílio. Esta árida paisagem seria tanto descrição geográfica, sensibilidade do tempo-espaço e experiência biográfica de Neruda⁸.

O poema *El doctor Francia*⁹ refere-se a José Gaspar Rodríguez de Francia

6 “**O deserto:** O duro meio-dia das grandes areias chegou: o mundo está desnudo, largo, estéril, e limpo até as últimas fronteiras areais: escutai o som quebradiço do sal vivo, só nas salinas: o sol rompe seus vidros na extensão vazia agoniza a terra com um seco e afogado ruído do sal que geme. Vem ao circuito do deserto, à alta aérea noite da pampa, ao círculo noturno, espaço e astro, donde a zona de Tamarugal colhe todo o silêncio perdido no tempo. Mil anos de silêncio em uma copa de azul calcário, de distância e lua, lavram a geografia desnuda da noite. Eu te amo, pura terra, como tantas coisas amei contrárias: a flor, a rua, a abundância, o rito. Eu te amo, irmã pura do oceano. Para mim foi difícil esta escola vazia em que não estava o homem, nem o muro, nem a planta para apoiar-me em algo. Estava só. Era planície e solidão da vida. Era este o peito varonil do mundo. E amei o sistema de tua forma reta, a extensa precisão do teu vazio.”. NERUDA, Pablo. *Canto General I*. Pp.119-120.

7 ERRÁZURIZ KÖRNER, Ana María (org.). *Manual de Geografía de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1998. Pp.76-82. O deserto de Atacama é uma formação de relevo localizada no setor norte e na Região setentrional das pampas desérticas e cordilheiras pré-antiplânicas, nos territórios de Arica, Tarapacá, Antofagasta e Atacama. Essa região é mais conhecida como o Norte Grande do Chile.

8 NERUDA, Pablo. *Canto General: Manuscritos Originales*. Pp.14-15.

9 “**O doutor Francia:** O Paraná nas zonas emaranhadas, úmidas de outros rios onde a rede de água, Yabebiri, Acaray, Igurey, joias gêmeas coloridas de quebracho¹, rodeadas pelas espessas copas do copal, transcorre pelos lençóis atlânticos arrastando o delírio do Nazaré roxo, as raízes do curupay² em seu sonho arenoso. Do lodo quente, dos troncos do jacaré devorador, em meio da pestilência silvestre cruzou o doutor Rodríguez de Francia para a poltrona do Paraguai. E viveu entre as rosetas de rosada alvenaria como uma estátua sórdida e cesárea coberta pelos véus da aranha sombria. Solitária grandeza no salão cheio de espelhos, espantalho negro sobre felpa vermelha e ratos assustados na

(1766-1840), advogado, teólogo e Ditador Supremo do Paraguai logo após a sua independência. O governo de Francia (da década de 1810 até 1840 com a sua morte) foi marcado por isolamento em relação a outros países do Rio da Prata e da América de maneira geral. Tal política foi levada a cabo por Francia pela hostilidade de Buenos Aires em relação à independência paraguaia, a desaprovação do império britânico frente à navegação dos rios e à expropriação da Igreja¹⁰. As imagens do “jacaré devorador”, da “solitária grandeza”, do “rei leproso” e outras representam o caráter autocrático e repressor do governo vitalício do Dr. Francia.

A violência evocada – “o homem morto a coronhadas”, o “fuzilado em sua janela”, “amarrado barro e tortura nas fronteiras” – também denota uma ordem de proibição dos paraguaios de viajarem para o exterior, no entanto não significou o isolamento total, ao contrário do que diz o poema e muitas obras da historiografia¹¹. Os versos, tal qual o governo de José Gaspar Rodríguez de Francia se encerra com a sua morte, no entanto, este ambiente inóspito aos habitantes do Paraguai continua devorando “as capitais miseráveis salpicadas pelo martírio”. As visões negativas sobre esse governo do Paraguai não são unânimes, inclusive existem teses que sustentam um “bem-estar popular¹²” no período de Francia, entretanto nos falta espaço para um debate historiográfico, e de maneira mais ampla, uma solução deste conflito de interpretações.

*Los jueces*¹³ representa em diferentes contextos tensões e exclusão social

noite. Falsa coluna, perversa academia, agnosticismo do rei leproso, rodeado pela extensão dos ervais na força do justicado, contando triângulos de estrelas, medindo chaves estelares, perseguindo o alaranjado entardecer do Paraguai com um relógio na agonia do fuzilado em sua janela, com uma mão no ferrolho do crepúsculo mão atado. Os estudos sobre a mesa, os olhos na espora do firmamento, os cristais virados da geometria, enquanto o sangue intestinal do homem morto a coronhadas, baixava pelos escalões chupada por verdes enxames de moscas que centelhavam. Cerrou o Paraguai como um ninho de sua majestade, amarrado tortura e barro nas fronteiras. Quando nas ruas sua silhueta passa, os índios se colocam com a visão para os muros: sua sombra resvala deixando duas paredes de calafrios. Quando a morte chega a ver o Dr. Francia, está mudo, imóvel, atado em si mesmo, só em sua caverna, detido pelas cordas da paralisia, e morre só, sem que ninguém entre na câmara: ninguém se atreve a tocar a porta do amo. E amarrado por suas serpentes, deslinguado, fervido em sua medula, agoniza e morre perdido na solidão do palácio, enquanto a noite estabelecida como uma cátedra, devora as capitais miseráveis salpicadas pelo martírio”. NERUDA, Pablo. *Canto General I*. pp.137-138, tradução nossa.

10 CARDOSO, Ciro F. & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina*. Pp.212-213.

11 Cf. LYNCH, J. Capítulo 8. Las repúblicas del Río de la Plata. In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina*. Pp.307-308. e CARDOSO, Ciro F. & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina*. Pp.213. Cardoso e Brignoli sustentam a tese do total isolamento, no entanto esta não se sustenta pelos movimentos de agentes que entram no Paraguai e passam a servir o governo.

12 HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Historia contemporánea de América Latina*. Pp. 193-194.

13 “Os juízes: Pelo alto Peru, pela Nicarágua, sobre a Patagônia, nas cidades, não teve razão, não tem nada: taça de miséria, abandonado filho das Américas, não há lei, não há juiz que te proteja a terra, a casinha dos milhos. Quando chegou a casta dos teus, dos senhores teus, já esqueci o sonho antigo de garras e facas, veio a lei a despovoar teu céu, a arrancar-te torrões adorados, a discutir a água dos rios, a roubar-te o reinado das árvores. Te atestaram, te puseram selos na camisa, te forraram o coração com folhas e papéis, te sepultaram em éditos frios, e quando despertaste na fronteira da mais despenhada desventura, despossuído, solitário, errante, te deram calabouço, te amarraram, te amarraram para que nadando não saíste da água dos pobres, mas que te afogaras esperando. O Juiz benigno te lê o inciso número Quatromil, Terceiro parágrafo, o mesmo usado em toda a geografia azul

dos mais pobres nas Américas, assim como o autoritarismo do Estado, a coerção extra-econômica estatal – com as chamadas ‘leis contra a vadiagem’, assim como a expropriação (a imagem do homem despossuído) dos produtores para a formação de um proletariado paupérrimo¹⁴ e outras violações de direitos humanos. Essa autoridade consolidada é representada por Neruda na imagem dos juízes, o Judiciário enquanto uma representação do poder do Estado frente aos excluídos da sociedade e seus sofrimentos. De tal modo, a fronteira é a visão destes atores frente a passagem do seus modos de vida anteriores a desagregações e situações degradantes.

O *Brasil*¹⁵ da *Crônica de 1948*¹⁶ é imaginado inicialmente com Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), militar e presidente do Brasil entre 1946 e 1951. A descrição negativa feita de Dutra (pavoroso peru engordado) remete a diversas medidas autocráticas tomadas pelo presidente. Desde o decreto proibindo greves, em 1946, até a perseguição política empreendida em seu governo a grupos políticos de oposição, principalmente ao movimento operário e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁷. Em um jogo de luz e sombras o apelo revolucionário do poeta para que a classe trabalhadora transcenda a sua condição de explorada (“Pedreiros do Brasil, golpeai a fronteira”), traz uma representação da América em um seus elementos intrínsecos; A superação das injustiças por seus filhos sofridas partindo da sua imponência (e da sua “claridade planetária”) frente ao mal (na metáfora do “fundo de teus répteis) para sairmos de “nossa noite tenebrosa”.

Luis Cortés (de Tocopilla)¹⁸ – o poema III do capítulo VIII: *La tierra se llama Juan*

que libertaram outros que foram como tu e caíram, e te institui por seu codicilo e sem apelação, cachorro sarnoso. Diz teu sangue, como entrelaçaram ao rico e a lei? Com que tecido de ferro sulfuroso, como foram caindo os pobres ao tribunal? Como se fez a terra tão amarga para os pobres filhos, duramente amamentados com pedra e dores? Assim passou e assim o deixou escrito. As vidas o escreveram em minha frente” NERUDA, Pablo. *Canto General I*. pp.168-169. Tradução nossa.

14 CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Pp.127-132.

15 “**Brasil:** Brasil, o Dutra, o pavoroso peru das terras quentes, engordado pelas amargas ramas do ar venenoso: sapo dos negros pântanos de nossa lua americana: botões dourados, olhinhos de rato cinza roxeado: Ó, Senhor, dos intestinos de nossa pobre mãe faminta, de tanto sonho e resplandecentes libertadores, de tanto suor sobre os buracos da mina, de tanta e tanta solidão nas plantações, América, elevas de pronto tua claridade planetária a um Dutra tirado do fundo de teus répteis, de tua surda profundidade e pré-história. E assim sucedeu! Pedreiros do Brasil, golpeai a fronteira, pescadores, choraí de noite sobre as águas litorais, enquanto Dutra, com seus pequenos olhos de porco selvático, rompe com um machado a imprensa, queima os livros na praça, encarcera, persegue e fustiga até que o silêncio se faz em nossa noite tenebrosa”. NERUDA, Pablo. *Canto General I*. pp.175. Tradução nossa.

16 Capítulo V: La arena traicionada. Parte IV. Crônica de 1948. In: NERUDA, Pablo. *Canto General I*. p.174-180.

17 <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>

18 “**Luis Cortés (de Tocopilla):** Camarada, me chamo Luis Cortés. Quando veio a repressão, em Tocopilla me agarraram. Me atiraram em Pisagua. Você sabe, camarada, como é isso. Muitos caíram enfermos, outros enlouqueceram. É o pior campo de concentração de González Videla. Vi morrer Ángel Veas, do coração, uma manhã. Foi terrível vê-lo morrer nessa areia assassina, rodeados de alambrados, depois de toda sua vida generosa. Quando me senti enfermo, também do coração, me trasladaram a Garitaya. Você não me conhece, camarada. É no alto, na fronteira com a Bolívia. Um ponto desolado, a 5000 metros de altura. Há uma água salobra para beber, salobra, mais que a água do mar, e cheia de pulgões como vermes rosados que pululam. Faz frio e o céu parece que em cima da solidão caíra sobre nós, sobre meu coração que já não posso mais. Os mesmos carabineiros tiveram piedade, e contra as ordens de deixar-nos morrer sem que jamais quisessem enviar uma maca, me amarraram a

– é um poema integrante de um capítulo sobre as pessoas comuns (a quem e quem mais canta o poeta, o nome próprio muito popular de Juan), esses trabalhadores e a um auge de coações sofrida por eles e por vários outros grupos em fins da década de 1940. Em vários poemas desse capítulo, e especificamente neste terceiro, são mencionados espaços onde as prisões e abusos foram mais presentes. Pisagua foi um campo de concentração e trabalhos forçados inaugurado em 1947 pelo presidente Gabriel González Videla. Além desta grave violação de direitos denunciada por Neruda entre a literatura e a memória, a sua preocupação encontra-se em divulgar os diversos casos dentro de suas possibilidades, sobretudo pela censura aos meios de comunicação empreendida pelo governo González Videla¹⁹. O sofrimento e a degradação de seres humanos expressada nos versos mescla elementos reais e imaginados de experiências de presos e exilados com os quais teve contato.

No monumental poema *Que despierte al leñador*²⁰ (um poema de mais de 15 páginas), Pablo Neruda aborda em dois momentos a questão fronteiriça. Os limites do território da União Soviética frente à Alemanha nazista são a primeira manifestação,

uma mula e descemos as montanhas: 26 horas caminhou a mula, e meu corpo já não resistia, camarada, entre a cordilheira sem caminhos, e meu coração enfermo, aqui me tem, fixe-se nos hematomas, não sei o quanto viverei, mas a você lhe toca, não penso em pedir nada, diga você, camarada o que faz ao povo o maldito, aos que o levamos a altura que ri com riso de hiena sobre nossas dores, você, camarada, diga-lo, diga-lo, não importa minha morte nem nossos sofrimentos porque a luta é longa, mas que se conheçam estes padecimentos, que se conheçam, camarada, não se esqueça.” NERUDA, Pablo. *Canto General II*. pp.46-47, tradução nossa.

19 NERUDA, Pablo. *Para nascer nasci*. p.266-268.

20 Antes da tradução, ressaltamos a redução do poema à questão de fronteira por conta de sua extensão para fins de um artigo. “**Que desperte o lenhador (excertos páginas 73-76):** Ali deixaram a pele aqueles que defenderam os carrascos, e no amplo terreno da URSS, Stalin trabalhou noite e dia. Mas mais tarde vieram em uma onda de chumbo os alemães atraídos por Chamberlain. Stalin os enfrentou em todas as vastas fronteiras, em todas as retiradas, em todos os avanços e até Berlim seus filhos como um furacão de povos chegaram e levaram a paz ampla da Rússia. Molotov e Voroshilov estão ali, os vejo, com os outros, os altos generais, os indomáveis. Firmes como nevados carvalhos. Nenhum deles tem palácios. Nenhum deles tem regimentos de servos. Nenhum deles se fez rico na guerra vendendo sangue. Nenhum deles vai como um pavão ao Rio de Janeiro ou a Bogotá dirigir pequenos sátrapas manchados de tortura: nenhum deles tem duzentos ternos: nenhum deles tem ações em fábricas de armas, e todos eles têm ações na alegria e na construção do vasto país onde ressoa a aurora levantada na noite da morte. Eles disseram "Camarada" ao mundo. Eles fizeram rei o carpinteiro. Por essa agulha não entrará um camelo. Lavaram as aldeias. Dividiram a terra. Elevaram o servo. Apagaram o mendigo. Aniquilaram os cruéis. Fizeram luz na espaçosa noite. Por isso a ti, garota do Arkansas ou a ti jovem dourado de West Point ou melhor a ti mecânico de Detroit ou então a ti carregador da velha Orleans, a todos falo e digo: afirma o passo, abre teu ouvido ao vasto mundo humano, não são os elegantes do Departamento de Estado nem os ferozes donos de aço aqueles que estão falando mas um poeta do extremo Sul da América, filho de um ferroviário da Patagônia, americano como o ar andino, hoje fugitivo de uma pátria onde cárcere, tormento, angústia imperam enquanto cobre e petróleo lentamente se convertem em ouro para reis alheios. Tu não és o ídolo que em uma mão leva o ouro e na outra a bomba. Tu és o que sou, o que fui, o que devemos amparar, o fraternal subsolo da América puríssima, os simples homens dos caminhos e das ruas. Meu irmão Juan vende sapatos como teu irmão John, minha irmã Juana descasca batatas, como tua prima Jane, e meu sangue é mineiro e marinheiro como seu sangue, Peter. Você e eu vamos abrir as portas para deixar o ar dos Urais passar pela cortina de tinta, você e eu vamos dizer para o furioso: "My dear guy, até aqui não mais chegaste", mais para cá a terra nos pertence para que não ouça o sibilo da metralhadora, mas uma canção, e outra canção, e outra canção. Mas se armas tuas tropas, América do Norte, para destruir essa fronteira pura e trazer o abatedor de Chicago para governar a música e a ordem que amamos, vamos deixar as pedras e o ar para morder-te[...].” NERUDA, Pablo. *Canto General II*. pp.73-76. Tradução nossa.

esta ressalta o papel decisivo da URSS na Segunda Guerra Mundial e na rendição alemã. De ações reais a possibilidades não-realizadas dos ideais revolucionários socialistas, há a volta de um movimento do início desta vasta poesia, de diálogo do eu-lírico com os agentes do contexto dos Estados Unidos, o paralelo entre Juan e John conclama a agregação dos povos norte-americanos ao movimento de emancipação sonhado.

A outra passagem no poema sobre a questão porta uma tônica diferente, adverte ao ente América do Norte que não destrua “essa fronteira pura” que é o Sul, essa “terra nos pertence”, senão haverá uma grande reação, desde as pedras até o ar, desde Tocopilla até o México e o Texas, desde a Grécia, a Romênia, a Bulgária, até a China. Todos os territórios e povos que estão na esfera de influência do socialismo, desse “ar dos Urais”.

Em seu *Saludo (1949)*²¹ a Chile, na abertura do *Coral de año nuevo para la patria en tinieblas*, no princípio do ano de 1949, o escritor concebe o seu país em trevas por conta do governo de González Videla e do ambiente geral de tensão política e social. Ao se dirigir aos seus compatriotas e pensar a partir da geografia como uma imensidão de brilho como um todo, até as suas profundezas. A descrição do espaço chileno é uma grande inspiração para o poeta que se coloca como agente em uma micronarrativa autobiográfica.

A fronteira nesse relato é o exílio e a expectativa de regresso de Neruda a sua pátria, também significa as delimitações de sua utopia política e, por último, as fronteiras objetivas no espaço as quais percorreu a cavalo (atravessou a Cordilheira

21 **“Saudação (1949):** Feliz ano, chilenos, para a pátria em trevas feliz ano para todos, para cada um menos um, somos tão poucos, feliz ano, compatriotas, irmãos, homens, mulheres, crianças, hoje no Chile, a vós voa a minha voz, golpeia como um pássaro cego a tua janela, e te chama de longe. Pátria, o verão cobre o teu corpo doce e duro. As arestas de onde marchou a neve galopando ao oceano com lábios turbulentos, se veem azuis e altas como carvão do céu. Talvez hoje, a esta hora, levas a verde túnica que adoro, bosques, águas, e na cintura o trigo. E junto ao mar, amada, pátria marinha, moves teu universo iridescente de areias e de ostras. Talvez, talvez... Quem sou para tocar de longe tua nave, teu perfume? Sou parte tua: círculo secreto de madeira surpreendido em tuas árvores, crescimento calado como teu suave enxofre, estentórea cinza de tua alma subterrânea. Quando saí de ti perseguido, eriçado de barbas e pobreza, sem roupa, sem papel para escrever as letras que são minha vida, sem nada mais que um pequeno casaco, traz dois livros e uma seção de espinho recém cortada de árvore. (Os livros: uma geografia e o Livro das Aves do Chile.) Todas as noites leio tua descrição, teus rios: eles guiam meu sonho, meu exílio, minha fronteira. Toco teus trens, passo a mão em teus cabelos, me detenho a pensar na ferruginosa pele de tua geografia, sob os olhos à lunar esfera de rugas e crateras, e para o Sul enquanto durmo vai meu silêncio envolto em teus finais troncos de sal desmorronado. Quando desperto (é outro o ar, a luz, outra a rua, o campo, as estrelas) toco a fatia de espinho teu que me acompanha, cortada em Melipilla de uma árvore que me deram. E olho na couraça do espinho teu nome, áspero Chile, pátria, coração de crosta, vejo em sua forma dura como a terra, o rosto dos que amo e me deram suas mãos como espinhos, os homens do deserto, do nitrato e do cobre. O coração da árvore espinhosa é um círculo liso como um metal polido, ocre como uma mancha de duro sangue seco, rodeada por um íris de enxofre de lenha e tocando este puro prodígio da selva, recordo suas hostis e enroladas flores quando pelas guirlandas espinhosas e espessas o perfume violento de suas força te joga. E assim, vidas e odores de meu país me seguem, vivem comigo, acendem seu teimoso clarão dentro de mim, gastando-me e nascendo. Em outras terras olham através de minha roupa, me vem como uma lâmpada que passa pelas ruas, dando uma luz marinha que transpassa as portas: é a espada acendida que me deste e que guardo, como o espinho, pura, poderosa, indomável.” NERUDA, Pablo. *Canto General II*. p.129-130.

dos Andes)²², despossuído (“erichado de barbas e pobreza”), sofrendo com as intempéries (“suas hostis e enroladas flores”) e a perseguição das autoridades chilenas. No entanto, a natureza, toda a exuberante terra motivam-no a continuar o seu sonho para que esta seja livre (“como uma lâmpada que passa pelas ruas”).

*Patria te quieren repartir*²³, é um poema que remete ao processo de privatização da exploração de recursos minerais (sobretudo o cobre e o salitre) no território chileno por empresas estrangeiras (entre elas a *Anaconda Mining Company*, dos Estados Unidos) e empresas britânicas²⁴, aqui o processo é entendido como uma expropriação²⁵. O fechamento de Gabriel González Videla em seus correligionários de partido e grupos de direita (conservadora e extrema-direita: “pró-fascistas”, nazistas e franquistas²⁶) produziram a pátria “esquartejada”²⁷. Através das fronteiras físicas e naturais da pátria, como a Patagônia e o Oceano Pacífico (fronteiras marinhas e nevadas) os valores que leva desta e nega o título de “filhos” a seus opositores políticos. Assim, marca constantemente a diferença de Neruda e seus companheiros comunistas, socialistas, liberais e radicais com um projeto ‘para o bem’ do Chile frente aos apologistas do imperialismo.

*La frontera (1904)*²⁸ remete a uma percepção deste espaço ou lugar observado da infância de Neruda em Temuco, a capital da região da Araucania, para onde o

22 NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. pp.182-186. Pablo Neruda atravessou os Andes a cavalo até Buenos Aires, depois conseguiu chegar a Paris com a ajuda de Miguel Ángel Asturias, escritor da guatemalteco e seu amigo pessoal.

23 “**Pátria te querem repartir:** “*O chamavam chileno*”, dizem de mim estas larvas. Querem quitar-me pátria sob os pés, desejam cortar-te para eles como baralho sujo e repartir-te entre eles como carne graxenta. Não os amo. Eles creem que já te têm morta, esquartejada e na orgia de seus desígnios sujos te gastam como donos. Não os amo. Deixa-me amar-te em terra e povo, deixa-me perseguir meu sonho em tuas fronteiras marinhas e nevadas, deixa-me recolher todo o perfume amargo teu que em um copo levo pelos caminhos, mas não posso estar com eles, não me peças quando moves os ombros e caiam no solo com suas germinações de animais podres, não me peças que creia que são teus filhos. É outra a madeira sagrada de meu povoado. Amanhã serás em tua estreiteza de embarcação apertada, entre tuas duas marés de oceano e de neve, a mais amada, o pão, a terra, o filho. De dia o nobre rito do tempo libertado, de noite a entidade estrelada do céu.

24 ANSALDI, W. & GIORDANO, V. *América Latina: la construcción del orden*. Pp.481-486.

25 CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. p.102.

26 NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. p.270.

27 “González Videla tem entregue e negociado, pois, o patrimônio histórico, jurídico e moral do Chile”. NERUDA, Pablo. *Para nascer nasci*. P.270.

28 “**A fronteira (1904):** O primeiro que vi foram árvores, barrancos decorados com flores de selvagem formosura, úmido território, bosques que se incendiavam e o inverno atrás do mundo, desbordado. Minha infância são sapatos molhados, troncos rotos caídos na selva, devorados por lianas e escaravelhos, doces dias sobre a aveia, e a barba dourada de meu pai saindo para a majestade das ferrovias. Frente a minha casa a água austral cavava fundas derrotas, pântanos de argilas enlutadas, que no verão eram atmosfera amarela por onde as carretas rangiam e choravam grávidas com nove meses de trigo. Rápido sol do Sul: restolhos, fumaças em caminhos de terras escarlates, beiras de rios de redonda linhagem, currais e poteiros em que reverberava o mel do meio-dia. O mundo poeirento entrava grau a grau nos galpões, entre barris e cordéis a adegas carregadas com o resumo vermelho do avelã, todas as pálpebras do bosque. Me pareceu ascender no tórrido traje do verão, com as máquinas trilhadoras pelas costas, na terra envernizada de boldos, erguida entre os carvalhos, indelével, pegando-se nas rodas como carne esmagada. Minha infância percorreu as estações: entre os trilhos, os castelos de madeira recente, a casa sem cidade, apenas protegida por reses e maçãs de perfume indizível fui eu, delgado menino cuja pálida forma se impregnava de bosques vazios e adegas”. NERUDA, Pablo. *Canto General II*. pp.183-184. Tradução nossa.

autor mudou de Parral (sua cidade natal) com dois anos de idade juntamente com seu pai, José Del Carmen Reyes Morales, funcionário da ferrovia no Extremo-Sul do Chile²⁹. Partindo de um retrato intimista e retrospectivo de sua trajetória, diante de tantas expressões do meio-ambiente consigo, o poeta desde a época em que era um “delgado menino” teve contato com muito material para a sua poesia. A submissão recente dos povos indígenas, a criação da Araucania como região e a sua colonização pelo Estado chileno produziu um território pouco povoado (“a casa sem cidade”) para o período³⁰.

*La casa*³¹, também como *La frontera*, expressa a realidade da Araucania, trazendo outros elementos como o “vento de guerra do tempo austral”, provavelmente outra remissão ao processo anteriormente referido, conhecido de outra maneira como “pacificação da Araucania”. Os trabalhadores da ferrovia são evocados a partir do “odor de carvão e fumaça”, novamente de José del Carmen Reyes, e estes “homens sem dinheiros”, com “carrancudas cicatrizes”, entram em contato com o jovem escritor desde muito cedo pessoas com condições de vida muito humildes.

Finalmente, em *El regreso (1944)*³², além das imagens do mundo natural expostas na maior parte dos poemas, dos mineradores, da pobreza, dos infames “homens da

29 NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. p.8.

30 CARDOSO, Ciro F. & PEREZ BRIGNOLI, Hector. *História Econômica da América Latina*. pp.175-176. O avanço militar e a desapropriação das terras indígenas, majoritariamente dos grupos indígenas *Mapuche* encerrou-se no ano de 1883, no entanto, a resistência contra o império espanhol, e depois, ao Chile independente ocorreu por três séculos até este ano, com a chamada resistência “pan-araucana”.

31 “**A casa:** Minha casa, as paredes cuja madeira fresca, recém cortada cheira ainda: desorganizada, casa da fronteira, que rangia a cada passo, e assoviava com o vento de guerra do tempo austral, fazendo-se elemento de tempestade, ave desconhecida sob cujas geladas plumas cresceu meu canto. Vi sombras, rostos, que com plantas em torno a minhas raízes cresceram, enlutados que cantavam tonadas à sombra de uma árvore e disparavam entre os cavalos molhados, mulheres escondidas na sombra que deixavam as torres masculinas, galopes que açoitavam a luz, enrarecidas noites de cólera, cães que ladravam. Meu pai com a alba escura da terra, para os perdidos arquipélagos em seus trens que uivavam se deslizou? Mais tarde amei o odor do carvão e da fumaça, os óleos, os eixos de precisão gelada, e o grave trem cruzando o inverno estendido sobre a terra, como uma lagarta orgulhosa. De pronto trepidaram as portas. É meu pai. O rodeiam os centuriões do caminho: ferroviários envoltos em seus mantos molhados, o vapor e a chuva com eles revestiram a casa, a sala de jantar se encheu de relatos enrouquecidos, os copos se verteram, e até mim, dos seres, como uma separada barreira, em que viviam as dores, chegaram as angústias, as carrancudas cicatrizes, os homens sem dinheiro, a garra mineral da pobreza”. NERUDA, Pablo. *Canto General II*. p.185 Tradução nossa.

32 **O regresso (1944):** Regressei... O Chile me recebeu com o rosto amarelo do deserto. Peregrinei sofrendo de árida lua em cratera arenosa e encontrei os domínios intocados do planeta, a lisa luz sem ramos, a retidão vazia. Vazia? Mas sem vegetais, sem garras, sem esterco me revelou a terra sua dimensão desnuda e de longe sua longa linha fria que nascem aves e peitos ígneos de suave textura. Mas mais distantes homens cavavam as fronteiras, colhiam metais duros, disseminados uns como farinha de amargos cereais, outros como altura calcinada do fogo, e homens e lua, tudo me envolveu em sua mortalha até perder o fio vazio dos sonhos. Me entreguei aos desertos e o homem da escória saiu de seu agulheiro, de sua aspereza muda e soube as dores do meu povoado perdido. Então fui pelas ruas e curules* e disse quanto vi, mostrei as mãos que tocaram os caroços de dor, as vivendas da desamparada pobreza, o miserável pão e a solidão da lua esquecida. E cotovelo a cotovelo com meu irmão sem sapatos quis trocar o reino das moedas sujas. Fui perseguido, mas nossa luta segue. A verdade é mais alta que a lua. A vem como se fossem em um navio negreiro os homens das minas quando olham a noite. E na sombra minha voz é repartida pela mais dura estirpe da terra”. NERUDA, Pablo. *Canto General II*. pp.196-197. Tradução nossa. A palavra curule* tem origem nos símbolos de autoridade dos grandes magistrados da Roma Antiga.

escória” e outras, o regresso do autor ao Chile vindo do México é importante porque se converteu ao comunismo no fim deste mesmo ano, percorreu os mais diversos territórios do México (na passagem “me entreguei aos desertos”, há um paralelo entre as zonas áridas mexicanas e a imensidão do Atacama chileno), também reforçou o seu engajamento após a agressão sofrida por ele por nazistas em Cuernavaca antes da volta (diz antes da perseguição do Estado chileno em 1947-48, “fui perseguido” em território mexicano).

CONCLUSÃO

A diversidade de imagens que se integram à representação de Pablo Neruda sobre a fronteira, da economia à cultura, da sociedade à política, da geografia à história, conectadas por uma ideia muito presente de mediações, e em maior parte as imagens lidam com as ideias de fronteiras políticas/nacionais e fronteiras naturais, para além de suas nuances antes referidas sobre a subjetividade dos *lugares*. As reflexões sobre o espaço nos levam ao primeiro aspecto ressaltado e o momento predominante, a economia, porque o espaço é produzido a partir das relações sociais de produção, como é ocupado e tornado matéria humana³³. A natureza é o ponto de partida de qualquer economia, qualquer produção porque:

“O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana”. MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. p.24.

A perspectiva nerudiana, portanto, se insere em uma ontologia de mundos em contato, colonizadores e impérios frente à América resistente com seus filhos mineiros, as fronteiras do império norte-americano a serem tomadas pelos ideais revolucionários, todas essas questões nos levam às relações intrínsecas entre os territórios³⁴, como o que está diante de nós ao passo que nos delimita, também é o lugar de onde enunciamos. As ações humanas, portanto, são sempre consequência do espaço em que habitam, não especificamente da geografia (enquanto configuração específica, área de conhecimento e descrição do espaço), mas das diferentes organizações dos seres humanos.

33 “Nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período histórico, como resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. p.202

34 Nesse sentido Edward W. Said escreve que “Tudo na história humana tem as suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar a habitação, mas também significa que as pessoas pensaram em *ter* mais territórios” e continua “Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações”. 1. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Pp.39-40.

REFERÊNCIAS

A) FONTES

NERUDA, Pablo. *Canto General*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1955.

_____. *Canto General II*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1975.

_____. *Canto General*, Manuscritos Originales: Edición Facsimilar. Santiago de Chile: Fundación Pablo Neruda, 1ª ed. 2013.

_____. *Confesso que vivi*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Para nascer nasci*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

B) BIBLIOGRAFIA

ANSALDI, Waldo. & GIORDANO, Verónica. *América Latina*, la construcción del orden. Tomo I – De la colonia a la disolución de la dominación oligárquica. Buenos Aires: Ariel, 2012.

CARDOSO, Ciro F. & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1983.

FERNÁNDEZ-CARRIÓN, Miguel H. Historiografía, Metodología y tipología de fronteras. São Paulo: **Projeto História** – PPGH/PUC-SP, v.41, 2010. Pp.31-61.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2004.

URQUIJO RUIZ, Rita. *Wild Tongues: Transnacional Mexican Popular Culture*. Austin: University of Texas Press, 2012.

ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)

Maria Claudia de Oliveira Martins

Mestre em História

Chapecó/SC

CONCESSIONS AND TENSIONS: THE RELATIONS BETWEEN MASTERS AND SLAVES IN PALMAS / PR (1860-1888)

* Trabalho apresentado na ANPUH/SC -2016 e publicado nos anais do referido evento.

RESUMO: Este trabalho analisa aspectos das relações entre senhores e seus cativos em Palmas (PR), no período de 1860-1888. Considerando as particularidades das atividades executadas pelos escravizados nas lidas da pecuária, propõe discutir algumas das estratégias de dominação senhorial e de resistência cativa que, respectivamente, permitiram a manutenção da ordem escravista e indicaram o não-apassivamento diante das condições inerentes à escravidão. Para a pesquisa foram selecionadas entre as fontes criminais e cartoriais arquivadas no Fórum Municipal e no Tabelionato Leinig, em Palmas, duas denúncias de castigos excessivos a escravos e a investigação de suicídio de uma cativa que exercia atividade categorizada como “de confiança” de seu senhor, documentos cujo conteúdo (efetivamente registrado e indiciário) mostra-se significativo para a compreensão da problemática indicada neste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão. relações sociais. Palmas-PR. século XIX.

ABSTRACT: The present article analyses aspects of relations between masters and their slaves in Palmas (PR), in the period from 1860-1888. Considering the particularities of the activities performed by slaves in livestock work, proposes to discuss some strategies of master domination and captive resistance that respectively allowed the maintenance of the slave order and indicated reaction to the inherent conditions of slavery. The sources for the research were selected from criminal and notary documents filed on Municipal Forum and Leinig Notary Office, in Palmas. Two denunciations of excessive punishment of slaves and the investigation of a captive suicide who was a reliable worker of her master were selected. The content of these documents is significant for understanding the indicated problem of this study.

KEYWORDS: slavery. social relationships. Palmas-PR. XIX century.

Os múltiplos estudos empreendidos a partir do final dos anos 80 e que abordam as relações senhor-escravo nas décadas finais da escravidão negra no Brasil sob a ótica da História Social, têm sido enfáticos ao

demonstrar o uso de uma série de estratagemas e negociações de parte a parte. Para a camada senhorial, a adoção de medidas de reforço à dependência e/ou vinculação de escravos, libertos e até mesmo, nascidos livres (como os ingênuos), configurava-se em reafirmação constante de seu poder, bem como a manutenção do status quo; para os cativos, por sua vez, estratégias que intentavam a negociação e constituíam-se como possibilidade concreta de garantir maior flexibilização das condições do cativo, quiçá mais favoráveis às suas expectativas.

Estudos como os de Maria Helena Machado, Sílvia Hunold Lara, Hebe Mattos e outros aos quais nos reportamos ao longo deste estudo e que já se referiram a esta questão, no entanto, não invalidam e/ou inviabilizam que se insista na temática, dada a complexidade das relações expressa nas variadas fontes documentais disponíveis à consulta, em diferentes pontos de nosso imenso país. Aliás, há que se considerar não apenas a questão da ampla extensão territorial nacional, mas especialmente, as especificidades históricas (econômicas, políticas, de formação populacional, por exemplo) que marcaram a construção da história brasileira e que convidam à continuidade e aprofundamento das pesquisas.

Palmas, no atual sudoeste paranaense, foi minha escolha para os estudos relativos a esta temática, por seu acervo documental relativamente bem preservado no que tange à escravidão e por se tratar de região menos explorada para estudos, distante da capital do seu Estado. A formação da cidade de Palmas se inicia em 1839, com a divisão de ampla área em 37 fazendas (no ano de 1844), nas quais se instalaram os componentes de duas bandeiras, autointitulados “primeiros povoadores” dos Campos de Palmas (conforme estatuto da “Sociedade dos primeiros povoadores de Palmas” e da “Ata de entendimento dos pretendentes ao povoamento dos Campos de Palmas”, elaboradas pelos líderes das bandeiras, documentos que evidenciam o desprezo à precedente presença indígena na região).

Principia como uma pequena Freguesia, vinculada administrativamente a Guarapuava até 1877. Dali em diante, adquire autonomia, sendo composta a Comarca de Palmas pelos seguintes territórios: Colônia Militar do Chopim, Colônia Militar de Chapecó, Palmas, Palmas do Sul, Nossa Senhora da Luz da Boa Vista, Campos do Erê, Mangueirinha, São Sebastião do Passo do Carneiro e União da Vitória, conforme dados do recenseamento da população do Brasil de 1890.

Suas extensas fazendas, apropriadas à criação e invernagem de gado *vacum* e *cavalares*, desenvolveram economicamente a região por meio da pecuária, sendo a agricultura uma atividade também presente, ainda que voltada apenas à subsistência. A construção da Estrada de Palmas ajudou a tornar ainda mais rentável a atividade de pouso e invernagem, ao se constituir em um dos três caminhos possível para o transporte de tropas de animais entre o Rio Grande e São Paulo, os dois mais importantes polos pecuaristas do país no século XIX. (SIQUEIRA, 2009, p.2).

A mão-de-obra utilizada na atividade agropecuária em Palmas foi, em grande medida, a força de trabalho dos escravos. Somente quando se fragilizaram as bases

de sustentação do escravismo, especialmente na segunda metade do século XIX, é que foi substituída pela força de trabalho dos libertos e livres pobres. A imigração europeia na região, por sua vez, só se intensifica na virada do século, com a chegada de poloneses, alemães e italianos, entre outros grupos.

Comparando dados registrados pelo Recenseamento de 1872 (vol.9 p.67), percentualmente os cativos correspondiam a 8,3% da população palmense (eram 273 indivíduos diante de uma população total de 3.028 pessoas). Nas demais 22 freguesias do Paraná (administradas por 16 municípios), os percentuais iam de 1,25% (São João do Triunfo – município de Palmeira) à 18,9% (Senhor Bom Jesus de Jaguariahiva – município de Castro), conforme informações do mesmo censo (MARTINS, 2015, p.30). Ainda segundo a mesma fonte documental, as mulheres cativas eram a maioria, em número de 155, contra 118 escravos do sexo masculino.

É passível de questionamento as mulheres serem em quantidade maior que os homens em uma região cuja economia era marcada pelo trato com os animais e outras lidas do campo identificadas como masculinas. No entanto, trabalhos como o de Monsma (2011, p.1), que analisam a escravidão nas estâncias rio-grandenses, acenam com uma possível explicação, ao dizer que

Era difícil um adulto aprender bem as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço, marcação e castração, ao passo que aqueles que começavam jovens seriam bons campeiros. Em consequência, houve forte demanda entre estancieiros para escravos meninos e adolescentes, e campeiros eram particularmente valorizados.

Sua afirmativa faz refletir sobre a possibilidade do incentivo à reprodução endógena no cativo como fonte geradora de trabalhadores a ser preparados para a atividade especializada, atendendo às necessidades do senhor. Do mesmo modo faz atentar-se para as idades dos cativos adquiridos por meio de compra, como possíveis objetos de estudo para um trabalho futuro, mas ainda dentro da perspectiva de análise das estratégias senhoriais.

De qualquer modo, não se pode esquecer que as mulheres escravas exerciam variadas atividades, na área urbana e nas grandes fazendas de Palmas: cozinham, cuidavam da casa do senhor, atendiam as crianças, costuravam, lavavam as roupas, tratavam dos pequenos animais, realizavam diferentes tarefas nas plantações. Podiam, então, exercer a tarefa de cozinheiras, costureiras, lavadeiras, amas de leite, caseiras, entre outras ocupações. Suas atividades, embora de menor mobilidade que a dos homens, caracterizavam-se por colocá-las em contato mais direto com a família de seu senhor.

Aos homens cabiam as tarefas que envolviam o trato dos rebanhos, os deslocamentos com as tropas, os cuidados com a propriedade ou a busca pelo sal (fundamental aos animais) (GUTIERREZ, 2004 p.116-117). Podiam ser roceiros, campeiros, domadores, tropeiros, capatazes. As atividades que desenvolviam

contavam com uma particularidade: a necessidade do uso do cavalo (fundamental para vencer as distâncias e “tocar” os animais) e de armas, principalmente o facão e a pistola (para reparos, defesa de feras, do ataque de índios e outras utilidades), bem como uma maior liberdade de ir e vir. Destoavam, por certo, da visão clássica a respeito das condições de trabalho e vida na escravidão, coadunando com a visão mais recente da historiografia, que pode ser demonstrada nas palavras de Djubatie (2013, p.152)

[...] a ideia de cativo no sentido restrito de manutenção do escravo nas correntes, fechado, sempre sob os olhos e comando de seu senhor, é inaceitável, pois a escravidão constituiu-se em um quadro complexo que não cabe em explicações fixas, dualistas e generalizantes.

Diante de tal perspectiva, pode-se afirmar que a relação dos senhores com seus escravos, ainda que se forjasse sob marcas indelévelis (como as da hierarquização, controle e disciplina), não se pautou pelo que poderíamos chamar de “discurso de uma só voz” e nem um padrão único de convivência. As próprias especificidades locais geraram demandas e acordos múltiplos que caracterizaram as similaridades e diferenças encontradas nas relações escravagistas, na comparação com outras regiões do país.

Mais evidentes, até porque considerados como prerrogativas senhoriais para a preservação da ordem social, os estratagemas senhoriais foram largamente estudados (e ainda o são). Já a resistência e a capacidade de organização escrava em prol de suas demandas e de suas perspectivas de liberdade, foram durante muito tempo ignoradas, sob uma alegada anomia escrava. Apenas em décadas recentes foram consideradas, e essa admissão foi o que levou a rever estudos, aprofundar temáticas e ampliar a tipologia de fontes consultadas. Os novos estudos demonstraram relações intrincadas, envolvendo atitude, negociação e até acomodações de parte a parte.

O contato com as fontes documentais disponíveis nas varas cível e criminal palmense apresentou fatos e indícios bastante significativos quanto às relações senhor-escravo nas décadas finais da escravatura. Dentre as possibilidades de direcionamento da pesquisa, foi feita a opção de privilegiar neste estudo a análise de duas denúncias de castigos excessivos apresentadas por cativos, entendida como uma das possibilidades de demonstrar e discutir as tensões que envolviam permeavam as relações em âmbito vertical. Não se trata, evidentemente, do único modo de expressar tensões por parte dos escravos, uma vez que estas poderiam se evidenciar por meio de fugas, de resistência ao ritmo de trabalho e às normas impostas, além de outros modos de ação.

No que tange às concessões, que em muitos momentos assumiram ares de expressão da generosidade senhorial sem serem consideradas como conquista dos escravizados, quanto a elas foi analisada a questão da atribuição de “cargos de confiança” informais a determinados cativos, com suas implicações e motivações.

A análise foi feita a partir de uma investigação de suicídio, na qual o relato das testemunhas oferece subsídios à argumentação. No uso de tais relatos, assumo a mesma perspectiva de Cassoli (2010, p.2), para quem

O depoimento das testemunhas coloca em cena as verdades possíveis e os códigos de comportamento definidos para os diversos agentes sociais. Mesmo filtrados pela pena do escrivão e correndo-se o risco de uma visão oficial dos acontecimentos, as entrelinhas, as falas, ou os silêncios, acabam por 'denunciar' os contornos, as vivências, os anseios e os rumos que a instituição escravista vai adquirindo no decorrer da segunda metade do século XIX.

Corria o ano de 1884. Em 11 de outubro de 1884, ao tabelionato local comparece Antonio Ferreira Pacheco, negociante, com o propósito de estabelecer procuração, a fim de que Júlio Mariano Galvão de Moura Lacerda o defenda em uma queixa-crime motivada por castigos infligidos a sua escrava Idalina. Segundo o acusado, a denúncia é infundada e o denunciante (um indivíduo livre), José Ferreira de Moraes, um caluniador (uma segunda procuração é registrada, dando poderes para que Júlio acuse José Moraes por falsidade).

Uma primeira leitura do registro faz pensar que Antonio pode ter sido vítima de um desafeto ou de uma injustiça, tão somente, o que efetivamente poderia ocorrer. Sílvia Hunold Lara, por exemplo, explica que entre membros da classe senhorial de Campos, eram comuns as disputas de poder, nas quais as denúncias eram apenas mais um dos recursos para fragilizar o adversário (LARA, 1988 p.334). Em Palmas não há elementos suficientes nos documentos que possam comprovar desavenças ou disputas entre denunciado e denunciante. Entretanto, a releitura atenta do documento indica que, possivelmente, a denúncia não fosse totalmente infundada. No trecho “[...] para defender-lhe em uma causa-crime que lhe acusou José Ferreira de Moraes no Juízo Municipal deste termo, por ter castigado sua escrava Idalina [...]”, anotado na primeira procuração, não há a negação da aplicação do castigo. O que tanto uma como outra procuração expressam são a indignação de Antonio pelo fato ter sido denunciado às autoridades locais, o que configurava o castigo como excessivo.

Ano de 1887. Recentemente doada à esposa de Francisco de Paula Camargo (doação do pai para a filha, registrada em cartório), a escrava Quitéria denunciou seu senhor “[...] por rigoroso e excessivo castigo corporal”, o que motivou o exame de sanidade, realizado em 27 de setembro do mesmo ano. Nele constatou-se a existência de cicatrizes no braço e na região lombar que indicavam açoites com azorrague (uma espécie de chicote com várias correias). No entanto, conforme os “peritos” designados, a ofendida estava restabelecida, a cicatrização se dera em menos de 30 dias. Logo, seus ferimentos só podiam ser leves. Diante de tais conclusões, o processo foi encerrado.

Cabe destacar que os mencionados peritos não eram, em geral, pessoas habilitadas à tarefa, mas sim selecionadas conforme determinação judicial, entre os “cidadãos” locais: homens brancos, livres, proprietários de terras, negócios e, também

eles, escravocratas, com nomes familiares considerados na comunidade.

As relações entre senhores e cativos, ao longo da escravidão negra no Brasil, pautavam-se por um código moral baseado na tradição e no costume que visava legitimar na sociedade escravista (inclusive frente aos próprios escravos), várias das ações dos senhores. Entre estas ações, pode-se citar a ideia de “castigo justo”, cuja finalidade seria a de ensinar, corrigir e não, aplicar crueldade pura e simplesmente. (LARA, 1988 p.64 e 75) No caso de Quitéria, os responsáveis pelo exame que constatou a agressão não negam que esta tenha existido e identificam a ocorrência através das marcas, bem como o objeto/arma que a causou (azorrague). Consideram-na, porém, dentro dos limites do “castigo justo” que a autoridade senhorial poderia impor a seu cativo. Mais que um direito, um dever do “bom senhor”.

A larga margem de complacência com os arbítrios dos senhores de escravos fez com que os excessos, passíveis de denúncias e condenações, conforme previsto em lei, em muitos casos não resultassem em penalização do acusado, como ocorreu com a denúncia de Quitéria. Um dos motivos de tal ocorrência pode ser explicado a partir de diferentes concepções do que constituiria “excesso” entre cativos e entre a camada senhorial: para os escravos denunciadores, talvez uma possibilidade de amenizar os rigores dos castigos no cativo; para os “cidadãos”, atitude somente passível de condenação em eventos cuja gravidade resultasse em perda de órgãos, funções ou por morte (mesmo assim, considerando-se todos os atenuantes de cada caso). Chalhoub entende que, de parte dos cativos, “(...) a referência a castigos excessivos era provavelmente a forma de um escravo traduzir para a linguagem dos senhores a sua percepção mais geral de que direitos seus não estavam sendo considerados ou respeitados” (CHALHOUB, 1990 p. 65). E talvez por isso mesmo as denúncias não tivessem deixado de existir, especialmente por parte dos escravos.

No que se refere aos senhores denunciados em Palmas, especialmente, uma pequena nota publicada no jornal Gazeta Paranaense (Ed. 00225, de 09 de outubro de 1888), comentando um crime ocorrido na cidade, destaca a impunidade e diz que “[...] é verdade que o júri de Palmas nunca condenou criminoso algum [...]”. Os documentos disponíveis na vara criminal do Fórum de Palmas, referentes a diferentes queixas e processos (em gravidade, teor ou condição civil e social do denunciante), na segunda metade do século XIX, confirmam o comentário. Mesmo acusações feitas a escravos contaram com a intervenção de seus senhores para livrá-los (e não há registros – ao menos preservados - que se refiram a agressões ao senhor, entre 1860-1888).

Mesmo diante da provável impunidade, constrangia ao senhor, contudo, a denúncia feita por seus escravos ou ainda por outros moradores da cidade, como no caso da cativa Idalina. As acusações traziam a público o que ocorria em caráter privado, no dia-a-dia das fazendas. Coincidência ou não, Antonio Ferreira Pacheco concedeu-lhe em 03 de novembro de 1884 uma carta de alforria, com a condição de lhe servir mais 04 anos, bem como de repassar-lhe o pecúlio de 200 mil réis que a

cativa dispunha, o qual estava sob a guarda do coletor de impostos municipal Antonio Joaquim do Amaral Cruz. Acenou à escrava com a liberdade, mas uma liberdade condicional aos serviços obedientes por mais 04 anos (uma vez que as alforrias condicionais sempre podiam ser suspensas) e à entrega imediata dos recursos amealhados pela escrava e que lhe constituíam um pequeno pecúlio.

Um dos pontos comuns às duas denúncias relatadas acima, é que se dão na década de 1880, poucos anos antes da abolição da escravatura. Com relação a este detalhe, ele é facilmente identificável também por outros estudiosos da temática, que percebem um aumento substancial de recorrências à Justiça por parte de escravos nos anos finais da escravidão. De acordo com Machado (1994, p.91)

Os fatos ocorridos no princípio dos anos 80 parecem indicar que a resistência escrava começava a enveredar por novos caminhos, transbordando as fronteiras das fazendas, vencendo o isolamento ao qual haviam sido confinados os plantéis.

Atribui-se também essa ação a uma maior ingerência do Estado na relação senhor-escravo, por meio de leis e outros dispositivos que conferiram aos cativos condições de ampliar as possibilidades para reivindicar direitos ou questionar ações senhoriais. Para Zubaran (2006, p.120), “a via judicial era [...] um instrumento político de limitação da autoridade senhorial”. Hebe Mattos, por sua vez, descreve essas e outras ações como indicativas da desagregação da autoridade senhorial e dos demais pilares de sustentação da ordem escravista (MATTOS, 2013, p. 235-238).

Mas não apenas sob tensão foram construídas as relações entre cativos e seus senhores, em Palmas. Houve também atos que parecem expressar proximidade e acordo entre as partes, como no caso da atribuição de “cargos de confiança” a escravos (que podiam exercer funções de capataz ou de caseiro/a, por exemplo). Foram concessões, no entanto, que não podem e nem devem ser idealizadas, consideradas como afirmação de alianças ou laços de solidariedade que apagassem ou nivelassem as diferenças e hierarquias sociais. Miriam Hartung qualifica tal concessão como mais uma das estratégias de manutenção do sistema escravista, ao mesmo tempo em que afirma que a aceitação de tal situação incluía-se entre as estratégias de sobrevivência do escravo (HARTUNG, 2005 p.152).

Para o cativo, a questão poderia ser interpretada também sobre outro viés, no qual a ampliação das relações, tanto no plano horizontal quanto vertical poderia proporcionar oportunidades de modificação de status profissional ou social. Conforme Cardoso (2011 p.44),

a sociedade escravista brasileira apresentava uma notória hierarquia social naturalizada entre os setores, o que não impediu a mobilidade social do escravo dentro das redes de relações. Várias foram as maneiras que os cativos buscaram para alcançar o mundo dos livres, mas os estigmas da escravidão nunca deixaram de existir.

Ao mesmo tempo em que permaneciam estigmatizados por sua condição cativa,

os escolhidos como homens/mulheres da confiança do senhor experienciavam diferenciações em relação aos demais, não somente pelas atividades que exerciam, mas por alcançarem uma maior autonomia que em alguma medida os aproximava dos indivíduos livres. Podiam ser admirados e, não raro, eram invejados por seus companheiros de cativeiro, dada à condição alcançada. Era o caso de Joana, descrita como preta, escrava de José Ferreira Pacheco, cujo suicídio surpreendeu as testemunhas arroladas para depor sobre sua morte, ocorrida em 15 de abril de 1875, por enforcamento, no local conhecido como “Paióis”. Seus relatos convidam a uma análise mais detalhada, por conter elementos bastante significativos, como o fato de que todas as três testemunhas considerarem a ação funesta como fruto de “repentino acesso de loucura” por parte da caseira Joana (a atividade exercida pela cativa é mencionada nos documentos da investigação do seu suicídio).

A atribuição de um ato extremo como o suicídio a um acesso de demência demonstra que aqueles que a conheciam e que trabalhavam com ela ou nas proximidades consideravam que, em condição normal, nenhum motivo a escrava poderia ter para desejar a própria morte. O destaque à sua ocupação de caseira reforça a ideia de que não haveria motivos para desgostar-se da vida, uma vez que desempenhava função que a distinguia perante os demais cativos e que demonstrava certo prestígio junto ao senhor.

A corroborar com tal argumentação, reproduzimos parcialmente a fala de Theodoro Bello, afirmando que “nenhuma razão tinha para isso, visto que é dito por todos que era muito estimada, tanto de seus senhores, como de todos os vizinhos que a conheciam”.

Note-se que mesmo em meio às fazendas extensas de Palmas, nas quais as atividades masculinas implicavam maior mobilidade, mas entre as mulheres nem tanto, Joana era conhecida. Fortalece-se a argumentação de que tinha maior liberdade para ir e vir em razão da “concessão” senhorial de lhe conceder uma tarefa que lhe permitia estabelecer contatos e ser conhecida de “todos os vizinhos”.

Em seu relato, a testemunha Francisco (escravo do senhor Joaquim Ferreira Mendes) disse, por sua vez, que foi avisar José Ferreira Pacheco, “que se achava em sua estância, à distância de légua e meia”. E aí temos outro elemento importante e indicativo de uma possível relação de confiança estabelecida entre o proprietário e sua escrava, a reforçar o que se afirmou até aqui: enquanto ele permanecia na estância, localizada à cerca de 9 km dali, ela cuidava de seus interesses, cumprindo sua tarefa de caseira em seus paióis, distante dos olhos do senhor e sem qualquer vigilância direta que lhe controlasse os passos e os atos. Certamente que se tal liberdade lhe era concedida, isso se dava porque a escrava não representava, aos olhos senhoriais, qualquer ameaça à sua dominação ou a seu patrimônio (material e imaterial). Por outro lado, ao tornar pública a atribuição que lhe conferiu, seus “olhos” passaram a ser todos os demais livres, libertos e escravos que viam a cativa em atividade e que lhe cientificavam (de boa ou má fé) qualquer ocorrência anormal.

Nesse sentido as concessões, ainda que houvesse um esforço em caracterizá-las como benesses, não ocultavam seu caráter de reforço ao controle dos escravos, agravando pressões e cobranças (exigência de contrapartidas, mesmo que sutis) e ampliando laços de dependência. Conquanto não se conheça as motivações de Joana para tirar a própria vida, é possível considerar que talvez tenha realizado um último ato de libertação da referida teia de dominação senhorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto acima é possível compreender que as relações entre os senhores palmenses e seus cativos foram pautadas pela utilização de estratégias senhoriais para reforço e continuidade de sua dominação que incluíram desde movimentos sutis, com ares de concessão, até o uso da força e da coerção justificada como medida pedagógica. Entretanto, o olhar voltado apenas ao senhor poderia fazer crer num apassivamento dos indivíduos escravizados, o que está longe de corresponder à realidade, conforme demonstram os casos apresentados neste trabalho.

Denúncias, como a de Quitéria, foram um modo de minorar punições a partir da interferência externa no mundo senhorial privado. Em relação à Idalina, pode-se dizer que a escrava soube “fazer barulho” acerca da inconformidade com sua situação, já que conseguiu chamar a atenção de um indivíduo livre que denunciou seu senhor. Ao mesmo tempo, amealhava pecúlio, uma das possibilidades para a aquisição da liberdade (por compra). Joana, por sua vez, fez uso de um gesto extremo como expressão de seu arbítrio. Cada uma delas foi atuante, foi agente da própria vida, mesmo nas condições limitadoras da escravidão.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Rosilene Costa. **Relações sociais na sociedade escravista brasileira**. Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 33-46, jan./jun., 2011. Disponível em http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/v7n12011/pdf/003_Relacao_sociais_na_sociedade.pdf Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

CASSOLI, Marileide Lázara. **Ações de liberdade: direito e as relações entre senhores e escravos**, Termo de Mariana, 1850-1888. Anais do Seminário JALS – Justiça, administração e luta social – UFOP, 2010. Disponível em <http://www.seminariojals.ufop.br/anaisjals.html> Acesso em 01 de março de 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade** : uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DJUBATIE, Eliana. **Crime, castigo e cotidiano no sertão escravista guarapuavano durante a segunda metade dos oitocentos**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 21 (2): 143-155, jul./dez. 2013 Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/download/.../3775 Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

GUTIERREZ, Horacio. **Fazendas de gado no Paraná escravista**. Topoi v.5 n.9, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n9/2237-101X-topoi-5-09-00103.pdf> Acesso em 24 de fevereiro de

2015.

HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu**: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. Topoi v.6 n.10 jan-jun 2005 p.143-191. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n10/2237-101X-topoi-6-10-00143.pdf> Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Disponível em http://www.academia.edu/8421508/Campos_da_Violencia_Silvia_Hunold_Lara> Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Os filhos do Ventre Livre**: Palmas/PR, 1871- 1910. Monografia. UFFS, Chapecó, 2015. Disponível em <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2555> Acesso em 15 de maio de 2019.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 3 ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MONSMA, Karl. **Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul**: estratégias de dominação e de resistência. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/monsma%20karl.pdf> Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Primeiras notas sobre os proprietários e suas posses em Palmas**. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/anapaulapruner.pdf> Acesso em 23 de julho de 2014.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880)**: o caso da Lei de 1831. Estudos Ibero-americanos. PUCRS, v. XXXII n.2 p. 119-132, dezembro 2006. Disponível em < file:///C:/Users/Anna/Downloads/1359-4918-2-PB.pdf> Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR

Douglas Pastrello

Mestrando em História política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá-PR

RESUMO: Os debates em torno da questão da memória são extremamente plurais, logo é necessário que se tenha um debate plural acerca do tema. Partindo desta premissa o objetivo é buscar retratar as diferenças entre duas memórias de períodos próximos e suas particularidades – O massacre das Fossas Ardeatinas em Roma(1944) e o uso dos artefatos atômicos no Japão(1945). Através de um diálogo teórico com Michael Pollak(1989), Pierre Nora(1993) e Yoshikuni Igarashi(2011). A partir deste diálogo teórico será feita também uma contextualização desta memória, de forma que se demonstre coerência entre a narrativa criada pela memória circunscrita e o todo cultural que ela se insere.

ABSTRACT: The issues of memory are extremely plural, therefore is a need that we can have a plural discussion around the theme. From this perspective the goal of this paper is to analyze the differences between two memories of the same period of time and its particularities – first the Aderatine Massacre in Rome(1944) and the use of the atomic bombs

on Japan(1945). Through the theory of Michael Pollak(1989), Pierre Nora(1993) and Yoshikuni Igarashi(2011), then from theoretical debates it shall be done the contextualize of this memory, in a way which can be seem the consistency among the narrative created and the memory inside the cultural background around it.

A questão da memória por si só é algo extremamente complexo, não só devido as nuances conceituais sobre o que seria a memória, como também a expressividade que ela possui dentro de um âmbito individual e coletivo. Essa expressividade é justificada ao denotarmos que a memória está no âmago do indivíduo e por esse motivo há inúmeros problemas em volta de suas manifestações.

Podemos afirmar também que não há uma articulação única sobre a memória, indivíduos diferentes em mesmas épocas e recortes históricos terão diferentes abordagens pela memória acerca de um mesmo evento.

Dois exemplos pertinentes de serem trabalhados em conjunto e comparação demonstram bem a volatilidade da memória em torno da Segunda Guerra Mundial, primeiro temos o caso do “Massacre das fossas Ardeatinas” em 1944 na Itália e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki de 1945.

Inicialmente será feito uma explanação

das narrativas em volta do fato em si, buscando demonstrar as nuances que as narrativas da memória possuem em seus respectivos nichos. A seguir farei uma explanação teórica sobre as questões da memória de modo que fique claro que há uma coerência histórica nas interpretações e disputas pelo campo da História através da memória.

As discussões privilegiadas no campo da memória serão feitas com base nos escritos de Michael Pollak(1989), Pierre Nora(1993), Yoshikuni Igarashi(2011). Como escreve Enzo Traverso (2007, P.7) “a memória é uma construção sempre filtrada por conhecimentos posteriores”.

A partir de Pollak, consideramos que a memória coletiva difere em parte da individual, segundo Pollak, a memória coletiva tende a refletir grupos grandes e os aspectos nacionais de um lugar, enquanto a memória individual – que muitas vezes entra em conflito com a memória coletiva – representa os indivíduos e suas experiências em específico. Todavia como apresenta Traverso(2007) o que ambas têm em comum é o fato de serem uma visão do passado mediada pelo presente, cabendo ainda ao historiador reconhecer os contextos desta memória e sua significância.

Já Pierre Nora conceitua o “lugar de memória”, que, segundo o francês, seria um conceito que reflete o simbolismo que uma narrativa de memória possui, nas palavras do historiador “Eles são lugares nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente[...]” (NORA,1993. P.21), estes lugares de memória representam a carga simbólica que se tem em torno da narrativa, em outras palavras os lugares de memória podem ser “acessados” para relembrar uma determinada narrativa ou memória pronta, considerados como marcos empíricos (um monumento por exemplo) ou marcos imaginários, tais como um feriado.

Yoshikuni Igarashi utiliza do conceito de “corpos da memória” levando em critério o fato de que as pessoas são portadoras de uma memória viva em constante transformação: o seu próprio corpo. Desta forma para o historiador japonês há narrativas implícitas em cada marca, cicatriz e dor que o corpo carrega.

DISPUTA POR NARRATIVAS – O MASSACRE DAS FOSSAS ARDEATINAS

O massacre das fossas Ardeatinas em 1944 foi uma retaliação dos nazistas que ocupavam a Itália já rendida e em acordo com os Aliados. A retaliação foi devido a um ataque da resistência na Via Rasella dias antes que resultou na morte de 33 oficiais nazistas e outros feridos.

O ataque a Via Rasella foi protagonizado por um grupo comunista dentro da resistência e comandado pela liderança da resistência.

O massacre foi feito de maneira rápida para demonstrar força dos nazistas em território que ainda era contestado pela guerra, mesmo que a Itália já havia assinado a rendição, em uma proporção de “10 para 1” a retaliação foi feita às pressas para expor em praça pública os “culpados”. Durante a checagem notaram que tinham

335 e não 330, porém decidiram seguir mesmo assim. Houve, também, uma grande variedade nos executados a sangue frio, muitos não haviam participado do ataque a Via Rasella, outros sequer eram membros da resistência

Alessandro Portelli(2003) fez um excelente trabalho ao reunir através de entrevistas conduzidas por ele próprio o material disponível da memória sobre o evento, segundo o autor há três principais narrativas que circulam o evento: uma de esquerda, uma de centro e uma de direita. As narrativas são conflitantes e possuem diferentes interpretações sobre o evento e suas repercussões.

Através de uma série de entrevistas conduzidas pelo próprio Portelli(2003), o autor elabora um artigo que reconstrói as narrativas da memória envolvendo os eventos do massacre das fossas e o ataque a Via Rasela.

Segundo Portelli, há um movimento de resistência espontâneo que surge após o armistício de 8 de setembro que é seguido pela ocupação nazista que tinha como objetivo garantir o controle do território e evitar a ocupação Aliada.

Este movimento possui três interpretações distintas no imaginário popular, primeiro há uma ideia de que ele é surge como obediência ao rei e a decisão do armistício, outra aponta a “lealdade à pátria” dos resistentes; e há ainda uma interpretação que os vê como traidores do eixo.

Independente da forma que se compreende a formação desse movimento de resistência espontâneo, é certo que ele ao ser considerado como um ponto de “unificação” do povo, causando um mal-entendido de que toda a população haveria participado.

Esta interpretação errônea a respeito da “unificação” serve para justificar as duas linhas de memória principais que envolvem o massacre das fossas Ardeatinas e a resistência, de um lado a narrativa de esquerda utiliza este contexto para se legitimar social e politicamente, como aqueles que lutaram contra os nazistas em benefício do povo. Por outro, a narrativa de direita que concentra os esforços em uma tentativa de encobrir seu passado conivente com o fascismo italiano.

A narrativa começa a se fixar como um ato de fundação que visa excluir os opositores do ato, dando protagonismo aos “beneficiados” com o discurso, Portelli aponta que isso é comum ao se elaborarem discursos de memória a posteriori, como foi o caso da independência dos Estados Unidos que exclui os partidários da causa inglesa do ato de fundação da república norte-americana, porém neste caso específico da Itália e da resistência as narrativas em oposição coexistem, enquanto no caso dos EUA os partidários ingleses voltaram para a metrópole.

A coexistência gera as três narrativas já citadas que seriam distribuídas em três momentos distintos.

Durante a guerra fria o discurso prioriza um vazio nacional, se esvazia o significado do evento, mas se comemora como um marco da nação. Neste momento inicial, sendo a primeira narrativa cunhada “oficialmente” no pós-guerra. Segundo Portelli, os eventos sobre o massacre eram quase que religiosos, sem um

aprofundamento histórico e político.

A participação da resistência no fato dos massacres e no enfrentamento nazista passou a ser um “tema controverso”, apesar de ela ter sido a força motriz do movimento, dar visibilidade e voz para a resistência durante a guerra fria, seria legitimar a sua “voz democrática” em plena bipolaridade mundial.

O evento então não era sobre a resistência aos nazistas, mas sim uma celebração da derrota, cabendo toda a violência para os nazistas e a esquerda. Para o autor ainda há ironias presentes nesse recorte: a constituição do pós-guerra feita em 1948 foi criada por um judeu comunista, porém com um código penal fascista de 1929, oferecendo resistência a sua aplicação de fato.

Após a eleição de Sandro Pertini(1978-1985) – uma coalisão de esquerda - a narrativa toma um novo fôlego e dá um novo significado para a resistência, todavia está memória da esquerda não está unificada e se divide em duas diferentes.

De um lado toma-se a resistência como um ato antifascista e por outro a resistência como um símbolo da luta arma e da consciência de classe. Este discurso da nova esquerda entra em discrepância com a narrativa que os próprios resistentes fazem sobre o evento.

Como é possível notar, no texto de Portelli, os resistentes eram excluídos da narrativa oficial, muito mais importava a memória e a comemoração do que a experiência deles, muito mais que uma briga pela memória, o evento se tornou uma briga pelo “lugar de memória” que o massacre representava e pelo protagonismo da narrativa, mesmo que isso em determinados momentos contradissesse os próprios homenageados e suas experiências pessoais no conflito.

Seria importante ainda enfrentar o mito de que todos participaram da resistência, algo evocado principalmente pela memória de direita que utiliza da narrativa para esconder a sua colaboração no passado com a política do Eixo.

Para tal, Portelli, cita Renzo de Felice que elaborou uma pesquisa demonstrando que o fascismo não foi somente uma imposição de valores sobre os italianos e que houve muita participação e colaboração orgânica no movimento, desmitificando a ideia de que não só não se teria havido uma adesão total à resistência, como também de que o povo foi subjugado por completo.

Já a visão de um ex-revolucionário radical, Claudio Pavone, havia três guerras em curso: uma guerra de classes. Uma guerra pela liberação nacional e uma guerra entre resistentes e fascistas; fazendo com que a resistência fosse o conflito, a luta em curso, não o antifascismo, legitimando por tabela a visão da direita. O que os fatos demonstrados tanto por Felice quanto por Pavone tem em comum é o fato é que ambas alteram esse ato fundador da nova república Italiana do pós-guerra.

A volta da nova direita ao poder, marcada principalmente com a eleição de Silvio Berlusconi (1994) retoma conceitos da narrativa de derrota, rechaçando a violência em todas as esferas, ignorando se a violência era parte da resistência fascista ou própria dos fascistas, tratando-as como opostos de uma mesma moeda. Esse rechaço

foi gerado no senso comum devido a inúmeros mitos que foram propagados ao longo dos anos, desde e o massacre das Fossas Ardeatinas. Um dos principais teria sido um boato de que haveriam pregado cartazes em Berlim pedindo que os responsáveis pelo ataque a Via Rasella se entregassem.

Foi compreendido pelo senso comum que o massacre foi uma retaliação pelos responsáveis não terem se apresentado. Para refutar este Portelli apresenta o relato de Ada Pigotti (PORTELLI, 2003. P.21), demonstrando que nunca houve tais cartazes, não haveria nem tempo hábil para isso, uma vez que a retaliação foi imediatista, menos de 24 horas do ocorrido.

Outro boato aponta que o massacre só aconteceu por conta de ser uma retaliação, Portelli também argumenta que a resistência já havia feito ataques anteriormente sem nenhuma retaliação, e que esses boatos tem um efeito na memória de inversão da culpa: desde aqueles que perguntam por que os culpados não se entregaram ou os que julgam que os nazistas são monstros desumanos e tal retaliação deveria ser esperada, acabam por contribuir com a inversão da culpa e culpabilização das vítimas, isentando de certa forma a culpa que os nazistas possuíam na atrocidade como um todo.

Muitos ainda se recusam a comentar o assunto devido a pressão que o senso comum exerce sobre a narrativa, aqueles que discordam da questão da violência ou da maioria dos boatos têm suas experiências a narrativas confrontadas com a fugaz força da inversão da culpa, porém como Pollak (1989) afirma, o silêncio não quer dizer necessariamente o esquecimento, muitas vezes torna-se resistência.

A BOMBA ATÔMICA E A MEMÓRIA NIPÔNICA

Gar Alperovitz (1985) escreveu no Washington Post o seguinte artigo “Did America Had to Drop The Bomb?”, com subtítulo “Not to end the war, but Truman wanted to intimidate the russians”. No artigo o historiador pontua diversas questões após 40 anos do uso da bomba atômica, como o fato de um dos chefes de gabinete de Truman ter escrito em seus diários que os “ataques bárbaros em Nagasaki e Hiroshima não ajudaram em nada na guerra contra o Japão”, assim como também aponta o comentário do Almirante Ernest J. King que afirmava ser possível uma rendição incondicional somente com o embargo feito à ilha.

Essas questões são pertinentes pelo seguinte aspecto, devido ao fato da justificativa oficial da bomba atômica parecer passar por duas grandes questões, primeiro há um cálculo utilitarista, como aponta Igarashi (2011), a bomba atômica salvou a vida de pelo menos “um milhão de soldados americanos”, por outro também impediu que outros milhões de japoneses morressem em “vão”, uma vez que a vitória norte-americana já estava garantida, apenas teria aumentado o desgaste na população nipônica, logo, a bomba atômica também foi um ato humanitário.

Ironicamente ao serem levantados que tanto Nagasaki quanto Hiroshima eram

alvos civis com pouco ou quase nenhum impacto militar no conflito, sendo ainda Nagasaki uma região montanhosa, não há espaço para o questionamento, como bem ilustrado por Michael Bess, em *Choices under Fire*(2008), quando o Smithsonian em 1995 tentou fazer uma exibição do *Enola Gay*, houve uma grande resistência por parte dos veteranos de guerra sendo qualificada como uma “exibição anti-americana”.

Este argumento é consequência da narrativa fabricada no pós-guerra, vinculada a dois eventos principais, inicialmente a aproximação dos Estados Unidos e do Japão – de antagonistas para aliados próximos – e a retórica produzida na guerra fria sobre o uso de armamentos nucleares.

Do ponto de vista desses veteranos norte-americanos que lutaram no front de guerra ao qualificarem a bomba atômica como um ato de agressão desnecessário e não uma decisão militar estrategicamente pensada, os soldados norte-americanos que lutaram na guerra passam a ser vistos como aqueles foram cúmplices de uma vilania desmedida, ignorando o fato de que muitos lutavam por acreditarem que estavam do “lado correto” e para proteger seus entes queridos que ficaram na pátria.

Porém é preciso também desconstruir a ideia de que lutar pela pátria, ter o sentimento nacionalista acima de tudo é justificável em qualquer ocasião. Como Reiss e Ehrlich(2019) apontam, na impossibilidade de se punir todos os responsáveis por crimes de guerra do exército alemão da Segunda Guerra Mundial, evitam também honrarias e louvores aos soldados participantes. Isto não significa também uma falácia do preto no branco, colocando os veteranos norte-americanos no mesmo patamar que os soldados alemães, mas sim demonstrar que é possível questionar determinados sentidos comuns dentro da história da Segunda Guerra Mundial, sendo necessário desconstruir a ideia de que de na “luta pela pátria” é tudo justificável.

Partindo desta linha de argumentação torna-se necessário não só buscar as raízes por trás da narrativa dos artefatos atômicos, como estabelecer a genealogia da inversão de valores que ocorreu entre os Estados Unidos e o Japão no pós-guerra, pois a aproximação entre dois – anteriormente- inimigos foi o que tornou possível o estabelecimento da memória de heroísmo/altruísmo norte americano em contrapartida com a memória individual dos nipônicos relegada ao obívio.

Essa aliança feita seguida ao fim da guerra foi algo premeditado, os Estados Unidos, durante o fim do curso da guerra contrataram a antropóloga Ruth Benedict para registrar estudos sobre a população japonesa, embora a antropóloga não tenha feito trabalho de campo e só estudado a civilização através dos prisioneiros de guerra e populações locais de territórios já conquistados, seu trabalho foi de eximia importância para que os norte-americanos pudessem compreender as nuances culturais do Japão e da cultura da honra em voga no momento, assim como o estabelecimento de estratégias.

Um dos pilares da cultura da honra nipônica era a narrativa mítica de unicidade, em que todos os japoneses seriam descendentes diretos da *kami Amaterasu*, como demonstra Shuichi Kato ao buscar as raízes da mitologia japonesa: ““O *kami* solar

Amaterasu fez descer no território japonês seu descendente Nínigino Mikoto, e consta que o descendente dele é o primeiro *tennō*(Imperador) mitológico Jinmu Tennō.(que subiu ao trono em 660 a.C.)” (KATO,Shuichi. 2012. P.45)”, partindo desta narrativa mítica se estabelece não só a origem “superior” do Imperador japonês como esse traço cultural “único” que diferenciaria os japoneses dos outros povos.

Percebendo a importância cultural do Imperador na sociedade japonesa começa o que Igarashi(2011) chama de “narrativa de conversão”, que busca inocentar o papel que o Imperador japonês teve na guerra e nos crimes de guerra e utilizá-lo como pilar nas negociações políticas que viriam junto com o pós-guerra.

Sendo o responsável por executá-la, o General Douglas MacArthur. Essa narrativa vai sendo elaborada por MacArthur em suas memórias autobiográficas, é contestada por Igarashi(2011), a exemplo de que, segundo o historiador, Hirohito era extremamente conhecido por sua aversão ao fumo, tornando essa cena, que aos olhos do senso comum e da lógica da narrativa moldada, uma situação corriqueira, que todavia, seria uma cena improvável.

Desta forma, a narrativa é criada com intuito não só com intuito de justificar o artefato atômico, como também se demonstra uma maneira de aproximar os EUA e o Japão como aliados. Mudando totalmente a perspectiva do povo nipônico sobre o Imperador, transformando sua origem “divina” em humana, sua reclusão imperial em um humanismo solidário.

Transforma-se assim o Imperador no selo real que unifica o Japão em ruínas, um ativo que é responsável exclusivamente por pôr fim à guerra, muito embora não tivesse corresponsabilidade no conflito.

Uma forte influência da norte-americana predomina no território japonês, surgem novos “cabarés” de música e dança, moldados ao estilo dos clubes americanos. Isto fica visível no filme “Um domingo maravilhoso” (1947) do diretor japonês Akira Kurosawa. No filme se retratam diversos elementos da época da ocupação. Destaca-se, claro, os problemas econômicos do período (CANBY,1982), assim como os traços da cultura norte-americana: bares – cabarés – aos moldes ocidentais, Jazz, dança e até mesmo crianças jogando baseball (PASTRELLO,2019).

A narrativa oficial – sob os esforços de MacArthur - também prega que a ocupação era amigável e que os soldados americanos não abusavam das mulheres, eram cordiais e simpáticos, até preferíveis em relação aos homens japoneses; que os soldados jogavam beisebol com as crianças, distribuíam doces. Somado tudo, como apontado pela narrativa, demonstrava que a ocupação era mais amena do que se esperava, diriam até que pacífica.

Entre os paradoxos da ocupação temos o fato de que em seu início os prisioneiros políticos do Japão são libertados, entre eles adeptos do movimento comunista nipônico. O Partido Comunista, pela primeira vez na história do Japão, saiu da ilegalidade, porém, anos depois com a derrota de MacArthur nas preliminares do partido republicano, o general cede a uma guinada da Guerra Fria e novamente o

partido é colocado no ostracismo e seus membros perseguidos, assim como diversos direitos trabalhistas expurgados.

Por fim, a construção desta memória foi feita baseada em dois pontos em específico, primeiro justificar o uso do artefato atômico e em um segundo momento propiciar a aproximação entre os Estados Unidos e o Japão.

ESPECIFICIDADES DE OUTRO TEMPO

Mesmo com as devidas especificidades que o caso italiano e o japonês citados possuem, consideremos que a memória ainda possui um viés justificativo, legitimador, embora, dadas as diferenças, cada caso com sua própria cruzada.

Torna-se relevante sua comparação ao buscarmos tirar o estigma de que a memória é única, friamente moldada pelos vencedores e que sempre toma rumos e caminhos semelhantes. A comparação entre ambos os casos já demonstra o oposto: podemos selecionar eventos traumáticos de um recorte próximo e ainda assim obtermos uma memória moldada sob os mais diversos parâmetros, gerida através da interação social-passado-presente.

O caso italiano aparenta ser um tópico muito mais sensível socialmente, há uma disputa – que provavelmente não verá fim – no âmbito do massacre das fossas Ardeatinas, não existe consenso. Sufoca-se a experiência individual em detrimento de uma narrativa legitimadora. Como afirmado anteriormente, ocorre uma disputa pelos “lugares de memória” e suas narrativas simbólicas, não pelo resgate da memória como de fato teria ocorrido.

De um lado temos a narrativa de esquerda que busca legitimar a força democrática e antifascista que a esquerda possui, de outro a narrativa da direita permite que seus protagonistas se ausentem da culpa de terem sido colaboracionistas do regime fascista italiano; simultaneamente em que há uma narrativa deslegitima ambas e rechaça a violência por completa, seja a violência do algoz ou do dominado.

Torna-se complexo até mesmo nomear ou historicizar os eventos, no epílogo de seu artigo, Portelli escreve sobre o relato de Luigi Catemario, no relato Luigi demonstra seu descontentamento da falta de consenso sobre como “nomear” o ponto onde teria sido o ataque a Via Rasella, demonstrando que a disputa de narrativas e protagonismo não terá um fim próximo, então por que não simplesmente “Aqui é um lugar histórico”(PORTELLI, P.22).

Está disputa vai de encontro a definição do tempo ocidental dada por Shuichi Kato(2012), na visão do autor o tempo ocidental é baseado na tríade judaico-cristã: passado-presente-futuro, em uma linha finita que iria até o fim dos tempos – ou juízo final.

Essa relação da tríada temporal faz com que a história se delimite em aspectos causais, se olha para o presente com o olhar intrínseco no passado, o passado serve como base argumentativa e justificativa do presente, em suma, os acontecimentos

se vinculam ao todo, desta forma a memória nesse caso se torna uma busca pelo protagonismo do presente através do passado, pouco importando a experiência daqueles responsáveis ou presentes nos eventos memorados.

A memória japonesa toma outro rumo, partindo ainda de Kato, consideramos que a sociedade nipônica está sempre em volta do presente, desvinculada do passado.

Esse tempo japonês, chamado de “agora” pode se estender até um passado ou futuro próximo, porém com o foco do olhar no presente, logo, fora da academia de história há pouca contestação da narrativa de fundação japonesa, isso não significa, todavia, que a memória não existe fora do âmbito coletivo, na verdade ela se torna uma memória reprimida, que não visa o protagonismo da narrativa, apenas um efeito de catarse de modo que se torne menos dolorosa, mais asséptica.

Como demonstrado pelo diretor japonês Akira Kurosawa no filme “Rapsódia em agosto” (1991), a contestação da memória através da protagonista Kane não é uma busca do protagonismo, e sim uma forma de superar a dor, viver o presente de maneira mais agradável.

Diferente do caso do massacre das Fossas Ardeatinas em Roma, a memória nipônica fica relegada ao esquecimento, não por questões meramente políticas, mas culturais, seguindo o provérbio japonês “Deixe a água levar o passado”, isso não significa que embora não existam tensões e rupturas visíveis na sociedade, que elas não existam, o silêncio daqueles que escolheram não comentar o episódio e seguir a “narrativa oficial”, não é esquecimento e sim um ato de resistência daqueles que optam por deixar o passado para trás.

REFERÊNCIAS

ALPEROVITZ, Gar. **Did we have to drop the bomb?**. Washington Post. 1985. Disponível online. Último acesso em 28/11/2018 https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1985/08/04/did-america-have-to-drop-the-bomb-not-to-end-the-war-but-truman-wanted-to-intimidate-russia/46105dff-8594-4f6c-b6d7-ef1b6cb6530d/?utm_term=.587bf4e461d7

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: Padrões da Cultura Japonesa**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BESS, Michael. **Choices under fire: moral dimensions of world war II**. 2008.

CANBY, Vincent. **Review/Film; Kurosawa, Small in Scale and Blunt**. 1991. New York Times. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1991/12/20/movies/review-film-kurosawa-small-in-scale-and-blunt.html>>. Último acesso em: 01 nov. 2014.

EHRlich, Michael;Reiss,Carlos. **A homenagem à um soldado da Whermacht: uma discussão à luz da memória do Holocausto**. 2019. Disponível online: https://drive.google.com/file/d/1FFfC1tYC88Vf3741Fmx_XkMVxC0VuAEL/view?fbclid=IwAR1luXVge4beGa8UsYChJKz_ncgQtN_hcQ0jo7KFG_g0_aqw5TRuVFVnCCo . Último acesso em 07/07/2019.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970)** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

KATO, Shuichi. **Tempo e espaço na cultura japonesa**. São Paulo: Estação da liberdade, 2012.

MAGALHÃES, Guilherme. Exército brasileiro homenageia major alemão condecorado por Hitler. São Paulo: Folha de São Paulo. 2019. Disponível online: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/exercito-brasileiro-homenageia-major-alemao-condecorado-por-hitler.shtml>. Último acesso em 04/07/2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PASTRELLO, Douglas. **A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA**. In. CASTILHO, Danila. **História Diversa**. Ponta Grossa: Editora Atena. 2019.

PORTELLI, Alessandro. “Memoria e identidad: una reflexion desde la Italia posfascista”, In: Elizabeth Jelin y Victoria Langland (comps), **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**, Buenos Aires, 2003.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2011

TRAVERSO, Enzo. “Historia y memoria: notas sobre un debate” In: Marina Franco y Florencia Levín (comps.), **Historia Reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires, Paidós, 2007.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel. 1980.

HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES

Dehon da Silva Cavalcante

Mestrando do Programa de Pós Graduação
História/ICHCA/UFAL

RESUMO: este artigo pretende colocar como objeto de discussão a História, o passado e a memória como campos independentes de exploração do conhecimento, mas que se inter-relacionam, aproximam-se e se distanciam a partir das leituras e narrativas que se fazem do tempo e do espaço, como também, dos sujeitos compreendidos nesta dinâmica. É necessário que se avance no conhecimento sobre esses temas relevantes no sentido de melhor compreender as ausências, os silêncios e os lugares que estão sendo ocupados pelas memórias na atualidade. Os distanciamentos sobre estes temas pode favorecer o não questionamento sobre quais memórias deveriam ser visíveis, seja na História, nas praças das cidades, em monumentos e até mesmo no imaginário das pessoas. De outra forma, as aproximações podem revelar os esquecimentos, sejam eles intencionais ou não. O domínio sobre esta temática concorre para um ensino de História mais eficaz. Os estudos de David Lowenthal, Pierre Nora, Michael Pollak, Maurice Halbwachs, entre outros, serão utilizados como referências bibliográficas neste trabalho, pois contribuem para melhor elucidar

estas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Memória. Passado.

HISTORY, PAST AND MEMORY: READINGS AND APPROXIMATIONS

ABSTRACT: this article intends to put as an object of discussion History, the past and memory as independent fields of exploration of knowledge, but that are interrelated, approach and distance themselves from the readings and narratives that are made of time and space, as well as the subjects included in this dynamic. It is necessary to advance in the knowledge on these relevant subjects in order to better understand the absences, the silences and the places that are being occupied by the memories at the present time. The detachments on these themes may favor the non-questioning of which memoirs should be visible, whether in history, city squares, monuments and even in the imaginary of people. Otherwise, approximations can reveal forgettings, whether intentional or not. The mastery of this subject contributes to a more effective teaching of History. The studies by David Lowenthal, Pierre Nora, Michael Pollak, Maurice Halbwachs, among others, will be used as bibliographical references in this work, since they contribute to better elucidate these questions.

KEYWORDS: Teaching History. Memory. Past.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Partido da premissa que só nos posicionamos efetivamente a partir do conhecimento dos fatos ou situações vividas, torna-se relevante o domínio dos conceitos e das especificidades do ensino da história, como também, o exercício da leitura mais aprofundada sobre o passado, a memória e a História, como forma de aumentar as chances de se aproximar da realidade ocorrida no passado distante ou compreender as questões cotidianas. As relações de disputas presentes em cada um dos temas leva-se, a princípio, numa leitura indolente em relação à escrita da História ou análise da memória, assumir posicionamentos precipitados, sobre um ou outro tema, atribuindo juízo de valor.

A partir das observações sobre o ensino de História nos 9º (nonos) anos do ensino fundamental e 1º (primeiros) anos do ensino médio, em duas escolas da educação básica no município de Palmeira dos Índios - AL, enquanto bolsista do Programa de Iniciação de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), realizadas entre 2014 e 2015, verificou-se a necessidade de abordagem sobre os conceitos que envolvem a História, a memória e o passado.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos; o primeiro trata sobre as questões que envolvem a credibilidade do passado: “Que passado acreditar? Como reconstruir o passado?”; o segundo capítulo trata das disputas que envolvem a memória e o passado: “Memória e História uma relação de disputas”; o terceiro capítulo trata dos distanciamentos e aproximações entre a História e a memória: “Memória e História: entre distanciamentos e aproximações”.

2 | QUE PASSADO ACREDITAR? COMO RECONSTRUIR O PASSADO?

São perguntas estimulantes do ponto de vista do historiador ou do professor de História, pois já possuem certo domínio dos pressupostos teóricos e metodológicos que envolvem a temática, entretanto, aqueles que não se debruçam sobre este estudo, podem se perguntar: o que se sabe sobre o passado realmente aconteceu? Ou como se podem resgatar das consciências dos sujeitos individuais ou de grupos de indivíduos as suas memórias, atribuindo-lhes credibilidade? David Lowenthal (1998, p.67) afirma: “O passado se foi; sua analogia com aquilo agora visto, lembrado ou lido jamais pode ser provada. Nenhuma afirmação sobre o passado pode ser confirmada pelo exame de fatos presumidos”. Contudo, sabe-se da importância de revisitar este passado como forma de estabelecer vínculos com o presente para legitimar o pertencimento a uma família, nação, cultura ou classe social. Assim, torna-se imprescindível não apenas conhecer o passado, ou o que se diz sobre ele, mas, sobretudo, saber fazer as leituras e releituras dele, a partir das testemunhas,

lembranças, vestígios, fragmentos e pistas deixadas, às quais serão questionadas pelas provocações que o tempo presente suscita.

O fato de não poder verificar o passado pela observação ou pela experimentação cria alguns entraves para aqueles que são amantes da materialidade ou da positividade; seus posicionamentos servem de pretexto para atestar que só acreditam naquilo que podem ver ou experimentar, em outras palavras, naquilo que podem ser provada a sua existência. Estes, na maioria das vezes, desprezam as análises subjetivas das fontes ao mesmo tempo se esquecem de que são das incertezas que brotam o senso criador do homem, como assertiva de que são através das análises, pistas, fragmentos, narrativas e registros históricos, que se podem inferir prováveis aproximações com a realidade acontecida. O passado outrora localizado distante, incognoscível, passa a ser através da teoria e metodologia, recriado, lembrado e pelas evidências das pesquisas e rastros seguidos se aproximam da verdade.

Nesse contexto, acredita-se que nos registros feitos pelos historiadores, ao mesmo tempo em que se tem a necessidade de submetê-los às análises e interfaces do tempo presente, considerando as subjetividades implícitas em sua narrativa, justificam-se não como forma de desacreditar no que está posto, mas de considerar a existência de lacunas não preenchidas em relato anterior. Assim, desenvolve-se o senso crítico e avança-se no conhecimento sobre o objeto de estudo.

O lidar com o tema “passado” nas pesquisas sobre o ensino de História, por exemplo, possui importância fundamental por motivos diversos: especialmente pela necessidade do domínio teórico e metodológico que o tema comporta, ele é a matéria prima dos historiadores, no entanto, esta realidade causa bastantes conflitos de interpretação nos alunos da educação básica, sobretudo por que existe no imaginário da maioria desses estudantes a pretensão de se acreditar numa verdade absoluta a partir de uma narrativa histórica que comporte a totalidade dos acontecimentos, o que não corresponde com os propósitos historiográficos.

Assim, torna-se urgente avançar no conhecimento sobre a História, o passado e a memória, de maneira que se possa desconstruir pré-conceitos, especialmente quando se retoma a assuntos presentes no cotidiano da sociedade e que dialogam com o presente, como por exemplo, o ensino da cultura afro-brasileira e indígena. A historiografia a partir da década de 80 do século XX já se posiciona diferente em relação à cultura dessas etnias pelo que se retratava no início deste mesmo século. Anteriormente não se levava em consideração as diferenças culturais existentes, mas ao longo do tempo foram sendo compreendidas as suas especificidades e, através de lutas pelo respeito à diversidade cultural, mudaram-se muitos posicionamentos sobre a cultura desses povos.

Lowenthal (1998, p.83) afirma:

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da

memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. [...] A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significado.

Logo, as pessoas lembram-se do passado para reconstruir suas histórias, seja no campo individual ou coletivo. As lembranças evocam a memória e afloram as continuidades de pertencimento a uma determinada história, cultura, povo e lugar. O afloramento das memórias silenciadas conduz ao devido lugar de reconhecimento dos verdadeiros heróis, ao passo que também pode revelar verdadeiros vilões disfarçados em “pele de cordeiro”.

3 | MEMÓRIA E HISTÓRIA UMA RELAÇÃO DE DISPUTA

Inicialmente, ressalta-se que os dois campos: memória e História, no final do século XVI e durante o século XVII, se confundiam como um único campo do saber, pois nessa época as ciências ainda não tinham sido constituídas de forma autônomas. Grandes nomes da intelectualidade, pensadores, filósofos como Descartes, Galileu, Pascal, Francis Bacon, entre outros, menosprezavam os “Doutores da memória” e conseqüentemente aquilo que eles estudavam, ou seja, os seus objetos de estudo, como as lembranças, a memória, o passado e a História.

No final do século XIX quando a História se constituiu como ciência, e também, no início do século XX, outros pensadores como Pierre Duhem, Ernst Mach, Paul Valéry, Virginia Woolf, Robert Musil, Fran Kafka, entre outros, também criticavam veementemente a história afirmando que era preciso deixá-la de lado, esquecê-la, pois representava um entrave à compreensão do conhecimento sobre a vida humana. Assim, nasce a ciência História, sendo pressionada e discriminada pela intelectualidade da época. Os historiadores foram sensíveis a este processo, pois pensaram que para ter acesso ao conceito da verdadeira ciência era preciso submeter à memória à ciência social, à qual estava moldada e apoiada pelos pensadores das ciências da natureza.

A contextualização acima se faz necessário para compreender como estes acontecimentos reverberaram no século XX com a prática da escrita da história oficial e como, também, o ensino de história se comportou a partir desses desdobramentos, isto é, se a produção historiográfica contemplava a história vista de cima como as memórias subterrâneas apareceriam? Este fato transparece-se de forma muito visível, por exemplo, na produção dos livros didáticos. Qual espaço se destina a história afro-brasileira e indígena nesses livros? Quais os aspectos que devem ser ofertados de formação na formação dos professores para se pensar esta temática? Qual lugar de memória se deve atribuir a esses sujeitos? Sem dúvidas, a invisibilidade aliado a inferioridade foi pensada para os sujeitos pertencentes a estas etnias.

Contudo, este quadro começa a mostrar indícios de esgotamento historiográfico,

haja vista que os grandes acontecimentos historiográficos vivenciados pela humanidade, como o holocausto ocorrido no decorrer da Segunda Guerra Mundial, bem como, o processo de escravidão de negros e índios nas Américas, sobre os quais, a história oficial não estava dando conta de explicar. Por conseguinte, houve uma espécie de revolta contra os ditames dessa história que não davam conta das explicações sobre esses acontecimentos, os quais eram retratados, em grande parte, na ótica da elite, obscurecendo os reais motivos pelos quais tantas vidas foram ceifadas. A partir de 1970 houve uma espécie de revanche da memória sobre a história.

Segundo Loriga (2009. P.16):

O que permanece insuportável é a ideia de que mesmo os crimes mais atrozes possam cair no esquecimento, de que mesmo o horror possa se transformar em pó: que a neve tenha recoberto as valas comuns na Ucrânia e os campos de morte dos armênios na Anatólia, que as dunas da Namíbia tenham soterrado os corpos dos hererós mortos em 1904 pelo general Lothar Von Trota. Como se pode ver na reportagem fotográfica de Simon Norfolk sobre o genocídio, mesmo os crimes mais ignominiosos são mortais, “o mal conta com certeza de que a erva cobrirá os túmulos cheios de cal viva, de que a terra devorará os cartuchos, de que as vozes humanas se calarão e de que a memória fracassará”.

Percebe-se o importante papel do historiador, sua função social, pois seguindo metodologia própria, aliado a teoria, testemunhos, vestígios e fontes, como também com o apoio das ciências como arqueologia e paleontologia podem-se colocar na história, a partir do resgate da memória os verdadeiros heróis. No Brasil até o final da década de 1990 só era ensinado nos livros didáticos a trajetória dos negros oriundos da África, associando-os ao processo das viagens marítimas ocorridas no século XV e XVI e ao tráfico de escravos.

Que lugar de memória se quer atribuir aos sujeitos históricos desse processo? São estas disputas entre História e memória que se fazem presentes no ensino de história, no livro didático. Após a Lei 10.639/03 e 11.645/08, o ensino de História passa a ter nova configuração nas escolas públicas e particulares da educação básica com a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena nestes estabelecimentos de ensino.

4 | MEMÓRIA E HISTÓRIA: ENTRE DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Entre os questionamentos sobre qual a verdadeira memória a resgatar ou qual a correta história a narrar surgem às aproximações e os distanciamentos entre ambas. Assim, pode-se indagar: o que de fato estes temas possuem em comum? Certamente a busca pela verdade ou o que se possa representar dela, certamente é um dos pontos convergentes que une as análises em torno dessas temáticas. Também, se constata que o passado é o lugar em comum entre a História e memória, constituindo-

se no verdadeiro palco, sobre o qual, ambas irão fazer as perguntas e colher as respostas dos sujeitos envolvidos, sejam eles individuais ou coletivos, testemunhas vivas ou apenas fragmentos do tempo transcorrido. Importa perceber que ambas estão sempre em conformidade na procura de traços e vestígios que possam ligar o passado ao presente, ao mesmo tempo em que podem preencher as lacunas deixadas pela historiografia à luz dos questionamentos feitos em cada época.

Segundo Menezes (1992, p. 16):

Se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento a memória humana é impossível.

Pode-se inferir a partir de um estudo mais aprofundado, como demonstra o autor na citação acima, nova constatação presente no tema memória, ou seja, a sua condição de existência está associada ao esquecimento. Logo, se tem memória quem se esquece. De outro modo, pode-se afirmar que pela condição de se esquecer de algo se percebe que de fato o passado existe e a sua existência está associada ao presente. Conclui-se, neste caso que a reminiscência da memória parte do presente, ou estimulada por este e vai buscar no passado as lembranças contidas no esquecimento, mas que vem a luz a partir das provocações ensejadas pelas demandas dos sujeitos do presente.

Em outra concepção, não de afinidades, mas de oposição, existe autores que contestam esta proximidade entre a História e a memória, pois ao se pensar quais memórias se tornam visíveis e quais Histórias são escritas, precisa-se refletir também sobre o domínio que uma exerce sobre a outra ou tenta exercer em um dado momento, de acordo com as condições favoráveis e as circunstâncias próprias que envolvem o domínio político e o poder que pode resultar, certo predomínio, da História em relação à memória e vice versa. Nem sempre coexiste harmonia e autonomia entre estes temas complexos, mas ao coabitarem no campo do passado possuem estreitos laços com o presente.

De acordo com Pierre Nora (1993, p. 9):

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomemos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela esta em permanente evolução, abeta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais. [...] a história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.

Como se observa existe uma espécie de extrema disputa entre quais espaços

são ocupados, seja pela prevalência da memória ou da História, sendo também objeto de disputas a construção do pensamento das escolas historiográficas, levando-se em consideração as particularidades que se formam a partir dessas leituras em relação à escrita da História. Pierre Nora (1993) afirma que existe um criticismo no coração da História que caminha no sentido de destruir a memória, pois a coloca sempre como suspeita nas situações onde se precisa resgatá-la.

A historiografia contemporânea por sua vez vem tentando responder a questões atuais sobre a crescente valorização da memória diante do seu correlato esquecimento, isto é, se observa uma crescente visibilidade dos fatos e feitos ocorridos no passado, excluindo do lugar da memória oficial aqueles que a história oficial não os revelou como coparticipantes do processo histórico, ou seja, os heróis invisíveis, as culturas retraídas, os algozes, os sofrimentos que os negros e índios foram submetidos no decorrer expansão colonialista ocorrida nas regiões como a África e a América.

A compreensão mais aprofundada sobre a temática memória e História e suas inter-relações com o passado avança no campo historiográfico para dar respostas às interfaces, que estão presentes no ensino de História, como requisito para bem elucidar as particularidades dos fatos narrados. Não cabe apenas o debate de aferir quem é mais importante ou quem é mais verdadeira do ponto de vista do resgate do passado, mas, sobretudo, compreender que a História e a memória possuem compromissos em se aproximar da verdade. Assim, de acordo com os estudiosos sobre estes temas, para se chegar ao conhecimento mais seguro, faz-se necessário mergulhar nas suas especificidades para trazer a luz da historiografia e conseqüentemente do próprio ensino de História, os conceitos que corroborem com a dinâmica do espaço/tempo em que tanto os historiadores pesquisadores como o professor de história educador possam compartilhar a linguagem reflexiva sobre os acontecimentos localizados no passado, sejam eles no passado remoto ou recente.

A memória comporta vários significados e a partir da leitura de Marcel Proust, Henri Bergson e Maurice Halbwachs, pode-se encontrar pontos de apoio para compreendê-la: “memória voluntária - voltada a vida prática, atada ao hábito, essencial a vida, porém corriqueira e superficial; memória involuntária - espontânea, descontínua, rompe com o hábito, carregada de afetividades, representa a verdadeira memória por ser mais elevada; memórias subterrâneas – aquelas que foram encobertas para favorecer interesses particulares ou coletivos; memórias silenciadas – aquelas, que por muitas vezes, foram oprimidas pelo poder vigente e não se manifestaram; memória individual – como sendo um ponto de vista sobre a memória coletiva e estão limitadas muito estreitamente ao tempo; memória coletiva – memórias que envolvem as memórias individuais, mas não se confundem com elas”. São muitos tipos de memórias encontradas, porém importa conhecer como essa(s) memória(s) trabalha com o passado e são retratadas na historiografia, às quais são objetos de estudos de muitos historiadores, pensadores e sociólogos.

Seixas (2004, p.42) afirma:

Toda memória é fundamentalmente “criação do passado”: uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. [...] A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portando do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias, significa antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...) Noção de que a memória torna poderoso(s) aqueles(s) que a gerem e controlam(m).

Observa-se, contudo que a memória está intrinsecamente ligada ao passado e a História de forma que ambas buscam no passado a legitimação da sua existência, só existe a memória e a história por que evidentemente existe o passado, o que não significa afirmar que o passado foi descrito em sua totalidade, é impossível tanto à memória como à História dar conta do passado de forma integral, existem sempre lacunas a serem preenchidas. Diante desta afirmativa e graças a ela, sobressai a importância do historiador que em seu ofício busca preencher essas lacunas deixadas nas narrativas passadas no fulcro de se poder afirmar que haverá muitas a serem preenchidas.

A fortaleza da ciência Histórica reside na sua força de recriação, como se houvesse um movimento ascendente e contínuo de revigoração. Muitos críticos querem condenar a História, como aconteceu no início da sua configuração como disciplina autônoma, atribuindo-lhe falsidade, esquecendo-se existe em sua gênese uma capacidade inovadora que se constitui a partir das demandas do presente. Portanto, o que difere do passado, da memória e da História, são as leituras e narrativas que passam a serem impregnados de representações e apropriações, como forma de se manter o controle da memória, o poder ou a dominação dos sujeitos ou grupos mais vulneráveis.

Contudo, não se pode deixar a margem da discussão sobre o passado, a História, e a memória a importância fundamental que os costumes em comum exercem no trabalho com essas temáticas. Eles são fortes e podem interferir nas narrativas individuais e coletivas de sociedades, especialmente daquelas que foram oprimidas, pois muitas vezes, a legitimação dos usos dos costumes reflete-se na necessidade de afirmação da identidade de um povo. Percebe-se que mesmo através do uso da força ou lei, os costumes se sobressaem encontrando formas de se perpetuar e, desta forma, rememorar as memórias passadas, traduzindo-se em formas de resistência daqueles que, em grande parte, não tiveram acesso à educação formal.

Segundo Thompson (1993, p.15):

Se a muitos desses “pobres” se negava o acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de “costumes”. Se o folclore do século XIX, ao separar os resíduos culturais do seu contexto, perdeu o sentido do costume como contexto e mentalité, deixou igualmente de perceber

a função racional de muitos costumes, nas rotinas do trabalho diário e semanal. Muitos costumes eram endossados e frequentemente reforçados pela pressão e protesto populares.

Nesta perspectiva, os costumes servem de base para as práticas culturais, na medida em que ao se enraizar essas práticas mantem-se no presente o sentimento de pertencimento a uma identidade cultural. Ao estudar a cultura africana e indígena, por exemplo, a partir do ensino de História, torna-se visível como estas etnias mesmo sendo subjugadas perpetuaram seus costumes. No Brasil quando os negros não podiam expressar os seus costumes religiosos, por serem escravos, vivenciou-se, em certa medida, o hibridismo religioso, ou seja, uma espécie de fusão entre o catolicismo e o candomblé.

Não se pode apagar a construção social enraizada na mente dos sujeitos pelo uso da força ou da opressão, em um dado momento os sujeitos buscarão formas de perpetuar as suas tradições, que se reverberam em movimentos de resistências quando são impedidos de manifestarem os seus costumes. As fugas empreendidas, a música, a literatura o resgate da memória, a reescrita da história colocando no lugar da memória os verdadeiros heróis, o ensino de história contemplando a cultura afro-brasileira e indígena se constituem em formas de lutas pelo reconhecimento de uma identidade cultural.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face o exposto, convém estar sempre revisitando os conceitos sobre o passado, a História e a memória, como também o estudo dos costumes dentro do contexto historiográfico e social, não apenas para o domínio dos seus significados, mas, sobretudo, para compreender as interfaces que cada tema opera quando se busca a verdade dos fatos e a recuperação das verdadeiras memórias. O trabalho do historiador, assim como o do professor de História estão ligados entre si e também pela inter-relação com esses temas, que por sua vez, reverberam no ensino de História. Suas dinâmicas movimentam-se como um objeto a circundar uma atmosfera. Podemos chamar esta de passado e aquele de memória ou história. O destino destes objetos certamente será o porto seguro chamado verdade.

A teia formada pelo conjunto de sujeitos complexos envolvidos no campo da História, memória e passado precisam ser compreendidos a partir das demandas do presente, como sendo o caminho por onde o historiador e o professor de História precisam transitar. O processo de colonização do Brasil deixou marcas profundas na população negra e índia e em seus descendentes, eles tiveram a sua imagem inferiorizada, não tiveram direitos de rememorar a sua origem, sendo negada a liberdade de expressão cultural. Entretanto mesmo diante das dificuldades de se manter viva as suas raízes, adotaram estratégias de sobrevivência e o legado dos

seus ancestrais não se perdeu graças à memória, a História e os costumes, que são as estradas percorridas, nem sempre pavimentadas, mas conduzem por seus caminhos complexos ao resgate da identidade sociocultural.

As relações de disputas entre História e memória, na medida em que são apropriados seus conceitos e significados, apontam para o entendimento para além das definições, direcionando para a compreensão desses temas tratando-se, também, das suas operacionalidades, assim como das inter-relações entre o passado e o presente. Neste sentido, as leituras empreendidas sobre passado, memória e História, vão além da importância do domínio teórico da disciplina História que é essencial para o ensino de História, mas também, torna-se fundamental para alicerçar de forma substancial o desenvolvimento de pesquisas nos diversos campos que compõem o ofício do historiador e do professor de história. Existe a pertinência de se transitar nestes conceitos para alcançar o domínio da práxis pedagógica e historiográfica.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Marurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais / Vértice, 1990, p. 25 – 89.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Projeto História. Revista da PUC - São Paulo, n. 17, nov. 1998.

_____. **Lei 10.639/2003**. Altera a Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. (DOU. Brasília, DF, 09/01/2003).

_____. **Lei 11.645/2008**. De 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acessado em 15/10/2018.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador In: GOMES, Angela M. de Castro e SCHMIDT, Benito B. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-37.

MENESES, Upiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.34, 1992, p. 9-24.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista da PUC – São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVA, Anderson. **Lições Sobre a África. Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico - 1990-2005**. Tese (Doutorado em História). UNB, Brasília, 2007.

Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, vol. 2, 03. Rio de Janeiro, p. 03-15.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.37-58.

THOMPSON, Edward P. "Introdução: costumes e cultura". In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 13-24.

NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)

Vinícius de Oliveira Masseroni¹

* Esse texto é uma versão aprimorada da comunicação realizada no IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras. Agradeço a todos participantes do GT de História Política, nas pessoas dos coordenadores Alessandro Batistella (UPF) e Marluza Marques Harres (UNISINOS), pelos comentários e sugestões durante o evento. Agradeço também aqueles que tornaram essa publicação possível: Cláudia Masseroni, Gabriel Ferreira, Henrique Hilgert, Marcos Barella, Marina Haack, Maxsuel Maia, Renan Roggia, Thiago Pereira e Vanderlei Silva
À GUIA DE INTRODUÇÃO

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de 'tempo- agora' [Jetztzeit].

Walter Benjamin²

No texto que se segue buscaremos introduzir a problemática da disputa sobre as memórias relativas ao período da *luta armada* durante a Ditadura civil-militar brasileira. Precisamos, para seguir esse

objetivo, realizarmos algumas reflexões, mesmo que breves e introdutórias, sobre as questões relativas ao *trato* com a memória dentro da pesquisa histórica. Isso se deve que trabalharemos com entrevistas dos militantes da autorreferida *esquerda revolucionária*.³

No trabalho com entrevistas, como em nosso caso, as fontes orais não são espontâneas, mas provocadas pelas questões postas aos entrevistados. Nesse momento o inquirido passa ao momento de rememoração do passado, no processo de formulação de uma resposta. Nesse sentido, a colocação de Beatriz Sarlo nos parece pertinente, segundo a autora a memória é “uma captura do passado pelo presente”.⁴ Na mesma direção Denise Rollemberg afirma, “o movimento que elege a memória como objeto de história deve pressupor a memória não como ‘verdade do passado’, como ‘presença do passado’, mas como ‘presente do passado’. Aí estão sua

1 Formado em história pela UNISINOS, atualmente é aluno de mestrado em história na mesma instituição com bolsa PROSUC/CAPES. E-mail: Vinicius.masseroni@gmail.com.

2 BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*: ensaios sobre literatura e História da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 249.

3 Aqui uma nota se faz necessária. Em meu projeto de mestrado, intitulado “Democracia ou Revolução? Um estudo sobre a memória dos militantes da esquerda armada no Brasil (1968 – 1972)”, trabalho com as entrevistas realizadas pelo sociólogo Marcelo Ridenti, disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP), Fundo: Militância política e Luta Armada no Brasil. Porém para este trabalho utilizei entrevistas disponíveis na internet de partidários da luta armada no Brasil. Aqui pretendo apenas evidenciar que essas memórias não são unas, mas polifônicas.

4 SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9.

riqueza e sua relevância”.⁵

A questão memória é parte indissolúvel da questão da História Oral. Em nosso tema, em particular, ela se torna muito delicada. Os entrevistados, muitos deles passaram por experiências traumáticas durante a Ditadura civil-militar – desde os exílios forçados até as torturas nos quartéis –, logo, essas memórias se tornam *incomodas*. Aqui achamos importante ressaltar a importância do papel coesionador exercido pela memória no indivíduo não pela coerção, mas pela questão afetiva.⁶ Essas memórias – individuais, mas que dão coesão a um grupo – podem, não descartamos essa hipótese, conter equívocos, intencionais ou não. Por este motivo o trabalho da História Oral e da memória, muitas vezes, foram atacados por essa “fraqueza”. É dispensável lembrar que qualquer fonte é passível de estar errada, mesmo propositalmente. Essa seria uma resposta. Mas estaríamos atacando a História em geral, como disciplina. O cruzamento de dados e fontes é um procedimento básico do *metiér* historiográfico. Não raro os historiadores encontram nos entrevistados informações muito precisas, quando confrontadas com outros documentos. Porém, ainda devemos uma resposta aos Rankeanos. Devemos lembrar que, muitos trabalhos de História Oral e Memória estão *de fato* preocupados com a memória em si, ou seja, com o processo pelos quais os sujeitos (re)constroem essas memórias. Dessa maneira, o equívoco, ou mesmo a mentira, são importantes objetos de análise. Alessandro Portelli lembra que “até mesmo o erro, a invenção e o mal-entendido – e mesmo as mentiras – especialmente quando são socialmente difundidos, tornam-se sintomas preciosos de processos históricos importantes como a memória e o desejo”.⁷

Procuraremos aqui, então, evidenciar, por meio dos relatos de militantes – suas reconstruções da memória – que, apesar de durante muito tempo a esquerda revolucionária ter sido vista como a radicalização da luta pela democracia, isso não está “pacificado nas memórias” dos militantes. Muitos afirmam que lutavam pela *democracia*, outros tantos que lutavam pela *ditadura revolucionária*, ou ainda, *do proletariado*. Quem fala a *verdade*? Quem *mente*? Mas, talvez, o mais importante seja saber o motivo da mudança de discurso.

AS ESQUERDAS NO BRASIL DE 1960

A produção historiográfica sobre as esquerdas⁸ no Brasil já é bastante desenvolvida, e ainda é alvo de interesse dos pesquisadores. Desde o final da década de 1980 essas organizações vêm sendo objeto de estudos de diversos historiadores,

5 ROLLEMBERG, Deníse. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. II. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 569-577, p. 575.

6 POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989, p. 3.

7 PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 19.

8 Optou-se aqui usar o termo no plural, *esquerdas*, já consagrado na bibliografia sobre o tema, por entendermos que o campo progressista era e é múltiplo e informado por vários aportes teóricos. Cf.: AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

filósofos, sociólogos e demais pesquisadores das ciências humanas. Podemos começar pelos estudos já clássicos da historiografia *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender,⁹ *A Revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis¹⁰ e *O fantasma da Revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti.¹¹ Esses estudos têm em comum o fato de abordarem as esquerdas dentro do período da ditadura civil-militar, no entanto, as esquerdas têm sido objeto de estudo nos mais diversos períodos da história e com a maior diversidade de ângulos de abordagem.¹²

Mesmo com relevante produção bibliográfica o tema das *esquerdas* tem sido, assim com o período da Ditadura civil-militar como um todo, “vítimas” das memórias. Não é novidade para os historiadores que as sociedades, após o término de regimes autoritários e violentos, tendem a *construir* memórias (sempre em dialética com o esquecimento) harmoniosas, ou ao menos, autocomplacentes com vistas à auto-absolvição. Não se trata, obviamente, de ato pensado a fim de “ludibriar” a História, é uma ação de preservação para que essa sociedade consiga “seguir em frente”, refazendo um passado o qual possa lembrar e lidar. Isso não foi exclusividade brasileira, os alemães pós-regime nazista, os italianos pós-regime fascista e os franceses após o término da ocupação nazista em seu território, parecem ter sofrido a mesma “amnésia pós-traumática” que a sociedade brasileira experimentou após a queda da ditadura em 1985. Dessa maneira cria-se o *mito da sociedade como vítima*.¹³ A sociedade, na reconstrução de sua memória, esquece-se de sua parcela

9 GORENDER, Jacob [1987]. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

10 O livro é originário da tese de doutoramento em história do professor Daniel Reis, defendida em 1987, transformada em livro em 1990, cf.: AARÃO REIS, Daniel. *A Revolução Faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

11 O livro é originário da tese de doutoramento em sociologia do professor Marcelo Ridenti, defendida em 1989, transformada em livro em 1993, cf.: RIDENTI, Marcelo [1993]. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

12 Alguns estudos importantes sobre as esquerdas são os seguintes: AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge (org). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, 3 vol. Em três volumes que somam quase duas mil páginas onde diversos autores abordam as esquerdas nos seus mais diversos matizes (anarquistas, comunistas, socialistas, trotskistas, trabalhistas e etc.) e no período que abarca a proclamação da república até o século XXI. Outra coleção importante é a *História do Marxismo no Brasil*, publicada em seis volumes, com variados organizadores e autores. Sobre as esquerdas na década de 1970 durante a ditadura brasileira ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Sobre a produção cultural dos comunistas convém consultar: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Comunistas brasileiros: Cultura Política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Sobre o exílio dos militantes revolucionários: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. São Paulo: Record, 1999. O PCB tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores: FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário dos comunistas do Brasil (1930 – 1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB (1956 – 1957)*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988; PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995. Sem contar a vasta produção de teses, dissertações, artigos e capítulos de livros.

13 Para melhor avaliação das sociedades pós-ditatoriais na Europa, especialmente o regime de Vichy na França, e do *mito da sociedade como vítima* consultar: GROPPPO, Bruno. *Mito da sociedade*

de participação e colaboração com os regimes autoritários, seja colaboração ativa ou simplesmente sujeitando-se às condições impostas. No caso brasileiro, a partir de 1979, a sociedade começa um processo de avaliação – não necessariamente racionalizada – da memória dos *anos de chumbo* e mesmo do golpe de 1964. Passa a rechaçar a ditadura como se nunca houvesse tido nada com aquilo, e vendo-a – a Ditadura – como “corpo estranho”, algo que sempre a sociedade se opôs.¹⁴

A historiografia, a revelia da memória cômoda da sociedade, já demonstrou com inegável quantidade de evidências que os civis não apenas assistiram ao golpe de 1964 e suportaram a Ditadura, mas sim, foram parte ativa nos rumos do país sob o governo dos militares, basta lembrar que grande parte da imprensa saudou o Golpe, instituições como CNBB e OAB, líderes civis como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek apoiaram a deposição de Jango, que a *família brasileira* saiu às ruas pelo país nas “Marchas da Família com Deus, pela Liberdade” e, também, que todos os vice-presidentes do país sob a ditadura foram civis.¹⁵

Subjacente ao *mito da sociedade como vítima*, surge, sub-repticiamente, o *mito da sociedade resistente*.¹⁶ Não basta não termos tido parte com a Ditadura, também fomos resistentes a ela. É nesse momento que a *memória da esquerda* toma vulto, aquilo que Daniel Aarão Reis chamou, com sua perspicácia usual, de *deslocamentos de sentido*.¹⁷

Contudo, as *esquerdas revolucionárias* não são compreensíveis se não houver uma rápida introdução ao seu contexto de surgimento.¹⁸ É sempre *mister* lembrar que durante a década de 1960 o mundo estava em plena Guerra Fria, logo as lutas entre direitas e esquerdas ganhavam relevo e interesse internacionais. Hoje já é sabido, graças à pesquisa historiográfica e abertura de novos arquivos, da participação dos

como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 39-56.

14 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 135.

15 Sobre a participação civil no golpe ver: ARRÃO REIS, 2014, p 48 - 49; DREIFUSS, René. *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981; FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014; PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

16 GROppo, 2015, p. 42.

17 AARÃO REIS, 2014, p. 133; ARRÃO REIS, 2002, p. 70.

18 Os trabalhos mais aprofundados sobre o surgimento dessas esquerdas são os já citados: Aarão Reis (1990), Gorender (2014) e Ridenti (2010). Para um panorama mais sintético de contextualização do surgimento e fragmentação dessas organizações, ver: RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964 – 1974. In: _____; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI. Campinas: Editora Unicamp, 2007a, p. 105-152; RIDENTI, Marcelo. Esquerdas Revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964 – ...)*, (Coleção as esquerdas no Brasil, Vol. III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, p. 21-52; ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, p. 43-92.

Estados Unidos da América no golpe civil-militar no Brasil.¹⁹ Tendo isso em vista, é importante tentarmos trazer a tona o contexto do início da década de 1960, as revoluções vitoriosas que inspiraram grande parte da juventude daquela época, especialmente a Revolução Cubana de 1959 (inicialmente nacional democrática e, posteriormente, em 1962 assumindo caráter socialista) e a Revolução Argelina, de 1962, contra o colonialismo francês. Esse contexto internacional animava grande parte das esquerdas brasileiras ainda antes de 1964, são elas: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP ou, simplesmente, POLOP); Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T); a juventude católica de esquerda, aglutinada na Ação Popular (AP); os nacionalistas radicais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) liderados por Leonel Brizola; também, o movimento capitaneado por Francisco Julião que reivindicava a Reforma Agrária, as Ligas Camponesas que, ainda em 1962, realizariam uma das primeiras tentativas de implantação de uma guerrilha rural. Esse movimento, surgido dentro das Ligas Camponesas, foi chamado de Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).²⁰

É necessário ressaltar a importância do PCB dentro do nosso estudo, ainda que trabalharemos apenas com as organizações armadas. Apesar de sempre tecer críticas abertas à luta armada, no pós 1964 o PCB perderá grande número de militantes para as organizações *revolucionárias*. Sendo ele o maior partido marxista até o golpe civil-militar, também foi o maior alvo de críticas dos militantes que surpreenderam-se com seu imobilismo e despreparo no combate ao contra o golpe. Dessa maneira, no pós-64, vários foram os “culpados” pelo imobilismo esquerdas: Jango; o PCB – especialmente Luís Carlos Prestes; a retórica inflamada de Brizola e, também, as esquerdas de menor expressão, tais como, PC do B, POLOP e AP.

O PCB foi quem mais sofreu com *rachas*²¹, alguns deles são: Ação Libertadora Nacional (ALN), originária da ruptura de Carlos Marighella em 1967, quando esse velho militante participa de um evento em solidariedade a Cuba sem autorização partidária. Ao retornar de Cuba, Marighella já expulso do PCB, leva grande parte dos militantes de São Paulo – onde o mesmo residia na época – esses dissidentes ficaram conhecidos como “Ala Marighella”, posteriormente adotam o nome de “Agrupamento

19 Sobre a participação dos EUA no golpe e apoio à ditadura ver: FICO, Carlos. *O grande Irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Convém sempre lembrar que não devemos exagerar a influência do apoio dos agentes externos no golpe brasileiro, sob o risco de vermos a história brasileira simplesmente como brinquedo internacional e, também, sob risco de “absolvermos” aqueles que perpetraram o golpe pois estavam apenas “a reboque” de Washington, cf.: AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 29-52, p. 33.

20 Não confundir com agrupamento homônimo do final da década de 1960. A tentativa de implementação de uma guerrilha rural, ainda sob governo constitucional de João Goulart, foi desbaratada antes mesmo de Julião conseguir lançar a guerrilha, cf.: RIDENTI, 2017a, p. 133, nota 3.

21 Denominação dos militantes para quando um grupo saía de um partido/organização para fundar outra.

comunista de São Paulo” e, em 1968, denominam-se de Ação Libertadora Nacional.²² Outro fruto de cisão do PCB foi o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cujos militantes, derrotados do VI Congresso Nacional do PCB, discordavam da linha *pacifista* defendida por Prestes. Dessa organização que optará pelas ações armadas com vistas a desencadeamento da guerrilha rural fizeram parte conhecidos comunistas como Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. As *Dissidências* (DI's), de origem estudantis, resultaram na formação das organizações mais radicais. As mais importantes foram: Dissidência de São Paulo (DISP), que posteriormente cederá seus militantes a várias organizações, a principal foi a ALN; Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), futuro Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8); Dissidência da Guanabara (DI-GB) que, após o desbaratamento do MR-8 (DI-RJ), assumirá o nome da organização (MR-8), o qual assina o manifesto de captura do embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em 1969; outras dissidências importantes foram as dissidências do Rio Grande do Sul (DI-RG) e do Distrito Federal (DI-DF). A DI-RG posteriormente se fundiu com militantes dissidentes da POLOP e fundaram o Partido Operário Comunista (POC), em 1970.²³

Mas não apenas o PCB sofreria com a perda de militantes. O PC do B sofreria com diversas divisões.²⁴ As mais importantes foram em 1966 o Partido Comunista Revolucionário (PCR), de Pernambuco e a Ala vermelha do PC do B (ALA). Essa última formada por militantes retornados da China e insatisfeitos com a demora do desencadeamento da guerrilha rural por parte do PC do B. A ALA também sofreu com minúsculas cisões, em um partido já minúsculo, como o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)²⁵ e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), de 1969 e 1970, respectivamente.²⁶

A POLOP também sofreria com *rachas*. Os principais foram: a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Popular – Palmares (VAR-Palmares). Cada qual também com suas respectivas rupturas e reorganizações.

Como podemos ver, o golpe civil-militar serviu para que os militantes das organizações originárias – a saber PCB, POLOP, PC do B – questionassem os rumos e decisões tomadas por essas organizações. O interessante de notar nessa miríade de partidos e organizações clandestinas é que, em sua maioria, queriam a deflagração de uma guerrilha rural. As organizações originárias do PCB e ALN propunham uma guerra de guerrilhas nos moldes do *foco guerrilheiro* castro-guevarista. Já as organizações ligadas, originalmente, ao PC do B primavam pela influência maoísta e a *guerra popular prolongada*. Os *descendentes* da POLOP eram influenciados pelo

22 RIDENTI, 2007a, p. 110.

23 Sobre as dissidências estudantis ver: RIDENTI, 2007a, p. 114-118.

24 Lembrando que o próprio PC do B é um dissidência do PCB, de 1962, reivindicando serem os continuadores do Partido fundado em 1922, cf.: AARÃO REIS, 1989, p. 34-39.

25 Não confundir essa cisão da ALA, o MRT, com o MRT originário das Ligas Camponesas.

26 Para uma análise sintética da “família” originária das dissidências do PC do B, ver: RIDENTI, 2007a, p. 126-129.

mito da Revolução Cubana, assim como a ALN.²⁷ No entanto, o único partido que efetivamente conseguiu implementar a guerrilha rural foi o PC do B, na região do Araguaia.

Esses diversos *rachas* permitem que usemos a feliz expressão de Marcelo Ridenti que enxergou nas esquerdas brasileiras uma verdadeira constelação de organizações.²⁸ Porém, ao analisarmos a documentação produzida por essas diversas organizações, fica evidente o caráter ofensivo daquela luta. Não era apenas a *luta pela democracia*²⁹, esses militantes almejavam uma revolução social. Chegamos a tal conclusão na leitura da bibliografia sobre tema – já bastante citada aqui –, mas, também, pelo livro organizado por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da Revolução*.³⁰ Este trabalho reúne diversos documentos das organizações revolucionárias entre os anos 1961 e 1971. Os organizadores próprios foram militantes da esquerda revolucionária, Daniel Reis dirigente da DI-GB/MR-8 e Jair Ferreira de Sá militante da Ação Popular/Ação Popular Marxista-Leninista. Esse trabalho além de fonte de consulta nos serviu, também, como objeto de pesquisa.

Essas organizações tinham *visões de Brasil* diferente. De modo geral, as que vinham como *rachas* do PCB, mantiveram a análise do Brasil com *resquícios feudais* no campo e que a Revolução deveria realizar-se em duas etapas, a primeira de libertação nacional (antiimperialista), com participação maior ou menor da *burguesia* brasileira e, posteriormente haveria uma revolução de caráter socialista.³¹ Como dito, a maioria das organizações oriundas do PCB mantiveram a mesma análise, excetuando-se a DI-GB/MR-8, que definia que a *burguesia* nacional já estava integrada com o grande capital estrangeiro, sendo assim o caráter da Revolução Brasileira seria socialista. Outras eram as divergências, a forma de organização era um debate recorrente: ou na forma de partido leninista centralizado (PC do B, PCBR e ALA), ou comandos revolucionários descentralizados (ALN e COLINA).³²

Já na década de 1970, no exílio, muitos militantes realizaram um balanço da luta armada. Já aparecem as primeiras críticas, constatação do isolamento político e

27 O mito difundido da Revolução Cubana está ligado ao fato, difundido pelos próprios líderes daquela Revolução, que bastava um punhado de homens corajosos e se poderia deflagrar uma revolução, ver: ROLLEMBERG, 2013, p. 60.

28 RIDENTI, 2010, p. 27.

29 É importante lembrar que o desejo de Revolução não exclui a possibilidade de ambição de um regime mais democrático. Porém, estou disposta a concordar que as organizações revolucionárias desprezavam a “democracia liberal burguesa”. No projeto de mestrado no qual trabalho atualmente essa definição do conceito de democracia é parte seminal da pesquisa. No entanto, para esse trabalho a definição e debate sobre o conceito não é fundamental, já que espero evidenciar que as memórias divergem sobre o objetivo da luta armada.

30 AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org). *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

31 RIDENTI, 2010, p. 36.

32 Para não nos estendermos, havia ainda o debate entre a maior ou menor importância dos trabalhadores na revolução. A VPR, inspirada em Frantz Fanon, sustentava que o lumpemproletariado era a *nova* força revolucionária. Se as ações armadas deveriam se focar no campo ou na cidade (apesar da grande maioria nunca ter lançado a guerrilha rural, defendiam que essa era a prioridade da luta revolucionária). Para uma melhor compreensão do debate entre as esquerdas ver: RIDENTI, op. cit., p. 27-70.

social da esquerda armada. Porém, como definiu Daniel Aarão Reis, o ano de 1979 com a anistia foi essencial nos *deslocamentos de sentido*, na memória das esquerdas brasileiras. A sociedade passou a enxergar-se como vítima da ditadura e viu nos jovens *revolucionários* sua mais radicalizada luta democrática. Uma construção da memória. Como salientou o historiador, as esquerdas que perderam a batalha na história, saíram vencedoras nas batalhas da memória.³³ Segundo Daniel Arrão Reis,

criaram-se assim as condições para que, no interior da luta pela anistia, se operasse uma notável reconstrução: a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja, o projeto revolucionário transmutou-se em resistência democrática contra a ditadura. As organizações revolucionárias, *malgré elles-memê*, foram recriadas como alas extremadas da *resistência democrática*. Ora, e de acordo com as elaborações prevalecentes no apagar das luzes do regime ditatorial, como todos, ou quase todos, haviam resistido, aqueles bravos rapazes e moças de armas na mão ganhavam seu lugar, legítimo como os desesperados de uma nobre causa, os equivocados de uma luta justa, agora, afinal, triunfante, a redemocratização. (grifos no original)³⁴

Podemos interpretar essa reconstrução como uma das formas da sociedade brasileira conseguir harmonizar seu passado para poder adentrar o período democrático, como lembra Bruno Groppo, “uma sociedade recém-saída de uma ditadura raramente está pronta a se questionar de maneira crítica sobre esse passado, porque a verdade frequentemente é desagradável, dolorosa e difícil de aceitar”.³⁵ Dessa maneira a sociedade brasileira construiu uma memória com a qual poderia lidar.

Porém, essas memórias são construídas *a posteriori*, a partir de valores que foram adquiridos posteriormente. O valor das esquerdas revolucionárias não era a “democracia”, mas a “revolução” – ainda que esses valores não se excluam, necessariamente. Dessa forma o *mito da sociedade resistente* serve a conciliação da sociedade, mas não à História. Segundo Pierre Laborie, “a apropriação da Resistência como bem comum serviria de cortina de fumaça. Ela favorecia a amnésia e evitava dolorosos exames de consciência”.³⁶ Denise Rollemberg sintetiza o problema, a eliminação da participação civil no golpe tem

como desdobramento desta interpretação, a democracia estruturaria a cultura política brasileira. O ano de 1979 teria sido decisivo, nesta elaboração, momento de *conciliação nacional*, quando se *construía a democracia* sem *resolver* o passado, sem *esclarecer* como e por que os militares haviam sido vitoriosos em 1964 e permaneciam no poder desde então. (grifos no original)³⁷

É conveniente salientar que se “as esquerdas”, ou parte delas, “não eram

33 AARÃO REIS, 2004, p. 30.

34 Ibidem, 48-49.

35 GROPPPO, 2015, p. 41.

36 LABORIE *apud* ROLEMBERG, 2009, p. 574.

37 ROLLEMBERG, 2009, p. 572

democráticas, tampouco o eram as direitas”.³⁸ Nessa avaliação há de ser historicizado o conceito de democracia. Muitas vezes esses militantes das *esquerdas revolucionárias* buscaram legitimar ações e posturas no presente, por meio, de suas ações passadas. Inclusive valendo-se desse passado politicamente no presente, porém, reconstruído a partir da mistificação ou da *ideologia* da resistência.³⁹ Entendemos que é de fundamental importância que o campo progressista compreenda seu passado a luz dos ideais que os formaram e, também, os motivos que os levaram a *esquecer* seus reais objetivos na luta revolucionária. Como bem lembrou Marcelo Ridenti, o pesquisador não tem controle do uso (devido ou não, honesto ou não) dos seus estudos e conclusões. Logo pensamos ser importante que nesse trabalho não está em questão o julgamento moral dos militantes ou pior, não acreditamos que eles mudaram seus discursos com a finalidade de enganar a sociedade, mas entendemos isso como um processo natural de construção da memória que toda sociedade que emerge de uma Ditadura de mais de duas décadas está sujeita.⁴⁰

NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS

Nesta seção do trabalho selecionamos quatro falas de quatro militantes, essas passagens selecionadas, cabe ressaltar, foram escolhidas pela sua diversidade, não obedecendo uma sistemática específica. Meu principal objetivo é evidenciar que não há unicidade nas memórias desses militantes, apesar de somente uma ter ganhado destaque na “memória nacional” – a saber, a memória de uma *resistência democrática*.

Também é importante ressaltar que os relatos que trouxemos para esse trabalho são de pessoas que ainda se definem como “pessoas de esquerda” – ainda que este também seja um termo polissêmico. Começamos pela fala de Eduardo Jorge que militou pelo PCBR e foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Eduardo Jorge se define como: “sendo um socialista, portanto de esquerda. Mas sou uma pessoa que acredita que a democracia é uma questão essencial”.⁴¹ Portanto, não se trata de alguém *ressentido* com determinada visão política, ainda que Eduardo Jorge manifeste avaliações muito críticas às ações e visões da esquerda armada, com a qual mantém uma relação bastante ambígua durante a entrevista. Por exemplo, ao falar da direção do PCBR, Eduardo Jorge fala da *excelência* de seus antigos comandantes, cita Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho. A esse último

38 RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 53-66, p. 63.

39 Ibidem, p. 58.

40 Não se trata de considerar que a sociedade brasileira estava entre duas forças, a ditadura dos militares, ou o avanço revolucionário. Equiparar militantes revolucionários que pegaram em armas, que mal chegavam a casa dos milhares, com o exército nacional bem equipado, seria no mínimo, desmedido. Cf.: ARRÃO REIS, 2002, p. 70-71; RIDENTI, op. cit., p. 63-64.

41 JORGE, Eduardo. *FLUXO com Eduardo Jorge (parte 1)*. Entrevistador: Bruno Torturra. Mountain View: Google, 2014 (ca. 25 min 52 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M54n-1x_7Da8> acesso em: 10 de setembro de 2018.

rende um longo elogio:

Quem era que era a direção, só pra você ter uma noção na qualidade da direção do PCBR [...] Eu to falando de Mário Alves, eu to falando de Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho. Apolônio de Carvalho o mais gentil dos comunistas que eu já conheci na minha vida. Um homem... militar do exército. Resistiu à ditadura do Vargas. Fugiu pra Espanha, lutou na... Guerra Civil espanhola com os Republicanos. De lá, fugiu pra França, entrou na resistência francesa. Casou com uma francesa. Veio com todas as condecorações da resistência francesa, esse era o Apolônio [risos]. Esses eram meus líderes, Apolônio, Mário Alves, Jacob Gorender.⁴²

Porém, ao falar do Partido, como instituição não personificada, Eduardo Jorge tece duras críticas aos posicionamentos, dos quais, eram adeptos:

Nós éramos pela ditadura do proletariado. Nós éramos contra a ditadura militar. Mas éramos a favor da ditadura do proletariado. Isso aí é preciso dizer a verdade toda. Às vezes eu ouço meias verdades. Como a ditadura militar nos oprimiu barbaramente. De forma violenta, muitas vezes as pessoas pensam que não existiam, no campo da esquerda, coisa igual e até pior, em vários aspectos. O Stalin e o Hitler, eles disputam pau a pau a medalha de ouro de genocidas na história recente. E o Mao Tsé-Tung vinha ali na medalha de prata [...] Eu sou de esquerda, sim! Mas sou uma pessoa de esquerda, um socialista que acredita que a democracia é um regime que a gente tem que preservar, valorizar e cultivar.⁴³

Dessa forma Eduardo Jorge busca manter uma visão positiva de seus *comandantes*, mas altamente crítica as suas ações. É importante lembrar que essa entrevista foi concedida enquanto Eduardo Jorge era candidato à presidência da República, em 2014, pelo Partido Verde (PV). Quando Eduardo afirma continuar sendo “socialista”, logo, ele busca se manter num determinado campo político, à esquerda. Contudo, sem negar a sua participação na luta armada, afirma que a democracia não era seu horizonte.

Outra figura emblemática da luta armada, foi Vera Sílvia Magalhães, ficou famosa por ser a única mulher a participar do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Vera foi militante da DI-GB/MR-8, presa, torturada e exilada. Símbolo da luta pelo fim da tortura nos quartéis do Brasil, devido a foto no momento de sua libertação, Vera saiu tão vilipendiada do presídio, que não podia caminhar, estava numa cadeira de rodas. A militante lembra com orgulho de seu tempo de combate a Ditadura, segundo ela:

Ah valeu! Só não valeu pra quem morreu. É contraditório o que eu *to* dizendo. Mas é... como eu te digo, eu adquiri... não tinha nada de melhor a ser feito [luta contra a ditadura] na minha geração. Eu acho que o que havia de melhor na minha geração, fez o que eu fiz, essa era a nata da geração. Fez errado? Não importa! As intenções e a experiência que acumulou tava nesse núcleo que resistiu à Ditadura.⁴⁴

42 JORGE, 2014.

43 JORGE, 2014.

44 MAGALHÃES, Vera Sílvia. *Memória Política – Vera Sílvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vs->

O mais interessante, contudo, é a avaliação que Vera faz da opção *revolucionária*. Mesmo afirmando que o melhor de sua geração fez aquilo que ela mesma fez, doravante, luta contra a Ditadura, ou melhor, luta armada contra a Ditadura, Vera condena essa mesma opção durante a mesma entrevista:

Aí ficou [depois da *queda* do congresso de Ibiúna e da promulgação do AI-5] na vanguarda do movimento – aí já não mais o movimento estudantil –, o movimento social de tomada do poder. É isso que nós queríamos, e transformação daquilo em socialismo. E que nós não éramos contra a ditadura, nós éramos contra a ditadura militar-burguesa, mas nós éramos a favor da ditadura do proletariado, isso ninguém diz, mas tem que dizer, porque faz parte da nossa história.⁴⁵

E completa num momento posterior,

A gente não é conservador, não adianta! Não é no amor, não é com homem, não é no trabalho. Eu sou sempre uma pessoa revolucionária [...] Sou contra a ditadura do proletariado sou contra qualquer tipo de ditadura [...] o que não quer dizer que eu não deixe de, nas minhas aulas, na minha micropolítica [de] transmitir uma ideia socialista, entendeu? Eu sou uma socialista.⁴⁶

As palavras de Vera Sílvia Magalhães, assim como as de Eduardo Jorge, são eivadas, num primeiro olhar, de contradições. Ou seja, considera que fez o certo – lutou contra a Ditadura –, mas com a finalidade errada – almejando uma ditadura de esquerda. E, afinal, por que essas memórias da luta pela *ditadura do proletariado*⁴⁷ ficaram esquecidas, ou não ganharam o devido espaço na memória sobre o período?

Defendendo outra percepção da luta armada, como uma espécie de luta pela democracia, temos outra gama de militantes. Talvez um dos mais famosos seja o ex-líder estudantil, fundador do PT e ex-ministro chefe da casa Civil, José Dirceu. Dirceu foi um importante líder estudantil, libertado pelo sequestro do embaixador americano em 1969. Fez treinamento guerrilheiro em Cuba, onde ingressou numa dissidência da ALN, o Movimento de Libertação Popular, sigla MOLIPO. Em recente entrevista, em razão do lançamento de seu livro de memórias, ao ser perguntado por Paulo Henrique Amorim quando ele – Dirceu – se deu conta que deveria lutar pela democracia – numa alusão, sub-reptícia, de que, anteriormente, ele não lutava – ele responde da seguinte maneira,

Não! Sempre, nós nunca fomos contra... Nós queríamos “volta a democracia”,

acesso em: 10 de setembro de 2018.

45 MAGALHÃES, 2011.

46 MAGALHÃES, 2011.

47 Aqui não vou me deter na definição teórica do que seria, dentro da teoria marxista, uma *ditadura do proletariado*, já que os entrevistados utilizam a ideia, ao que tudo indica, como uma simples oposição a ditadura militar de direita. Caso seja do interesse do leitor, Lenin, líder bolchevique e autor influente nas esquerdas armadas brasileiras, desenvolveu, no livro *O Estado e a Revolução*, uma concepção do que seria uma *ditadura do proletariado*. Cf: LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Editora expressão popular, 2007, p. 106-111.

a ditadura que implantou no Brasil... Isso também é... às vezes fala “eles eram totalitários, também. Que eles eram *socialista*”. Eu, por exemplo, quando invadiram a Checoslováquia, o pacto de Varsóvia, eu fui contra, tá na Folha de São Paulo. Vieram me entrevistar, eu falei: “Sou totalmente contra, eu luto aqui pela democracia, como é que eu posso ser contra as reformas que estão sendo feitas pelo [Alexander] Dubček na Checoslováquia” entendeu?! Nós lutávamos pela democracia, nós queríamos a volta da democracia, nós *távamos* lutando contra a Ditadura. Os partidos e as organizações políticas, muitas delas, tinham programas democráticos nacionalista, ou de libertação popular como MOLIPO, é o movimento de libertação popular, né? Não tinha programas socialistas, entendeu? O caráter da Revolução brasileira é outra discussão[...] Agora, isso não tira a legitimidade de um imperativo moral de resistir à Ditadura, e o direito natural que nós temos a rebelião quando se implanta um governo de opressão, e um governo... uma ditadura, inclusive a carta da ONU nos dá esse direito.⁴⁸

Dirceu faz uma importante ressalva, ao qual já nos referimos na seção anterior. Realmente a discussão sobre o *caráter da Revolução brasileira* era uma questão em aberto. Mas, não é verídico que não existissem programas socialistas para o Brasil. Duas das mais importantes organizações da luta armada defendiam uma Revolução Socialista para o Brasil, são elas: A POLOP e seu *Programa Socialista para o Brasil*⁴⁹; e o MR-8 em sua *Linha Política e orientação para prática*.⁵⁰ Ambas organizações defendiam o caráter socialista da Revolução Brasileira. Mas a ressalva de Dirceu é importante. Não raramente os militantes da esquerda armada são acusados de defenderem, ou se inspirarem em regimes autoritários. Isso, em nosso entender, carrega uma boa dose de anacronismo. As organizações da *esquerda revolucionária* tinham, basicamente, três grandes inspirações, a Revolução Cubana, a Revolução Chinesa (principalmente a Revolução Cultural) e as revoluções do Terceiro Mundo, de caráter de *libertação nacional*. Em alguma medida, reivindicavam a Revolução Russa de 1917, mas negando o período stalinista posterior. Dessa maneira, esse militantes não estavam a par dos acontecimentos e de todos desdobramentos da Revolução Cultural chinesa, por exemplo. Hoje é público e notório as violações de direitos humanos em grande parte dessas revoluções, mas, na década de 1960 e início de 1970 esses militantes não tinham tais informações e ainda mantinham idealizações desses processos revolucionários.

O último depoimento que trazemos é do militante Manoel Cyrillo. Integrando a ALN, Cyrillo também fez parte do grupo que sequestrou o embaixador estadunidense. Na passagem que trazemos, Cyrillo traz suas influências e *como e porque* passou

48 DIRCEU, José. *Lula é o maior ídolo do Dirceu*. Entrevistador: Paulo Henrique Amorim. Mountain View: Google, 2018. (1h 15 min 16 s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxU_AJ-CqVWc&t=615s> acesso em: 10 de setembro de 2018.

49 O documento pode ser consultado em: ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA. Programa Socialista para o Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira(org). *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 89-116.

50 Cf.: MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Linha política e orientação para prática. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira (org). *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 340-356.

a integrar uma das mais radicais organizações *revolucionárias* do Brasil. Em suas palavras:

Aí entra a minha história. Eu vinha de uma turma de bairro, nas Perdizes, que se reunia na padaria. E dois ou três companheiros, amigos, começaram a trazer discussões da conjuntura da época, acompanhando leitura de jornal e discutindo coletivamente, e isso foi evoluindo, foi crescendo. Entrei na luta pela resistência democrática; minha revolta foi por aí. E daquela turminha da padaria, depois de lermos *Por que resisti à prisão* [livro de autoria de Carlos Marighela], eu e quatro companheiros entramos na ALN, no GTA [grupo tático armado] da ALN.⁵¹

O relato é bastante interessante. Cyrillo faz questão de ressaltar que participou da luta armada pela “*resistência democrática*” e após a leitura do livro de Marighela. Sua entrada não foi num setor de “massas” – designação dada pelos militantes que integravam a seção das organizações responsáveis pela ação junto à população – mas diretamente no GTA, setor mais importante e ofensivo das esquerdas armadas. Nosso intento aqui não é comprovar que Cyrillo *mentiu* ou falou a *verdade*. A sua declaração pode ser muito bem aquilo que ele considera ter feito, ou, não nego essa possibilidade, que *de fato* esse tenha sido o motivo de entrar para a luta armada. É importante ter em mente, por exemplo, que, as organizações que pegaram em armas durante a Ditadura, tiveram importante no papel de trazer à tona a imagem de exceção desse regime. Isso pode ter atraído muitos militantes que desejavam derrubar a Ditadura, ainda que sem um projeto claro sobre o que viria a seguir. No entanto, na documentação dessas organizações os objetivos eram sempre ofensivos contra a Ditadura, e não de restauração da democracia pré 1964. Os militantes poderiam ter opiniões diversas daquelas manifestadas pelas organizações? É possível, porém, cremos que as intenções das organizações se sobrepujavam a dos militantes isolados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da finalização desse texto, gostaríamos de realizar algumas considerações. Primeiramente, é totalmente fora de nosso propósito realizar qualquer tipo de “juízo moral” das ações realizadas pelas esquerdas armadas nas décadas de 1960-70. Essa ressalva é importante devido às operações historiográficas realizadas por um número ínfimo de historiadores e, também, um número maior de jornalistas e políticos que tentam, por meio de um revisionismo imprudente, resguardar ou comemorar o golpe de 1964 e a Ditadura subsequente. Em recente declaração infeliz, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli, comparou o incomparável. Deu sobrevida a *Teoria dos Dois Demônios*.⁵² O eminente ministro alegou que não se deveria chamar o ocorrido em 31 de março de

51 DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 294.

52 Criada na Argentina e depois “importada” para o Brasil, a dita teoria alegava que os golpes militares eram justificáveis, pois, se os militares não dessem o golpe, as esquerdas o dariam.

1964 (ou primeiro de abril) nem de *Golpe*, nem de *Revolução*, mas sim de *movimento* de 1964. O presidente do Supremo afirmou,

Não foi um golpe nem uma revolução. Me refiro a movimento de 1964. Hoje, afirmo isso graças ao ensinamento do ministro da Justiça, Torquato Jardim [...] Foi apropriado tanto para a esquerda quanto para a direita criticar a ditadura. A crítica, especialmente da sociedade conservadora, gerou um desgaste da legitimidade do governo.⁵³

Interpretações como essa tem tomado vulto mesmo com dezenas de argumentos, evidências e produção bibliográfica apontando o contrário. Tendo isso em mente, nosso trabalho não se insere nessa onda revisionista que tem assolado o Brasil. Mas não queremos, também, pecar pelo oposto e realizarmos um trabalho de “elogio” aos “heróis” nacionais. Como alertou Marcelo Ridenti, não devemos nos deixar persuadir pela *ideologia da resistência democrática*.⁵⁴ Diversos autores têm discutido se o conceito de *resistência* seria apropriado para pensar as organizações de esquerda no Brasil. Daniel Aarão Reis nega que as esquerdas armadas tenham participado da resistência contra a ditadura e enfatiza seu caráter ofensivo e revolucionário. Aarão Reis destaca,

Um primeiro *deslocamento de sentido*, promovido pelos partidários de uma ampla anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da *resistência democrática*, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, o caráter revolucionário da proposta que havia moldado aquelas esquerdas. Ou seja, apagou-se o fato de que eram partidárias de uma ditadura revolucionária para efetuar as transformações radicais, essenciais à construção de uma sociedade livre da exploração e da opressão. Do ponto de vista histórico, não havia aí nada de inusitado ou excepcional, pois os modelos revolucionários do século XX haviam desembocado, realmente, em experiências ditatoriais. (grifos no original)⁵⁵

O professor Marcelo Ridenti, em contrapartida, afirma que, por mais que houvesse um projeto ofensivo, o papel das esquerdas no Brasil teria sido de resistência, mas concorda que não se deve utilizá-lo acompanhado do adjetivo *democrática*, a fim de evitar mal entendidos. Há de se incluir nesse debate o recente trabalho da professora Denise Rollemberg onde faz um levantamento historiográfico e teórico dos usos do conceito de *resistência*, tendo em vista, principalmente a França sob regime de Vichy. Segundo Denise Rollemberg, o conceito de *resistência* poderia ter tanto o sentido de lutar pela manutenção ou restabelecimento de uma ordem anterior, ou como um sentido ofensivo contra a ordem estabelecida.⁵⁶

53 ROCHA, André Ítalo; BRIDI, Carla. Toffoli diz que prefere chamar ditadura militar de 'movimento de 1964'. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 Out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,toffoli-nao-vi-projeto-nacional-mesmo-a-uma-semana-da-eleicao,70002527529>> acessado em 29 de outubro de 2018.

54 RIDENTI, 2004, p. 57-58.

55 AARÃO REIS, 2014, p. 133-134.

56 ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades.

Chegando ao fim deste breve texto, buscamos evidenciar o caráter múltiplo das memórias dos militantes da luta armada. Apesar de, durante um longo tempo, a memória que prevaleceu na sociedade foi a memória da *resistência democrática*, isso não está pacificado nem entre os próprios partícipes da *luta revolucionária*. Compreender melhor os objetivos dessas esquerda também faz parte de um projeto político contemporâneo, que busca combater àqueles que querem atribuir a culpa às esquerdas pelo golpe civil-militar e a Ditadura que se abateu sobre nosso país.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. *A Revolução Faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, 29 – 52.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e História da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

DIRCEU, José. *Lula é o maior ídolo do Dirceu*. Entrevistador: Paulo Henrique Amorim. Mountain View: Google, 2018. (1h 15 min 16 s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxU_AJcQVWc&t=615s> acesso em: 10 de setembro de 2018.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *O grande Irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GROPPO, Bruno. Mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 39 -56.

In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 77-95, p. 87.

JORGE, Eduardo. *FLUXO com Eduardo Jorge (parte 1)*. Entrevistador: Bruno Torturra. Mountain View: Google, 2014 (ca. 25 min 52 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M54n1x_7Da8> acesso em: 10 de setembro de 2018.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MAGALHÃES, Vera Silvia. *Memória Política – Vera Silvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s&t=2357s>> acesso em: 10 de setembro de 2018.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, p. 3 – 15, 1989

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010. p. 71-96.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964 – 1974. In: _____; AARÃO REIS, Daniel. *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI. Campinas: Editora Unicamp, 2007a, p. 105 – 152.

_____. Marcelo. Esquerdas Revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; AARAÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*, (Coleção as esquerdas no Brasil, Vol. III).

_____. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 53 – 66.

ROCHA, André Ítalo; BRIDI, Carla. Toffoli diz que prefere chamar ditadura militar de 'movimento de 1964'. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 Out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,toffoli-nao-vi-projeto-nacional-mesmo-a-uma-semana-da-eleicao,70002527529>> acessado em 29 de outubro de 2018.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 77 – 95,

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, p. 43 – 92

_____. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. II. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 569 – 577.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente e Pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Endereço: rua Prof. Egídio Ferreira, nº 271, bloco “E”, Apto. 303 – bairro Capoeiras, 88090-699 Florianópolis (SC) Brasil. E-mail: adelciomachado@gmail.com

RESUMO: O estudo da história da educação constitui quesito “sine qua non” para o entendimento da problemática atual relacionada ao processo educacional, pois a educação presente é um produto histórico e não uma invenção exclusiva do tempo atual. A história resulta da necessidade que o homem possui de reconstituir o passado, relatando, analisando e interpretando os acontecimentos a partir da reorganização de suas causas em uma ordem cronológica e por meio da seleção daqueles considerados relevantes. A história da educação tem início nas sociedades primitivas e tribais, nas quais já se verificam práticas de ensino e orientação para os indivíduos. Como teoria pedagógica, propriamente dita, à educação surgiu na sociedade grega, tendo como principais representantes os filósofos e os sofistas. Ao longo de sua história,

o desenvolvimento da educação e seus objetivos sempre estiveram condicionadas às necessidades econômicas, políticas e sociais de cada civilização em cada época. É necessário romper com a visão natural responsável por ocultar a historicidade da reflexão pedagógica e impedir a compreensão do modo como foram erigidos os discursos científicos na área educativa. Além de possibilitar a compreensão da experiência atual o estudo da história da educação também constitui uma ferramenta para promover a melhoria da educação, visto que ela informa as dificuldades que a educação tem experimentado.

PALAVRAS-CHAVE: história; educação; sociedade.

EDUCATION HISTORY

ABSTRACT: The study of education history is a sine qua non point for the understanding of a current problem related to the educational process, for the present education is a historical product and not an exclusive invention of current times. Its history comes from the necessity men have to rebuild their past, reporting, analysing and interpreting events from the reorganization of the causes in a chronological order and through those facts which are considered relevant. Education History starts in primitive and tribal societies, in which one can

notice teaching practices and individual orientation. As a pedagogical theory itself education rose in greek society, having the philosophers as the main representatives. Throughout its history, the development of education and its objectives have always been conditioned to economical, political and social needs of each civilization in each time. It is necessary to break up with a natural vision responsible for hiding the history of pedagogical reflection and block the comprehension the way scientific speeches were built in educative field. Besides making it possible to understand the current experiment, the study of education history also constitutes a tool which is able to promote the improvement of education, once it informs the difficulties education has been experiencing.

KEYWORDS: history; education; society.

1 | INTRODUÇÃO

A educação, cuja função social consiste em transmitir o conhecimento produzido, a cultura e demais características que perpassam a sociedade em um determinado momento, integra o desenvolvimento das sociedades humanas como pode ser observado na historiografia.

A educação retrata as contradições presentes nas diferentes sociedades ao longo da construção da história. Lugar marcado pelo cultivo de ideologias, pelo surgimento de novas idéias, mas também pela reprodução de ideais conservadores, a educação exerce um papel essencial nos acontecimentos históricos produzidos pelo homem que transformam a sociedade.

Ao mesmo tempo, a própria educação é influenciada pelas mudanças que ocorrem nas relações sociais e nas forças de produção, uma vez que na perspectiva do materialismo histórico, as idéias são fabricadas pela economia e pela sociedade, tendo como consequência, a modificação das práticas humanas. Assim, as idéias são o reflexo das relações econômicas e sociais. A condição social do homem influencia diretamente sua consciência e seu modo de pensar.

O materialismo histórico se fundamenta na concepção de Hegel acerca do movimento dos contrários, mostrando que os homens para sobreviverem, necessitam transformar a natureza, o mundo em que vivem. Fazem-no não isoladamente, mas em conjunto, agindo em sociedade, estabelecendo relações que não dependem diretamente de sua vontade, mas dependem do mundo que precisam transformar e dos meios que vão utilizar para isso.

De acordo com Borges (1981), na perspectiva do materialismo histórico a realidade não é estática, mas dialética, isto é, está em transformação pelas suas contradições internas. Essas contradições se refletem na forma como a educação é concebida dentro da sociedade. No processo histórico, as contradições são geradas pela constante luta entre as diferentes classes sociais.

Na história da educação, isso pode ser verificado na forma como a educação está

relacionada com cada sociedade, sendo que sua prática, desde o seu surgimento até os dias atuais, se volta para as necessidades sociais e econômicas de cada época.

2 | IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O homem é construído no tempo, ou seja, é um ser histórico, uma vez que suas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrenta os problemas não só da vida coletiva, bem como da experiência pessoal. O trabalho, que compreende a ação transformadora do homem sobre a natureza, modifica também o modo de pensar, agir e sentir, de forma que o homem nunca permanece o mesmo ao fim de uma atividade, qualquer que seja ela.

Assim, o homem necessita ser compreendido dentro de sua condição humana, isto é, dentro de sua prática social, do processo pelo qual constrói a cultura e a si próprio, mergulhado em um contexto histórico-social concreto. Com base nas relações que estabelecem entre si, os homens desenvolvem padrões de comportamento, instituições e saberes, cujo aperfeiçoamento é realizado pelas gerações sucessivas, o que lhes possibilita assimilar e modificar os modelos valorizados em uma determinada cultura.

Portanto, é o processo educativo que permite a manutenção da memória de um povo e fornece condições para a sua sobrevivência. Entretanto, conforme Aranha (1996) a educação não é um processo isento de distorções. Inicialmente, nas sociedades tribais a cultura global era transmitida de modo informal pelos adultos, atingindo todos os indivíduos. Com a crescente complexidade das sociedades, a educação formal passou a assumir um caráter intelectualista, cada vez mais distanciado da atividade concreta, destinando-se apenas à elite, assumindo com isso uma visão ideológica.

Sob esta perspectiva ideológica, o processo educativo assume uma postura dualista, com objetivos divergentes: para a elite, uma escola de formação que pode ser estender até os graus superiores, enquanto que para os trabalhadores restam os rudimentos do ler e escrever e o encaminhamento para a profissionalização tão indispensável para o desenvolvimento econômico da sociedade.

A prática educacional pode ser mais coerente e eficaz apenas quando se torna consciente de seus fins. Para tanto é necessário que ela esteja em constante abertura para a teoria, porque é a constante interação entre o agir e o pensar que dinamiza a ação, evitando as diferentes formas de ideologia. Essa interação entre o agir e o pensar torna-se inviável sem a contribuição da história, pois sabendo-se que o homem é um ser histórico, nada escapa a dimensão do tempo.

A história compreende a interpretação de todo o conjunto da ação transformadora do homem no tempo. Uma vez que o homem se insere no tempo, tem-se que o presente humano não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro, assegura Aranha (1996).

É por intermédio da compreensão do passado que se pode dar sentido ao presente, compreendendo a influência de determinadas ideologias no processo educacional e projetando o futuro. Para Bloch (2001) o homem reconstrói a história com base no seu presente, pois é a partir de um fato novo, do surgimento de uma nova problemática que se busca uma resposta na reinterpretação da experiência transata.

Assim, a história resulta da necessidade que o homem possui de reconstituir o passado, relatando, analisando e interpretando os acontecimentos a partir da reorganização de suas causas em uma ordem cronológica e por meio da seleção daqueles considerados relevantes em uma determinada problemática.

Porém, Aranha (1996) sustenta que essa disponibilidade de análise não é idêntica ao longo do tempo, variando também conforme a cultura. A história como teoria e elaboração intelectual, deve ser compreendida com base na análise das condições com as quais os homens se relacionam para produzir a existência, isto é, a divisão social do trabalho. Assim, é no embate das forças contraditórias que se expressam nas ações dos homens de interesses divergentes que a história se faz.

No que concerne a história da educação, pode-se afirmar que tudo o que foi assinalado até aqui acerca da história geral se aplica também na história da educação, visto que o fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz igualmente parte da história geral.

Neste sentido, Luzuriaga (1985) escreve que a história da educação é parte da história da cultura, tal como esta, por sua vez, é parte da história geral. Por educação, o autor entende a influência intencional e sistemática sobre o ser juvenil, como propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. Mas significa também a ação genérica, ampla, de uma sociedade sobre as gerações jovens, com o fim de conservar e transmitir a existência coletiva. A educação é assim, parte integrante, substancial, da vida do homem e da sociedade.

Por outro lado, defende Luzuriaga (1985), a educação é componente tão fundamental da cultura quanto à ciência, a arte ou a literatura. Sem a educação não seria possível aquisição e transmissão da cultura, sendo que esta constitui também uma das funções essenciais da educação.

No entanto, a educação, embora constitua elemento essencial e permanente da vida individual e social, não se realizou sempre da mesma forma, mas ao contrário, varia conforme as necessidades e aspirações de cada povo em sua época. Do mesmo modo, a sociedade a que a educação se refere não constitui fenômeno estático, definitivamente constituído, mas em contínuas transformações.

Devido a isto, a educação possui uma história, a saber, a história da mudança e do desenvolvimento que ela tem experimentado com o passar do tempo e a modificação da sociedade. Por outro lado, como assinala Luzuriaga (1985), a educação é parte da cultura, e esta também está condicionada historicamente, variando conforme as características dos povos e das épocas, a história da educação é, assim, parte da

história da cultura e estuda suas relações com a ação educativa.

Deste modo, é fundamental estudar a educação com base em seu contexto histórico geral, para que se possa observar a simultaneidade entre as suas crises e as do sistema social. Aranha (1996) destaca que esta regularidade não deve ser compreendida apenas como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos sociais, uma vez que as questões de educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. Sob esta perspectiva, a educação não é um fenômeno neutro, mas é diretamente influenciada pelos efeitos da ideologia, por estar, na realidade, envolvida na política.

Os estudos acerca da história da educação enfrentam as mesmas dificuldades que perpassam a historiografia geral, relacionada as fontes documentais e a interpretação crítica dessas fontes. Além disso, há ainda o agravante de que os trabalhos no campo específico da pedagogia são recentes e escassos.

Apenas no século XIX os historiadores sentiram o interesse em reconstruir a história da educação de forma sistemática e exclusiva. Não obstante, conhece-se melhor a história da pedagogia, ou das doutrinas pedagógicas, do que propriamente das práticas efetivas de educação.

Para Saviani (1996) verifica-se na história da educação no Brasil um fenômeno caracterizado pela hipertrofia da primeira palavra da locução, sendo que esta acaba por não ser compreendida, porquanto seu significado não é explicitado claramente. Com isso, a história acaba sendo absorvida no sentido tradicional de seqüência de fatos ou seqüência de idéias, resumindo-se a uma mera cronologia que não explica o processo histórico concreto.

Para que se possibilite a compreensão da história é necessário examinar a base material da sociedade cuja história se está reconstituindo. Tal procedimento pressupõe um processo de investigação o qual não se limita àquilo que convencionalmente é chamado de história da educação, mas implica em investigações de ordem econômica, política e social do país em cujo seio se desenvolve o fenômeno educativo que se pretende entender, uma vez que esse é o processo de investigação que fará emergir a problemática educacional concreta.

Em suma, o conhecimento da história da educação é fundamental para que a procura dos meios adequados torne o projeto de mudança da educação realizável. Em outras palavras, esse conhecimento é capaz de fornecer à reflexão filosófica o conteúdo da realidade sobre a qual se pensa, tendo em vista o objetivo de descobrir as diretrizes e as coordenadas da ação pedagógica.

3 | EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA MUNDIAL

Os povos primitivos sempre existiram formas de educação ou transmissão do conhecimento cultural. Apesar das sociedades primitivas e tribais serem

essencialmente míticas e de tradição oral, o que dificulta a investigação acerca da história de seu processo educativo pela escassez de fontes, pode-se afirmar que as crianças aprendiam por meio da imitação dos gestos dos adultos nas atividades diárias e nas cerimônias rituais.

Neste sentido, Luzuriaga (1985) ressalta que nada se sabe diretamente da educação dos povos primitivos, apenas se pode realizar determinadas inferências com base nas sociedades tribais atuais que, de certo modo, são semelhantes às aquelas que há muito as precederam.

Era essencialmente uma educação natural, espontânea, inconsciente, adquirida na convivência de pais e filhos adultos e menores. Sob a influência ou direção dos maiores, as crianças aprendiam as técnicas elementares indispensáveis à vida, tais como caçar, pescar, praticar a agricultura e o pastoreio e as práticas domésticas.

Conforme Luzuriaga (1985), trata-se da educação por imitação, ou melhor, por coparticipação nas atividades vitais. Com isso aprendem os usos e costumes da tribo, seus cantos e suas danças e, sobretudo, a linguagem, que é seu maior instrumento educativo.

Nas sociedades tribais atuais, ainda persiste essa prática educativa, sendo que a formação é integral, pois abrange todo o saber da tribo e universal, porque todos podem ter acesso ao saber e ao fazer apropriados pela comunidade. O conhecimento mítico imprime uma tonalidade especial à educação, visto que os relatos aprendidos não são propriamente históricos, no sentido da revelação do passado da tribo. Diferentemente, o mito é atemporal e conta o ocorrido nos primórdios.

A antiguidade oriental, envolvendo a sociedade chinesa, hindu, egípcia e hebraica, é caracterizada por uma educação tradicionalista, sustenta Aranha (1966). Embora tais civilizações apresentem inúmeras diferenças todas impõem governos despóticos de caráter teocrático, em que o poder absoluto do rei ou do imperador se sustenta na crença em sua origem divina. Essa forma de organização política as torna tradicionalistas, apegadas ao passado e resistentes às mudanças.

Outro traço comum entre estas sociedades é a invenção da escrita. Este fato não está dissociado do aparecimento do estado, uma vez que a manutenção da máquina estatal pressupõe uma classe especial de funcionários capacitados para exercer as funções administrativas e legais cujo registro é essencial.

Nas civilizações orientais não existem propostas propriamente pedagógicas, sendo que as preocupações com a educação transpassam os livros sagrados que oferecem regras ideais de conduta e orientação para o enquadramento das pessoas nos rígidos sistemas religiosos e morais. Por serem conservadoras essas sociedades tradicionalistas tem o objetivo de transmitir os costumes de forma duradoura e evitar a transgressão das normas.

Enquanto nas sociedades primitivas e tribais o conhecimento era algo acessível a todos, nas civilizações orientais o conhecimento deixa de ser difuso em decorrência da criação de segmentos privilegiados, excluindo-se a população, formada por

lavradores, comerciantes e artesãos do acesso ao saber das classes dominantes.

Para Karl Schmidt (apud LUZURIAGA, 1985) o maior valor da educação hindu compreende a valorização e apreciação do mestre: o reconhecimento da importância e elevação do magistério encontrou apogeu na Índia. A devoção do aluno ao mestre não se desenvolveu em nenhuma parte do mundo de forma tão sistemática e intensa como na Índia.

Já a educação, como prática pedagógica reflexiva, surgiu na Grécia Antiga. É da cultura grega que deriva, em grande parte a educação e pedagogia que se tem hoje.

Ao contrário dos povos da antiguidade oriental que não dispunham de uma reflexão especialmente direcionada para a educação, porque este saber e esta prática estavam vinculados às tradições religiosas recebidas dos ancestrais, na Grécia clássica as explicações predominantemente religiosas são substituídas pelo uso da razão autônoma, da inteligência crítica e pela atuação da personalidade livre, capaz de estabelecer uma lei humana e não mais divina.

Com isso, emerge a necessidade de elaborar teoricamente o ideal da formação, não do herói, submetido ao destino, mas do cidadão, afirma Aranha (1996). O cidadão, por sua vez, deixa de ser o depositário do saber da comunidade, para se tornar o que elabora a cultura da cidade. A ênfase até então atribuída ao passado é redirecionada para o futuro.

Foi na Grécia que surgiram os primeiros educadores profissionais denominados de sofistas. Conforme Luzuriaga (1985), são eles os primeiros professores, os primeiros educadores profissionais conscientes da história. Os sofistas empregaram a atividade docente como professores ambulantes na segunda metade do século V a. C., no momento da grande transformação social e política de Atenas, quando esta se converteu em grande potência econômica e comercial e substituiu o regime aristocrático pelo democrático.

Os sofistas, oradores persuasivos por excelência, adquiriram um descrédito em decorrência de serem contra a educação tradicional, recebendo retribuição pelo ensino que prestavam. Sócrates e Platão manifestaram-se constantemente contrários às práticas educativas desempenhadas pelos sofistas. Sócrates pode ser considerado o primeiro grande educador que desenvolvia a atividade educativa por intermédio da conversação, sendo que não fez da educação uma profissão remunerada.

O grau de consciência que os gregos atingiram não ocorrera até então em nenhum outro lugar. A nova concepção da cultura e do lugar ocupado pelo indivíduo na sociedade repercutiu no ensino e nas teorias educacionais. Os filósofos gregos voltavam-se para uma formação que fosse capaz de desenvolver o processo de construção consciente, permitindo que o homem se constituísse de forma correta e sem falhas.

Contudo, é importante ressaltar que no longo período que sucede entre os tempos heróicos até o helenismo, o ideal grego de educação sofre significativas alterações. Apesar de o cuidado com o corpo ser uma constante, inicialmente atribuí-

se ênfase à habilidade militar do guerreiro. Em seguida o cidadão da *polis* frequenta os ginásios, onde a educação é predominantemente física e esportiva, e por fim os assuntos de literatura e retórica vão adquirindo prioridade.

A Grécia é, enfim, o berço das primeiras teorias educacionais, fecundadas pelo embate de tendências pluralistas. Após as inovações dos sofistas, Isócrates possui atuação fundamental acirrando a disputa polêmica sobre a educação com Sócrates, Platão e Aristóteles.

Segundo Aranha (1996) apesar de estes últimos não terem influenciado a educação do seu tempo tanto quanto opositores, sua contribuição para a pedagogia se encontra na concepção de natureza humana, cuja essência reside na racionalidade. Esta teoria servirá como fundamento para o delineamento da tendência essencialista da pedagogia.

Assim, para Platão (2002) a educação consiste em um instrumento para desenvolver no homem tudo o que implica sua participação na realidade ideal, definindo sua essência verdadeira, embora esta esteja asfixiada por sua existência empírica. A educação, por meio do método dialético, propicia a conversão da alma, procurando os meios mais fáceis e mais eficazes de operá-la; ela não consiste em conceder a visão ao órgão da alma, pois este já a possui, mas como ele está disposto de forma incorreta e não olha para onde deveria, a educação é o meio para corrigir essa disposição equívoca.

Comparando a educação grega com a que foi desenvolvida na Roma antiga, tem-se algumas semelhanças: ambas são sociedades escravistas, nas quais o trabalho manual é desvalorizado, enquanto o intelectual é privilégio da aristocracia. Por conseguinte, os educadores procuram formar o homem racional, capaz de pensar coerentemente e se expressar de modo convincente.

Entretanto, enquanto que na Grécia prevaleciam duas vertentes educativas, quais sejam a platônica e a desenvolvida com base na retórica dos sofistas, em Roma a reflexão filosófica não merece atenção de forma tão sistemática. A utilização da filosofia na sociedade romana resumiu-se aos assuntos éticos e morais, influenciados pelos pensadores estoicos e epicuristas do período helenístico.

Os romanos adotaram uma postura mais pragmática em relação a educação, voltada para as necessidades do cotidiano, para a ação política e não para a contemplação e teorização do mundo, fazendo prevalecer a retórica sobre a filosofia.

Conforme Luzuriaga (1985) o maior dos pedagogos romanos foi Quintiliano, cujas idéias possuem caráter literário, com fundo moral e cívico. Mas ninguém antes dele havia dado tanta importância ao conhecimento de psicologia em educação. Sua descrença na filosofia pode ser explicada pelas circunstâncias de seu tempo, contrárias a ela, dados o descrédito de seus cultores e a falta de liberdade que reinava para expressão das idéias.

Em suma, na educação romana, podem ser distinguidas três fases: a latina original, de natureza patriarcal; posteriormente, a influência do helenismo é criticada

pelos defensores da tradição; por fim, dá-se a fusão entre a cultura romana e a helenística, que já supõe elementos orientais, mas supremacia dos valores gregos.

Passando para a Idade Média, percebe-se que a educação passa a ser diretamente influenciada pela Igreja. É no início desse período, com a decadência do Império Romano, que surge a patrística, filosofia dos Padres da Igreja. A Patrística se caracteriza pela intenção apologética, ou seja, de defesa da fé e conversão dos não-cristãos. A exposição da doutrina religiosa propõe-se a harmonizar a fé e a razão, a fim de compreender a natureza de Deus e da alma e os valores da vida moral (ARANHA, 1996).

Durante o período medieval, de acordo com Aranha (1996) não foi possível encontrar propriamente pedagogos, no sentido estrito da palavra. Aqueles que refletem sobre as questões pedagógicas o fizeram movidos por outros interesses considerados mais importantes, como a interpretação dos textos sagrados, a preservação dos princípios religiosos, o combate à heresia e a conversão dos infiéis. A educação emerge como um instrumento para um fim maior, qual seja a salvação da alma e a vida eterna.

Predomina, durante este período, a visão teocêntrica, a de Deus como fundamento de toda a ação pedagógica e finalidade da formação do cristão. Portanto, há um modelo de homem, uma essência a ser atingida para a maior glória de Deus. Baseia-se nos ideais ascéticos, distantes dos prazeres e das preocupações terrenas, com o objetivo de atingir a mais alta espiritualidade.

Outra característica do pensamento medieval é o seu excessivo formalismo que decorre do distanciamento do vivido e o abuso da lógica nas disputas metafísicas. Além disso, o racionalismo dedutivo é valorizado pelo seu rigor, desprezando-se a indução, que, no entanto, favorece a descoberta e invenção. Quanto as técnicas de ensinar, o modo de pensar rigoroso e formal cada vez mais determina os passos do trabalho escolar.

Já no final da Idade Média, com a expansão do comércio e por influência da burguesia, começam a soprar novos ventos, orientando os rumos da ciência, da literatura e da educação. Assim, por meio do realismo, secularização do pensamento e retomada da cultura greco-latina anuncia-se o período humanista que se aproxima.

Com o Renascimento emerge uma nova imagem do homem, sendo que o interesse pela educação aumenta de modo substancial: proliferam-se os colégios e manuais para alunos e professores. Nas palavras de Aranha (1996) educar-se torna-se questão de moda e uma exigência, segundo a nova concepção de homem.

Enquanto a nobreza continua a ser educada por preceptores em seus próprios castelos, a pequena nobreza e a burguesia emergente querem educar seus filhos e os encaminham para a escola, no intento de prepará-los melhor para a liderança e a administração da política e dos negócios. Já os segmentos populares, em geral, continuam a não ter seus interesses pela educação levados em consideração.

A meta da escola não se restringe à transmissão de conhecimentos, mas à

formação moral. A fim de proteger as crianças de “más influências”, a escola adquire uma hierarquia que submete as crianças a uma severa disciplina, incluindo os castigos corporais.

No entendimento de Aranha (1996) o Renascimento é um período de contradições típico das épocas de transição. Com o enriquecimento da classe burguesa, esta passa a assumir padrões aristocráticos e aspira a uma educação que permita formar o homem de negócios, ao mesmo tempo capaz de conhecer as letras greco-latinas e de dedicar-se aos luxos e prazeres da vida.

Embora rejeite a autoridade dogmática da cultura eclesiástica que prevaleceu durante o período da Idade Média, essa sociedade, mantém-se fortemente hierarquizada, excluindo dos propósitos educacionais a grande maioria popular, com exceção dos reformadores protestantes, que agem por interesses religiosos. Entretanto, com Rousseau (século XVIII), já se possui uma percepção mais aguda de problemas que, atualmente são denominados de problemas existenciais, numa recusa à submissão aos valores eternos e aos dogmas tradicionais.

Na Idade Moderna, as contradições que indicam a passagem da visão aristocrática da nobreza feudal para um mundo que se constrói com os valores burgueses, refletem também na educação. Por um lado, existe a aspiração de uma pedagogia realista e, em alguns casos, até universal. Por outro lado, para além das discussões dos filósofos e teóricos da educação, de modo geral, as escolas continuam efetivando uma educação conservadora, predominantemente nas mãos dos jesuítas.

No entanto, é importante reconhecer o nascimento de uma escola tradicional, que ganha corpo no século XIX. Esse modelo de escola engloba noções de organização do conhecimento, emprego racional do tempo de estudo, a noção de programa, o cuidado com o material didático, a valorização do mestre como guia do processo de aprendizagem, etc.

Já o século das luzes (século XVIII) expressa o ideal liberal da educação, com base no pensamento controvertido de Rousseau, o qual propõe uma educação por meio do desenvolvimento livre e espontâneo, respeitando a existência concreta da criança. Essas idéias influenciaram as mais diferentes correntes, sobretudo as tendências não-diretivas, no século XX.

No século XIX, continuou a persistir a tendência individualista, própria do liberalismo, entretanto, surgiram preocupações evidentes com fins sociais da educação e a necessidade de se preparar a criança para a vida em sociedade. Passou-se a ressaltar a relação entre educação e bem-estar social, estabilidade, progresso e capacidade de transformação o que aumentou o interesse pelo ensino técnico ou pela expansão das disciplinas científicas.

Também se passou a aplicar a psicologia da educação, no intento de elaborar um método de ensino adequado, fundamentado na compreensão da natureza infantil.

Um dos fatos que marcam a educação no século XIX está relacionado à expansão das escolas públicas, uma vez que o Estado passa a assumir cada vez

mais o encargo da escolarização. Com isso, a educação se nacionaliza e surge o interesse de formar o cidadão, destacando-se a necessidade da educação integral e politécnica e a de democratizar o ensino. Outro fator importante é a atenção dada à educação elementar, contrária à tendência até então voltada para o nível secundário e superior.

Em relação ao século XX, Aranha (1996) sustenta que é difícil realizar uma síntese, visto que o período ficou marcado por transformações tão intensas que se desenvolvem em um torvelinho de ambigüidades e perplexidades. O contexto histórico deste século é caracterizado por mudanças econômicas, políticas e morais profundas, como a disputa entre os movimentos socialista e capitalista. Não obstante, ainda neste período, o modelo da escola tradicional passou por inúmeras críticas, desde a escola nova até as mais contemporâneas teorias construtivistas.

Contudo, de acordo com Aranha (1996), além das tentativas de mudanças metodológicas, é a própria instituição escolar que se acha em crise, pois o próprio modo de pensar, sentir, agir do homem contemporâneo que está em questão. Tal constatação conduz a reflexão acerca da necessidade de profundas modificações na pedagogia e nas formas de educar.

A mudança de paradigma na educação é uma realidade atual, pois se busca cada vez mais uma educação permanente, voltada para a prática da interdisciplinaridade. Neste sentido, a história da educação é uma disciplina que auxilia no processo de enfrentamento dos desafios que se impõem a renovação na área educacional a nível mundial.

4 | HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil, inicialmente esteve sob responsabilidade dos jesuítas, os quais iniciaram o processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões logo após sua chegada no ano de 1549. Estes permaneceram no controle educacional até o ano de 1759, quando foram expulsos do país pelo marquês de Pombal.

Durante este período, os jesuítas promoveram uma ação maciça na catequese dos índios, educação dos filhos dos colonos, formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra. Embora estes recebessem formação rigorosa e orientação segura, enfrentaram sérios desafios para se adaptar às exigências locais.

Os jesuítas, por mais que se considere admirável sua coragem, empenho e boa-fé na realização de sua missão, iniciaram o marcante processo de desintegração da cultura indígena. Impuseram aos índios a admissão de outros valores, de uma cultura diferente, imprimindo o ideário católico na concepção de mundo dos brasileiros e, por conseguinte, na tradição religiosa do ensino que perdurou até a República.

No século XVII, percebe-se um profundo fosso entre a vida na colônia e a vida na metrópole, em decorrência das intenções de exploração de Portugal no Brasil. Esse fosso também se percebe no campo educacional, pois enquanto que na Europa estabelecia-se a contradição entre o ideal da pedagogia e o modo conservador, no Brasil a atuação da Igreja foi muito mais forte e duradoura.

Com a expulsão dos jesuítas, agravou-se ainda mais o panorama do analfabetismo e aumentou a precarização do ensino em virtude da demora da reforma pombalina. Aranha (1996) ressalta que a elite colonial se preparou nesta época, de modo predominantemente intelectual e universalista, distanciada, portanto, das principais conquistas científicas da idade Moderna e do trato dos assuntos e problemas da realidade imediata. Deste modo, durante o longo período do Brasil colônia, aumenta de forma considerável a distância que separa os letrados e a grande maioria da população analfabeta.

No período imperial crescem as contradições sociais e políticas de um país cuja economia consolida o modelo agrário-comercial e desenvolve as primeiras tentativas de industrialização. Quanto a educação, ainda não há o que poderia ser chamado de uma pedagogia brasileira, sendo que prevalece uma atuação irregular, fragmentária e quase nunca com resultados satisfatórios. Mantém-se, assim, o privilégio de classe, valorizando ensino superior em detrimento dos demais níveis, sobretudo o elementar e o técnico.

A evolução das pedagógicas na Primeira República (1889-1930) pode ser representada pela conjunção de dois movimentos ideológicos desenvolvidos pelos intelectuais das classes dominantes do país. Conforme Ghiraldelli Jr. (1992), esses movimentos são o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”.

O entusiasmo pela educação resumiu-se a idéia de expansão da rede escolar para alfabetizar o povo. Já o otimismo pedagógico insistiu na idéia de otimização do ensino, isto é, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Ambas as visões possuem uma substância histórica relacionada à realidade social do país.

Na Primeira República a educação sofre transformações que estão ligadas as necessidades de configuração social e econômica. Embora tenham sido desenvolvidos debates pelos escolanovistas, propondo novas reformas, persistiu o dualismo escolar e o descuido com o ensino fundamental. Um fator positivo desta época foi a expansão considerável do ensino por meio da ampliação da oferta de escolarização.

Já na Segunda República emergem projetos de renovação do ensino público, com a implantação do ideário escolanovista: os ginásios e colégios vocacionais, o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, os pluricurculares, o Grupo Experimental do Lapa, etc. Adquirem importância as idéias de Paulo Freire, sendo que sua contribuição não se situa apenas no campo da educação de adultos. Os fundamentos de sua pedagogia permitem a aplicação dos conceitos analisados em uma amplitude maior, isto é, na própria concepção de educação.

Com a implementação da ditadura militar a educação passou a ser seriamente controlada. Os movimentos estudantis foram duramente reprimidos durante este regime. É realizada uma reforma tecnicista na educação que resulta da tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, o qual tem por base a racionalização própria do sistema de produção capitalista.

Por meio do advento da Nova República, os estudiosos da educação desenvolvem a pedagogia teórico-crítica, no intento de reverter o quadro de desorganização que torna uma escola excludente, com altos índices de analfabetismo, evasão, repetência e, portanto, de seletividade. Em suma, de acordo com Aranha (1996), cabe ao Estado o cumprimento de suas obrigações, por meio do estabelecimento de uma política educacional coerente, a valorização do professor e a escola gratuita para todos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da história da educação que tem sua origem nas sociedades primitivas estendendo-se até os dias atuais, é imprescindível ao conhecimento do processo educacional vigente na sociedade contemporânea. A educação presente compreende um produto histórico e não uma invenção exclusiva do tempo atual. Com efeito, a educação presente é resultado do passado e preparação para o futuro.

Assim, a história da educação não deve estudar o transato na condição de fenômeno exaurido, mas antes como explicação do estado atual do processo educativo. Além de possibilitar a compreensão da experiência atual o estudo da história da educação também constitui uma ferramenta para promover a melhoria da educação, uma vez que ela informa as dificuldades que as reformas da educação tem encontrado, os perigos das idéias utópicas e das resistências anacrônicas, reacionárias, que a educação tem experimentado.

Do mesmo modo, o estudo da história da educação, ao desvendar as conquistas da técnica pedagógica e os perfis dos grandes educadores impede a precipitação rumo a especialização obsessiva e o estabelecimento da rotina no profissionalismo, obrigando ao maior rigor no pensar e a fundamentação teórica do trabalho dos profissionais da educação.

Importante ressaltar que a abordagem historiográfica da educação não consegue retomar todos os acontecimentos como verdadeiramente ocorreram. O passado, de acordo com Veyne (1987), é insuscetível de ide recuperação, sendo que a narrativa desenvolvida com base em documentos, fontes, vestígios, memória nunca permite retratar os acontecimentos como realmente ocorreram, visto que a reconstituição integral é uma ilusão.

Todavia, a reflexão histórica sobre o passado como um todo, e assim, sobre o desenvolvimento do processo educativo, é fundamental para que se entenda o

presente. Cardoso (1986) acrescenta que a reflexão geral acerca do passado, a reflexão histórica no melhor sentido do termo, não pode ser coerente e fecunda se não estiver fundamentada numa análise coerente do presente. A busca de leis de organização e mudança das sociedades humanas passa necessariamente pelo conhecimento da história como disciplina.

Deste modo, a história da educação, em todo o mundo, passa por um tempo de balanço, escreve Nóvoa (1999). Há uma necessidade de repensar uma disciplina que conheceu evoluções profundas nas últimas décadas. A reconceptualização do trabalho histórico em educação passa pela adoção de pontos de vista que têm estado presentes na história cultural, tais como a preocupação em demonstrar a complexidade dos padrões de comunicação, a recusa de uma perspectiva antropológica clássica de cultura e a adoção de modelos de interpretação textual.

Além disso, o fazer historiográfico sobre a educação deve ater-se aos estilos de interação (apropriação, negação) e aos termos de diferença, como gênero e classe, esforçando-se para evitar teorias pré-explicativas dos fatos e para valorizar a sua problematização, procurando construir argumentos cuidadosos fundamentados nas evidências empíricas (NÓVOA, 1999).

Em suma, a disciplina história da educação só existe a partir de uma dupla possibilidade que tem por base o historiador e o educador, implicando novos entendimentos do trabalho histórico e da ação educativa.

É função do historiador exercer sua capacidade reflexiva sobre a história da sua disciplina, interrogando os vários sentidos do trabalho histórico, além de compreender as razões que conduziram à profissionalização do seu campo acadêmico. Ao educador cabe o enfrentamento dos desafios do tempo presente, pensando a sua ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, participando criticamente de uma escola mais atenta às realidades dos diferentes grupos sociais.

Assim, o historiador da educação deve possuir estas duas habilidades, sendo capaz de desenvolver toda a complexidade dos processos educativos, construindo uma narrativa que auxilie a enfrentar os dilemas educativos atuais, com base em um olhar sob a forma como o passado foi trazido até o presente para disciplinar e normalizar a sua ação.

Tal perspectiva pressupõe a aceitação do fato de que o objeto do historiador não é o passado em si próprio, mas sim tudo o que nos vestígios deixados por este passado pode responder às questões que ele coloca e que lhe são sugeridas pelo mundo em que vive.

Enfim, deve-se romper com a visão natural responsável por ocultar a historicidade da reflexão pedagógica e impedir a compreensão do modo como foram erigidos os discursos científicos na área educativa, juntamente com o desenvolvimento de grupos profissionais, de sistemas especializados de conhecimento, simultaneamente ao desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. ver. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LUZIRIAGA, Lorenzo. **História da educação e da Pedagogia**. 16. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- NÓVOA, Antônio. **Prefácio**. In: MONARCHA, Carlos (Org.) **História da educação brasileira: formação do campo**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- SAVIANI, Demerval. **História da educação**. In: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. ver. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX

Elizabeth Barbosa Carneiro

Universidade Estadual de Montes Claros,
Departamento de História,
Montes Claros, Minas Gerais

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Universidade Estadual de Montes Claros,
Departamento de História,
Montes Claros, Minas Gerais

RESUMO: O estudo visa pensar a educação a partir das memórias e histórias das ex-internas do Colégio Imaculada Conceição, localizado na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O recorte temporal da pesquisa constitui no século XX. As fontes utilizadas consistiram em entrevistas e documentos diversos do citado colégio. Os resultados obtidos se apresentaram como muitas histórias e memórias dessas estudantes, de caráter interno, em um colégio de religiosas, cujas normas, muitas vezes, foram burladas pelo ímpeto da juventude e contestação das regras vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Memórias e Histórias. Colégio Imaculada Conceição. Montes Claros.

EDUCATION: MEMORIES AND STORIES OF IMMACULATE CONCEPTION COLLEGE INTERNAL OF MONTES CLAROS IN THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: the study aims to think education from the memories and stories of the ex-internas of the Immaculate Conception College, located in the city of Montes Claros, Minas Gerais. The timeframe of the research is in the 20th century. The sources used were interviews and various documents of the said College. The results obtained were presented as many stories and memories of those students, internal, in a religious school, whose standards often were circumvented by the momentum of youth and challenge the rules in force.

KEYWORDS: Education. Memories and stories. Immaculate Conception College. Montes Claros.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo trata de alunas internas no Colégio Imaculada Conceição, situado em Montes Claros, Minas Gerais. O recorte temporal é início e meados do século XX. O referido colégio pertence até os dias de hoje (2019), a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, primeiras religiosas a aportarem na cidade com o espírito missionário voltado para a educação.

As fontes trabalhadas nessa pesquisa constituíram, sobretudo de entrevistas com o objetivo de obter informações sobre as experiências das alunas internas do Colégio,

posteriormente narradas historicamente. Memórias e histórias, pensadas sempre no plural, se apresentaram como vivências dessas estudantes que, diante de situações adversas e diversas, “burlam” normas e regras de uma instituição religiosa rígida, contudo séria no seu trabalho.

2 | RELIGIOSIDADE CATÓLICA E MISSIONARISMO

A história do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros e a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar constituem o tema central deste artigo.

O nascimento do Colégio Imaculada está estritamente ligado à chegada das religiosas a Montes Claros. Essas Irmãs enfrentaram sacrifícios de toda ordem, desde o desconforto do trajeto de seu país até aqui, assim como as dificuldades de adaptação a uma região extremamente carente em todos os sentidos.

A congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar nasceu de uma comunidade de donzelas, que se formou espontaneamente no século XVIII, as chamadas “Marolas”. Ressalta-se que, Berlaar é uma cidade da Bélgica, local de origem da citada Congregação.

Com a renovação eclesial na primeira metade do século XIX, esta comunidade religiosa transformou-se numa congregação diocesana de religiosas. A partir dessa transformação, o ensino popular passou a ser a atividade principal do apostolado, tendo no ano de 1845, o pároco Henricus Haes e Maria Theresia Vermeulen como os primeiros responsáveis pela coordenação de suas ações.

Em Montes Claros, conforme ressaltou Paula (1979), a religião Católica é praticada desde os princípios do século XVIII, quando Gonçalves Figueira, transformando a sesmaria em fazenda, construiu ao lado da sede, uma capela rústica, batida de barro, sob a invocação de Nossa Senhora. Em 1769, uma nova ermida foi edificada, denominada Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, tendo como primeiro capelão, padre Teotônio de Azevedo. Paula (1979) ressaltou que, o arraial foi elevado à categoria de Freguesia pelo decreto de 14/07/1832, porém, só em janeiro de 1835 chegava o primeiro vigário, o padre Antônio Gonçalves Chaves. Provisoriamente por dois anos, o padre, no entanto, acabou estabelecendo-se por muito mais tempo, tendo, inclusive, chefiado o partido liberal local.

Em 1903, chegaram ao Brasil os “Filhos de São Norberto”, uma ordem religiosa, assim como as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, porém, com a diferença de que a primeira era constituída por padres. Os religiosos da Ordem puderam escolher qualquer paróquia na Diocese de Diamantina. Dois padres premonstratenses ou norbertinos, os cônegos Carlos Antônio Vincart, que havia sido nomeado vigário, e Francisco de Paula Moureau, escolheram Montes Claros para fixarem residência e desenvolver suas atividades eclesiais (PAULA, 1979).

As congregações religiosas foram as responsáveis diretas pela inserção da prática religiosa objetivada pelo Vaticano no mundo, a partir da metade do século XIX. Essas congregações tinham como objetivo, expandir as práticas religiosas no seio da sociedade, fortalecendo e propiciando legitimidade ao catolicismo. Fixadas no interior, as ordens religiosas tiveram a função de estabelecer alianças com os latifundiários de cada cidade ou região, ou seja, grupos detentores do poder econômico e políticos locais. A vinda das Irmãs do Sagrado Coração de Maria para o Brasil, em particular, para Montes Claros, não foi, portanto, um evento fortuito, fruto de coincidências ou de ação de forças extra-históricas, mas constituiu uma etapa de planejamento bem elaborado e em escala mundial.

Integrando-se no movimento de espiritualidade missionária, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria não ocupavam um lugar destacado. Representava apenas uma das muitas congregações diocesanas, que assumiram atividades missionárias na mudança do século. A congregação se destacava mais na área da educação, na assistência e na área de saúde. As suas atividades realizavam-se no rastro da ação missionária dos norbertinos, com quem a congregação mantinha bons contatos. Na Bélgica, seu interesse missionário, no fim do século, era voltado para a África negra. Um exemplo de tal situação, é que algumas Congregações belgas foram instalar-se no Estado Congo para dar apoio à política colonial.

Antes da partida das primeiras Irmãs missionárias para o Congo, a Congregação de Berlaar já tinha definido os planos missionários para a América Latina. A pedido do Papa Leão XII, em 1894, e só concretizado em 1896, com a vinda dos norbertinos de Averbode para São Paulo, o padre Van Tongel, presidente da Confraria de Nossa Senhora do Sagrado Coração, e conhecido da Congregação, encarregou-se de tratar, pessoalmente, das modalidades de uma eventual colaboração das Irmãs de Berlaar. Com o acordo firmado com o bispo de São Paulo, em dezembro de 1896, definiu-se pela vinda das Irmãs de Berlaar. No entanto, esse primeiro projeto não se realizou. Os norbertinos tinham como tarefa especial, estimular o ensino religioso no Brasil. Sua missão primordial era fundar um colégio, que servia como seminário menor para o bispo de São Paulo.

Um novo convite foi feito a Congregação em 1904, para que esta, viesse a se estabelecer no Brasil. Esse partiu dos norbertinos da Abadia da cidade de Park Louvam, a pedido do Cônego francês Francisco de Paula Moureau. O vigário Moureau, estabelecido em Montes Claros, estava na Bélgica em 1906, devido a um problema de saúde. Em 16 de abril de 1907 retornou a Montes Claros, acompanhado de quatro irmãs, as quais iriam auxiliá-lo em suas atividades missionárias.

3 | A AÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA EM MONTES CLAROS

Constantemente, famílias Católicas solicitavam ao padre Vincart a criação de um colégio para meninas, pois o estabelecimento mais próximo, nessa modalidade, ficava em Diamantina, sendo que uma viagem entre Montes Claros e aquela cidade durava entre 10 e 12 dias. Segundo as Irmãs do Sagrado Coração de Maria no Brasil (KADOC, 1995), entre o povo simples, ordeiro e religioso foi onde a Congregação encontrou campo fértil para testemunhar sua simplicidade e estimular a prática da religião, procurando atender, tanto quanto possível, às solicitações de alunos carentes, com bolsas de estudos e outras facilidades que os ajudassem na realização profissional e educacional. Também, sempre que possível, enviava esforços para manter escolas gratuitas para a promoção humana e cristã, principalmente para as domésticas, a fim de se promoverem profissional e intelectualmente.

Não se pode deixar de salientar, que o interesse comercial e financeiro dessas instituições, suplantava, no entanto, qualquer outro objetivo. A “caridade” para com as “meninas pobres” era feita de forma singular. A bolsa de estudo concedida por elas era condicionada à realização de alguma tarefa por parte das beneficiadas. Normalmente, a contrapartida para as alunas que recebiam a bolsa de estudo, era a realização de trabalho de limpeza do colégio, incluindo pátios, banheiros, corredores e refeitórios, em troca da educação formal. Para essas bolsistas, além do trabalho árduo, fatigante e de punições severas, ainda eram diferenciadas em relação às internas pagantes, sendo mantidas separadas dessas últimas, dispendo de banheiros e refeitórios isolados. Uma ex-aluna interna do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros, relata que,

(...) nós éramos mais de duzentas pessoas internas. Então a gente convivia com pessoas de todas as cidades e de todos, eu não digo de todos os níveis, porque só tinha lá pessoas de classe média alta, que podia pagar. As meninas, as mais pobres ou carentes ou de classe baixa, elas estudavam lá, mas elas eram chamadas “meninas da Irmã Onizia”, ela Irmã Onizia é quem tomava conta da limpeza do Colégio, então essas pessoas vinham, mas trabalhavam no colégio e assim tinham direito de estudar (M. R. Q., p. 61).

O que se percebe, ao analisar as relações dos colégios católicos com a sociedade, é que havia certo distanciamento entre as classes populares e a Igreja, pois eram poucos os matriculados, das classes mais baixas nos colégios católicos. Dessa forma, na medida em que os jovens, sobretudo os da elite, eram educados de acordo com os preceitos religiosos, o projeto católico consolidaria no futuro grupo, em que os valores cristãos constituiriam a base de forma de educação.

Para Nunes (2000), no campo da educação houve no Brasil, algumas iniciativas católicas importantes, através da criação de uma grande rede de escolas sob a direção de religiosas estrangeiras. Na Europa, as consequências da Revolução

Francesa, marcado por uma ideologia laica, criando conflitos de ordem ideológicas, proibindo a atuação de religiosos e religiosas, contribuíram para que as Congregações buscassem em outros locais, a oportunidade de continuar suas ações. A criação do Colégio Imaculada Conceição em Montes Claros e o seu grande prestígio perante a sociedade local, dá uma ideia de como essas Ordens conseguiram êxito em suas atividades, aliando educação e religião e disseminando sua filosofia baseada em regras rígidas em que predominavam a disciplina e a valorização dos aspectos morais. A entrevistada M. R. Q. deixa claro que, as internas não saiam livremente e que sempre andavam uniformizadas. Somente as internas que tivessem bom comportamento recebiam autorização para sair, uma vez por mês. Contudo, apesar da relativa perda da liberdade, a ex-interna informa que, no colégio, as estudantes tinham acesso a um estudo melhor, mais evoluído.

O modo de viver das Marolas era baseado na Regra da Ordem de São Francisco. Deve-se ressaltar que, a vida religiosa das Marolas não pode ser confundida com a vida das monjas. Sua rotina possuía um caráter mais simples e aberto. As religiosas de Berlaar não têm clausura e nem fazem votos publicamente. Elas não eram impedidas de sair de casa, de visitar a família e amigos até fora da paróquia. Para distinguir das outras mulheres, vestiam um traje uniforme. Em Montes Claros, devido às temperaturas relativamente elevadas que são registradas na cidade e região, aos poucos, as Irmãs mudaram seus hábitos de vestir e o traje preto foi substituído pelo branco, bem como os acessórios, uma espécie de capuz que usavam na cabeça, foram abolidos do uniforme tradicional. Mais tarde, elas passaram a usar apenas uma saia mais curta e justa e uma blusa.

4 | DISCIPLINA, VIGILÂNCIA, LIBERDADE E FORMAÇÃO NO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA

É interessante notar que, a relativa liberdade facultada às religiosas de Berlaar, conforme referido acima, de certa forma, contradiz a formato de atuação das religiosas que vieram para Montes Claros e fundaram o Colégio Imaculada Conceição. Em alguns relatos das ex-alunas do estabelecimento, registrados nos instrumentos de pesquisa, percebe-se que, a liberdade dentro do mesmo era bastante vigiada e restrita. A ex-interna M. I. A. S. narra em sua entrevista que, o processo de remeter ou receber cartas era controlado. Quando recebiam as cartas, essas já haviam sido abertas e lidas pelas Irmãs. Por outro lado, as cartas expedidas eram verificadas, subscritas pelas irmãs responsáveis por esse controle e somente depois desse processo enviadas. As cartas consideradas inadequadas eram, sumariamente, rasgadas e descartadas.

A Superiora, dentro da Congregação, gozava de prerrogativas importantes: tinha poder e autoridade absoluta e era tida como quase a “substituta de Deus”. Assim, as demais Irmãs tinham que seguir, rigorosamente, as suas ordens e conselhos, sem

“contradizer ou criticar”. A Superiora determinava a tarefa de cada Irmã e, sozinha, decidia quem tinha as qualidades exigidas para lecionar, cuidar de doentes ou fazer o trabalho doméstico. Cabia também a ela, o controle sobre a vida das Irmãs, autorizando saídas e vigiando correspondências. Nesse ponto, verifica-se que, essa regra traduz a forma como as religiosas atuavam também com as internas no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros.

Em função do ensino disponibilizado pelo Colégio Imaculada, sua organização e, até mesmo pelos aspectos disciplinares, acabou se transformando em uma referência na educação a nível local, regional e fora das fronteiras do Estado de Minas Gerais conforme destaca Paula: “o número de moças a que já conferiram grau de normalista, todas elas destas zonas: Januária, Pirapora, Espinosa, Tremedal, Salinas, Grão-Mogol, Fortaleza, Rio Pardo, Bocaiúva, Brasília e outras gozam dos benefícios desse colégio” (PAULA, 1979, p, 42). Em consequência, alguns fatores positivos podem ser destacados. Primeiro, o aspecto econômico, já que a vinda de alunas oriundas de outras regiões, normalmente filhas de famílias tradicionais e boas posses, teve influência no desenvolvimento, em especial econômico de Montes Claros. Segundo, o contato com alunas de outras regiões propiciava o intercâmbio cultural, isto é, a troca de hábitos culturais. E terceiro, a consolidação do nome do Colégio acabava influenciando diretamente no surgimento de novos estabelecimentos educacionais e na preocupação com a melhoria da qualidade do ensino em Montes Claros.

Entretanto, deve-se ressaltar que, o Colégio Imaculada Conceição não tinha como objetivo atender a toda a população feminina da cidade, eliminando por completo uma carência educacional para as mulheres da cidade e região. O objetivo primordial do Colégio era atender aos anseios educacionais, não para toda a população carente e, sim, para uma minoria composta pelos grupos da elite dominante na região.

Tradicionalmente, os pais procuravam criar seus filhos dentro de um modelo de educação condizente com as normas e padrões de comportamento impostos ou difundidos pela Igreja e pelo Estado. Dessa forma, para ser considerada uma “moça decente” era fundamental, que essas normas de comportamento fossem observadas e seguidas com grande rigor.

Para Manoel (1999), apesar de serem pouco letrados, os representantes da oligarquia perceberam, que não era mais possível manter suas filhas no mesmo grau de ignorância e isolamento em que viviam até então. O antigo comportamento feminino, herdado da tradição colonial portuguesa, tornava-se incompatível com a sociedade brasileira, que se urbanizava e se abria no contato com a cultura e o mundo moderno. Desta forma, não era mais o bastante, que as mulheres soubessem apenas dirigir a casa. Tornava-se necessário, que as mulheres soubessem ler, escrever, conversar e conhecessem um pouco do mundo situado além dos muros de suas casas. Não se tratava, portanto, de uma educação profissionalizante, mas de uma educação voltada para o polimento das mulheres.

Talvez essa condição de mulher, de ter um papel menos importante, quando se

tratava da questão do acesso à educação, tenha sido um dos motivos que levou o surgimento e expansão das chamadas escolas religiosas, e, sobretudo, dos internatos. Já no século XX, o surgimento dos internatos criou, com certeza, novas perspectivas para a educação das mulheres no Brasil, em que pese os internatos abrigarem tanto mulheres como homens entre seus alunos. Todavia, para as mulheres, eles tiveram, de certa forma, uma conotação diferente, uma vez que, na sociedade burguesa e conservadora brasileira, à mulher eram impostas regras mais rígidas de criação e educação, e, para muitas delas, a escola através do internato era, via de regra, a alternativa para o acesso aos estudos. Em Minas Gerais, por exemplo, esse tipo de educandário se expandiu, principalmente pela participação de religiosos estrangeiros que aportaram no Estado, trazendo consigo de seus países de origem, a experiência nesse tipo de instituição.

Souza (1991) avalia que “é possível analisar os internatos e sua finalidade social no interior de Minas Gerais. Araguari possuía na década de 1960 dois colégios religiosos, com internatos para homens e mulheres” (SOUZA, 1991, p. 27).

Não bastava, no entanto, desejar a educação para as filhas, era preciso que houvesse escolas para isso e elas, praticamente, não existiam. A oligarquia dominante procurava manter-se obediente ao modelo de vida consolidado nos preceitos do catolicismo e refleti-las nas leis instituídas, comprovando a participação das ordens religiosas na formação cultural da sociedade brasileira. Aplicada na adolescente, pelas ordens e congregações femininas do catolicismo, a educação européia passou a ser um fato que identificava quem eram os grupos mais abastados, tornando uma possibilidade de ascensão social feminina e, logicamente, da família, devido à instrução dada ao sexo feminino, ou seja, menina, nesses colégios, os quais ensinavam e transmitiam o tipo de comportamento desejado para formação dessas mulheres. Percebe-se o interesse dessas famílias em colocar suas filhas para ingressar na educação oferecida pelas irmãs e, também, pelo fato de que, dessa forma, imaginavam poder igualar ao comportamento de uma elite “educada” e abastada, constituída como modelo familiar da época e forma de ascensão social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras décadas do século XX, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria ofereciam à população de Montes Claros, sistemas de ensino adequados para diferentes níveis sociais. Essas religiosas introduziram na cidade e em outros estados, a fórmula do internato, como também criaram escolas externas e orfanatos.

Manoel (1996) assevera que, a criação de uma escola externa e um orfanato não significa, apenas, a ampliação da esfera social abarcada por esses colégios. Se o objetivo amplo dessa educação era formar mulheres cristãs, a escola externa e o orfanato permitiriam abarcar meninas de todas as classes sociais, desde os extratos

mais ricos da oligarquia, até as mais pobres meninas sem família.

As irmãs tiveram papel importante no setor da educação e de saúde em Montes Claros. A atuação das mesmas, frente ao Colégio Imaculada Conceição e a Santa Casa de Montes Claros, hospital também dirigido pela mesma congregação, foi o elemento propulsor do desenvolvimento, de crescimento e de consolidação dessas instituições na cidade. É claro que, não pode deixar de enfatizar, que o objetivo dos religiosos, como muitos acreditam, não era, fundamentalmente, de propiciar assistência aos mais necessitados, seja na educação ou na saúde. As Ordens religiosas tinham, igualmente, interesse comercial em suas ações, haja vista que, procuravam regiões onde pudessem manter boas relações com a elite dominante para facilitar a instalação de suas instituições.

Percebe-se que, durante longos anos da história da sociedade mundial, a mulher sempre teve papel secundário na sua relação com o homem. Essa relação foi norteadada pela submissão, pela privação de liberdade, pelo cerceamento de direitos elementares, como o de estudar, de se instruir e participar de forma mais efetiva das decisões, sejam elas, no campo social, político, econômico, etc. A análise do papel das Congregações religiosas no desenvolvimento do sistema de educação no mundo e, particularmente no Brasil, possibilitou constatar que, tais congregações tiveram papel importante na formação educacional, moral e ética de várias jovens e, esse estudo mostra uma realidade específica, a das estudantes internas do Colégio Imaculada Conceição.

REFERÊNCIAS

Del PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

IRMÃS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA; CENTRO CATÓLICO DE DOCUMENTO. **1845-1995: 150 Anos Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar Servindo em Simplicidade**. Lovaina, Bélgica, 1995.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1849-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: ed. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1996.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Catolicismo Ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1888-1930)**. 1998. (Tese) - Universidade Estadual de Paulista, Franca, 1998.

NUNES, Maria José Rosado. **Freiras no Brasil**. In: Del PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1979.

SOUSA, V. L. P. de. **Entre o Bem e o Mal (Educação e Sexualidade nos anos 60 – Triângulo Mineiro)**. 1991. 386 p. (Dissertação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)

Patrícia Carla de Melo Martins

UEPG, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.

Ponta Grossa, PR.

RESUMO: As obras utilizadas para a formação do clero, compõem um instrumento relevante para a composição do sistema de pensamento que deveria legitimar a sociedade monárquica, constituída sob o Padroado Régio. Essa discussão recai sobre as obras utilizadas pelos capuchinhos franceses que assumiram a administração e organização pedagógica do Seminário Episcopal de São Paulo, entre os anos de 1854 e 1864. Os manuais de formação utilizados no Seminário, expressam os aspectos da filosofia-teológica propalada pelos clérigos franceses, defensores do conservadorismo no contexto da França Revolucionária. A filosofia-teológica vigente nas obras de formação básica dos alunos, compõem a subjetividade do mundo real dos clérigos na medida em que atribui significado e explicação à percepção do mundo empírico. Sentido em que a religião se põe sob uma categoria de compreensão da realidade. Nesta abordagem é a *Teologia Dogmática e Moral*, do Abade Gousset que se apresenta como objeto de análise.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais de Ensino; Brasil Imperial; Filosofia-Teológica; Capuchinhos.

THE THOUGHT SYSTEM IN THE TEACHING MANUALS OF EPISCOPAL SEMINARS OF SÃO PAULO (19TH CENTURY)

ABSTRACT: The works used in cleric formation compose a relevant instrument for the composition of the system of thought that should legitimate the monarchical society, constituted under the Royal Patron. This discussion falls over the works used by the French capuchins that took the administration and pedagogical organization of the Episcopal Seminar of São Paulo, between the years of 1854 and 1864. The teaching manuals used in the Seminar, express the aspects of Theological-Philosophy propelled by the French clerics, that defended the conservatism in the context of the Revolutionary France. The Theological-Philosophy in force in the teaching works of basic student formation compose the subjectivity of the real world of the clerics in means that it attributes meaning and explanation to the perception of the empirical world. A meaning in which the religion was set over a category of comprehension of reality. In this approach it is the *Teologia Dogmática e Moral*, (Dogmatic and Moral Theology) by Abbot Gousset that is presented as object of analysis

KEYWORDS: Teaching Manuals; Imperial Brazil; Theological-Philosophy; Capuchins.

A presente abordagem se dá em torno da formação clerical aplicada no Brasil durante a segunda metade do século XIX e utiliza como objeto de análise um dos manuais de ensino do Seminário Episcopal de São Paulo. Trata-se de uma revisão da documentação levantada na tese de doutorado defendida no departamento de Ciências da Religião da PUC-SP (MARTINS, 2006) e da tese de doutorado, defendida no departamento de História da UNESP-Franca/SP (MARTINS, 2014). Na documentação consultada verifica-se que era de uso obrigatório no ensino luso-brasileiro, nas escolas da educação secundária e nas escolas maiores – de ensino superior –, a adoção de manuais e compêndios como material de ensino. O manual de ensino era uma obra bibliográfica consagrada em torno de um tema específico, uma publicação densa, de 200 até 500 páginas, em geral dividido em dois ou mais volumes, composto por subtemas sistematizados em torno da ideia que se pretendia no interior daquela discussão disciplinar. O compêndio, geralmente era escrito pelo professor, designado lente da disciplina, era um tipo de livro que versava sobre conteúdo disciplinar específico, priorizava a noção histórica e gradativa do tema, dividido em capítulos definidos em lições. A história daquele saber era sempre tomada nos compêndios como uma forma de validar o conteúdo ali exposto. Todas às áreas do saber tinham seus compêndios como recurso de legitimação dos conteúdos selecionados, para formar a matéria ou cadeira disciplinar que compunha a grade curricular de um curso. Em geral, os compêndios tinham sua publicação nas editoras da corte. Representando o pensamento imperial adotado pelo poder instituído, os compêndios eram comumente utilizados no mundo letrado europeu, sendo prática recorrente em Portugal e posteriormente no Brasil Imperial. Os conteúdos educacionais dos centros de erudição passavam pelo crivo do ordenamento político em curso, evidenciando relações de poder sobre a atuação pedagógica dos professores. Embora submetido a um sistema de controle editorial, o autor do manual de ensino expunha seu pensamento particular em torno da área do saber no qual versava. Contudo, entre os compêndios havia menos espaço para considerações pessoais, a postura intelectual do autor se expressava pelos autores apresentados no roteiro histórico do conhecimento em questão.

Durante a segunda metade do século XIX, os manuais e compêndios do Seminário Episcopal de São Paulo, perpassaram a recomposição da vigência dos valores filosóficos e teológicos do catolicismo na composição da identidade nacional brasileira. De acordo com o paradigma cultural assumido pela corte luso-brasileira, os grupos sociais envolvidos com os saberes da erudição deveriam reafirmar a ideia de tradição presente no discurso civilizatório e moralizante da colonização lusitana. A hierarquia católica apresentava-se como aliada da hierarquia política, mantida pelo sistema imperial monárquico, no Brasil ancorado na presença da corte luso-brasileira. O princípio histórico da tradição cristã sustentava a continuidade das estruturas do Estado Monárquico, ordenado nas epígrafes do Antigo Regime, portanto pautado em concepções doutrinárias e dogmáticas sobre as quais deveriam ser postuladas

as relações sociais da nação. Elementos esses, relevantes para a estruturação do Estado Monárquico Imperial, mantido sob o Padroado Régio sob o pacto com a Igreja Católica (NEVES, 2014, p. 382-383). A constituição das relações sociais sob a tradição católica, foi garantida no Brasil, ao longo do século XIX sob a égide da educação instituída.

Por um lado, o Seminário Episcopal de São Paulo, foi um espaço composto pelo sistema de pensamento empenhado na ação política conservadora, se opunha a democracia moderna que se erguia nos sistemas republicanos. Por outro lado, apresentava-se culturalmente como uma instância da modernidade contemporânea do século XIX, como símbolo de modernização educacional (BOURDIEU, 1999, p.203-267) . O conservadorismo apresentava-se como uma característica do Estado Imperial brasileiro, demarcado pela relação estável com a Igreja Católica. Essa relação entre a Igreja e o Estado, no século XIX, indicava a oposição aos processos de secularização em curso tanto na Europa como na América. Nos demais países do continente americano, no processo de formação do Estado-Nação, a separação entre a Igreja e o Estado era relevante na composição de um novo ordenamento sócio-político. Frente a política cultural revolucionária em curso nos demais territórios nacionais, que se formavam tanto na América e como na Europa, a adesão do Brasil ao Padroado Régio ia contra o processo histórico em curso. A relação entre a Igreja e o Estado, no Brasil, denotava a continuidade da política social do período colonial. Sob a perspectiva historiográfica, desenvolvida desde o mestrado (MARTINS, 2011), verifica-se que a relação entre a Igreja e o Estado, no Brasil, caracteriza um elemento de longa duração histórica (Cf. BRAUDEL, 1965). A análise qualitativa feita em torno do lugar da educação instituída, leva à compreensão dos aspectos que regem a identidade nacional cristã, na construção da nação e naquilo que se entende por sociedade civilizada, no Brasil.

Sob a alçada do bispado de dom Antônio Joaquim de Melo (1852-1861), o Seminário Episcopal de São Paulo adentrou no movimento romanizador, aproximando o clero brasileiro da hierarquia romana, engendrando um processo de reforma nas linhas mestras da religiosidade clerical brasileira. No bispado de dom Antônio, primeiro bispo brasileiro a assumir o bispado da Província de São Paulo, o Seminário passou a funcionar em um belo prédio no principal centro comercial de São Paulo, o bairro da Luz, na frente do terreno no qual, alguns anos depois, fora construída a Estação Ferroviária da Luz, um símbolo da chegada da modernidade material.

A proposta educacional vigente no Seminário, claramente destinava-se a promoção de um novo paradigma religioso configurado por novas práticas e representações religiosas, reforçadas pelos traços da erudição, seguida de uma conduta moral específica. Uma erudição definida como Filosofia-Teológica. É importante ressaltar, à presença da teologia no princípio filosófico proposto, representando por si mesma o conservadorismo. A identidade conservadora, em torno do clericalismo, se construiu na relação social garantida pelos espaços da erudição, da propagação

do saber letrado. Nessa identidade educacional conservadora, mantida pelo Estado, vigorava ainda a noção de progresso material.

Os manuais de formação utilizados no Seminário, compõem um traço da expressão da Filosofia-Teológica aplicada a formação moral conservadora do Brasil. Os manuais de formação são tomados como instrumento de significação da realidade social, política, econômica e cultural que se definia. Eles seriam responsáveis pela construção da continuidade da tradição política eurocêntrica, em outras palavras, perpetuava a continuidade dos valores já dispostos na tradição de um discurso hegemônico perpetrado pelo Padroado Régio. O princípio da erudição adotado foi o dos capuchinhos do sudeste da França, mais especificamente da região dos Alpes, na fronteira com a Itália, Suíça, Espanha, com projeção para o Mar Adriático. Os capuchinhos, dessa região fronteiriça, foram importantes na redefinição da identidade católica junto a nação francesa, frente ao calvinismo e frente a secularização no contexto de formação do Estado Nacional durante a Era Napoleônica. A produção intelectual dos capuchinhos no contexto político francês do século XIX, é considerada contrarrevolucionária, pela historiografia. Isso justificava a relação de poder entre o Estado Imperial brasileiro e a Igreja Católica submetida a hierarquia romana, num momento em que a corte buscava a reação contra os movimentos sociais de independência e subversão a corte emergentes no Norte, Nordeste e Sul do Brasil, durante a primeira metade do século XIX (Cf. GRIMBERG; SALLES, 2017)

A Filosofia-Teológica vigente nos Manuais de Ensino dos alunos, trazia uma erudição destinada à subjetividade teórica e metodológica de compreensão do real, atribui significado e explicação à percepção do mundo empírico. No século XIX, os capuchinhos passaram a utilizar a narrativa histórica da escolástica, da teologia medieval estruturada a partir da Suma Teológica - que deu origem à escolástica tomista em defesa do pensamento católico francês. Nessa narrativa, a religião se põe sob uma categoria de compreensão da realidade formando um contraponto ao racionalismo defendido pelo método empírico cartesiano, que fundamentava a concepção de mundo da ciência moderna. Verifica-se, nessa disputa pela definição da realidade, aquilo que Bourdieu (1999) definiu como concorrência de bens culturais, vigentes na França a partir do século XIX, alocando a religião em torno da educação.

As três obras, indicadas pelo Vaticano, como leitura obrigatória no *Regulamento dos Ordinandos* do Seminário Episcopal de São Paulo, autorizada pelo Império, estavam inseridas na proposta pedagógica e educacional neotomista francesa. Os títulos indicados compreendiam a *Teologia Dogmática e Moral*, do Cardeal Gousset; o *Catecismo* do Abade Guillois, em quatro volumes e a *Filotéia ou Introdução à vida Devota*, por São Francisco de Sales. A reabertura do Seminário Episcopal de São Paulo em 1854 contou com a presença dos capuchinhos franceses de Lyon. Em 1879, os capuchinhos foram afastados do Seminário se espalhando por várias localidades do Brasil. Mesmo após terem deixado a administração e organização pedagógica do Seminário, os livros de formação básica citados continuaram a ser

utilizados até o início do século XX. Em 1908, quando a diocese de São Paulo passa a ser arquidiocese, o Seminário foi submetido a novas diretrizes curriculares e administrativas, consideradas adequadas ao Regime Republicano que começa a ser implantado a partir de 1889.

Nesta exposição, privilegia-se o manual de *Teologia Dogmática ou exposição dos poderes e dos dogmas da religião católica*, do Cardeal Gousset, a sexta edição francesa, publicada em 1852, pela editora Jacques Lecoffre, em Paris. A primeira edição da obra ocorreu em 1848. É importante notar que no tempo de quatro anos, a obra passara por seis edições, ou seja, tratava-se de um livro amplamente difundido entre os intelectuais católicos. Thomas Marie Joseph Gousset, nasceu em 1792 em Franche Comté, tornou-se Cardeal em 1850 e morreu em 1866, em Reims. Logo após se ordenar, em 1817, assumiu como professor no Seminário de Reims, um dos mais importantes Seminários de difusão da filosofia teológica tomista, na França. Anexado a Catedral de Reims, a segunda catedral mais importante como símbolo do tomismo francês. No Seminário de Reims, Gousset se projetou como professor de casuística. Antes de ascender à bispo ele permaneceu, de 1830 a 1835, como vigário de Perigueux, cede da região de Dordonha. Nesse mesmo período, Thomas Gousset escreveu seu protesto contra a universidade, intitulado *Observações sobre a liberdade de ensino*. Manifesto que versava sobre a liberdade de cátedra dos clérigos católicos, quanto a difusão da Teologia, frente a difusão de novos saberes adensados pela secularização das áreas do saber. Em 1840, assumiu como arcebispo da arquidiocese de Reims. Em todo o seu percurso, não interrompeu a trajetória dos estudos teológicos. Em 1844, publicou a *Teologia moral para uso dos padres e confessores*. Em 1848, publicou a obra que se apresenta nessa análise, o *Manual de Teologia Dogmática*, em 2 volumes, que ganhou várias edições. Em 1851, recebeu o título de São Calixto e, em 1852, tornou-se senador do Império e Comandante da Legião da Honra. Em 1859, publicou *Exposição dos princípios do Direito Canônico*. E, em 1862, publicou sua última obra, *O direito da Igreja de adquirir bens para a adoração e a soberania do papa*. Após a sua morte, em 1872, um monumento em sua homenagem foi construído e colocado dentro da catedral de Reims, contando ainda com uma publicação que retrata seus feitos e seu lugar entre os clérigos da Igreja Católica francesa. Seus textos foram amplamente difundidos em vários países inclusive do mundo anglo-saxão até o início do século XX. As obras acessíveis no *google livros* trazem o carimbo da biblioteca de Harvard e da biblioteca de Cambridge, indicando a abrangência da circulação da *Teologia dogmática e moral para o uso dos padres e confessores*. Em 1903 uma biografia do Cardeal Gousset, com mais de 600 páginas foi publicada na França e reeditada, recentemente, em 2017.

De acordo com a consulta das notas biográficas do autor, ele está qualificado como seguidor do probabilismo. Seus manuais de Teologia são considerados manuais de probabilística, teoria segundo a qual o conhecimento humano tem um caráter de probabilidade e jamais pode ser dotado de certezas, porque o espírito só conseguiria

captar proposições prováveis sendo a verdade inalcançável. Qualquer norma pode ser alcançada, desde que aprovada por percepção clara dos princípios envolvidos, mesmo que outra opinião pareça ser mais provável. Também se apresenta como uma espécie de doutrina intermediária entre o dogmatismo e o ceticismo, defendendo que o espírito humano não pode chegar à certeza absoluta, só pode alcançar opiniões prováveis. Nota-se que essa definição relativiza o caráter absoluto da verdade numa tentativa de se opor ao sistema de pensamento definido pela ciência, na medida em que ela se apresentava, no século XIX, como verdade absoluta inquestionável, superior as demais formas de conceber o mundo empírico. Por outro lado, é o próprio dogmatismo teológico que passa por redefinição semântica. Diante das novas áreas do saber, o dogmatismo teológico valia-se de um modelo de compreensão capaz de se auto sustentar, apontando o lugar da teologia no conhecimento relativo à fé. Conhecimento considerado superior às demais formas de conceber e entender a realidade sob a égide da ciência submetida ao método cartesiano.

A análise do manual de Teologia Dogmática perpassa as seguintes questões: qual o paradigma histórico vigente na teologia católica daquele momento? Em que medida essa compreensão estruturava-se na unidade social almejada pelo Estado Monárquico Imperial? Na primeira questão, é a própria concepção de mundo do cristianismo que buscava sua reafirmação, frente ao paradigma científico destituído da subjetividade da fé no campo da inteligibilidade e apreensão do real. O pensamento religioso se articulava na tipificação política imperial posicionando a fé no campo da subjetividade da própria cultura. A segunda questão, aponta para a forma como a intelectualidade brasileira, inserida nos mecanismos do poder instituído, entendia a sociedade brasileira sob um processo temporal configurado na esteira da História Universal da Civilização Cristã. Pertencer ao mundo cristão católico europeu era, em alguma medida, pertencer à História Universal da Civilização. A historicidade eurocêntrica erigida no paradigma civilizatório estruturado no cristianismo, reafirmava-se no Brasil, pelas vias do catolicismo. O catolicismo era um caminho da historicidade colocada em curso na colonização, na qual se dava a perspectiva de uma História Geral e Universal da Civilização guiada pelo catolicismo.

O *Manual de Teologia Dogmática* do Cardeal Gousset, na edição francesa de 1852, que circulou no Brasil, foi publicado em dois volumes. É clara na discussão apresentada a tentativa de se contrapor ao pensamento da época, classificado pela Igreja Católica como racionalismo herético. Chamava-se racionalismo herético toda produção do saber que não envolvia nos seus pressupostos os elementos da fé, pensado e discutido pela erudição teológica. Não se trata de ir contra à ciência em si, como aparece em muitas compreensões historiográficas. Os próprios capuchinhos se destacavam no seu tempo como cientistas, como atesta, por exemplo, a produção intelectual de Frei Germano de Ancey. Professor de Física e Ciências Naturais no Seminário Episcopal de São Paulo, reconhecido internacionalmente pelos seus estudos de astronomia e energia elétrica, Frei Germano chegou a ser convidado

por Dom Pedro II para assumir a direção do Observatório Nacional, mas recusara o convite. A principal vertente de oposição à teologia era a teoria biológica darwinista, na medida em que refutava o criacionismo. O *Manual de Teologia Dogmática* do Cardeal Gousset, formava um tratado de reafirmação do criacionismo disposto na base do pensamento escolástico medieval, situado no racionalismo tomista. Vale lembrar que no tomismo a razão tem um lugar claro para o desenvolvimento humano, porém a razão é um lugar de passagem da reflexão humana em torno da realidade. A razão em si, não seria capaz de sustentar a existência humana. Fora da dimensão teológica, fora do lugar da fé, o conhecimento humano seria incompleto. A razão apresentava-se apenas como um aspecto da dimensão humana. O papa Pio IX, no Concílio Vaticano I, reafirmou o sistema de pensamento tomista em que a razão é um caminho que leva até Teologia, calcada na fé. Por isso, a formação clerical envolve, até a atualidade, em geral, uma trajetória de formação composta por um ou dois anos de estudos propedêuticos, destinados ao nivelamento de conhecimentos gerais, três anos para a formação em Filosofia e quatro anos, para a formação em Teologia.

Na narrativa teológica assumida pela hierarquia católica, nos séculos XIX e XX, a história do cristianismo se reafirma no texto bíblico apresentando-se como elemento estruturante da fé. A utilização do Velho Testamento, do Novo Testamento e por último dos Sacramentos, definidos durante a Idade Média, formam a genealogia histórica da fé. Na narrativa de Gousset, produzida na primeira metade do século XIX, consta a ideia de uma evolução da fé, a partir da narrativa histórica sustentada pela trajetória dos povos bíblicos. Forma de elaboração discursiva entendida aqui como tentativa de refutar as teorias da evolução vigentes no darwinismo do século XIX. Verifica-se um percurso de ideias que deveria ser suficiente e satisfatório para combater a teoria da evolução das espécies, principal argumento que desconfigurava a compreensão histórica da humanidade presente nas narrativas do pensamento teológico judaico-cristão. O manual do Abade Gousset apresentava uma concepção de revelação geral e gradativa da fé. Ele partia do Antigo Testamento para o Novo Testamento, e do Novo Testamento para os Sacramentos, difundidos durante a Idade Média. Evidenciava-se uma genealogia histórica da fé em que os sacramentos se configuravam como o último e mais elevado estágio da evolução do cristianismo católico romano. Vale ressaltar que os sacramentos, definidos durante a Idade Média, diferenciava o cristianismo católico do cristianismo protestante desde o advento da Reforma Protestante no século XVI, figurando a marca do catolicismo.

O pensamento religioso é apresentado no *Manual de Teologia Dogmática*, como o conhecimento racional da religião. Os dogmas, a moral e o culto católico compõem a revelação de Deus para os homens, indicando o caminho a ser seguido na experiência finita da temporalidade inserida no mundo histórico, onde as coisas tem começo, meio e fim. Essa narrativa bíblica deveria ser seguida como possibilidade para o exercício da experiência do presente que ressignifica o passado e orienta acerca do futuro, visando a perspectiva soteriológica. É a história *Mater Magistra* (KOSELLECK,

2006; 41-60) que se reafirma na narrativa no núcleo da teologia dogmática do Abade Gousset. Sentido no qual tudo poderia ser comprovado pela história. A natureza humana apresentada como instrumento recorrente da doutrina moral, esteve disposta nas distintas concepções teológicas e jurídicas dos ordenamentos políticos, comuns até o final do século XVIII. A história do cristianismo configurava a teologia católica, servindo de guia moral e ético, tomada como essencial à experiência humana a ser vivida nos ditames do Estado-Nação Imperial do século XIX, no Brasil.

Nas escolas católicas, o manual de ensino traz uma forma de ser associada a própria condição humana. Servia para guiar o homem no seu cotidiano prático, promovendo a práxis revestida de significados subjetivos, para serem aplicados no mundo objetivo, recaídos na sua relação com o mundo empírico, no seu discernimento acerca da realidade cotidiana, interpretada a partir das passagens bíblicas.

O Manual de Teologia Dogmática do Cardeal Gousset, divide-se em três partes, no seu conjunto, sob a orientação exposta acima. A primeira parte denomina-se: Teologia e estudos das verdades que nos devemos crer. A segunda parte: Teologia moral e estudo das obrigações que nós devemos cumprir. A terceira parte: Teologia Canônica, sobre o culto divino e da disciplina observada pela Igreja. Na primeira parte, Teologia e estudos das verdades que nós devemos crer, ele apresenta passagens do Antigo e Novo Testamento, a partir da qual constrói a ideia do sagrado vigente na erudição cristã que deu origem ao texto bíblico. A tradição está associada a vida dos povos presentes na narrativa bíblica. Na parte dois, no estudo das obrigações que nós devemos cumprir, Gousset expõe os atributos de Deus contidos na revelação. Destacam-se as concepções do criacionismo, do mundo físico, dos anjos, do homem e da divina providência. Na terceira parte, intitulada Teologia Canônica, são as questões concernentes a Trindade, a Graça e aos aspectos particulares dos sacramentos que se apresentam. O último tema dessa sessão recai particularmente sobre os sacramentos, em uma discussão conceitual acerca do dogma do corpo de Cristo, na eucaristia e do dogma da confissão sacramental.

Na contingência daquele período, primeira metade do século XIX, outro tema recorrente na produção dos clérigos do catolicismo foi o posicionamento contra a Religião Natural ou Teologia Natural. Foi comum entre os filósofos do iluminismo na passagem do século XVIII para o XIX, dividirem a Teologia em Natural e Sobrenatural (MARTINS, 2019, p. 18-19). O deísmo caracterizava o pensamento dos filósofos não envolvidos com os aspectos instituídos da religião, disposta no catolicismo ou mesmo no protestantismo (CASSIRER, 1992, p.189-267). Nesse sentido os filósofos não se opunham à teologia ou a religião em si, se opunham a instituição religiosa, na medida que ela defendia a ideia de um Deus transcendente. Os deístas, adeptos da Teologia Natural, defendiam a ideia de um Deus imanente, presente em todas as coisas, que não estaria fora do mundo empírico, mas imerso, contido em todas as coisas. A orientação da Teologia Natural foi difundida no Brasil por intermédio dos Manuais de Direito Natural utilizados nas Faculdades de Direito de São Paulo e

Recife, ao longo de todo o século XIX (Cf. MARTINS, 2018). Na parte inicial do seu tratado teológico, Gousset faz a crítica aos autores do seu tempo, que ao dividirem a religião em natural e sobrenatural, construíam dogmas afastados da Teologia Católica. Na sua introdução, Gousset defendia a compreensão vigente na teologia revelada ou sagrada dos teólogos franceses do final do século XVIII e início do século XIX. Essa discussão denota a complexidade do debate em torno da compreensão teológica então em vigor. Uma evidência da temática presente nos manuais de formação escolar do século XIX utilizado pela Igreja Católica, adotado no Brasil no ordenamento do próprio Estado. Outro ponto a ser destacado, nas obras consultadas é a participação dos teólogos franceses, católicos, contra aquilo que chamavam de proposta dos filosofismos do iluminismo. Para os franceses a aproximação entre tradição teológica e a filosofia moderna não era comum, como para os alemães. Entre os filósofos franceses a teologia sagrada ou revelada permaneceu inserida na tradição da escolástica tomista. Entre os teólogos franceses a escolástica tomista era uma doutrina racional, uma ciência acerca da existência de Deus, tornando-se o caminho da fé e da relação com o divino. “Verifica-se a ênfase em uma razão que se fundamenta naquilo que chamavam de conhecimento divino, disposto numa exposição pedagógica cujo objetivo é direcionar a interpretação dos clérigos num único ponto de vista...(MARTINS, 2009, p.248)”.

O manual de teologia, foi um dos primeiros manuais de ensino pensado e produzido com finalidade pedagógica, destinado a formação do educando. De acordo com Frei Josefá, em sua obra *Paradigma teológico de Tomás de Aquino* (2012), a *Suma Teológica* configura o primeiro manual de ensino da tradição escolástica. A partir do século XII, a *Suma Teológica* se definiu como uma concepção pedagógica das universidades emergentes na Europa Ocidental.

De acordo com Libânio (2015), está na própria raiz do cristianismo a vigência de um conhecimento revelado registrado em forma de livro, tendo a escritura como espaço sagrado da tradição católica. A ideia de um conhecimento divino revelado, registrado pela escrita, apresentado como verdade maior, estaria vigente no paradigma da realidade Ocidental desde o final do Império Romano, permanecendo à posteriori, nos mosteiros medievais e conseqüentemente nas universidades criadas a partir do século XI da era cristã. Nessa contingência pedagógica, a própria revelação constituiu-se como conhecimento histórico, ao tornar-se escritura sagrada.

Na concepção dos teóricos da teologia católica, existe uma relação direta entre revelação, escritura e mundo histórico. Nessa análise, tal relação articula um conhecimento escrito que configura um campo de registros de práticas e representações a partir da qual estrutura-se um sistema de pensamento, uma experiência humana singular, uma concepção de mundo demarcada pela temporalidade humana, como algo finito, sendo a Teologia o caminho rumo a existência de um mundo atemporal, disposto na eternidade. O conhecimento teológico organizado na forma de manual destina-se, desde a sua origem, à definição do ser sobre si mesmo, na relação de

si mesmo com o outro, com a natureza, o mundo empírico, o tempo dado sob a dimensão finita e a eternidade, sobre a própria dimensão do infinito e do eterno. Nesses termos também a teologia se torna um conhecimento pautado no pressuposto dos universais. O universalismo e a história estariam consubstanciados às definições atribuídas à tradição cristã. O moderno conceito de história, articulado a partir da Escola Metódica francesa e mesmo do Historicismo alemão, não podem ser confundidos com a concepção histórica pautada na tradição católica, tal como ela se apresenta nos pressupostos da Teologia Católica, que traduz a própria historicidade do cristianismo na Europa Ocidental. A história da civilização cristã foi agregada à formação da nação brasileira, num processo histórico em que a laicização do Estado só ocorreria no final do século XIX. Nas demais localidades da América e mesmo do Ocidente Europeu a secularização estava em curso desde o final do século XVIII. A corte luso-brasileira tinha na sociedade europeia do Antigo Regime, o modelo de sociedade que deveria ser aplicado sobre o Brasil. A presença da História como disciplina escolar, no Brasil, se articulou nos currículos da educação instituída a partir de 1838, com a aplicação dos manuais franceses de História Geral da Civilização (NADAI, 1993, p. 145). Contudo, a compreensão histórica do Brasil, na perspectiva de uma história da humanidade cristã, encontrou na Filosofia-Teológica um campo da compreensão histórica nacional. A tentativa de aplicar o processo civilizatório por intermédio do discurso histórico, não vinha apenas dos manuais de história nacional. A história validava as diferentes áreas dos saberes constituídos, nos compêndios das diferentes temáticas curriculares. O compendio, com sua narrativa histórica acerca da área disciplinar, alocava o sujeito da formação escolar num raciocínio acerca de si e do outro. Os compêndios configuravam o modelo pedagógico das Universidades europeias do Antigo Regime, sobretudo durante as disputas do saber travadas no seio do pensamento iluminista do século XVIII. Orientação legitimada no Brasil até o início do século XX.

FONTES

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. Carta Pastoral sobre o Seminário. In: **A Igreja na História de São Paulo (1851-1861)**. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953. p. 314. Carta Pastoral n. 8.

Inauguration du monument élevé à la mémoire de S.E. Monseigneur Le Cardinal Gousset, Archevêque de Reims, Sénateur, etc. Le 14 mai 1872. Dans L'église Saint-Thomas de Reims. Reims, Ed. Matot-Braine, 1872. (Carimbo de origem Biblioteca de Harvard College Library, 1927)

J. GOUSSET. **Le cardinal Gousset: sa vie, ses ouvrages, son influence.** Ed. Henri Bossane, 1903. (original digitalizado: Biblioteca pública de Nova York)

J.GOUSSET. **Le Cardinal Gousset: Sa Vie, Ses Oeuvres, Son Influence** (Classic Reprint). Fb&c Limited, 2017.

MELO, Antônio Joaquim de. **Regulamento ao clero.** 2 de agosto de 1851. Arquivo da Cúria

Metropolitana de São Paulo. Documentos Interessantes, p.27-42. Estante 15, gaveta 79, n.52.

MELO, Antônio Joaquim de. **Regulamento ao clero**. 2 de agosto de 1851. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentos Interessantes, p.27-42. Estante 15, gaveta 79, n.52.

MELO, Antônio Joaquim de. **Regulamento para os ordinandos**. São Paulo, 1952. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pastas avulsas do Seminário Episcopal de São Paulo, 1854-1864, p.1-6.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Maria. **Teologia dogmática e experiência espiritual cristã**: Repensando a relação com H.U. von Balthasar. Horizonte, Belo Horizonte, v.14, n.43, p.1039-1063, jul/set.2016 – ISSN 2175-5841.

BERNARDINO, Angelo. **Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRAUDEL, Ferdinand. História e Ciências: a longa duração. **Revista de História**. Ano XVI. Vol.XXX. n.62, 1965.

GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. II. Civilização Brasileira, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LIBANIO, J.B.. **Teologia da revelação a partir da modernidade**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTINS, Patrícia C.M.. Conservadorismo, educação e tomismo no Império Brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n.3, Jan. 2009.

MARTINS, Patrícia C.M.. **Filosofia da História nos Manuais de Direito Natural do Brasil Império**. Beau Bassan, Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

MARTINS, Patrícia C.M.. **Práticas e representações femininas do catolicismo a cultura letrada**: O modelo civilizatório europeu sobre o Brasil no início do século XX. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

MARTINS, Patrícia C.M.. **Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX**. São Paulo, 2006. 309f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.25/26, pp 143-162, set. 92 / ago. 93.

NEUFELD, Karl (Org.). **Problemas e perspectivas de teologia dogmática**. São Paulo: Loyola, 1983.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. I. Civilização Brasileira, 2014.

PIERRE, Bourdieu. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE

Camila Carmona Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS.
Área de Moda e Vestuário – Erechim - RS.

* Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS pelo fomento recebido.

RESUMO: O campo da arte compõe diálogos e intercâmbios integrando domínios multidisciplinares com diversos outros campos, como por exemplo o da moda. Assim, com a diluição das fronteiras desses campos, infere-se que há o surgimento de um “entrelugar” que conglera arte e moda, ou seja, com a união entre ambos há a constituição de um campo estético moda-arte, que possui autonomia própria. O objetivo aqui não é afirmar que moda é arte, pois inúmeras tentativas para responder essa questão terminaram caracteristicamente em frustração e confusão. Assim, esse trabalho objetiva demonstrar que a constituição do campo estético moda-arte só foi possível historicamente a partir da segunda metade do século XX. E que a grande questão que deve ser postulada não é se “Moda é arte? ”, mas sim: “Quando há arte na moda? ”. E para exemplificar tal assertiva a pesquisa buscará realizar uma discussão prática, demonstrando que as obras da estilista

Rei Kawakubo extrapolam o campo da Moda e se inserem no campo estético moda-arte. Dessa forma, o artigo se apoiará nas teorias de Arthur C. Danto (2006) e Nelson Goodman (2006) e posteriormente usará o conceito de entrelugar de Homi K. Bhabha (1998) para a construção de seu arcabouço teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Arte, Moda, História.

THE BETWEEN THE AESTHETIC FIELD FASHION-ART: A CONCEPT BUILT HISTORICALLY

ABSTRACT: The field of art composes dialogues and exchanges integrating multidisciplinary domains with several other fields, such as fashion. Thus, with the dilution of the boundaries of these fields, it is inferred that there is the emergence of an "interlacing" that conglomerates art and fashion, that is, with the union between both there is the constitution of a fashion-art aesthetic field, which has autonomy own. The point here is not to assert that fashion is art, for countless attempts to answer this question have characteristically ended in frustration and confusion. Thus, this work aims to demonstrate that the constitution of the fashion-art aesthetic field was only historically possible from the second half of the twentieth century. And that the great question that must be postulated is not whether "Fashion is art? ", But rather: " When there is art in fashion? ". And

to exemplify such an assertion the research will seek to conduct a practical discussion, demonstrating that the works of the stylist King Kawakubo extrapolate the field of Fashion and are inserted in the aesthetic field fashion-art. In this way, the article will be based on the theories of Arthur C. Danto (2006) and Nelson Goodman (2006) and will later use Homi K. Bhabha's concept of interlugar (1998) for the construction of its theoretical framework.

KEYWORDS: Art, Fashion, History.

1 | INTRODUÇÃO

No decorrer, principalmente, do século XX, ocorreram inúmeras ações e movimentos que mostraram o interesse recíproco entre o campo da moda e o da arte. A historiadora Florence Müller (2000) afirma que as novas atitudes observadas nessa época transformaram o status de ambas.

No final do século XIX e no início do século XX, as vanguardas artísticas adentram inúmeras áreas do conhecimento, dentre elas, a vestimenta. As novas linguagens, proporcionadas por esses movimentos, levaram ao espectador novas sensibilidades e emoções. Entretanto, na maioria das vezes, os resultados obtidos eram inacessíveis ao entendimento do público leigo, que levou um grande tempo para aceitar as propostas artísticas do começo do século XX. Contudo, quando a arte “adentrou” o campo da indústria cultural, neste caso específico da moda, fez uso de inúmeros recursos, fazendo com que a barreira inicial entre público e obra praticamente desaparecesse.

Dessa forma, a arte como vestimenta consegue um grau maior de reciprocidade com o espectador, pois a roupa é uma mercadoria comum a todos, independentemente de classe social, credo, orientação política, gênero etc. Assim, a arte se torna mais próxima, pois aliada a moda torna-se mais familiar à sensibilidade do homem. O vestuário, então, torna-se suporte para a expressão artística (MÜLLER, 2000).

No início do século XX, inúmeros artistas apropriaram-se do vestuário como forma de expressão. Alguns movimentos foram-se sucedendo e pregando, de alguma forma, a aproximação entre arte e moda. Entretanto foi, no contexto da moda aberta, que se começou na década de 1960 segundo Lipovetsky (1989), que se iniciou a transposição da ditadura da alta-costura para uma maior liberdade expressiva, inspirada pelas ruas e reforçada pela confirmação dos jovens como grupo de consumo, trouxe um campo fértil para demonstrações originais na junção arte-moda. A moda não estaria mais vinculada meramente ao status ou a uma classe social, mas ao estilo de vida. Assim, a partir da década de 1960 as fronteiras entre os campos arte e moda foram se diluindo.

Segundo a teoria de Arthur C. Danto é a partir da década de 1960, da arte contemporânea, o momento do fim da arte, em que qualquer coisa pode ser considerada arte. Em suma, o fim da arte para Danto tem relação direta com o fim de uma narrativa

do desenvolvimento histórico da arte, que se iniciou no *Quattrocento* com Vasari, passando pela narrativa modernista com Greenberg, e entrou em colapso, na década de 1960 em que uma obra de arte pode ser indistinguível de um objeto banal.

Assim, segundo Danto (2006), toda a forma da história da arte passou por uma mudança no início da década de 1960 em que aconteceu algum tipo de encerramento no desenvolvimento histórico da arte. E a causa dessa mudança foi a emergência da *pop art*, que surge em contraposição à teoria formalista do expressionismo abstrato, e que segundo o autor foi o movimento de arte mais crucial do século XX.

Pode-se afirmar que a partir da segunda metade do século XX os lugares da arte e da moda apresentaram fronteiras menos definidas. Essa relação de mediação entre o homem e a sociedade implicou em uma outra dimensão do pensar, produzir e agir no contemporâneo, por meio da ressignificação de objetos, das identidades transitórias, das possibilidades de interação com o público/observador e, uma nova visibilidade dos processos artísticos e de cultura visual.

Nesse sentido, a experiência artística é transformada conforme o lugar e a maneira como está disposta, susceptível a deslocamentos e mudança perceptivas e/ou conceituais. Esse processo de desterritorialização e transitoriedade, requer uma interpretação que contemple pensamentos diversos e contextos variados, lugares distintos, que vão além das formas tradicionais de exposições, museus e galerias e nos convidam a romper com a observação passiva, tornando-nos atores participantes e estesiados, seja na performance, nas poéticas visuais, na cenografia, nos desfiles, no cinema e nas demais linguagens artísticas na moda.

O objetivo aqui não é afirmar que moda é arte, mas que com a consequente diluição de fronteiras entre os dois campos existem possibilidades de artificação na moda. Goodman (1995) relata que as tentativas para responder à questão “O que é arte?” terminaram em desapontamento e em incertezas. O autor aponta que a questão principal e essencial é perceber quando um objeto ou acontecimento funciona como obra de arte, assim ele propõe uma reformulação da questão para “Quando há arte?”. O autor explicita a importância do funcionamento do objeto enquanto obra de conhecimento a partir da essência da arte, pois, quando um objeto é utilizado como arte, torna-se símbolo, ou seja, é uma pergunta claramente posta em termos do funcionamento simbólico. Portanto, funcionar como obra é referenciar e/ou representar e/ou exprimir e/ou exemplificar, ou seja, “arte sem representação, expressão ou exemplificação – sim; arte sem nenhuma das três – não” (GOODMAN, 1995). Em suma, por meio das premissas de Goodman a pesquisa faz uso da inversão da pergunta “Moda é arte?” para “Quando há arte na moda?”. Entretanto, a questão de saber exatamente quais características distinguem ou são indicadoras da simbolização que constitui o funcionamento como obra de arte pede uma análise cuidadosa à luz de uma teoria geral dos símbolos e Goodman deixa bem claro que tal análise é mais do que ele pode empreender, mas, ele arrisca a hipótese de que há alguns sintomas estéticos que podem auxiliar a tentativa de responder o “Quando

há arte?”, aqui especificamente tenta-se responder “Quando há arte na moda de Kawakubo?”. Dessa forma, o artigo traz inicialmente uma explanação dos sintomas do estético de Goodman (2006), para depois contextualizar historicamente a obra de Kawakubo demonstrando que a coleção de primavera - verão de 1997: *Body meets dress, dress meets body* extrapola o campo da moda e insere-se em um campo autônomo denominado campo estético moda-arte. Logo em seguida a pesquisa explanará o entrelugar do campo estético moda-arte fazendo uso da teoria de Homi K. Bhabha (1998).

2 | QUANDO É ARTE?

“Quando é arte” é o título do capítulo IV do livro *Modos de Fazer Mundos* de Nelson Goodman. Nesse livro, Goodman constrói uma teoria que defende, e quer compreender a existência de vários mundos. Segundo o autor, tais mundos, como por exemplo, da arte, da filosofia e da ciência, são todos construídos por meio da simbolização. Dessa forma, ele procura explorar as várias maneiras que os símbolos exercem nesses processos de construção de mundos. Uma tese central do livro é que a arte e a ciência, ou a filosofia operam de forma muito semelhante nesses processos de construção e colaboram de maneiras semelhantes para moldar aquilo que chamamos de mundo real. Assim, para Goodman, a arte é um mundo construído por meio do uso de símbolos.

Na teoria goodmaniana não existe a negação de que uma obra deve ser interpretada pelas qualidades que exhibe. Entretanto não é apenas isso. De acordo com tal teoria, essas qualidades apenas são significativas uma vez que a partir delas exista possibilidade de relacionar a obra com algo que está além dela. Dessa forma, ver uma obra por meio de suas qualidades formais não impossibilita (na verdade requer) que sejam construídas relações de referência a partir dessas características. Destarte, é por meio da noção de funcionamento simbólico que o autor se propõe a construir uma estética unificada que seja capaz de dar conta de todo o domínio da arte (GOODMAN, 1995).

Pode-se afirmar que um trabalho de arte atua esteticamente quando: consegue-se distinguir o que e como ele simboliza e, também quando há possibilidade de compreender de como ele afeta o modo por meio do qual organiza-se e percebe-se um mundo (GOODMAN, 1995).

Segundo Goodman, as obras de arte são amostras no sentido em que são exemplares de uma visão de mundo. “A criação em arte consiste na construção de um exemplar que nos fornece uma visão de mundo até então ignorada. Interpretar obras de arte é explorar esses mundos” (RAMME, 2004, p.117).

Dessa forma, a obra só é absolutamente uma obra de arte por meio da experiência estética que se tem dela e tal experiência depende de compreender a obra como

um símbolo de um tipo especial. Para Goodman (2006, p.265-266) “a incapacidade recorrente para encontrar uma fórmula simples para classificar as experiências em estéticas e não estéticas sugere uma abordagem menos simplista”, assim, o autor propõe uma análise uma procura por aspectos ou sintomas do estético, em vez de alguns critérios decisivos.

Em seu livro em *Linguagens da arte* Goodman apresenta quatro sintomas do estético, quais são: densidade sintática, densidade semântica, plenitude sintática relativa e exemplificação. Mais tarde, em seu livro *Modos de fazer mundos*, ele chama a plenitude sintática relativa de saturação relativa e acrescenta mais um sintoma: a referência múltipla e complexa.

Tais sintomas não fornecem uma clara definição, muito menos uma descrição. “Um sintoma não é uma condição necessária nem suficiente da experiência estética, tendendo apenas a estar presente nela em conjunto com outros sintomas” (GOODMAN, 2006, p.266). A presença ou ausência de um ou mais sintomas não qualifica nem desqualifica nada como estético, afinal tais sintomas “são apenas pistas, o paciente pode ter os sintomas sem a doença, ou a doença sem os sintomas” (GOODMAN, 1995, 115).

O que os sintomas possuem em comum é o fato de enfatizarem as propriedades do próprio símbolo. A medida que na linguagem comum ou científica o mais importante é a relação direta que o símbolo tem com o que ele refere, “na arte a passagem ao referente é, num primeiro momento, suspensa, a favor da concentração sobre as características ou propriedades que o próprio símbolo apresenta (RAMME, 2004, p.117).

A exemplificação, um dos sintomas estéticos, “onde um símbolo, quer denote ou não, simboliza servindo como amostra de propriedades que possui literal ou metaforicamente” (GOODMAN, 1995, p.115). A exemplificação assume um papel fundamental na criação e nas relações de entendimento das coisas. Por meio das características de uma obra de arte, o funcionamento da exemplificação possibilita o conhecimento de características, qualidades ou propriedades em que o objeto é símbolo.

Um outro sintoma estético, é a referência múltipla e complexa, tal sintoma ocorre quando “um símbolo realiza várias funções referenciais integradas e interativas, algumas diretas e algumas mediadas por meio de outros símbolos” (GOODMAN, 1995, p.115). Frequentemente nos símbolos estéticos encontram-se múltiplos níveis, com cadeias referenciais bastante complexas. Assim, pode-se inferir “que a obra de arte permite uma multiplicidade de leituras e que seu sentido nunca é efetivamente determinado. Essa multiplicidade de leituras é possível porque a referência pode correr ao longo de uma cadeia referencial” (RAMME, 2004, p.118).

O que ocorre no caso da saturação relativa, outro dos sintomas, é que muitos aspectos de um símbolo são significativos, ou seja, esse sintoma baseia-se em uma acumulação de informação pictórica relativamente pertinente que se concentra nas

marcas de uma imagem. Goodman (1995) cita o exemplo entre um gráfico da bolsa de valores e um desenho de uma montanha com uma única linha por Hokusai. Pois existem diferenças entre ler a mesma linha negra num gráfico da bolsa ou como uma vista do monte Fuji. Apesar de ambas representarem algo, a primeira é considerada um símbolo diagramático, já a segunda um símbolo pictórico. A diferença reside no fato de que no primeiro exemplo o essencial são as variações e as posições com relação às coordenadas do gráfico, já na linha da gravura considera-se inúmeras características como forma, linha, espessura, textura, a impressão de movimento e de ritmo que o desenho provoca, o contraste, o fundo, a dimensionalidade no papel, o próprio papel, entre tantas outras características.

A densidade sintática é “onde as diferenças mais finas em certos aspectos constituem uma diferença entre símbolos, como por exemplo, um termômetro de mercúrio não graduado em contraste com um instrumento eletrônico de leitura digital”, e é típica de sistemas não linguísticos. Já, a densidade semântica, outro sintoma estético, é típica da representação, descrição e expressão nas artes. Ela diz respeito “quando os símbolos são fornecidos por coisas que se distinguem entre si pelas mais finas diferenças em certos aspectos – por exemplo, não apenas de novo o termômetro não graduado, mas também o português vulgar, embora ele não seja sintaticamente denso (GOODMAN, 1995, p.115).

Assim, o que esses dois últimos sintomas indicam é que, habitualmente, nos sistemas das artes, os símbolos permanecem com uma certa ambiguidade e essa ambiguidade é muitas vezes explorada como um recurso estético pelo artista. “Um gesto de um ator em cena, uma linha num desenho, uma figura representada dentro de uma pintura e uma palavra dentro de um poema podem ter várias interpretações válidas e não denotam de forma inequívoca” (RAMME, 2004, p.118).

Do mesmo modo as densidades sintáticas e semânticas exigem um esforço “sem fim para determinar caráter e referência, dada qualquer marca do sistema”, ou seja, devido à grande quantidade de aspectos a serem considerados. “A impossibilidade de determinação finita pode sugerir a infabilidade que tantas vezes se acusa e se reivindica para o estético. Mas, a densidade, longe de ser misteriosa e vaga, define-se explicitamente, e resulta e sustém a exigência insaciável de precisão absoluta” (GOODMAN, 2006, p.266).

Segundo Goodman, uma experiência estética não precisa exibir todos os sintomas, ou seja, a presença ou ausência de um ou mais deles não qualifica ou desqualifica nada como estético, assim os sintomas são considerados pistas. No livro *Linguagens da arte* o autor relata que “se os sintomas apresentados não são *separadamente* suficientes nem necessários para a experiência estética, podem ser *conjuntamente* suficientes e *disjuntamente* necessários; isto é, talvez uma referência seja estética se tiver todos os atributos referidos e só se tiver pelo menos um deles” (GOODMAN, 2006, p.267). É importante salientar que os sintomas não servem para estabelecer o grau de pureza de esteticidade de um símbolo, até porque símbolos

não artísticos podem exibir alguns desses sintomas. Por fim, Goodman é bem claro ao ressaltar que a “distinção traçada entre o estético e o que não é estético é independente de todas as considerações de valor estético”. Assim, como por exemplo, “uma execução abominável da Sinfonia de Londres é tão estética quanto uma excelente” (GOODMAN, 2006, p.268). Dessa forma, os sintomas do estético não são sinais de mérito e uma caracterização do estético não requer nem fornece uma definição de excelência estética.

Em suma, a tese central da teoria de Goodman referente a sua filosofia da arte pode ser sintetizada nas seguintes palavras: é pelo fato de funcionar como um símbolo estético que um objeto pode se tornar (ou pode funcionar como) uma obra de arte. Entretanto, também é necessário ter clareza sobre a distinção que Goodman estabelece entre a execução e a implementação de uma obra de arte.

A execução de uma obra se dá quando, por exemplo, uma tela é pintada, uma música é composta. Entretanto, para funcionar como obra de arte, a tela deve ser exibida e a música deve ser tocada para um público. “A exibição, a publicação e o show são instrumentos de implementação (*implementation*) e modos pelos quais a arte entra na cultura. A execução consiste em fazer uma obra, a implementação em fazê-la trabalhar (RAMME, 2004, p.131).

Dessa forma, uma pintura usada para cobrir algum objeto ou uma música nunca tocada são obras de arte embora não funcionam como tal, ao passo que um objeto produzido para outros fins que não o estético, como por exemplo, um urinol ou uma caixa de Brillo Box, podem ser ativados como obra de arte e passarem a ter uma função estética. Também é importante lembrar que o trabalho de uma obra consiste na resposta de um público que capta e interpreta a obra. Dessa forma, o momento de apresentação da obra, de sua inserção dentro de um contexto, que pode ser um acontecimento com a efetiva participação do público, é de vital importância para o processo do funcionamento da obra de arte.

Ramme (2004, p.136) relata que o objeto artístico apresenta e instaura um mundo, além disso afirma que a obra de arte “é instaurada dentro de um mundo ao mesmo tempo em que pela sua presença instaura um outro mundo a partir da modificação do já existente. Isso pode ser visto pelo fato de que a arte, na medida em que é experienciada, afeta o nosso modo perceber e o nosso modo de pensar a realidade”. Dessa forma, todo trabalho de arte é assim, uma possibilidade de um outro mundo, o desencadear de um movimento, de um processo.

Para concluir é importante retomar o que já foi supracitado sobre ser um símbolo, ou seja, que é uma propriedade que um objeto pode ganhar, e pode perder, é uma característica saliente da simbolização é ela poder ir e vir, ou seja, um objeto pode simbolizar coisas diferentes em ocasiões diferentes, e nada em outras ocasiões (GOODMAN, 1995). Essa afirmação vale para o fenômeno moda pois nem todas as modas possuem sintomas estéticos ou elementos de artificação. Dessa forma, a seguir a pesquisa traz uma contextualização sobre Rei Kawakubo e tenta demonstrar

que existe artificialização (simbolização) nas obras da estilista.

3 | REI KAWAKUBO

Rei Kawakubo nasceu em Tóquio em 1942, estudou filosofia e literatura na Keio University graduando-se em 1964. Trabalhou no departamento de publicidade da Asahi Kasei, empresa do ramo químico e fabricante têxtil de fibras acrílicas. Insatisfeita com as opções de roupas que encontrava para as sessões de fotos para a publicidade da empresa têxtil, Kawakubo começou a desenhar e produzir suas próprias peças e em 1969 lançou a marca Comme des Garçons (BLUMBERG, 2018). Segundo Grand (2000, p. 05) “Comme des Garçons é uma grife e um programa elaborados nos anos 70, em Tóquio, desejados e criados pela inteligência visionária de Rei Kawakubo”. Considerada uma das maiores estilistas da atualidade, ela desafia os conceitos ocidentais relativos à forma do corpo e à concepção do vestuário, o sexismo presente na sociedade e a utilidade da cor (SANTOS, 2017). Em 1973, Kawakubo abriu sua primeira loja e, em uma década, tinha 150 lojas em todo o Japão e ganhava US\$ 30 milhões por ano.

Na década de 80 ela e outros estilistas japoneses apareceram nas passarelas internacionais. Segundo Jones (2005, p.47), o efeito foi revolucionário, pois eles requeriam uma estética completamente inovadora, “era algo exigente, intransigente e de vanguarda”. Alguns críticos classificaram a moda de Kawakubo como horrenda, própria de pedintes de rua, entretanto outros aclamaram-na como arte para vestir e “aplaudiram a aura conceitual e intelectual que essas roupas transmitiam”. Segundo Blumberg (2018), em vez de responder às tendências, Kawakubo enraizou seus projetos em conceitos, abrangendo arte e moda. Suas roupas muitas vezes eram descritas como antimoda. Pode-se afirmar que Kawakubo, ao adentrar a moda parisiense nos anos 1980 instaurou um levante da ordem do extraordinário e do efêmero. Despontou explorando campos de criação totalmente originais e inomináveis. Propôs um desconstrução e ressignificação do corpo, criando uma silhueta antinaturalista. Segundo Preciosa (2008) Kawakubo promoveu “uma espécie de apagão do sujeito, ou, ao menos, dificultou seu aprisionamento midiático instantâneo”.

Os designs das roupas de Rei Kawakubo, às vezes, eram tão abstratos e pouco convencionais que eram virtualmente impraticáveis. A coleção frequentemente citada nesse contexto foi a coleção de primavera - verão de 1997: *Body meets dress, dress meets body*, que apresentava roupas com pedaços de acolchoamento posicionados em lugares desfavoráveis. Com essa coleção Kawakubo ajudou a demarcar o traço comum que permeou o design de moda de vanguarda da década de 1990, que foi uma crítica à linguagem visual dos anos 80 que era permeado pelo discurso dos corpos esculpido.

Assim, tal coleção tornou-se conhecida coloquialmente como a coleção

de “grumos e solavancos”, “tumor” ou “Quasimodo” e foi criticado por descaradamente desfigurar a forma feminina. O visual que Kawakubo criou para o desfile ficou ainda mais conhecido fora do circuito da moda pois a partir dessa coleção a designer confeccionou o figurino da coreografia *Scenario* do coreógrafo Merce Cunningham, famoso por pronunciar a independência da dança da música.

Os enchimentos das roupas apresentadas eram removíveis e podiam ser posicionados em diversos lugares, além disso esses enchimentos se moviam pelo corpo à medida que este se movimentava, o que tornou ainda mais instigante para ser usado numa coreografia de dança. Não é novo o uso de enchimentos nas roupas para modificar a forma do corpo; há muito tempo se usam artifícios para aumentar quadris e busto, diminuir cintura, etc. Alguns estilistas usaram essa temática muitas vezes exagerando em algumas formas. Mas pela primeira vez esses enchimentos estavam se movendo por todo o corpo e indo para todos os lugares ‘errados’ (FUKAI et al., 2010). Nessa coleção as peças resultantes apresentaram uma mistura de temas visuais. O corpo foi distorcido e moldado pelas próprias roupas, em vez de as roupas serem escravizadas ao corpo.

A coleção, segundo Granata (2010) explorou e questionou os pressupostos da beleza feminina e as noções sobre o que é sexualmente atraente e o que é grotesco no vocabulário ocidental, assim *Body Meets Dress - Dress meets Body* da Comme des Garçons manifesta a relação entre o corpo grávido, o corpo feminino e o corpo deficiente - três tipos de corpos que se desviam da norma - um constructo que, como mostrou um grande número de teóricos, é profundamente marcado por gênero e raça."

Enquanto os preenchimentos (acolchoamento) reinaram soberanos na década de 1980, o trabalho de Kawakubo foi caracterizado por um uso esparso e sutil deles - ainda assim ela fez do acolchoamento uma peça central de sua icônica coleção dos anos 90. É à luz da resistência de Kawakubo na década de 1980 ao uso do acolchoamento para a criação de uma silhueta feminina masculinizada que sua coleção de 1997, com seu uso pouco ortodoxo de almofadas, pode ser lida como uma revisitação irônica e uma subversão da linguagem *fashion* dos anos 80 (GRANATA, 2010). Rebecca Arnold (2001, p.94-95) escreve, "Kawakubo quer explodir os argumentos que cercam o tamanho da carne". Junto com um número de artistas visuais, ela "tenta usar a cirurgia plástica como mensagem de que os limites de nossos corpos não são mais fixados de maneira libertadora e usa seu trabalho para ir para o espaço negativo, para abraçar a diversidade e não a homogeneidade da carne".

Este comentário é particularmente significativo, pois começa a abordar um certo ponto de vista "ético", que pode ser visto como intrínseco ao trabalho de Kawakubo. Pode-se interpretar que a coleção, na medida em que representa e torna visível os espaços onde os corpos ultrapassam suas fronteiras e encontram outros corpos, oferece novos conceitos de subjetividades que, em última análise, estão ligados com o trabalho de Julia Kristeva sobre o abjeto e ao estudo do corpo

grotesco de Mikhail Bakhtin, ou seja corpos sem fronteiras, que ultrapassam seus limites.

Dessa forma, após essa breve reflexão, pode-se inferir que há um funcionamento da coleção *Body Meets Dress - Dress meets Body* de Kawakubo enquanto obra de conhecimento a partir da essência da arte, pois, quando um objeto é utilizado como arte, torna-se símbolo. A obra em si possui caráter de referência, representação e exemplificação conforme teoria de Nelson Goodman. Além disso a exibição da coleção foi um instrumento de implementação e um modo pelo qual a moda-arte entrou na cultura.

Também é importante lembrar que o trabalho de uma obra consiste na resposta de um público que capta e interpreta a obra, nesse caso específico, a coleção *Body Meets Dress - Dress meets Body*. Dessa forma, o momento do desfile, de sua inserção dentro do contexto é de vital importância para o processo do funcionamento da obra de arte. Destarte, supõe-se que não há apenas um diálogo ou uma interação de moda e arte na obra de Kawakubo, mas sim que há formação do que poderíamos chamar de um campo estético moda-arte. Assim, a seguir será explanado o conceito de entrelugar de tal campo.

4 | O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE

Para construir a reflexão sobre o entrelugar do campo estético moda-arte, serão utilizadas as concepções de Homi K. Bhabha (1998) expressas em seu livro *O local da cultura*. Marcado por múltiplas interpretações, o conceito de entrelugar, construído pelo autor, torna-se particularmente fecundo para reconfigurar os limites difusos de uma multiplicidade de vertentes culturais que circulam na contemporaneidade e ultrapassam fronteiras, como é o caso dos campos da moda e da arte.

Existiram inúmeros trabalhos que interligaram arte e moda, principalmente durante o século XX, entretanto a partir da segunda metade desse mesmo século as fronteiras entre arte e moda foram diluindo-se. Dessa forma, observa-se uma nova representação que não se encaixa na definição de campos distintos arte e moda, mas sim na formação de um novo campo estético autônomo denominado moda-arte. Destarte, na contemporaneidade, esse campo estético está no entrelugar, na fronteira entre os campos moda e arte, um lugar extremamente conflituoso.

Para forçar a lógica binária de dois campos distintos a se inscrever em um outro espaço de significação, Bhabha (1998) apresenta a categoria de negociação. Tal conceito vem ocupar o lugar da negação da dialética hegeliana, ou seja, os elementos antagônicos ou contraditórios se articulam, não existindo mais uma superação, como propõe tal dialética. “Assim, cada negociação é um processo de tradução e transferência de sentido – cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura” (BHABHA, 1998, p.53). Essa negociação de instâncias contraditórias

cria espaços de luta híbridos, nos quais polaridades positivas ou negativas, ainda que relativas, não se justificam. A categoria do hibridismo vem à tona, pois “ o momento híbrido tem um valor transformacional de mudança que reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são nem o Um ... nem o Outro ..., mas algo mais, que contesta os termos e territórios de ambos” (BHABHA, 1998, p.55).

Dessa forma, não é possível pensar em sentidos fixos, primordiais, que reflitam objetos políticos unitários e homogêneos. E é justamente o que campo estético moda-arte representa. Ele está no entrelugar dos conflitos, do hibridismo, do heterogêneo, da negociação entre esses dois campos. Esse entrelugar ocupado por tal campo estético é um local intersticial. Assim, o entrelugar do campo estético moda-arte é, sim, um lugar de conflitos, de negociações e reapropriações.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior dificuldade ao tratar de um assunto complexo como a moda é a escolha do ponto de vista. A pesquisa aqui construída não possui o objetivo de apagar, esquecer ou eliminar o caráter multidisciplinar do fenômeno moda, muito pelo contrário. O objetivo aqui foi demonstrar que entre as inúmeras possibilidades de se estudar a moda, existe o caráter estético e que algumas modas podem funcionar como objeto artístico e isso só foi possível devido as diluições de fronteiras da arte e da moda. Ou seja, esse é um fenômeno histórico que só foi possível a partir da década de 1960 em que há o surgimento de um entrelugar entre os campos da arte e da moda, consequentemente nesse entrelugar surge o campo estético denominado moda-arte. Vale, novamente, ressaltar que não estamos afirmando que toda moda é arte, mas que em alguns casos específicos, como por exemplo na coleção *Body Meets Dress - Dress Meets Body* de Rei Kawakubo existe arte na moda, ou seja tal obra está inserida no entrelugar do campo estético moda-arte. Um espaço entre as fronteiras entre os campos da moda e da arte, um interstício extremamente conflituoso, mas ao mesmo tempo híbrido e heterogêneo, um lugar de inúmeras possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, Rebecca. *Fashion, Desire, and Anxiety: Image and Morality in the 20th Century*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press. 2001.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BLUMBERG, Naomi. Rei Kawakubo: japanese fashion designer. In: *Encyclopedia Britannica*. 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Rei-Kawakubo>>. Acesso em: set. 2018.

DANTO, Arthur C. *Após o fim da arte: A Arte Contemporânea e os Limites da História*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

FUKAI, Akiko et al. *Future beauty: 30 years of Japanese Fashion*. London: Merrel, 2010.

GRANATA, Francesca. *The bakhtinian grotesque in fashion at the turn of the twenty-first century*. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy) - Central Saint Martins School of Art and Design - University of the Arts London, London, 2010.

GRAND, France. *Commes des Garçons*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.

GOODMAN, Nelson. *Linguagens da Arte*. Lisboa: Gradativa, 2006.

_____. *Modos de fazer mundos*. Porto: Asa, 1995.

JONES, Sue Jenkyn, *Fashion design: manual do estilista*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MÜLLER, Florence. *Arte e Moda*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

PRECIOSA, Rosane. Moda na filosofia. In: *Dobras*. 2008. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6277886.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

RAMME, Noeli. *Arte e construção de mundos: um estudo sobre a teoria dos símbolos de Nelson Goodman*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues dos. *A Complexidade da Moda: Influência dos principais designers Belgas e Japoneses na moda contemporânea*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

Gerson Luís Trombetta

Programa de Pós-Graduação em História; Cursos de Graduação em Arquitetura, Filosofia e Música.

Universidade de Passo Fundo (UPF) - RS

E-mail: gersont@upf.br

Monique Villani

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História

Universidade de Passo Fundo - RS

E-mail: monique_villani@outlook.com

how they were developed, what the principles and its evolution. It also exposes some cases in which the integration of contemporary architecture with the historical building provided the continuity to the usage of these buildings, consequently providing the valorization of its patrimonial character.

KEYWORDS: Architecture, patrimony, intervention, culture.

RESUMO: O artigo examina questões teóricas sobre ações e intervenções realizadas em edificações históricas, compreendendo como eram desenvolvidas, quais eram os princípios e a sua evolução. Apresenta também alguns exemplos onde a integração da arquitetura contemporânea com a o edifício histórico proporcionou a continuidade do uso destas edificações, valorizando o seu caráter patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, patrimônio, intervenção, cultura.

RECONFIGURED PATRIMONY: CONTEMPORARY INTERVENTIONS IN HISTORICAL BUILDINGS

ABSTRACT: The article examines theoretical subject about actions and interventions performed in historic buildings, understanding

1 | BREVE INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir foi originalmente apresentado no IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras, realizado na Universidade de Passo Fundo (UFRGS), ocorrido em outubro de 2018. A versão que apresentamos agora traz modificações com relação à publicada nos anais do referido evento. É importante registrar também que o artigo é oriundo das investigações e debates realizados no projeto de pesquisa “Arte, sentido e história”, vinculado ao Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

A argumentação que apresentamos pretende analisar alguns exemplos de intervenções em edifícios históricos, avaliando

se houve preocupação com o histórico das edificações, quais as técnicas utilizadas e se as novas funções ali abrigadas prejudicam ou não a qualidade patrimonial. Na maioria dos casos as adaptações são indispensáveis para o imóvel comportar tal função, porém, muitas vezes as transformações se tornam irreversíveis, muitas devido ao descaso, falta de conhecimento dos usuários ou pela falta de execução de um projeto adequado.

A combinação entre o novo e o antigo pede sensibilidade para que haja integração entre ambos e a valorização desejada da edificação. O monumento arquitetônico, seja ele qual for, representa um manancial de histórias e situações herdadas repletas de conteúdos imprescindíveis.

2 | PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÕES NOS BENS ARQUITETÔNICOS

Devido as alterações necessárias para atender seus usuários inúmeros edifícios históricos sofrem/sofreram modificações em suas características físicas para adequar-se a determinadas funções, na maioria dos casos alterações realizadas sem o devido planejamento embora seja esse o único motivo da sobrevivência destes imóveis, resistindo ao abandono e esquecimento.

A busca pela preservação das construções históricas vem tomando força desde a idade média e renascimento, onde os papas juntamente com alguns artistas iniciaram o processo de salvaguardar bens patrimoniais. Do mesmo modo, as civilizações romanas e gregas também reconstruíram edificações destruídas por batalhas ou pelo tempo, aplicando suas técnicas construtivas e particularidades, reutilizando-as (VAZ, 2009).

A readaptação, na maioria dos casos, porém, é a condição para sobrevivência do edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade. A história da arquitetura é uma história de substituições e a maioria dos edifícios que sobreviveram às mudanças sociais corresponde àqueles que passaram por adaptações. Os demais foram substituídos ou abandonados (LYRA, 2006, p.56).

A reconstrução de edificações históricas por variados povos dificulta a identificação dos mesmos devido as variadas técnicas construtivas aplicadas, sem especificação de datas e responsáveis, criando uma miscigenação de cultura, isto é, muitas características indenitárias em um mesmo monumento. Apesar da destruição de inúmeras edificações, muitas foram adaptadas por novos grupos, ganhando novas atividades e usos, logo, prolongando a vida das mesmas, onde outras sem desenvolvimento algum, sofreram pelo desaparecimento (VAZ, 2009).

Em Roma, poucas edificações da Antiguidade não se arruinaram, mantendo-se razoavelmente íntegras, ao menos em seu exterior. A razão dessa sobrevivência reside no fato de terem sido adaptadas, ao longo de sua história, a usos diversos

Com a preservação dos monumentos ganhando valorização pela igreja e estado surgiram grandes nomes que defendiam teorias sobre a preservação e intervenção nas edificações, onde aplicavam suas teses e ideias. As linhas de pensamentos eram distintas, porém, com o mesmo objetivo, salvaguardar tudo que fosse considerado de importância histórica.

Enfim, a primeira norma de conduta ligada ao “como preservar” é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais. Mas isso não é fácil. O grande problema é que os movimentos preservadores sempre já encontram as construções de interesse arruinadas, mutiladas, aviltadas por acréscimos espúrios, descaracterizadas e muitas vezes irrecuperáveis no seu aspecto documental (LEMOS, 1981, p. 69).

A intervenção variava de acordo com o pensamento defendido pelo intervencionista, onde a partir disto organizava e defendia suas teorias, técnicas e práticas. Outro fator relevante para tal ação era o estado em que o bem se encontrava, o uso pretendido e sua real importância arquitetônica e histórica para o local, onde através destes levantamentos se definiam e realizavam as operações.

Conforme Braga (2003), Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um dos grandes nomes do restauro estilístico, pois tinha teorias que apoiavam a restituição da edificação, onde era importante utilizar técnicas e materiais mais atuais de construção alterando o projeto original se necessário. Por outro lado, de forma antagônica havia John Ruskin (1819-1900), defendia o anti-restauro e a conservação sobre a edificação, mas não a intervenção, onde a mesma possuía um período de vida que deveria ser respeitado.

Com linhas de pensamentos que ficavam entre Le-Duc e Ruskin, Camillo Boito (1836-1914) aprovava a preservação, mas se caso fosse preciso intervir, este deveria ser feito de uma forma suave, defendendo a percepção da diferença de estilos e técnicas entre o novo e o antigo. Com outros pensamentos surgiram ainda outros grandes nomes, como Alois Riegl, Gustavo Giovanonni, Cesare Brandi, Luca Beltrami, todos criando novos conceitos sobre como preservar, conservar e o modo de intervir, onde cada um defendia suas teses e as aplicava em suas obras.

Devido à necessidade de estabelecer regimentos sobre estes bens, criou-se as doutrinas internacionais, inicialmente na Europa mas que logo alastrou-se pelo mundo, havendo a busca por princípios de orientação de preservação e restauro do patrimônio arquitetônico, para que estes fossem realizados de forma padronizada e cautelosa por todos.

Segundo com Braga (2003), em 1931 criou-se a Carta de Atenas durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, com objetivo principal de expressão

de cultura, valorização dos monumentos, técnicas e legislação de conservação, sendo um grande marco para o início dos princípios de preservação.

Somente em maio de 1964 instituiu-se a Carta de Veneza, onde foram reavaliados os critérios da Carta de Atenas, aprimorando-a. Conservação então definiu-se como manutenção permanente, com o entorno fazendo parte do monumento. Há o uso de técnicas modernas que devem ser reconhecidas, distinguindo as intervenções em todas as suas épocas, indiferente de seus estilos. Dentre anos outras iniciativas surgiram buscando a qualificação das restrições anteriores, foram criadas também, a Carta de Burra, Cracóvia, Conferência de Quito, Carta de Restauro, Carta de Florença, Carta de Washington, Recomendação de Paris, Carta do Patrimônio Industrial dentre outras, todas ações para aprimorar e englobar os temas relacionados.

3 | INTERVENÇÕES NO BRASIL

No Brasil, algumas iniciativas foram tomadas, legislações foram criadas sobre patrimônio, tombamentos, planos diretores, leis municipais e estaduais, mas ainda é pouco devido a grandiosidade de monumentos históricos que o país agrega, onde a maioria não possui proteção alguma, muitos deles lutando pela sobrevivência.

Os governos, especialmente os estaduais, têm que aquilatar a enorme responsabilidade que lhes pesa nos ombros, representada por importantíssimos centros históricos hoje à beira da descaracterização total graças, antes de tudo, à inoperância de meia dúzia de decisões ou providencias mais demagógicas ou políticas do que efetivamente práticas e sinceramente imaginadas como base em honesta avaliação do que realmente valem aqueles bens de interesse social (LE MOS, 1981, p. 104).

Conforme Lemos (1981), a preservação é preciso pois revela relações espaciais e intenções plásticas de uma técnica construtiva histórica e de uma arquitetura uniforme ou não, estando diretamente ligada ao espaço urbano e a população que ali habita sendo portanto, a identidade do local que assim ocasiona uma ligação entre os elementos.

A cidade é um acúmulo de vivências e de construções que se sobrepõem como camadas arqueológicas. Inexiste o núcleo histórico puro, e é certo que a cidade em que vivemos será o núcleo histórico do futuro. Se houver futuro – porque se a cidade que está sendo construída hoje tiver arquitetura e espaços públicos desprezíveis, a ponto de merecer ser demolida, as futuras gerações estarão desprovidas de memória e de identidade. Nessa condição, estarão, provavelmente, condenadas à barbárie (BONDUKI, 2010, p. 369).

Muitas destas edificações são tombadas ou possuem algum tipo de cuidado específico, tem alguma utilização nobre como prefeituras, museus, bibliotecas, mesmo não sendo este o histórico do uso, porém, que exige uma frequente manutenção, ocasionando conseqüentemente a preservação das mesmas.

O monumento arquitetônico, seja ele qual for, representa um manancial de histórias e situações herdadas repletas de conteúdos imprescindíveis. Qualquer projeto que se realize neste patrimônio deve reconhecer e refletir a responsabilidade e o respeito pela autenticidade do legado, propondo uma intervenção de continuidade adaptada, tirando partido das particularidades (muitas vezes exclusivas) de cada testemunho (VAZ, 2009).

Querer e saber “tombar” monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os “arquitetos dos monumentos históricos”, que o século XIX precisou inventar (CHOAY, 2001, p. 149).

A intervenção em uma edificação que já tem uma identidade definida requer muita cautela, ainda mais quando se tratam de características arquitetônicas especiais que representam a cultura de povo ou um período histórico específico. A combinação entre elementos do novo e antigo exige muita sensibilidade e sutileza para que haja integração entre ambos, criando uma valorização ainda maior do monumento.

A introdução de melhorias estruturais e funcionais torna-se inevitável, e de certa forma desejável, para assegurar a sua conveniente utilização prática face às exigências contemporâneas, pressuposto base para garantir a sua manutenção. Do mesmo modo que, embora se admita a “suavidade” de uma intervenção deste tipo, muitas vezes recorrendo a técnicas e materiais tradicionais, existe uma eminente necessidade de assumir com convicção a própria inovação que caracteriza a nossa Era e o recurso a tecnologias e materiais que não existiam na altura. Deverá ser interiorizada esta “possibilidade”, não obrigatoriamente claro, mas retendo conscientemente que a nova intervenção deverá fazer parte da história (VAZ, 2009, p.137).

Muitas edificações históricas que não possuem um caráter extremamente importante para determinado local, não tem algum tipo de proteção institucional e não são de propriedade pública, são de cunho particular, onde os proprietários tem o total poder sobre o edifício, decidindo as intervenções que este sofrerá conforme as necessidades e utilidades, que na maioria dos casos não há relação ao antigo uso, passando por novas atividades. Muitas edificações que perderam sua função original não foram demolidas, mas sim reaproveitadas em algum novo uso para atender as necessidades atuais.

A maioria dos edifícios antigos deve sua longevidade ao fato de ter sido continuamente utilizada. Ao longo de sua história, porém, eles sofreram alterações para atender a novas funções, que, não raras vezes, resultaram na modificação de sua aparência. O que hoje conhecemos é, frequentemente, o resultado de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência (LYRA, 2006, p. 53).

Na maioria dos casos as adaptações são indispensáveis para comportar tal função, porém, muitas vezes as transformações se tornam irreversíveis, muitas devido ao descaso, falta de conhecimento dos usuários ou pela falta de execução

de um projeto adequado. Atualmente muitas destas intervenções causam uma descaracterização de certas edificações, através de alterações na sua arquitetura, estrutura e interior, perdendo parte de sua essência histórica e identidade.

Modernização: procedimento novo, que despreza de forma mais aberta o respeito que se deve ao patrimônio histórico, põe em jogo o mesmo desvio de atenção e a mesma transferência de valores pela inserção do presente no passado, mas sob a forma de um objeto construído, e não de um espetáculo. Modernizar não é, nesse caso, dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador (CHOAY, 2001, p. 217)

De acordo com Bonduki (2010), utilizar bens preservados para uso comum da sociedade como universidades, parques, habitação social, áreas de lazer, também é importante para que o patrimônio especificado seja considerado coletivo e não apenas de uso alheio, criando perspectivas de preservação com a população, fazendo com que haja a conscientização da importância dos mesmos.

A ideia subjacente a qualquer de uma destas “re-intervenções” é introduzir algo de novo, em menor ou maior grau. Sendo a *reabilitação* uma operação que pretende reintroduzir “vida” a um edifício desactivado ou devoluto, visando uma apropriação controlada, compatível e respeitadora do imóvel, adequada à herança cultural e ao ritual de espaços do objecto a reabilitar. Limita-se no fundo à introdução do mínimo indispensável ao novo uso, procurando com isso minimizar o impacto no significado cultural do lugar. Operações como a *reconversão* e a renovação, menos sensíveis aos aspectos da autenticidade física patente na matéria original, associam-se a intervenções mais profundas com muitas alterações e com a introdução de novos elementos (VAZ, 2009, p. 07).

Introduzir um novo uso a uma edificação requer muita sensibilidade do projetista, é necessário interferir com soluções tipológicas que não descaracterizem a mesma, devendo primeiramente estudá-la para depois intervi-la, buscando manter os valores que esta transmitiu e transmite perante toda sua história, sem comprometer sua identidade, mas sim valorizando-a. (VAZ, 2006)

4 | INTERVENÇÕES ATUAIS

Os critérios de intervenções nas edificações histórica vieram sofrendo adaptações com o tempo segundo Braga (2003). Outras iniciativas foram criadas com intensão de aprimorar estas práticas, adequando-se as necessidades da atualidade. Dentre as variadas possibilidades de se intervir em uma edificação há algumas mais utilizadas atualmente:

- Restauração: busca devolver ao bem suas características, sendo esta utilizada para imóveis de grande importância histórica;
- Conservação: nada mais é do que manter o bem em seu estado íntegro;

- **Anastilose:** há a reconstituição/recomposição de alguns fragmentos da obra para deixá-la mais completa;
- **Retrofit:** muito utilizados nos dias de hoje há a adaptação do espaço para novas atividades com atualização de instalações;
- **Rearquitetura:** adaptação ao novo uso, criação de um anexo contemporâneo que une-se ao antigo, havendo uma conexão entre ambos.

Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se considerar que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso (LYRA, 2006, p. 57).

O próprio Brasil vem sendo ótimo exemplo no prolongamento da vida de algumas edificações históricas e na execução destas ideologias, pois possui vários edifícios que sofreram intervenções contemporâneas para sobreviver e que hoje são pontos de referência devido sua arquitetura, história e função recebendo muitos visitantes diariamente, muitos são museus, centros culturais e bibliotecas, com objetivos sociais voltados à população, garantido assim uma vida contínua, utilização, valorização e reconhecimento dos mesmos.

- **SESC Pompéia:** um grande modelo de intervenção que ocorreu em uma antiga fábrica de Tambores em São Paulo por Lina Bo Bardi, o estabelecimento foi construído em meados do século XIX e após anos de funcionamento veio por encerrar suas atividades. A ideia de reutilizar o ambiente ocorreu devido a arquiteta responsável descobrir que o local já era utilizado como meio social pela comunidade do entorno. Com o projeto pronto, logo iniciou-se a obra que teve início em 1977 e foi terminada em 1986. Houve então a intenção de manter a edificação existente da antiga fábrica assim como suas características iniciais e cada pavilhão passou a receber uma nova função, como administração, ateliês, restaurante, cozinha, oficinas, etc. Além disso, três novos blocos em formas prismáticas para uso esportivo foram realizados, interligados por passarelas em diferentes ângulos. Com uma área total de 23.571,00m², a obra é toda adaptada para receber seus visitantes, apresenta uma conexão de uma arquitetura brutalista e industrial sendo esta a identidade marcante do local (FLORES, MARQUES, 2014).

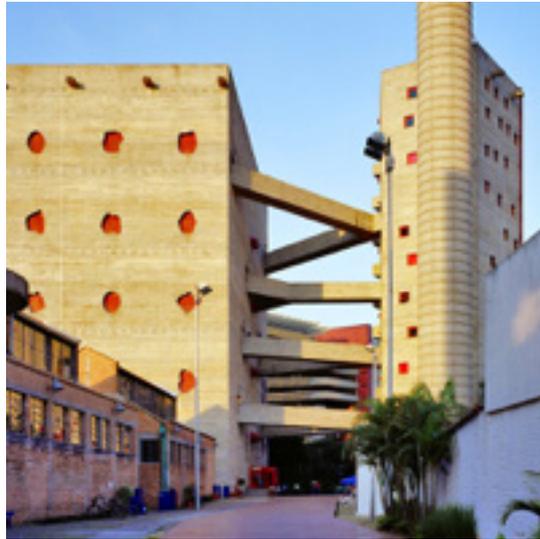


Figura 1 - SESC Pompéia – São Paulo

Fonte: Archdaily, Pedro Kok, Fernando Stankuns, Flickr Beatriz Marques, 2013.

- *Pinacoteca de São Paulo*: o edifício do Liceu de Artes e Ofícios foi projetado no final do século XIX em estilo neoclássico da época, porém nunca fora concluído, então em 1998 foram executadas as primeiras adaptações do edifício para receber a Pinacoteca. O arquiteto responsável Paulo Mendes da Rocha foi muito cauteloso em suas intervenções, teve como principal objetivo manter as características principais do edifício, como o tijolo aparente no interior e exterior, realizando apenas adaptações para melhorar os aspectos funcionais do local com aplicação de passarelas, rampas, escadas, coberturas, iluminação, pisos e demais elementos. A obra de 10.815,00 m² é um dos locais mais visitados de São Paulo por sua referência cultural e arquitetônica (ALMEIDA, 2012).



Figura 2 - Pinacoteca de São Paulo – São Paulo

Fonte: Archdaily, Nelson Kon, 2015.

- *Museu do Pão*: localizado em Ilópolis no Rio Grande do Sul é mais um exemplar onde demonstra que as intervenções são primordiais para dar seguimento à vida das edificações. O antigo moinho de farinha de milho que estava abandonado hoje é oficina de ensino para aprendizes locais e também museu, recebendo visitação de muitas pessoas anualmente. Possui uma área de 830,00m² e a intervenção foi realizada pelos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, finalizada no ano de 2007. O moinho construído em 1930 todo em madeira tem características arquitetônicas colonial italiana e para sua complementa o dois novos blocos foram criados em forma totalmente oposta, vidro, concreto e estrutura met lica, criando assim uma conexão entre ambas (FERRAZ, 2012).



Figura 3 - Museu do Pão – Ilópolis

Fonte: Archidaily, Nelson Kon, 2011.

Com os exemplos demonstrados pode-se observar que ambas edifica es estavam sofrendo com a “inutilidade”, falta de manuten o, descuido e intempéries do tempo, sendo apenas mausoléus ocupando o espaço e prestes a desaparecer em meio às constru es contemporâneas, embora representassem um manancial importante de cultura e identidade para seus devidos entornos. O Museu do Pão assim como a Pinacoteca de São Paulo já apresentavam-se historicamente importantes mas não possuíam o total reconhecimento, já o SESC Pompéia era visto apenas como uso industrial, que através das moderniza es e adapta es ambas obras ganharam uma nova vida e um novo uso, reconhecendo assim suas memórias e identidades, sendo que hoje são edifícios extremamente importantes para as cidades onde estão localizadas.

O uso destas interven es   essencial para dar segmento   vida destas e de outras tantas edifica es, para que prossigam sendo utilizadas tendo seu espaço perante o urbano, mesmo que o uso seja distinto do princípio. O cuidado com a escolha da interven o a ser realizada e a maneira de execu o   essencial para que não haja perda da identidade do edifício, sem que o novo se sobressaia ao

antigo, fazendo com que ambos se destaquem mas cada um em suas peculiaridades, preservando a história e valorizando ainda mais a cultura e arquitetura do local.

Por outro lado, um conhecimento adequado das técnicas construtivas empregadas em uma determinada edificação aliado ao conhecimento histórico sobre as mesmas e sobre os materiais de construção, é extremamente valioso para a datação desta obra e pode prestar importantes contribuições para a filiação da mesma (BRAGA, 2003, p.51).

Estas intervenções devem ser realizadas de forma elaborada, primeiramente pelo reconhecimento do bem arquitetônico, para que haja uma compreensão por completa do mesmo, como levantamentos históricos e arquitetônicos, após, vem a segunda fase, esta que é a intervenção propriamente dita, que deve ser realizada seguindo as normativas impostas e o projeto elaborado (VAZ, 2009).

Conforme Lyra (2006), cada edificação seja ela qual for, representa uma história em sua face, pertence a uma comunidade, família ou cidade na qual há uma identificação ali relacionada. Com o conhecimento da obra pela população e intervencionistas a prática de um novo uso no mesmo é facilitada onde há uma adaptação devida sua familiaridade com o local onde se encontra.

Todo o monumento constitui marco histórico na memória colectiva. Para ser considerado património, é porque lhe é reconhecido um certo e determinado valor intrinsecamente ligado à identidade e produto daquela nação. O *significado cultural* justifica o interesse comum e pode ser tão diverso como o valor artístico, científico, histórico, paisagístico, social ou técnico. A questão central reside na compreensão do seu contributo. Não se justifica mantê-lo por ele ser velho, antigo, diferente ou bonito, mas sim por ter alguma qualidade própria à sua autenticidade, testemunha do tempo em que foi construído e de todo o tempo que já venceu para chegar até nós (VAZ, 2009, p.b5).

Introduzir um novo uso há uma edificação é mais que dar-lhe uma nova vida, uma nova oportunidade de prolongar sua permanência perante ao meio urbano, é permitir que seja vista, lembrada e conseqüentemente respeitada, é poder lhe oferecer o reconhecimento pelo que representou e ainda representa em toda sua existência, onde muitas vezes somente através da intervenção e a adaptação é possível oferecer tamanha gratificação.

Desse modo, percebemos que necessariamente o termo preservar deve ser aplicado com toda a amplitude de seu significado. É dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade, sendo exigidos métodos de intervenção capazes de respeitar o elenco de elementos componentes do Patrimônio Cultural (LEMOS, 1981, p.26).

Conforme Vaz (2009), os monumentos arquitetônicos tem além da missão de transpassar a história e conhecimento, a incumbência de passar sensibilidade e a admiração pelo passado ainda presente, para as futuras gerações, denominando como o modo de preservar a memória e salvaguardar o passado, devido seu valor

civilizacional, documental, histórico ou artístico.

No entanto, o que se tem notado com o envelhecimento das cidades é que, cada vez mais, o olhar preservacionista deve ser aplicado, seja pelos que preservam os testemunhos do passado seja pelos que constroem o presente e planejam o futuro. Cada imóvel, cada canto de cidade, seja ele recente ou antigo, deve ser visto sob um olhar preservacionista, seja para manter, seja para eliminar, seja para modificar ou para introduzir o novo em qualquer contexto. A tarefa de preservar o passado, construir o presente e planejar o futuro, tecendo o fio da história, coloca os planejadores e executores das cidades na condição de missionários (BRAGA, 2003, p.14).

Vaz (2009) afirma que, atualmente, conservar um edifício é estar dando ênfase a sua característica especial na arquitetura, no fator documental e sentimental, mas além disso é dar valor a um tempo histórico marcante, é manter o passado no presente e principalmente preservá-lo para o futuro.

Conclui-se que *o antigo* e *o novo* podem ter lugar no patrimônio e nele conviver de forma harmoniosa. Esteticamente, a obra final não tenderá a ser pior por isso. Certamente que dará mais trabalho compatibilizar passado e presente, em prol de um e de outro, mas cuja recompensa será um futuro mais rico e seguramente mais autêntico (VAZ, 2009, p.149).

As ações preservacionistas devem sim ser estudadas, projetadas e executadas, para que haja a valorização necessária e apropriada das edificações históricas assim como suas longevidades perante o tempo e espaço. Zelar pelo que representa a identidade de um povo e sua história é zelar por todas as vidas, passadas, atuais e futuras, garantindo o prolongamento da cultura, do respeito e conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula Aparecida Santini. **Unidade da Pinacoteca de São Paulo de Botucatu**. Presidente Prudente: Trabalho Final de Graduação, UNESP, 2012. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/11799_9/almeida_pas_tcc_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 mai. 2018.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BRAGA, Márcia. (org.). **Conservação e restauro: arquitetura**. Rio de Janeiro: Rio, 2003. 1-128 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.

FERRAZ, João Grinspum. **Museu do Pão: caminho dos moinhos**. Porto Alegre: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, 2012. 2. ed. 95 p.

FLORES, Anelis Rolão; MARQUES, Andresa Pinheiro. Intervenção em pré-existência: estudo de caso do SESC Fábrica da Pompéia. Santa Maria: **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, 2013. v. 14, n. 1, p. 7-16. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/817>> Acesso em: 01 mai. 2018

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 111 p.

LYRA Cyro Corrêa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. Rio de Janeiro: **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais**, UFRJ, 2006 v.1, p. 53-57. Disponível em: <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes. **Património: Intervir ou interferir?** Coimbra: Dissertação de mestrado - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade, 2009. 155 p. Disponível em: <https://estudogerasib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12523/1/disserta%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)

Maurício da Silva Selau

Viés Cultural Museologia e Patrimônio
Imbituba - SC

João Paulo Corrêa

Viés Cultural Museologia e Patrimônio
Imbituba - SC

Samara Hevelize Lima

Centro Cultural Castrolanda – Universidade
Estadual de Ponta Grossa
Castro - PR

RESUMO: A Colônia Castrolanda em Castro (PR) foi fundada em 1951 por imigrantes holandeses pautados no tripé social: educação, religião e cooperativismo. O presente trabalho visa demonstrar a experiência do Centro Cultural Castrolanda (CCC), instituição responsável pela preservação da memória desta comunidade. Serão apresentados a formação institucional, os trabalhos desenvolvidos internamente e a comunicação externa, que permite que a sociedade dialogue com o espaço voltado para a guarda de sua memória, reforçando o sentimento de pertencimento desta história.

PALAVRAS-CHAVE: Museu, Museologia, Memória, Colônia Castrolanda, Centro Cultural Castrolanda.

A MUSEUM IN DEVELOPMENT: THE EXPERIENCE OF THE CENTRO CULTURAL CASTROLANDA - CASTRO (PR)

ABSTRACT: The Colony Castrolanda in Castro (PR) was founded in 1951 by Dutch immigrants based on the social tripod: education, religion and cooperativism. The present paper seeks to demonstrate the experience of the Centro Cultural Castrolanda (CCC), institution responsible for preserving the memory of this community. It will be introduced the institutional formation, internally developed work and external communication, allowing the society to dialogue with the space focused on guarding its memory, reinforcing the sense of belonging of this history.

KEYWORDS: Museum, Museology, Memory, Colônia Castrolanda, Centro Cultural Castrolanda.

1 | INTRODUÇÃO

Castrolanda se configura como uma colônia no município de Castro PR, ainda consolidada como tal, organizada por imigrantes holandeses que aqui se estabeleceram em meados de 1950. Para entender este processo imigratório é necessário observar o seu contexto de vivência em um cenário pós Segunda Guerra Mundial e as políticas brasileiras que permitiram o deslocamento de mais de 50 famílias, em sua maioria provenientes do Norte da Holanda.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a Europa mergulhou em uma profunda crise econômica, moral e política. Segundo Gallas (2012) a Europa do pós-guerra foi absorvida pelo medo das consequências que ainda estavam por vir, despertando a necessidade de grupos emigrarem e buscarem em outras localidades uma forma de reconstruir suas vidas.

Na Holanda, a área de produção passou a ser reduzida comparada ao número de habitantes. Segundo Broek (2008) havia limitação para a expansão das propriedades, os produtores rurais começaram a ficar preocupados com o futuro econômico e social de seus filhos. Imigrar tornou-se uma opção viável para aqueles que pretendiam ampliar suas posses e manter seu núcleo familiar unido.

Em solo brasileiro as discussões sobre imigração se mostravam favoráveis, principalmente com a abertura nas restrições de imigração imposta no Brasil nas décadas anteriores. Conforme mencionado por Salles (2002), os anos de 1920 e até 1939 se caracterizam pelo encerramento das políticas de imigração subsidiadas e uma rígida restrição do fluxo imigratório. Nos anos de 1940 esse quadro começa a ser alterado, ganhando notoriedade pós promulgação do Decreto-Lei N. 7.967 – de 18 de Setembro de 1945, assinado por Vargas o qual “Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências” (BRASIL, 1945).

Baseado na conjuntura nacional em favor da imigração, no final da década de 1940 o Governo Dutra com auxílio da colônia de Carambeí enviou um pedido à Christelijk Emigratie Centrale (Central Cristã de Emigração) e à Christelijk Boeren en Tuinders Bond (Associação Cristã de Granjeiros e Horticultores), ambas na Holanda. Constituindo-se assim um projeto para estudar a proposta de receber e alocar imigrantes neerlandeses de vertente cristã em território brasileiro. (VERBURG, 1980, p. 15).

Através dessa iniciativa, duas comitivas de avaliação para o Brasil foram organizadas afim de estudar terrenos propícios para a constituição da colônia. Os projetos analisados em solo nacional foram as terras da região de Bagé e Taím, no Rio Grande do Sul e Castro, no Paraná. As duas primeiras foram descartadas devido a distância com os centros urbanos e o fato do solo ser impróprio para a agricultura proposta. Castro ficou no centro da discussão por dois motivos: a proximidade com a Colônia de Carambeí, formada por holandeses em 1911, e a oferta do Governo do Estado do Paraná que garantia o repasse de terras mediante empréstimo a longo prazo. (GALLAS, 2012, p. 70).

Os planejamentos estruturados na Holanda, permitiram a fundação de uma cooperativa agropecuária que iria ter sede na nova colônia (Cooperativa Castrolanda), e proporcionaram que em 30 de novembro de 1951 o primeiro grupo imigrante se estabelecesse na Nova Pátria, sendo oficialmente instituída a Colônia de Castrolanda, nome oriundo da junção do nome do país de origem - Holanda - e do município da nova moradia – Castro. (KIERS-POT, 2001, p. 259).

Uma das principais características retratadas pelos moradores desta colônia

é a questão da união, representada através dos valores protestantes constituído de três pilares de desenvolvimento – a educação, a religião e o cooperativismo. Pautada nesses valores, a culturalidade em Castrolanda é organizada, tendo por base a dualidade entre as tradições herdadas na Holanda (predominante nos símbolos existentes) e alguns signos brasileiros incorporados em sua identidade ao longo dos anos.

Atualmente a Colônia Castrolanda está inserida como um bairro no município de Castro (PR), possuindo em torno de 3000 habitantes distribuídos na área central da colônia e nas inúmeras propriedades rurais. Estima-se que em torno de 750 moradores da comunidade sejam imigrantes e descendentes de holandeses. A colônia ainda mantém traços da cultura da “velha pátria”, presente na arquitetura das casas do centro, na manutenção dos valores religiosos e culturais, no aprendizado do ensino de língua holandesa e nas tradições típicas como: festas, datas comemorativas, personalidades holandesas, entre outros.

A identidade da colônia é construída dentro de um mesmo espaço de vivência, havendo uma necessidade em criar símbolos que tracem um perfil histórico e de memória entre os envolvidos na comunidade e desenvolva uma noção de identificação. Nora articula o conceito de “lugares de memória” para conceituar essa prática, para ele "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque estas operações não são naturais" (NORA, 1993).

Com isso, podemos refletir sobre os lugares de memória como espaços de ritualização, onde uma “memória-história” permite a representação de lembranças em comum dos indivíduos daquela comunidade, construindo uma narrativa própria e de certa forma unificadora, que se apresenta coletiva, mesmo composta por particularidades de cada indivíduo. Em função dessa identidade coletiva, os grupos desenvolvem símbolos que se tornam comum a todos, como representações de sua identidade.

Há uma constante necessidade de reconstrução e reconhecimento da identidade que acarreta o olhar ao passado, a busca por referências – sejam símbolos, signos, vestígios – para dar base à sua identidade no tempo presente. Dessa forma a memória é variante, se projetando em diversos símbolos, espaços e tempos, os lugares de memória, que permitem que o indivíduo estabeleça identificação com seu espaço de vivência.

A memória para Pollak (1992), seja individual ou coletiva, é constituída por acontecimentos (pessoais ou em coletividade), pessoas (ou personagens) e lugares. Esses processos não são estáticos, assim como a memória não é, são variáveis conforme o tempo, o espaço e os indivíduos. A memória é recriada dentro do espaço de vivência e se atrela ao senso de pertencimento, se um fato é preservado e relembrado por um coletivo, essa memória passa a ser real e vinculada à identidade

daquele grupo.

Nesse contexto os museus se configuram como espaço de preservação e transmissão dessa memória recriada por uma comunidade, onde se constrói o imaginário de uma história oficial, e os membros pertencentes a um determinado grupo se veem contemplados e inseridos dentro da narrativa museal.

2 | O CENTRO CULTURAL CASTROLANDA

O primeiro espaço museal oficializado em Castrolanda, foi o Museu Casa do Imigrante Holandês, inaugurado em 1991, em homenagem aos 40 anos da colônia. A arquitetura em madeira simbolizava as primeiras casas construídas pelos pioneiros holandeses, composta por uma junção de residência e estábulo. Durante 25 anos o museu foi administrado por um grupo de voluntárias da comunidade, que possuíam como foco buscar e expor acervos significativos para a história e a memória das famílias imigrantes.



Casa do Imigrante Holandês

Fonte: Centro Cultural Castrolanda.

Nas comemorações do cinquentenário da Colônia, em 2001, foi inaugurado o Moinho “De Immigrant”, que possui 37 metros de altura – do chão à ponta da pá – sendo considerado um dos maiores existentes no mundo. Construído sob a supervisão do engenheiro holandês Jan Heijdra – especialista em moinhos de vento – o mesmo é uma réplica funcional, em tamanho original do moinho de farinha “Woldzigt” (MOLENDATABASE, 2018), construído em 1852, situado na província de Drenthe, no norte da Holanda, região de origem da maioria das famílias imigrantes de Castrolanda. No Moinho foi instalado o Memorial da Imigração Holandesa, constituindo-se como o segundo espaço de memória de Castrolanda.

Em função das condições precárias que a estrutura da Casa do Imigrante se encontrava, a necessidade de preservar os acervos e a busca por unificar as práticas e os ambientes de memória em Castrolanda, a comunidade começou a debater a criação de um espaço cultural que valorizasse a conjuntura histórica da colônia e garantisse a preservação e a perpetuação da memória visual.



Memorial de Imigração Holandesa

Fonte: Centro Cultural Castrolanda.

Partindo desse debate, em 2014 foi lançado o projeto do Centro Cultural Castrolanda, possuindo como marco o início da construção do Museu Histórico, uma realização entre a Associação de Moradores de Castrolanda, a Cooperativa Castrolanda e o Ministério da Cultura por meio da Lei Rouanet. Construir uma instituição que se propusesse a valorizar e preservar a identidade dos imigrantes fundadores da colônia. Inaugurado em 30 de novembro de 2016, o complexo Centro Cultural hoje é formado por dois espaços museais abertos à visitação: O Memorial da Imigração Holandesa – Moinho “De Immigrant” e o Museu Histórico de Castrolanda – “Boerderij”.

Na edificação do Moinho, onde está o memorial, a torre é composta por quatro andares visitáveis e além da estrutura para moagem de grãos, movida pelo vento, tem exposições voltadas à narração histórica de diferentes setores da comunidade de Castrolanda, como o cooperativismo e o senso de união, e exposições com foco na trajetória do Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda, a fabricação de tamancos de madeira e a origem dos moinhos de vento.

Outro espaço visitável do Centro Cultural é o Museu Histórico de Castrolanda, uma construção típica da região nordeste holandesa, que remete às antigas casas de fazenda, denominadas “Boerderij”. O espaço foi inaugurado em novembro de

2016, com a abertura de uma exposição sobre a trajetória histórica da comunidade; e abriga todo o acervo vindo do museu Casa do Imigrante Holandês. O museu também conta com ambientações técnicas necessárias ao trabalho da instituição com acervos bidimensionais (documentos e fotografias) e tridimensionais (objetos em geral).



Museu Histórico de Castrolanda

Fonte: Centro Cultural Castrolanda

3 | AS FUNÇÕES PRIMÁRIAS DE UM MUSEU

As funções primordiais de um museu, podem ser definidas como: a preservação, a pesquisa, a comunicação e a educação. Para Desvallées e Mairesse (2013, p.22-23), essas funções podem ser organizadas por “[...] preservação (que compreende a aquisição, a conservação e a gestão das coleções), a pesquisa e a comunicação. A comunicação, ela mesma, compreende a educação e a exposição”. É imprescindível perceber que essas funções não são executadas individualmente, elas exigem um comprometimento coletivo e inter-relacionado.

A preservação envolve diretamente as atividades dentro da gestão das coleções, desenvolvendo mecanismos que melhor salvaguardem os acervos sob custódia da instituição museal, segundo Nicola Ladkin (2004), a preservação pode ser definida como procedimentos de caráter técnico visando a perpetuação física e memorial do acervo, permite que os objetos-documentos que compõe o museu estejam integrados com a missão a qual o espaço se propõe a disseminar, garante que o acervo seja conservado ativamente e preventivamente, intensificando sua longevidade e consequentemente seu discurso.

Como forma inicial de preservação, a instituição deve classificar os riscos aos quais o acervo pode estar propício, que vão desde o conhecimento da equipe, eventos naturais, condições estruturais, etc. Michalski (2004) define que podem se apresentar nove agentes degradantes, que podem acarretar danos irreversíveis ao acervo: “1 - forças físicas diretas, 2 - ladrões, vândalos e pessoal distraído, 3 - incêndio, 4 - água, 5 - pragas, 6 - contaminantes, 7 – radiação, 8 - temperatura incorreta e 9 - umidade

relativa incorreta.”

Os agentes internos e externos que oferecem riscos aos museus, necessitam de avaliação constante. É necessário o envolvimento de toda a equipe no processo, de levantamento dos riscos ao acervo, planejamento e efetivação de melhorias para combater ou retardar os riscos, como a conservação preventiva, o desenvolvimento de mecanismos de segurança para o acervo e para o espaço, o controle de agentes biológicos, a manutenção e limpeza regulares, e até, em caso de necessidade, o restauro de um objeto.

Vinculado ao processo de preservação, a pesquisa está inserida como instrumento de conhecimento sobre o acervo e suas ligações com a história narrada no museu. Segundo Julião (2015) a pesquisa pode ser subdividida em duas percepções: a investigação do acervo como documento museológico, executando assim a documentação museológica, permitindo que as coleções museais sejam interpretadas como fontes de informação e a pesquisa que permite explorar interpretações e conceitos histórico-culturais vinculados ao acervo como uma fonte, colocar o acervo em dinâmica com a memória e a sociedade.

Comunicação museal, segundo Desvallées e Mairesse (2013) pode ser analisada como a ação de propagar informação entre fonte e emissor, que utiliza não somente de uma estrutura de linguagem, ela pode ser expositiva, visual, tátil, audível, digital, ela é variante e permite a interatividade espontânea da sociedade, permite que o receptor da informação fique à vontade para conhecer e entender como funciona a instituição museal, a qual se comunica, caracterizando o espaço de guarda de memória como um espaço educador e formador de opinião.

4 | UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO

A partir da decisão institucional de contratar uma assessoria técnica em museologia, o CCC vem estruturando um conjunto de ações e projetos de natureza técnica e administrativa que refletem no desenvolvimento dos espaços de memória.

4.1 Plano Museológico

No ano de 2016 a empresa Viés Cultural – Museologia e Patrimônio inicia um trabalho de assessoria ao CCC no que tange as atividades administrativas e técnicas da instituição, como consultoria expositiva, treinamento da equipe em relação ao tratamento técnico de conservação e gestão dos acervos tridimensionais e bidimensionais, apoio administrativo e de pesquisa. A empresa também assumiu a responsabilidade da elaboração do Plano Museológico do espaço, elaborado em 2017 com a participação dos colaboradores da instituição e membros da comunidade de Castrolanda.

O plano museológico se configura como um instrumento fundamental para o desenvolvimento e entendimento das funções dos museus, trata-se de um instrumento estratégico com foco em avaliar e desenvolver ações (administrativas, políticas e técnicas) que permitem otimizar o potencial das instituições de guarda de memória. O plano museológico foi instituído pela “Lei nº 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museológicas e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013”. (IBRAM, 2016, p. 3).

Esse instrumento de gestão pode ser dividido em três fases de desenvolvimento, sendo: primeira fase - diagnóstico (situação atual) com o envolvimento da equipe analisando os pontos fortes, fracos, as oportunidades e ameaças. Segunda fase - os programas (situação ideal), pautados em suprir as necessidades apontadas no diagnóstico. Os programas são definidos em 12 setores: Institucional; Gestão de pessoas; Acervos; Exposições; Educativo/Cultural; Pesquisa; Arquitetônico/urbanístico; Segurança; Financiamento/fomento; Comunicação; Sócio ambiental; Acessibilidade universal. Terceira fase - os projetos (soluções) ações com o propósito de sanar as dificuldades e explorar o desenvolvimento institucional. (IBRAM, 2016).

A partir da construção do Plano Museológico do CCC e a continuidade da consultoria técnica, a instituição vem desenvolvendo seus setores de atividades no que tange as funções básicas de preservação, conservação e pesquisa.

4.2 Setor de Acervos e Pesquisas

Atualmente o CCC desenvolve três principais ações em relação à preservação e pesquisa de seu acervo, tridimensional (acervos familiares, como utensílios domésticos, maquinários agrícolas, têxteis, mobiliário residencial) e bidimensional (documental e iconográfico): Conservação Preventiva, Catalogação e Avaliação de Acervos.

4.2.1 Conservação e Higienização

A ação de preservação consiste em conservar o acervo, não deixando o mesmo entrar em processos de degradação que o façam necessitar de serviços mais elaborados e com custos mais elevados como o restauro, por exemplo. A conservação preventiva ajuda a inibir a ação de muitos dos agentes degradantes (físicos, químicos, biológicos), por meio de procedimentos técnicos e de uma rotina de trabalho no acervo exposto e acondicionado em Reserva Técnica.

Os trabalhos de higienização do acervo iconográfico do Centro Cultural foram iniciados em agosto de 2017, através de procedimentos mecânicos de remoção de sujidades. Até o momento mais de 2101 suportes iconográficos (fotografias e negativos) passaram por este procedimento.

O acervo tridimensional foi em sua maioria higienizado na transferência do acervo do Museu Casa do Imigrante para a nova edificação. Atualmente os 2.250

objetos que compõem este acervo passam por uma rotina semanal de procedimentos para que se mantenham nas melhores condições de preservação.



Conservação de Acervos

Fonte: Centro Cultural Castrolanda.

4.2.2 *Catálogo*

Catalogar o acervo é uma das ações mais importantes para sua preservação. As informações referentes a cada objeto, documento ou fotografia são registradas para que a memória associada ao acervo permaneça a disposição dos interessados. Para cada objeto é preenchida uma ficha de registro com informações (nome, histórico, material, doador, dimensões, características, registro fotográfico), que permitem reconhecer o acervo e o diferenciar dos demais. Também é atribuído um número tombo, seu número de registro dentro da instituição. A catalogação do acervo tridimensional do CCC foi iniciada no segundo semestre de 2016, e até o momento aproximadamente 40% do acervo está catalogado.

O acervo documental e iconográfico é composto por aproximadamente 10 mil itens, separados por diferentes suportes, tais como fotos, negativos, slides, rolos de filmes, documentos pessoais, oficiais, datilografados e revistas vinculadas as comunidades holandesas no Brasil. A catalogação e identificação do acervo documental e iconográfico vem sendo realizado com apoio das voluntárias da comunidade, fator que permite a compreensão dos documentos em holandês, bem como a identificação das ambientações e indivíduos nos registros fotográficos. Além de aproximar a comunidade das ações museais.



Catálogo de acervo documental.

Fonte: Fonte: Centro Cultural Castrolanda.

4.2.3 Comissão de Acervos

A Comissão de Acervos do CCC foi oficializada em 20 de setembro de 2017, pela Presidência da Associação dos Moradores de Castrolanda através da resolução nº 01/2017, a qual regulamenta o funcionamento da Comissão de Acervos, e a definição da Política de Acervos. A Comissão tem por função avaliar e definir sobre a aquisição ou recusa de acervos oferecidos à instituição em intenções de doação, além disso, também cabe à Comissão determinar o descarte ou a permanência de um referido acervo da instituição em acordo com a Missão e a Visão da instituição. A Comissão é composta por sete membros, envolvendo representantes da comunidade e do corpo técnico do CCC.

4.2.4 Pesquisa

As pesquisas são parte fundamental dos trabalhos desenvolvidos no Centro Cultural. Por meio desta atividade a instituição amplia o conjunto de informações que disponibiliza ao público. Atualmente a pesquisa realizada aborda: Pesquisa expositiva e pesquisa de acervos.

Para a construção de uma exposição, há a necessidade de desenvolver uma pesquisa sobre o tema escolhido que forneça a base para a construção da narrativa e da expografia proposta, compondo o discurso que a instituição transmite ao público. A pesquisa evidencia informações históricas e culturais sobre temáticas específicas que definem o conteúdo de cada núcleo da exposição e também produz o texto base para os monitores desenvolverem a visita guiada da respectiva exposição.

Outra forma de pesquisa se caracteriza como o levantamento de dados sobre os acervos do CCC, buscando informações sobre o fabricante da peça, local de fabricação, seu proprietário e informações pertinentes que o vincule com a história e as tradições da Holanda e de Castrolanda. O resultado desta pesquisa é apresentado à Comissão de Acervos para tomada de decisão sobre o aceite ou descarte do mesmo. Todas as informações obtidas na pesquisa são anexadas às fichas de catalogação, ampliando a possibilidade de consulta para pesquisas temáticas ou mesmo pesquisa acadêmicas.

4.3 Setor Expositivo

Os espaços expositivos do CCC são divididos em: espaços de longa duração e temporárias. Desde a inauguração do museu, foram desenvolvidas duas exposições de longa duração no Museu Histórico, voltadas ao cotidiano familiar e social, como a representação da organização da casa nos primeiros anos na colônia e a trajetória histórica dos imigrantes desde de 1951 até contextos atuais.

Outra ambientação da instituição é destinada a exposições temporárias, sendo que até o momento foram desenvolvidas quatro exposições com foco em assuntos pertinentes da vida dos colonos, não contemplados na exposição de longa duração. As datas de abertura das exposições condizem com a Semana Nacional dos Museus, oficializada pelo IBRAM em maio - com uma temática proposta pelo próprio órgão federal, e em novembro, data em que se comemora o aniversário da Colônia e do Centro Cultural.

Dentro do setor, em 2017, também foi desenvolvida a reformulação da exposição do primeiro andar do Memorial de Imigração, contemplando a área cultural da colônia com uma exposição que aborda a trajetória do Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda e a fabricação dos tamancos holandeses.

4.4 Setor Comunicação

Comunicação pode ser analisada como a ação de propagar informação entre fonte e emissor, que utiliza não somente de uma estrutura de linguagem, ela pode ser expositiva, visual, tátil, audível, digital. O CCC se comunica com quatro categorias de público: moradores da comunidade, da cidade e da região; turistas nacionais ou internacionais; prestadores de serviços em geral e prestadores de serviços turísticos. Dentro destas categorias, se destacam os grupos agendados, formados principalmente por escolares, idosos a lazer e grupos de negócios. Utilizando dos seguintes meios para se comunicar com o público: Exposições, Monitorias, Ações educativas, Mídias interativas e digitais, Mídias impressas e ao ar livre e Ações externas.



Visita monitorada.

Fonte: Centro Cultural Castrolanda.

A principal forma de comunicação é a monitoria aplicada ao público visitante, sendo um processo de interação e aprendizagem, permitindo o contato direto da instituição com o público, afim de desenvolver o diálogo entre o visitante e a narrativa do museu. Durante a visita guiada o monitor torna-se disseminador de conhecimento, transmitindo ao seu público informações importantes sobre aquele espaço e sua história, e permite ser influenciado por seu público, sabendo adequar sua postura a diferentes categorias de públicos e assuntos.

5 | CONCLUSÃO

Após contratação da assessoria técnica em museologia, o Centro Cultural Castrolanda se estruturou e está desenvolvendo uma rotina técnica e administrativa que qualifica suas ações, tornando-a uma instituição de referência museológica na região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná. Mas, o fator mais importante, é que o CCC se constitui em um local de memória da comunidade de Castrolanda, que se vê representada por meio das exposições e das ações de preservação, pesquisa e comunicação da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a imigração e colonização, e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 1945.

BROEK, Jan van den. **Holambra Dromen, strijd en overwinning. Geschiedenis van een succesvol emigratieproject**. Campinas, SP: Editora, set. 2008. p.101

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno

Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

GALLAS, Alfredo O.G.; Gallas Fernanda D. **Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva.** São Paulo. Ed. do autor, 2012.

IBRAM. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos.** Brasília, DF, 2016.

JULIÃO, Letícia. Museu, Patrimônio e História: Cruzamentos Disciplinares. In: **XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.** João Pessoa: ANCIB, 2015.

KIERS-POT, C.H.L. **Castrolanda: 50 anos, 1951-2001.** Cooperativa Agropecuária Castrolanda. Kugler artes Gráficas. Castro, PR, 2001.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** França: ICOM, 2004. p. 17-32. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MICHALSKI, Stefan. Conservação e Preservação do Acervo. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** França: ICOM, 2004. p. 55-98. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MOLENDATABASE. **Nederlandse functionele molens.** 2018. Disponível em: <www.molendatabase.nl/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Projeto História, n.10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.10, p. 201.

RAMOS, Rene Wagner. **As Colônias de Castrolanda, Witmarsum, Entre Rios e a Agroindustrialização do Campo no Paraná.** Revista Semina, v.15, n.1, 2016 – Aprovado em 21 jun. 2016. p.17

SALLES. Maria do Rosário R. **Imigração e Política imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial.** CADERNOS CERU, série 2, n.13, 2002. p.105.

VERBURG, Marringje K. **O Bilinguismo em Castrolanda: Aspectos sociais da aquisição da segunda língua.** Dissertação do programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, 1980.

MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO

Maurício da Silva Selau

Viés Cultural Museologia e Patrimônio
Imbituba - SC

João Paulo Corrêa

Viés Cultural Museologia e Patrimônio
Imbituba - SC

Fabíola Pezenatto

Prefeitura Municipal de Três Arroios
Três Arroios - RS

through meaningful themes and a narrative which values the collective memory, instead of showing the facts in an isolated way, pointing the crucial spots to comprehend the district's historical path.

KEYWORDS: Museum, Museology, History, Narrative, Memory.

1 | INTRODUÇÃO

Três Arroios é um município da região Alto Uruguai no Norte do Rio Grande do Sul. A colonização foi organizada pela Companhia Luce, Rosa e Cia, com o assentamento das primeiras famílias em fevereiro de 1917. O centenário da colonização, em 2017, foi celebrado com diversas atividades que valorizaram a história do município e a memória de seus habitantes. Nesse contexto, se insere o Museu Municipal de Três Arroios que apresenta uma nova abordagem para a trajetória histórica e cultural do município na exposição de longa duração, promovendo uma “reescrita da história” por meio de temas relevantes e de uma narrativa que valoriza a memória coletiva, ao invés dos fatos de forma isolada, evidenciando pontos cruciais para compreender o município.

RESUMO: O Museu Municipal de Três Arroios apresenta uma nova abordagem para a trajetória histórica e cultural do município na exposição de longa duração, promovendo uma “reescrita da história” por meio de temas relevantes e de uma narrativa que valoriza a memória coletiva, ao invés dos fatos de forma isolada, evidenciando pontos cruciais para compreensão da trajetória histórica do município

PALAVRAS-CHAVE: Museu, Museologia, História, Narrativa, Memória

TRÊS ARROIOS MUNICIPAL MUSEUM THE HISTORY NARRATIVE IN THE LONG TERM EXHIBITION

ABSTRACT: The Três Arroios Municipal Museum presents a new approach on the city's historical and cultural path in the long term exhibition, promoting a “History Rewrite”

2 | A COLONIZAÇÃO

Após a proclamação da República, a colonização no Brasil passou para a responsabilidade dos Estados. No Rio Grande do Sul a Lei n.º 28 de 05 de outubro de 1899, regulamentada pelo Decreto n.º 313 de 04 de julho de 1900, definiu parâmetros para que as terras devolutas existentes pudessem ser colonizadas. A região Norte do Estado, conhecida como Alto Uruguai, passou a ser estudada para implantação de colônias. Este processo contribuiu para que caboclos e indígenas, presentes nestas áreas, fossem direcionados para outros locais ou reservas demarcadas pelas Comissões de Terras. (CHIAPARINI, 2012).

A colonização de Três Arroios foi organizada pela Companhia Luce, Rosa & Cia, que iniciou sua atuação no Norte do Estado em 1916. A principal sede na região ficava em Barro (atual Gaurama) onde havia a estação da Estrada de Ferro mais próxima da área da colônia. Essa companhia era responsável por organizar a infraestrutura das ruas e estradas, demarcar os lotes e gerenciar a venda e o recebimento dos valores relativos aos lotes coloniais. Os lotes rurais tinham 25ha cada e os lotes urbanos 1250m².

Marcado pela presença de famílias de origem alemã, a ocupação do solo em Três Arroios começa em 17 de fevereiro de 1917, com migrantes das antigas colônias do Rio Grande do Sul e outras vindas diretamente da Europa (ZAHNER, 2004). Pouco depois chegam migrantes de outras nacionalidades, em especial italianos.

A procura pelas terras na região do Alto Uruguai era estimulada: pela escassez de terras à venda nas colônias velhas, forçando as novas gerações de descendentes de imigrantes a mudarem para outras regiões; a fertilidade do solo; a proximidade com a Estrada de Ferro; e também a fuga dos constantes conflitos armados que marcaram a luta pelo poder político no Rio Grande do Sul durante a República Velha. (CHIAPARINI, 2012).



Três Arroios no início da colonização, 1917

Fonte: Acervo Museu Municipal de Três Arroios

3 | A EMANCIPAÇÃO

No contexto Sul brasileiro as sedes das colônias desde sua fundação tinham potencial para em pouco tempo formar uma vila. A médio e longo prazo, conforme o nível de desenvolvimento econômico, podiam se tornar municípios. A emancipação era sinônimo de vitória para os primeiros moradores e seus descendentes, pois marcava o progresso obtido por aquela coletividade que se esforçara a iniciar o povoamento em uma nova fronteira agrícola.

Na década de 1920 era notável o aumento das construções de residências e aumentava o número de casas de comércio abertas em Três Arroios. No alto da colina se destacava a edificação da escola e da igreja, que cumpriam importante papel na formação social da colônia, coordenados pela ordem franciscana que atendeu a população, nos primeiros tempos do povoado, com serviços que a princípio eram de competência do Estado.



Três Arroios no início da década de 1920

Fonte: Acervo Museu Municipal de Três Arroios

O desenvolvimento marcado pela agricultura, impulsionou o setor de serviços e as indústrias artesanais começaram a se estabelecer para atender os moradores locais. Essa evolução fez as lideranças locais lutarem por mudanças administrativas. Pela Lei nº 244, de 08 de julho de 1953, Três Arroios foi elevado a Distrito de Erechim.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve grande movimento pela emancipação de municípios em todo o país. Na região do Alto Uruguai alcançaram esta condição: Gaurama (1953), Aratiba (1955), Viadutos (1959), Severiano de Almeida (1963) e Mariano Moro (1966). Uma Assembleia Geral foi organizada em Três Arroios, no ano de 1965, para discutir a proposta de emancipação. Com 171 eleitores favoráveis, foi formada uma Comissão pró-emancipação. Entretanto, o sonho da transformação em município teve que ser adiado, pois, quando foi oficializado o pedido para a emancipação, houve mudanças na legislação.

No início dos anos 1980, a evolução das tecnologias e a chegada da eletricidade nas comunidades do interior transforma a maneira de produzir no campo. A mecanização da lavoura e a chegada da primeira colheitadeira, novas formas de armazenamento de alimentos e sua distribuição, alteram o cotidiano rural. Naquela época a Emater colocou em prática o Plano Estadual de Extensão Rural (popular projetão) que colocou extensionistas próximos às famílias de produtores rurais, contribuindo para melhora dos resultados econômicos, uma vez que os conhecimentos técnicos postos em prática aumentavam a produtividade.

Gradativamente os produtores migraram da produção de subsistência para uma agricultura comercial, reestruturando as propriedades em busca de melhores rendimentos. A agricultura comercial trouxe diversificação da produção no município, mas especializou as propriedades com produção de suínos e aves na forma integrada, o aumento da produção leiteira, o cultivo de frutas e a diversificação da produção de grãos.

Esse processo deu novo impulso econômico ao município e estimulou as lideranças políticas e a comunidade a buscar a emancipação. No dia 11 de setembro de 1985, foi realizada uma reunião no salão do Grêmio Esportivo Tresarroiense na qual se constatou que Três Arroios possuía os requisitos para ser emancipado. Com a aprovação dos presentes uma nova Comissão Pró-Emancipação foi eleita. No dia 20 de setembro de 1987 realizou-se o plebiscito com a presença de 1417 eleitores, dos quais 1342 votaram SIM. A Lei Estadual n.º 8.422 de 30 de novembro de 1987 oficializou a criação do município de Três Arroios.



Três Arroios na década de 1980, após a emancipação

Fonte: Acervo Museu Municipal de Três Arroios

Após a emancipação, Três Arroios pouco a pouco organizou sua infraestrutura. Com autonomia administrativa os serviços à população se tornam mais acessíveis. O município possui um dos melhores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. O desenvolvimento local oportunizou o aumento no núcleo urbano e a diversificação

do comércio local e do setor de serviços. O turismo é uma atividade que aos poucos começa a aproveitar seu grande potencial em razão das águas termais e das belezas naturais. O setor industrial, em expansão, contribui para a melhora dos índices econômicos. A sustentabilidade é o grande desafio para o futuro, de forma que o município se desenvolva e mantenha a qualidade de vida de sua população.

4 | CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA.

A comemoração que uma comunidade faz no centenário de sua colonização marca a coletividade, celebrando as realizações de gerações que se sucederam na construção daquele povoado, depois uma vila, mais tarde uma cidade. Esses momentos festivos são mobilizados, para reforçar os laços identitários, e promover uma memória, valorizando a trajetória histórica dos membros desta comunidade. Pois como aponta Gillis

Nós temos que ser lembrados de que memória e identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, fenômenos subjetivos em vez de objetivos. Estamos constantemente revendo nossas memórias para adaptar as nossas identidades atuais. Memórias nos ajudam a fazer sentido no mundo em que vivemos; e “trabalho de memória” é, como qualquer outro tipo de trabalho físico ou mental, embutido em relações complexas de classe, gênero e poder que determinam o que lembrado (ou esquecido), por quem e para que fim. (GILLIS, 1994).

No ano de 2017, Três Arroios comemorou o centenário da colonização e o 30º aniversário de emancipação. O poder público municipal promoveu um conjunto de atividades para celebrar a data reconhecendo o trabalho e dedicação do povo tresarroioense e de entidades que contribuíram com o desenvolvimento social, econômico e cultural do município. Neste sentido, memórias foram mobilizadas para valorizar a trajetória histórica dos habitantes de Três Arroios, evidenciando suas memórias em torno das celebrações do centenário do município que coincidiu com o trigésimo aniversário de emancipação política.

Entre as atividades da programação do centenário ganhou destaque a Maratona Fotográfica, que possuía como tema: “Registros além da Memória - Resgatando o Centenário da nossa História”. O principal propósito era envolver a população na busca por registros fotográficos para valorizar o legado deixado pelos colonizadores do município. Mais de 120 fotografias foram inscritas, revelando imagens, que muitas vezes, ficam guardadas em álbuns de família. (Prefeitura Municipal de Três Arroios, 2017).

As fotos participantes foram ampliadas e tratadas por estúdio especializado. Em seguida, foram disponibilizadas a um corpo de jurados, que escolheu as melhores, através de vários critérios. Em evento na Casa da Cultura, ficaram em exposição para visita do público. Os vencedores com as melhores fotos foram premiados e o

conjunto de fotos participante da Maratona foi amplamente divulgado por meio de uma exposição itinerante que percorreu diferentes locais do município. Hoje estas imagens compõem o acervo do Museu Municipal de Três Arroios. A maratona fotográfica foi premiada em primeiro lugar na área cultura do 2º Prêmio Boas Práticas na Gestão Municipal promovido pela FAMURS (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul).

A mobilização da comunidade foi o principal resultado da maratona, uma vez que olhar as fotografias antigas possibilitaram refletir sobre a trajetória de vida por ela percorrida, onde as imagens apresentam um valor importante para a memória visual e sociocultural de um povo e seu ambiente de vida, na perspectiva de uma releitura histórica do espaço em que esta população está presente há um século.



Evento de entrega da premiação aos vencedores da Maratona Fotográfica

Fonte: Acervo da Diretoria de Meio Ambiente de Três Arroios

Desta forma, a maratona mobilizou a memória da comunidade sobre seu passado e seu significado no presente. Pollak (1992) destaca entre as características da memória, está a condição de que ela é *seletiva*. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. D'Aléssio (1993) afirma que o caráter seletivo da memória é reforçado pela noção de pertencimento afetivo ao grupo ao qual um determinado indivíduo pertence, pois o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra é o que faz com que uma dada memória permaneça. “Assim, situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente” (D'ALÉSSIO, 1993, p. 98).

A memória, apesar de parecer algo estritamente individual, tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retém do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantêm. Mas ao mesmo tempo em que essa recordação é seletiva e mantida por um determinado grupo, ela também é uma construção, na

medida em que está sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes, mediadas pelo presente em que o grupo vive, de modo que a memória é também uma construção do passado e está aberta e em constante evolução (POLLAK, 1992).

Assim, as pessoas que fazem parte de um determinado grupo mantêm suas lembranças, que são pessoais e, ao mesmo tempo, coletivas, pois como explicou Pollak (1992) com base nos elementos constitutivos da memória, esta seria composta por acontecimentos, personagens e lugares e que os indivíduos têm experiências pessoais, das quais participam diretamente e experiências do grupo, com as quais têm contato e que nem sempre participa, mas que marcam de tal forma uma coletividade que ganham destaque e passam a ser incorporados nas narrativas dos que compõem o grupo.

O município valoriza as tradições culturais dos primeiros colonizadores, seu passado e sua história. Preserva lugares, espaços e memórias que são passadas de geração a geração. A população se sentiu valorizada, ao buscar em suas residências, os registros antigos em fotografias, para compartilhá-los com toda a comunidade. Deste modo, contribuiu para o sucesso da maratona fotográfica, principalmente na mobilização da memória coletiva.

A partir do século XXI houve um esforço para que a história local fosse registrada. Três publicações, com apoio do poder público, foram elaboradas: *Conhecendo Três Arroios* de Alexandre Zahner, *Três Arroios: Nossa História* de autoria da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, e *Cem Anos de História: Três Arroios-RS* também de autoria da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. As publicações versam sobre a história do município desde a colonização até o ano da respectiva publicação (2004, 2013 e 2017). Escritos em perspectiva factual, são evidenciados os principais passos do desenvolvimento econômico, político e cultural de Três Arroios. Embora relevantes como fontes de informação, essas obras carecem de uma reflexão mais profunda sobre o significado histórico dos eventos relatados.

É significativo que das três obras, duas tenham sido publicadas, respectivamente, nas gestões de Lírio Antônio Zarichta e Luís Valdecir Pertuzatti, eleita em 2012 para o período 2013 a 2016, e reeleita neste ano, para o período 2017 a 2020. A valorização da história e da cultura estão presentes na política de gestão desta administração, que vem desenvolvendo estratégias para que a memória seja preservada e os municípios conservem as referências do passado.

Um das ações mais significativas desta política de valorização foi a realização do restauro da Casa Canônica, concluído no ano de 2016. A edificação foi cedida em comodato para a Prefeitura Municipal que com recursos da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) do RS implantou a Casa da Cultura. A Casa Canônica foi construída na década de 1940 e tornou-se uma das referências arquitetônicas de Três Arroios. Em essência sua preservação por meio do restauro e atribuição de uso como Casa da Cultura, consubstancia o que Nora (1993) articula com o conceito de “lugares de memória”. Para ele "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não

há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque estas operações não são naturais" (NORA, 1993, p. 10).

Partindo dessa premissa, os lugares de memória são como espaços de ritualização, onde uma “memória-história” permite a representação de lembranças comum dos indivíduos, construindo uma narrativa que se apresenta coletiva, mesmo composta por particularidades. Em função dessa identidade coletiva, os grupos desenvolvem símbolos comum a todos, como representações de sua identidade. Dessa forma a memória é variante, se projetando em diversos símbolos, espaços e tempos, os lugares de memória, que permite ao indivíduo estabelecer identificação com seu espaço de vivência.

Nessa perspectiva, a restauração da Casa Canônica buscou adaptar a edificação ao novo uso, uma Casa de Cultura, que por sua finalidade, reafirma uma função de memória para um patrimônio identitário de Três Arroios, seja por seu símbolo religioso, arquitetônico ou mesmo pelo seu uso atual. Para tanto, algumas intervenções visando melhorar os espaços foram feitas, porém sempre deixando claro para o visitante o que é material original e o que foi inserido atualmente.



Casa Canônica antes e no início das obras de restauro

Fonte: Acervo Museu Municipal de Três Arroios



Casa Canônica durante as obras de restauro

Fonte: Acervo Museu Municipal de Três Arroios

A madeira, elemento de grande importância para a edificação foi tratada e conservada, retirando-se os forros para manter aparente a estrutura de cobertura e valorizando o trabalho magnífico de carpintaria da época. O restauro valorizou a história e memória coletiva ao mostrar a importância do patrimônio histórico às futuras gerações e preservar a edificação que é parte da identidade do município.



Casa Canônica após a conclusão das obras de restauro

Fonte: Acervo Museu Municipal de Três Arroios

A edificação abriga espaços administrativos, sala de estudos e cozinha experimental para cursos e oficinas, um auditório para palestras e eventos culturais, e um espaço privilegiado no sótão onde está implantado o Museu Municipal que busca preservar os testemunhos materiais da história municipal e valorizar a identidade do povo tresarroioense.

5 | A REESCRITA DA HISTÓRIA NO MUSEU MUNICIPAL

As funções básicas de um museu são apresentadas pela nova museologia com um tripé de atuação bem definido: preservação, pesquisa e comunicação. Para Desvallées e Mairesse (2013), essas funções podem ser organizadas por “[...] preservação (que compreende a aquisição, a conservação e a gestão das coleções), a pesquisa e a comunicação. A comunicação, ela mesma, compreende a educação e a exposição” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013. p. 22-23). É imprescindível perceber que essas funções não são executadas individualmente, elas exigem um comprometimento coletivo e inter-relacionado.

Ao longo de 2018, a Prefeitura Municipal de Três Arroios investiu na contratação de assessoria técnica especializada em museologia para a implantação do Museu Municipal de Três Arroios. Isso possibilitou que os trabalhos efetivamente ocorressem com base nos princípios e técnicas apropriadas, resultando no projeto da exposição de longa duração que está aberto para visitação ao público desde julho de 2019.

Com base no tripé de atuação museológico, a equipe contratada junto com a

equipe da Prefeitura desenvolveu atividades de pesquisa, preservação e comunicação para que a exposição de longa duração cumprisse seu objetivo maior, o de valorizar a memória coletiva dos habitantes de Três Arroios por meio de uma narrativa que promove reflexões sobre a história do município.

Uma pesquisa sobre a história do município foi realizada a partir da leitura das obras produzidas no município, por livros publicados sobre Erechim, município do qual Três Arroios obteve sua emancipação, entrevistas com moradores, consulta a fotografias do acervo do Museu e de particulares, pesquisa em documentos no Arquivo Histórico de Erechim, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, na Prefeitura Municipal e nos museus da região do Alto Uruguai no Norte do estado gaúcho.

Foi possível construir uma nova abordagem para a trajetória histórica e cultural do município, promovendo uma “reescrita da história” por meio de temas relevantes e de uma narrativa que valoriza a memória coletiva ao invés dos fatos de forma isolada, evidenciando pontos cruciais para compreender o município.

Na exposição, estes temas foram divididos por núcleos temáticos que evidenciam a formação do núcleo colonial, a evolução política, as transformações que marcaram um povoamento com agricultura de subsistência para uma agricultura comercial, as indústrias artesanais, a música problematizada como parte da identidade local, e o papel da ordem religiosa franciscana na formação de Três Arroios, quando estruturou a assistência religiosa, educacional e social nos primeiros tempos do povoado, assumindo funções que eram, a princípio, dever do Estado.

Um destaque é a formação dos espaços de sociabilidade do município, marcados por muito tempo pelas festas de família, casamentos, festas religiosas, e principalmente pelas Casas Comerciais, popularmente conhecidas como bodegão. Esses estabelecimentos ofereciam ao cliente o necessário para a sobrevivência da sua família. Era o local para as transações financeiras, as trocas comerciais e a reunião de amigos.

Nesses espaços se discutiam problemas do local e as possíveis soluções, se tinha acesso as notícias que chegavam por meio do comerciante, e além disso, tinham um pouco de lazer, em meio as duras rotinas da lida na agricultura. Como recurso expositivo, foi montada uma casa comercial, semelhante às existentes em Três Arroios, nas décadas de 1940 e 1950. O visitante poderá reviver esta experiência e/ou ter contato com essa memória.

A narrativa da exposição utilizou como estratégia de comunicação a seleção de imagens e a produção de textos explicativos, que em conjunto com o acervo, oportunizam uma leitura e reflexão sobre a história do município, ativada por uma memória coletiva. O acervo exposto, foi coletado com base na pesquisa temática. Os objetos recebidos em doação foram fruto de uma seleção prévia, em que mais do que a quantidade, se privilegiou a qualidade do acervo e seu potencial de contribuir para a construção da narrativa histórica.

Todo o acervo passou por tratamento técnico de conservação preventiva, visando melhorar a sua condição de exposição e sua preservação, pois ao aceitar uma peça a instituição assume a responsabilidade pela mesma, devendo mantê-la como suporte da memória local. Deste modo, o trabalho de conservação, colabora para a preservação do acervo existente e reforça a importância do tripé de atuação da museologia.

Por fim, a exposição é para o público, a face mais visível do trabalho dos museus. É na exposição que as instituições museológicas apresentam, por meio das narrativas construídas, o conteúdo que pretendem comunicar. No caso do Museu Municipal de Três Arroios, a narrativa é construída sobre a história do município, cuja sede, fez um século de existência em 2017.

Como forma de ampliar as possibilidades de conhecimento sobre a história local, a narrativa da exposição oferece uma leitura autônoma ao visitante. Mais do que construir uma única versão, a divisão em temáticas relevantes, permite que o público, por meio de suas memórias, construa sua compreensão do processo histórico municipal.

A narrativa histórica compreende uma função mais ampla do que o simples fato de expor um tema. Ela necessariamente deve provocar no leitor uma reflexão sobre a sua condição de participante desta história. O que diferencia a narrativa clássica, presente nos livros, em relação a narrativa da exposição, é que no museu, o visitante faz seu percurso permeado por textos, imagens e testemunhos materiais da história, confrontando o visitante com seu passado, vivido diretamente por ele ou pelos seus antepassados. A ativação da memória coletiva torna o visitante sempre um co-autor da exposição.

No caso específico do Museu Municipal de Três Arroios, a exposição oportuniza uma narrativa histórica que possui um fio condutor sobre a trajetória de cem anos de colonização. Entretanto, essa narrativa não é linear, e aborda os temas que a pesquisa revelou como mais importantes para a cultura dos habitantes do município. A disposição do conteúdo fornece uma síntese histórica de Três Arroios para os turistas, mas principalmente, uma explicação mais profunda sobre a identidade local aos habitantes do município.

6 | CONCLUSÃO

A narrativa da história pode chegar ao público por diferentes meios. As exposições museológicas permitem apresentar narrativas sobre a história de forma sintetizada mesclando textos, objetos e imagens, compondo um roteiro de interpretação ao visitante.

Entretanto, cada visitante interpreta a narrativa a partir das suas experiências pessoais, ativando diferentes conhecimentos e memórias vividas junto ao coletivo.

Isso faz com que, a narrativa proposta, com base na memória coletiva, enfatize a autonomia do indivíduo frente ao conteúdo, oportunizando reflexões sobre a trajetória histórico-cultural.

As questões centrais, abordadas em cada núcleo da exposição, ativam reflexões sobre as principais transformações e permanências nos saberes e fazeres locais, colocando os visitantes como sujeitos de sua própria história.

Por fim, além de um ponto turístico relevante para o município e região, o museu se constitui como um espaço importante para a prática pedagógica, o diálogo e a promoção da memória coletiva, estando aberto ao público, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CHIAPARINI, Enori José. et al. **Erechim: retratos do passado, memórias do presente**, Erechim: Graffoluz, 2012.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansur. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25-26, set. 1992 - ago. 1993.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

GILLIS, John. Memory and Identity: the History of a Relationship. In: GILLIS, John (Ed.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.10, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS. **Cem Anos de História: Três Arroios - RS**. Porto Alegre: Novagraff, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS. **Três Arroios: nossa história**. Porto Alegre: Corag, 2013.

PROJETO DA MARATONA FOTOGRÁFICA “**Registros além da Memória - Resgatando o Centenário da Nossa História**”. Três Arroios: Prefeitura Municipal de Três Arroios, 2017.

PROJETO Maratona Fotográfica de Três Arroios é vencedor na categoria Cultura. **Jornal Boa Vista**, Erechim, 06 jul. 2019. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/06072018projeto-maratona-fotografica-de-tres-arroios-e-vencedor-na-categoria-cultura>>. Acesso em 10 jul. 2019.

ZAHNER, Alexandre. **Conhecendo Três Arroios: o Príncipe dos Vales do Alto Uruguai**. Erechim: Editora São Cristóvão, 2004.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA

Ana Cláudia de Araújo Santos

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Antropologia e Museologia – Recife, Pernambuco

Daiane Silva Carvalho

Museu da Abolição, Instituto Brasileiro de Museus - Recife, Pernambuco

RESUMO: O registro do corpo através da fotografia ocorre desde o surgimento desta, no século XIX, através dos mais variados retratos, em diversas situações sociais, até para documentar corpos doentes e póstumos. Neste contexto, destaca-se a utilização da fotografia pela medicina como possibilidade de compreender os processos de adoecimentos biológicos dos corpos e de como esta fonte contribui para a determinação dos diagnósticos. O escopo desta proposta é apresentar um projeto de extensão com um conjunto de fotografias médicas, que se encontram sob a custódia do Memorial Denis Bernardes, órgão vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, e de como estes registros se constituem enquanto documentos para a construção do conhecimento de diversas áreas, entre elas, a História. O acervo fotográfico em questão é um material constituído pelo Dr. Ruy Marques, que remete a sua atuação como médico, pesquisador e professor, referente às patologias presentes no estado de Pernambuco nas décadas de 1950 e

1960, como, por exemplo, o herpes zóster, como será apresentado. Esta proposta intensifica as discussões acerca da fotografia como objeto de pesquisa e sua contribuição para a construção de um conhecimento histórico médico.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografias médicas; História, Memória, Documento.

PHOTOGRAPHIC RECORDS OF THE HISTORY OF MEDICINE

ABSTRACT: The recording of the body through photography occurs from the emergence of the body, in the nineteenth century, through the most varied portraits, in various social situations, even to document diseased and posthumous bodies. In this context, we highlight the use of photography by medicine as a possibility to understand the processes of biological diseases of bodies and how this source contributes to the determination of diagnoses. The scope of this proposal is to present an extension project with a set of medical photographs, which are under the custody of Memorial Denis Bernardes, a body linked to the Federal University of Pernambuco, and how these records constitute documents for the construction of knowledge of diverse areas, among them, History. The photographic collection in question is a material composed by Dr. Ruy Marques, which refers to his work as a physician, researcher and teacher, referring to

the pathologies present in the state of Pernambuco in the 1950s and 1960s, such as herpes zóster, as will be displayed. This proposal intensifies the discussions about photography as an object of research and its contribution to the construction of a medical historical knowledge.

KEYWORDS: Medical photographs; History, Memory, Document.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a relação que os indivíduos desenvolvem com o corpo passou por várias transformações que podem ser evidenciadas a partir da dualidade doença e saúde. Se “o século XIX havia reconhecido o direito à doença, assegurado pelo Estado de providência. O século XX saudou um novo direito do homem, o direito à saúde, compreendida como a plena realização da pessoa, direito de fato compreendido, sobretudo, como o direito à assistência médica” (MOULIN, 2011). Tendo como fundamentação essa abordagem, foi elaborado o projeto de extensão *‘Registros fotográficos da história da medicina*, cujo objetivo foi compreender a relação desenvolvida entre doença e saúde, a partir de uma história da medicina através dos registros fotográficos, que se encontram sob a custódia do Memorial Denis Bernardes, da Universidade Federal de Pernambuco (MDB/UFPE). Para tanto, serão realizadas ações de conservação preventiva e curativa, organização documental e pesquisa, para um conjunto de fotos que referencia uma diversidade de endemias presentes no estado de Pernambuco, nas décadas de 1950 e 1960, que ocasionaram uma série de estudos, bem como, registros documentais de mortes dos indivíduos infectados. Pretende-se, com isto, contribuir para a disponibilização de informações referentes às práticas científicas de análises sobre a saúde ocorridas no estado, além de intensificar a utilização da fotografia científica como objeto e instrumento de pesquisa.

2 | SOBRE O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Desde a divulgação da primeira imagem fotográfica, no século XIX, a fotografia se inseriu nas diversas áreas para a divulgação do conhecimento. Bem verdade, que neste período se constituiu muito mais como um instrumento auxiliar às realizações das expedições científicas do que propriamente ao objeto de estudo. A exemplo disso destacam-se os registros realizados nas áreas da Antropologia, Medicina, Astronomia, entre outras. Contudo, também passou a ser utilizada como objeto de estudo em outras áreas, como ressalta Kossoy (2001), na Área das Ciências Humanas, sobretudo, em História, houve um crescente interesse acerca dos estudos acadêmicos desenvolvidos. Tendo a fotografia como fonte de pesquisa, na década de 1970, eram apenas quatro trabalhos que tratavam com esse tipo de suporte voltado para essa ênfase, doze na década de 1980, enquanto no final da década de 1990,

esse número aumentou chegando a sessenta e três produções acadêmicas. De fato, isso reflete a mudança de pensamento dos pesquisadores acerca da fotografia, enquanto documento e suas múltiplas abordagens (KOSSOY, 2001).

E com esse crescimento vários estudos passaram a ser realizados no que se refere ao tratamento do suporte físico – visando a preservação da imagem fotográfica, como a organização da informação fotográfica. Entre eles se destacam a atuação do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica – CCPF, localizado no Rio de Janeiro, que atua no Brasil desde a década de 1980, bem como, outros autores, a exemplo, de Lissovsky (1986), Smit (1996), Kossoy (2001), Mosciaro (2002), Fillipi (2002), Manini (2002), Pavezi (2009), Guran (2012).

O trabalho com o acervo fotográfico impõe reflexões, como, por exemplo: a diversidade do conjunto de registros custodiados (negativos em preto e branco e em cores, fotografias em preto e branco e em cores, transparências, álbuns, objetos e outros); o estado de conservação geral e posterior análise das particularidades; o sistema de acondicionamento; manuseio; tipo de divulgação prevista bem como o acesso às imagens (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002).

Corroborando com esse pensamento é necessária à elaboração de um diagnóstico que representa uma prática de preservação, num planejamento de ações a serem desenvolvidas para retardar a degradação do acervo. Desta forma,

o diagnóstico de conservação de uma coleção ou acervo fotográfico tem papel fundamental no planejamento de qualquer ação de preservação que envolva este acervo em particular ou todo o conjunto em geral. Informará também um eventual programa de avaliação e gerenciamento de risco que, porventura, a instituição pretenda desenvolver, expondo a natureza dos materiais fotográficos, a quantidade e os formatos existentes, sua atual forma de acondicionamento, bem como os danos presentes e sua provável causa (MOSCIARO, p. 6, 2002).

Dessa forma, é necessário compreender os processos que atuam direta ou indiretamente nestes documentos, considerando que “algumas fotografias carregam dentro de si as sementes de sua destruição” (MUSTARDO, KENNEDY, p. 14, 2001), pois os próprios materiais que as compõem, a partir de reações físico-químicas, intensificam sua destruição. Nesse sentido, dois grupos de fatores contribuem para a degradação do suporte fotográfico: os intrínsecos e os extrínsecos. O primeiro, como dito anteriormente, está relacionado com a própria constituição técnica da fotografia, os vários processos realizados para a obtenção da imagem com a utilização da prata – como, por exemplo, as originadas dos daguerreótipos, ferrótipos e calótipos entre outros -, e o segundo está relacionado com “áreas de armazenamento inadequados (com a influência da iluminação, umidade e temperatura), acondicionamento com material de baixa qualidade e manuseio inapropriado” (MUSTARDO, KENNEDY, p. 8, 2001), dessa forma, o homem é o causador do segundo fator, como também é o responsável pela sua diminuição.

Entende-se que, as ações de conservação são fundamentais para a preservação

da informação dos documentos – neste contexto, os fotográficos -, assim, é *mister* que tratamentos específicos sejam elaborados para o registro da informação fotográfica.

Kossoy (2007, p. 38), sugere que é necessária desmontagem das realidades do documento fotográfico, formado por um conjunto de códigos de cunhos formal e cultural. O primeiro se refere aos recursos técnicos, equipamento e aos processos em que as imagens foram elaboradas. Enquanto o segundo, se refere às informações explícitas e implícitas, essas, que se configuram na imagem, o aparente, o visível. Aquelas, relativas ao seu contexto de produção e a sua história.

Há uma dualidade presente em uma imagem fotográfica, o que se encontra representado nela e o que se deduz a partir de uma dada interpretação, constituindo assim, os seus dois sentidos: o denotativo e o conotativo (RODRIGUES, 2007). A separação desse conjunto de informação, “visando seu entendimento e compreensão, demanda conhecimentos específicos, desde o contexto de produção até a escolha do tratamento a ser realizado com esse tipo de documento” (SANTOS, 2014).

Nessa perspectiva, metodologias descritivas foram elaboradas para organizar e disponibilizar, ao usuário, a informação contida em uma fotografia. Destacam-se o quadro descritivo de Smit (1996) e o conjunto de metadados elaborados por Pavezi (2009). No primeiro, a autora sugere um conjunto de cinco categorias analíticas: quem, onde, quando, como/o que, que ‘contemplam informações referentes ao tempo, espaço e identificação do objeto representado, bem como sua descrição’ (SANTOS, 2014).

O segundo, compreende um conjunto de metadados elaborado a partir da interação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade e o Programa para a Salvaguarda de Imagens Fotográficas - Sepiades, resultando em quatro subgrupos de informação, subdivididos em trinta e três metadados, em média que contemplam as seguintes informações:

Dados administrativos	código, instituição produtora; ano que chegou na instituição, data e documentalista que realizou o tratamento documental.
Dados de proveniência	subdivisões hierárquicas (fundo, grupo, série, subsérie, dossiê).
Dados técnicos do suporte	fotógrafo; material; dimensão, cromia, inscrições e estado de conservação.
Dados da imagem	título, data da imagem; personagens; descrição do conteúdo informacional.

Quadro 1 – Metadados para descrição de fotografias

Fonte: (PAVEZI, 2009).

Nesse sentido, o tratamento informacional do acervo fotográfico do Memorial

Denis Bernardes, da UFPE, será realizado a partir da ‘proposição dos metadados’, considerando que esta escolha é a que melhor representa e organiza a informação fotográfica, com uma correlação entre os elementos intrínsecos e extrínsecos, o que possibilita uma compreensão mais detalhada do documento fotográfico.

3 | O ACERVO DO DOUTOR RUY MARQUES

Filho de pais médicos, Ruy Marques, nasceu em Recife, (1917-1993) se formou em medicina pela Universidade do Recife, onde também atuou como docente, pesquisador e desenvolveu atividades de gestão administrativa.

Contribuiu para o desenvolvimento e avanço da medicina pernambucana, através de seus estudos e pesquisas, tendo grande destaque nacional e internacionalmente (FREYRE, 1993, p. 03). Sua atuação como médico e pesquisador da saúde voltaram-se para às pesquisas na área de doenças tropicais, como afirma Carvalho (1996, p. 24):

Clínico de grande conhecimento da medicina como um todo, publicou grande número de contribuições em áreas diferentes das que lhe eram especialmente do agrado. No campo da medicina tropical, ao contrário de outros tropicalistas que se limitaram a estudos repetitivos sobre uma mesma doença, Ruy foi enciclopédico e profundo no estudo de todas as parasitoses que afetam a nossa população, atingindo notoriedade nacional e internacional em todas elas.

Essa afirmação é ratificada com a diversidade de estudos que o Dr. Ruy, deixou como legado para compreensão da medicina. Neste aspecto, destaca-se um conjunto de fotografias que foram acumuladas pelo doutor, como suporte para embasar e acompanhar as patologias dos enfermos que tratavam¹.

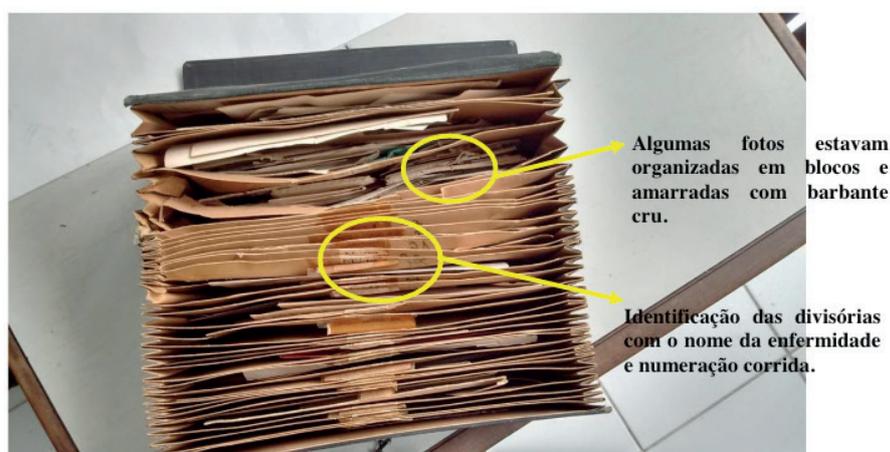


Fig. 01 – Maleta sanfonada onde estavam guardadas as fotografias ‘acumuladas por Ruy Marques. Acervo Memorial Denis Bernardes.

Foto: Ana Cláudia Santos, maio 2016.

¹ Como dito anteriormente, o referido acervo, encontra-se em processamento técnico, de maneira que, ainda não há uma pesquisa sistemática acerca do referido conjunto documental para compreendê-lo e interpretá-lo.

O acervo é formado por 1.365 (mil trezentos e sessenta e cinco) fotografias sobre várias enfermidades, algumas delas apresentam exemplares duplicados. Há também trinta e dois negativos relacionados à doença de Chagas – enfermidade que foi sistematicamente estudada por Ruy Marques, e que gerou a publicação “*Alguns aspectos da doença de Chagas em Pernambuco*”, no ano de 1955, que foi apresentada como tese para a cátedra de Doenças Tropicais.

A seguir, apresenta-se o arrolamento, listagem geral, do acervo fotográfico com a especificação da doença e a quantidade das fotos. Aqui, o objetivo subjaz, na intenção de ter uma noção geral, do que foi sistematizado e organizado por Ruy Marques, ao longo de sua atuação, na medicina.

Doença	Quantidade	Localização
Abscesso Amebiano	4	Sanfona nº 01
Abscesso Dentário	1	Sanfona nº 21
Adenopatia	4	Sanfona nº 21
Alastrim	29	Sanfona nº 28
Arriboflavinose	31	Sanfona nº 01
Avitaminose	17	Sanfona nº 04
Cirrose	47	Sanfona nº 05
Cirrose atrófica	1	Foto migrada da sanfona nº 22
Cirrose atrófica hepática	6	Fotos migradas das sanfonas nº 22; 27 e 29
Cirrose hepática	7	Fotos migradas da sanfona nº 27
Coqueluche	28	Sanfona nº 06. Fotos foram migradas das sanfonas nº 10 e nº 14.
Dentes	2	Sanfona nº 07
Dermatite Seipiginosa	2	Migrou da sanfona nº 28
Difteria	16	Sanfona nº 08
Disfalia progressiva	2	Sanfona nº 29
Distúrbio da pigmentação	69	Sanfona nº 09
Doenças de chagas	145 fotos; 32 negativos	Sanfona nº 10 (constam três fotos com informações relacionadas aos negativos)
Doenças Recklinghauser	5	Sanfona nº 29
Edema de Quincke	3	Migraram da sanfona nº 10.
Elefantíase	2	Sanfona nº 16
Epitelioma Base Celular	1	Sanfona nº 21
Erizipela	7	Sanfona nº 12
Esplenomegalia crônica	16	Sanfona nº 13
Esquistossomose	82	Sanfona nº 14
Filariose	17	Sanfona nº 16
Filariose	14	Sanfona nº 16
Herpes zóster	28	Sanfona nº 17

Hidrocefalia	2	Sanfona nº 05
Hiperkeratose	2	Migraram de <i>pelagra</i> e a foto nº 01 se relaciona com cirrose
Hiperkeratose folicular	5	Foto nº 31 saiu da sanfona nº 15 e a outra da sanfona nº 05; também tem foto que migraram da sanfona nº 19
Hipovitaminose A	1	Sanfona nº 25
Larva Migrans	9	Migrou da sanfona nº 28
Leishmaniose	10	Sanfona nº 18
Línguas e lábios	98	Sanfona nº 19
Línguas e lábios e síndrome pluricarenal	98	Sanfona nº 19
Doença	Quantidade	Localização
Lipodistrofia Progressiva	11	Sanfona nº 30
Meningite Infantil	6	Sanfona nº 20
Outros	39	Sanfona nº 29
Pelagra e doenças afins	73	Sanfona nº 22
Pestes	5	Sanfona nº 23
Poliomielite	32	Sanfona nº 24
Queimaduras	2	Sanfonas nº 13 e 21
Raio X	320	Sanfona nº 29
Saúde Pública (fotos da cidade de sujeira na cidade do Recife).	4	Sanfona nº 25
Síndrome de Banti	4	-
Síndrome de Raymond	1	-
Síndrome pluricarenal	7	Sanfona nº 19
Tétano	31	Sanfona nº 26
Varicela	9	Sanfona nº 17
Varíola	4	Sanfona nº 28
Vesícula hidrópica	1	-
Xantelasma	1	-
TOTAL	1.365	

Desta forma, apresentam-se algumas fotografias com o intuito de evidenciar a riqueza de informação que essas imagens portam e de como contribuem para compreender as modificações ocorridas na medicina e no tratamento do corpo em relação à saúde e à doença e de como se constituem em fontes de pesquisas para a construção de um conhecimento histórico-médico. Enfatizando este viés, apresenta-se a enfermidade herpes zoster, os sintomas, tratamentos e de como seu diagnóstico sofreu alterações, a partir de uma definição, atual, do Ministério da Saúde, e definições levantadas em um jornal, na década de 1950. Esta correlação de informações objetiva

evidenciar as mudanças e crescimento na área médica, acerca da patologia e suas etiopatogenias.

4 | HERPES ZÓSTER

De acordo com Ministério da Saúde (2010), o herpes zóster, também denominado de zóster, cobreiro, fogo selvagem e zona, é uma enfermidade viral que acomete homens e mulheres em idade infantil, adulta e idosa. É ocasionado pelo vírus *varicella-zóster*, o mesmo da varicela (catapora), sendo transmitido pela reativação do vírus que caminha pelos nervos periféricos e atinge a pele causando as pústulas serosas. O vírus fica incubado no nervo – fenômeno ainda não compreensível, na medicina -, e pode ficar inativo por toda a vida.

O tratamento do zóster é feito com antivirais que diminuem a nevralgia e cicatrizam as lesões, há também indicação da utilização de loções cremosas para auxiliar nas crostas formadas pelas lesões. Como dito, anteriormente, o herpes acomete pessoas de todas as idades, contudo, há um grupo de risco, onde as consequências são mais sérias, entre eles, os portadores do HIV, Hodgkin e Leucemia, pois estas enfermidades atuam diretamente na defesa dos indivíduos, situação que contribui para a latência do zóster, pois sua manifestação está relacionada à baixa imunidade do organismo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Existe uma vacina, dose única, aplicada em idade infantil, e que possivelmente contribui para a prevenção do herpes zóster, contudo, este tipo de pesquisa requer um aprofundamento (KALLÁS, 2012). No concernente a uma vacina específica contra o zóster, Kallás (2012) afirma:

No Brasil, desde abril de 2014, podemos contar com uma vacina em dose única específica contra o herpes-zóster. Chama-se Zostavax e tem aprovação da Anvisa para ser ministrada a partir dos 50 anos, fase em que as pessoas apresentam maior risco de desenvolver a doença. Além de reduzir um pouco a possibilidade de reativação do vírus, essa vacina previne a incidência da nevralgia pós-herpética e seus quadros dolorosos.

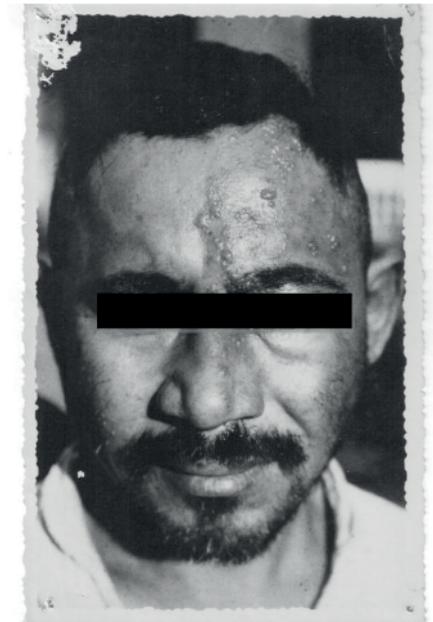
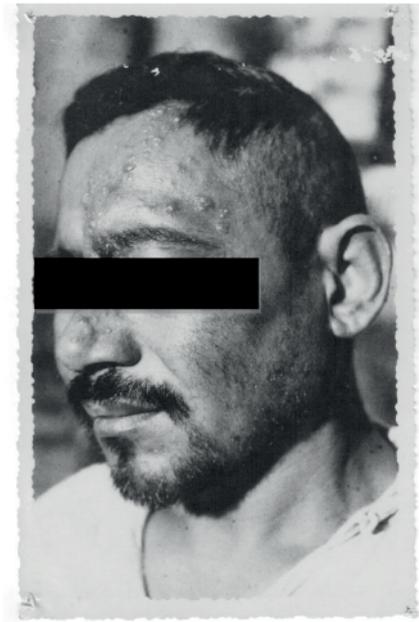


Fig. 02 e 03 – Herpes zóster, na região da face. **Fonte:** Acervo Memorial Denis Bernardes.

Manifestação da enfermidade

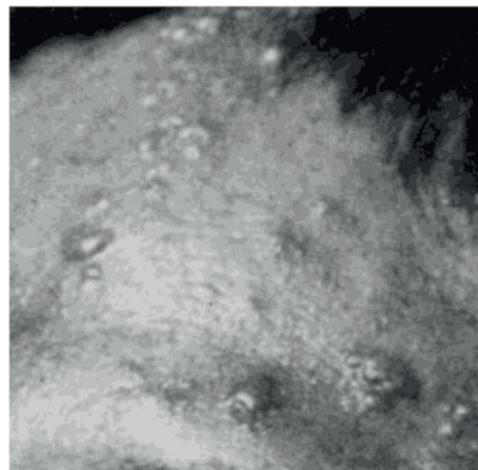


Fig. 04 e 05 – Herpes zóster, na região da face. Notar a formação de vesículas serosas, na frente.

Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes.

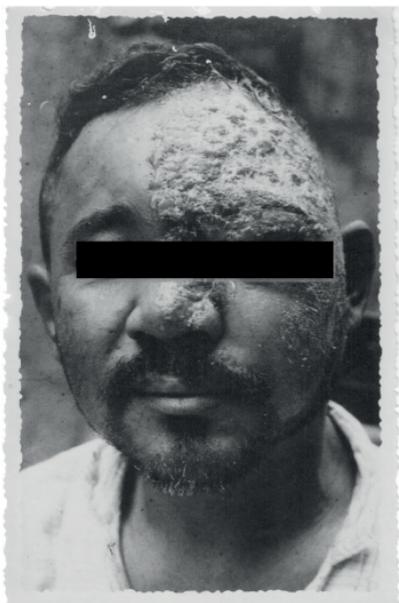


Fig. 06 – Herpes zóster, na região da face. Acervo Memorial Denis Bernardes. formação de vesículas serosas, na frente.

Fonte: Acervo memorial Denis Bernardes.

“Ele pode acometer os nervos que vão para o olho a causar ceratite, uma inflamação da córnea (membrana transparente que recobre o olho), o que pode causar problemas de visão. Herpes-zóster na região da face, além do tratamento convencional, requer cuidados especiais também do oftalmologista” (KALLÁS, 2012).

“Além das lesões cutâneas, manifesta-se phenomenos sensitivos que vão do prurido passando pelo ardor e pela sensação de queimadura, até a dor violenta que requer medicação heroica” (RIBEIRO, p.11, 1935).

A região ocular sempre foi uma área tida como muito delicada, devido às consequências da enfermidade para a visão. *“Em geral, o ‘zona’ se instala no tronco acompanhando a erupção o trajeto dos nervos intercostais, entretanto, outras regiões podem também ser atingidas. De importância é o assentamento da afecção ao longo de um ramo do trigêmeo, originando o zoster oftálmico, que pode deixar sequelas, como paralisias oculares e até mesmo perda da visão” (A GAZETA DA FARMÁCIA, p. 8, 1958).*



Fig. 07 - Herpes zóster. Notar que as vesículas romperam se unificando, formando o que se denomina de confluência, se constituindo em uma lesão numerosa.

Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes.

O emprêgo do microscópio electrônico, poderá, pois, servir muito para o diagnóstico na fase inicial da moléstia, quando os sintomas e sinais clínicos não estão ainda diferenciados. Outra descoberta foi a de que, justamente como se presumia, o vírus da varicela e do herpes zóster é um só (A GAZETA PHARMACIA, p. 09, 1949).

No ano de 1951, foi notado que o tratamento com cloromicetina, no Herpes zóster, desaparecia por completo os sintomas e as dores. Situação estudada em quatro casos, em Nova York (A GAZETA DA FARMACIA, p. 9, 1951).

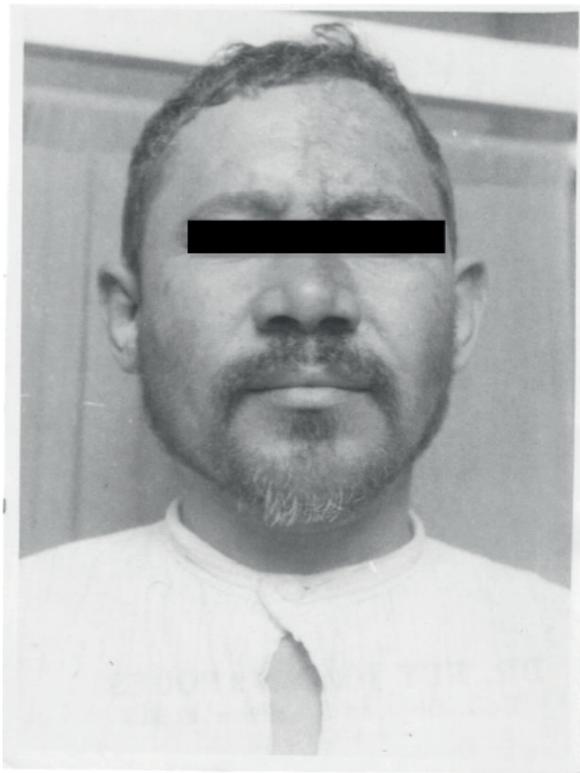


Fig. 08 - Herpes zóster em estágio final.

Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes.

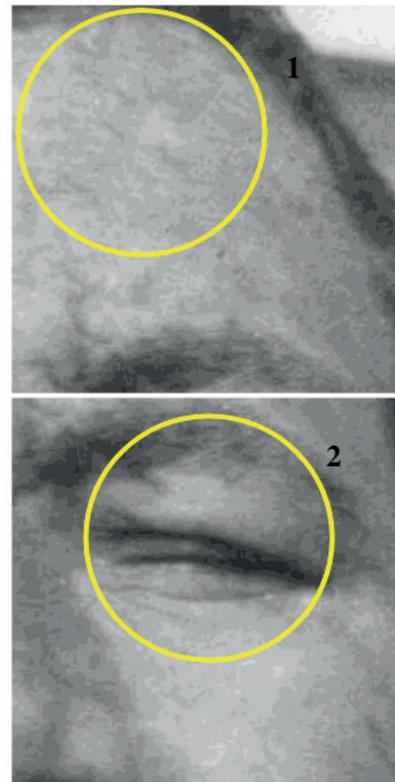


Fig. 09 e 010- Herpes zóster. Estágio final da enfermidade. Notar a regressão com mancha hiperocrômica (1) e ptose palpebral (2).

Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a divulgação da primeira fotografia que a mesma esteve presente nos registros da sociedade, seja para os momentos em famílias ou divulgação do conhecimento científico. Neste sentido, destaca-se a necessidade e importância da organização da informação que é advinda deste suporte documental.

A partir deste viés, enfatiza a correlação entre as fontes, para que se obtenha uma intertextualidade entre imagens e textos, objetivando compreender o contexto de produção dos documentos fotográficos, que está se debruçando para o desenvolvimento da pesquisa. O foco deste relato apresentação se deu no intuito de apresentar o acervo fotográfico médico pertencente ao Memorial Denis Bernardes, e os procedimentos que estão sendo adotados para a sua organização e disponibilização para o público acadêmico.

Ademais, também destaca a contribuição da fotografia médica para a construção de um conhecimento histórico médico, acerca do binômio saúde/doença contribuindo tanto para as divulgação e comunicação científicas, na área médica.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA PHARMACIA. *As descobertas com o microscópio eletrônico*. Rio de Janeiro, mar. de 1949, p. 09. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029548&pesq=herpes%20z%C3%B3ster>
- _____. *O antibiótico mais valioso depois da penicilina: cloromicetina para administração oral*. Rio de Janeiro, mai. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029548&PagFis=2410&Pesq=herpes%20z%C3%B3ster>
- A GAZETA PHARMÁCIA. *Cloromicetina no Herpes Zóster*. Rio de Janeiro, set. de 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029548&PagFis=2410&Pesq=herpes%20z%C3%B3ster>
- BOADAS, Joan; CASELLAS, Luís-Esteves; ÁNGELES, Suquet M. *Manual para la gestión de fondos e colecciones fotográficas*. Girona: CCG Ediciones, 2001.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de; FILLIPI, Patrícia de. *Como tratar coleções de fotografias*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CUETO, Marcos. *Imágenes de la salud, la enfermedad y el desarrollo: fotografías de la Fundación Rockefeller en Latinoamérica*. *História, Ciências, Saúde* 5(3), 1999.
- CARVALHO, Adonis. Ruy João Marques: o médico e homem. In: FREYRE, Fernando de Mello. *Ruy João Marques: médico e humanista*. Recife: Editora Massangana, 1996.
- FREYRE, Fernando de Mello. *Ruy João Marques: médico e humanista*. Recife: Editora Massangana, 1996.
- GURAN, Milton. *Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões*. XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf
- KALLÁS, Esper Georges. *Herpes Zóster*. Entrevista. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/letras/h/herpes-zóster/>. Acesso 03 jun. 2016.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê documental, 2012.
- _____. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.
- LISSOVSKY, Maurício. *A fotografia como documento histórico*. In: Fotografia, Ciclo de Palestras sobre fotografias. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983. p. 117-126.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Organização de arquivos de documentos imagéticos. In: *História*, São Paulo, 16: 1-323, 1997, p. 279 a 296.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Doenças infecciosas e parasitárias*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- REIS, Ana Catarina Mateus. *As imagens médicas do Hospital Miguel Bombarda – proposta para o seu tratamento documental*. Dissertação (Mestrado), Universidade Nova Lisboa, Portugal, Lisboa, 2014.
- RIBEIRO, V. dos Santos. *Physiotherapia: zona*. Correio da manhã, Portugal, abr. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=27288&Pesq=herpes%20zóster

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

VIEIRA, Alvaro. Herpes Zóster ou cobreiro. In: *Jornal do Commercio*. Pernambuco, 06 fev. de 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=herpes%20z%C3%B3ster

PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS

Paula Ribeiro Ciochetto

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul

RESUMO: Neste artigo pretende-se apresentar uma interpretação historiográfica acerca de alguns elementos presentes em processos crimes de infanticídio, como a disputa pela verdade, poder e sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Infanticídio. Verdade. Poder. Sujeitos.

PROCESSES CRIMES OF INFANTICIDE: DISPUTE BY TRUTH, POWER AND SUBJECTS

ABSTRACT: This article intends to present a historiographic interpretation about some elements present in crimes of infanticide, such as the dispute over truth, power and subjects.

KEYWORDS: Infanticide. Truth. Power. Subjects.

1 | CONTEXTO HISTÓRICO E FONTES

Este artigo é fruto das reflexões presentes na dissertação “O crime que salva a vergonha: moralidade e medicina legal nos processos de infanticídio (Rio Grande do Sul, 1891-1922)”,

que propôs através da análise de 15 processos crimes de infanticídio, identificar com o saber médico legal investigou o corpo das mulheres acusadas de terem cometido tal ato criminoso. Procurando perceber a construção de uma imagem e de um discurso que poderia, muitas vezes, influenciar no parecer final do processo, culminando na absolvição ou condenação da ré. Para tanto, foram analisados também os elementos que construíram o discurso jurídico acerca da moralidade feminina.

As fontes documentais estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM). Foi possível chegar até elas, através de um levantamento documental realizado de forma aleatória, procurando os processos que tinham mulheres como réas. Ao final da pesquisa totalizou-se 26 processos crimes de infanticídio, cometidos entre os anos de 1891 a 1951. Porém, na dissertação foram utilizadas 15 deles, referentes aos anos de 1891 a 1922, devido ao contexto histórico abordado. Estas fontes são provenientes de 10 cidades daquele estado, e dentre elas apenas uma encontra-se preservada no AHSM, as demais localizam-se no APERS.

O Rio Grande do Sul foi o cenário da análise, sendo entendido como um espaço que

proporciona a problematização dos objetivos propostos. O período de consolidação da República possibilitou a elaboração de uma série de padrões morais, que tinham como uma de suas finalidades a adequação das condutas dos populares dentro dos padrões aceitos por alguns membros da sociedade. Este estado, após a Proclamação da República, diferente do que ocorreu com o restante do país, que tornou-se liberal, adotou o Positivismo, que neste território foi reelaborado por Júlio de Castilhos.

O Positivismo se caracterizava como um sistema de ideias elaboradas no século XIX, pelo filósofo francês Augusto Comte. Segundo Weber (2012, P. 34), “idealizou-se uma filosofia baseada na ciência, para tentar reorganizar a sociedade em uma proposta político-religiosa, em que as coisas deveriam estar em perfeita ordem para a orientação ética da vida moral”.

Nos processos crimes temos não apenas a fala dos advogados, promotores, juízes, mas também, principalmente a partir de 1907, a incorporação intensa do saber médico ao judiciário brasileiro, com o intuito de instrumentalizá-lo e conferir-lhe um aparato técnico-científico (CANCELLI, 2001). Os médicos legistas tornaram-se integrantes do cotidiano judiciário, atuando nos exames de flagrantes, e nos processos em que seus pareceres clínicos eram fundamentais para a construção da “verdade” dos crimes, investigando corpos de réus, réis e vítimas.

Considerando os objetivos e delimitações presentes na referida dissertação, foi possível pensar as fontes que foram utilizadas para a análise historiográfica. Assim, serão feitos apontamentos sobre os processos crimes enquanto fonte histórica, refletindo acerca da relação entre a verdade, a história, poder e sujeitos.

2 | UM OLHAR SOBRE AS FONTES: VERDADE, PODER, SUJEITOS

A historiadora Michele Perrot afirma que o infanticídio, principalmente de meninas “é uma prática muito antiga, que perdura maciçamente na Índia e, principalmente na China, por causa da delimitação a um único filho” (2007, p. 98). Nota-se que no Brasil, este cenário por vezes se repetiu, e ainda se repete. Algumas mulheres continuam a cometer crimes contra a vida de seus filhos, o que pode estar relacionado às tradições culturais, econômicas, fatores psicológicos e pressões sociais.

Na sociedade em que vivemos, essas práticas são condenadas, pois muitos consideram que há vida desde o momento da concepção. E assim, o historiador Adriano Proserpi nos fala:

O gesto da mãe que mata o filho torna o episódio desconcertante e ameaçador. Aconteceu, pode voltar a acontecer e, de fato, continua a acontecer; e, a cada vez que acontece, o gesto sempre desperta reações profundas porque rompe o sentido de continuidade da vida e atinge a raiz da esperança como projeção da espécie no futuro (2010, p. 26)

Entende-se que essas práticas continuam acontecendo não apenas no

Brasil, mas no mundo, e que são julgadas de diferentes maneiras, conforme sua temporalidade e espacialidade. Em alguns lugares são aceitas, em outros não são oficiais, mas estão presentes entre a população e nas práticas clandestinas.

Deste modo, o historiador que tem as fontes criminais como seu objeto de análise, deve considerar que: “a partir do momento em que um comportamento é definido como crime e, enquanto tal, é proibido e punido, torna-se possível estudar a repetição do próprio crime, as variações das leis que lhe dizem respeito, as modificações na percepção social e no juízo aplicado a ele” (PROSPERI, 2010, p. 29).

Ainda segundo Prospero (2010, p. 29), “modificam-se as palavras que indicam os crimes e, com elas, [...], modificam-se também os próprios crimes”, assim como as versões que se podem construir sobre eles. Nos processos criminais, a versão final constitui-se como verdade, uma versão verdadeira elaborada pela Justiça.

A busca pela verdade nesses processos, segundo Zenha (1985), se distingue da ação do ato criminoso, pois este não nos é possível de alcançar, e o considerado verídico, se constitui das versões apresentadas no documento pelos homens da lei, como advogados e juizes. O fato nos escapa, ficou perdido no tempo, no que Prospero afirma ser

[...] dois fios distintos que se entrelaçam em proporções e formas diferentes em cada vida: o fio cinzento daquilo que se repete a cada geração e que se expressa como ‘nada de novo de baixo do sol’, e aquele outro fio que apresenta uma única vez, [...], o tom inconfundível de uma cor destinada a nunca mais reaparecer (2010, p. 28).

O “fio cinzento”, do qual ele nos fala, se relaciona aqui, a repetição das práticas infanticidas por mulheres de diferentes países e épocas; e o “outro fio”, é o ato em si, perdido no tempo.

Os processos criminais trazem os indícios do que pode ter ocorrido, mas isto não é necessariamente o objetivo principal buscado pelo historiador que faz uso desta fonte documental. Ao lermos as falas contidas nessa documentação, podemos ter acesso, em parte, a sociedade local, aos códigos de valores, conflitos, padrões de moralidade; considerando que essas falas agiam de acordo com a intenção de quem as proferia, em um determinado tempo e entendimento, poderiam influenciar ou não na sentença dos processos.

O historiador Carlo Ginzburg nos fala que os autos processuais “diretamente acessíveis ou [...] indiretamente, podem ser comparados à documentação de primeira mão recolhida por um antropólogo em seu trabalho de campo e deixada para historiadores futuros” (2007, p. 313). Na busca pela verdade do que teria acontecido, os juristas elaboraram uma série de questões para o interrogatório aplicado aos réus e testemunhas; as respostas, sem que houvesse esta intenção, acabam por contribuir com o trabalho do historiador, que se aproxima da fonte após anos de sua elaboração, e procura captar aspectos dos processos sociais e do cotidiano através

de sua análise, e dos dados involuntários nela contidos (GINZBURG, 2007).

Destacamos que ainda que historiador e juiz se aproximem na medida em que ambos, de certo modo, possuem o mesmo objeto como alvo de suas investigações, seus olhares se distanciam, de modo que para um, a busca pela “verdade” é seu objetivo principal, e as provas adquiridas ao longo dos autos corroboram para isto, culminando na absolvição ou condenação do réu, assim a “margem de incerteza tem um significado puramente negativo” (GINZBURG, 2007, p. 315) Para o historiador a margem de incerteza se configura em suas pesquisas deste sempre, pois o passado é impossível de ser alcançado, porém ao usar a narrativa pode-se buscar reconstruí-lo. Nesse sentido, Gaddis faz uma analogia ao comparar o trabalho do historiador e do artista, nos dizendo que

os historiadores, [...], empregam a abstração para superar uma restrição diferente, que é o distanciamento no tempo de seu objeto de estudo. Os artistas coexistem com os objetos os quais representam, sendo possível para eles mudar a perspectiva, ajustar a luz, ou mover o modelo. Os historiadores não podem fazer a mesma coisa: o que eles representam está no passado, que nunca poderá ser alterado. Porém eles podem, por meio da forma peculiar de abstração que conhecemos como narrativa, retratar o movimento através do tempo [...] (2003, p.29)

A documentação histórica muitas vezes, apresenta lacunas que fazem com que os historiadores, através da narrativa, possam tentar preenche-las a partir de possibilidades históricas, e assim a pesquisa pode não ser “centrada na contraposição entre “verdadeiro” e “inventado”, mas na integração, [...], de “realidades” e “possibilidades” (GINZBURG, 2007).

Para Albuquerque Júnior, o passado pode ser pensado como uma “invenção”, composto por discursos e práticas através dos tempos, e

[...] embora a narrativa histórica não possa ter jamais a liberdade de criação de uma narrativa ficcional, ela nunca poderá se distanciar do fato de que é narrativa e, portanto, guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico, quando recorta seu objeto e constrói, em torno deles, uma intriga (2007, p. 63).

Porém deve-se atentar para a cientificidade da pesquisa histórica, para o rigor teórico e metodológico. O termo “invenção” deve ser interpretado como a tentativa de responder os questionamentos do historiador através das possibilidades históricas.

O campo jurídico, conforme Bourdieu pode ser pensado como

o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam os agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (1998, p. 212).

O direito de dizer é exercido por aqueles envolvidos nos processos, arrolados

nos autos, aquilo que é dito é dito com significância, algumas vezes sob orientação dos advogados, outras de forma ainda “espontânea”. São relatos de fragmentos de acontecimentos da vida daquelas pessoas. As falas ao serem interpretadas pelos homens da lei adquirem um sentido, que por eles poderá ser considerado uma “visão legítima”, uma reconstrução verdadeira do momento e do ato em análise.

Esta interpretação possível aos juristas é fruto do que Bourdieu (1998) afirma ser “ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas”. Se pensarmos que na citação anterior Bourdieu nos fala que a interpretação dos textos consagram a visão por eles considerada legítima do mundo social, logo, podemos sugerir que o mundo social interfere nas tomadas de decisões dos juristas, seus juízos de valores, seus conceitos morais.

Nesse sentido, Rinaldi aponta que “com a noção de campo jurídico, pensamos o tribunal do júri como parte de um universo jurídico relacionado à nossa sociedade, entendendo que sua dinâmica e funcionamento são ligados às nossas representações sociais” (2003, p. 301).

Nos processos crimes há falas que nos remetem ao que Bourdieu chama de “apropriação”, uma linguagem jurídica marcada pela mistura de elementos retirados da língua comum. Acarretando em uma “neutralização”, que seria obtida

por um conjunto de características sintáticas tais como o predomínio das construções passivas e das frases impessoais, próprias para marcar a impersonalidade do enunciado normativo e para construir o enunciador em sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objetivo (1998, p. 215).

Os enunciados ao mesmo tempo em que pretendiam fazer do enunciador um ser imparcial, emitiam juízos de valores presentes na sociedade. Nos processos crimes de infanticídio, isso pode ser identificado nos enunciados ou palavras que remetem significados moralizadores, normalizador e normatizadores acerca das rés, tais como: “mãe solteira”, “trabalhadora”, “honestas”, “vergonha de seus atos”, “desnaturada”, “mulher desonrada”. Tais enunciados possuem efeito universal, e fazem “referência a valores transsubjectivos que pressupõem a existência de um consenso ético” (BOURDIEU, 1998).

Quando pensamos em atos criminosos, no uso da Justiça para desvendá-los, e na sociedade em que os envolvidos se inserem, torna-se interessante pensar a reflexão de Dezalay, da qual faz uso Bourdieu (1998, p. 232) “a sensibilidade à injustiça ou a capacidade de perceber uma experiência como injusta não está uniformemente espalhada e [...] depende estreitamente da posição ocupada no espaço social”.

Nas páginas dos processos crimes, têm-se acesso a homens e mulheres populares, e também a membros da elite. Essas pessoas interagem entre si, detalhando seus espaços de convivência, onde se relacionam e evidenciam seu cotidiano através das inquirições. Além da exposição, em parte de seu cotidiano, podemos vislumbrar aspectos do sistema de ideias e códigos morais que regem a sociedade em que elas

estavam envolvidas. Assim como a distinção de condutas, do que é considerado lícito e ilícito em uma sociedade, e pelos sujeitos que a constituem, tendo em vista o lugar em que eles se encontram.

Do mesmo modo que podemos encontrar diferenças nas vivências, podemos nos deparar com tentativas de enquadramento social e cultural, principalmente por partes dos populares em relação à elite – especialmente em situações singulares como no encontro com o judiciário – sendo que são geralmente, os membros desta classe social que estabelecem as diferenças.

No que se refere à diferença, Bourdieu nos fala que esta somente se torna

[...] visível, perceptível, não indiferente, socialmente *pertinente*, se ela é percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença* [...]. A diferença só se torna signo e signo de distinção [...] se lhe aplicamos um princípio de visão e de divisão que, sendo o produto da incorporação da estrutura de diferenças objetivas [...] está presente em todos os agentes (1996, p. 23).

A distinção aparece nos processos até mesmo como um meio de classificação dos sujeitos neles envolvidos, nos mostrando como as diferenças agem na sociedade, assim elas tornam-se “diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem” (BOORDIEU, 1996, p. 22). O espaço social ocupado pelos indivíduos demarca as diferenças, as distinções, e está inscrito na subjetividade, marcado por agrupamentos e pertencimentos.

No que se refere ao discurso jurídico encontrado nos processos crimes, estes podem ser entendidos “como jogos estratégicos de ação e reação, de perguntas e respostas, de dominação e de esquiva, como também de luta” (FOUCAULT, 2003, p. 09). A ação dos agentes da lei nos processos pode ser subjetiva, pois não se alcança a verdade total sobre o acontecimento, mas podem tentar aproximar-se dela, através das testemunhas, interrogatórios, da ciência e das práticas, espaços de ação e reação dos sujeitos. Os processos se constituem como um campo de disputa pela versão verdadeira, ainda que se queria como objetivo e generalizador.

Nesse sentido, Foucault aponta:

[...] existem, na nossa sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários lugares onde a verdade se forma, onde um número de regras do jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas subjetividades, certos domínios do objeto, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior da verdade” (2003, p. 11).

A busca pela verdade, do que realmente teria acontecido no momento do ato criminoso, foi constante nos processos crimes de infanticídio, seja através dos interrogatórios, da análise do corpo das réas ou do recém-nascido. Porém, Foucault (1979) alerta que é primordial atentarmos para os efeitos do discurso da verdade. Os desdobramentos deste discurso, nos casos analisados podem resultar na condenação ou absolvição das réas.

3 | UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O ENCONTRO DAS MULHERES COM O JUDICIÁRIO ATRAVÉS DOS PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO ANALISADOS

Os processos judiciais se configuram como um lugar de busca pela verdade e seus efeitos; são fontes privilegiadas para o estudo dos populares, pois é aí que os encontramos e podemos analisá-los com um maior cuidado e riqueza de informações. Porém, em relação as mulheres, Perrot (2005) afirma que elas

[...] aparecem apenas quando perturbam a ordem, o que justamente fazem menos que os homens, não em virtude de uma natureza rara, mas devido à sua fraca presença, à sua hesitação também em dar queixa quando elas são vítimas. Consequentemente, os arquivos de polícia e de justiça, infinitamente preciosos para o conhecimento do povo, homens e mulheres, devem ser analisados na forma sexuada de seu abastecimento.

Sendo assim, devemos perceber o documento histórico em toda sua integridade, identificando quem o escreveu, para quem escreveu e com qual objetivo, especialmente no caso de processos crimes datados do período estudado, onde o aparato judicial era composto exclusivamente por homens, e talvez, os próprios depoimentos femininos tenham sido modificados, censurados, antes de chegarem aos tribunais (FONSECA, 2000).

Em relação aos interrogatórios, Perrot nos diz que estes “permitem abordar, de alguma forma, as mulheres das classes populares em suas realidades cotidianas. Ouve-se o eco de suas palavras que os comissários de polícia, ou os próprios policiais, esforçam-se para registrar, e mesmo por traduzir” (2007, p. 27).

A invisibilidade foi considerada comum das mulheres e perpetuada pelas religiões, sistemas políticos e manuais de comportamento (PERROT, 2005). As mulheres seriam responsáveis pela vida comum e ordinária, construída de “mil atos mecânicos”, esfera privada e secundária, sem necessidade de ser relatada. Porém, neste espaço mais privado que público encontraram estratégias para burlar ou mesmo romper o que havia sido imposto a elas, como normas e regras de conduta.

Ao longo da História, houve uma proliferação de imagens acerca das mulheres; porém estas imagens eram provenientes, muitas vezes, de descrições de mulheres feitas pelos homens, podendo ser então, a imagem que os homens faziam delas e não precisamente como elas se percebiam. Em alguns momentos, são homens escrevendo sobre mulheres, sendo que estes que circulavam pelos setores públicos da sociedade, da sua economia, da política e estavam envolvidos mais diretamente com a apreciação das condutas. As mulheres foram, por muito tempo, mais imaginadas do que descritas:

Os tênues vestígios que elas deixaram provêm não tanto delas próprias [...] como do olhar dos homens que governam a cidade, constroem a sua memória e gerem seus arquivos. O registro primário do que elas fazem ou dizem é midiático

pelos critérios de seleção dos escribas do poder. Indiferentes à vida privada, eles dedicam-se à vida pública, em que elas não participam. (DUBY; PERROT, 1990, p. 09)

O corpo feminino foi objeto de análise do masculino, os homens falavam sobre ele, do que seria correto, desde a sexualidade até o comportamento. As mulheres pouco falavam de si, e as poucas coisas que elas produziram “são elas mesmas que destroem, [...] julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial a noção de honra” (PERROT, 2007, p. 17).

Esta noção honra é que levaria muitas a cometerem infanticídio, uma situação limite em que a partir dela, a mulher teria sua vida exposta, assim como aquilo que tinha de mais íntimo: seu corpo.

O infanticídio, segundo Perrot, era o recurso “de camponesas, jovens, sozinhas na maioria das vezes criadas, no campo ou na cidade, que, tendo procurado dissimular a gravidez sob as pesadas dobras da saia ou do avental, [...], veem-se literalmente coagidas a matá-la para preservar a honra” (PERROT, 2003, p.17).

A honra está ligada a sexualidade¹ feminina. E no caso dos processos, é posta em questão pelos homens que compunham o aparato jurídico, e também por aqueles que são arrolados como testemunhas nos inquéritos.

Sendo assim, podemos afirmar que os processos crimes se constituem como uma importante fonte historiográfica, e que sua análise possibilita o entendimento acerca das relações sociais e entre os sujeitos neles envolvidos, do sistema jurídico do período, apontando códigos de valores sobre o permitido e o ilícito na sociedade, principalmente em casos de crimes em que os únicos acusados seriam mulheres, como o infanticídio.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos processos crimes de infanticídio que foram utilizados para compor a dissertação “O crime que salva a vergonha: moralidade e medicina legal nos processos de infanticídio (Rio Grande do Sul, 1891-1922)”, foi possível identificar nos discursos das partes que compõe os processos, a disputa por uma versão verdadeira para o que teria ocorrido.

As narrativas ao serem analisadas nos permitem acesso, em parte, ao cotidiano, normas, condutas dos envolvidos, assim como o entendimento daquilo que seria

1 A sexualidade é aqui entendida “de uma maneira mais ampla, definida como a construção social desses usos, a formatação e ordenação dessas atividades, que determina um conjunto de regras e normas, variáveis de acordo com épocas e sociedades. Essas regras e normas proíbem uma série de atos sexuais e prescrevem outros, e determinam as pessoas com as quais tais atos podem ou não e devem ou não ser praticados”. LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIDRATA, Helena; LABORIE, Françoise (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 231.

considerado lícito e ilícito na sociedade. No que se refere as mulheres, quando estas encontravam a esfera jurídica, ao se tornarem réis, poderiam ter, como nos casos analisados, sua moralidade avaliada e exposta pelos homens da lei, considerando que o judiciário do período era composto exclusivamente por homens.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razão práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DUBY, Georges; PERROT, Michele (orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

GADDIS, John L. **Paisagens da história**. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIDRATA, Helena; LABORIE, Françoise (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria. I. S. de; SOIHET, Rachel. (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROSPERI, Adriano. **Dar a alma**: a história de um infanticídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RINALDI, Alessandra de Andrade. Marginais, delinquentes e vítimas. Um estudo sobre a representação da categoria favelado no Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a faculdade de Medicina de Porto Alegre. **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos. Vol.5. n.03. Rio de Janeiro. Nov. 1998/Fev.1999. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S010459701999000100003&lang=pt >. Acesso em: 17 Jul. 2012.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**. v. 5, nº10. São Paulo: Marco Zero, 1985.

A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLET-PR 1913 A 1945

Júlio César Franco

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Irati – Paraná

Hélio Sochodolak

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Irati – Paraná

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender a produção de verdades e sujeitos no discurso jurídico e nos discursos morais em processos criminais por um viés histórico em Mallet-PR, no período de 1913 a 1945. Partindo da análise do discurso presente nestes documentos podemos compreender como as verdades são produzidas e se manifestam como ferramenta legitimadora do poder. Para tanto, nos apoiamos nas teorias de Nietzsche e Foucault sobre a verdade e as práticas do judiciário articuladas com os trabalhos de Muchembled, Elias e Girard e a história da violência. Pensando a “contenção da violência” como um dos objetivos com que a verdade aparece na sociedade. Os documentos utilizados como fontes são processos criminais de violência contra a vida, da Comarca de Mallet-PR, no período de 1913 a 1945, em especial os de homicídios e estupros.

PALAVRAS-CHAVE: História da violência. Discurso. Foucault.

THE PRODUCTION OF TRUTH IN CRIMINAL PROCESSES OF VIOLENCE AGAINST LIFE: MALLET-PR 1913 TO 1945.

ABSTRACT: The objective of this article is to understand the production of truths and subjects in legal discourse and in moral discourses in criminal processes by a historical bias in Mallet-PR, from 1913 to 1945. Starting from the discourse analysis present in these documents, we can understand how truths are produced and manifested as a legitimizing tool of power. To this, we rely on Nietzsche and Foucault's theories on the truth and practices of the judiciary articulated with the works of Muchembled, Elias and Girard and the history of violence. Thinking of "restraint of violence" as one of the goals with which truth appears in society. The documents used as sources are criminal cases of violence against the life of the Comarca de Mallet-PR, from 1913 to 1945, especially those of homicide and rape.

KEYWORDS: History of violence. Discourse. Foucault.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender a produção de verdades e sujeitos no discurso jurídico e nos discursos morais contidos nos processos criminais de violência contra a vida

da Comarca de Mallet, PR, no período de 1913 a 1945. O presente artigo insere-se no contexto das pesquisas sobre história da violência desenvolvidas no Núcleo de Pesquisas em História da Violência – NUHVI¹, do qual fazemos parte.

As pesquisas historiográficas envolvendo processos criminais e outros documentos jurídicos têm tomado maiores proporções desde a década de 1980 até os dias atuais com historiadores como Boris Fausto com *Crime e cotidiano* (1984); Sidney Chalhoub com *Trabalho, lar e botequim* (1986), Celeste Zenha com seu artigo *A prática da Justiça no cotidiano da pobreza* (1985); Marisa Correia com *Morte em família* (1983) e outros pesquisadores do tema que vêm pensando e produzindo conhecimento com essas fontes ricas em informação não somente jurídicas, mas também sobre o cotidiano, práticas e costumes que aparecem descritos nos autos e depoimentos.

Na análise dos processos criminais da Comarca de Mallet, a partir de Foucault e Nietzsche e suas reflexões sobre os discursos e a produção de verdades, podemos compreender como as verdades morais e jurídicas se intercomunicam, muitas vezes nem mesmo se distinguem. Em Nietzsche, encontramos a verdade como uma necessidade de viver em sociedade. Em seu texto *Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral*, disserta sobre um acordo de paz, para “existir socialmente em rebanho” suprimindo uma necessidade, ou mesmo tédio, onde em um estado natural utiliza o intelecto apenas como dissimulação para sua sobrevivência (NIETZSCHE, 2007, p. 29). Para isso cria-se-a verdade para que se torne útil e mantenha esse acordo, através da linguagem que exclui a diferença, conseqüentemente quem não se adequa é interditado, excluído e muitas vezes punido. Pode ser visto também como um tratado para controlar a violência, contra a qual a sociedade travou uma batalha, dentre as armas desse combate estão o judiciário e a verdade.

Em *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault (2013), discute como certas práticas jurídicas vão se moldando através da história e como elas se tornam ferramentas de obtenção e produção de verdades. As conferências dessa obra que antecedem *Vigiar e Punir* (2013b), são análises das transições de modelos que remontam uma genealogia das práticas jurídicas. Destarte, partindo das reflexões de Foucault (2013, p. 20-21) sobre duas noções de histórias da verdade, sendo uma interna e outra externa – a segunda que consideramos de grande importância para a análise –, procuramos compreender como as verdades são produzidas, com seus jogos, regras, formações e ralações nos processos criminais.

O Brasil, na segunda metade do século XIX e início do século XX, passava por várias mudanças no contexto político, social e econômico, que nos leva a um ponto

1 O NUHVI surgiu durante um projeto em desenvolvimento, intitulado História da violência no Paraná - Mallet (1913-2006) – Projeto apoiado financeiramente pelo CNPq e coordenado pelo Professor Dr. Hélio Sochodolak do PPGH/UNICENTRO/PR. O objetivo é estudar e problematizar a partir da história da violência, os discursos que constituíram o Sul do Paraná utilizando como fonte documental processos criminais, questionando o discurso paranista de um “Brasil diferente” fundamentado na ocupação eslava dessa região. Análise dessa documentação apresenta indícios empíricos que não confirmam aquele discurso.

mais específico, a imigração. Ela nos dá pistas para entender o que se passava em Mallet em 1913, ano de sua emancipação como município.

Segundo Alcimara A. Föetsch e Fernando R. Arkaten no livro *Poder Legislativo Malletense*, em 1903 na pequena localidade próxima ao Rio Charqueada, foi construída uma estação de trem, pertencente à linha férrea São Paulo-Rio Grande e esta era a Estação Marechal Mallet. Formou-se no entorno da estação um núcleo populacional que em 1912 tornou-se município, passando a chamar-se São Pedro de Mallet e que, em 1929, foi nominada apenas Mallet (FÖETSCH; ARKATEN, 2012, p. 77-78).

Com uma população majoritária de imigrantes eslavos, o principal meio de trabalho existente era a agricultura, levando a entender que a maior parte dos moradores pertencia à área rural.² Nos processos criminais esses dados são facilmente identificados conferindo o endereço e os nomes e sobrenomes dos envolvidos, sendo réus, vítimas, testemunhas, funcionários públicos e outros.

Para fins metodológicos, pensemos um pouco da estrutura administrativa do Poder Judiciário. Nas divisões regionais do judiciário a Comarca é a maior instância, seguida pelo Termo e pelo Distrito. Segundo o *Dicionário Jurídico Brasileiro* de Washington dos Santos, Comarca é definido como “Circunscrição judiciária com suas subdivisões sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito” (SANTOS, 2001, p. 54). O Termo é definido como uma “subdivisão da Comarca, quando se trata de organização judiciária” (SANTOS, 2001, p. 239). Distrito é definido como “Área de uma determinada jurisdição, administrativa, judicial ou fiscal” (SANTOS, 2001, p. 84). Então, numa ordem hierárquica decrescente temos Comarca, Termo e Distrito. Entretanto, nas fontes utilizadas, é necessário distinguir entre os distritos Policial e o Judicial. Distrito Policial pertence ao quadro administrativo do Município, já o Distrito Judicial responde à Comarca à qual pertence.

Definida a utilização destes termos pelo Poder Judiciário, encontramos em Mallet a seguinte cronologia segundo os dados do IBGE:

Distrito judiciário de São Pedro de Mallet, da comarca de São Mateus, foi criado em 17 de dezembro de 1908 e elevado a termo judiciário a 24 de março de 1923, pela Lei de União da Vitória. O Decreto-lei nº. 199, de 30 dezembro de 1943, criou a comarca de Mallet (IBGE, 1962).³

2 A história de Mallet com os imigrantes começa antes de se tornar município, com a formação de um núcleo imigratório em Rio Claro do Sul, que hoje se encontra como distrito deste município. Segundo Inês Valéria Antoczeczen, os conflitos étnicos que haviam no leste da Europa entre Rússia, Polônia, Ucrânia, Áustria e outros países, percorreram o oceano até as colônias que se formariam ainda com essa rivalidade e posteriormente abrangeria todo o município (ANTOCZECZEN, 2015, p.14). Todavia, não é o nosso objetivo investigar os conflitos étnicos que, certamente produziram muitos desses processos criminais. O viés que selecionamos para a análise é a produção da verdade nestes processos como já mencionado.

3 Então, segundo os dados do IBGE, de 1908 a 1923 Mallet foi Distrito Judicial da Comarca de São Mateus, e de 1923 a 1943, Termo de União da Vitória, tendo sido elevada a Comarca logo em seguida. Não sabemos ao certo porque na transição de Distrito a Termo houve uma mudança de jurisdição de São Mateus para União da Vitória. Assim, para efeito de nossa análise essa variante não será considerada.

A maior parte da documentação do Poder Judiciário de Mallet foi doada ao Centro de Documentação e Memória da Unicentro, *campus* de Irati (CEDOC/I). Constitui hoje um acervo com a documentação da Vara Criminal, Vara Cível, Juizado Especial Criminal e Juizado Especial Cível de 1913 à 2006. A documentação que utilizamos são processos criminais da Vara Criminal.

Esta ramificação do Poder Judiciário trata dos crimes previstos nos códigos penais. Escolhemos os processos de violência contra a vida ou seja, aqueles que envolvem a morte, como homicídios e infanticídio. Todavia definimos violência contra a vida incluindo também o estupro, uma vez que esse crime reflete sobre a vida dos sujeitos em sociedade.

A partir das teorias selecionadas e dos documentos que registram a violência tentaremos compreender como as verdades são produzidas e seu propósito útil, seja ele legitimar o poder, manter a ordem, conduzir a um acordo de paz ou mesmo marcar, punir ou excluir alguém da sociedade.

2 | PRODUÇÃO DE VERDADES, VIOLÊNCIA E PROCESSOS CRIMINAIS.

Em Nietzsche encontramos uma teoria da verdade. Em *Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral*, o filósofo utiliza como metáfora uma fábula, afirmando que o conhecimento foi inventado e não descoberto pelo homem. Aos outros animais, a natureza se incumbiu de fisicamente proporcionar meios para a defesa contra o meio. Já para os humanos ela atribuiu o intelecto e com isso inventamos o conhecimento. Inventamos também a dissimulação, ou seja, mentir para nossos semelhantes como uma forma de sobreviver. Nietzsche buscou compreender em que momento a verdade aparece e que aqui vale citar:

Enquanto o indivíduo, num estado natural das coisas, quer preservar-se contra outros indivíduos, ele geralmente se vale do intelecto apenas para dissimular: mas porque o homem quer, ao mesmo tempo, existir socialmente em rebanho, por necessidade e tédio, ele necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que a mais cruel *bellum omnium contra omnes* ao menos desapareça de seu mundo [...] Agora fixa-se aquilo que doravante deve ser verdade [...] (NIETZSCHE, 2007, p. 29).

Nesta citação vemos uma relação da verdade com a violência, uma vez que o esforço do intelecto produz uma forma dissimulada, a verdade, para suspender a “guerra do homem contra o homem”. Podemos compreender isso como uma constante tentativa de conter a violência para que se possa viver em sociedade. Contudo o próprio processo é violento.

Criamos as verdades pela necessidade de conservação da sociedade. As verdades nada mais são do que dissimulações que são instituídas como um padrão para uma sociedade. Neste ponto “[...] a legislação da linguagem fornece também as primeiras leis da verdade: pois aparece, aqui, pela primeira vez, contraste entre

verdade e mentira” (NIETZSCHE, 2007, p. 29). Uma vez construído o que deve ser verdade, o que não entra nesta ordem, naturalmente se torna mentira. Com esse contraste surge um novo sujeito, o mentiroso, aquele que também utiliza de palavras para dissimular, mas não se encaixa nas convenções de verdade, portanto, quando em contraste com a verdade o mentiroso, digamos de forma simples, é identificado e algumas vezes excluído da sociedade, outras vezes, ele é simplesmente punido. A definição de verdade para Nietzsche torna possível compreender este processo:

O que é, pois, a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas (NIETZSCHE, 2007, p. 36-37).

A verdade possui força sensível, entretanto, sua efetividade e utilidade pode desgastar-se. Observando que as verdades estão presentes nas relações humanas e a elas são úteis, a sua força sensível é legitimada na sociedade e se há a perda dessa força sensível ou o confronto entre verdade e mentira, manifesta-se a violência para avivar essa força. Com isto podemos definir que onde há produção de verdades, há a violência para sua consolidação.

Robert Muchembled, em sua obra intitulada *História da Violência*, investiga a violência homicida na Europa e o processo que se produzia para contê-la no período estudado, que compreende o fim da Idade Média ao século XXI. Observa-se um esforço da sociedade europeia em conter as práticas coléricas da classe camponesa e aristocrata. As demonstrações de virilidade masculina por meio da violência determinavam o seu valor, especialmente entre os homens, entre 20 e 30 anos (MUCHEMBLED, 2012, p.1). Estas práticas da violência passam a ser observadas como um problema e na Europa começa um processo (civilizador) de contenção delas.

O meio pelo qual a violência decaiu na Europa, segundo Muchembled, se dá pelo que ele chamou de “fábrica ocidental” que operou desde o século XVII, remodelando o comportamento e a cultura, fazendo com que houvesse uma queda de forma gradual, mas com interrupções drásticas (MUCHEMBLED, 2012, p. 3). Nesta concepção, todo esse processo foi idealizado para um controle, regado e pensado em um objetivo, conter a violência colérica e homicida da juventude. Se assemelha muito com as teorias de Norbert Elias, às quais Muchembled utilizou e teceu críticas.

Elias pensou em um processo civilizador pelo qual o ser humano entraria em uma ordem uniforme de comportamentos e modo de viver na medida em que o Estado assumia o papel de agente controlador da sociedade e do econômico. O “processo” daria conta de extinguir a violência que não pertencesse ao Estado. Vale citar Elias

quando ele afirma sobre o processo de civilização: “Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa ‘civilização’, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, ‘racionais’, deliberadas” (ELIAS, 1993, p. 193).

Norbert Elias afirma que esse processo não foi racionalmente pensado para aquele momento, mas também não foi irracional, isto acontece como uma forma de controle social sobre algumas práticas e que pelo uso contínuo criou um autocontrole da sociedade. Em *O Processo Civilizador*, Elias discorre sobre a violência refinada e civilizada e que quando ocorre isoladamente é tida como patológica, uma vez que o Estado angariou o monopólio sobre a violência (ELIAS, 2011, p. 183).

Tanto em Muchembled quanto em Elias, observamos uma investida da sociedade em produzir ferramentas de controle. Em Muchembled um processo de controle da violência, tendo seus aparatos discursivos que são efetivados como verdade. Acabar com as práticas coléricas da masculinidade, assim produzindo a adolescência, leis e outros meios. Em Elias observa-se um leque maior. O objetivo não é só eliminar a violência, mas civilizá-la, passando para o Estado, como monopólio. Ou seja, se produz uma verdade onde a única violência legítima é a do Estado. A verdade se manifesta, produzindo saberes e agregando poderes por meio de discursos ditos e não ditos.

Foucault parte de Nietzsche para formular seu estudo sobre a verdade e as práticas jurídicas. Assume o pressuposto de que a verdade é útil para vigiar, controlar e punir. Em *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault nos mostrou que coexistem duas histórias da verdade. Esta é a história da verdade que se regula por seu próprio discurso, sem a interferência ou contato de outros. Ela se legitima pelo seu próprio poder (FOUCAULT, 2013, p. 20). A segunda seria mais difusa, uma vez que, há “[...] vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objetos, certos tipos de saber” (FOUCAULT, 2013, p. 20-21). Destacam-se dentre esses lugares as instituições de controle e vigilância e os dispositivos que disciplinam, ou seja, lugares onde se produzem verdades. É esta segunda história da verdade que nos interessa aqui, esses lugares onde se produzem verdades, enunciam discursos e é onde nosso objeto de pesquisa pode ser situado.

O Poder Judiciário, sendo uma instituição do Estado que produz verdades e constitui sujeitos, molda a subjetividade através de discursos, produzidos e entendidos como verdadeiros. Isto evidencia um latente exercício que Foucault chamou de “vontade de verdade”, que “[...] apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma pressão e como que um poder de coerção.” (FOUCAULT, 2014, p. 17).

Discurso que, por seu estatuto verdadeiro, permite que molde e transforme discursos próximos a ele. Todavia, assim como o Judiciário exerce poder sobre

outros discursos, ele também sofre e/ou é afetado por outros. Nesse sentido, Diogo Sardinha (2002), ao fazer uma análise sobre o papel da psiquiatria nos processos criminais, consegue nos mostrar que o Poder Judiciário dispõe de vários aparatos para produzir um criminoso, sendo um destes o psiquiatra. Mas ela não entra de forma neutra, ela consegue um lugar neste âmbito jurídico ao qual por seu estatuto científico reduz o poder do judiciário em condenar ou absolver, prender ou internar. Destarte, a psiquiatria produz verdades, e assim são consideradas, pois existem discursos que lhe atribuem tal poder. A exercício do Poder Judiciário dependera de outras ciências para produzir o criminoso, a ele, caberá regulamentar e conduzir ao veredicto final. Isto é observável nos processos criminais com os laudos médicos que também produzem verdades. Segundo Foucault as ciências que trabalham junto ao Poder Judiciário (medicina, psiquiatria, criminologia, farmacologia e outros) tem esse lugar e momento de emergência na história.⁴

Uma das práticas inerentes à produção da verdade no Poder Judiciário é o inquérito. Foucault, na segunda conferência de *A verdade e as formas jurídicas*, abordou esta prática mostrando que sua primeira aparição se deu na Grécia Clássica com Sófocles em *Édipo Rei*⁵. Este sistema funcionava a partir dos jogos de metades ou perguntas e respostas que ao final, juntando todas as metades, formariam a verdade.

O inquérito fica esquecido durante a Alta Idade Média, aparecendo reformulado nos séculos XII e XIII. As práticas jurídicas medievais eram caracterizada pelo sistema de prova, onde dois sujeitos travavam uma guerra pessoal de acusação e/ou negação de algum ato cometido e o poder responsável por julgar – geralmente o soberano ou alguém com tal poder – apenas conduziria está “guerra” de forma legal. Foucault trabalhou em sua terceira conferência a utilização do inquérito na Baixa Idade Média, apontando a ruptura do sistema jurídico vigente até então, o sistema da prova (FOUCAULT, 2013, p. 57-80).

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício de poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder (FOUCAULT, 2013, p. 79).

Este novo sistema judiciário na Idade Média molda toda a estrutura das práticas jurídicas. Foucault apresenta quatro pontos que marcaram esse período: os indivíduos teriam que se submeter a um poder exterior para resolver os litígios; o surgimento

4 Ao trabalhar a formação das práticas judiciárias na França, Foucault nos mostrou que no Antigo Regime, residia na monarquia o poder de julgar, condenar, legislar e administrar. Isso muda com a formação do Estado Moderno e a influência dos iluministas, o mais evidente é Montesquieu com o *Espírito das Leis*. A partir deste ponto o Estado se organiza em três poderes. Ao Poder Judiciário coube o poder de julgar a partir de seus critérios sem a influência direta do legislativo e do executivo, porém, em tese, trabalhando em equilíbrio com eles. (MONTESQUIEU, 1993)

5 Esta obra de Sófocles pertence ao que conhecemos como tragédia grega escrita entre 494 a.C – 406 a.C. O texto se desenvolve em torno de Édipo, que em sua persistência em fugir da profecia que recebera, acaba por concretiza-la sem saber. Tornou-se referência para teoria da Psicanálise de Freud além do uso na Filosofia com Deleuze e Guattari e por Foucault que partiu da análise das práticas judiciárias nesta obra.

do procurador que era o representante do soberano; todo crime seria uma infração do indivíduo ao Estado; e por último a reparação do indivíduo, pagando multas, que eram um grande meio das monarquias enriquecerem. Estas mudanças nas práticas judiciárias tomam caráter de longa duração, tomando grande proporção nos séculos seguintes.

O inquérito ainda é o principal meio pelo qual se produzem verdades no aparato jurídico. Executado inicialmente pela polícia, – o inquérito será usado no julgamento para fazer surgir um veredito e a formação da culpa. Mas como concluiu Foucault “[...] o inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas uma forma de saber” (FOUCAULT, 2013, p. 78). No inquérito vemos com maior nitidez o contraste, destacado por Nietzsche, entre verdade e mentira e as dissimulações para se preservar. Esse processo é subsidiado por outras verdades construídas, discursos enunciados, valores morais consolidados e leis estabelecidas que tornam este documento mais do que apenas material jurídico, mas também uma história do exercício do poder por meio de um saber e vice-versa.

Em *Vigiar e punir*, Foucault nos mostrou que houve na França uma metamorfose da violência física para a simbólica com o nascimento das prisões nos séculos XVIII e XIX. De forma genealógica estudou como os suplícios eram praticados como uma espécie de ritual o qual precisava ser executado com detalhes, caso contrário a população se revoltaria mesmo estando lá para ver o ato. Todo crime – no período trabalhado por Foucault – era um crime contra o rei, então o suplício se tornava uma forma de ostentar o poder do monarca. Mas existe uma ruptura nessas práticas onde no Antigo Regime o controle social se dava pelas punições ao corpo, pelos suplícios, torturas e execuções. Já no fim do Antigo Regime e que viria a ser utilizado no Estado Moderno, observamos uma preocupação diferente para manter o poder, não mais punindo o corpo com torturas, mas a alma do sujeito, com intenções muitas vezes econômicas, tendo como pressuposto o trabalho como medida efetiva, e não a tortura, execução ou prisão. Foucault cita Brissot: “Não teremos sucesso trancando os mendigos em prisões infectadas que são antes cloacas [será preciso obrigá-los ao trabalho]. Empregá-los é a melhor maneira de puni-los” (FOUCAULT, 2013b, p. 102).

Foucault nos apontou tentativas de sublimação sobre a violência, uma vez que, punir o corpo não era mais a principal opção, era necessário disciplinar a sociedade a um modo de viver em que houvesse um controle cada vez maior. Foi dado início a uma investida na punição simbólica sobre os sujeitos já no final do século XVIII que seguiu por todo o XIX. Foucault cita Beccaria um dos criadores do sistema jurídico e penal francês, que em seu pensamento afirmava que a punição física não seria a maneira mais efetiva, propondo que a esta deveria “Comprimi-lo pelo ridículo e pela vergonha; se humilharmos a orgulhosa vaidade dos fanáticos diante de uma grande multidão de espectadores, devemos esperar efeitos felizes dessa pena” (FOUCAULT, 2013b, p. 102).

Foucault mostra essa transição de uma violência colérica para algo controlado

e ritualizado. Da mesma forma, em seu livro *A Violência e o Sagrado*, Girard faz a relação do sacrifício com a violência e seus simbolismos entre sacrifícios animais e humanos para apaziguar uma violência generalizada. Então, “o sacrifício polariza sobre a vítima os germens de desavença espalhados por toda parte, dissipando-os ao propor-lhes uma saciação parcial” (GIRARD, 1990, p. 19). Na sociedade moderna utilizamos os sacrifícios de forma simbólica, não há mais abates de animais (não para conter a violência) ou humanos.

A violência passa a ser ritualizada para obter um controle, oferecendo sacrifícios simbólicos para que ela se mantenha dentro de um parâmetro socialmente suportável. Todavia, os sacrifícios não se davam de forma estática, sacrificando sempre um certo “lado”, muitas vezes aquele que a sociedade procura proteger se torna sacrificável para manter a violência apaziguada.

Com todo esse processo, há uma transição de uma violência física para uma simbólica em que as convenções criadas definem o que é crime e como deve ser a condenação, isso através de leis e estatutos. Deixemos de lado a Europa para pensarmos as leis que definiram a violência aqui no Brasil.

Tratamos especificamente de dois temas: o homicídio e o estupro. Como são compreendidos em duas leis na primeira metade do século XX, o Código Penal da República, que vigorou de 1890 a 1932; e o Código Penal Brasileiro, 1940 e atual. Dentre estes o de 1890 e o de 1940 são códigos penais e com base neles podemos pensar algumas mudanças no que é a violência condenável e suas características.⁶

Essas investidas do Poder Judiciário, que como instituição produz discursos e sujeitos em suas práticas, tornam possível estabelecer as relações entre violência e produção de verdades. Uma vez que esse poder produz práticas, o mesmo produz ferramentas de poder. Consideremos os processos criminais como uma destas ferramentas. Mas não nos esgotemos em pensar que os processos servem unicamente ao poder jurídico, as produções da verdades também são socialmente propagadas, assim produzindo sujeitos, discursos e saberes assim como a instituição faz. A violência simbólica que se cria neste âmbito são perceptíveis nestes documentos. Podemos, pois, encontrar vários rituais que apaziguam ou geram a violência.

Os processos criminais são documentos fundamentais para compreender práticas do cotidiano das pessoas que se mantêm à margem. Pensar como são vistas tais pessoas aos olhos de uma sociedade que possui seus valores morais, preconceitos e estereótipos fundamentados no interior de um corpo social complexo, permite um outro olhar para a historiografia. Os trabalhos com processos criminais, se considerarmos a historiografia brasileira, tem seu maior crescimento na década de 1980 e aqui destaco a pesquisa de Celeste Zenha.

Zenha em seu artigo *A prática da Justiça no cotidiano da pobreza*, publicado em 1985, defendeu uma metodologia para analisar os processos criminais. O princípio

6 A Consolidação as Leis Penais, 1932 a 1940, penais teve o propósito de deixar o código mais eficiente, contudo não alterou nenhum dos artigos que trabalhamos.

seria analisar estas fontes como “fábulas”⁷, conceito que Marisa Correa (1983) utilizou para entender os processos baseados nos conteúdos que nele aparecem. São estes compostos de personagens que desempenham o seu papel e que como qualquer fábula também é conduzida por um fundo moral. Zenha analisa os processos criminais pensando-os não como meros documentos que legitimam a ação da justiça, mas como algo ativo, incumbido de valores por haver o envolvimento da sociedade.

A composição de um processo criminal, desde seu inquérito policial, exames, relatórios e depoimentos são produções discursivas e práticas que foram pensadas para um propósito útil. Pensar esses registros da violência nos permite entender como a sociedade participava, produzia e reproduzia discursos que são tidos como verdades. Nestes documentos encontramos discursos jurídicos de legitimação de poder produzido por uma instituição ou pelos valores morais de uma sociedade.

3 | O DISCURSO JURÍDICO E LEGAL PRODUTOR DA VERDADE

Michel Foucault, em *A vida dos homens infames*, procura compreender o que torna infames pessoas cuja única prova de sua existência é a sua infâmia, sua rejeição, seu desgosto que aparecem em notícias, pequenas notas, nada de grande relevância. Esses foram os questionamentos da análise que Foucault desenvolveu neste texto.

Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? (FOUCAULT, 2012, p. 204).

Analisando os processos crimes, pensando a moral, encontramos discursos das pessoas envolvidas – réus, vítimas, testemunhas, juízes, delegados, escrivães, etc. – que mostram valores consolidados e alguns que se manifestam apenas por conta de uma ruptura com a “paz”, de uma manifestação da violência.

São várias as visões que podemos ter sobre o discurso jurídico, mas nos atemos em analisar os discursos que afirmam seu poder e seu estatuto verdadeiro por meio de simples palavras que, lidas em um processo, não chamam tanto a atenção. Observamos que a vontade de verdade aparece no modo como alguns discursos se impõem sobre outros que se denominam verdade e se impõem como tal, todavia, não deixam de ser mutáveis.

O primeiro processo analisado é de 1913, um ano depois da emancipação do município de Mallet (PB003.1/1.1, 1913).⁸ Observamos que os discursos que seguem

⁷ A Fábula é a verdade final produzida no processo. Nada mais é que uma historietta, tida como coerente e verdadeira, resultante do conjunto de versões apresentadas por todos aqueles que falaram durante o processo: queixoso, autoridade, ofendido, peritos, testemunhas (ZENHA, 1985, p. 126).

⁸ Algo muito interessante nos chama a atenção sobre o próprio tramite desse processo, pois o próximo que se encontra no CEDOC/I dá um salto de nove anos. Esse aspecto requer uma investigação específica que, infelizmente, não cabe nesse momento.

a formalidade do documento, contrastam com os posteriores. Um exemplo é a nomeação de peritos para o exame de corpo de delito: “[...] nomeio perito Antenor Benette e Guttenberg Pereira dos Anjos que serão intimados para hoje as 4 horas da manhã na casa do ofendido procederem o exame ordenado prestado compromisso devido autuado cumpra-se.” (PB003.1/1.1, 1913, p. 5) Observamos aqui uma despreocupação para informar a profissão destes peritos. Os processos posteriores informam se o perito é leigo, farmacêutico ou médico. Sobre as promessas legais vemos a das testemunhas consistirem-se de forma simples “[...] tendo prestado a promessa legal e sendo inquerido disse: [...]” (PB003.1/1.1, 1913, p. 16).

Essas promessas tomam um caráter mais efetivo nos anos seguintes. De forma geral, isso se repete nos processos posteriores, que foram adotando padrões para organizar e deixar mais ágil o funcionamento. Por exemplo o que o escrivão enuncia logo de início: “Sendo aqui pela mesma autoridade me foi deferido o compromisso da lei [...]” (PB003.1/2.1, 1922, p. 8). Aqui aparece um dispositivo que fornece ao enunciado um status de verdade incontestável. O escrivão estando sob o “compromisso da lei”, qualquer palavra sua adquire a autoridade da verdade pois, se alguém a contestar estará contestando a lei. O mesmo se dá para os peritos em sua nomeação: “Aos peritos o compromisso da lei de bem e fielmente desempenharem a sua missão declarando com verdade sobre o compromisso prestado [...]” (PB003.1/2.1, 1922, p. 10V).

Novamente o “compromisso com a lei”, mas também vemos uma missão para declarar com verdade, ou seja, tornar inoxidável o que for declarado, uma verdade incontestável. Esses discursos sempre aparecem nos processos que seguem deste ponto até 1945, incluindo tanto funcionários, como escrivão, delegado, juiz e peritos, quanto as pessoas que fazem parte do processo, sendo réu, vítima, testemunhas e informantes sob o juramento e o compromisso com a lei e a verdade. Este discurso dito dá ao Poder Judiciário legitimidade em suas decisões, tornando-as inquestionáveis por sua relação com a verdade juramentada perante lei.

4 | O HOMICÍDIO

No Código Penal da República de 1890 o homicídio aparece no *Título X - Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida, Capítulo I – Do Homicídio* que contém quatro artigos: 294, 295, 296, 297. Eles remetem ao assassinato e agravantes que podem aumentar o tempo de detenção sendo o menor doze meses caso tenha sido culposo e o maior é o assassinato com agravantes que pode chegar à pena de detenção de trinta anos.

O Código Penal Brasileiro, dentre os três que o Brasil teve em sua história enquanto República, é o com maior duração, sendo formulado em 1940 e estando presente até os dias atuais, com várias emendas durante os anos, revogações

e adições de artigos. Este é o código que ainda rege nosso sistema penal. As transformações desse código aparecem bem evidentes – levando em consideração o período trabalhado aqui, 1913 a 1945 – se comparados ao código anterior, o de 1890.

Neste código o homicídio aparece na *Parte Especial, Título I – Dos crimes contra a pessoa, Capítulo I – Dos Crimes contra a vida*, vemos que ele toma um caráter mais preocupante e com mais rigor ao colocá-lo em uma “parte especial” do código. O homicídio aqui pelo artigo 121, se divide em dois sendo o *Homicídio simples* e *Homicídio qualificado*.⁹ O simples tem a possibilidade de redução de pena no “§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço” (CÓDIGO PENAL, 1940). Observamos no que é considerado homicídio simples uma possível transformação da vítima em sacrifício, onde que a pena pode ser reduzida caso a “culpa” do homicídio tenha sido da vítima, seja em caso de provocação, valor social onde o homicídio tenha sido em “defesa” de algo respeitado socialmente, por último, valor moral caso o réu tenha matado para defender valores, por exemplo a honra. Em apelo desse parágrafo o réu é considerado praticamente como vítima, tendo apenas que cumprir pelo seu ato, mas não pela sua intencionalidade. Já o segundo parágrafo, o homicídio qualificado, determina que:

§ 2º Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime. (CÓDIGO PENAL, 1940)

Neste caso a condenação será pela intenção do crime e pelo modo como foi efetivado, como mostra no parágrafo do código, geralmente, de forma que a vítima não teria defesa. Mas o parágrafo primeiro pode agir antes caso seja constado pelo juiz se houve motivo moral, social ou mediante provocação.

Analisando um processo de homicídio de 1922, encontramos nos depoimentos das testemunhas algumas palavras chave para entendermos essa ruptura que produz uma verdade a partir da violência. Um discurso que norteia as testemunhas em 1922 é o da perversidade do réu devido à sua idade “[...] deve ser castigado, pois com pouca idade procedeu dessa forma que não devia. Quanto mais idade tiver torna-se um perverso” (PB003.1/2.1, 1922, p. 13V). Lembremos que essas são palavras do escrivão sobre o depoimento da testemunha, contudo, o mesmo discurso se repete

9 Ainda neste capítulo dos crimes contra a vida, no Código Penal Brasileiro de 1940, encontramos também os artigos: 122, que é o induzimento ou auxílio ao suicídio; 123, infanticídio; 124, aborto provocado pela gestante ou tendo consentido com o ato; 125 e 126, aborto cometido por terceiros; 127 e 128 que são qualificações do aborto.

com as outras testemunhas. Vemos no ódio surgir uma verdade que todos entendem e aceitam. Isso provavelmente se deu por motivos étnicos, devido a vítima e as testemunhas serem imigrantes da Galícia¹⁰ e o réu um jovem de 18 anos brasileiro.¹¹

Normalmente nos processos desse período um homicídio é tratado apenas pelo fato de alguém matar o outro sem que haja julgamento moral de qualquer parte, mas há exceções como quando o réu é muito jovem, quando é mulher ou outro grupo que fuja do considerado “normal”. O que seria considerado nessa categoria? Talvez o que Muchembled observou na Europa e que também se observa no espaço e tempo trabalhado aqui, jovens de 20 a 30 anos.

Temos aí um discurso que qualificou o crime de homicídio em um ato perverso e danoso a todos na sociedade pelo motivo de o réu ter 18 anos. Nos argumentos levantados, ficaria pior com o passar dos anos e por isso precisava ser castigado. Este discurso se repetiu em todas as testemunhas.

Um segundo processo, trata de um homicídio em 1930 ocorrido em um bordel onde ocorreu uma briga entre um militar e um outro sujeito frequentador do lugar. Para contextualizar melhor tratemos o ocorrido no processo, que na noite anterior do crime a vítima estava no bordel quando o réu (militar) “convidou” este a ser revistado, foi neste momento que ocorreu a briga e na madrugada o homicídio foi consumado (PB003.1/17.2, 1930) Ao tentar revistar, a vítima se negou apelando para um discurso moral dizendo ser “cidadão ordeiro, brasileiro e de bons costumes” e que só aceitaria ser revistado quando o sargento aparecesse. Assim, do mesmo modo que se reproduziu esse discurso outro, foi reproduzido, que neste processo coloca um juízo moral sobre o local onde a vítima se encontrava. Partindo do depoimento da dona do bordel sobre o ocorrido vemos o que foi dito sobre o local: [...] ponderações do sargento que ali também se achava, era ordem do delegado para não permitir pessoas armadas em lugares suspeitos [...] (PB003.1/17.2, 1930, p. 8V).

Com este documento podemos tirar alguns pontos essenciais para compreender a violência ocorrida e a verdade evocada para legitimar os atos ocorridos. O primeiro ponto é o confronto de dois discursos morais, o da vítima e o do réu, sendo que os dois evocaram uma verdade que os daria direito a consumir a revista e a de negá-la. O militar com seu discurso não dito, porém explícito, de que é autoridade sob lei e está “acima” do cidadão, já o da vítima o de que é cidadão de bons costumes, e que por essa moral não deveria ser suspeito, contudo ambos feriram a legitimidade do discurso do outro gerando a briga e o posterior homicídio.

O outro discurso é o do lugar ser suspeito por ser um bordel, ai podemos trazer o Código Penal da República, 1890, onde é praticamente suspenso, qualquer defesa de prostitutas em caso de violência a qualquer modo, principalmente sexuais, pois é pautado em um código penal que visava a honra e a moral. Considerava-se que

10 Região da Ucrânia que estava sob domínio austríaco e polonês e que há muito tempo era território de conflito, o que levou muitos imigrantes virem ao Brasil no início do século XX.

11 Não é objetivo discutir conflitos étnicos neste artigo, apenas apontamos como possível fator de aceitação e propagação do discurso do perverso neste processo.

as prostitutas, tanto na lei como nos códigos morais da época, não tinham honra por conta de seu trabalho. Vemos ser construída uma verdade sobre o local onde se encontravam essas pessoas, totalmente marcado por preceitos morais.

5 | O ESTUPRO

Nesse tipo de crime ficam mais evidentes as mudanças tanto nos códigos como nos processos. No Código Penal de 1890, é um tanto quanto difícil compreendê-lo levando em consideração as fontes analisadas, pois até 1940 praticamente não existem processos de estupro. Aparecem apenas alguns referentes a defloramentos. Os primeiros processos de estupro aparecem na década de 1940, o que não quer dizer que houve, necessariamente, um aumento nos estupros. Certamente podemos pensar no ocultamento das vítimas. O medo em tentar usar a justiça pelas mulheres em uma sociedade machista e patriarcal, ser motivo de vergonha a uma família, etc. Na maior parte dos casos de defloramento, o acusado iludia a vítima, e acabava engravidando e fugindo, então a família da vítima, em geral pobre, – com atestado de pobreza apresentado ao delegado ou juiz – faz o pedido para que o autor do defloramento assumisse a responsabilidade. O estigma social que a vítima sofreria com a revelação de um estupro apenas traria mais prejuízos morais, uma vez que colocaria em evidência o nome da família. Assim, a maioria dos casos não apareciam nos registros oficiais, pela mesma razão da atualidade.

Muchembled lembra em suas afirmações que a violência é majoritariamente masculina. Analisando o homicídio nos processos, percebemos que aparecem com muito mais frequência cometidos por homens e que o julgamento se trata apenas de o réu responder por seu ato e a vítima é esquecida publicamente após isso. Mas no caso do estupro o réu seria condenado e iria lesar os valores fazendo com que a vítima sofresse não só pelo seu ato violento mas também com a sua moral despedaçada caso pedisse por justiça.

O *Capítulo I – Da violência carnal* do código Penal da República de 1890 traz quatro artigos que condenam a violência sexual. No “Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”, isso observamos em alguns processos, mas o réu não foi acusado e nem condenado à “Pena de prisão celular por um a quatro anos” (CÓDIGO PENAL, 1890) que o artigo confere a tal crime. A condenação era dada por fugir às responsabilidades, como veremos adiante. As penas variavam da maior sendo seis anos e a menor de seis meses a dois anos, e essa é conferida caso a vítima estuprada fosse prostituta. Em contraposição, se a ofendida fosse mulher honesta a pena seria de um a quatro anos. O *Capítulo II – Do rapto* contém sete artigos com as várias formas de julgamento, havendo penas diferenciadas se o acusado fosse casado, ministro de alguma religião, ou parente próximo ou distante da vítima. A maior pena prevista era de doze anos, caso o raptor não oferecesse liberdade à vítima e se recusasse a dar o paradeiro desta. A menor

pena era de seis meses a um ano, caso o raptor devolvesse a raptada. Para os casos de defloração, há um parágrafo no último artigo que extingue a pena do acusado.

Art. 276. Nos casos de defloração, como nos de estupro de mulher honesta, a sentença que condenar o criminoso o obrigará a dotar a offendida. Paragrapho unico. Não haverá logar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior. (CÓDIGO PENAL, 1890)

No Código Penal Brasileiro de 1940 o capítulo que mais sofreu modificações nas décadas seguintes foi o que trata desse assunto. Localizado no *Título VI, Capítulo I – Dos crimes contra a liberdade sexual* encontram-se os artigos que condenam os atos de violência sexual. Nestes as penas foram aumentadas, em comparação ao código anterior, e foram removidas as diferenças de penas que eram baseadas apenas na moral da vítima. O termo defloração foi extinto deste código dando lugar ao termo corrupção de menores.

O que podemos observar com essas leis é que em diferentes períodos a sociedade cria suas convenções de verdades e, no caso das leis, as verdades que definem o conceito de violência e o preço (pena) a pagar. Então, assim como Nietzsche nos mostrou, as verdades são criadas para serem usadas e, se perdem essa utilidade, *são repensadas para outra vez retomar sua utilidade para a vida em grupo. Em suma, Foucault, Muchembled, Elias e Girard nos mostram que a sociedade tenta extinguir a violência controlando-a, mas não a extinguindo. Para entender essa teoria, nada melhor do que analisar as fontes criminais e perceber historicamente as verdades sendo produzidas. No nosso caso, percebe-se também como existem falhas e sucessos no controle da sociedade de uma pequena cidade chamada Mallet.*

Os próximos dois processos analisados são de estupro, sendo um de 1933 e outro de 1943. Vemos nesses processos dois pontos essenciais que nos ajudam a entender a produção de verdades envolvendo os indivíduos diretamente com a lei jurídica e a moral.

O processo de 1933 relata um caso de estupro, contudo como discutido anteriormente com relação ao estupro, é considerado o crime se houver violência sexual de mulher virgem ou não, desde que seja honesta segundo o artigo 268 do Código Penal da República de 1890. Também discutimos que há poucos casos registrados de estupro no período trabalhado, a maior parte relatada nos autos criminais partem de famílias pobres que buscam o dever de o autor do crime – que aqui não é violento apesar de ser enquadrado como estupro – assumir suas responsabilidades por ter feito promessas, geralmente casamento, para conseguir satisfazer seu desejo libidinoso (PB003.1/93.7, 1933). E foi este o motivo de ser feita a denúncia. Os nomes usados aqui são fictícios para preservar a identidade das pessoas envolvidas. Quem fez a denúncia foi o pai da menor que fora estuprada, alegando pobreza, apela para o poder público que levasse o processo adiante.

João, operário, residente no distrito de Paulo Frontin [...] vem dizer a V.Sa. que não tendo recursos pecuniários para promover queixa judicial contra o autor do defloramento de sua filha menor Anna, conforme certidão junta, por ser extremamente pobre, vivendo do seu trabalho constante e diuturno como fazem certo os inclusos atestados. (PB003.1/93.7, 1933, p. 7)

Esse tipo de pedido era comum nos processos de mesma natureza entre os poucos registrados no período trabalhado. A vítima nega ter havido violência, alegando que o réu era seu namorado e só contou a seus pais por estar desiludida das promessas que lhe foram feitas. Até então o pai alegava que a filha era virgem. O réu alegou nunca ter intenção de namorar a moça. Afirmando que ela já não era virgem e que ela tinha “amantes”, os quais ele cita nomes. Foram três citados pelo réu que foram intimados a depor como testemunhas. Destas três testemunhas uma era parente do réu, e todos falaram a mesma coisa, que ela não era mais virgem quando namoraram com ela.

Vemos o emprego da estratégia de criar uma verdade sobre a vítima colocando-a como imoral e desonesta à luz dos códigos morais vigentes. A estratégia se justificava pois, no código penal, se a garota fosse considerada desonesta não existiria crime. Porém os discursos das testemunhas se desmantelam e os comprometeram pelo mesmo crime pois a vítima tinha entre 10 a 11 anos quando consumaram o ato sexual, segundo seus depoimentos.

No inquérito não foi possível a formação total da culpa e do criminoso, assim apresentando duas hipóteses:

Relativamente a autoria desse designamento, si criminoso, da prova testemunhal chega-se a dolorosa contingencia dessa alternativa: ou as testemunhas mentiram, atribuindo-se a posse da referida menor, para inocentar o indiciado e não passíveis de desprezo senão de penas, ou não mentiram e não são menos criminosos aproveitando-se da inexperiência de uma menor, e me refiro aqueles das testemunhas que declararam ter tido relações sexuais com a ofendida (PB003.1/93.7, 1933, p. 21-21V).

E ainda atribuem certa culpa à família: “De qualquer forma ressalta disso tendo a lamentável certeza de que a mencionada menor faltou o amparo paterno, a vigilância e proteção material e moral dos responsáveis pela sua guarda” (PB003.1/93.7, 1933, p. 21V).

O que o réu e as testemunhas fizeram foi tentar criar uma verdade sobre a vítima, colocando-a em um lugar onde não se encaixava na sociedade com suas verdades já consolidadas. Em um outro processo de estupro, agora de 1943, já vigorando o Código Penal Brasileiro de 1940, encontramos algo próximo ao anterior, não com relação ao crime, mas sim com as verdades produzidas, pois ocorre algo inverso do anterior. O crime foi registrado como lesão corporal e estupro, resumidamente citamos o processo pra compreender o ocorrido: “[...] depois de espancar (marido da vítima), que fugiu de casa, investiu contra (vítima), de oitenta anos de idade, espancando-a

barbaramente e ainda para saciar seu instinto de perversidade praticou o crime de violência carnal.” (PB003.1/202.14, 1943, p. 4).

Como comentamos anteriormente, o inverso do outro processo, aqui a vítima é idosa e o réu, novamente, o perverso. No decorrer da análise foi possível perceber os juízos morais e valores que são revelados pelas partes envolvidas produzindo verdades sobre estes e determinando o julgamento. Cito o depoimento de uma testemunha e o mesmo praticamente se repete aos outros: “[...] chegaram na casa e constataram que (réu) havia batido na velha, e ainda procurava saciar seu instinto perverso de libidinagem, por observar estar ele (réu) deitado por cima da velha anciã em trajes menores [...]” (PB003.1/202.14, 1943, p. 8).

Vemos em todos os depoimentos presentes, a formação de um criminoso e uma vítima, sendo estes o criminoso um ser bárbaro, com uma perversidade inata e incapaz de controlar seus instintos. Produz-se assim um “ser desprezível” para aquela sociedade. Quanto à vítima, o que se produz é a imagem de uma pessoa frágil de idade avançada que deveria ser venerada e não violentada. Estas duas concepções podem determinar todo um processo e vemos aqui a dependência destas duas verdades, pois o criminoso só é “bárbaro e perverso” por conta de a vítima ser “a idosa anciã”, e ela só é nominada assim por ter sido atacada pelo “perverso”. É previsto no Código Penal Brasileiro de 1940, o crime de estupro. Contudo, o impacto e dimensão que o crime toma na sociedade são difíceis de serem mensuradas e nossas fontes não permitem avançar nessa direção.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos levantar questões sobre o jurídico e sua ligação entre verdade e violência como uma instituição de poder. O Poder Judiciário emana seus discursos que legitimam seu poder produzindo verdades que definem o que é violência. Mas não podemos esquecer da produção da verdade na própria sociedade que, com as ferramentas que possui, produz discursos que se tornam verdades, pautados na moral.

Observamos, a partir das análises dos processos crimes de Mallet, como algumas regras sociais são inventadas e como elas têm uma linha tênue de ligação com a violência uma vez que, segundo Nietzsche “[...] necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que a mais cruel *bellum omnium contra omnes* ao menos desapareça de seu mundo [...]” (NIETZSCHE, 2007, p. 29). Ou seja, neste acordo entendemos que a exclusão daqueles que produzem a violência se tornou evidente. É feito o inquérito colocando um sujeito como criminoso, o qual o Poder Judiciário se incumbirá de julgar e punir. Se o criminoso rompe com a “paz”, como os casos dos “jovens perversos”, ele é marcado, mesmo o judiciário julgando e punindo ou absolvendo, estes terão a marca. Este será o produto dos discursos entendidos como

a verdade.

Em todos os processos podemos observar os discursos legitimadores do Poder Judiciário, que emanam dessa instituição. Uma vez que o que consta nos autos se torna legítimo e verdadeiro, proíbe ou impede qualquer discurso de intervir sobre este, como os discursos morais da sociedade. Contudo, vemos que isto não se tornou totalmente eficaz, uma vez que o Código Penal da República de 1890, estava fundado sob os pilares morais da sociedade do período. Observamos no caso do estupro da menor de 1933, que é produzida uma verdade sobre a vítima, subvertendo o código onde defendia as vítimas de estupro desde que fossem mulheres honradas. Ou seja, utilizaram do discurso jurídico para dissimular e produzir uma verdade comprometendo a honra da vítima. Uma violência simbólica que invertia os papéis de réu e vítima.

Vemos mais uma investida do poder jurídico quando utiliza o Código Penal Brasileiro de 1940, onde reduz os julgamentos morais, para uma prática “asséptica” da “justiça”. Entretanto, era a mesma vingança ritualizada de Girard, mascarada sob o nome de justiça, exercendo poder. Pensemos o outro caso de estupro, o de 1943, onde aparecem o “bárbaro perverso” e a “vítima anciã”, fazendo um juízo sobre os envolvidos, produzindo verdades sobre estes pois, como tratado anteriormente, o Poder Judiciário e o Código Penal Brasileiro de 1940, previam este tipo de crime.

Enfim, observamos aqui como as verdades são produzidas pensando as relações de poder/saber, que além do discurso jurídico legitimador de seu poder, ele sofre com os poderes e saberes que fogem de sua prática jurídica, assim como ele exerce poder sobre os discursos que são construídos na sociedade. Vemos relações de poder que envolvem tenuamente a sociedade, o Poder Judiciário, a verdade e a violência, assim produzindo sujeitos, saberes e discursos presentes em nossa sociedade e que continuam em constante transformação.

REFERÊNCIAS

ANTOCZECEN, Inês V. **O retorno da história**: a festa das nações (Mallet/PR) – Um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2015. Disponível: <http://www2.unicentro.br/ppgh/files/2015/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-In%C3%AAs-Val%C3%A9ria-antoczecen.pdf>. Acesso: 21/06/2017.

CASA CIVIL. **Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso: 21/06/2017.

_____. **Decreto-lei n.º 22.213 de 14 de dezembro de 1932**. Consolidação as Leis Penais. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22213.htm. Acesso: 21/06/2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FÖETSCH, Alcimara; ARKATEN, Fernando. **Poder Legislativo Malletense**: emancipação política, trajetórias e biografias. Mallet: Gráfica e Editora Kaygangue Ltda., 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

_____. A vida dos homens infames. In: **Ditos & Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível: <http://cod.ibge.gov.br/21P9>. Acesso: 21/06/2017.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral**. Org. e trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Editora Hedra, 2007.

PINSKY, Carla B.; BACELLAR, Carlos; et. al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 2 ed.

SARDINHA, Diogo. Justiça e produção de verdade: Foucault e a psiquiatria criminal. **Philosophica**. Lisboa: 2002. p. 343-359.

SENADO FEDERAL. **Decreto-lei n.º 847 de 11 de outubro de 1890**. Código Penal. Disponível: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Último Acesso: 05/01/2016.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

ZENHA, Celeste. A prática da Justiça no cotidiano da pobreza. In.: **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 10. São Paulo: 1985. p. 123-146.

FONTES

PB003.1/1.1. **Processo crime de 1913 - Homicídio**. Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

PB003.1/2.1. **Processo crime de 1922 - Homicídio**. Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

PB003.1/17.2. **Processo crime de 1930 - Homicídio**. Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

PB003.1/93.7. **Processo crime de 1933 – Estupro.** Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

PB003.1/202.14. **Processo crime de 1943 - Estupro.** Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)

Bruna Morrana dos Santos

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

Aracaju – Sergipe

PALAVRAS-CHAVE: Riqueza; Sociedade; Aracaju; Século XIX.

WEALTH AND SOCIETY IN THE ARACAJU COUNTY: A STUDY ON A SOCIAL DYNAMICS OF THE FIRST ARACAJUANA ELITE (1855-1889)

RESUMO: No início do Segundo Reinado, a Província de Sergipe mantinha uma estrutura social sustentada, sobretudo, pela agroindústria açucareira. Visando manter posições sociais e ampliar seu patrimônio, as famílias da elite sergipana estreitavam os laços de solidariedade através dos sacramentos católicos do batismo e do matrimônio. Assim, este trabalho contempla o estudo das trajetórias individuais e das estratégias sociais, econômicas e políticas utilizadas pelos agentes deste reduzido grupo para manter ou aumentar a sua posição social em Aracaju, nosso marco espacial. A pesquisa abrange grande parte da segunda metade do século XIX, pois inicia-se com a transferência da capital da província oficializada em 17 de março de 1855 durante a presidência de Inácio Joaquim Barbosa, e termina em 1889, ano em que houve a queda da monarquia. A análise de variadas fontes como inventários, testamentos, jornais e registros paroquiais, possibilitou o acompanhamento de trajetórias individuais e o reconhecimento das redes de relações existentes na sociedade, além de determinar o nível de riqueza do grupo social dominante.

ABSTRACT: At the beginning of the Second Reign, a Province of Sergipe maintained a social structure sustained, above all, by the sugar industry. The Sergipe mission of the Sergipe elite strengthened ties of solidarity through the Catholic sacraments of baptism and marriage. Thus, this work includes the study of individual trips and social promotions, promotions and work requests to reduce the number of participants and increase their social position in Aracaju, our space frame. On March 18, 1855, during the government of Inacio Joaquim Barbosa, it ended in 1889, the year in which the monarchy fell. The analysis of variables such as inventories, testaments, newspapers and parochial records allowed the monitoring of individual trajectories and the recognition of networks of relationships in society, as well as determining the level of wealth of the dominant social group.

KEYWORDS: Wealth; Society; Aracaju; XIX Century.

1 | INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XIX, as profundas transformações que provocaram o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial europeia estavam ligadas aos avanços da Primeira Revolução Industrial, como o aceleração dos transportes e das comunicações, o aperfeiçoamento da máquina a vapor, a mecanização da indústria e da agricultura, dentre outros. Foi durante o chamado Gabinete de Conciliação que o Brasil se integrou a esta economia capitalista em ascensão, vivenciou uma fase de modernização e de desenvolvimento da urbanização que propiciou o aparecimento de diferentes camadas urbanas. Caio Prado Júnior (1994) assegurou que esse foi o momento de maior transformação econômica da história do Brasil. Porém, ao longo do Segundo Reinado, a economia brasileira foi dependente do capital externo (em especial o inglês), principalmente por causa dos empréstimos tomados pelo Estado junto a casas bancárias deste país para a realização de empreendimentos como estradas de ferro, obras urbanas, etc.

Em nível local, a população da província sergipana caracterizava-se pela presença considerável de escravos, trazidos para trabalhar primordialmente nos pequenos engenhos de açúcar instalados nas terras férteis de massapê. Em 1850, ano da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico de negros escravos para o Brasil, eles representavam 25% da população sergipana. De acordo com o primeiro recenseamento feito pelo governo imperial em meados de 1854, o número de escravos da província era de 32.448 indivíduos (DANTAS, 1980, p. 21). Até então, a província sergipana continuava com uma estrutura social sustentada na monocultura, em que a riqueza estava concentrada nas mãos de quem possuía terras e escravos.

Nesse contexto, oficializou-se através da Resolução de 17 de março de 1855, a mudança da capital da província da cidade de São Cristóvão para a recém-criada Aracaju. Como era típico dos primeiros anos de consolidação da nova capital, quase a totalidade das pessoas abastadas ou prestigiadas (pois, riqueza não implica prestígio e vice-versa), que migraram para a nova capital, não nasceram em Aracaju. Mesmo que esta cidade estivesse aquém de outros centros urbanos como Laranjeiras e Maruim, é evidente que houve um interesse dessas pessoas, seja econômico ou político, em migrar para a Aracaju, que estava se formando. Nas palavras de Maria da Glória Santana de Almeida, aos poucos Aracaju passou a abrigar:

[...] os mais importantes prédios públicos, a rua do comércio, a praça dos comícios e das retretas as oficinas de objetos e as lojas de comércio. Fábricas de fundição de ferro, de sabão, de tecidos. Lojas atacadistas. Templos. (ALMEIDA, 1984, p. 225)

Grosso modo, o objetivo central é estudar a composição social e econômica da elite da Comarca de Aracaju e as suas estratégias de reprodução da riqueza. Para isso, foram escolhidos alguns inventariados que viveram em Aracaju entre 1855 e 1889.

Além de fazerem parte da “nova elite” que se formou em Aracaju, estes personagens moravam na área mais nobre da cidade, o quadrado de Pirro (projeto urbanístico da cidade desenvolvido pelo engenheiro Sebastião Pirro), e estavam inseridos num universo de sociabilidade através das relações de parentesco (consanguíneo ou por afinidade), vizinhança, vínculos de amizade, sistema de herança e das estratégias matrimoniais.

A denominação “nova elite” refere-se a um grupo de pessoas detentoras de capital econômico e simbólico, que não eram ligadas exclusivamente à grande lavoura, mas ao comércio e ao funcionalismo público, por exemplo. Em outras palavras, neste trabalho, enxergamos a “elite” a partir do subsídio dado pela teoria de Pierre Bourdieu no que diz respeito à definição de classe social, pois segundo ele, quando se reduz o campo social unicamente ao campo econômico, desconsidera-se a existência das demais formas de capital que estão presentes na sociedade: capital político, capital cultural, capital simbólico, etc. Nessa lógica, na obra “*A Distinção: crítica social do julgamento*” (2008), o francês expõe a sua definição de classe, que foi construída com base nas contribuições de Max Weber e Karl Marx:

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. -, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção -, em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. (BOURDIEU, 2008, p. 101)

Outro conceito fundamental de Pierre Bourdieu é o de estratégias de reprodução que podem ser definidas como “conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes pelas quais os indivíduos ou as famílias tentem inconscientemente, a conservar ou aumentar o seu patrimônio [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 122). No entanto, tais estratégias dependem do volume e estrutura do capital a ser reproduzido. Por isso, as famílias da elite estreitavam os laços de solidariedade através dos batismos e casamentos sancionados pela Igreja Católica.

Para traçar a trajetória socioeconômica dos indivíduos e entender como e com quem eles se relacionavam socialmente, realizou-se o cruzamento de diversos tipos de documentos, como inventários, testamentos, fontes paroquiais (assentos de batismo, casamento e óbito) da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju salvaguardadas pelo site *Family Search*, jornais e relatórios de presidentes de província.

Além disso, a fim de realizar o estudo sobre a “nova elite” aracajuana, empregou-se a metodologia de pesquisa prosopográfica, que têm sido uma das mais importantes ferramentas utilizadas pelos historiadores sociais. De acordo com a definição dada por

Lawrence Stone, a prosopografia é “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas.” (STONE, 2011, p. 115). Neste método histórico, o interesse maior está no grupo e por isso, diversas informações sobre os indivíduos (nascimento e morte, casamento e família, origens sociais, educação, riqueza pessoal, etc.) são combinadas e examinadas para que seja possível encontrar variáveis significativas.

2 I “COM A BÊNÇÃO DE DEUS E DE NOSSOS PAIS...”: A DINÂMICA FAMILIAR DA PRIMEIRA ELITE DE ARACAJU NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Um dos personagens que se destacou durante os primeiros momentos da nova capital, foi o negociante José Teixeira da Cunha. Filho legítimo de José Teixeira da Cunha e Dona Josepha de São José da Silveira, nasceu na cidade de Angra (Trata-se de Angra do Heroísmo, localizada no arquipélago dos Açores) em Portugal, no início do século XIX (aproximadamente em 1802 ou 1803). Foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Clerigos, na mesma cidade de Angra. Em seu testamento, Cunha relatou como e quando foi a sua chegada ao Brasil:

Declaro que vim como já dice, este Imperio do Brazil, tendo desenove para vinte anos de idade, no anno de mil oito centos e vinte e dois, para a Companhia de meu Irmão Joaquim Pereira da Cunha, que então se achava na cidade da Bahia, mas que faleceu na cidade de Estancia desta Provincia de Sergipe d'ElRei. (Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 204)

Em 1855, ano da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, José Teixeira da Cunha já possuía uma casa de palha na Rua da Aurora, considerada o coração da cidade. Ter uma casa naquela rua era um privilégio desfrutado apenas pelos mais abastados como José Teixeira da Cunha, homem de posses e que tinha muitos negócios na nova capital da província. Talvez pela sua posição destacada de comerciante e oficial da Guarda Nacional, José Teixeira da Cunha tenha sido escolhido algumas vezes para batizar crianças. Num primeiro exemplo, temos o batismo de Maria, filha legítima de Dionísio Pereira Rabello e Maria Violante Carneiro de Leão, em 31 de julho de 1859 na Matriz de São Salvador do Aracajú:

Aos trinta e um dias do mez de Julho do anno de mil oitocentos e cincoenta e nove nesta Matriz de São Salvador da Cidade de Aracajú o Reverendo Vigario Elizario Vieira Muniz Telles Baptizou e pôs os Santos oleos á Maria, branca com idade de dois mezes, filha legitima do Capitão Dionizio Pereira Rabello, e Dona Maria Violante Carneiro Leão, forão Padrinhos o Capitão Jozé Teixeira da Cunha, e Dona Jozefina Le Roi: do que para constar mandei fazer este assento, em que me assigno: Nada mais se continha no referido assento, que finalmente copiei, e me assigno. (Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 204)

A partir de então, estava firmado o laço entre José Teixeira da Cunha e o também Capitão Dionísio Pereira Rabello, que na época do batismo atuava como oficial da Secretaria da Tesouraria Provincial. Como nesse período não existia registro civil no Brasil, o batismo representava uma espécie de certidão de nascimento da criança.

Já viúvo, José Teixeira passou os últimos momentos de vida em Laranjeiras na sua casa localizada à rua direita do comércio. Falecido em 11 de novembro de 1861, deixou registrado no testamento que uma de suas últimas vontades era a doação da quantia de cinquenta mil réis para suas afilhadas e vinte cinco mil réis para os afilhados, desde que apresentassem antes da partilha dos bens, a certidão que comprovasse o apadrinhamento. Desse modo, o seu compadre Dionísio Pereira Rabello, visando a garantia do valor deixado para a sua filha, entrou com uma petição destinada ao Juiz municipal de Órfãos em fevereiro de 1862:

Diz Dionizio Pereira Rabello, que tendo o finado Capitão José Teixeira da Cunha em uma das verbas de suas disposições testamentarias deixado a quantia de cincoenta mil reis a cada uma de suas afilhadas, que se mostrasse competentemente habilitada com certidão de Baptismo em cujo numero se acha Maria da Solidade Rabello Leite, filha legítima do Spp^e., como prova com a Certidão junta requer a VS^a que se sirva por seo respeitavel despacho mandar juntar aos autos de Inventario que se está procedendo pa este juizo dos bens deixados pelo dito finado a fim de na partilha ser contemplada a dita sua filha nestes tr^o (Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 202, 17/12/1861)

Algum tempo depois, em agosto de 1862, Francisco Pereira Novais, genro de José Teixeira da Cunha, também solicitou a parte da sua filha Silvana, que além de neta, foi batizada pelo capitão no ano de 1855. Um fato que não deve ser desprezado é que esse batismo foi realizado na paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, localizada no centro da vida comercial da cidade de Salvador:

Aos vinte oito de janeiro de mil oito centos e cincoenta e cinco baptisei solenimment^e e pus os Santos Oleos a Silvana, branca, nascida a quatorze de Dezembro pp, filha legitima de Francisco Pereira Novaes, e D. Maria Teixeira da Cunha: forão padr.^{os} Jose Teixeira da Cunha, viúvo, d'esta Freg.^a, e pos a corôa de N. Snr Nicolão Teixeira da Cunha, soltr.^o da Freg.^a do Coração de [?] das Laranjeiras: do q' m^{dei} faser este assento, que assignei Conego Francisco Per.^a de Sousa, Vigr^o Coll^o. (Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 126)

Assim como os casos citados anteriormente, vários outros representantes de afilhados (as) do capitão apresentaram certidões que comprovaram o laço estabelecido na pia batismal. A partir dessas informações contidas no testamento de José Teixeira da Cunha, podemos identificar os lugares por onde ele passava e mantinha relações. De acordo com o inventário, entre os bens do capitão estavam: móveis (cômoda de jacarandá, mesa de jantar, cadeiras), oratório, portadas de madeira branca, tijolos, esteios de aroeira, porção de pedra de alvenaria, dois escravos, e bens de raiz (terrenos e casas em Aracaju e Laranjeiras). Todos os bens avaliados correspondem

ao monte-mor de setenta e dois contos setecentos e vinte cinco mil e setenta e um réis (72:725\$071). Subtraindo os custos e as dívidas (9:869\$317), o valor líquido partilhável foi de sessenta e dois contos oitocentos e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro réis (62:855\$754).

Merece destaque também, o caso dos irmãos e negociantes José Rodrigues Bastos Coelho e Francisco Xavier Bastos Coelho, que num período de dez anos, mais especificamente entre 1864 e 1874, batizaram 66 (2,93%) crianças. Francisco Xavier Bastos Coelho casou-se com Maria Victoria do Sacramento, em 17 de setembro de 1865, na Capela de Santo Antônio do Aracaju (Banco de dados Family Search, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 48, p. 7). Foram testemunhas do casamento o tenente-coronel Luiz Freire da Trindade Ludovice, dono de um sobrado e marido de D. Joanna Freire Ludovice, e o Comandante Superior da Guarda Nacional e Oficial da Ordem da Rosa, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ambos moradores da Vila do Socorro. Desta união nasceram quatro filhos: Josefina, Antônio Coelho de Sousa, José e Pedro Xavier Coelho. Das 16 (0,70%) crianças que Francisco Xavier levou à pia batismal, 8 ele batizou sozinho e 3 delas, todas legítimas, foram batizadas junto com a esposa.

Francisco e Maria Victoria moravam na Rua de Santo Amaro e, além desta residência, o negociante possuía também uma casa comercial na Rua da Aurora (Jornal do Aracaju, 26 de setembro de 1874, Edição nº 521, p. 4). O casal escolheu bem os pais espirituais da sua prole e, apesar de terem tido 4 filhos, encontramos os registros de batismo de apenas 3 deles. Josefina, branca, foi batizada em perigo de vida no dia 29 de julho de 1866, pelo Cônego Agostinho Rodrigues Braga, que era tio da mãe da criança, e por Josefina Leroy Salles (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 355, pp. 32-33). Pelo que se constatou, Josefina morreu aos 03 anos e 05 meses vítima de doença maligna (Banco de dados Family Search, Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº, 885, p. 90), mas teve como padrinhos pessoas influentes, visto que, além de sacerdote, o Cônego Agostinho Braga também era político e a madame Josefina Leroy, comerciante.

Já o padrinho do menino Antônio, branco, batizado em 1868, foi Domingos de Oliveira Santos, abastado comerciante (Banco de dados Family Search, Batismos (1864 1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 801, p. 86). Domingos, que era casado com Rosa Policiana de Oliveira Santos, morava num sobrado na cidade de Laranjeiras, onde era dono de um armazém. Além disso, era proprietário de imóveis na cidade de Maruim e na Rua da Aurora, em Aracaju. Podemos supor que esta escolha para padrinho foi influenciada por causa dos negócios comerciais que ele deveria ter com o pai da criança.

Ao mesmo tempo, objetivando manter a coesão familiar, os irmãos negociantes utilizaram-se da estratégia de eleger padrinhos da mesma família para os seus filhos. Por exemplo, em 26 de dezembro de 1869, José, branco, filho de Francisco Xavier e

Maria Victoria, foi batizado aos três meses de idade pelo tio, José Rodrigues Bastos Coelho (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1116, p. 122). Talvez para prestar alguma homenagem, o menino recebeu o mesmo nome do tio e padrinho. José Rodrigues Bastos Coelho também batizou, no dia 10 de novembro de 1873, outro sobrinho, Pedro, branco, na época com três meses e três dias de idade (Banco de dados Family Search, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2030, p. 83).

2.1 A Trajetória da Família Guerra Fontes

Sem dúvida, a história da família Guerra Fontes confunde-se com a história da nova capital, Aracaju. Esta família formou-se a partir de dois troncos familiares detentores de prestígio durante a primeira metade do século XIX. Um dos cônjuges, Joaquim Martins Fontes, era filho do prestigiado capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto Joaquim Martins Fontes com Ana Joaquina Portela. Joaquim Martins Fontes Junior, natural da Vila do Lagarto, nasceu aproximadamente em 1823 e seguiu a mesma trajetória do seu pai, pois tornou-se militar.

A noiva escolhida para Joaquim Martins Fontes foi Eufemia Pinheiro Guerra, filha do primeiro consórcio do capitão de mar e guerra José Moreira Guerra com Eufemia Antônia Pinheiro Guerra. A primogênita, Eufemia Guerra, nasceu em 25 de março de 1831 e foi batizada em São Pedro, na Província do Rio Grande do Sul. Seu pai, José Moreira Guerra teve participação ativa na política sergipana, principalmente no processo de mudança da capital, sendo lembrado como um dos braços fortes do presidente Inácio Barbosa.

Apesar de não se ter até o momento a informação precisa de como o casal conheceu-se e nem a data e local do enlace matrimonial de Eufemia e Joaquim, tudo indica que ocorreu em meados da década de 1850, pois encontramos na imprensa local um registro de viagem para a Bahia feita pelo casal juntamente com a sogra, Eufemia Pinheiro Guerra, no ano de 1856. O casamento, enquanto um *investimento* importante, traria benefícios tanto materiais quanto simbólicos. Obviamente, existiu por parte das duas casas envolvidas o interesse nessa união, pois Joaquim Fontes poderia fornecer capital político e ligações possíveis ao futuro sogro, levando em consideração que seu pai teve uma carreira de prestígio no primeiro reinado, além de ter sido proprietário de engenhos e possuir um número considerável de escravos.

Já Eufemia Guerra, levou para esta nova unidade familiar o peso de ser filha de um homem que, além de político, ocupava um dos cargos mais importantes da Província. Uma outra variável importante era o fato de Joaquim Martins Fontes ser letrado, já que isso facilitaria a administração dos bens e, assim, colaboraria com a manutenção da riqueza da família. Além do mais, o matrimônio de Eufemia e Joaquim possibilitaria o convívio entre membros que ocupavam as posições mais valorizadas

socialmente.

Era janeiro de 1866. Numa quinta-feira, 04, na matriz da capital, o mais novo integrante da família Guerra Fontes preparava-se para se tornar um novo membro da cristandade e da comunidade. Joaquim, branco, homônimo do pai e do avô, era o quarto filho da dona de casa Eufemia Guerra e do capitão reformado do Exército Joaquim Martins Fontes Junior. Estes, que já eram pais de Genésio, Cinésio (6 anos) e Manoel (5 anos), escolheram para batizar Joaquim (dez meses) o espanhol Thomaz Diogo Leopoldo Castanhedo e Amelina Martins Fontes (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 293, p. 27). Durante muitos anos, o Dr. Thomaz, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, clinicou em Aracaju e foi professor do Atheneu Sergipense.

Aos poucos Aracaju ia se urbanizando e a prole dos Guerra Fontes não parava de crescer. Em 1º de setembro de 1867, Joaquim e Eufemia, que já eram pais de quatro filhos, celebraram o batizado de Elvira Honorina Guerra Fontes, branca, que, com seus poucos nove meses de existência, já estava em perigo de morte (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 584, p. 59). O batismo de Elvira mostra que seus pais também preferiram buscar compadres fora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, visto que o seu padrinho foi Manoel Sousa Macieira, da cidade de Maruim, e Marianna Garcez, representada mediante procuração por Marianna Freitas. Felizmente, a menina conseguiu sobreviver e quando adulta foi mais além do que sua mãe e avó materna que já eram alfabetizadas, tornando-se uma das mais distintas educadoras de Aracaju.

Com apenas um mês e vinte dias, foi batizada pelo Vigário Geral José Gonçalves Barroso em oratório particular, no dia 17 de junho de 1869, Maria, branca, a sexta filha do casal. Seus pais espirituais foram o Bacharel Evaristo Ferreira da Veiga e a esposa Francisca Ferreira da Veiga (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1002, p.109) . Um dia após o batizado, Evaristo Ferreira da Veiga deixou o cargo de Presidente da província, ocupado desde 27 de novembro de 1868. Não restam dúvidas de que Joaquim e Eufemia escolhiam a dedo as pessoas que levaram seus filhos à pia batismal. Mais tarde, Maria, branca, com quatro meses de idade, foi batizada em 20 de agosto de 1869 e teve como padrinho ninguém menos do que Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância:

Aos vinte d'Agosto de mil oitocentos secenta e nove Baptisou solenemente de licença minha o Coadjutor Eusebio Pires d'Almeida na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a Maria, branca, natural desta Freguesia, com quatro meses d'idade, filha legitima de Joaquim Martins Fontes, e Eufemia Guerra Fontes: forão Padrinhos o Excellentissimo Barão da Estancia, da Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda d'Itaporanga, e Maria Jovina Alves de Sampaio, desta Freguesia. Para constar faço este que assigno. O Vigario José Luiz d'Azevêdo. (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição.

Em 14 de agosto de 1870, Oscar, branco, foi batizado por Candido do Prado Pinto e Maria do Carmo do Prado Pinto, que na ocasião do batismo moravam em Belém, capital do Pará (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1289, p.141). No caso desta escolha dos compadres, as relações de vizinhança podem ter pesado bastante, pois, ao que tudo indica, Candido e Joaquim moravam na Rua de São Cristóvão, uma das mais importantes desde os primeiros anos da cidade. Candido, que na condição de negociante usufruía, inclusive, do trabalho de escravos de ganho, possuía um capital econômico superior ao do seu compadre militar.

José, branco, o caçula da família, nasceu em 24 de dezembro de 1874 e foi batizado por estar em perigo de vida no dia 29 de abril de 1876 (Banco de dados Family Search, Batismos (1874-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2592, pp. 59-60). Seus padrinhos, Dr. Cícero Dantas Martins e Mariana da Costa Pinto Dantas, moravam na Província da Bahia e, por não estarem presentes no dia da celebração do batismo, instituíram por seus procuradores o casal José Martins Fontes e a sua esposa Francisca Xavier Gomes Fontes, da Freguesia de Itabaiana. Além de ser formado em Direito, Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, foi um dos mais importantes líderes conservadores e fazendeiros do sertão baiano. A mãe de Cícero Dantas Martins, Mariana Francisca da Silveira Dantas, era filha de João Martins Fontes e irmã do capitão-mor Joaquim Martins Fontes. Visando manter a coesão familiar, os Guerra Fontes escolheram parentes consanguíneos como compadres, pois Joaquim Martins Fontes Junior e Cícero Dantas Martins eram primos e netos de João Martins Fontes.

Ao mesmo tempo em que escolheram, Joaquim Martins Fontes e Eufemia Fontes também foram escolhidos para batizar algumas crianças. Eles foram procuradores no batismo de Idalina, branca, filha do Capitão e farmacêutico baiano Marcelino José Jorge e de Cândida Sampaio Jorge, realizado no dia 24 de junho de 1866, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú (Banco de dados Family Search, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 330, p. 30). Inclusive, na época do seu casamento com Eufemia, Joaquim comprou a mobília da casa onde viria morar o casal ao mesmo Marcelino José Jorge. Eufemia e Joaquim representaram também, José Amâncio do Outeiro e Elisa Aguiar do Outeiro, ambos moradores da província da Bahia. Entre 1864 e 1872, Joaquim Martins Fontes batizou junto com a esposa 4 crianças e, sem a companhia dela, foi padrinho de mais 4.

Joaquim sofreu durante alguns anos com a tuberculose e faleceu na noite de 25 de julho de 1878, aos 55 anos. Como consta em seu registro de óbito, foi sepultado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição vestido em hábitos militares, já que era capitão reformado do Exército (Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1877-

1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3419, p. 53). Possivelmente, sua morte e tantas outras estavam associadas às condições anti-higiênicas de Aracaju, que sofria com as febres e epidemias. Vale ressaltar que, na segunda metade do século XIX, a província sergipana ainda sofria com a varíola (bexiga), e Aracaju não foi uma exceção. Antonio Samarone de Santana elenca uma série de moléstias que se transformaram em graves problemas de saúde em Sergipe durante o período oitocentista:

As epidemias de febre amarela (typhus d'América), malária (febre palustre), peste bubônica (peste do rato), febres intestinais (tifóide) e a temível cholera morbus eram presenças frequentes. Entre as endemias encontramos os reumatismos, afecções, catarraes, oftalmias, bronquites, disenteria, sarampo, coqueluche e sarna. A tuberculose (peste branca) ainda não era identificada claramente como problema de saúde pública, apesar da elevada taxa de mortalidade. (SANTANA, 1997, p. 68)

Os registros paroquiais mostraram, portanto, que Joaquim Martins Fontes e Eufemia Guerra Fontes priorizaram as alianças horizontais, ou seja, elegeram padrinhos que faziam parte do mesmo grupo de origem e que, além disso, possuíam fortuna e status social igual ou superior ao da família. Sendo o batismo um ato irreversível, criaram e reiteraram alianças com médicos e bacharéis, os elementos brilhantes do século XIX, e com dois grandes latifundiários. Então, já que a família não tinha tanta riqueza, para obter reconhecimento social, eles souberam explorar o que Bourdieu chamou de “capital social”, ou seja, o acesso estratégico dos agentes a círculos sociais de influência e de apoio através da amizade com os grandes políticos, como por exemplo, os Barões que ostentaram títulos nobiliárquicos durante o Império.

A partir das trajetórias aqui apresentadas, percebeu-se que na segunda metade dos oitocentos houve uma diversificação no perfil da elite. O fato é que encontramos nesse grupo social que se consolida em Aracaju e estabelece laços entre si, uma presença considerável de bacharéis, comerciantes, funcionários públicos e militares.

FONTES

Banco de dados

Family Search

Banco de dados **Family Search**, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados **Family Search**, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados **Family Search**, Batismos (1874-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados **Family Search**, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados **Family Search**, Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados **Family Search**, Óbitos (1877-1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE

Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222.

JORNAIS

Jornal do Aracaju, 26 de setembro de 1874, Edição nº 521.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTANA, Antonio Samarone. **As Febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: Núcleo de Ciências Sociais/UFS, 1997 (Dissertação de Mestrado).

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.

SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950

Cristiane Lima Santos Rocha

Mestre em História Regional e Local – SEC/BA
Salvador – Bahia

RESUMO: O que significava ser uma *Princesa* na modernização republicana? Em busca de respostas nos deparamos com uma *Princesa* que expressa sua contradição, seu conflito: ser moderna e ser honrada. E o horizonte de possibilidades aberto nessa incoerência enuncia a dinâmica da vida cotidiana; permite estabelecer uma narrativa da cidade tradicional, da cidade moderna e das implementações modernizantes que conflitavam e complementavam uma e outra. O presente texto tem como foco principal analisar as noções, ideias, regras, normas que corporificaram a *Princesa do Sertão* dos anos de 1940 a 1950, percebendo como as imagens da cidade moderna e da cidade honrada foram selecionadas para assessorar a construção visual da presença do moderno em Feira de Santana, acentuada por um lado, pela matização e desenho da cidade moderna; por outro, iluminando certos traços de uma tradição reinventada como desafio ao moderno imaginado. Para tanto, as abordagens estarão vinculadas à História Regional/Local, baseadas nos domínios da História Urbana e a organização dos espaços, hábitos e costumes urbanos; e dos estudos de gênero, tendo como

dimensão a História Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: História; Feira de Santana; Modernização; Sociabilidades.

SENSITIVITIES OF A SPACE: BEING A PRINCESS IN THE MODERNIZATION REPUBLICAN – FEIRA DE SANTANA 1940 TO 1950

ABSTRACT: What did it mean to be a Princess in Republican modernization? In search of answers we are faced with a Princess who expresses her contradiction, her conflict: being modern and being honored. And the horizon of possibilities open in this incoherence enunciates the dynamics of everyday life; allows us to establish a narrative of the traditional city, the modern city and modernizing implementations that conflicted and complemented each other. The main objective of this text is to analyze the notions, ideas, rules, norms that embodied the Sertão Princess from the 1940s to 1950, perceiving how the images of the modern city and the honored city were selected to assist the visual construction of the presence of the modern in Feira de Santana, accentuated on one side by the tinting and design of the modern city; on the other hand, illuminating certain traces of a tradition reinvented as a challenge to the imagined modern. To this end, the approaches will be linked to Regional / Local History, based on the areas of Urban History and the

organization of urban spaces, habits and customs; and of the studies of gender, having as dimension the Cultural History.

KEYWORDS: History; Feira de Santana; Modernization; Sociabilities.

Começaremos por um ato imoral: desnudar o corpo de Feira de Santana, a “*Princesa do Sertão*” que atraiu e seduziu seus habitantes e seus passantes no período de 1940 a 1950. É preciso dizer, o que nos seduz. Não é a opulência e sua realce comercial, muito menos seu coração, onde se dá a pulsação dos negócios tratados no Campo do Gado. Seduz-nos seu corpo. De silhuetas femininas, dignas de uma princesa, modelada por rígidos padrões que conformam a masculinidade e feminilidade dos sujeitos, no processo de moralização dos comportamentos, seu corpo precisa ser descoberto pelo olhar. Necessitamos então, entreter nossos olhos no perfil do espaço arquitetado, na busca de uma narrativa que torne plena de significação as imagens para ela construídas.

O olhar atento nos faz reconhecer imediatamente que nesse corpo as marcas do masculino são múltiplas e nos diz dos homens que criaram falas e desejos diferentes e dinâmicos. O corpo da nossa *Princesa do Sertão* dissimula suas alegrias e conquistas para garantir entretenimentos mais íntimos, trazendo subjacente, virtudes morais que tendem a abafar qualquer imagem de desonra.

Deslizando sobre cada curva do seu corpo, a *Princesa* expressa a tensão presente na construção visual do moderno, acentuada pela matização e desenho da cidade que se quer moderna através da amortização dos traços pastoris. Entretanto, de algum modo, a dinâmica a ser projetada descortina-se ainda timidamente, em apenas alguns traços e sintomas de modernidade. O corpo da *Princesa do Sertão* é exposto de uma forma desrespeitosa ao ser envolvido por pás, picaretas e tratores, fazendo surgir a cidade com fisionomia idealizada.

Assim, no presente artigo discutiremos a Feira de Santana dos anos de 1940 a 1950, buscando vislumbrar como seus sujeitos construíram os significados de “moderno” ou “atrasado”, quando da elaboração das imagens modernas e honradas que se queria para a cidade, imagens que se referiam tanto aos comportamentos dos grupos quanto dos sujeitos enquanto indivíduos.

Traçar uma imagem da Feira de Santana de 1940 é ilustrar uma cidade que ainda vivia sob a preponderância do comércio em sua economia, com seus limites urbanos ainda muito curtos, sem a existência do *Feira Tênis Clube* (Ver ROCHA, 2018) tendo como principais festas a micareta e a Festa de Santana. Uma cidade ainda provinciana, mesmo que já tivesse garantido sua posição de importância como a segunda maior cidade da Bahia, mas, também uma cidade palco das tensões entre os costumes tradicionais e os hábitos de uma sociedade de pequenos grupos sociais que negociavam suas questões através da força.

Contudo, uma epidemia do novo e moderno se instalava no gosto dessa cidade,

as notícias veiculadas no jornal *Folha do Norte* davam conta das mudanças que colocavam a *Princesa do Sertão* como a cidade ligada à modernização da urbe que contrastava com as representações do mundo pastoril na qual estava inserida. A modernização tornou-se um objetivo a ser alcançado na tentativa de desprender do atraso que impedia a consolidação das práticas urbanas.

Pouco a pouco, a autoridade dos coronéis constituída pela força e pelo mando, era substituída por uma composição social fundamentada no poder financeiro. A modernização que foi vivida na Feira de Santana dos anos de 1940 a 1950, teve no interior das relações sociais pouca alteração, camuflando através da urbanização, sob a aparência do novo, suas permanências e continuidades históricas, o que nos permite dizer que a experiência de introdução do moderno na *Princesa do Sertão* foi, antes de tudo, uma alteração da aparência física do pequeno centro da cidade, sendo nitidamente visualizada nas páginas do jornal *Folha do Norte*.

A Feira de Santana dos periódicos foi aquela que vivenciou o projeto de modernização com apreensão e, ao mesmo tempo, na tensão que se estabeleceu entre a tradição e os valores do moderno, a destruição dos cenários para a construção de uma identidade. Através das páginas do jornal *Folha do Norte*, no período em estudo, especialmente no decorrer da década de 1950, se formava o moderno pela via da letra, na vida dos leitores, que foi posto em prática de uma forma que não alterasse as bases de uma sociedade hierárquica e excludente.

Portanto, a proposta de modernização em Feira de Santana efetuou um arranjo entre os ideais do moderno e a ordem já estabelecida. O ato físico de construir a nova cidade remeteu ao universo simbólico e material de seu ingresso no mundo dos valores nacionais, já que a remodelação urbana era paralela ao que era percebido como seu saneamento estético e moral: o apagamento da cidade sertaneja, pastoril e a construção de um cenário moderno.

Feira de Santana buscou se alinhar aos valores nacionais, por um lado fazendo com que as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, se aproximassem dos padrões estabelecidos pelo capitalismo, de outro exorcizando e/ou valorizando as peculiaridades da cidade. É óbvio que esse esforço de compreensão e compromisso não se organizava sempre na mesma direção, uns preconizam a modernização em moldes democráticos, outros em termos conservadores.

No que diz respeito à industrialização, ela era incipiente e pouco representava para a economia do município, é possível dizermos que o desenvolvimento industrial de Feira de Santana foi assinalado por características histórico-estruturais próprias, onde o comércio não foi contido pelas atividades industriais, permanecendo como a principal atividade econômica.

Mas a insistência na valorização da vida urbana marcava os novos tempos, onde a ânsia pela diminuição dos aspectos interioranos da cidade e a alteração dos contornos da moralidade, acentuava os aspectos positivos da urbanização como o grande alicerce da modernidade feirense. Entretanto, a década de 1950, chegava

a *Princesa do Sertão*, estabelecendo ainda um convívio tenso entre o moderno e o tradicional.

Esta problemática repõe um dilema cujas raízes mais profundas podem ser encontradas na radicalização das tendências conflitivas que constituem a modernidade – emancipação e controle (GIDDENS, 1991); racionalização e subjetivação (TOURAINÉ, 1994); razão universal e individualismo (HARVEY, 1993); subjetividade e cidadania/ regulação e emancipação (SANTOS, 1995).

Nessa nova cidade, as tradições, continuariam existindo no espaço urbano, ainda que ocupando um espaço bastante delimitado, pois para as elites feirenses deveriam ficar escondidas nos distritos que representavam o mau gosto e o atraso, por acreditarem não ter lugar na cidade, que agora contava com ruas retas e praças urbanizadas.

Assim, começava a ser delineada uma modernidade que tinha como alicerce a valorização da urbanização a partir da qual as instituições civis, políticas, jurídicas e religiosas começavam a interferir na conduta dos sujeitos sociais buscando diminuir os aspectos interioranos da cidade e alterar os contornos da moralidade marcando os novos tempos, construindo a modernidade feirense.

Mas, se o progresso da urbanização era evidente, também o aguçamento da anulação de tradições representativas do tempo que ligeiramente se extenuava colocava em evidência a questão das identidades que culturalmente iam sendo estabelecidas, levando ao estreitamento dos laços de pertencimento dos grupos sociais que criavam seus símbolos distintivos, marcando uma reorganização do cenário político local (Ver HALL, 2000).

Aos novos códigos de modernidade se misturavam as particularidades da cidade atreladas a mecanismos de reprodução dessa modernidade, havia que se propagar a “cidade moderna, grande e bela” que era Feira de Santana. Não sem razão que o jornal *Folha do Norte* em agosto de 1950 (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 26 ago 1950, p.01), transcreveu *A Voz do Professor* pertencente a Associação Unificadora dos Professores Primários, com sede em Salvador, para sintetizar os encantos da Feira com “amplas e movimentadas avenidas, prédios modernos e vida social intensa”(FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 26 ago 1950, p.01)

[...] quando chegamos a Feira de Santana. Sabíamos, de antemão, que Feira era cidade moderna, grande e bela. Sabíamos também ser uma cidade populosa e movimentada. E sabíamos ainda que era culta, progressista e hospitaleira. Tudo, porém, excedeu à nossa expectativa. [...] Pequenininha e ativa célula desse organismo viril e gigantesco que é o nosso amado Brasil. Vimos em Feira, nas suas amplas e movimentadas avenidas, nos prédios modernos, na sua vida social intensa e na sua privilegiada posição de cidade tronco de todo o comércio interno bahiano, o celeiro exuberante e interminável de riquezas e esperanças crescentes. [...] Todos querem obsequiar, dar alguma causa ou simplesmente oferecer-se para mostrar os seus prédios e novidades. Concluímos finalmente, o nosso julgamento sobre Feira de Santana dizendo apenas a frase que nos veio à mente para sintetizar os seus encantos: imagem de mulher, sedutora, bela, forte e boa. (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 26 ago 1950, p.01)

Ainda que sob ótica dos visitantes a “hospitalidade dos feirenses fosse algo transcendente e inconfundível”, a ponto de “não se perceber as diferenças de classes”. Uma contradição permeava a *Princesa do Sertão* ao mesmo tempo em que era a cidade “moderna, grande e bela” era “pequenina” embora “ativa” enquanto “célula do organismo viril e gigantesco do Brasil”. A Princesa “sedutora, bela, forte e boa” conquistava uma posição privilegiada pelo fato de ser “tronco do comércio interno bahiano”(FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 26 ago 1950, p.01).

O recurso à incorporação do princípio feminino para representar a cidade projeta a imagem da cidade-mãe (hospitaleira), da cidade-fêmea (sedutora), recurso portador de valores que singularizavam a cultura feirense e também o seu projeto de modernização, uma vez que nos permite articular um entendimento da modernização como feminina, portanto, uma mulher a ser esculpida.

Esta face da representação da cidade insiste nas imagens agregadoras e harmônicas de sua relação com o projeto nacional de modernização. Assim, seus lugares, formas, olhares, falas e gestos eram tão femininos que faziam da *Princesa do Sertão* um complemento da virilidade nacional, deixando de ser um corpo para ser um membro feminino da região.

Ser uma Princesa numa modernização republicana naquele momento significava para os grupos sociais da pequena elite local, seguir as regras de implementação de projetos de melhoramentos do perímetro urbano, através da construção e manutenção de edifícios públicos, do incremento da indústria e da expansão dos volumes dos serviços comerciais, o que viria a colocar no centro do debate temas como ordem pública, moralidade e higiene, apregoando a submissão de práticas e comportamentos não tolerados a uma constante vigilância.

A cidade que via desaparecer os lugares de sua memória coletiva e muitas de suas tradições inventadas para a cidade reformada via surgir, paralelamente, lugares marcados pelo enaltecimento de uma elegância que autenticasse a modernização que estava se delineando, que representasse as mais elegantes do interior, as mais elegantes da *Princesa do Sertão*. Ao colunista social Eme Portugal caberia esse papel pedagógico (SANTOS, 2010).

As práticas discursivas de chamamento do feminino à tarefa de construção de um ideal de modernização, podem ser vislumbradas através das fofocas presentes na coluna social de Eme Portugal em que as mulheres eram notadas pelos seus atributos físicos. Como pontuou Simone de Beauvoir “o ideal da beleza feminina é variável, mas certas exigências permanecem constantes: entre outras se exige que seu corpo ofereça as qualidades inertes e passivas de um objeto, porquanto a mulher precisa deter o desejo” (BEAUVOIR, 1980, p.200).

Assim, à nova missão de mãe e esposa no patamar de Rainha do Lar, as mulheres deveriam investir na polidez, na elegância, na beleza, investir em fazer de si um artifício, reunindo os elementos necessários ao cumprimento de sua missão.

Eram nos espaços de sociabilidades que as mulheres, especialmente as moças

solteiras, poderiam exercitar a arte da sedução, valorizando seus atributos físicos através do vestuário e acessórios, entrando no jogo da conquista, sem, contudo, abrir mão de sua honra, enquanto virtude, respeitando a honra familiar.

Dirigindo-se a uma elite, e não à maioria da população, que permanecia sem acesso à versão do moderno e suas lições, propagadas nos periódicos do *Folha do Norte*, a linguagem direta presente na “Coluna Sociedade” auxiliava numa comunicação maior com o público leitor, já que um dos objetivos da coluna era rever de tudo quanto se passava nos eventos ocorridos no *Feira Tênis Clube*, ela era feita para os grupos sociais que faziam parte e frequentavam o clube, assim as notícias seguiam um tom de fofoca envolvendo, pois, o relato de fatos sobre o comportamento alheio, mais buscavam também construir memória e exercer uma função pedagógica na medida em que procurava imprimir um modelo que partia de um grupo social, mas que também atuava sobre ele, buscando orientar as percepções e as sensibilidades dos leitores a respeito da cidade e seus sentidos.

Associando humor e crítica social e uma clara militância pelo moderno, a “Coluna Sociedade” atuaria como veículo de propagação dos ideais do moderno, que não se circunscreveriam apenas ao âmbito da política ou da economia, mas também nas transformações dos costumes, dos comportamentos e das ideias daquele tempo. Num tom informal para dar um toque de intimidade com o seu leitor, buscava atingir seu principal objetivo: transmitir um ideal de belo e de modelo para a construção de um corpo moderno.

De forma que, coerentemente com o projeto de afirmação da modernização em Feira de Santana, Eme Portugal expressou nitidamente não apenas que não se dirigia às famílias das classes populares, como também as faziam desaparecer da cidade.

Mas, o investimento na modernização e na implantação de atitudes modernas não foi apenas na cidade, e com as moças feirenses, também aos rapazes seria lançado o artificialismo moderno que buscava afastar as novas gerações do modelo de masculinidade que representavam os patriarcas do passado. Numa cidade como Feira de Santana, enraizada numa tradição que enaltecia a masculinidade, a virilidade conviveria de forma tensa com a lógica da modernização dos hábitos, das aparências, onde as normas do bom gosto e da elegância estariam longe de serem avaliados como atributos estritamente femininos.

Aos homens inseridos na Feira de Santana dos anos de 1950 não cabiam mais as rudezas de costumes, a rigidez de caráter, mas também se temia uma afeminação (SIMÕES, 2007). Se a masculinização da mulher assinalava o declínio da instituição familiar na medida em que subvertia a ordem da dominação masculina. Também a possibilidade de feminilização do homem caracterizaria um atentado à moralidade pública, a honra familiar.

Assim, houve a necessidade de encaminhar os moços na apropriação do lugar social que lhes pertenciam por seu direito à precedência, para que não se desviassem

do destino de capitalizar alianças políticas, econômicas e familiares, mantendo a honra precedente, a moral e os bons costumes. De qualquer modo, os esforços feitos no intuito de construir para a *Princesa do Sertão* um lugar característico daquela modernidade foram estabelecendo novas identidades na quais jovens rapazes da pequena elite local feirense, articulando alianças matrimoniais tornavam-se orgulhosos de suas qualidades intelectuais e morais, vaidosos pelo poder financeiro que detinham. Com essa premissa que Eme Portugal apresentava aos brotos feirenses a lista dos maiores partidos da *Princesa* (FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 07 jun 1958, p.06).

Naquilo que podemos apreender que os lugares destinados às sociabilidades evidenciadas pelo colunista social Eme Portugal, eram espaços de negociação de honras, destacando-se, entre outros critérios, as virtudes pessoais, em que a elegância, a beleza física e o comportamento virtuoso se constituíam no capital feminino, enquanto que para os moços levava-se em conta o capital econômico, o prestígio político (PITT-RIVERS, 1992).

Numa modernização em que tudo que não condizia com os significados de uma cultura urbana moderna ficava de fora do quadro esboçado, a *Princesa do Sertão* começaria a adquirir experiência no jogo das relações sociais, aprendendo a se desinibir e a freqüentar lugares sofisticados, a apresentar-se elegantemente, sem, contudo, deixar de ser honrada. O tempo mudava as faces da *Princesa do Sertão*. Como uma moça que entrava para uma fase da vida marcada por ambivalências, havia uma convivência contraditória dos elementos de sua emancipação e de sua subordinação, sempre em choque e negociação.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

PITT-RIVERS, Julian. "A Doença da Honra". In CZECHOWSKY, Nicole (Org.). **A Honra: Imagem de Si ou o Dom de Si – Um Ideal Equívoco**. Porto Alegre: R&PM, 1992.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. **Moderna, mas honrada: moralidade e honra sexual Feira de Santana (1940 – 1960)**. Salvador: Saggá, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Cristiane Lima. **Moderna, mas honrada: moralidade e honra sexual Feira de Santana**

(1940 – 1960). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, 2010.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. **Os homens da Princesa do Sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1928)**/ Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)

Célio Augusto de Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –
UESB

Departamento: Programa de Pós-Graduação em
Memória: Linguagem e Sociedade
Vitória da Conquista - BA

RESUMO: Neste texto analisa-se a influência do tráfico de escravos na formação e na estabilidade das relações familiares de escravos, no termo de Santo Antônio da Barra (atual município de Condeúba), no Sertão da Ressaca, área localizada na Serra Geral às margens dos rios Gavião e Condeúba, fronteira entre o Norte da Província de Minas Gerais e os sertões de Caetité e Rio de Contas, na Bahia, no período entre 1860 a 1888. Por meio de Livros de Notas de compra e venda de escravos, de inventários *post-mortem* e de Livros de Batismos, dá-se a aproximação do objeto estudado. As leituras bibliográficas e a análise das fontes documentais ajudaram a compreender a relação entre tráfico de escravos e família escrava na localidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão da Bahia, Tráfico de escravos e Relações familiares.

**TRAFFICKING OF SLAVES AND FAMILY
FORMATION AT THE TERM SANTO
ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)**

ABSTRACT: This paper analyses the influence of the slave trafficking the formation and stability of family relationship of slaves, in the term of Santo Antônio da Barra (current municipality of Condeúba), in the Sertão da Ressaca, an area located in Serra Geral on the banks of Gavião and Condeúba rivers, frontier between the North of the Province of Minas Gerais and the backwoods of Caetité and Rio de Contas in Bahia, in the period between 1860 and 1888. By means of Books of purchase and sale, *post-mortem* inventories and Books of Baptisms, we give the approximation of the object studied. The bibliographical readings and analysis of documentary source helped to understand the relationship between slave trade and slave family in the locality.

KEYWORDS: Sertão da Bahia, Slave trade and Family relationships.

**TRÁFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO
FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO
DA BARRA – BA (1860-1888)**

No texto que se segue analisa-se a influência do tráfico de escravos na formação e na estabilidade das relações familiares de escravos, no período entre 1860 a 1888, no termo de Santo Antônio da Barra (atual município de Condeúba), no Sertão da

Ressaca, área localizada na Serra Geral, às margens dos rios Gavião e Condeúba, fronteira entre o Norte da Província de Minas Gerais e os sertões de Caetitê e Rio de Contas, na Bahia. O lugar, localizado na Mesorregião Centro Sul Baiano, dista 660 km da capital, Salvador (IBGE, 2008); e a sua extensão era equivalente a 20 léguas de leste a oeste, com mais de 30 mil habitantes (AGUIAR, 1979, p. 188).

Por meio de Livros de Notas de compra e venda de escravos, de inventários *post-mortem* e de Livros de Batismos, dá-se a aproximação do objeto estudado. As leituras bibliográficas e a análise das fontes documentais ajudaram a compreender a relação entre tráfico de escravos e família escrava na localidade.

O termo de Santo Antônio da Barra, até 1900, aproximadamente, tinha sob sua jurisdição uma vasta área, composta por fazendas e povoados que, no decorrer do século XX, foram se desmembrando, tornando-se juridicamente autônomos e transformaram-se nos atuais municípios: Condeúba, Cordeiros, Piripá, Tremedal, Presidente Jânio Quadros, Guajeru, Jacaraci, Maetinga e Caraíbas (NEVES, 2003, p. 19).

O fortalecimento da conquista e a intensificação do povoamento dessa localidade ocorreram em fins do século XVII, depois do enfraquecimento das minas no Norte de Minas Gerais, Rio de Contas e na Chapada Diamantina, na Bahia. Muitas famílias saídas dos garimpos, vindas de Salvador e de outras localidades, formaram currais e fazendas de gado nas beiras dos rios, se estabeleceram com seus agregados e escravos, promoveram agricultura diversificada e conexões comerciais. As riquezas conquistadas com a mineração e o comércio possibilitaram a formação de novos potentados, constituídos por fazendeiros, política e economicamente influentes, das localidades das lavras e da Serra Geral, legitimados pelos interesses da Coroa portuguesa.

Santo Antônio da Barra surge neste contexto. Em meados do século XVIII, a partir de um pequeno povoado, à margem direita do rio Gavião, espaço onde os moradores erigiram uma capela com o nome de Santo Antônio de Pádua. O lugar foi considerado estratégico por ser um entreposto que conectava as áreas de garimpo, intercambiando as rotas comerciais Sul, Sudeste, Centro-Oeste ao Nordeste. As conexões se fizeram por estradas e rios que interligavam os lugares mais distantes da colônia ao império português, espalhados pelos “quatro cantos do mundo”. As estradas antigas, construídas pelos sertanistas baianos, foram reformadas no século XIX e outras foram abertas com objetivo de ligar as vilas, cidades e províncias, o que demonstra como eram intensas as intermediações comerciais e culturais por todo sertão (TEIXEIRA, 1998, p. 23).

O início desse empreendimento se deu, aproximadamente, a partir de 1707, quando o sertanista Pedro Barbosa Leal encabeçou várias incursões, denominadas de “Entradas”, e conquistas pelo território de Itacambira seguindo os mesmos padrões da administração da Coroa portuguesa para as colônias, cujo objetivo era manter o controle sobre o fluxo de gentes e o descaminho das pedras e metais preciosos das

outras localidades de mineração. A presença de uma população heterogênea nessas áreas, que reunia povos indígenas e colonos, fez com que Leal, a mando da Coroa portuguesa, estabelecesse a primeira comarca da Vila de Jacobina, em 22 de junho de 1722, no interior da Bahia, área que abarcava Minas Novas, no Norte de Minas Gerais (COSTA, 1916, p. 239). Dessa forma, se deu a organização e o ordenamento das sociedades sertanejas.

O coronel Leal fundou a Vila de Nossa Senhora do Rio de Contas, localizada na Serra das Almas, na Chapada Diamantina, no ano de 1725, após instalar a administração na Vila de Jacobina, novamente por determinação do rei que em correspondência ao governador da Bahia diz: “logo no Rio de Contas uma vila com o seu magistrado, não só pelo que respeita a boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca a se evitar nos distúrbios e desordens que cometem aqueles moradores como refugiados” (ACCIOLLI, 1937, p. 358).

Leal e tantos outros, chamados de agentes integralizadores ou imersores, promoveram a interiorização da Metrópole e alicerçaram a conquista. A montagem dessa estrutura administrativa, muito bem articulada nas áreas de exploração do sertão, se constituiu parte das estratégias utilizadas pelo império português, em todos os pontos do globo onde manteve as suas colônias. Um beneficiário desse processo foi o português Capitão João Gonçalves da Costa, sertanista e ex-escravo que, em meados do século XVII, se estabeleceu como conquistador, proprietário de escravos e de terras no Sertão da Ressaca, próximo a Serra Geral. Nessa área, no início do século XIX, Costa ergueu a Imperial Vila da Vitória. Juntos, Mariz, Guimarães e Costa, subordinados ao governo português, “estruturaram os alicerces da conquista, construindo os mecanismos de controle metropolitano mediante a interiorização das instituições do estado português, num processo incessante de adaptabilidades” (IVO, 2012, p. 21), responsáveis pela conexão dos sertões ao mundo ultramarino.

Os sertões, sobretudo as áreas de concentração das minas, tornou-se espaço de interesse político e econômico. Pode-se constatar isso na história da colonização do Brasil, desde o século XVII, quando viajantes, exploradores e conquistadores empreendiam diversas ações de demarcação e ocupação das terras, abertura de caminhos, conquista e redução dos gentios, além de descobertas de minas, que inauguraram um novo circuito econômico e mercantil para europeus, africanos, luso-brasileiros e asiáticos, povos dos locais onde as colônias portuguesas estiveram presentes.

O desenvolvimento econômico e comercial do Brasil teve como suporte o uso da mão de obra escrava. A escravidão, a mineração, a pecuária, a agricultura e o comércio alargaram as fronteiras e contribuíram para a consolidação da colonização no interior do país (NEVES, 2012, p. 55).

O crescimento do comércio de escravos vindos do continente africanos foi, até a primeira metade do século XIX, o responsável pelo aumento do número de cativos nas áreas mineradoras de Rio de Contas, Chapada Diamantina e Norte de

Minas Gerais (KLEIN, 1987; PAIVA, 2001). Sem desconsiderar a existência do tráfico interno, anterior a esse período, observa-se que a partir de 1850, foi mais intenso o comércio ilegal de escravos de origem africana, com características mais dinâmicas, devido ao atrativo econômico que a região do Sudeste cafeeiro apresentava (MOTTA e MARCONDES, 2000; FLORENTINO, 1997; NEVES, 2000; ALMEIDA, 2012).

Conrad (1978, p. 64) reforça que quando o tráfico africano foi definitivamente proibido, a sociedade se ajustou à nova realidade, intensificando o tráfico interno de escravos.

Grande parte dos escravos traficados para o Sudeste, provenientes das regiões Norte/Nordeste, passou pelo sertão da Serra Geral, por ser uma área economicamente ativa e geograficamente estratégica, que interligava o Nordeste ao Sudeste e ao Sul, e as áreas mineradoras do país (NEVES, 2000, p. 98).

Nesse contexto, senhores de escravos e traficantes intensificaram os tráficos interprovinciais, intraprovinciais e/ou locais para aquisição de mais escravos, para as províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais. Isso demonstra a importância do comércio como um mecanismo de reprodução da mão de obra para a manutenção/ampliação do contingente escravo. Esta é uma das perspectivas analíticas na qual a historiografia tem se debruçado para responder questões sobre o aumento da mão de obra cativa na segunda metade do século XIX. Outra, diz respeito ao aumento dos escravos por meio da reprodução natural, destacando a importância da família escrava (FREIRE, 2009). Essas possibilidades não se excluem, ao contrário, contribuem para a análise sobre a manutenção/ampliação do quadro de escravos.

Sobre o tráfico de escravos em Santo Antônio da Barra, no Sertão da Serra Geral, é possível afirmar que, no decorrer da segunda metade do século XIX, o percentual de escravos africanos diminuiu, consideravelmente, em decorrência da proibição do tráfico pelo Atlântico. No Quadro 1, abaixo, tem-se uma amostragem do padrão demográfico de 1.528 escravos que emergiram da análise dos inventários *post mortem*, do termo de Santo Antônio da Barra:

Naturalidade	1860	1870	1880	Total	%
África	56	29	0	85	5,56
Província da Bahia (Salvador)	0	5	21	26	1,69
Província de Minas Gerais	0	5	11	16	1,03
Cidade de Maragogipe	2	2	0	4	0,25
Vila de Caetité	1	14	11	26	1,69
Imperial Vila da Vitória	0	20	1	21	1,36
Vila de Santo Antônio da Barra	1	229	74	304	19,89
Freguesia da Boa Viagem e Almas (atual Jacaraci)	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado)	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Brejo Grande	0	11	0	11	0,71
Freguesia das Lages	0	0	1	1	0,06
Freguesia de Maracás	0	1	0	1	0,06
Freguesia de Muritiba	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Rio de Contas	0	3	1	4	0,25

Freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê)	0	1	2	3	1,20
Freguesia da Serra do Morro	0	0	1	1	0,06
Não informa	452	542	28	1.101	72,05
Soma Geral	512	865	151	1.528	100

Quadro 1. População escrava de Santo Antônio da Barra em relação à nacionalidade africana e brasileira, entre 1860-1888

Fonte: Fórum Desembargador Jaime Bulhões - FDJB. Inventários de 1860 a 1888.

A configuração demonstrada no Quadro 1 aponta a nacionalidade dos escravos inventariados entre 1860 e 1888, pode ser considerada como parte do processo de construção social do Brasil, a partir da escravidão. Nota-se que 72,05% dos escravos não tiveram a naturalidade informada. Portanto, entende-se que eles tanto podem ter nascido no termo de Santo Antônio da Barra, quanto podem ter sido trazidos das áreas mineradoras do sertão da Bahia, do Norte de Minas Gerais e da Cidade de Salvador (capital da Bahia), a exemplo de alguns africanos registrados nos inventários. Sobre os escravos “brasileiros”, não é seguro afirmar de que freguesia são originários, porque um indivíduo poderia ser comprado várias vezes, em diferentes lugares, ou seja, o escravo poderia ter nascido em determinada freguesia ou província, ou ainda, ter sido comprado em qualquer lugar da Bahia, inclusive em vilas próximas ao termo, conforme demonstra o quadro.

Contudo, os 1.443 escravos nascidos no Brasil representavam a maioria da população cativa daquele termo, na segunda metade do século XIX, de acordo com a amostragem dos inventários. A presença de escravos africanos (85) nas décadas de 1860 e 1870 foi inferior à presença de escravos brasileiros, o que sugere a maior produção natural dos escravos. Nos inventários, nota-se que na década de 1860 foram encontrados 56 indivíduos, na década de 1870 foram 29 indivíduos e na década de 1880 não houve registro de indivíduos classificados como “africano”.

Pode-se constatar, pelo Quadro 1, que do total de 1.528 escravos identificados como africanos, crioulos, mestiços pardos e cabras, 304 indivíduos (19,90%) tinham nascido ali, o que sugere que os proprietários investiram na reprodução natural para o aumento e/ou manutenção da mão de obra cativa. Os demais nasceram em Minas Gerais (16), em Salvador (26), em Caetité (26), na Imperial Vila da Vitória (21), na Cidade de Maragogipe (4), na Freguesia do Brejo Grande (11), na Freguesia do Rio de Contas (4), na Freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê) (3). Vindos das Freguesias de Boa Viagem e Almas, Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), Lages, Maracás, Muritiba e Serra do Morro, somaram-se seis (6) escravos.

Com o número de 16 indivíduos ou 1,03%, o Quadro 1 demonstra o intercâmbio com a província de Minas Gerais, num contexto em que o tráfico de escravos pelo Atlântico esteve praticamente abolido. O Recenseamento Imperial de 1872 apontou escravos provenientes de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Vê-se que as informações dos inventários e do censo apontam o intenso comércio

interprovincialde escravos. Contudo, segundo a amostragem dos inventários, nas três últimas décadas do século XIX somou-se 101 escravos das várias localidades da província da Bahia vivendo em Santo Antônio da Barra, o que corresponde a 6,60%. Este percentual demonstra a prevalência do comércio intraprovincial.

Retomando a discussão sobre o aumento da mão de obra escrava na segunda metade do século XIX, em Santo Antônio da Barra se confirma a perspectiva da reprodução natural, mais do que do comércio, pois os dados da pesquisa apresentam, nas três décadas, a soma de 304 indivíduos, ou 19,89%, declarados nascidos no termo. Esses dados reforçam a hipótese da reprodução natural como forma de manutenção e/ou ampliação do quadro de escravos no Sertão da Serra Geral, tornando mais evidente a formação da família escrava, entendida não somente como a união formal e oficial, formada por pai, mãe, filhos, mas também pela união entre mãe e filhos, e entre a viúva ou o viúvo, os filhos e demais parentes.

Essa forma de organização da instituição familiar, sentida no estudo dos inventários e dos registros de casamento, esteve presente na composição da paisagem social do lugar. De modo geral, no Brasil, a “família escrava” também comportava as relações familiares de parentesco extenso, abarcando avôs, avós, tios, tias, primos e até amigos mais próximos, cujas considerações eram como a de um parente (SOUZA, 2007, p.255-256). Nesse entendimento, percebe-se que o casamento formal e o conceito de “família”, definido no Código Filipino, não foi uma regra nas relações estabelecidas entre a população escrava do termo.

Sobre os estudos da família escrava no contexto da Bahia, verifica-se que foram mais intensificados a partir da década de 1970, com variados temas, que contrariavam a visão tradicional e preconceituosa de que os cativos, por causa da sua condição, não eram capazes de constituir estabilidade matrimonial e, conseqüentemente, familiar. Mattoso, em seu estudo sobre a família baiana do século XIX, corrobora com a visão de que a “família escrava” seria essencialmente parcial – mulher e filhos, e que a união entre os escravos eram “simples acasalamentos para a satisfação de necessidades exclusivamente sexuais” (MATTOSO, 1992, p. 129-132). Nesse entendimento, o casamento e a vida familiar foram “raridades” que escaparam a toda documentação consultada por Mattoso.

Diferentemente da visão tradicional apresentada por Mattoso (1992), Oliveira (1988), em seus estudos sobre os africanos libertos, a partir de seus testamentos, no período de 1790 e 1890, na Bahia, comprovou a união conjugal e a formação de grupos familiares compostos de parentescos extensos, que não seguiam, necessariamente, os padrões oficiais impostos pelo Código Filipino.

Nesta perspectiva, este texto concorda com os estudos de Oliveira (1988), pois os estudos nos inventários, registros de casamentos cartoriais e paroquiais, do termo de Santo Antônio da Barra, onde aparecem casamentos de escravos, apontaram para o conceito de “família escrava”, com a prevalência da constituição da “família matrifocal”, ou seja, a organização familiar em que se destaca a valorização do papel

materno e são enfatizadas as relações entre mães e filhos, cabendo sempre às mães a tomada das decisões, características que contrastam com as uniões entre marido e mulher.

Na Tabela 1, abaixo, com dados dos inventários de 1860 a 1880, verificou-se que da soma de 1.528 escravos, entre homens e mulheres, 433 eram solteiros. Os casados oficialmente somaram 61 indivíduos e apenas 1 foi declarado viúvo. Os que não informaram o seu estado civil somaram 1.033 indivíduos. Esse último dado confirma o baixo índice de uniões oficializadas ou legitimadas entre a população escrava.

Estado civil	Soma	1860	%	1870	%	1880	%
Solteiros	433	030	5,86	289	33,41	114	75,50
Casados	061	001	0,20	054	06,25	006	03,98
Viúvos	001	000	0,00	001	0,11	000	0,00
Não informa	1.033	481	93,94	521	60,23	031	20,52
Total	1.528	512	100	865	100	151	100

Tabela 1. Estado civil da população escrava de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Fonte: FDJB. Inventários de 1860-1888.

De acordo com o Inventário *post-mortem* do Tenente Alípio Ferreira de Faria, em sua propriedade, por exemplo, havia 43 escravos, entre esses, oito famílias formadas por mães e filhos: a escrava Eva com suas filhas Cecília e Norberta; Justina e sua filha Vicência; Victoria com a ingênuo Gregória; Ângela com a ingênuo Júlia; Benedicta com três ingênuos; Messias com dois ingênuos; Francisca e Nicácia com seus filhos ingênuos. Essa modalidade foi predominante na maioria das propriedades brasileiras (FLORENTINO & GÓES, 1997).

Santos (2015, p. 92), nos estudos sobre a formação familiar na Imperial Vila da Vitória, no século XIX, apresentou resultados próximos aos encontrados em Santo Antônio da Barra. De acordo com o autor, dos 1.209 escravos arrolados nos inventários, 382 tinham idade menor de 15 anos, representando 31,60% do total de escravos. Na faixa etária até essa idade, havia mais homens do que mulheres. A exceção ficou para os escravos na faixa etária de 10 a 14 anos, que concentravam o percentual de 13,00% do total. O autor destaca que a superioridade numérica de homens em relação às mulheres se observou entre os adultos, com exceção das faixas etárias de 25 a 29, 50 a 54 e 35 a 39. Nessa última, as mulheres atingiram maior percentual, com 5,80%.

Sobre a faixa etária dos escravos do termo de Santo Antônio da Barra, percebe-se que dos 1.528 escravos arrolados nos inventários, 472 indivíduos tinham idade menor de 15 anos, que representa 30,89% de escravos. Nas faixas etárias até essa idade, em números absolutos, havia mais mulheres que homens, com exceção da faixa etária de 10 a 14 anos, que concentrava o maior número de escravos homens, 11,68%, enquanto o percentual de mulheres era de 10,68%. A superioridade numérica de homens se observa também entre os adultos de 15 a 24 anos, dos quais 170 eram

homens e 159 mulheres. Também nas faixas de 25 a 29 e de 50 a 54 anos, o número de homens foi superior, com 0,65% a mais. Já na faixa etária de 35 a 39 anos, o número de mulheres, 49 ou 6, 63%, foi superior ao de homens, 49 indivíduos ou 5,08%.

Os dados na Imperial Vila da Vitória, bem como os do termo de Santo Antônio da Barra, corroboram com as hipóteses de reprodução natural para a manutenção e/ou ampliação da posse de escravos e de formação da família matrifocal estável. Embora o tráfico de escravos tivesse interferido na estabilidade das relações familiares, não houve ruptura total da ligação entre os entes. Em estudo sobre a escravidão nas comarcas de Caetitê e Rio de Contas, entre os anos de 1860 a 1920, Pires (2009, p. 117) explica que a presença de famílias escravas no sertão baiano apresenta “um número maciço de crianças nascidas e criadas por famílias de igual trajetória. Outros números indicam equilíbrio entre os sexos e aludem para a formação de famílias estáveis”, apesar do tráfico. Pires (2009, p. 440) afirma que “muitos senhores, talvez temendo a revolta e buscando evitar maiores complicações, negociavam todos os membros de uma família ou os conservavam na região”.

Considera-se que o tráfico de escravos foi bastante intenso nas áreas do Sertão da Serra Geral, onde se localizava o termo de Santo Antônio da Barra, no decorrer da segunda metade do século XIX. Neste lugar se estabeleceu uma população bastante heterogênea, formada a partir da população na qualidade de indígenas, africanos, crioulos e mestiços cabras e pardos; na condição de escravos, forros e livres brancos e/ou mestiços. Mesmo que o tráfico fosse intenso nessa área, houve o predomínio da formação familiar, entendida como a estabilidade dos laços de parentesco, que garantiam o contato e alguma forma de aproximação entre os entes. A análise dos documentos e as bibliografias possibilitaram perceber as relações cotidianamente estabelecidas por esses sujeitos. Esses fatos, entre outros, como já dito, corroboraram para a produção natural, sistematicamente incentivada para a manutenção e/ou a posse escrava, por muitos proprietários dos sertões da Bahia e de outras províncias.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Ignácio. **Memórias e políticas da província da Bahia**. Anotações de Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e Libertos nas minas do Rio de Contas** – Bahia, século XVIII. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: UFBA, 2012.

COSTA, Afonso. “**Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora**”. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, 1916.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio

de Janeiro, século XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FARIA, Tenente Alípio Ferreira de. Inventário nº 527 de 1879. Fonte: FDJB.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2009.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho**: trânsitos culturais e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2012.

KLEIN, Hebert. **Escravidão africana**: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTTA, José Flávio e MARCONDES, Renato Leite. **O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista**: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP. 2000. p. 267-299.

NEVES, Eivaldo Fagundes. **Sampauleiros traficantes**: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. Revista Afro-Ásia (2000). p. 97-128.

_____. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

_____. **Escravidão, pecuária e policultura**: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. **O liberto**: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio, 1988.

PAIVA, EADUARDO França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, família, solidariedade...**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: EDUSC, 2007.

TEIXEIRA, José Cid. **Bahia, caminhos..., estradas..., rodovias...: notas para a história**. Salvador: EGBA, 1998.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO

Maralice Maschio

FAMA – Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente
Clevelândia-PR

RESUMO: No dia 31 de outubro de 2017, comemoraram-se os 500 anos da Reforma Protestante. Após cinco séculos, o Protestantismo passou por diversas transformações. Inúmeras igrejas e denominações religiosas surgiram com interpretações da Bíblia e diferentes formas de organização teológica. As comemorações e lembranças em todo o mundo desse movimento – que provocou um profundo impacto não apenas religioso, mas também político e social naquele contexto – possibilitam-nos a pensar o quanto o estudo do protestantismo é importante e atual, para além do âmbito acadêmico. Afinal, atualmente, no Brasil, apesar do Estado não ser confessional, verifica-se a presença de discursos de matrizes religiosas na cena política. Inclusive, nos últimos anos, é crescente a presença de lideranças evangélicas ocupando cadeiras parlamentares, trazendo em seus discursos elementos de diferentes vertentes do Protestantismo. Tendo em vista isso, construímos uma trajetória histórica para pensar permanências e rupturas nas construções dos pertencimentos religiosos, do Protestantismo aos palcos de denominações

religiosas recentes ou emergentes, como são mais conhecidas. Integrar ou pertencer? Eis um ponto de valor para nós. Daí a tentativa de mostrar o percurso, que é percurso, mas não é evolutivo e nem excludente. Afinal, a emergência não delimita a morte do que já partiu. É como pensar um carro em movimento, olhando a pluralização religiosa brasileira e igrejas e denominações religiosas como exemplos desse caldo tão diverso.

PALAVRAS-CHAVE: Protestantismo; Pentecostalismo; Denominações religiosas emergentes; Percurso; Pluralidade evangélica.

SOME HISTORICAL CONTRIBUTIONS TO THE BRAZILIAN EVANGELIC LAND COMPLEX

ABSTRACT: On October 31, 2017, the 500th anniversary of the Protestant Reformation was celebrated. After five centuries, Protestantism underwent several transformations. Numerous churches and religious denominations have sprung up with interpretations of the Bible and different forms of theological organization. The worldwide commemorations and recollections of this movement – which had a profound impact not only religious, but also political and social in that context – enable us to think how important and current the study of Protestantism is, beyond the academic real. After all, currently, although the state is not confessional, there is

the presence of discourses of religious matrixes in the political scene. Even in recent years, there is a growing presence of evangelical leaders of Protestantism. In view of this, we have built a historical trajectory to think about permanences and ruptures in the construction of religious belonging, from Protestantism to the stages of recent or emerging religious denominations, as they are better known. Integrate or belong? This is a point of value for us. Hence the attempt to show the course, which is a course, but is not evolutionary nor exclusionary. After all, the emergency does not limit the death of what has already left. It is like thinking of a moving car, looking at Brazilian religious pluralization and churches and religious denominations as examples of such a diverse broth.

KEYWORDS: Protestantism; Pentecostalism; Emerging religious denominations; Route; Evangelical plurality.

1 | INTRODUÇÃO

A partir das três vertentes oriundas da Reforma Protestante no século XVI: o Luteranismo, o Calvinismo e o Anglicanismo torna-se possível construir um trajeto histórico atentando para as igrejas evangélicas que chegaram ao Brasil desde o século XIX. Com tal percurso busca-se elucidar como se construiu um terreno religioso propício para a emergência de denominações específicas contemporâneas, deixando em aberto alguns questionamentos: qual a contribuição do Protestantismo/Pentecostalismo para o século XXI? Historicamente é possível lançar a hipótese de houve promessas não cumpridas que sirvam como chave explicativa para a proliferação de igrejas e denominações religiosas ou, até mesmo, dos cada vez mais evidentes trânsitos religiosos, especialmente entre evangélicos brasileiros?

2 | 'POR UM PERCURSO HISTÓRICO': OS EVANGÉLICOS NO BRASIL

Sob o ponto de vista religioso, os evangélicos brasileiros apresentam-se através de dois sujeitos: o evangélico/protestante, propriamente dito ou tradicional, juntamente com o evangélico pentecostal, e o outro representa o universo neopentecostal. Não esquecendo que o movimento religioso protestante já nasceu plural e pluricentrado. Para Mendonça (1997), a história protestante marcou rupturas e sinais de divergências em seu interior (as três Reformas Protestantes: Luterana, Calvinista e Anglicana) em que cada igreja cristã justifica a sua existência ao tentar, à sua maneira, levar adiante a missão que entende ter-lhe sido confiada por Jesus.

Paul Freston (1994) trabalhou com a ideia de ondas para explicar o fenômeno religioso do Pentecostalismo no Brasil ressaltando “de um lado, a versatilidade do pentecostalismo e sua evolução ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, as marcas que cada igreja carrega da época em que nasceu” (FRESTON, 1994, p. 71). A primeira onda é da década de 1910 com a chegada quase simultânea da Congregação Cristã

e da assembleia de Deus. A segunda é dos anos 1950 e início dos 1960, com a Igreja Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor. A terceira onda começa no final dos anos 1970 e ganha força nos 1980 com sua representante máxima a Igreja Universal do Reino de Deus e outro grupo expressivo na Igreja Internacional da Graça de Deus.

Autores como Ricardo Mariano (2010) trabalham com as divisões pentecostais, abordando o último grupo como neopentecostal. A Igreja Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo, fundadas por pastores brasileiros, constituem as principais igrejas neopentecostais do país. No plano teológico, caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais. Mariano atribui o fenômeno à segunda metade dos anos 1970, com visibilidade e fortalecimento no decorrer das décadas seguintes. Atualmente, os movimentos avivados e pentecostais aparecem como a tendência dentro da cultura evangélica.

Estudos como o do antropólogo social Airton Luiz Jungblut (2007) tem observado o público evangélico, suas condutas e modos de ser nas últimas décadas, acreditando que a minimização do tradicional rigor puritano e do sectarismo de alguns grupos é a tradução do expressivo crescimento numérico dos segmentos evangélicos no Brasil. Magali Cunha (2007) caracterizou os últimos trinta anos como a explosão gospel. É a redefinição de uma espécie de novo modo de ser na igreja, relacionar-se com Deus, reinterpretar e relativizar doutrinas e costumes, entendido por ela como cultura gospel. Aproximando-se de trabalhos como o de Cunha, procura-se pensar os protestantismos e pentecostalismos dentro da chave cultural, como cenários que constituem a cultura, especialmente por intermédio de denominações religiosas desde suas origens até as Igrejas Emergentes, que especialmente se voltam para Jovens.

Para o entendimento do processo é necessário recuar um pouco no tempo. No contexto sociopolítico da década de 1970 houve a passagem entre o Milagre Econômico e o início de uma estagnação, com crise econômica em razão da crise do petróleo, em 1973. Com isso, o próprio setor empresarial que vivia os proveitos do regime militar começa a se afastar e a negar apoio ao regime, procurando outros caminhos com setores moderados e com o MDB para uma transição. Maria Hermínia T. de Almeida e Luís Weis (1998) discutiram questões cotidianas que envolviam a oposição da classe média brasileira, especialmente a mais intelectualizada (também composta por advogados, jornalistas, arquitetos, músicos, estudantes politicamente ativos), ao Regime Militar. Ao investigar aspectos como o trabalho, o risco do ofício, na universidade, na cultura do protesto, percebe-se que a clandestinidade, as prisões, a família, entre outros, que se configuraram como um clássico da história da vida privada do período da ditadura militar (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 327).

O Neopentecostalismo, consolidado entre os anos 70 e finais dos 90, no Brasil,

lançou as bases para profundas transformações no cenário evangélico, alicerçadas pela própria conjuntura vivenciada no país, quando não, apropriando-se dela para fazer valer suas propostas e estratégias receiptuárias de sucesso. Precisamos indagar em que medida tais estratégias se fizeram sentir no conjunto da população, quais grupos foram efetivamente atingidos, onde se verificam vazios e, se for possível identificá-los, qual sua real influência e capacidade de diferenciação dos movimentos anteriores (Protestantes/Pentecostais), bem como até que ponto alicerces foram criados para movimentos posteriores. Paul Freston (1994) apresenta o contexto brasileiro de formação do Neopentecostalismo ou terceira onda pentecostal da seguinte forma:

O país do pentecostalismo da 3ª onda adapta-se às mudanças do período militar: o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão de mão-de-obra do campo; a estrutura moderna de comunicação de massa que, no final dos anos 70, já alcança quase toda a população; a crise da igreja católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica dos anos 80 em contraste com a 2ª onda de igrejas paulistas fundadas por migrantes de nível cultural simples. A 3ª onda é, sobretudo, de igrejas cariocas fundadas por pessoas cidadinas de nível cultural um pouco mais elevado e pele clara. Iniciou-se no contexto do Rio de Janeiro marcado pela decadência econômica, pelo populismo político e pela máfia do jogo; o novo pentecostalismo se adapta facilmente com a cultura urbana influenciada pela televisão (FRESTON, 1994, p. 131-132).

A terceira onda pentecostal ou neopentecostalismo tem como representante máxima a Igreja Universal do Reino de Deus, criada em 1977, no Rio de Janeiro/RJ, e outro grupo expressivo com a Igreja Internacional da Graça de Deus, em 1980, na mesma cidade/estado. Também são consideradas expressões do neopentecostalismo a Igreja de Nova Vida, iniciada em 1960, no Rio de Janeiro, a Comunidade da Graça, em 1979, também na mesma cidade/estado, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, em 1976, em Goiás, a Cristo Vive, em 1986, no Rio de Janeiro, a Renascer em Cristo, em 1986, em São Paulo, a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, em 1994, também em São Paulo, a Igreja Mundial do Poder de Deus, em 1998, em Sorocaba, entre outras. De acordo com Mariano (2010),

o prefixo *neo* mostra-se apropriado para designar a formação de um caráter inovador, na década de 70, que representou as dissidências pentecostais das Igrejas Protestantes, posteriormente nominadas de movimento carismático. São organizações abertas a todos indistintamente, que exigiam de seus clientes apenas o pagamento dos produtos adquiridos. Em seus cultos concede liberdade às expressões emotivas, propiciando catarse individual e coletiva, ênfase no diabo e na guerra espiritual contra os demônios, pouca inclinação à tolerância e ao ecumenismo, oposição aos cultos afro-brasileiros, crença vinda dos EUA difundida por literatura, utilização de meios de comunicação de massa, técnicas de marketing e estrutura empresarial. Pregação enfática da teologia da prosperidade, participação na política partidária e liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade (MARIANO, 2010, pp. 33-36).

Para discutir os protestantes e a política no Brasil, especialmente entre 70 e 80, Freston (1993) admite que denominações históricas como a Igreja Presbiteriana do

Brasil, desde os anos 60, perderam lideranças intelectuais e capacidade de reformar o mundo protestante. Geralmente dirigidas por membros das igrejas históricas, mas com certa penetração no meio pentecostal, elas representam o maior canal de influências do protestantismo histórico sobre o pentecostalismo e vice-versa.

O período democrático no Brasil permitiu visualizar a participação protestante na política, pois pelo efeito do regime militar, “a participação política protestante não se fará sentir até 1986” (FRESTON, 1993, p. 157). Apesar do contexto, no Nordeste e Centro-Oeste, as participações políticas notáveis entre os protestantes só acontecem a partir das eleições de 86. Nas demais regiões, o processo foi um tanto diferente, especialmente, desde 1950, em virtude do processo de urbanização e do crescimento dos evangélicos nessas localidades. O processo é explicado por Freston (1993) pela pulverização partidária pós-79, cujas forças políticas buscaram apoio renovado de determinados grupos, como os evangélicos.

Os anos de 1986 representam uma espécie de marco da erupção pentecostal na política, sendo a atuação política dos protestantes transformada com a entrada de candidatos oficiais, de igrejas pentecostais, na arena política. O núcleo da nova classe política evangélica segue trajetórias (destaques religiosos como evangelistas itinerantes, cantores ou apresentadores da mídia evangélica, capitais familiares de filhos ou genros de pastores presidentes e empresários pentecostais que fazem acordo com a cúpula eclesiástica). Dito isso,

A característica fundamental é a entrada em peso de deputados pentecostais, sobretudo da Assembleia de Deus. Essa novidade implica em uma nova dispersão geográfica e partidária, novo perfil social e novas trajetórias políticas. A AD é a igreja de extensão nacional por excelência; sua entrada provoca grande aumento na representação do Nordeste e do centro oeste, e dos estados menores do Norte. A característica mais importante, porém, é que a irrupção pentecostal não é fruto de iniciativas descoordenadas. Quase a metade dos parlamentares protestantes pós 1987 são candidatos oficiais de igrejas pentecostais, uma modalidade praticamente inédita. Há várias consequências disso. Inverte-se a tendência do período anterior de estar ligeiramente à esquerda da média do congresso. A nova tendência é mascarada inicialmente pelo inchamento do PMDB em 1986, mas com a implosão deste em 1988 a um refluxo para certas siglas que refletem a busca fisiológica que decorre da relação desses políticos com a comunidade religiosa, bem como a sua marginalização na vida partidária. A origem social da nova classe política protestante é mais humilde, evidenciada pela média educacional e pela cor. São pessoas que, pela origem, pelo tipo físico (o pentecostalismo é o único grande ramo do cristianismo fundado por um negro) e pelo discurso, tipificam a clientela de suas igrejas. Identificam-se com o estilo cultural do protestantismo popular mais do que com os estilos dominantes de discurso político. Por outro lado, não são pessoas médias de suas comunidades antes, são exemplares nos resultados da conversão, seja na liderança religiosa ou na ascensão econômica. Não são pessoas destacadas no mundo (secular) dos pobres; são pobres que se deram bem e se elegem pelo seu capital religioso e/ou econômico (FRESTON, 1993, p.180).

O ano de 1986 representou mudanças na Assembleia de Deus, a exemplo da repercussão do livro *Irmão vota em irmão*, do líder assembleiano e assessor do senado,

Josué Sylvestre. Textos bíblicos como “Quem sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado” e “Amai-vos uns aos outros” apoiaram a tese. Uma vez que o voto é secreto, essas passaram a ser armas fortes a disposição dos líderes para arregimentar os fiéis. A Igreja do Evangelho Quadrangular seguiu o exemplo da Assembleia de Deus. (FRESTON, 1993).

Conseqüentemente, a constituinte representou um momento em que seria possível reescrever o Brasil. De fato, a Assembléia Nacional Constituinte mobilizou muitas minorias e os pentecostais apenas seguiram a esteira. No entanto, a mesma Bíblia que, em momento anterior, justificou o apoliticismo, também passou a falar de um *Destino político manifesto dos Evangélicos*, herdeiros das promessas do antigo testamento, dando aos líderes da Assembleia de Deus a justificativa e a explicação de seu engajamento político pela ideia de duas ameaças: à liberdade religiosa e à família (FRESTON, 1993).

Além da família, o maior foco de interesse protestante foram os meios de comunicação. A subcomissão de comunicação foi presidida pelo batista Arolde de Oliveira, ex-ministro que fez carreira política na área das comunicações e ligou-se ao pastor Nilson Fanini. Nesse período, a bancada evangélica ganhou várias concessões de TV e rádio, transferidas para as respectivas igrejas. Duas votações influenciaram a imagem pública da bancada evangélica: a reforma agrária e o mandato de Sarney. Na primeira votação a posição dos evangélicos sobre a função social da propriedade produtiva foi decisiva. Embora 50% dos constituintes tenham votado a favor, somente 29% dos evangélicos o fizeram (25% pentecostais e 33% históricos). No caso do mandato de Sarney foi diferente. Matheus Iensen, da Assembleia de Deus, fez a emenda a favor de 5 anos, coletando mais assinaturas do que a emenda contrária do senador Maranhense, Edison Lobão. O fato serve como exemplo da utilização política da tradição apocalíptica da Assembleia – a culpa da má administração não era a de Sarney, confirmando a Bíblia de que o mundo iria mal quando estivesse perto do fim (FRESTON, 1993).

A Igreja de Nova Vida (1960) também foi um marco do período. Representou o berço da Igreja Universal do Reino de Deus e foi formadora de líderes como Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares. Fundada pelo canadense Robert McAlister, que rompeu com a Assembleia de Deus, em 1960, para investir num estilo de renovação carismática norte-americana, com incorporação midiática, organização centralizada e personalista (FRESTON, 1994). A Nova Vida nasceu na esteira de seu programa radiofônico *A Voz de Nova Vida*, sendo pioneira de um carismatismo de classe média e um estilo de liderança de pastores estrangeiros. No Brasil, atraiu pessoas de classe média-baixa, formando líderes que buscaram inovar o pentecostalismo de massa.

A história da Igreja Nova Vida tem seu início confundido com a própria história do bispo fundador, porque teve origem vinculada ao missionário, que trouxe para o Brasil uma nova forma de Pentecostalismo, diversa das tradicionais, em 1960. A história começou com os bisavós de McAlister, tendo ele participado de muitos eventos da

Rua Azusa, que deu origem ao Pentecostalismo, estando, hoje, na quarta geração de pentecostais da família, com mais de oitenta parentes missionários espalhados pelo mundo. Após o falecimento de McAlister, havia 50 igrejas no Brasil, juntamente com o Instituto Bispo Roberto McAlister de Estudos Cristãos, para preparar missionários. Atualmente, no Brasil, há aproximadamente 260 igrejas. McAlister, quando veio para o Brasil, implantou uma grande obra de evangelização conhecida como “Cruzada de Nova Vida”.

A Igreja de Nova Vida nasceu em 1960, após a transmissão, pela primeira vez, no Programa de Rádio *A Voz da Nova Vida*, Rádio Copacabana. Por intermédio do programa, McAlister fundou a primeira de muitas igrejas evangélicas renovadas no Brasil: a Cruzada de Nova Vida. O impacto da igreja, efetivamente, deu-se pela rádio. Em 1963, visando alcançar todo o Brasil, o missionário transferiu o programa para a Rádio Mayrink Veiga. A Rádio Guanabara também transmitiu o programa até ser transferido para a Rádio Relógio, comprada pela Igreja de Nova Vida, em 1967. A partir daí, a igreja ampliou seus programas, a exemplo do Café Espiritual. Constantemente, a audiência, que enfatizava a cura de enfermidades foi crescendo até que, em seu primeiro ano, lançou-se o primeiro livro do pastor *Perguntas e Respostas sobre a cura divina*, que se esgotou no primeiro mês, doado para quem escrevia para o programa.

A audiência e a participação dos ouvintes nos programas de rádio auxiliaram na criação presencial do Culto com os amigos do Pr. Roberto, na Praça da Penha, no bairro Tijuca/RJ, cujos encontros resultaram, no dia 13 de maio de 1961, no primeiro culto, de Dia das Mães, em salão fixo e com lugar específico. Os escritórios de gravação da Nova Vida também começaram a ser utilizados como gabinetes pastorais e foi inaugurada a primeira igreja de Nova Vida, em Bonsucesso/RJ, em 1965. No mesmo período, a antes “Cruzada de Nova Vida” passou a se chamar Igreja Pentecostal de Nova Vida e, depois, Igreja de Nova Vida, como permanece até hoje.

A questão da influência dos meios de comunicação na igreja é fator primordial para entender sua dinâmica. Em 1964, por exemplo, já circulava uma revista irregular, com 16 páginas, que vigorou até 1966, *A Palavra de Nova Vida*. Já em 1978, uma década depois, a Igreja iniciava o programa de TV, *Coisas da Vida*, sendo uma das pioneiras do uso da televisão como meio de evangelização. Muitos livros também passaram a ser produzidos, alcançando praticamente todo o Brasil. Hoje, a igreja está inserida também na tecnologia eletrônica/digital. Serve como exemplo o aplicativo *Nova Vida Família da Fé*, que após *download*, o usuário tem acesso às pregações, eventos, além de pode fazer pedido de oração, dar sua oferta e dízimo, pelo celular. Aliás, essa estratégia tem sido cada vez mais habitual no cenário evangélico, porque as igrejas têm buscado acompanhar o avanço da área de comunicação como meio de evangelização.

A primeira série sequencial da Igreja de Nova Vida é a do grupo da Igreja Universal do Reino de Deus (1977), que, antes de tornar-se tal, foi a Igreja da Bênção, de 1976. Esta, do mesmo modo que a Igreja de Nova Vida, contou especialmente com

investimentos em programa de rádio. Após a Igreja Universal do Reino de Deus, foi a vez da Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980, por R. R. Soares, cunhado de Edir Macedo, após um cisma na IURD (FRESTON, 1994). No que se refere à sua expansão geográfica, é possível admitir ser ela bastante desigual. É a religião das grandes cidades. Há forte concentração no Rio de Janeiro, secundariamente, em São Paulo e na Bahia. Ela também está no exterior: na América do Sul, Portugal, Estados Unidos e Angola, entre outros. De modo geral, ela segue uma estratégia de diferenciação no campo do Pentecostalismo, pois já se viveu a pregação protestante com Lutero, a avivalista com John Wesley e, por fim, saindo da mera pregação carismática para a pregação plena de: “Jesus Cristo salva, batiza com o Espírito Santo e liberta as pessoas que estão oprimidas pelo diabo” (FRESTON, 1994, p. 136). A Universal trabalha em camadas (assistentes, membros, obreiros e pastores), enfatizando os testemunhos. A igreja diverge do Pentecostalismo tradicional, na ética comportamental, em dois aspectos: “em áreas como vestuária, embelezamento feminino são mais liberais e não há controles disciplinares” (FRESTON, 1994, p. 136-137).

O processo reflete a realidade dos anos 80 no país, sendo composta por uma população imbuída de uma visão encantada do mundo, que enfrentava a transição do período de ditadura militar para o processo de democracia. Em se tratando dos evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, havia a crença de que o Planalto estava sobre influências místicas desde o governo Figueiredo, cujas lideranças religiosas, desgostadas do período que, aos seus olhos, poderia ser visto como desordeiro, justificavam religiosamente os problemas, enfatizando a necessidade de serem promovidos exorcismos. Esse argumento seguiu aliado à percepção de que a conjuntura era gerada pelo declínio do catolicismo e pela ascensão da umbanda. É inegável o quanto esse processo estratégico obteve sucesso e passou a ser associado na mentalidade do povo brasileiro, pelo menos no que se refere ao campo neopentecostal em avanço (FRESTON, 1994).

Em 1989, Edir Macedo transferiu a sede da Universal do Rio de Janeiro para São Paulo, comprando a Rede Record e ajudando a eleger deputados federais, em 1990:

A disciplina eleitoral da IURD talvez seja a maior de todas as igrejas [...] Todos os eleitos alegam a necessidade de defender os interesses da igreja, sobretudo relacionados com a Rede Record como a razão de sua presença no Congresso [...] O posicionamento ideológico da igreja tem sido de apoio à candidaturas conservadoras e hostilidade à esquerda (FRESTON, 1994, p. 134-135).

A Universal não se caracteriza apenas pela atuação política e por ter um faro empresarial. Ela foi penetrando na sociedade brasileira com um conceito arrojado de missão religiosa: faz uso de aparato televisivo, emissoras de rádio, jornais, gráficas, construtora para erguer os templos, fábrica de móveis para mobiliá-los, banco para

facilitar as transações financeiras. Desse modo, ela pode ser vista como uma das portas de entrada, no Brasil, de uma corrente norte-americana da segunda metade do século XX, conhecida como Teologia da Prosperidade (TP), que adentrou nas igrejas históricas com a renovação carismática, representando mais uma etapa do declínio da ética protestante, cuja mola propulsora é a confissão positiva: “se você quer ser uma pessoa de sucesso nunca confesse dúvidas, temores ou doenças. A pobreza é resultado da falta de fé. Para prosperar doe como um investimento a Deus e ele te devolve com lucro” (FRESTON, 1994, 146-147).

Na década de 90, muitos escândalos envolvendo a Universal promoveram quedas numéricas, inclusive, na denominação religiosa. São exemplos os conjuntos de denúncias e investigações da Polícia Federal e da Receita Federal sobre a origem do dinheiro para a compra da Rede Record. Denúncias do ex-pastor da Universal, Carlos Magno de Miranda, a respeito do envolvimento de Macedo com lavagem de narcodólares, bem como o processo movido por um grupo de ex-membros, por estelionato, curandeirismo e charlatanismo, foi o que suscitou as investigações (FRESTON, 1994).

Também com raízes na Igreja de Nova Vida, mas dissidente da Igreja Universal do Reino de Deus, está a Igreja Internacional da Graça de Deus. Ao cismar com o bispo Edir Macedo e separar-se da Universal, R. R. Soares fundou-a. No final dos anos 90, a maior parte dos templos da Igreja Internacional da Graça de Deus conservava-se no sudeste brasileiro e era quase ausente na região norte. R. R. Soares comanda o televangelismo e a organização eclesiástica da denominação religiosa, mas não participava da administração burocrática, pois ela se centralizava no Rio de Janeiro. A sede é caseira se comparada à milionária estrutura da Universal, atraindo público de classe-média-baixa. Ademais, usa maciçamente a TV, têm líderes carismáticos, pastores jovens e sem formação teológica, é liberal quanto aos usos e costumes de santidade pentecostal (MARIANO, 2010). Manifesta preferência pela TV em detrimento do Rádio. Sua estratégia é proselitista, com audiência feminina pobre, idosa e de pouca escolaridade (MARIANO, 2010). O programa R. R. Soares foi o primeiro programa evangélico a ser transmitido em rede aberta nacional, em horário nobre. É farto em promessas e seleção de testemunhos de cura, prosperidade e libertação de demônios, comprovando as promessas (MARIANO, 2010). No caso dos neopentecostais, o proselitismo é uma característica, mas, comprovar os seus milagres por intermédio de testemunhos, é parte da receita para o sucesso.

Concomitantemente dialoga-se com a Igreja Renascer em Cristo, valorizando a prática em incorporações midiáticas, a atuação na sociedade evangélica e secular, bem como sua atuação com estratégias voltadas aos jovens. Apesar da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra já desempenhar estratégias semelhantes, anteriormente a ela, a Renascer em Cristo ajudou na formação de várias lideranças religiosas, a exemplo do apóstolo Rinaldo Luiz de Seixas Pereira (Rina), fundador da Bola de Neve Church e o Pr. Antônio Batista, da Comunidade Zadoque, que deu origem a

Comunidade Gólgota em Curitiba, nosso objeto de pesquisa na Tese de Doutorado em História, defendida pela UFPR, em 2018.

A denominação religiosa foi fundada em 1996, em São Paulo, pelo casal Estevam Hernandez Filho, ex-gerente de marketing da Xerox do Brasil e da Itaotec, e Sônia Hernandez, nutricionista e ex-proprietária de uma boutique feminina. Ele, oriundo de família espanhola e tradição católica, teve, por influência da avó materna, os pais convertidos na Assembleia de Deus. Ingressou aos 20 anos na Pentecostal da Bíblia do Brasil, pertencente a segunda onda, além de ter frequentado a Cristo Salva e a Evangélica Independente de Vila Mariana, das quais adotou a ênfase musical como recurso evangelístico. Já a esposa, teve família oriunda da Presbiteriana Independente, cujo pai é presbítero.

As reuniões que tiveram início numa pizzaria deram certo, crescendo rapidamente e ganhando visibilidade, pois “no final de 1998, a Renascer, como ficou conhecida, contava com mais de 300 templos, a maioria em São Paulo, embora já estivesse presente em metade dos estados brasileiros e no exterior (Uruguai, EUA, Espanha, França e Portugal)” (MARIANO, 2010, p. 101). Em 1995, ela adotou governo eclesiástico episcopal, com a promoção de Hernandez a apóstolo. A maioria dos pastores é remunerada e cerca de 10% são do sexo feminino. Esposas de pastores ocupam cargo de presbítero e desempenham a função de co-pastoras. Alguns anos antes, em 1990, a Fundação Renascer foi criada; entidade pública municipal e federal, que administra a denominação, centraliza e gerencia os recursos das congregações e custeia suas filiais. Os bispos são encarregados de formar novas congregações, supervisionando e gerenciando uma média de 10 templos cada um, comandados pelas sedes regionais (MARIANO, 2010).

Detentora da patente da marca gospel no Brasil, a Renascer possui rádios, emissora de TV, Editora Renascer, *Jornal Gospel News*, Instituto Renascer de Ensino (do maternal até a terceiro ano da fase I), cartão gospel Bradesco visa e uma livraria *point* gospel, cujo lucro vai para cada pastor local. Possui a gospel *rock* café, casa noturna com música ao vivo, loja de *suvenires* gospels, sem bebidas alcólicas e cigarros, além da gravadora Gospel Records. Comanda megaeventos (festivais, shows evangelísticos em estádios e a Marcha para Jesus), em São Paulo, e encabeça o movimento gospel. Nota-se, com isso, que a Renascer centra seu esforço proselitista na mídia eletrônica, tendo ingressado na TV no final de 1992, veiculando programas na rede manchete. No final de 1996, tornou-se sócia do canal 53, controlando a programação da TV gospel, captada pelas TVs pagas Multicanal, NET e TVA. A música gospel em ritmo de rock, rap e funk ocupa parte extensa da programação no rádio e na TV. O programa *De bem com a vida*, apresentado por Sônia Hernandez, veicula testemunhos de conversão, cura, prosperidade e restauração de relacionamentos conjugais para casais da classe média (MARIANO, 2010).

Liberal quanto aos usos e costumes de santidade, a Renascer atrai os jovens, sobretudo de denominações evangélicas mais tradicionais, das quais cerca de ¼ dos

fiéis já haviam sido arrebanhados pela denominação religiosa, ainda na década de 90. Além dos jovens, abriga empresários e profissionais liberais, para os quais criou cultos especiais e formou a AREPE (Associação Renascer de Empresários e Profissionais Evangélicos). De acordo com Mariano (2010), os convertidos são encaminhados para os grupos de comunhão e desenvolvimento, onde se reúnem semanalmente em residências para formar laços de amizade e redes de sociabilidade.

No plano assistencial, a igreja oferece alimentação, vestuário e banho para menores abandonados. Distribui alimentos em ônibus em São Paulo, atua em presídios femininos, mantém lar abrigo para crianças carentes sem família, além de que, em favelas, possui construções nas quais fornece cestas básicas, oferta padaria-escola, médicos, dentistas, assim como voluntários ministram cursos gratuitos de cabeleireiro, corte e costura, alfabetização, inglês, computação, prevenção de doenças, recuperação de drogados e atividades para crianças, mulheres e casais. No que se refere à política partidária, ela se posiciona a favor das candidaturas de evangélicos a vereador, deputado estadual e federal, mas, de modo geral, é contra candidatos de partido de esquerda em disputa por cargos majoritários, até porque foi declarado “sua posição antipetista desde 1994” (MARIANO, 2010, p. 102-103).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão contida no texto permite uma abertura para elencarmos uma série de características e estratégias das quais pertencem e/ou fazem uso as denominações religiosas neopentecostais. Acompanhar o desenvolvimento da urbanização brasileira, o êxodo rural, a política durante a ditadura militar e, conseqüentemente, o período de redemocratização do país, o desenvolvimento das classes médias brasileiras, a difusão midiática por literatura, rádio, TV, gravadoras e gráficas. Também acompanhar o contexto norte-americano evangélico desde os anos 50, cujos pastores nacionais se espelham, quando não, convidar para alguma conferência em seus templos e eventos.

Há também inúmeras denominações religiosas, voltadas para públicos desigrejados, possivelmente cooptados por novos movimentos religiosos, bem como para aqueles que não se encaixam em igrejas com práticas mais tradicionais, como a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Igreja Renascer em Cristo, as quais traçaram estratégias, ao longo dos anos, mirando a mocidade brasileira e pontuando não apenas as clássicas distinções entre o protestantismo histórico, de missão, mas das três ondas pentecostais como um todo. Essas são características que denotam identidades consolidadas e, ao mesmo tempo, vazias, não apenas entre posturas eclesiais, como também entre a própria conjuntura brasileira e internacional em andamento. Conforme as igrejas crescem e surgem outras, as posturas vão mudando, as estratégias também, enquanto que os evangélicos se desenham a partir da imensa

pluralidade que há entre eles.

Vários jovens não encontraram espaço, durante muito tempo, nas tradições de origem familiares (os próprios movimentos/trajetórias dos líderes fundadores de igrejas apontam para descontentamentos vivenciados por cada época, por cada geração), perfazendo trânsitos religiosos. Diante desse vazio deixado pelas igrejas mais tradicionais alguns deles tornaram-se desigrejados, mas outros fundaram denominações religiosas específicas, por classe socioeconômica, grau de escolaridade, faixa etária e pertencimento cultural (estilo/estética, por exemplo) em comum.

É possível inferir aqui o caso de igrejas como a Comunidade Zadoque, a Comunidade Gólgota e outras do cenário evangélico brasileiro, que, principalmente ao longo dos anos 90 e 2000, construíram identidades culturais direcionadas aos roqueiros, visíveis por suas bandas de *rock gospel*, seus palcos cultos com *shows* em forma de espetáculo. Isso desenha um elenco de permissões e privações para um público, especialmente jovem, que não encontra abrigo, refúgio e pertencimento em igrejas de cunho mais tradicional. Eis um pouco do terreno que desenhou os evangélicos do final do século XX e início do XXI, assim como da possibilidade de se perceber traços que denominações religiosas mais recentes carregam dos períodos anteriores, das influências nacionais e internacionais com as quais se depararam, além de indicativos no intuito de contribuir para o entendimento da dinâmica dos evangélicos no tempo presente, cada vez mais evidente em várias esferas da sociedade brasileira e global, a exemplo da política e dos meios de comunicação. Eis um pouco do que pretendeu este trabalho, muito mais em questionamentos e evidências do que em resposta, talvez uma breve amostra do ofício do historiador e suas investigações científicas nas Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. “Carro Zero e Pau de Arrara: O cotidiano da oposição de classe média ao Regime Militar”. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da vida privada no Brasil, 4: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 319-410.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao Impeachment**. Campinas/SP: Unicamp, 1993.

FRESTON, Paul. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”. In.: ANTONIAZZI, Alberto. **Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

JUNGBLUT, Airton Luiz. “A salvação pelo rock: sobre a ‘cena underground’ dos jovens evangélicos no Brasil”. In.: **Religião e Sociedade**, v. 27, n. 2. Rio de Janeiro, dez. 2007.

MARIANO, Ricardo. **Neoentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 3ª ed. São

Paulo: Loyola, 2010.

MENDONÇA, Antonio Gouvêia. **Protetantes, pentecostais e ecumênicos**: o campo religioso e seus personagens. São Bernardo do Campo: Umesp, 1997.

“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR

Lucas Marques Vilhena Motta

Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas- Departamento de História
Pelotas-RS

RESUMO: A ditadura civil-militar ainda é um período bastante controverso na História recente do Brasil. Atualmente as discussões sobre o período se acaloram devido a uma guerra da memória entre os viventes dos anos de chumbo. Durante o ano de 2011 surge de forma independente a HQ *Ditadura no Ar*, em meio ao interim de estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, que se passa em 1969 trazendo uma história policial durante a repressão. Este trabalho busca contextualizar o cenário que permeou a produção deste quadrinho e de qual forma a ditadura é representada pelos autores.

PALAVRAS-CHAVE: Quadrinhos, Ditadura, Memória.

“DITADURA NO AR”: A VIEW ON CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

ABSTRACT: The civil-military dictatorship is still a rather controversial period in the recent history of Brazil. Currently discussions about the acaloram period due to a war between the living memory of the years of lead. During the year of

2011 arises independently HQ *Ditadura no Ar*, in the interim of establishment of the National Commission of truth, which takes place in 1969 bringing a story during the police repression. This work seeks to contextualize the scenario that permeated the production of this comic and which way the dictatorship is represented by the authors.

KEYWORDS: Comics, Dictatorship, Memory.

1 | INTRODUÇÃO

Ditadura no Ar surge em 2011 de forma independente através da publicação online por meio do site Contraversão, tendo roteiro de Raphael Fernandes e arte de Rafael Vasconcellos. Em 2016 foi compilada suas edições pela editora Draco, sendo lançada a minissérie completa em forma física. A HQ também obteve um bom reconhecimento ganhando alguns prêmios: Raphael Fernandes ganhou o prêmio de roteirista revelação no 25º Troféu HQ Mix em 2013 e a HQ ganhou o prêmio de melhor minissérie em 2016 no 28º Troféu HQ Mix.

Na narrativa acompanhamos o fotógrafo Félix Panta que busca por sua namorada que havia sido sequestrada pelos militares durante uma manifestação contra o regime ditatorial. A proposta dos autores é que a partir da leitura

da obra o leitor pudesse compreender alguns aspectos, que na visão deles, deveriam ser tratados acerca dos anos de chumbo.

Para entender o funcionamento da narrativa, os autores decidiram se inspirar no estilo da temática *noir*, que já é denotada no título com o jogo de palavras (no ar), onde a capa da HQ também presta homenagem aos cartazes de filmes do gênero. A personagem principal, Félix, é de fato um detetive diretamente tirado dos filmes do gênero; estoico, destemido e resiliente frente as dificuldades. O estilo artístico também apresenta uma paleta de cores e um filtro que deixa os quadros mais escuros mostrando que aquele período era sombrio e sem esperança para seus vivos.

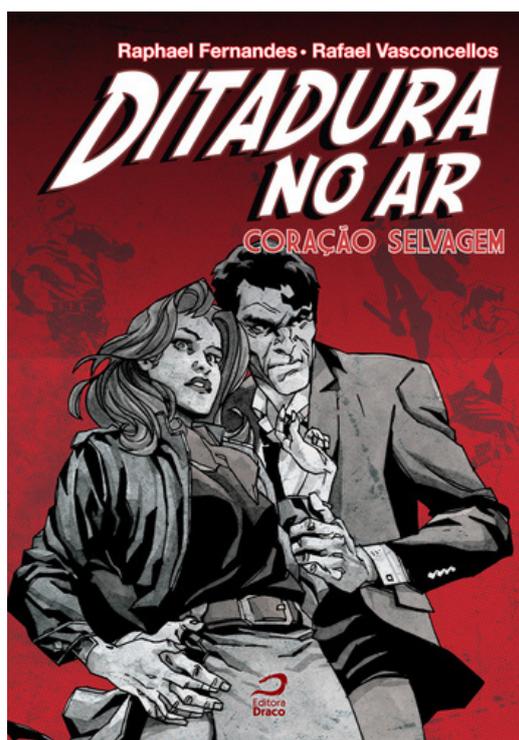


Figura 1: Capa da HQ

Com esta breve apresentação da obra pode-se verificar que dentro do cenário nacional a mesma conseguiu um grande destaque no mundo dos quadrinhos. Com isto posto, este escrito irá apresentar o recorte teórico e metodológico para a análise desta HQ, logo após será iniciada a análise do material.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Antes de se propor os métodos pelos quais serão analisados a HQ, primeiro deve-se propor uma definição para esta mídia. Portanto para este escrito será utilizada a definição de quadrinhos proposta por Will Eisner na qual:

A configuração geral da revista de quadrinhos apresenta uma sobreposição da palavra e imagem, e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais. (...) A leitura da revista de quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual. (EISNER, 1989, p. 8)

Com o conceito de Narrativa Gráfica podemos entender a dinâmica de leitura e confecção de uma história em quadrinhos. Corroborando com a ideia exposta por Eisner, Sônia Luyten (1985) define os quadrinhos como forma de expressão artística constituída por dois tipos de linguagem: a linguagem gráfica (a imagem) e a linguagem verbal (o texto). Para arrematar, esta interação entre o escrito e o visual; Paulo Ramos afirma que por mais semelhanças que os quadrinhos/mangás tenham com outras mídias, como o cinema, esses apresentam “mecanismos próprios para representar os elementos narrativos.” (RAMOS, 2009, p. 17)

Um fator que deve ser frisado para a análise de *Ditadura no Ar* é seu caráter independente e sua forma de distribuição inicial. A confecção da obra, inicialmente, se deu unicamente através do meio de divulgação digital sendo a única limitação editorial a questão artística e narrativa dos autores. Esta liberdade pode ter sido uma base fundamental para a criação da minissérie. A não inserção de uma editora possibilitou aos autores que a narrativa prosseguisse conforme sua visão estabelecida, sem interrupções de um corpo editorial.

Posto estas questões, pode-se partir para a definição da metodologia de análise que será utilizada para esta pesquisa. Neste trabalho será utilizado o método proposto por Umberto Eco em seu livro *Apocalípticos e Integrados* (1976), mais especificamente no capítulo leituras de *Steve Canyon*, onde o autor se utiliza de uma breve contextualização da tira jornalística e após isto, inicia-se uma análise quadro a quadro do quadrinho. Conforme explicado por Nildo Viana:

Desta forma, temos um procedimento analítico bastante simples. Em primeiro lugar, uma descrição do contexto social. Em segundo lugar, uma descrição do contexto estrutural da obra. O processo descritivo é complementado pela busca de paralelismos, ou de “estruturas homólogas”, termos tomados emprestados do sociólogo francês Lucien Goldmann (1976). (VIANA, 2016, p. 45)

Porém, para fins de realizar uma pesquisa mais eficiente serão realizadas algumas adaptações no método previsto por Eco. Neste escrito será realizada a contextualização do momento de confecção da HQ visando compreender quais eram as discussões que permeavam o período de 2011 a 2016 em relação aos debates em torno da ditadura civil-militar, já em outro momento será realizada uma análise da representação do regime ditatorial presente na obra.

O conceito de representação aqui utilizado será o proposto por Roger Chartier, onde:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1998, p. 17)

A visão de representação proposta por Chartier coloca em consideração alguns

aspectos relevantes para se compreender a intenção dos autores de *Ditadura no Ar*, pois ao serem considerados os discursos, os grupos sociais e a posição de quem realiza essas representações, ou, no caso o quadrinho, se utiliza de suas subjetividades para cunhar a mensagem de sua obra.

Visto esta breve explanação teórica e metodológica, pode-se seguir para a análise da obra de fato. É necessário frisar que a edição que será utilizada para o estudo é a edição compilada pela Editora Draco no ano de 2016, pois esta edição traz a minissérie completa em formato físico. Porém não será desconsiderado do trabalho o período de confecção do material original.

3 | DITADURA PRESENTE

Para entender a intencionalidade da mensagem presente em *Ditadura no Ar* é relevante a leitura do prefácio escrito por Roger Cruz com o título “leia, sinta e lembre-se”, onde neste texto inicial é possível captar um determinado engajamento na obra. Segundo Cruz:

Se o esquecimento pudesse apagar certos eventos na história, a Ditadura Militar no Brasil seria digna de esquecimento. Uma ditadura marcada pelo mesmo de sempre quando se trata de regimes ditatoriais. Supressão de liberdade e direitos civis, tortura, censura, perseguição etc. Mas esquecer, ignorar ou menosprezar a importância da Ditadura na nossa história nos deixa à mercê do risco de ouvir alguém dizer que ela não existiu. (CRUZ, 2016, p. 3)

O presente contexto social pelo qual a produção da HQ é perpassado é amplamente envolto em discussões acerca das lacunas deixadas pelo regime ditatorial. A primeira menção de publicação online de *Ditadura no Ar*, coincide com a data de 8 de Julho de 2011, sendo em Novembro daquele mesmo ano aprovada a Lei nº 12.528 a qual sancionava a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que entregaria seu relatório final em 2014. (BRASIL, 2014)

Porém os debates que permeiam o tema da Ditadura Civil-Militar ocorrem desde anos antes. Dentro destes debates podem ser destacados um conflito entre os militares que defendem sua luta contra o comunismo que salvou o país deste mal e as vítimas e familiares que sofreram com a perseguição política, em alguns casos chegando a tortura de fato. Por se tratar de um evento bastante recente, muitos participantes do período na atualidade ocupam cargos públicos e se mantem em voga no meio social; portanto as discussões estão longe de serem esgotadas. (JOFFILY, 2018)

Segundo Martins Filho, os militares não aceitam toda esta discussão em torno da ditadura, pois:

Na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas. Tal atitude foi desde o início caracterizada pelo lado castrense como revanchista e inoportuna. Mas, em geral, o argumento que unifica a crítica militar às tentativas da esquerda de

construir uma narrativa própria sobre os acontecimentos de 1968-1975 adquire um caráter um pouco mais formal. Segundo essa perspectiva, depois da Lei da Anistia de 1979, qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos da esquerda brasileira (não apenas armada, vale registrar) representaria uma violação ao próprio princípio da Anistia. Conforme essa ótica, anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer. (MARTINS FILHO, 2002, p. 180)

Com a lei da anistia, os militares conseguiram aplicar um mecanismo legal que permitisse que todos os crimes cometidos tanto por eles quanto por opositores fossem anistiados. A finalidade deste aparato era possibilitar uma “exorcização dos demônios” do período ditatorial. Contudo a partir de 2003 com a eleição de Lula, o medo dos militares é cristalizado; pois com a eleição do líder sindical os “perdedores” teriam voz bastante ativa contra os já enterrados ossos do período. Segundo Joffily:

Os 50 anos do golpe foram debatidos com grande intensidade, tendo sido o ápice de um conjunto de políticas de memória, que culminou com os trabalhos da CNV, combinados com a efeméride de meio século e seu apelo editorial. O período destacou-se igualmente por uma maior polarização entre setores de esquerda e direita, como resultado das sucessivas administrações do Partido dos Trabalhadores, maior pluralidade de vozes e atores, e a disputa eleitoral à presidência da República. (JOFFILY, 2018, p. 232)

Um exemplo desta polarização e destas discussões entre militares e sociedade civil ocorreu em 2004 com supostas fotos da tortura de Wladimir Herzog antes de ser morto. Parentes ligados a Herzog confirmaram a autenticidade das fotos, porém outros afirmavam ser outro indivíduo. O que vale ser destacado desta questão foi a postura do Exército brasileiro que por meios oficiais divulgou uma nota reproduzindo a já “consolidada” versão oficial do suicídio do repórter. Tal incidente gerou uma disparidade com o presidente Lula que exigiu uma retração dos representantes das Forças Armadas. Este caso é bastante emblemático, pois denota um embate direto entre o presidente e integrantes do alto escalão das Forças Armadas sendo documentado nas mídias na época. Segundo Schmidt:

Pouco tempo depois da publicação das imagens, o Exército emitiu uma nota oficial reafirmando a interpretação tradicional da instituição a respeito do golpe militar de 64. Conforme o texto, “na época, as medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas.” O texto prossegue: “Quanto às mortes que teriam ocorrido durante as operações, o Ministério da Defesa tem, insistentemente, enfatizado que não há documentos históricos que as comprovem, tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal.” (SCHMIDT, 2007, p. 145)

O trabalho da Comissão Nacional da Verdade é de suma importância pois os relatórios apresentados servem como uma “satisfação” do Estado brasileiro a seus cidadãos acerca de um período tão sombrio em nossa história recente. Os militares

se opuseram de diversas formas ao trabalho da comissão, pois segundo eles não representaria “a verdadeira história do período”. Já muitos que sofreram com o regime viam no trabalho desta empreitada uma oportunidade de paz e de preencher lacunas em suas histórias pessoais.

Visto isto pode-se afirmar que a luta pela memória da Ditadura Militar de 1964 está longe de se ter um ponto final. Com tantos vetores de interesse convergindo em uma mesma disputa e com a atual conjuntura do país onde o revisionismo histórico é bastante presente, *Ditadura no Ar* pode ser uma boa forma de analisar-se alguns aspectos definidores do período.

4 | UMA LEITURA DOS ANOS DE CHUMBO

Para compreender qual a visão os autores buscaram levar para a HQ, precisa-se procurar qual o período dentro dos 21 anos de ditadura que será utilizado para a representação. Conforme dito na orelha do material, a narrativa é “ambientada em 1969, depois do famigerado AI-5 e auge da ditadura (...)”. A justificativa de escolha deste período deve-se a aplicação do Ato Institucional número 5 (AI-5), onde a liberdade individual é praticamente ceifada. Segundo Joffily a ditadura cronologicamente pode ser dividida em:

Do ponto de vista de cronologia da ditadura, os 21 anos costumam ser divididos em três fases distintas. O primeiro período vai do golpe de 1964 até a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, momento em que houve denúncias de prisões arbitrárias, violências e até torturas e assassinatos. O segundo vai do AI-5 até 1974, época em que a tortura e o assassinato político tornaram-se política de Estado, de maneira metódica, coordenada e generalizada. (JOFFILY, 2014, p. 164)

Este texto de Joffily acerca do funcionamento do aparato repressivo destaca que a partir da promulgação e aplicação do AI-5 a repressão é baixada sobre a população brasileira e inicia-se o período mais opressivo dentro destes 21 anos. Alinhado de anos de chumbo devido aos inúmeros descasos com os Direitos Humanos é o pano de fundo para o desenrolar narrativo dentro do quadrinho de Raphael Fernandes. A própria premissa chave é bastante ligada às práticas ditatoriais destes anos: O sumiço de uma jovem universitária motiva as ações do fotógrafo Félix em busca de seu paradeiro.

Em um determinado momento da trama somos apresentados à um *flashback* mostrando o sequestro de Nina. Nestas cenas vemos um panfleto de uma assembleia estudantil (Dentro da assembleia pode-se ver uma bandeira da União Nacional dos Estudantes) na faculdade onde a personagem está se dirigindo. Com isto também é mostrado a luta estudantil dentro das universidades contra o regime, assim como a presença de agentes da repressão no âmbito acadêmico fiscalizando as ações estudantis.



Figura 2 – Passado de Nina

Disponível em: FERNANDES, 2016, p. 46



Figura 3- Passado de Nina 2

Disponível em: FERNANDES, 2016, p. 47

Um artifício interessante usado pelo ilustrador da HQ é a utilização de uma paleta de cores mais fosca para representar estas cenas dando a certeza de se tratar de um acontecimento passado à narrativa principal e um amplo destaque da cor vermelha presente no lenço de pescoço de Nina. O vermelho além de servir como elemento de composição artística, funciona como forma de definir a personagem que é citada na obra como “membro do partido” (provavelmente seja o partido comunista) onde a mesma se define como uma militante da causa; principalmente contra a ditadura e a desigualdade. Nestas partes também são mostradas diversas frases contra o regime nas paredes da universidade, criando uma representação de um ambiente de resistência.

Durante as investigações do “sumiço” de sua namorada Nina, Félix vai ao encontro um guerrilheiro em busca de uma entrevista e fotografias para o jornal em que trabalhava, porém seu principal interesse era descobrir informações sobre sua amada. O “terrorista” chamado Samarca é inspirado em figuras como Carlos Marighella e Carlos Lamarca que durante a ditadura organizaram guerrilhas e conseguiram grande notoriedade na mídia do período.

A persona de Samarca funciona dentro da obra como uma forma de apresentar



Figura 5- Tortura Psicológica de Samarca

Disponível em: FERNANDES, 2016, p. 32

Como visto nas cenas gráficas de tortura, ocorre uma mistura entre o texto escrito e o visual que se completam de forma a compor uma cena tecnicamente bem feita. Com o aporte visual pode-se notar diversas formas de tortura física que foram utilizadas em Samarca onde são mostrados diversos instrumentos de suplicio físico. Já num momento final é mostrado a tortura psicológica em que é utilizada uma goteira para quebrar a mente do supliciado. Um aspecto que compõe a persona de Samarca, graficamente, é uma proporção bastante anormal onde em comparação com outras pessoas é capaz de se notar que ele não é mais o mesmo; quiçá humano. A tortura, segundo Joffily:

O interrogatório sob tortura foi uma das linhas mestras da repressão política. A violência dos tapas, socos e pontapés dos primeiros tempos sofisticou-se em torturas que seguiam uma ordem de intensidade crescente: palmatória, afogamento, “telefone”, pau de arara. (...) Foram inventariados pela equipe do Projeto Brasil: Nunca Mais, em todo país, 310 variações de tortura, catalogadas em nove categorias usadas contra presos políticos e, por vezes, seus familiares. (JOFFILY, 2014, p. 165)

A citação de Joffily ressalta a forma como a tortura foi uma prática bastante sistematizada e utilizada em toda a vasta extensão territorial do país. Somado a já

famosa prática de tortura, uma das falas de Samarca ainda denota outro aspecto deste sistema de opressão, onde a personagem afirma que “Enquanto estava naquele inferno, acabei ouvindo algumas histórias sinistras. As piores eram sobre o que faziam com as mulheres...”. (FERNANDES, 2016, p. 35) Por mais que não seja mencionados detalhes destas histórias, muitos trabalhos acadêmicos já se debruçaram sobre as violências contra as mulheres na ditadura, onde é notório a utilização da violência direcionada ao gênero feminino para quebrar as torturadas indo desde o castigo físico nas genitálias, estupros ou a ameaça aos filhos destas mulheres.

Um último ponto de representação é apresentado na HQ a perseguição aos meios de comunicação, ou a censura à imprensa. Isto aparece em uma rápida cena próximo ao desfecho da minissérie, após Félix assassinar um comandante do DOI (Departamento de Operações de Informação) e sair com provas que pudessem comprovar o assassinato de sua namorada Nina; o governo realiza uma verdadeira caça às bruxas a base de aliados do fotógrafo dentre eles o jornal para o qual trabalhava denominado de Pastiche e o ex guerrilheiro Samarca.



Figura 6- Fechamento do Pastiche

Disponível em: FERNANDES, 2016, p. 86-87

A imagem mostra um grupo de policiais adentrando a sede do impresso e agredindo seu dono e outros funcionários junto a apreensão de materiais. A imagem presente no canto inferior direito com a capa da última edição do jornal com o escrito “censurado” deixa bem claro ao leitor que toda aquela cena era além de uma representação da opressão governamental para abafar seus próprios crimes, uma forma de censurar seus opositores.

A censura foi amplamente utilizada pelo governo autoritário como forma de manipular a opinião pública, outorgando a massa à visão oficial dos fatos. Segundo Aquino (2002), a censura assumiu diversas formas e se utilizou de diversos métodos para aplicar seus objetivos. A presença de um censor ou um fechamento total de um

jornal variava conforme os casos. Em um dos exemplos citados pela autora é o caso do periódico *Pasquim* que foi fechado após passar uma matéria que ia contra os valores pregados pelo regime.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise de alguns pontos narrativos de *Ditadura no Ar*, podemos notar que durante a estória são representados diversos momentos em que ocorrem censura, tortura e repressão por parte do Estado autoritário. A proposta de juntar o clima pesado de uma narrativa *noir* com os anos de chumbo proporcionaram aos autores representar diversos aspectos que foram presentes no período.

Visto a efervescência que circunda a temática até a atualidade somado aos debates, propagandas e resultados da última eleição no Brasil; as discussões acerca da ditadura, nos mais diversos espaços sociais, é bastante presente. Portanto iniciativas como a HQ de Raphael Fernandes é uma boa forma de trazer esta discussão para meios onde estas discussões são bastantes necessárias, tais como escolas; visto que através desta mídia pode-se estimular os mais jovens a conhecer mais sobre um assunto tão necessário historicamente.

REFERÊNCIAS

FONTE

Fernandes, Raphael. **Ditadura no Ar: Coração Selvagem**/ Raphael Fernandes; desenhos de Rafael Vasconcellos. São Paulo: Editora Draco, 2016.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Maria Aparecida de. **Mortos sem sepultura**. IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da USP: 2002. p. 513 – 532.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014)** – Fragmentos -Volume I / Capítulo “A Criação da Comissão Nacional da Verdade”

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**, tradução Pérola de Carvalho- São Paulo: Editora Perspectiva, Ed. 2, 1976.

EISNER, Will. **Narrativas Gráficas**, tradução Leandro Luidgi Del Manto- São Paulo: Devir, 2005.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte seqüencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

JOFFILY, Mariana. **Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204>

JOFFILY, Mariana. **O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-184.

LUYTEN, Sonia Bibe (org.). **Histórias em quadrinhos: leitura crítica**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. *Varia História*, v. 28, p. 178-201, 2002.

RAMOS, Paulo. **A Leitura dos Quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois**. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

VIANA, Nildo. **Histórias em quadrinhos e métodos de análise**. *Revista Temporis*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 41-60, 2016. Disponível em: <http://nildoviana.com/artigos-fr.html>.

A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Departamento de História
Porto Alegre – RS

RESUMO: Este texto parte da importância central que as relações estabelecidas pelos chefes militares nas fronteiras da província do Rio Grande do Sul com caudilhos do Rio da Prata, que tinham sido marcantes durante a secessão “farroupilha”. Estes laços ainda eram muito fortes às vésperas da Guerra do Paraguai, e os comandantes Antônio de Souza Neto e David Canabarro tiveram papéis decisivos desde o desencadeamento da guerra e durante seu desenvolvimento no espaço fronteiriço. Uso o conceito de região-província, referido àquelas unidades políticas prévias às configurações nacionais, com os comandos militares e chefias locais e caudilhos fronteiriços, entendendo fronteiras como lugares específicos para a formação de contingentes armados e estratégias próprias de afirmação política.

PALAVRAS-CHAVE: província; nação; identidade; fronteira; guerra

THE PROVINCE IN PRINCIPLE, THE FRONTIER BY MEANS AND THE EMPIRE IN THE AND: NETO AND CANABARRO IN THE PARAGUAYAN WAR (1864-1865)

ABSTRACT: This text is based on the central importance that the relations established by the military chiefs in the borders of the province of Rio Grande do Sul with the warlords of River Plate, that had been remarkable during the “farroupilha” secession. These ties were still very strong on the eve of the Paraguayan War, and the commanders Antônio de Souza Neto and David Canabarro played decisive roles from the outbreak of the war and during their development in the frontier space. I use the concept of region-province, referred to those political units prior to national configuration, with military commands and local chiefs and border warlords, understanding frontiers as specific places for the formation of armed contingents and their own strategies of political affirmation.

KEYWORDS: province; nation; identity; frontier; war

1 | LÁ NO PRINCÍPIO SOMENTE A SEMENTE PROVINCIAL

As andanças de Antônio de Souza Neto e David Canabarro estão entrelaçadas às questões de identidade que atravessavam o processo de descolonização e de formação dos Estados nacionais na América Latina. Identidades regionais-provinciais resultaram do

esfacelamento dos Vice-Reinados e, no caso platino, das grandes Intendências, falidas pela dissolução das forças metropolitanas. Na sucessão da América Portuguesa, a unidade que apresentava o Império do Brasil era relativa, como já mostrara o próprio processo de independência. Ao Primeiro Reinado, despótico e regressivo, seguiu-se a Regência que não susteve rebeliões regionais em muitas das províncias, só interrompidas a partir da metade do século XIX.

Ossul-rio-grandenses até os eventos da Cisplatina eram identificados com o Reino de Portugal, para o qual eram a garantia dos limites estremos contra os vizinhos castelhanos. A autonomia que necessitavam para manter as fronteiras dava-lhes uma capacidade militar que seria desvantajosa quando ocorressem desentendimentos em função dos seus interesses próprios, confundidos aqui com aqueles da província como um todo. Neste sentido, num espaço platino marcadamente republicano e com um discurso federalista muito estridente, o temor a uma autoridade central monárquica de uma casa real europeia dificultava a compreensão de um Estado nacional. Este era o horizonte da província!

2 | NO MEIO DAS TRAMAS E TRANÇAS FRONTEIRIÇAS

Faço uso de três conceitos básicos que me acompanham desde há alguns anos em pesquisas sobre temas relativos às fronteiras americanas no século XIX: região-província, fronteira e caudilhismo. No meio deles tento situar as trajetórias de Antônio de Souza Neto e de David Canabarro.

O conceito de região-província foi desenvolvido pelo argentino José Carlos Chiaramonte para dar conta das imensas dificuldades na construção de um Estado nacional na Argentina, com guerras civis endêmicas ao longo do século XIX. Para o autor, a descolonização deixou a descoberto os produtores mercantis das diferentes regiões do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, dependentes que eram dos grandes comerciantes metropolitanos, que adquiriam toda produção, abasteciam as demandas e adiantavam recursos financeiros. O Estado nacional proposto pelos centralistas unitarios favorecia as atividades exportadoras dos criadores, invernadores e charqueadores de Buenos Aires, desfavorecendo as economias provincianas. As sucessivas crises levaram às guerras civis e a noções embrionárias de federalismo, que justificaria a luta ferrenha por autonomia. Neste sentido, a construção das províncias nos espaços antes ocupados pelas grandes intendências, mostrava a capacidade de setores dominantes no domínio de um território, controlando as atividades produtivas, a mão-de-obra, a manutenção da ordem pública e o recrutamento militar (1991, 21-35).

Para o autor a discussão entre unitarios e federais em relação a qual modelo de Estado era mais benéfico e desejável, passava antes pelo reconhecimento das províncias como as unidades políticas “possíveis” após a descolonização

(CHIARAMONTE, 1991, p.37-41). Em minha Tese de Doutorado utilizei o conceito para discutir as raízes da rebelião rio-grandense contra o Império, associada à desenvoltura com que seus líderes negociavam e faziam acordos com os vizinhos platinos. Assim, também para os antecedentes da Guerra do Paraguai foi interessante utilizar este conceito para compreender os movimentos políticos que não estavam dependentes dos interesses nacionais da Confederação Argentina ou do Império do Brasil (GUAZZELLI, 2013).

A questão da fronteira é uma marca fundamental para a identidade rio-grandense. A divisa com a Argentina é feita em toda sua extensão pelo rio Uruguai, e alcança 1.003 quilômetros; com o Uruguai, a fronteira mede 1.069 quilômetros; mais de 50% do perímetro do estado é formado por fronteiras com países platinos, e o Rio Grande foi tratado pela historiografia tradicional e apologética como a “sentinela avançada do Brasil” ou a “marca lusitana no Rio da Prata”. Estas visões mais tradicionais foram profundamente criticadas por historiadores que a partir das décadas de 1980 e 1990 trataram das relações importantes que ao longo das fronteiras se davam entre os habitantes de diferentes países. Mais que isto, inspirados pelos avanços da Geografia Crítica desenvolvida no Brasil por Milton Santos (1982), o espaço fronteiriço foi desnaturalizado e tratado como uma construção histórica, determinada pela apropriação do território, numa disputa de processos concorrentes de Espanha e Portugal, o que fazia dos limites estabelecidos diplomaticamente não mais que um desenho nos mapas oficiais, uma abstração. Desta forma, o espaço fronteiriço era tratado como “aberto”, “móvel”, “poroso”, ou outros adjetivos que o reduziam a um lugar de trânsito quase livre, pouco atendido por autoridades estatais que não controlavam os sujeitos que ali faziam suas vidas.

Esta visão de uma “fronteira aberta”, desenvolvida na historiografia em oposição àquela noção de uma “fronteira fechada”, que teria resguardado um passado inequivocamente lusitano para o Rio Grande, certamente representou um avanço para a compreensão dos comportamentos dos chefes rio-grandenses, muitas vezes desafinados com os interesses ditados pelas autoridades centrais, coloniais primeiro e imperiais depois. No entanto, esta ideia de uma fronteira como espaço de circulação relativamente frouxo foi refutada por estudos recentes da historiadora Mariana Flores de Cunha Thompson Flores, estudiosa do contrabando e outros delitos cometidos nesses lugares (2014, p. 47-52) a autora identifica na fronteira rio-grandense um papel bem atuante da burocracia estatal, uma alternância de momentos de maior e menor integração dos habitantes de ambos os lados, convivendo com diferentes contextos de guerras, avançando, recuando e, por vezes, sobrepondo limites geopolíticos. Mais importante, Thomson Flores mostra que os sujeitos fronteiriços tinham clareza em relação à linha de fronteira enquanto limite, que perdia assim aquela ideia de uma abstração, e marcava o reconhecimento dos que viviam no “outro lado” como estrangeiros, uma alteridade que poderia ser mais ou menos acentuada, mas presente.

Como corolário disso, a autora (THOMPSON FLORES, 2014, 54-82) propôs o conceito de “fronteira manejada”. Esta ideia pressupõe que os sujeitos fronteiriços sabem da existência concreta dos limites, estão conscientes de que a fronteira não está “aberta”, mas tratam de “manejá-la” aos seus interesses. Isso diz respeito à economia, à política, relações familiares e tudo mais: a vida do “outro lado” pode ser atrativa ou não dependendo do ciclo de vida de cada agente, assim como preservar o ingresso de estrangeiros, ou formação de milícias, ou como estratégias para a prática de delitos.

Antônio de Souza Neto vivendo no Estado Oriental do Uruguai conhecia sua condição de estrangeiro, e usava desta prerrogativa quando porventura sofresse algum tipo de restrição a suas atividades; podia apelar como “cidadão” – como era usança chamar-se na República Rio-Grandense – para seus antigos parceiros de armas, ou mesmo interpelar o Império como “súdito” brasileiro ameaçado no exterior. Em detalhada pesquisa, Carla Menegat (2015) assinala que a partir dos anos 1850, as reclamações sobre violências contra os direitos dos súditos do Império brasileiro se concentraram na facção dos blancos e se relacionavam com as pretensões dos brasileiros em relação a suas propriedades no Estado Oriental e que usaram de muitas estratégias sociais e políticos que para garantir o atendimento de seus pleitos.

Canabarro também usara a fronteira uruguaia como rota de fuga da cavalaria “farroupilha” assediada pelas forças imperiais, e nas vésperas da Guerra do Paraguai via-se às voltas com o manejo da fronteira argentina, abandonado que se sentia pelo Estado imperial. Os documentos que Joana Bosak de Figueiredo (2000) levantou na sua investigação sobre as identidades dos homens da fronteira estremenha sustentaram a noção de que os rio-grandenses pendulavam entre a condição de súditos do Estado imperial, ou rejeitavam esta sujeição em nome do pertencimento à província de acordo com seus interesses conjunturais.

Sobre os caudilhos provincianos – e especificamente os rio-grandenses – são chamativos dois aspectos: num plano “horizontal”, porque representantes de unidades provinciais por vezes tão pouco importantes economicamente eram capazes de comprometer a consolidação dos Estados nacionais; num “vertical”, como conseguiam a formação de milícias irregulares com muita facilidade, o que não era observável nos recrutamentos para os exércitos nacionais. Quanto ao primeiro aspecto, justamente nas áreas de fronteira que se fazem importantes estes caudilhos. Por um lado, a garantia dos espaços ocupados era dada pelos que ali estavam estacionados, pois raramente os governos centrais dispõem de reservas militares para estes fins. Isso exigia uma autonomia desses comandos que, “manejando” as fronteiras, poderiam articular-se com outras chefias análogas e levar adiante projetos avessos aos interesses maiores de uma metrópole colonial ou de uma Estado nacional. Neto e Canabarro usaram disso quase sempre: ameaçaram as autoridades imperiais, se insurgiram contra governos estrangeiros, fizeram alianças com caudilhos uruguaios e argentinos, colocaram seus negócios acima dos interesses de todos. A posição da

elite fronteira rio-grandense encravada no espaço platino era fundamental para a integridade do Império, e sua preservação passava pelo atendimento de algumas demandas por vezes insólitas.

Em relação à plebe rural, os peões campeiros oriundos dos antigos “gaúchos” e que compunham as milícias de cavalaria ligeira características das guerras de movimento por todo o Rio da Prata, o discurso dos caudilhos levava em conta o reforço das identidades provincianas. Especial aqui era a criação de um antagonismo entre o mundo rural, ameaçado pelos “doutores” e autoridades dos maiores centros urbanos. O poder dos caudilhos sobre seus milicianos em tempo de guerra, era uma consequência das relações de trabalho que haviam entre dos mesmos homens enquanto peões e proprietários em tempos de paz. Nas sociedades pastoris, tais relações têm peculiaridades. Sendo um trabalho formalmente livre na medida em que é remunerado, apresenta ocultadas algumas relações de tipo pré-capitalista. Além do assalariamento ser muitas vezes em espécie, a garantia de alimentação e moradia aparece como sendo uma concessão do estancieiro: ou seja, além do pagamento, o patrão proporciona ao seu peão casa e comida pelo trabalho. Na verdade, tais “concessões” nada mais representam que formas disfarçadas de renda da terra: o estancieiro, na medida em que não fornece pelo trabalho um pagamento suficiente para que o trabalhador possa com a venda do trabalho garantir sua reprodução, não lhe cobra o uso de suas instalações e de seus alimentos. Assim, os peões estão pagando uma renda da terra, que é subtraída do seu salário, permanecendo esta relação encoberta.

Em síntese, os caudilhos quando defendiam seus interesses, identificando-os com os das suas províncias, sempre partiam de “discursos de crise”, fossem elas reais ou imaginárias, atribuídas a “outros”, aqueles que eram portadores das inseguranças trazidas pelos Estados nacionais que buscavam uma imposição centralizadora. Derivando da “crise”, abria-se espaço para um “discurso de nostalgia”, quando eram elencadas evocações de um passado de sacrifícios em prol desses “outros” que agora os afligiam. E as glórias passadas serviam de ancoragem para um “discurso de identidade” entre os caudilhos e seus comandados. Neto e Canabarro forma bem-sucedidos nestes expedientes, tendo grande acatamento pelos seus pares e com grande capacidade de aglutinamento de forças irregulares próprias. Símbolo disto foi a milícia de Neto na Guerra do Paraguai carregava a bandeira do Império, conduzida junto ao estandarte da extinta República Rio-Grandense. Uma contradição reveladora da ambiguidade do “senhor da guerra” em relação ao seu pertencimento ao Império e à província!

3 | NO FIM ENVEREDANDO EM ENTREVEROS COM O IMPÉRIO

Tem sido consenso entre os historiadores o papel representado pelos Estados nacionais no desenvolvimento universal do capitalismo, o que se deu de forma desigual e combinada, definindo aquelas potências centrais exportadoras de manufaturados e mais tarde capitais, e os países periféricos destinados ao fornecimento de matérias-primas. A organização destes Estados desencadeada em fins do século XVIII trouxe consequências econômicas, sociais, políticas e culturais que ainda perduram, pois isto implicava construir identidades nacionais, e este processo teve uma longa trajetória.

Na América Latina, a formação dos Estados nacionais nas ruínas dos impérios coloniais apresentou grandes dificuldades, tais como as disputas entre setores exportadores e não exportadores, os conflitos entre oligarquias regionais, os temores das “classes perigosas”, problemas étnicos e religiosos, entre tantos. As atuais nações latino-americanas não foram, portanto, resultado de “vocações” previamente estabelecidas, mas consequência de um processo histórico muito complexo, cujos principais aspectos se desenvolveram ao longo do século XIX.

Também é comum a generalização de que um dos fatores capazes de favorecer a formação de uma identidade nacional é a formulação de um inimigo externo: se uma identidade só se constrói a partir de uma alteridade – ou seja, quando “nós” adquire significado ao ser oposto a “outros” –, uma guerra externa facilitaria esta condição. Essencial aqui é pensar em “espaço platino”, conceito que uso para o território formado pela grande planície de aluvião da Bacia do Rio da Prata, compreendendo na época tratada as seguintes unidades políticas: a República do Paraguai, o Estado Oriental do Uruguai, as províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, o território das Missões – que era disputado com o Paraguai – e o Rio Grande do Sul, província estremenha do Império do Brasil.

No que dizia respeito à Confederação Argentina que atravessara períodos crônicos de guerra civil de 1810 a 1862, e também o Império do Brasil, com o longo ciclo de insurreições conhecidas como Rebeliões Regenciais. Para os dois países, não estando ainda resolvidas as assimetrias entre as distintas regiões, a guerra poderia catalisar a desejada união nacional. Quanto ao Estado Oriental do Uruguai, sua condição de “Estado-tampão” cujos interesses estavam comprometidos com distintas facções políticas da Argentina e do Brasil, fazia com que sua atuação no cenário platino fosse associada aos ditames das duas grandes potências sul-americanas.

Porém, o exame da chamada Guerra da Tríplice Aliança não assegura essa hipótese. Ao contrário, diversos conflitos internos dos países envolvidos, de alguma forma recrudesceram com a guerra no espaço platino, que teve diferentes implicações para os países envolvidos: a Argentina enfrentou graves problemas, nas províncias do Litoral e do Norte; no Uruguai acirraram-se as disputas entre o Partido Blanco e Partido Colorado; no Brasil, uma vez mais cresciam os distúrbios dos rio-grandenses nas moveções fronteiras com a Argentina e o Uruguai.

A hipótese que sustento de que a Guerra do Paraguai não foi um fator de consolidação daquelas nações que compuseram a Tríplice Aliança, obriga a formulação de outra questão: quais seriam as entidades políticas de fato na América platina, e em que medida a guerra a um inimigo externo mantinha ou mesmo reforçava essas identidades regionais em contrapartida a uma unidade política nacional. Os eventuais problemas enfrentados na Confederação e no Império diziam respeito às respectivas províncias, e é importante tratar de seu próprio processo de construção, e de que forma as identidades provinciais foram empecilhos à formação das identidades nacionais.

Para identificar com mais precisão os agentes políticos da questão nacional torna-se fundamental o conceito de “região-província”. Nestas lutas pelo poder, os caudilhos federalistas provincianos por vezes promoviam alianças com os de outras “regiões-províncias”, formando algumas ligas frouxas e instáveis. Assim, ao invés de federações, como queriam os discursos políticos dos atores desse processo, parece mais adequado tratar estas alianças como confederações, formadas por laços pouco consistentes e que não criavam qualquer tipo de instância superior para a qual eventualmente delegassem poderes. Desta maneira, o século XIX foi marcado pelas guerras entre distintas “regiões-províncias”, entre setores que buscavam hegemonia no interior de algumas delas, e pela recusa dos projetos centralizadores. A Guerra do Paraguai parece mais um corolário dessas lutas no processo de formação dos Estados nacionais, não tendo sido o fator de coesão interna que buscavam os projetos centralizadores.

Este texto busca contemplar esse processo de construção nacional no espaço platino. Fundamentalmente importa compreender como as identidades sociais após a descolonização se construíram, desde regionais-provinciais até, eventualmente, a afirmação daquelas nacionais. Neste sentido tratarei com brevidade de dois caudilhos da então província do Rio Grande de São Pedro que fizeram suas trajetórias militares e políticas ao longo do século XIX, participando ativamente de conflitos e negociações, internas e externas ao Império do Brasil: Antônio de Souza Neto e David Canabarro. Ambos eram proprietários de terras e fizeram carreira das armas nos muitos conflitos que envolveram o Império e seus vizinhos fronteiriços: participaram da Guerra da Cisplatina, resultante da disputa do território uruguaio pela Argentina e pelo Brasil; foram protagonistas na Guerra dos Farrapos, quando a elite proprietária da província tentou afirmar-se criando a República Rio-Grandense; participaram das campanhas do Império contra Oribe e Rosas em 1851-1852; e por fim estiveram nos primeiros combates da Guerra do Paraguai, em 1865. Ou seja, a província no início e o Império do Brasil no final; e o que lhes dava a condição para incorporar identidades provinciais ou nacionais era o manejo da fronteira.

Os rio-grandenses tinham um histórico de conflitos e convivências com os platinos que lhes permitiu, ao longo do século XIX, uma série de ações políticas que muitas vezes diziam respeito aos interesses maiores do Império. Assim foi na

Cisplatina, quando a ocupação de terras e o sequestro gado impediram que o Lecor, presidente da nova província, obtivesse a desejada paz para efetivar a incorporação da Banda Oriental. Durante a secessão “farroupilha”, que resultou proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836, os rebeldes sulinos buscaram apoios de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires e principal chefe do Partido Federal da Confederação Argentina, e seu aliado Manuel de Oribe, presidente uruguaio e fundador do Partido Blanco.

Já a partir de 1838 até o final de 1842, as alianças mudaram para o Partido Colorado de Fructuoso Rivera, federais provincianos dissidentes, insatisfeitos com os rumos da Confederação Argentina, em meio a uma profusão de acordos, desde meras reuniões até a assinatura de tratados, entre duas ou mais unidades. Com o isolado Paraguai foram feitas algumas aproximações, rechaçadas por desconfiança de seus turbulentos vizinhos e pelos possíveis riscos de comprometimento contra o Império do Brasil.

Em apenas quatro anos foram firmados seis tratados entre as diversas unidades políticas que se insurgiam contra o controle do Império de Brasil e/ou da Confederação Argentina: 1) Tratado de Cangüé, de 21 de agosto de 1838, entre o Uruguai e a República Rio-Grandense; 2) Tratado de Galarza entre o Uruguai e a província de Corrientes, de 31 de dezembro de 1838; 3) Tratado de San Frctuoso, de 5 de julho de 1841, entre o Uruguai e a República Rio-Grandense; 4) Tratado de Corrientes, de 29 de janeiro de 1842, entre a República Rio-Grandense e a província de Corrientes; 5) Tratado de Aliança, de 12 de abril de 1842, entre o Uruguai e as províncias de Entre Rios e Santa Fé; 6) como corolário de todas essas ligas, a Reunião de Paysandu, de 14 de outubro de 1842, propôs uma Confederação que reunisse o Estado Oriental do Uruguai, as províncias de Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, e a República Rio-Grandense. Foi também convidado o Paraguai, que se recusou a participar do encontro.

Após a paz com o Império, os rio-grandenses se envolveram em conflitos com os blancos seguidores de Oribe que ocupavam a campanha do Estado Oriental e mantinham Montevideo sob cerco. Nestas disputas, destacou-se muito Souza Neto, general “farroupilha” que emigrara para o Uruguai. Na guerra do Império contra o mesmo Oribe em 1851, e contra Rosas em 1852, em aliança com os respectivamente com colorados uruguaios e as tropas de Urquiza, governador de Entre Rios, os rio-grandenses constituíam um terço do exército brasileiro, formando quase toda a cavalaria. Foram eles os grandes beneficiários dos tratados obtido com o Uruguai, tanto na definição dos limites quanto em vantagens para a pecuária e para as charqueadas sulinas. Além disso, no triunvirato provisório nomeado para o Uruguai, estavam os caudilhos Lavalleja e Rivera, velhos conhecidos dos homens da fronteira, além de Venancio Flores, um chefe militar do Partido Colorado, com quem se iniciava uma parceria que teria repercussões na conjuntura que antecederam a Guerra do Paraguai.

No início dos anos 1860 o Partido Blanco voltou ao poder no Uruguai. A partir de então, as reclamações dos rio-grandenses donos de terras no país vizinho recrudesceram contra os blancos, acusando-os de prejudicarem seus interesses econômicos. Para protegê-los, ignoravam as autoridades centrais do Império, que pregavam neutralidade, e passaram a agir por conta própria. Em fins de 1863, a Corte via com muita preocupação estas ações privadas junto do colorado Venancio Flores, que se insurgira militarmente contra o governo blanco. Então o general Antônio de Souza Neto era o principal protagonista rio-grandense, fazendo-se porta-voz dos brasileiros residentes na Banda Oriental.

Assim como na campanha de 1851-1852, muitos dos homens da fronteira participaram do esforço de guerra no início da guerra contra o Paraguai. No entanto, não auferiram as vantagens obtidas naquela ocasião: ao invés de benefícios territoriais e econômicos, estes “senhores da guerra” tiveram que enfrentar os inimigos paraguaios em seu próprio território, além da obediência aos mandos indesejados de comandantes imperiais que julgavam incompetentes. Um exemplo candente se manifestou nos desagrados do antigo chefe “farroupilha”, Canabarro. David Canabarro fora o último Comandante do exército rebelde, e o signatário do acordo de paz que reintegrava a República Rio-Grandense como província do Império. Veterano combatente nas guerras sulinas desde a Cisplatina, granjeara fama como um chefe atilado de milícias. Já nos estertores da secessão rio-grandense, com pouco mais de mil homens, resistia sempre do poderoso assédio que lhe movia o comandante legalista Caxias com um exército dez vezes maior. Reincorporado às forças do Império, tinha participado da campanha de 1851-1852, e nos anos 1860 encontrava-se como responsável pela fronteira do Rio Grande do Sul com Corrientes, separadas pelo rio Uruguai, e com o Estado Oriental do Uruguai, com divisa no rio Quaraí. Era uma área vasta, com baixa densidade demográfica, e escassos recursos militares, tanto de praças quanto de armamentos.

Assim, enquanto Antônio de Souza Neto agitava os rio-grandenses residentes no Uruguai bem como os que estavam estacionados na fronteira a apoiarem uma intervenção dos colorados de Venancio Flores para derrubarem o governo blanco, Canabarro se preocupava com as repercussões que isso podia trazer para o delicado equilíbrio político no Litoral: o governador de Entre Rios era o federal Urquiza, que tinha tratativas com o Paraguai desde os anos 1840 simpatias pelo governo dos blancos além do próprio Paraguai, porque uma eventual interferência do Império nas questões internas uruguaias seria uma ameaça para sua segurança. Iniciada a insurreição dos colorados, Canabarro voltou-se para o exame das possibilidades de uma invasão do Brasil pelos paraguaios como represália, e até uma eventual aliança deles com Urquiza. Solicitou então uma série de auxílios pelo Império, que não foram tomadas.

Quando as tropas paraguaias em 1865 invadiram Corrientes, cruzaram o rio Uruguai e tomaram sucessivamente as cidades fronteiriças de São Borja e Itaqui,

Canabarro foi obrigado a recuar sem dar combate. A incursão paraguaia prosseguiu até a ocupação de Uruguaiana, bem próximo à tríplice fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina, enquanto um pequeno contingente seguia pela outra margem do rio, em terras da província de Corrientes, até a localidade de Paso de Los Libres, justamente em frente a Uruguaiana. Pela decisão de não enfrentar os invasores, Canabarro foi submetido à corte marcial; em sua defesa, o veterano chefe criticou as omissões dos homens da Corte. As cobranças feitas a Canabarro lhe pareciam injustificadas porque ele havia feito o que era possível contando apenas com a Guarda Nacional que organizara; o Império fracassara no fornecimento de infantes e artilheiros, não providenciara oficiais experientes, falhara no abastecimento de víveres, armas e munições.

Depois disto, a guerra terminou para Canabarro, que se retirou da linha de frente e foi tratar dos seus negócios privados na sua estância de Santana do Livramento, onde morreria em 1867. Neto, por seu turno, organizou uma milícia sob seu comando e participou dos primeiros combates: fez parte da vanguarda que invadiu o território paraguaio em Passo da Pátria; foi ferido na batalha de Tuiuti, de onde foi transferido para o “hospital de sangue” de Corrientes, onde faleceu em julho de 1866. Dois “senhores da guerra”, veteranos da Cisplatina ao lado das forças portuguesas primeiro, e imperiais após a independência do Brasil; rebelados em 1835, generais da República Rio-Grandense, proclamada pelo próprio Neto; novamente com o Império nas guerras contra Oribe e Rosas; insatisfeitos com as autoridades brasileiras às vésperas da Guerra do Paraguai, defendendo uma vez mais os interesses provincianos; e, afinal, defendendo o Império na deflagração do conflito. A província, a fronteira, o Império! E as identidades...

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** Brasília: Ensaio/UnB, 1995.

CARMAGNANI, Marcello (coord.). **Federalismos latino-americanos. México/Brasil/Argentina.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CHIARAMONTE, José C. **Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX.** Buenos Aires: FC E, 1991.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles – o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império.** São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2002.

FIGUEIREDO, Joana Bosak. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865).** Porto Alegre (RS): UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2000.

- GUAZZELLI, Cesar A. B. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**. Rio de Janeiro (RJ): v. 10, 2009, p. 70-89.
- GUAZZELLI, Cesar A. B. Fronteras, espacios e identidades: la extremadura sureña de Brasil, siglo XIX. In: KOZEL, Andrés et al. (Org.). **Heterodoxia y fronteras en América Latina**. Buenos Aires: Teseo, 2013, p. 291-305.
- GUAZZELLI, Cesar A. B. **O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-184)**. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.
- GUAZZELLI, Cesar A. B.. La República Rio-Grandense y el retorno de la “Pátria Grande” (1838-1843). **Pasado Abierto**. Mar del Plata (Argentina): v. 2, 2015, p. 153-196.
- IZECKSON, Vitor. **O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- MARQUES, Maria Eduarda C. M. (org.). **Guerra do Paraguai 130 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- MENEGAT, Carla. **“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do estado oriental do Uruguai. (1845- 1835)**. Porto Alegre (RS): UFRGS (Tese de Doutorado), 2015.
- OLIVEIRA, Manuel Lucas de. **Diário**. Porto Alegre (RS): Edições EST, 1997.
- POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai. A Grande Tragédia Rioplatense**. São Paulo: Global, 1981.
- RIBEIRO, José Iran. **O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013
- THOMPSON, George. **La Guerra del Paraguay**. Asunción: RP Ediciones, 1992.
- THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de Fronteira. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre (RS): EdiPUCRS, 2014.

ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970

Ronaldo Zatta

Gp. Pesq. CNPQ “Cultura, Etnias, Identificações”,
Modelo – Santa Catarina

Ismael Antônio Vannini

UNICENTRO, Campus Coronel Vivida – Paraná

RESUMO: Este capítulo têm o intuito de analisar as ACISOs – Ações Cívico-Sociais realizadas na década de 1970, na fronteira Brasil/Argentina, através de parte do acervo iconográfico de uma extinta unidade militar do Exército Brasileiro, a 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada. Tal organização militar, batizada pelo nome histórico de “Sentinelas do Sudoeste”, foi implantada na cidade de Francisco Beltrão/PR em meados da década de 1950, durante o conflito agrário conhecido como Revolta dos Posseiros; e, suprimida em 2001 por ocasião dos novos redirecionamentos das Organizações Militares que o Ministério da Defesa realizou no início do século XXI, culminando em sua substituição pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, oriundo de Passo Fundo/RS. Como proposta de pesquisa, que acreditamos ser uma contribuição inédita para a História Militar brasileira, nos propomos em discutir – valendo-se como fonte primária do Álbum Fotográfico da 3ª/33º BIMtz, que retrata a ações daquela unidade militar durante década de 1970 – como as ACISOs foram operacionalizadas numa

região sensível aos problemas de fronteira, sendo atuações criteriosamente planejadas como doutrina, e intentas, no sentido de contribuir para a construção de um sentimento comunitário em prol do Exército brasileiro como instituição necessária, durante o Regime Militar brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Exército, ACISOs, doutrina.

ICONOGRAPHIC ANALYSIS OF SOCIAL CIVIC ACTIONS OF THE ARMY AT THE BRAZIL/ARGENTINE FRONTIER IN THE 1970S

ABSTRACT: This chapter intends to analyze the ACISOs – Social Civic Actions carried out in the 1970s, on the Brazilian/Argentine frontier, through part of the iconographic collection of an extinct military unit of the Brazilian Army, the 3rd Company of the 33rd Infantry Battalion Motorized. This military organization, baptized by the historical name of “Sentinels of the Southwest”, was implanted in the city of Francisco Beltrão/PR in the middle of the 1950s, during the agrarian conflict known as Settler’s Revolt; and suppressed in 2001 on the occasion of the new redirects of the Military Organizations that the Ministry of Defense carried out at the beginning of the 21st century, culminating in its replacement by the 16th Mechanized Cavalry Squadron, from Passo Fundo/RS. As a research

proposal, which we believe is na unprecedented contribution to the Brazilian Military History, we propose to discuss – using as the primary source of the Photographic Album of the 3rd/33th BIMtz, which portrays th actions of that military unit during the 1970s – as the ACISOs were operationalized in a region sensitiv to the border problems, being actions carefully planned as doctrine, in order to contribute to the construction of a community sentiment in favor of the Brazilian Army as a necessary institution, during the Brazilian Military Regime.

KEYWORDS: Army, ACISOs, doctrine.

INTRODUÇÃO

A região de fronteira Brasil/Argentina, qual compreende geograficamente o Sudoeste do Estado do Paraná e o extremo Oeste de Santa Catarina, apresenta em sua ocupação colonial algumas características distintas daquelas tendencialmente perpetradas no sul do País. Inúmeros fatores de ordem política, judicial, militar e social, deram uma conotação, sobretudo conflituosa, no processo de colonização. Litígios entre o Estado do Paraná e a União desencadearam contendas pelas glebas de terras, que, posteriormente as disputas foram protagonizadas também por interesses particulares, empresas colonizadoras e pelos colonos posseiros. (GOMES, 2005).

Enquanto a questão tramitava *sub judice*, o governo varguista, na ação da marcha para o oeste, intervém na região e cria uma colônia para incentivar a colonização a CANGO (Colônia Agrícola Nacional Osório) por um decreto de 1943. Tal projeto estimulou rápida e desenfreada migração de colonos, assentados ilegalmente nos lotes das glebas de terras do sudoeste. Devido ao embargo litigioso em que a região se encontrava os colonos não obtiveram os registros dos lotes, esta condição transformou os ocupantes em posseiros. (LAZIER, 1998).

Uma companhia de capital norte americano adquiriu, também ilegalmente, a posse das mesmas glebas, já questionadas pelos governos e pelas famílias dos colonos posseiros. Tal contenda confrontou o interesse dos posseiros, que lutavam pelos lotes de terras, e os jagunços, que em nome das companhias pretendiam expulsar os ocupantes. Como pano de fundo, se deflagrava uma luta política entre os diferentes grupos de poder, que atingia diretamente a instância estadual e federal. Por conta disso, as autoridades instituídas na região representavam os interesses políticos conflitantes, e, no caso, posicionavam-se no sentido contrário aos posseiros. (COLNAGHI, 1994).

Quando o embate armado atingiu proporções alarmantes, a imprensa nacional, e internacional, noticiavam o episódio do embate das guerrilhas agrárias, foi instalado um destacamento efetivo do Exército Brasileiro em Francisco Beltrão. A cidade também era a sede da companhia colonizadora e abrigava os escritórios das empresas imobiliárias. A princípio, tal destacamento se mantinha acantonado, como efetivo de forças a intervir no momento que fosse convocado.

Quando o clima de instabilidade tomou conta da região, as autoridades políticas e militares observaram a necessidade de medidas e forças de controle. Tornara-se imperativo o deslocamento de efetivos militares, como forma de inibir o recrudescimento do conflito, no sentido de atuarem como mediadores entre os grupos envolvidos. No ano de 1954, um efetivo das tropas do Batalhão de Caçadores, provenientes de Joinville –SC e outro efetivo de Infantaria de Ponta Grossa- PR, se instalaram nas dependências da CANGO, em Francisco Beltrão. (**Boletim interno Nº 12**, de 30 de junho de 2000). Nos anos posteriores o efetivo militar foi ampliado, em 1957 fora destinado a Francisco Beltrão outro pelotão de Infantaria, constituído por quatro sargentos, cinco cabos e vinte e quatro soldados, comandados pelo tenente João da Cruz Filho. (**Boletim interno Nº 5**, de 07 de janeiro de 1957).

Em outubro de 1957, o embate entre os grupos chegou ao ápice, convulsionando articulações políticas da região, do Estado e da União. Os registros e as evidências do levante armado, quando seis mil colonos tomaram de assalto o controle do Sudoeste do Paraná, revelam que as forças militares foram decisivas para o controle do conflito. Vindo, posteriormente em 1962, por determinação da Casa Militar, que por sua vez estava subordinada diretamente à Presidência da República, operar, através do Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná – GETSOP, a medição e titulação dos lotes urbanos e rurais, trabalho que se prolongou até década de 1980, garantindo assim os direitos a propriedade da terra na região de fronteira. (WACHOWICZ, 1987).

Importante entendermos o processo de colonização do Sudoeste do Paraná com a presença efetiva e decisiva das forças armadas. Forças apaziguadoras e mediadores de um sangrento conflito agrário, que, deve-se ressaltar, finalizado com uma inédita vitória dos pequenos colonos posseiros. No final, as terras foram desapropriadas e as famílias tiveram suas terras tituladas, permanecendo em suas propriedades. Nesta conjuntura, o Exército se define como instituição atuante e de prestígio na região. Gozando de status de referência para a ordem e paz entre a população. Destarte, a participação da instituição lhes rendeu no imaginário social local o título de “guardião” das terras em litígio.

Foi neste contexto, onde o Exército brasileiro atuava ineditamente como força apaziguadora de caos social, que se desenvolveu atividades de Ações Cívico-Sociais, que registradas em álbuns fotográficos militares, tem servido como fonte histórica para compreendermos uma talhada da História Militar Brasileira até o momento não visitada.

A NORMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ACISOS NA DÉCADA DE 1970

O Exército brasileiro define as Ações Cívico-Sociais como atuações próprias militares, de intervenção social, explanadas como um:

Conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações das Forças Armadas, nos diversos níveis de comando, do aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Trata-se portanto, de uma didática para aplicação de técnicas que orientam a atuação militar, de caráter humanitário, executada por tropas comprometida com a solução de problemas emergenciais, sendo eles ocasionados por calamidades ou guerras; mas também, disposta na labuta da formação de espíritos cívicos comunitários, se valendo dos meios diversos disponíveis para a ocasião.

Há razões para acreditarmos que a orientação de aplicação de tropas militares em ACISOs iniciou-se com a emulação do modelo militar americano, a partir dos acordos de 1942 e 1952, firmados entre Brasil/EUA após a vigência da Missão Militar Francesa (1919-1939), qual privilegiava a “cooperação, adoção de armas, equipamentos e doutrinas”. (SVARTMAN, 2016, p. 361). Pois, foi a partir daí que identificou a terminologia nos manuais de doutrinas militares daquela instituição, intensificada pela próxima relação que os EUA, militarmente, exerceram nas doutrinas de emprego do Exército brasileiro até 1985.

Ainda no início dos anos 1970, sobre a aplicação de tropas militares em calamidades públicas, o Governo brasileiro se manifestou por lei, assinada pelo General Emílio Garrastazu Médici, preliminarmente, através do Decreto nº 67.347, em 5 de Outubro de 1970, qual estabeleceu diretrizes, e normas de ação, para defesa permanente contra as calamidades públicas, além de criar um Grupo Especial para os casos. O artigo 11 daquele decreto esclareceu, inicialmente, sobre as funções das Forças Armadas naquele tipo de operação:

Art. 11. Os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica darão apoio de pessoal e material necessários ao planejamento e execução de tarefas de socorro, ao transporte marítimo e aéreo de suprimento e as missões de busca e salvamento, nos âmbitos federal, estadual, territorial e municipal. (BRASIL, Decreto nº 67.347 de 5 de Mar.1970).

Desta forma, um embrião do que hoje é conhecido por Defesa Civil, que atua no âmbito de responsabilidade das Unidades Federativas, passava a ser prevista em lei federal, compondo um quadro que envolvia diversos ministérios. Sendo que as ações do Exército em calamidade pública passaram a estar previstas em situação de emergência, sendo elas provocada por fatores anormais, e adversos, que afetam gravemente a comunidade, mas em condições que privava total ou parcialmente do atendimento de suas necessidades, ou até mesmo ameaçando a existência ou a integridade de seus elementos.

Os anos 70, do século passado, reportam os ânimos mais intensos do Regime Militar brasileiro, no seio das Forças Armadas se intensificavam o combate aos

comunistas, e os esforços dos atores envolvidos naqueles contextos seguiam focado naquele sentido. Assim, em 1973, o Exército brasileiro efetiva seu recente encargo legal através da elaboração de estudos sobre calamidades públicas, que resultou na impressão do “Manual de Campanha C19-15 Distúrbios Civis e Calamidades Públicas”, qual foi aprovado pela Portaria n. 148 – Estado Maior do Exército em 29 de agosto de 1973. Vinculado à ideologia da Guerra Fria, bem como o combate internacional ao comunismo, este manual passou, primeiramente, a orientar os militares brasileiros integrantes das unidades operacionais, no exercício de ações de polícia. E, em seu planejamento e sua execução de atividades de “controle de distúrbios civis” – na visão dos militares brasileiros, em 1970, o distúrbio civil poderia ser considerado uma quebra de ordem pública, uma alteração da paz social através do conflito de ruas ou atos contra autoridades de um governo instituído; e, num segundo momento, uma orientação para campanhas de ACISOs.

O fato é que as ACISOs já aconteciam, e a elaboração de material de orientação é fruto do pensamento militar que conduzia o Regime Militar brasileiro desde meados da década de 1960. O material produzido pelas prensas militares direcionava as tropas no sentido de tratar como missões prioritárias, em operações de calamidades, a seguinte ordem de importância em suas atuações diretas: a) preservação da ordem pública; b) tentativa de evitar o pânico; c) proteção de instalações importantes; d) o controle de tráfego; d) o controle, circulação e evacuação de civis; e) a manutenção da ordem pública; f) a repressão ao saque; e, g) o fornecimento de serviços médicos de urgência.

O Manual de Campanha C1915 de 1973, pensava as calamidades públicas sob a ótica da Guerra Fria, de fato, era filho de seu tempo! Elaborado em um período que muitos pesquisadores compreendem como o endurecimento do Regime Militar brasileiro, apresentou-se muito mais preocupado com a preservação da lei e da ordem pública, do que claramente com as questões emergenciais incitadas pelas calamidades públicas. Assim, em sua essência a quebra da ordem pública e da paz social, seja por eventos naturais ou fabricados, necessitavam da intervenção direta do Estado militar para reparação, evitando o caos. Desta forma, a previsão em Manual para o combate à greves, tumultos e saques, antevia a preocupação com o reestabelecimento da normalidade afetada pelas calamidades.

Interessante também, é perceber que, as Forças Armadas, em casos de calamidade pública, colaborariam com os ministérios civis, sempre que solicitadas, na assistência às populações atingidas e no estabelecimento da normalidade. A finalidade era apoiar autoridades civis, porém poderiam ter a responsabilidade de coordenar as ações, desde que houvesse a delegação de poderes. Segundo a mesma doutrina, uma preparação, ou mesmo ações preventivas que pudessem minimizar os efeitos de uma calamidade pública, também eram compreendidos como medidas a serem adotadas pelas Forças Militares.

Mesmo relegadas à um segundo momento, as operações emergenciais, em

detrimento das operações de polícia, é possível dizer que as ACISOs eram percebidas pelos militares como uma resposta do Estado na situação do caos social, ou nas ocasiões de perturbação da paz social, vistas como necessários para garantir atos de autoridade de um governo instituído.

O Manual C19-15 orientou as atividades de ACISOs do Exército brasileiro, desde a data de sua publicação, em 29 de agosto de 1973 até 18 de dezembro de 1997, quando foi revogado pelo Manual de Campanha C19-15 Operações de Controle de Distúrbios. Foi quando, em aspectos de doutrina no emprego das Forças Terrestres, o Exército dividiu, em questões de instrução de operações, as operações de polícia vinculados aos casos de distúrbios, das operações de calamidades públicas e assistências emergenciais.

A REALIZAÇÃO DAS ACISOS NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970

Para esta comunicação, nos propomos a analisar as imagens de três eventos de ACISOs empreendidas pelo Exército brasileiro na fronteira Brasil/Argentina nos 70 do século passado, cujos registros dos fotógrafos militares, com cunho memorial-institucional, compõe o Álbum Histórico da 3ª Companhia de Infantaria instalada em Francisco Beltrão/PR. Foram eles: 1) no ano de 1970, em Salgado Filho/PR; no ano de 1971 em Romelândia/SC; e, em 1974, em Santo Antônio do Sudoeste/PR.

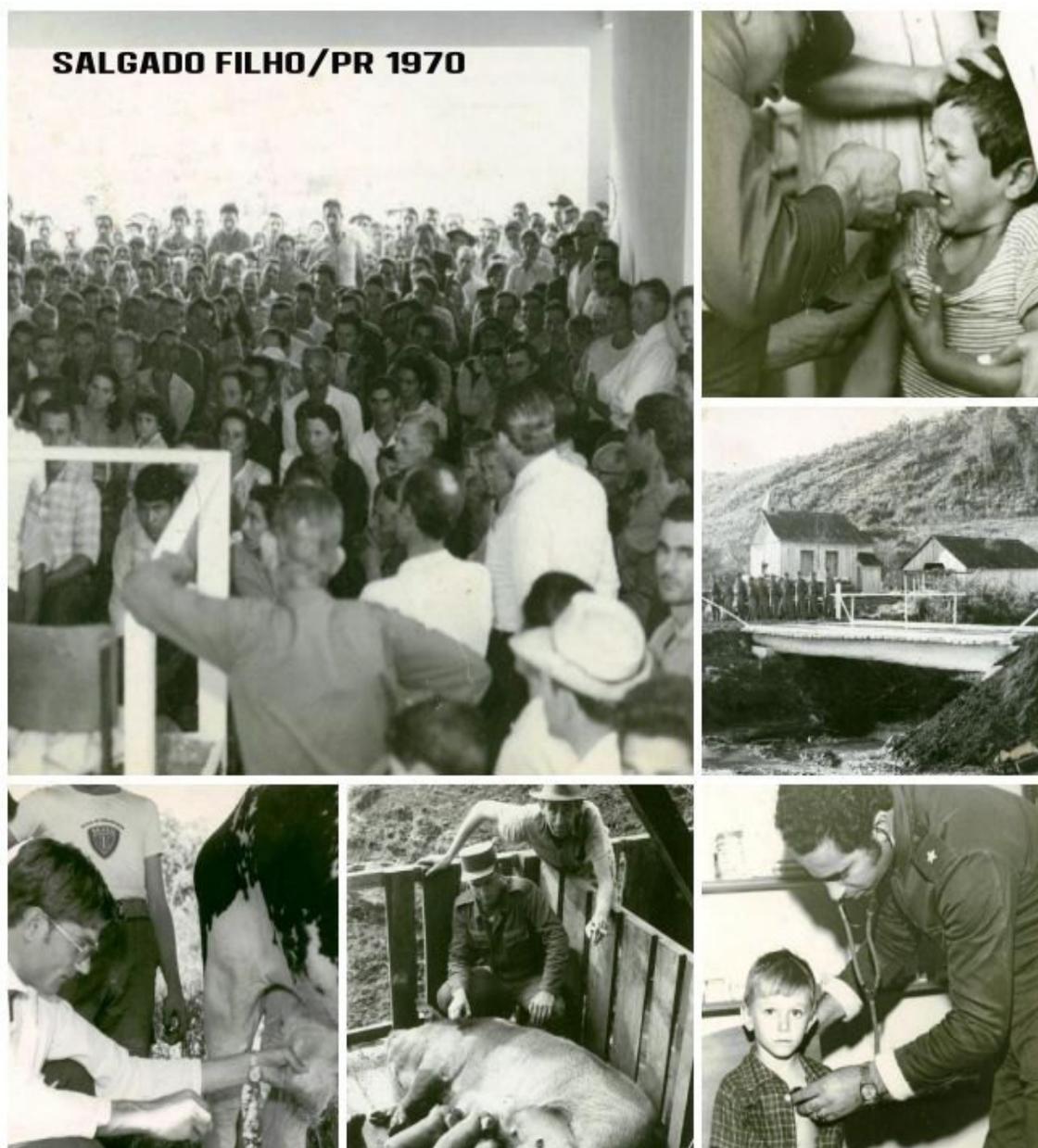
Na tentativa de seguir as orientações de LIMA; TATSCH (2009), em perceber a diversidade de usos que gerou este arquivo iconográfico militar, não tão somente a instituição de guarda, mas compreendendo os locais de origem de produção e o caminho de circulação da fotografia, é possível afirmar que a elaboração das fontes analisadas nesta pesquisa, os registros das operações de ACISOs, representam uma doutrina de atuação de tropa sendo implantada pelo Exército brasileiro, em caráter nacional, como conteúdo iconográfico se apresenta como uma adequação de doutrina operacional inovadora para a época. Este material institucionalizado compôs uma série de registros elaborados, que o comando militar local repassava ao III Exército, como relatos de atividades desenvolvidas na faixa de fronteira.

Considera-se importante realçar também, o histórico problemático da questão de fronteira com a República Argentina, a ocupação dessa faixa de fronteira através da Colônia Agrícola General Osório para fixação de fronteiras demográficas, os conflitos pela posse da terra que gerou a Revolta dos Colonos em 1957, a guerrilha de 1965 e estabilização local pela GETSOP, durante a década de 1970 e 1980, qual estava ligada ao Gabinete do Chefe Militar; situações em que o Exército brasileiro atuou diretamente. Bem como, o posicionamento ideológico do pensamento militar brasileiro no combate ao comunismo internacional, que amargou nesta região de fronteira, em 1965, um foco guerrilheiro oriundo de exilados no Uruguai.

Para exposição, preferiu-se exibir as ACISOs por mosaicos, em ordem

cronológica de acontecimentos.

No ano de 1970, o Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada registra no município de Salgado Filho/PR, a primeira ACISOs fotografada por aquela organização militar. Destaque foi o registro fotográfico de palestras, cujas notas afirmam ser sobre diversos assuntos de interesse daquela comunidade agrícola-colonial de fronteira. Destacado também, os auxílios veterinários, a vacinação infantil, o atendimento médico e a construção de pontes e de estradas.

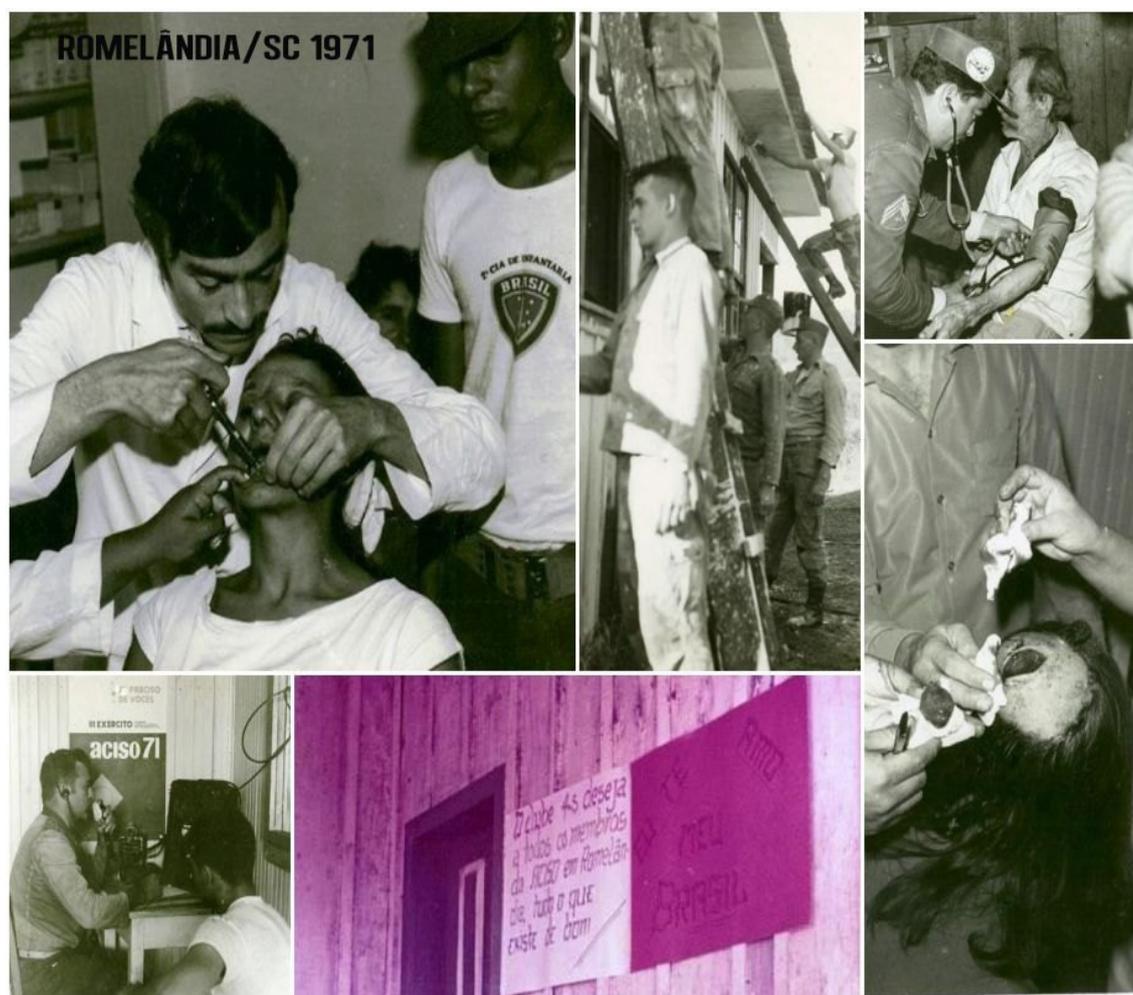


Mosaico 1. ACISOs em Salgado Filho/PR em 1970.

Fonte: Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

No ano seguinte, em 1971, a mesma Organização Militar registra operações de ACISOs no Estado de Santa Catarina, no município de Romelândia. O destaque daquela operação, de acordo com as notas do Álbum Histórico foram os atendimentos médicos domiciliares, a recuperação de 31 escolas públicas, mais de 5000 extrações

dentárias e as cirurgias de remoção de cânceres sebáceos.



Mosaico 2. ACISOs em Romelândia/SC em 1971.

Fonte: Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

A terceira oportunidade de emprego de tropas militares em operações de ACISOs na Fronteira Brasil/Argentina, na década de 1970, pelo Exército brasileiro, registrada no Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada, aconteceu em 04 de outubro de 1974. Desta vez, de caráter extraordinário, no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, quando aquele município, após ter sido assolado por forte vendaval, teve a presença dos fuzileiros de infantaria que realizaram assistência emergencial àquela comunidade.

Outras ações da tropa foram descritas, podendo ser citadas: a vacinação para evitar a proliferação de doenças (epidemia) e consulta adultos; atendimento emergencial de feridos adaptando escolas públicas em hospitais de campanha; reconstrução de bairros e a assistência médica domiciliar com equipes de enfermeiros liderados por um Oficial médico.

Também, é notável, que aturam como reforço, ou mesmo operando serviços públicos normais necessários à vida da população civil. Como por exemplo, no que se refere ao estabelecimento de comunicações através de posto rádio, o abastecimento

de água potável, a regularização de transportes coletivos e a desobstrução de vias de tráfego.



Mosaico 3. ACISOs extraordinária em 04 de outubro de 1974 em Santo Antônio do Sudoeste/PR.

Fonte: Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

Com base nas imagens acessadas para este estudo, pode ser considerados algumas análise iconográficas sumária das ACISOs, registradas no Acervo da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada:

- Foram registradas por profissionais militares, com intenções militares de registro memorial, que enquadraram as cenas de modo a ressaltar uniformes, brasões e destacar militares perante os demais que realizavam as mesmas tarefas;

- Dos três eventos analisados, apenas um possuía caráter extraordinário, motivado por intempéries climáticas – sendo os dois primeiros, ações próprias de iniciativa institucional militar;

- Notável a foto do operador de rádio no **Mosaico 2**, onde a parede de fundo, sustenta um cartaz institucional do III Exército, citando um slogan de ação, que ao lado de uma imagem de criança, lê-se “PRECISO DE VOCÊS... III EXÉRCITO...”

ACISO 1971”. Que, este item sustenta a hipótese de que as ACISOs naquela região de fronteira foram um programa articulado com autoridades civis e criteriosamente planejado pelo comando militar.

- Que o evento de caráter emergencial, registrado em 1974 em Santo Antônio do Sudoeste/PR, houve uma despreocupação na tomada de cena dos registros fotográficos. Pois, ressaltou-se o aspecto traumático do evento em relação à presença militar na área. Algo não percebido nas imagens dos eventos anteriores registrado por aquela organização militar;

- As ACISOs foram realizadas sem a delegação de poderes das autoridades civis, mas de iniciativa militar, sendo visível nas imagens o apoio recebido de profissionais civis (engenheiros civis na construção de pontes, veterinários civis nas assistências e enfermeiras civis nos casos de atendimentos emergenciais);

- Até onde pode-se apurar, a 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada produziu sua memória institucional iconográfica, selecionou suas melhores fontes iconográficas, através de enquadramentos destacáveis, mas não socializou seu uso, deixando-as relegadas aos arquivos militares. E que talvez, nem mesmo existisse tal intuito, já que, naquele momento e local, a preocupação com a questão da paz social aparenta estar mais vinculada à formação de espíritos nacionais do que a autopropaganda do regime;

- que durante as ACISOs, a tropa foi empenhada em missões que não se enquadraram perfeitamente no seu treinamento militar, sendo destacada para afazeres funcionais que agregaram valores morais na forma em que aquela comunidade de fronteira passou a perceber a presença dos integrantes do Exército, muito distinta do contexto nacional, onde o governo militar acentuava prisões e censuras aos contrários ao Regime.

REFERÊNCIAS

ACERVO FOTOGRÁFICO DA 3ª/33º Batalhão de Infantaria Motorizada.

BRASIL, Decreto nº 67.347 de 5 de Mar.1970, Estabelece diretrizes e normas de ação para defesa permanente contra as calamidades públicas, cria Grupo Especial e dá outras providências. Brasília, DF, Out. 1970. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67347-5-outubro-1970-408879-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 16 Out. 2018.

Boletim Interno Nº 122, de 30 de junho de 2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada da cidade de Francisco Beltrão-PR.

Boletim Interno Nº 5, de 7 de janeiro de 1957 do 13º Regimento de Infantaria da cidade de Ponta Grossa- PR.

COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e Poder: A luta pela terra no sudoeste do Paraná. 1984, 234 f. **Dissertação** (Mestrado em História) UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1984.

EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018. Exército em ação. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/acoes-civico>>

sociais>. Acesso em: 16 out. 2018.

GOMES Iria Zanoni. *1957, a Revolta dos Posseiros*. 3ª. Ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

LAZIER, Hermógenes; **Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

LIMA, Solange Ferraz de; TATSCH, Flávia Galli. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29-60.

MANUAL DE CAMPANHA C19-15 – Distúrbios Civis e calamidades públicas. Estado Maior do Exército. 2ª Ed, 1973.

MANUAL DE CAMPANHA C19-15 – Operações de Controle de Distúrbios. Estado Maior do Exército. 3ª Ed, 1997.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.22, n. 2, p. 361-380, maio/ago., 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Ed. Vicentina. 1987.

AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979

David Anderson Zanoni

1 | INTRODUÇÃO

RESUMO: A mudança governamental no Irã abalou as relações internacionais entre Estados Unidos e o antigo império do xá Mohamed Reza Pahlevi. O segundo maior exportador e quarto maior produtor de petróleo do mundo, era uma espécie de protetorado estadunidense desde que a CIA entrou no Irã através da operação Ajax em 1953. Em janeiro de 1979, após oito meses de intensos e violentos protestos populares, o regime pró-ocidente do xá foi derrubado e, em seu lugar, viu-se a emergência de uma República Islâmica, capitaneada pelo aiatolá Khomeini, líder religioso xiita. Os desdobramentos dos referidos eventos são elementos de análise desse artigo, o qual pretende-se, através do jornal argentino Clarín, investigar os eventos reportados pela imprensa platina referentes ao contexto iraniano já mencionado. As teorias das relações internacionais do professor Karl Deutsch servirão como fio condutor e referencial teórico para respaldar nossa proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos. Irã. Relações Internacionais. Revolução Iraniana;

Muito do que desejamos saber acerca das relações internacionais pode ser englobado em doze questões fundamentais. De uma forma ou de outra, essas questões têm sido colocadas, ao longo de muitos séculos, por cientistas políticos, líderes políticos e cidadãos comuns. Para a maioria delas há algumas respostas tradicionais – em geral variadas. Mas, como ocorre, em quase todas as áreas do conhecimento, essas respostas devem ser analisadas com cautela. Muito mais difícil é obter respostas mais precisas a tais questões, e muito mais árduo ainda é obter a respeito delas uma pequena dose de conhecimento que possa ser testada, reproduzida e contestada – ou até rejeitada – de modo que esse conhecimento possa, de alguma forma, ser considerado científico. Mas, temos que procurar obter esse conhecimento e nossas doze questões fundamentais possivelmente nos ajudarão a fazer com que essa busca se relacione com o que queremos e precisamos saber.¹

Assim como afirmou Deutsch, as doze questões fundamentais podem nos ajudar a buscar o que queremos saber acerca das relações internacionais. Através de uma série de problematizações, em forma de perguntas objetivas o autor discute várias inquietações presentes nas interações ora harmoniosas, ora conflituosas entre nações. O período proposto neste estudo demonstra um momento de significativa instabilidade das relações

1 DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p. 14.

bilaterais entre os Estados Unidos e o Irã ao findar da década de 1970.

Ao findar da década de 1970, o Irã, até então governado pelo xá Mohamed Reza Pahlevi desde 1941, através de um regime governamental autocrático, foi destronado pela movimentação popular que clamava a saída do ditador e a proclamação de uma República baseada nos preceitos do Alcorão. Desde agosto de 1978, uma série de manifestações colocou em confronto as forças armadas legalistas ao regime do xá e comerciantes, funcionários públicos, partido comunista, e um grande número de operários das petrolíferas de capital estrangeiro presentes no Irã. O resultado de aproximadamente oito meses de conflitos foi a dissolução do governo monárquico e a ascensão do regime dos religiosos xiitas, liderada por Ruhollah Khomeini. O aiatolá estava exilado desde 1964, quando foi expulso do país por não concordar com a política dita ocidentalizante do xá e considerada, pelos religiosos iranianos xiitas, como deturpadora dos preceitos da fé islâmica.

Neste caso, queremos entender como as relações internacionais entre EUA e Irã se processaram, e quais as consequências a partir de ideias e decisões políticas entre essas nações. Ainda conforme este autor, essas questões são ditas, tanto por especialistas em assuntos de relações internacionais ou cientistas sociais, que aqui denominamos de “vozes autorizadas”, quanto por meros mortais, a chamada opinião pública. Com relação aos “homens comuns” temos um veículo de propagação de informações e formação de ideias chamada imprensa. Um instrumento poderoso de construção de opinião e produção de sentidos múltiplos.

Analisando cada uma das doze questões, tentaremos entender como as relações internacionais ditam as regras políticas, sociais, econômicas e culturais entre países. Cada qual com interesses particulares, as nações disputam territórios, mercados e espaços no mundo. As armas utilizadas para alcançar determinados objetivos nem sempre são bélicas, podem também ser diplomáticas ou através de serviços secretos.

Passaremos agora a analisar cada uma das doze questões fundamentais na análise das relações internacionais propostas por Karl Deutsch.

2 | NAÇÃO E MUNDO

Quais as relações entre uma nação e o mundo que a cerca? Essa é a primeira indagação realizada na obra de Deutsch concernente as relações internacionais. Pois bem, se tratando de nação, o Irã passou nas últimas quatro décadas, que antecederam a mudança regimental, ou seja, 1979, buscando uma identidade nacional. Uma vez que o país caminhava a passos largos para a tão desejada “modernidade ocidental”, quista pelo xá e seus seguidores. Isso seria, em 1978, o estopim para as revoltas populares e, mais tarde, em janeiro de 1979, um dos principais elementos para a queda do seu governo autocrático. A nação iraniana, não mais era o império persa de Dario I ou Ciro, mas sim uma república islâmica aclamada pelas massas iranianas.

Para o mundo, contudo, o Irã era um barril de pólvora, prestes a explodir, sobretudo por estar nas mãos dos turbantes, como diziam os jornais e revistas no Brasil. Fanáticos religiosos e terroristas tresloucados. Obviamente, bebendo da fonte das agências de notícias estadunidenses, francesas, italianas e inglesas, o Irã era visto como um novo inimigo em potencial do mundo moderno e progressivo. Antes, governado pelo xá, uma marionete dos Estados Unidos, o Irã era um Oasis no crescente fértil, agora, após a revolução iraniana, um elemento perigoso e desejoso de vingança contra o “grande satã” e seus aliados no ocidente infiel.

3 | PROCESSOS TRANSNACIONAIS E INTERDEPENDÊNCIA INTERNACIONAL

Até que ponto podem os governos e povos de qualquer Estado-nação decidir sobre o seu próprio futuro e até que ponto o resultado de suas ações depende das condições e acontecimentos verificados fora de suas fronteiras?²

Se tratando do contexto iraniano, que estamos cotejando com esse estudo, temos algumas possíveis respostas para essa segunda provocação. O Irã vivia uma mudança abrupta de regime governamental, o que não agradava em nada o governo de Washington. A decisão, portanto, dos iranianos, não beneficiava os Estados Unidos, levando em consideração que os aiatolás julgavam a manutenção e permanência dos, aproximadamente, quarenta anos de monarquia de Mohamed Reza Pahlevi e sua implacável perseguição aos opositores do regime, fruto do patrocínio yanke.

Assim, os iranianos decidiram seu próprio futuro, contudo, os resultados dessa decisão trouxeram as represálias estadunidenses como consequência. Já os Estados Unidos foram afetados, em duas áreas: econômica ou de abastecimento (embargo no fornecimento de petróleo) e geopolítico (perda do ponto de observação privilegiado da União Soviética), este último aspecto em um momento crucial da findada Guerra Fria.

Portanto, temos as duas situações acima questionadas: a decisão de um povo ou nação de seu futuro e o resultado dessas escolhas. Além disso, é possível verificar a questão das condições e acontecimentos verificados fora de seus limites (político administrativos), que é o contexto tanto entre Estados Unidos e União Soviética, quanto o contexto Ocidente *versus* Oriente com a perda da hegemonia estadunidense no que se refere a uma área vital para a geopolítica dos Estados Unidos.

4 | GUERRA E PAZ

Quais os fatores determinantes da guerra e da paz entre as nações? Quando, como e por que as guerras começam, prosseguem e acabam? Como ocorreriam tais processos no passado, como ocorrem hoje e como, provavelmente, ocorrerão no

2 DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p. 17.

futuro? Até que ponto e que tipos de luta os povos tendem a apoiar? Quando, com que finalidade e em que condições?³

Os fatores são diversos. Dentre os quais merecem destaque: a fronteira que o Irã possuía com a então União Soviética, cerca de 2500 km de linha limítrofe. Um belo ponto de observação para o governo de Washington monitorar os soviéticos. O petróleo iraniano, o qual abastecia os Estados Unidos. A compra de armas do Irã da indústria bélica estadunidense. Estes parecem ser os fatores mais incisivos.

No caso iraniano, as questões ligadas ao ocidentalismo, ou seja, a abertura que o xá proporcionou aos Estados Unidos com a pretensão de modernizar o país, feria o âmago dos religiosos xiitas. Uma afronta aos preceitos da fé islâmica, aos aspectos citados no alcorão. Com a sua chamada “revolução branca” Mohamed Reza Pahlevi queria repetir o feito de Atamau Ataturk, monarca turco que tornou seu país tão ocidental quanto Paris ou Nova Iorque.

Além da questão religiosa, se tratando de Oriente Médio de extrema relevância cultural, a questão social é importante aqui destacar. Em meio a um projeto de progresso econômico e de infraestrutura, uma significativa parte da população iraniana vivia em situação de miserabilidade, com falta de comida, saúde, segurança, educação e saneamento básico. Os palacetes da elite iraniana e dos técnicos europeus e estadunidenses contrastavam com os casebres feitos, basicamente, com barris de petróleo sobrados das petrolíferas, mas que serviam para abrigar várias famílias iranianas.

Assim, temos uma série de elementos que explicam as tensões geradas entre as nações que estamos analisando neste estudo. A guerra viria com a revolução iraniana, primeiramente uma, pode-se dizer, guerra civil. Depois a guerra entre Irã e Iraque (1980-1988), não travada diretamente pelos Estados Unidos, mas com seu apoio ao governo do então presidente iraquiano e futuro desafeto estadunidense Saddam Hussein.

5 | FORÇA E FRAGILIDADE

Qual a natureza da força ou da fragilidade de um governo ou de uma nação no que concerne à política internacional? Quais as fontes e as condições de tal força? Quais são seus limites? Quando, como e por que o poder se transforma?⁴

Se tratado dos Estados Unidos, quanto à força, temos o poderio militar, inquestionável. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tomariam o lugar de França e Inglaterra - ambas destroçadas no conflito mundial - não apenas na Europa, mas, principalmente, no Oriente Médio. Porém, nem toda a força bélica,

3 DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p. 18.

4 DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, 18-19.

muito menos a tão perspicaz inteligência da CIA, foram capazes de conter o ímpeto popular dos iranianos e, conseqüentemente, a queda do xá, portanto uma fragilidade estadunidense neste caso.

Quanto ao Irã, a religiosidade islâmica, combinada com a insatisfação ao governo autocrático e excludente de Mohamed Reza Pahlevi, se transformaria na força que derrubaria o governo dinástico dos Pahlevi. A ocidentalização também foi um combustível para inflamar os ânimos e fomentar a insurgência dos iranianos no contexto revolucionário. Contudo, após enfrentar o “grande satã”, seria preciso reestruturar o país e, concomitante a isso, conter os aliados ocidentais que o cercavam: Israel e Iraque, principalmente.

6 | POLÍTICA INTERNACIONAL E SOCIEDADE INTERNACIONAL

O que não é político na área das relações internacionais? Qual a relação entre a política internacional e a vida da sociedade das nações?⁵

Tudo é político se tratando de relações internacionais, isso é inegável. Porém, a segunda pergunta é mais complexa. Levando em consideração que uma das possibilidades, não a única, de a política internacional ocorrer quando os Estados nacionais estabelecem suas chancelarias em solo estrangeiro, passando a ser território local aquele espaço com edificações e serviços diplomáticos. A embaixada dos Estados Unidos em Teerã era território estadunidense em solo iraniano. Em novembro de 1979, estudantes iranianos tomaram a embaixada fazendo cerca de cem pessoas reféns. Iniciava-se um novo episódio da história das relações bilaterais entre Irã e Estados Unidos, a chamada “crise dos reféns”.

A partir desse episódio, os países romperiam oficialmente as relações diplomáticas e passavam a declarar hostilidades abertamente. Em um primeiro momento, o governo dos aiatolás no Irã não assumiram as ações, alegando que os estudantes agiram por vontade própria. Contudo, o governo de Khomeini nada fez para dissuadir os estudantes do propósito que os movia, a deportação do xá Mohamed Reza Pahlevi, exilado em Nova Iorque.

O xá descobriu um câncer no sistema linfático, e buscou tratamento nos Estados Unidos. O governo estadunidense não aceitou deportá-lo por dois motivos: primeiro, segundo Jimmy Carter, os Estados Unidos não negociava com terroristas; segundo, como alegou a Casa Branca, “era uma causa humanitária”, o xá estava tratando de uma doença grave e não teria condições de viajar naquele momento.

A população iraniana não aceitava nenhuma das alegações oriundas do governo de Washington, pois queriam sentenciar o xá segundo as leis da *Sharia*⁶, ou seja,

5 DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p.19.

6 **Sharia** é um termo árabe que significa “caminho”, mas, que historicamente, dentro da religião islâmica, tem sido continuamente empregado para se referir ao conjunto de leis da fé, compreendida

segundo as tradições do Alcorão. Além disso, reivindicavam significativos montantes em ouro e dinheiro, ambos depositados em bancos estadunidenses, valores esses que, segundo os iranianos, pertenciam ao povo e foram usurpados ao longo dos anos de monarquia do xá.

7 | POPULAÇÃO MUNDIAL *VERSUS* ALIMENTOS, RECURSOS E MEIO AMBIENTE

Estaria a população mundial crescendo mais rapidamente do que a produção de alimentos, de energia e outros recursos, ou então, mais rapidamente do que a própria capacidade demográfica de nosso meio ambiente, no que diz respeito a índices toleráveis de qualidade do ar, da água e do nível de poluição do espaço em que se vive? Poderiam as falhas nessa área representar uma ameaça para a “segurança nacional” semelhante ou pior em comparação com aquela causada por uma mudança no potencial militar ou poder político dos países vizinhos? Em qualquer dos casos, quais seriam suas consequências para a política mundial – inclusive para a guerra e para a paz – e o que poderá fazer, caso se possa fazer alguma coisa?

Se tratando de recursos, a política estadunidense para o Irã era muito determinada. A aquisição de petróleo por parte do governo estadunidense representava cerca de 20% do abastecimento do país. Para o governo de Mohamed Reza Pahlevi era a indústria bélica e os técnicos americanos para operar os caças, porta-aviões, defesas antiaéreas, entre outros utensílios, que interessava ao xá e seus grupos de extermínio. Interesses singulares e objetivos comuns: ambos queriam a manutenção do poder.

Em 1977, a Organização das Nações Unidas registrou que o Irã era um dos países do mundo que mais infringia ou desrespeitava os direitos humanos. A Savak, temida polícia política do xá, eliminava os opositores do regime.

Os petrodólares iranianos serviam para a aquisição de armas e material de defesa. Em 1978 o Irã era o exército mais bem equipado e treinado do Oriente Médio. O objetivo do xá era claro, tornar o Irã a maior potência econômica e militar do Golfo Pérsico. Enquanto isso, a população iraniana, como já foi mencionada neste estudo, passava fome, sofrendo com a falta de recursos e serviços essenciais básicos.

8 | PROSPERIDADE E POBREZA

Até que ponto chega à desigualdade no que se refere à distribuição da riqueza e da renda entre as nações do mundo? Até que ponto há desigualdades com relação a outros valores vinculados aos anteriores, tais como expectativa de vida ou educação? As diferenças econômicas entre as nações são maiores ou menores do que as diferenças econômicas nelas existentes, como por exemplo, entre grupos étnicos ou raciais, ou entre regiões ou classes? Algumas dessas desigualdades estão aumentando ou diminuindo? Com que rapidez e em que extensão? O que é que determina a natureza dessa distribuição e a amplitude e o sentido de tais

pelo Alcorão, a Suna (obra que narra a vida do profeta Maomé), além de sistemas de direito árabe mais antigos, tradições paralelas, e trabalho de estudiosos muçulmanos ao longo dos primeiros séculos do Islã.

mudanças? O que é que pode ser feito para que deliberadamente se provoquem tais mudanças? Em que grau e com que rapidez?⁷

Durante os governos de Reza Kahn Pahlevi e Mohamed Reza Pahlevi, respectivamente pai e filho, governos que juntos duraram mais de meio século (1925-1979), a população iraniana era relegada ao trabalho exploratório nas petrolíferas de capital ocidental (inglesas, francesas e, posteriormente, estadunidenses). Os imperialismos que subjulgaram os povos neocolonizados, com as partilhas da África e da Ásia no fim do século XIX e início do XX, por França, Inglaterra e outros impérios centrais, e após a Grande Guerra, foram gradativamente sendo ocupados pelos Estados Unidos, tinham suas populações mantidas de forma degradante e em péssimas condições de subsistência.

No Irã, enquanto os britânicos enriqueciam, o país permanecia cada vez mais desigual socialmente. Na refinaria de Abadan, o salário era de 50 centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada nem eletricidade. No inverno as chuvas causavam alagamentos e moscas invadiam os vilarejos. No verão, o teto dos barracos, feitos de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da Anglo-Iranian viviam em enormes casas com ar-condicionado, piscinas e belos jardins.⁸

Essas questões colonialistas ou imperiais, foram mantidas pelos Estados Unidos no governo do xá filho, a partir de 1941. Assim, os iranianos tinham razões de sobra para a insurgência que viria a ocorrer a partir de 1978. Essa é a primeira questão levantada neste tópico. Enquanto isso, em território estadunidense, será que famílias americanas tinha noção do que ocorria em Teerã? Provavelmente não.

Na primeira tentativa de nacionalização do petróleo, proposta pelo então primeiro-ministro iraniano Mohamed Mossadegh, em 1951, o governo de Washington tratou de executar uma manobra que culminaria com a expulsão do *Premier* iraniano e a emergência do xá de forma mais autocrática do que nunca.

A Operação Ajax, codinome do golpe organizado pela Cia contra Mossadegh, foi um grande trauma para o Irã, o Oriente Médio e todo o mundo colonial. Era a primeira vez que os Estados Unidos derrubavam um governo estrangeiro. Foi no Irã, em 1953, que o governo norte-americano estabeleceu seu modelo de conduta para os anos vindouros e imprimiu na mente de milhões de pessoas do mundo inteiro a imagem dos Estados Unidos.⁹

Mas porque Mohamed Mossadeh era tão mal visto pelos britânicos e pelos estadunidenses e ovacionado pelos iranianos? A resposta é: porque queria nacionalizar o petróleo.

7 Desde os primeiros anos do século XX, uma empresa britânica cujo principal
DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p. 20-21.

8 COGIOLLA, Osvaldo. A revolução iraniana. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 38.

9 KINZER, Stephen. Todos os homens do xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio, tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004, p.12.

proprietário era o próprio governo de Sua Majestade usufruía o monopólio fantásticamente lucrativo da produção e comercialização do petróleo do Irã. Enquanto a maioria dos iranianos vivia na pobreza, a riqueza que fluía do subsolo do país jogava um papel decisivo na manutenção da Grã-Bretanha no pináculo do poder mundial. Esta injustiça era motivo de profundo rancor por parte dos iranianos. Até que finalmente, em 1951, eles apelaram para Mossadegh, que, mais do que qualquer outro líder político, personificava o ódio de toda a nação contra a Anglo-Iranian Oil Company (AIOC). Mossadegh prometeu expulsar a Anglo-Iranian do Irã, reaver as vastas reservas de petróleo do país e libertar o Irã da submissão ao poder estrangeiro.¹⁰

Portanto, em um tom maquiavélico, não importavam os meios, os fins justificavam tais atos, nem que para isso fosse preciso sacrificar inúmeras famílias iranianas, com a justificativa de que estas não tinham capacidade de decidir pelos seus destinos. E tudo isso, em nome do desenvolvimento, da tecnologia e das luzes do ocidente liberal, cristão, moderno e progressista, a leitura ideal de mundo.

9 | LIBERDADE E OPRESSÃO

Que importância dão as pessoas à independência de outros povos e até que ponto se importam com liberdade de seu próprio país ou nação? E, caso se importem, o que é que provavelmente fariam? Quando e em que condições? O que é que as pessoas entendem por “liberdade” – um variado leque de alternativas, envolvendo tolerância para com as minorias e para com o inconformismo individual, ou a submissão das massas a um governo de maioria, à tradição a algum líder digno de confiança, a alguma tirania hereditária familiar? Até que ponto entendem a liberdade como um valor em si mesmo e até que ponto julgam um meio para a realização de valores outros que lhes são mais caros? Que condições influenciam esses conceitos e essas escolhas? Com que rapidez e até que ponto? Qual a amplitude das diferenças entre o tipo e o grau de liberdade que os povos desejam em diferentes países ou em diferentes grupos de uma mesma nação? Qual a amplitude das diferenças, em espécie e grau, no que diz respeito à liberdade que desfrutam? Até onde e com que rapidez essas distribuições se alteram? Quando e em que condições?¹¹

Até a queda do xá Mohamed Reza Pahlevi em 16 de janeiro de 1979, muitos estadunidenses não tinham noção do que ocorria no Irã. As perseguições, torturas, eliminação de adversários políticos ou qualquer opositor ao regime, era ocultado para a grande imprensa ocidental. Todo esse sistema, que em grande medida satisfazia o governo de Washington, não era visualizado pelo mundo, tanto que, em um relatório da CIA em 1977, o Irã era um dos países com menor propensão de mudanças abruptas no sistema político ou de poder administrativo. O relatório se mostraria extremamente falho menos de dois anos depois.

Nos Estados Unidos, o violento antiamericanismo que surgiu no Irã depois de

10 KINZER, Stephen. Todos os homens do xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio, tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004, p.18.

11 DEUTSCH, Karl Wolfgang. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p.21.

1979 surpreendeu a maioria das pessoas. Os americanos não faziam ideia do que poderia ter gerado o ódio tão visceral de uma nação onde eles sempre haviam imaginado ser mais ou menos benquistos. Mas isto era porque quase ninguém nos Estados Unidos sabia o que a CIA fez por lá em 1953.¹²

A partir da queda da autocracia dinástica do xá, os cidadãos estadunidenses, assim como o mundo, passou a conhecer o Irã. Contudo, um Irã marcado pela desordem social, pelo caos, pela completa horda de ataques e vandalismo. A ordem que pairava no regime monárquico teria dado lugar ao total distúrbio administrativo dos religiosos xiitas. Isso era o que estava sendo noticiado por inúmeras agências de notícias na Europa e Américas. O que produzia um claro sentido de que com a monarquia a ordem estava estabelecida, com os aiatolás a pretensa organização teria se perdido.

Un alegre caos, que convirtió a las calles de Teherán en el escenario de un “carnaval”, se produjo en el instante en que la radio oficial de la ciudad anunciaba que el cha, finalmente, habia partido. Pilotando personalmente un avión militar, el emperador de Irán abandonó el país tras sangrientos enfrentamientos que han costado miles de muertos. Cinco aviones Jumbo lo siguieron, transportando los enseres de la familia real y – se dice – algunos otros de lujo.¹³

A reportagem acima foi capa da edição do dia 17 de janeiro de 1979. É possível observar que o discurso da conta de um país em caos e desordem, um verdadeiro “carnaval” segundo os redatores do periódico. Esta capa era ilustrada com a imagem de uma estátua do xá montando um cavalo e empunhando uma espada, sendo derrubada por manifestantes, reforçando o estado de revolta e insatisfação com o governo de Mohamed Pahlevi.

Washington, 16 (AP, EFE y UPI) – La Casa Blanca guardaba hoy un prudente y a la vez misterioso silencio sobre la posible llegada del cha de Irán a Estados Unidos, al tiempo que una cascada de hipótesis caía desde los diarios, las radios y las estaciones de televisión sobre los posibles puntos de residencia del alicaído emperador en el país. El Departamento de Estado señaló hoy que el cha “sería bienvenido a Estados Unidos en sus proyectadas vacaciones”, y que el gobierno del presidente Carter “reconocía al emperador como al genuino monarca de Irán”. Sin embargo, ningún vocero de la Casa Blanca admitió la “residencia del cha en algún punto del país”. Pero, reafirmando la hipótesis generalizada que Reza Pahlevi “descansará” por un periodo prolongado en Estados Unidos, o quizá para siempre, los diarios aseguran que ex hombre fuerte de Irán conseguirá de las autoridades de Washington un dorado exilio permanente. Toda la prensa, y en especial el “Washington Post”, reclama que Estados Unidos procure “dejar la menor cantidad de huellas posibles en Irán, si es que no desea recibir “noticias peores”.¹⁴

O que seria do Ocidente a partir de então? Essa era a pergunta da maioria dos jornais e canais midiáticos do mundo. O petróleo, principalmente, era o mais

12 KINZER, Stephen. Todos os homens do xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio, tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004, p.12.

13 Jornal Clarin, Ed. 11.812 de 17 de janeiro de 1979, capa.

14 Jornal Clarin, Ed. 11.812 de 17 de janeiro de 1979, p. 29.

preocupante. O abastecimento desse recurso estaria comprometido, isso, mesmo sem um anúncio oficial por parte do governo de Khomeini. Mas os países ligados aos Estados Unidos sabiam que sua aliança com o tio Sam, não seria bem vista pelo governo de Teerã.

E então chegamos à primeira pergunta: que importância dão as pessoas à independência de outros povos e até que ponto se importam com a liberdade do seu próprio país ou nação? Parece que para o povo estadunidense, e em grande medida, para o Ocidente, essa pergunta teve uma mudança significativa na resposta a partir dos eventos ocorridos no Irã a partir de 1979. Ou será que os estadunidenses sabiam as condições em que viviam os trabalhadores da extração de petróleo iranianos? Ou será que sabiam que 45 mil técnicos militares ensinavam o exército iraniano a matar com mais eficiência, utilizando os recursos bélicos produzidos e comercializados pelo governo dos Estados Unidos?

O que dizer do conceito de liberdade? Conceito que é tão caro no Ocidente, por nos acharmos livres, modernos, desenvolvidos. Liberdade de ir e vir, de comprar, de consumir, de vender e lucrar. Liberdade de culto religioso e de ser o que quiser, quando quiser. Em contradição com o Oriente, sobretudo o Oriente Médio, escravizado pelo fanatismo religioso, oprimido pelas leis ligadas aos preceitos da fé islâmica. Seria isso tudo mesmo? Ou criou-se essa representação para tornar-se uma leitura de mundo ideal, essa ocidental, segura, ordeira e progressiva? Quem sabe para encobrir, acobertar ou ocultar manobras políticas em um panorama de “está tudo bem”? E no futuro, tais confabulações ou articulações políticas e militares são anunciadas com um caráter de necessidade, legitimadas pelo bem comum, para defender os valores da coletividade, da soberania e da segurança nacional, contra os inimigos externos.

10 | PERCEPÇÃO E ILUSÃO

Que percepção têm os líderes e demais cidadãos quanto às suas próprias nações e de que forma consideram outras nações e seus atos? Até que ponto tais percepções são realistas ou ilusórias? Quando, em que sentido e em que condições? Em que condições governos e eleitores se mostram conscientes e a respeito de que assuntos se mostram alienados? Até que ponto os governos nacionais agem como fonte de decepção, de mitos ou de desilusão das massas? Que efeito produz tudo isso na capacidade que teriam os governos e Estados-nações de controlar seu próprio comportamento e de prever as consequências de seus atos? Qual a “média de erro” dos estadistas? Com que frequência tomam decisões importantes sobre a guerra ou sobre a paz com base em erros graves de percepção dos fatos? Poder-se-ia fazer alguma coisa, para que tais equívocos passassem a ser mais raros e as avaliações mais realistas?¹⁵

Em 4 de novembro de 1979, cerca de onze meses após a queda do xá, o Irã estava se reorganizando político e administrativamente. Com um governo teocrático, guiado pelos preceitos da fé islâmica e pelo seu livro sagrado, o Alcorão, a República

15 DEUTSCH, KARL WOLFGANG. Análise das relações internacionais, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p.21.

Islâmica ainda era uma incógnita para o laico ocidente. Neste ar de incertezas, iniciaria uma crise que durariam exatos 444 dias, a crise dos reféns do Irã.

Esse fato é um exemplo ou pano de fundo para discutirmos as questões acima colocadas. Na referida data, estudantes iranianos tomaram a embaixada dos Estados Unidos na capital iraniana, fazendo inicialmente 90 reféns, entre funcionários da embaixada e pessoas que estavam no prédio naquele momento. Após dias de protestos e concentração em frente ao prédio da diplomacia estadunidense em Teerã, os jovens iranianos invadiram o prédio e renderam os poucos seguranças e fuzileiros navais norte-americanos que faziam a guarda do local.

A principal reivindicação dos iranianos era a extradição do xá Mohamed Reza Pahlevi, exilado em Nova Iorque, para ser julgado pelas leis da nova república. Além disso, os iranianos queriam o repatriamento de valores depositados pelo xá em bancos estadunidenses ao longo do seu governo, dinheiro que, segundo os iranianos era do povo do Irã.

Levando em consideração a deturpada forma com que as informações chegavam ao ocidente, oriundas das agencias internacionais de notícias, não seria diferente as informações acerca dos eventos ocorridos a partir de 4 de novembro de 1979.

A população estadunidense cobrava ações imediatas do presidente Jammy Carter. Este, um democrata ponderado, não queria usar o recurso das armas, uma vez que foi inclusive advertido pelos sequestradores da embaixada: justificariam os reféns em qualquer tentativa militar de resgate. O recado foi claro e Carter não queria pagar para ver. Contudo, as eleições de 1980 se aproximavam e o adversário político de Carter já usava o incidente para pressionar o presidente a tomar alguma atitude.

Foi assim que em abril de 1980, o pentágono iniciou uma operação chamada “*Blue Light*”, a qual consistia no envio de três helicópteros *Tiger*, equipados com os melhores recursos militares da época, tripulados por soldados treinados para ações táticas de risco, no intuito de resgatar os 52 reféns americanos que permaneciam sob o controle dos iranianos. A ação terminaria em um dos maiores vexames militares da história, além de uma tragédia. Dois dos helicópteros, após uma tempestade no deserto do Kwait, colidiriam. Oito soldados morreram no acidente e, assim, revelava-se o plano secreto de resgate dos reféns.

11 | ATIVIDADE E APATIA

Que parcelas e que grupos da população demonstram interesse ativo pela política? Que parcelas e que grupos demonstram interesse por assuntos internacionais? Que condições propiciam a ampliação ou a redução desse número de participantes ativos? Com que rapidez e sob que aspectos? Que estrato da população deve ser considerado importante para a política em determinado lugar e época? Que condições seriam mais propícias a uma alteração na magnitude desse estrato politicamente relevante? Que efeitos podem exercer dessas mudanças na totalidade dessa participação política real e potencial sobre os processos políticos e sobre seus resultados? Especificamente, que efeitos podem exercer essas transformações no grau de participação em massa na política sobre o comportamento e sobre

os desfechos das questões internacionais? Que tipos de política e de questões internacionais pode existir entre populações em grande parte limitadas a uma economia de subsistência e apáticas em relação à política no sentido mais amplo? E que tipo de política nacional ou internacional pode desenvolver-se com a intensificação do uso do dinheiro e dos meios de comunicação de massa, da alfabetização, da mobilidade social e da participação política?

No Irã, grande parte da população demonstrou interesse pela política. Os milhares de iranianos de vários segmentos sociais: operários, intelectuais, membros do partido comunista, religiosos, funcionários públicos, comerciantes, etc., protestaram contra o regime do xá. Uma explicação para esse interesse pode ser a questão religiosa. Para a maioria dos países do Oriente Médio, religião e política caminham juntas. No ocidente, ao contrário, esse aspecto é relacionado com um fanatismo religioso e que, unido à política torna-se um ingrediente chave para o terrorismo de Estado. A ideia laica de política ocidental contrasta, portanto, com o caráter religioso islâmico.

Outro aspecto comum no ocidente são as pessoas falarem que não gostam de política, que não discutem política, que não se interessam por tal assunto. Enganam-se constantemente porque debater qualquer assunto já é ser político, se buscarmos a etimologia do termo da Grécia Clássica.

Quando os estadunidenses se depararam com a crise dos reféns, as multidões americanas saíram às ruas para protestar contra o Irã e para pedir soluções imediatas de Jimmy Carter. Os senadores republicanos esbravejavam: mandem os fuzileiros navais (*Marines*) para uma missão de resgate e de aniquilação dos novos governantes do Irã. Mas precisou um evento dessas proporções para uma inteiração mais significativa da população norte-americana para o interesse político ser mais representativo. Além disso, aproximava-se naquele momento a disputa eleitoral e a corrida pela Casa Branca. As ações a partir de então recairiam para os candidatos como elementos pró e contra no pleito de 1980. Jimmy Carter estava cada vez mais pressionado pelos republicanos e pelo seu adversário Ronald Reagan.

12 | REVOLUÇÃO E ESTABILIDADE

Que condições favorecem a derrubada de governos? Quando, em que condições e até que ponto podem as elites dirigentes ou as classes privilegiadas vir a perder total ou parcialmente seu poder ou sua posição? Que transformações permanentes ou irreversíveis, caso ocorram, são produzidas por meio de revoluções? Quando e como os sistemas jurídico, econômico e social ou mesmo o conjunto dos principais padrões culturais são total ou parcialmente descartados e, em última instância, substituídos por outros sistemas e padrões? Com que rapidez ocorrem esses grandes processos de transformação e a que preço em termos de prejuízos materiais e de sofrimento humano? Que grupos da população arcam com esse custo? Por muito ou por pouco tempo? Que benefícios – se é que há algum – resultam dessas mudanças e a quem elas afetam a curto e a longo prazo? Quanto tempo é necessário para que se instaure a estabilidade política e social após um período revolucionário? Como, com que resultados e as expensas de quem? E quais os efeitos de tais processos revolucionários ou contra-revolucionários e de uma eventual estabilização de uma antiga ou nova ordem política ou social na evolução das questões internacionais? Em resumo, de que modo as revoluções

internas afetam as questões internacionais e como as influências estrangeiras e os eventos internacionais podem afetar a estabilidade ou a sublevação revolucionária de regimes internos e sistemas políticos de determinados países? Que podem fazer os governos, os líderes e o eleitorado se é que podem fazer alguma coisa? Até que ponto são influenciados ou controlados por um tipo de ação deliberada? Quando, a que custo e em que sentido?

Neste tópico voltamos a algumas situações já mencionadas neste artigo. Primeiramente temos a questão das condições para a derrubada de um governo. No Irã o governo do xá teve duas principais motivações: 1) A insatisfação popular com a política ditatorial e excludente de Mohamed Reza Pahlevi. 2) O processo de ocidentalização, ou modernização aos moldes ocidentais, o que afrontava, principalmente, os religiosos xiitas – não por acaso a proclamação de uma República Islâmica como mudança regimental – através da chamada “revolução branca” (construção de bares, restaurantes, *shopping centers*, cinemas, etc., reforma agrária, reforma bancária, reforma universitária, entre outros aspectos).

Outro elemento que merece ser destacado refere-se à política-administrativa de Mohamed Reza Pahlevi. Autocrata, detentor de plenos poderes, seu governo era além de tirano, extremamente corrupto usurpando os recursos públicos. Assim como afirma Coggiola (2008).

A revolução iraniana desdobrou-se rapidamente, adquirindo conteúdo de classe. O funcionalismo público e os bancários tiveram papel fundamental na exposição da corrupção do regime. Escriturários dos bancos abriram os livros para revelar que nos últimos três meses de 1978, um bilhão de libras tinham sido retiradas do país por 178 membros da elite, assim como o xá, que havia transferido quantia similar para os Estados Unidos. [...] A autocracia e seus esbirros, incluía a polícia política, saques ao Tesouro Nacional, e isso veio a público. As massas furiosas, responderam queimando mais de quatrocentos bancos.¹⁶

Neste ponto já respondemos, de certa forma, a segunda questão sobre as elites. Quanto mais eram verificadas e acentuadas as diferenças sociais e ficavam mais visíveis os privilégios para alguns, em detrimento de uma grande maioria, mais crescia o sentimento de revolta da população marginalizada.

Quanto às transformações, verificou-se uma reestruturação política, social e cultural do Irã, principalmente na primeira década do novo regime. Mudanças que permanecem até hoje, sobretudo na política com a nova ordem estabelecida pelo processo revolucionário, porém com certa abertura em aspectos sociais e culturais.

12 | IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO

Em meio a todas essas transformações, como é que indivíduos, grupos, povos e nações podem preservar sua identidade? Em que consiste essa identidade no que diz respeito quaisquer elementos ou aspectos de sua estrutura interna, e que diferença ela provoca no comportamento desses elementos ou aspectos? Até que ponto a identidade de alguém representa uma necessidade real para pessoas e

16 COGIOLLA, Osvaldo. A revolução iraniana. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 71.

grupos e o que acontecerá se tal necessidade não for atendida? Até que ponto essa identidade é um valor em si mesma e em que medida representa uma condição ou um instrumento para a concretização de outros valores? Como se adquire um sentimento de identidade – e a realidade da identidade (ou seja, o significado permanente, para alguém, das suas próprias memórias) – e como se perde essa identidade? Até que ponto as pessoas, as classes, as elites, os governos, os povos e as nações se parecem todos com um leopardo, que não podem modificar suas manchas, e até que ponto são capazes de sofrer transformações ou de se transformarem a si mesmos? Até que ponto as pessoas, as classes sociais e os grupos raciais aprendem a identificar-se com os papéis temporários de poder e privilégios que eventualmente tenham assumido em alguma época da História e até que nível podem ter-se viciado com aquelas aparências enganosas que, na maioria das vezes, acompanham o poder e os privilégios? Que acontece com as opiniões e os sentimentos das pessoas e como tendem elas a agir, quando veem na iminência de perder poder e privilégios?

Identidade, esse é um conceito que teve grande significado no processo de mudança governamental no Irã em 1979. Foram justamente um caráter nacionalista ou de identidade nacional que demonstraram os iranianos quando não mais aceitaram as imposições estrangeiras dos últimos cinquenta e quatro anos, findada em janeiro de 1979. Contudo, para o mundo, isso foi uma afronta aos ideais ocidentais de ordem e harmonia social.

A repressão política promovida pelo governo do xá, tendo como eminência parda os Estados Unidos, ocultou e silenciou o nacionalismo iraniano por décadas. O líder político que chegou mais perto de restaurar um caráter nacional iraniano foi Mossadegh, rapidamente sufocado pela inteligência estadunidense.

O regime do xá, autoproclamado descendente verdadeiro do “Trono do pavão” de 2500 anos, decidiu, em 1975, empreender um novo esforço para controlar a sociedade iraniana. O esforço visava, entre outras coisas, diminuir o papel do islamismo na vida do reino, ressaltando para isso as conquistas das civilizações pré-islâmicas do país, especialmente a civilização persa. Assim, em 1976, o calendário islâmico, lunar, foi banido do uso público e substituído por um calendário solar. Publicações islâmicas e marxistas também sofreram forte censura.¹⁷

O xá buscou por vezes constituir uma modelo de nação para o Irã. Em 1978 realizou a festa em comemoração aos 2500 anos do império persa. A chamada festa do pavão reuniu celebridades do mundo inteiro: políticos, astros de Hollywood, príncipes, reis e rainhas. A comida e a bebida foram encomendadas de Paris e o local da festa foi em um cenário propício para a ocasião: as ruínas de Persépolis. Foram três dias de comemorações ao custo de 300 milhões de dólares. A ideia do xá era rememorar o período de apogeu do grande império de Dário I e Ciro. Quando o Irã, então Pérsia, era temido pelos povos do Oriente Próximo.

13 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as doze questões fundamentais de Karl Deutsch, procurou-se analisar

17 COGIOLLA, Osvaldo. A revolução iraniana. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 63.

pontos em comum com o processo político nacional e internacional do Irã no contexto da mudança governamental daquele país ao findar a década de 1970. A importância dada pela imprensa para tal evento não foi por acaso. O Irã era um cenário significativo para o ocidente, principalmente para a Inglaterra e, sobretudo para os Estados Unidos. A troca de liderança do país foi traumática para esses últimos dois países citados, os quais passaram a ter a região como inimiga e um perigo em potencial a partir de então.

As doze questões são interdependentes. Quaisquer que sejam as respostas, totais ou parciais, poderemos chegar à conclusão de que cada uma delas apresentará diferenças em relação a respostas que tenhamos dado a algumas ou a todas as demais. Cada uma de nossas doze questões constitui um bom ponto de partida, mas, assim como muitos portões podem levar ao centro da mesma cidade, todas as nossas doze questões conduzir-nos-ão cada vez mais ao âmago das complexidades inerentes ao nosso único problema: como é que tantas nações diferentes, na medida em que surgem em cena ou saem de cena, podem conviver, num misto de independência e interdependência limitadas, em um mundo com o qual podem não estar de pleno acordo, mas que nenhum delas pode individualmente controlar e do qual todos dependem, para ter paz, para ter liberdade, para ter felicidade e para sobreviver? ¹⁸

Com o auxílio da imprensa, o mundo ficou a par dos eventos ocorridos em Teerã. Contudo, a maneira como tal sequência de eventos foi reportada, projetou uma representação do Irã e dos iranianos que está presente até hoje. A produção de sentidos não é inocente e muito menos imparcial. Obviamente que a recepção dos leitores não pode ser encarada como passiva e sem criticidade alguma.

Contudo, um país pouco lembrado ou raramente visto nos meios midiáticos, que, até então, figurava como o país do “*Aladim*” ou das “*Mil e um noites*”, de tapetes voadores e encantadores de serpentes, tornou-se um lugar comum para todo o tipo de estereótipos ou representações que iam de encontro ao ideal de mundo ocidental, ou seja, em rota de colisão com a leitura de mundo que deveria ser a correta.

18 DEUTSCH, KARL WOLFGANG. *Análise das relações internacionais*, Trad. De Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 2ª Edição, p.21.

CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI

Simone Lopes Dickel

RESUMO: O presente texto visa discutir a partir de referencial teórico pertinente de modo a traçar um panorama do contexto político jurídico brasileiro no que se refere a reforma agrária nas décadas de 1970 a 1990, período em que ocorreu a implementação dos assentamentos na Fazenda Annoni. Este latifúndio foi desapropriado no início da década de 1970, e teve a função social da propriedade como pressuposto fundamental que possibilitou a desapropriação. Pretende-se apontar não apenas mudanças na legislação no que concerne a reforma agrária, mas também na própria concepção de reforma agrária, analisando sua influência no processo de reforma agrária na Annoni.

INTRODUÇÃO

Distante de fazer algum tipo de nova abordagem sobre a temática que é amplamente revisitada sob os mais diversos enfoques, a presente discussão constitui-se num esforço necessário de compreender o processo de assentamento, que resulta da ocupação da Fazenda Annoni em 1985, a partir do debate a nível nacional sobre a reforma agrária nos diferentes momentos históricos. Debatida de

forma incansável, a concepção de reforma agrária pode sofrer mudanças nos diferentes contextos, para os sujeitos que a ela se referem ou sobre ela se debruçam para tentar compreender.

Referenciado por muito tempo como assentamento modelo de reforma agrária (CAUME, 2006), o processo de transformação do grande latifúndio situado na região Norte do Rio Grande do Sul, desapropriado da família Annoni na década de 1970 por não estar cumprindo com sua função social, em um espaço de reforma agrária, foi um processo que permeou diferentes contextos, e mudanças no debate em torno da reforma agrária. Teve início no auge do regime militar quando o imóvel foi desapropriado.

A história da desapropriação da Annoni tomou outros rumos no período da redemocratização, quando diante das dificuldades do Estado em executar a reforma agrária, os movimentos sociais tornam-se protagonistas da luta pela terra. Ao mesmo tempo em que constitui-se um fato político, mantendo a reforma agrária na agenda política da Nova República, os grandes proprietários por sua vez passam a organizar a oposição política à reforma agrária.

Ao analisar o contexto e a forma como o

assentamento aconteceu, vemos a materialização de uma reforma agrária que não é consenso na sociedade, sobre a qual atuam diferentes forças políticas, distante de ser considerada uma política de estado, comprometido com a transformação do campo a partir da democratização do acesso à terra. Vemos também que os movimentos sociais se constituem na força capaz de fazer contraponto à falta de vontade política, somada a uma legislação que embora preconize a reforma agrária como forma de corrigir a estrutura fundiária tão desigual, deixa evidente nas suas entrelinhas uma concepção privatista da terra, que acaba favorecendo os grandes proprietários. Por isso devemos lembrar a ideia de Buainain (2008), de “reforma agrária por conflito”, para caracterizar o processo brasileiro que em pouco ou nada contribuiu para alterar o quadro histórico de concentração das terras nas mãos de poucos, para além da solução de conflitos mais pontuais.

Trata-se então, de pensar a discussão em torno da reforma agrária nos diferentes contextos históricos, percebendo neles permanências e rupturas, mudanças na concepção de reforma agrária que interferem na criação de leis e de políticas públicas, repercutindo ou sendo repercutidos pelos diferentes segmentos da sociedade civil que se organizam e passam a reivindicar a reforma agrária, ou se posicionar de modo contrário a ela.

Nesse sentido, o texto está dividido em três seções. Na primeira, será contextualizada a década de 1970 à luz do Estatuto da Terra, momento em que a fazenda foi desapropriada e o projeto de assentamento que serviu de pretexto para a desapropriação acabou não se efetivando; na segunda parte, o contexto do ressurgimento dos movimentos sociais e da grande ocupação em plena redemocratização; e na terceira parte, o início da década de 1990 quando o assentamento definitivo é concluído, e surgem aos assentados novos desafios como permanecer na terra, ao mesmo tempo em que no cenário nacional surgem críticas ao Plano Nacional da Reforma Agrária, bem como em relação ao processo de constituinte que resultou na Constituição de 1988.

BREVE BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTATUTO DA TERRA

Caso atípico e por isso mesmo instigante, o decreto de desapropriação da Fazenda Annoni significou um primeiro passo do Estado para a transformação daquele que era um território de latifúndio, em território de reforma agrária. Detalhe, em pleno regime militar. Sua atipicidade decorre do fato de que a legislação na qual a desapropriação foi amparada, o Estatuto da Terra, que com poucas modificações orienta ainda hoje a legislação brasileira no que se refere a reforma agrária, caracterizou-se por ter sido muito pouco utilizada para o fim de modificar a estrutura fundiária. Sua ineficácia ou inércia rendeu-lhe inúmeras críticas e a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, cujo objetivo seria tirar a reforma agrária do âmbito legal, e colocá-la em prática estabelecendo metas para sua

concretização.

Interessante notar, e não dá para fazer isso sem remeter ao contexto em que a primeira lei de reforma agrária foi feita, que a divisão entre duas grandes diretrizes, a política agrícola e a política fundiária, possibilitou ao Estatuto da Terra ser instrumento de transformações necessárias para adequação da agricultura ao modelo de desenvolvimento econômico defendido pelos militares, sem modificar a estrutura fundiária brasileira. Isso foi possível mediante o processo de modernização amplamente apoiado pelo Estado através da concessão de crédito farto e barato, cujos resultados ao longo do tempo acabam por acirrar ainda mais as desigualdades e conflitos no campo. Nas palavras de Buainain (2008, P. 19)

A modernização conservadora do latifúndio reforçou a concentração da propriedade da terra e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário; como regra geral, as “relações arcaicas” foram substituídas por relações de assalariamento temporário, embora, em muitas regiões, sem qualquer proteção legal.

O Estatuto da Terra, elaborado por um Grupo de Trabalho (GT) designado pelo Humberto Castello Branco assim que assumiu a presidência da República, objetivava ser uma resposta a um certo consenso criado no início da década de 1960 no meio acadêmico e político de que a reforma agrária se constituía um imperativo ao desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, nas palavras de Jose Graziano da Silva (1981, p. 39), “A reforma agrária visava então alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil, para que pudesse haver um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas no campo.” Ela tinha caráter principalmente econômico, no sentido de tornar produtivas boa parte das terras que estavam ociosas e assim integrar o campo a economia nacional, atuando no sentido de ajudar superar o chamado “atraso brasileiro” (BUAINAIN, 2008, p. 28).

O modelo de reforma agrária definido pelo Estatuto da Terra, que também tinha o objetivo político de amenizar os conflitos no campo sob a promessa de uma reforma agrária concedida de cima pra baixo, sem a pressão e participação popular, era concebida basicamente “como assentamento de famílias de pequenos produtores, Trabalhadores Rurais sem-terra, arrendatários, parceiros e meeiros em terras desapropriadas por interesse social”. (BUAINAIN, 2008, p. 29)

Embora a possibilidade de desapropriação por interesse social tenha aparecido na Constituição Federal de 1946, a ideia de que a propriedade da terra não deveria contrariar os interesses da coletividade recebe uma importância maior no Estatuto da Terra, através do princípio da função social. O documento define um conjunto de requisitos que a propriedade deveria atender para que seu uso estivesse em consonância com os interesses da sociedade, ou seja, para que ela cumprisse uma função social. Embora constituída por aspectos econômicos, sociais e ambientais, a função social na maioria das vezes acaba sendo utilizada como justificativa para a

desapropriação de imóveis rurais quando o aspecto da produtividade é ferido, o que faz com que o aspecto econômico se sobreponha aos demais. O que é passível de compreensão, uma vez que a produção agrícola passa a ser bastante estimulada na época, tendo um importante papel no desenvolvimento capitalista.

Stédile (2012) caracteriza as duas primeiras décadas de vigência do Estatuto da Terra, como 20 anos em que se priorizou apenas os projetos de colonização, através da distribuição de terras públicas na fronteira agrícola da Amazônia Legal. Nesse sentido, Ariovaldo Umbelino Oliveira (2007) caracteriza algumas práticas dos governos militares no que concerne a reforma agrária como uma contra-reforma agrária. Segundo ele “ como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi sendo adiada. ” (2007, p. 122). No lugar da reestruturação fundiária, dois programas foram levados adiante pelos governos militares equivocadamente classificados como reforma agrária: os projetos de colonização implantados na Transamazônica pelo INCRA, e o PROTERRA que era parte da estratégia do governo no sentido de apresentar ao mundo financeiro capitalista e à própria sociedade brasileira que era possível fazer “reforma agrária” sem violência e sem contrariar os interesses dos latifundiários nordestinos. (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

A respeito das inúmeras e de cerca forma merecidas críticas ao Estatuto da Terra, enquanto os governos militares priorizavam os projetos de colonização na região Amazônica, na região sul do país, à medida que o campo se modernizava, cresciam as contradições e as tensões sociais, ressurgindo assim os conflitos agrários, fruto do descaso relegado aos pobres do campo uma vez que as políticas públicas priorizavam as grandes propriedades.

Nesse sentido, contribuiu para engrossar o contingente de trabalhadores sem-terra no estado, a desapropriação de pequenos agricultores para os projetos de construção de hidrelétricas. A formação da barragem do Passo Real na região de Cruz Alta e Santa Maria, deixou centenas de famílias desalojadas. Conforme Seminotti (2008, p. 77) “a maioria dos indivíduos que ali residiam era constituída de posseiros, arrendatários, meeiros, filhos de proprietários, que segundo o decreto citado, não tinham direito à indenização. ”

A expulsão daqueles que ficaram conhecidos como “afogados do Passo Real” criou uma demanda por reassentamento no estado. A construção da Barragem do Passo Real e a necessidade de reassentamento de muitas famílias foi o pretexto utilizado para desapropriar a Fazenda Annoni, através do Decreto nº 70.232. O imóvel estava classificado oficialmente como latifúndio por exploração, o que permitia legalmente que fosse desapropriado por não cumprimento da função social. Trata-se de um caso bastante peculiar de desapropriação no Rio Grande do Sul para fins de reforma agrária, pois conforme pode ser visto até agora, o Estatuto da Terra foi muito mais utilizado para fins de colonização, como é o caso dos Projetos de Integração Nacional (PIN), e mesmo para beneficiar as grandes propriedades como foi o caso do

PROTERRA, na região Nordeste do país.

Os anos subsequentes à construção da Barragem que começa ainda no final da década de 1960, e ao decreto de desapropriação de 1972, são marcados por uma longa espera de solução definitiva do assentamento por parte dos chamados “afogados” do Passo Real. Isso porque, a legislação possibilitou aos proprietários da Annoni uma série de embargos e dificuldades impostas à desapropriação sob o pretexto de defesa do direito à propriedade. Tais impugnações resultaram na complexificação do processo judicial, contribuindo para que a situação da propriedade do imóvel perpassasse décadas sem uma solução definitiva. Embora o Incra tivesse instalado colonos de modo provisório no imóvel rural, a intensa disputa judicial entre os desapropriados e o Incra, trazia incertezas sobre os rumos da propriedade.

De acordo com a legislação vigente, no caso o Estatuto da Terra, as terras escolhidas para serem desapropriadas eram terras consideradas improdutivas, de acordo com critérios estabelecidos em lei, como o Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Exploração (GEE). Os fatores que complicaram a desapropriação da Annoni foram; a possibilidade de modificação cadastral em razão do Decreto 70.231¹, que permitia que o latifúndio por exploração alterasse seu cadastro para *empresa rural*, tornando-se protegido contra a desapropriação; e também a possibilidade de contradição acerca dos valores acertados em termos de indenização, que de acordo com Buainain (2008, p. 30) possibilitaram

“aos proprietários recorrer na justiça e receberem, após os anos de processo judicial, valores de indenização muito superiores ao equivalente ao preço de mercado, devido simplesmente pela aplicação de juros e correção monetária sobre o valor original. Esse fato gerou, em particular nos anos 90 do século passado, uma das maiores distorções do programa de reforma agrária, já que em vez de punir o latifúndio improdutivo, conforme previa o Estatuto da Terra, acabou assegurando-lhes enormes vantagens.

As chamadas brechas na legislação, onde os proprietários acabam encontrando uma forma de embaraçar o processo desapropriatório sob o pretexto de um direito absoluto à propriedade, contribuem muitas vezes para tornar a reforma agrária não apenas complicada do ponto de vista legal, pois diferentes interpretações da lei permitem questionar a ação do Estado, mas também onerosa para o mesmo, em função da incidência de juros e correção monetária acrescidos ao valor global da indenização. O que de certa forma contribui para que os programas de reforma agrária configurem muito mais um programa oficial para manter viva a esperança, do

1 Publicado em 3 de março de 1972, assim como o decreto 70.232 (decreto que possibilitou a desapropriação da Annoni), dispunha sobre a revisão cadastral dos imóveis rurais, estipulando um prazo para que os proprietários revissem a situação do seu imóvel rural, podendo alterar a classificação do mesmo mediante comprovação do status da propriedade. Tem-se no “Art. 1º. A revisão geral do cadastro rural, a que se refere o § 4º do artigo 46 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, será realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em todo o território nacional, no período de 15 de março a 15 de junho de 1972, de acordo com os prazos fixados para cada região em Instrução do INCRA aprovada pelo Ministro da Agricultura.”

que um projeto de desenvolvimento a ser realmente colocado em prática no país.

AREDEMOCRATIZAÇÃO, O CONTEXTO DE RESSURGIMENTO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA E A OCUPAÇÃO DA ANNONI

O início da década de 1980 é caracterizado pelo processo de transição democrática, com a eleição indireta de Tancredo Neves em janeiro de 1985 e o gradual retorno das pautas sociais para o debate político. Apesar da ideia oficial de uma transição lenta, gradual e segura, diversos setores da sociedade levantam-se na busca de uma verdadeira ruptura com o período autoritário, o que de certa forma acabou não se efetivando plenamente. A respeito disso, vale lembrar que no final de década de 1970 surgiam no país movimentos como a Campanha da Anistia e a própria Campanha das Diretas Já, que pretendia contrapor-se ao processo de transição defendido pelos militares, mas também acabou sendo frustrada. Por isso, o historiador Carlos Fico (2012) caracteriza a transição democrática como um processo inconcluso, que não causou uma verdadeira ruptura com o passado ditatorial, o que de certa forma ajuda a explicar a fragilidade da nossa jovem democracia.

No Sul do país, a resistência à um quadro de exclusão e miséria no campo decorrente de um longo processo histórico que foi agravado durante o período militar, fez ressurgir no Norte Sul-Rio-Grandense os conflitos pela terra. O chamado conflito de Nonoai, teve início com a resistência dos índios caingangues ao processo de intrusão dos colonos, e culminou com a expulsão de quase mil famílias de colonos da reserva indígena de Nonoai, coagindo o governo a pensar alternativas de emergência para resolução desses conflitos em torno da terra (MARCON, 1997, p. 48). A rebeldia em relação a situação de exploração no campo, com a qual foi conivente um regime que beneficiou ainda mais os grandes proprietários, alargando as desigualdades, ressurgiu na região desafiando o caráter policialesco que ainda revestia a repressão aos conflitos agrários.

A existência do Estatuto da Terra, concebido pelo menos teoricamente, como instrumento para realização de uma reforma agrária afim de diminuir os conflitos no campo, não mudou em quase nada esse quadro de exploração e miséria. Corroborando com esta posição, Antônio Marcio Buainain (2008) cita algumas considerações de Guedes Pinto (1995 p. 71) que resumem um balanço feito pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) na ocasião dos 15 anos da publicação do Estatuto da Terra. Dentre essas informações, é citado o número de famílias beneficiadas por projetos de reforma agrária, num total de 9327, enquanto os projetos de colonização beneficiaram 39948 famílias. Como resultado dessa inércia dos projetos de reforma agrária em detrimento dos projetos de colonização e incentivos à política agrícola, o índice Gini da distribuição da terra no Brasil havia passado de 0,731 na década de 1960 para 0,867. Além disso, o autor traz também “outros dados que mostram que a reforma agrária foi praticamente abandonada enquanto a política agrícola dirigida aos que têm Terra foi implementada em larga escala”. (2008, p. 32)

A consequência no campo desse processo de modernização da agricultura mediante a “política agrícola voltada aos que tem terra” foi o aumento da concentração fundiária, aumentando o espaço ocupado pelas grandes propriedades, muitas delas modernizadas mediante concessões de crédito e incentivos fiscais, uma vez que o imposto pago pelas empresas rurais, como passam a ser chamados esses latifúndios modernizados e revestidos de caráter empresarial, era inferior ao que seria pago no caso dos latifúndios por exploração.

Além da asfixia da pequena propriedade diante da pressão das grandes propriedades, a “revolução verde”, compreendida como um conjunto de transformações no campo no qual a adoção de novas tecnologias diminuiu a necessidade de mão-de-obra, gerou desemprego em grande escala no campo. Sem terras e sem trabalho, ou, com quantidade de terras insuficiente para sobreviver do seu trabalho nela, muitos pequenos produtores, meeiros, arrendatários, etc., pegaram o rumo das cidades, e o que encontraram lá foi desemprego, subemprego e miséria. Condições péssimas e um ritmo de vida com os quais muitos não conseguiam acostumar. Excluídos, à margem da sociedade, poder trabalhar na terra e dela tirar seu sustento era visto como a única oportunidade de uma vida menos sofrida.

Esse contexto, associado à modernização conservadora, que José Francisco Graziano da Silva (1982) chama de “modernização dolorosa”, foi denunciado em documento da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1981, em razão dos dezessete anos do Estatuto da Terra

Hoje, tem os trabalhadores que enfrentar toda uma política agrária cuja tônica tem sido a separação do trabalhador da terra, através da penalização do minifúndio e do apoio, quase sem limites, à grande propriedade. A intervenção governamental no campo cresceu nesses dezessete anos, não no sentido de atender às necessidades das “legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam”, mas sim no de favorecer a grande propriedade, através de isenções e subsídios, de suporte financeiro a projetos antissociais ou, mais diretamente, de grandes obras públicas que se tornam, elas próprias, motivos de desassossego para a população trabalhadora rural. (CONTAG, Brasília (DF), 12 de novembro de 1981, p. 2)

Assumida como bandeira de luta pela CONTAG, a reforma agrária está inserida num contexto mais amplo de lutas sociais, embaladas pelos ventos da democracia. Entretanto, diferente da década de 1960, nesse contexto ela não tem um caráter essencialmente econômico, pois a estrutura fundiária deixou de ser vista enquanto um entrave ao desenvolvimento capitalista no campo. A modernização conservadora criou um novo padrão em que o latifúndio deixou de ser sinônimo de atraso, podendo ser visto como um aliado ao modelo econômico vigente.

Portanto, é colocada à prova a tese defendida na década de 1960, quando a reforma agrária era vista de forma mais consensual entre as diferentes correntes políticas e intelectuais, de que a modificação da estrutura fundiária era necessária ao

desenvolvimento capitalista. Conforme assinala José Graziano da Silva (1981, p.39) “a estrutura agrária brasileira não constituiu empecilho ao processo de industrialização do país”.

Entretanto, se por um lado as grandes cidades absorveram ao longo do processo de industrialização e urbanização boa parte desse contingente de sem terras e excluídos do campo em razão da modernização que manteve intacta a estrutura fundiária, o possível público da reforma agrária, é também verdade, de acordo com José Gomes da Silva, que “o campo mandou também para o setor urbano sua carga de problemas”. (1996, p. 183). Nesse sentido, nem tanto um instrumento necessário ao desenvolvimento econômico do país, mas a reforma agrária passa a ser vista como uma questão social, como solução ao contingente de excluídos do campo, que aumentam de forma decisiva as estatísticas do êxodo rural.

É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é gestado, de 1979 até 1984, ano de sua fundação a partir do 1º Encontro Nacional no Paraná, passando a aglutinar e organizar a resistência dos sem-terra ao processo que os colocava à margem da sociedade. De acordo com a definição de Bernardo Mançano Fernandes (2012, p. 496), o MST

É um movimento sócioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, por Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

Assim, o Acampamento na Encruzilhada Natalino pode ser entendido como um ato de indignação à política fundiária do governo. Segundo Bernardo Mançano Fernandes “Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à modernização conservadora. Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação, à expulsão da terra, à exclusão, à miséria e a fome” (1999, p. 54). Sobre o papel das ocupações de terra e formação de acampamentos, estratégia adotada pelo MST, Fernandes (2008 p. 219) salienta que

Por meio das ocupações de terra, os sem-terra mantem na pauta política a questão agrária. As ocupações de terra tornaram-se uma das principais formas de acesso a ela. É, portanto, uma forma de criação e recriação do campesinato. (...) A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, também é uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas, quando transformadas em assentamentos, se tornam propriedades familiares, que produzem a renda apropriada em sua maior parte pelos capitalistas.

Essa ação dos sem-terra pode então ser vista como uma discordância em relação ao caráter excludente que reveste o desenvolvimento capitalista brasileiro, privando os que desejam trabalhar na terra da condição de proprietários. Mas, ao mesmo tempo significa uma tentativa de inclusão no mesmo sistema, uma vez que

ao ocupar a terra, esse pedaço de território capitalista, os assentados tendem a trabalhar a produzir também riquezas, muitas das quais acabam sendo apropriadas pelos capitalistas. Por isso o autor afirma que “um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios”. É através das ocupações que o campesinato tende a se reconstruir. (FERNANDES, 2008, p. 199)

Esse desejo de se inserir com mais dignidade na sociedade, mas também de se reproduzir socialmente através da produção camponesa, foi o que motivou as mais de 1500 famílias que cruzaram as cercas do latifúndio Annoni na madrugada do dia 29 de outubro. Conforme estudo de Bavaresco (1999), grande parte destes sem-terra tem origem no processo de minifundização na região norte do RS, sendo a saída de alguns dos filhos de casa, vista como um certo alívio ao grupo familiar que fica na terra. Cansados de esperar por promessas de governo, essas famílias se organizaram através do MST, para ocupar e assim pressionar a realização da reforma agrária.

A escolha do latifúndio, próximo a Encruzilhada Natalino e as Glebas Macali e Brilhante, se deve ao fato de que esta fazenda que já integrou parte do grande complexo Fazenda Sarandi, estava em litígio judicial, sem uma previsão concreta de resolução desde a década de 1970. Grande parte da fazenda estava ociosa, embora abrigasse algumas famílias destinadas a área desde o início da década de 1970, o que se constituía uma contradição justamente na região onde crescia o número de sem-terra.

Um ano antes da ocupação, teve início a preparação do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag, embalado pela Campanha das Diretas já e a esperança de uma ampliação da participação popular na tomada de decisões. Apesar de algumas discordâncias entre MST e Contag em relação ao caminho para alcançar uma reforma agrária de fato transformadora, a solução encontrada foi a conciliação, considerando-se o Estatuto da Terra como ponto de partida, mas explicitando-se a necessidade de elaborar uma nova proposta de lei (MEDEIROS, 1989, p. 169).

Entre os principais aspectos da proposta que resultou da preparação do Congresso da Contag, a possibilidade de desapropriação de empresas rurais; pagamento das benfeitorias das terras desapropriadas em títulos da dívida agrária; estabelecimento de uma área máxima, estabelecida em módulos rurais, para os imóveis; perda sumária da propriedade, acima de três módulos, quando 50% de sua área agricultável não fosse utilizada; confisco para terras griladas ou com titulação duvidosa; distribuição gratuita de terra aos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária; proibição de compra e venda de lotes nas áreas de assentamento. (MEDEIROS, 1989, p. 169)

De acordo com Medeiros (1989), a proposta constituía um rompimento com a política agrária dos governos anteriores, e significou um estímulo à crença dos

trabalhadores e do movimento sindical rural no atendimento de suas antigas reivindicações, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação. Mas, por outro lado, essa aproximação do governo com os movimentos sociais soava como uma ameaça aos grandes proprietários, que passam a organizar uma oposição ferrenha à reforma agrária.

Para contrapor e inviabilizar a realização da reforma agrária os pecuaristas e demais proprietários fundaram a União Democrática Ruralista (UDR). De acordo com Medeiros, a violência tem marcado o perfil da UDR, “Milícias armadas, coerção, espancamentos, perseguições, assassinatos reeditaram, de forma pouco sofisticada, a secular atitude dos proprietários fundiários ante qualquer iniciativa de organização e reivindicação dos trabalhadores.” (MEDEIROS, 1989, p.188)

Houve um certo otimismo em razão do caráter democrático diante da manifestação do interesse do governo em escutar as propostas dos interessados na reforma agrária. Conforme aponta Silva (1985, p. 11) “o debate público da proposta de reforma agrária é antes de tudo uma conquista da longa luta de toda a sociedade brasileira, muito antes mesmo da Campanha das Diretas, pela participação das principais decisões do governo”. Mas, o adiamento da aprovação e a reformulação da proposta dava indícios de que faltava apoio político para a causa. (MEDEIROS, 1989)

O resultado dos sucessivos recuos mediante investidas e pressões dos ruralistas ao frágil governo da Nova República, foram decepcionantes para aqueles que ousaram acreditar que desta vez a reforma agrária seria efetivada no país. De uma reforma agrária popular, pensada no coletivo e transformadora, nascia uma proposta “conciliadora” e descaracterizada, que tinha entre seus autores, alguns dos idealizadores do Estatuto da Terra. Embora o texto do documento e a exposição dos motivos da proposta mantivesse a “desapropriação por interesse social, estabelecendo uma meta de assentar 1,4 milhão de famílias entre 1985/89, a mudança do objetivo maior da proposta, de “mudar a estrutura fundiária do país” para “contribuir para modificar o regime de posse e uso da terra” representava por si um retrocesso (SILVA, 1997, p. 68).

Em função dos conflitos entre o governo Sarney, a UDR (União Democrática Ruralista), e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. o ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, acabou deixando o governo. “Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da “Nova República” de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada” (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

No entanto, essa não foi a única frustração em relação a reforma agrária durante o governo Sarney. Com a nomeação de Jader Barbalho para a presidência do MIRAD, veio o Decreto-lei nº 2.363 de 23 de outubro de 1987, que feria muitos artigos do Estatuto da Terra e, de acordo com Medeiros (1989), seria “a última pá de cal sobre as esperanças de que alguma reforma agrária pudesse ser implementada através da vontade política do governo Sarney”. O decreto, de acordo Oliveira (2007, p.128)

definia que

(...) as áreas em produção não poderiam mais ser desapropriadas para fins da Reforma Agrária. Assim, a desapropriação de áreas com produção de até 1.500 ha na Amazônia, 1.000 ha no Centro-Oeste, 500 ha no Nordeste e até 250 ha no Sul e Sudeste, não puderam mais acontecer. Além disso, para imóveis de até 10.000 ha, a desapropriação passava a incidir sobre apenas sobre 75% da superfície do imóvel, podendo os 25% restantes ficar sob controle do proprietário.

Sendo assim, restava aos trabalhadores, que se organizavam para exigir uma resposta à ineficácia dos programas oficiais de reforma agrária, batalhar pela reforma agrária na Constituinte. “O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência” (OLIVEIRA, 2007, p. 128), pois medindo forças com os movimentos socioterritoriais defensores de uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita, a oposição a reforma agrária encabeçada pela UDR atuava no sentido de barrar este processo.

José Gomes da Silva escreveu em 1989 o livro “Buraco Negro: A Reforma Agrária na Constituinte”, analisando os confrontos, mediações e propostas relativas a questão agrária durante o trabalho da Constituinte em 1987/88. De modo geral, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte duraram 20 meses e 4 dias, e resultaram na auto-elogiada por Ulisses Guimarães de “constituição-cidadã” (SILVA, 1997, p. 72). Em relação a reforma agrária, os resultados do processo de eleições da Constituinte “embora não fossem claramente favoráveis aos trabalhadores, permitiram esperanças”. (MEDEIROS, 1989, p. 202)

A conquista de apoio popular para a causa da reforma agrária angariada por diversas entidades tais como Campanha Nacional pela Reforma Agrária, Contag, CNBB, Cimi, CUT, CPT, MTST, refletiu na cooptação de um milhão e meio de assinaturas para um projeto de emenda popular. Este projeto de reforma agrária ampliava o potencial reformista do Estatuto da Terra e “o seu eixo era a tese de que à propriedade da terra rural corresponde uma obrigação social.” (MEDEIROS, 1989, p. 202). Entretanto, a força política dos ruralistas refletiu na criação de um dispositivo que torna isenta de desapropriação a propriedade produtiva. “Com a vitória da política fundiária dos latifundiários, o governo Sarney sepultou o I PNRA.” (OLIVEIRA, 2007, p 129)

Enquanto isso, nas diferentes regiões do país os movimentos socioterritoriais promoviam ações, dentre as quais temos as ocupações de terras e formação de acampamentos que constituíam um fato político, fazendo com que a reforma agrária permanecesse na ordem do dia (MEDEIROS, 1989, p.204). Muitas dessas ações de questionamento e pressão em relação a reforma agrária saíram da Annoni, do acampamento que surgiu da grande ocupação de 1985. Enquanto a solução efetiva para o conflito judicial não acontecia, os acampados empreendiam diversas formas de luta e pressão para a realização da reforma no Estado, uma vez que a área da

fazenda não comportava o total das famílias que ali acamparam.

Essas ações, tais como caminhadas, a realização da Romaria da Terra, e tentativas de ocupação de outras áreas, tinham também o sentido de sensibilizar a opinião pública para a situação de vulnerabilidade das famílias que aguardavam ansiosamente ser contemplados com lotes de terra. Conforme frisa Medeiros, “uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas” (1989, p. 210). Os debates e expectativas em torno das possibilidades criadas em relação a efetivação da reforma agrária, eram compartilhados entre os assentados, que viam com desconfiança as promessas ao mesmo tempo que se conscientizavam de que sem o protagonismo deles que eram os mais interessados na reforma agrária, ela jamais sairia do papel.

Assim, os acampados entendiam que a permanência na área era a prioridade naquele momento, mesmo com todas as dificuldades que permeavam o cotidiano do acampamento. O acampamento Annoni durou um ano. Após decisões judiciais e a liberação de uma área maior, as famílias puderam se espalhar nas 16 áreas. Enquanto não haviam terras disponíveis no Estado para o assentamento das famílias, no “assentamento provisório” a divisão dos acampados em grupos levou ao que Bavaresco (1999) chama de descentralização do assentamento. As preocupações voltaram-se a sobrevivência através da produção agrícola nas pequenas extensões de terra destinadas a cada família. É nesse contexto, que tanto Igreja, quanto Movimento e Estado, passam a incentivar a cooperação agrícola, estratégia produtiva que passa a ser vista como alternativa viável em tempos de escassez de recursos.

A CONCLUSÃO DE ASSENTAMENTO E A REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS COLLOR, ITAMAR E FHC

A década de 1990 no Brasil foi influenciada pela emergência do chamado Paradigma do Capitalismo Agrário, fornecendo um novo arcabouço teórico para a interpretação dos conflitos agrários e desenvolvimento brasileiro. Esse aparato explicativo consolidou-se não apenas na academia, influenciando importantes pesquisas em torno da questão agrária, mas também refletiu na prática dos governantes, através de políticas públicas que utilizam essa forma de ver o campesinato dentro do desenvolvimento capitalista. Marcada pelos poucos resultados em termos de assentamento de famílias no país, a década vive mudanças a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, é com esse mesmo presidente que a reforma agrária, após um reavivamento a partir do assentamento de um significativo número de famílias, é relegada ao esquecimento, seja pelo incentivo à chamada Reforma Agrária de Mercado, uma reforma agrária sem conflitos, seja pela judicialização dos conflitos por terra, freando o número de ocupações, criando uma ilusão de que não

havia mais demanda para a reforma agrária, sendo ela descabida nesses novos tempos.

Usando a definição de Abramovay (2012) de paradigma, vemos que o autor faz referência a Thomas S. Kuhn, pesquisador que tornou-se célebre pelo uso do termo nas ciências humanas. Segundo o autor, Kuhn mostrou que ao contrário do que se imagina, os cientistas não são indivíduos prontos a aceitar as novidades e desafios colocados pela ciência a partir das rupturas e mudanças que constituem sua evolução. Assim sendo, os cientistas trabalham dentro de uma certa “normalidade”. A liberdade na ciência “não significa que a comunidade científica autorize a pesquisar sobre qualquer coisa”. Haveriam instituições tais como universidades e conselhos de pesquisa responsáveis por julgar “a pertinência de cada pesquisa com base em um conjunto de crenças comunitariamente partilhadas pelos cientistas sobre o que, como e para quê pesquisar. E a esse conjunto de crenças que se dá o nome de paradigma”. (ABRAMOVAY, 2012, p. 30)

Compreendidos enquanto diferentes modelos explicativos que não necessariamente anulam um ao outro, temos dois grandes paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário, “como resultado das construções teóricas e metodológicas que procuram interpretar as realidades através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto a outra defende a sua manutenção.” (FELICIO, 2011, p. 6)

Tanto os conflitos agrários quanto o desenvolvimento agrário são vistos de forma diferente pelos dois modelos explicativos. Enquanto o Paradigma da Questão Agrária (KAUTSKY, 1986) defende a tese de que a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura, “esta questão não pode ser solucionada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade” (FELICIO, 2011, p. 5), o Paradigma do Capitalismo Agrário defende que “os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma”, sendo a agricultura familiar e o agronegócio apontados como soluções ao desenvolvimento.

De acordo com Fernandes “um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios.” (2008, p.199). Enquanto no Paradigma da Questão Agrária, as ocupações de terra representam uma tentativa de recriação do campesinato, através da sua territorialização, que representa ao mesmo tempo uma disputa pelo território capitalista, mas também uma forma de resistência ao modelo hegemônico “e enfrentamento com o binômio latifúndio – agronegócio” (2008, p.220), para o Paradigma do Capitalismo Agrário, as ocupações de terra representam uma anomalia, algo que fere no amago o desenvolvimento capitalista, criando “um mal-estar quando o assunto é contestar o capitalismo”. Para este paradigma, “as perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema. Assim, a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital.” (FERNANDES, 2007, p. 195)

Para além da academia e das pautas e projetos de governo, os dois paradigmas espacializaram-se e foram incorporados também por movimentos socioterritoriais. O MST, o mais organizado movimento sócioterritorial (OLIVEIRA, 2007, p. 139), responsável pela ocupação da Fazenda Annoni e que passa a se projetar em nível nacional a partir dessas experiências, usando como estratégia as ocupações de terra para pressionar um governo com pouco apoio ou vontade de fazer reforma agrária, organizando a resistência dos camponeses ao processo de exclusão promovido segundo o Paradigma da Questão Agrária, pelo próprio desenvolvimento capitalista. A solução para a questão agrária perpassava pela redistribuição massiva das terras, território do latifúndio, e a adoção da reforma agrária enquanto modelo de desenvolvimento, em oposição ao agronegócio. (FERNANDES, 2009, p. 45)

Compreende-se então a ocupação da Annoni e o processo de reivindicação da reforma agrária a partir de outras estratégias diversas, enquanto uma forma de questionamento à forma que o desenvolvimento capitalista assumiu, excludente e fundado na desigualdade. A ocupação em si representa o questionamento de uma concepção de propriedade privada enquanto um direito absoluto, elemento basilar no sistema capitalista. Vista como uma afronta e geralmente de forma separada do desenvolvimento, a ocupação que gera o conflito por terras assume o papel de pressionar o governo para a criação de assentamentos, espaço de reprodução social camponesa, segundo o Paradigma da Questão Agrária, ou da agricultura familiar, de acordo com o Paradigma do Capitalismo Agrário. De espaço de resistência ao capitalismo através da estratégia produtiva própria do campesinato, à parte integrante do sistema capitalista, onde o camponês “profissionaliza-se” e deixa de resistir para integrar-se ao sistema.

Enquanto os dois paradigmas competem, complementam e revezam-se para explicar a questão agrária e o desenvolvimento capitalista no campo, movimentos socioterritoriais criam fatos políticos, exigindo uma resposta do Estado, norteado por uma ou outra compreensão do problema agrário. Enquanto o MST preconiza a construção de uma nova sociedade a partir da reforma agrária, ou pelo menos a construção de um modelo alternativo ao hegemônico, conforme preconiza o Paradigma da Questão Agrária, a concepção oficial de reforma agrária vai aos poucos sofrer influência do Paradigma do Capitalismo Agrário, especialmente a partir do segundo governo FHC (FERNANDES, 2008, p. 193).

Após os ínfimos resultados do Governo Collor, quando “os defensores de uma reforma agrária encabeçada pelo Estado, via desapropriação de terras, viam cada vez mais distante a realização de suas intenções” (FERNANDES, 2009, p. 47), e o “Programa da Terra” foi frustrado em função do *impeachment*, a limitação do poder estatal mediante desapropriações de terras para fins de reforma agrária continuou com Itamar Franco, que assumiu no lugar de Collor em 1992. Mesmo com o aumento das ocupações de terras, foram feitos apenas 127 projetos de assentamento, assentando 13.281 famílias. (FERNANDES, 2009, P. 48)

Dentro desse quadro de aumento das ocupações e conflitos agrários pelas diversas regiões do país, a conclusão do assentamento da Annoni aconteceu em fases. No assentamento Encruzilhada Natalino fase 1 foram assentadas 57 famílias de agricultores desalojados pela Barragem do Passo Real (CAUME, 2006, p. 175). A medida que outras áreas de terra eram desapropriadas no estado, famílias acampadas na Annoni iam sendo assentadas, em municípios como Tupanciretã, Santiago e Guaíba. Na segunda fase, 35 famílias foram destinadas ao “Assentamento Holandês”, em 1987. Em função das dificuldades em desapropriar mais terras no estado, e do grande número de famílias que aguardava a liberação de novas áreas, a conclusão de assentamento na Annoni só aconteceu em 1993, quando mais de duzentas famílias passaram a ser beneficiárias de políticas públicas destinadas à reforma agrária.

Embora não seja mérito desse texto, é importante ressaltar, a importância da presença do poder público nos assentamentos, uma vez que o sucesso ou não dos programas de reforma agrária dependem da “capacidade do poder público de implantar as condições estruturais mínimas necessárias para a viabilização da unidade social de produção”.(BAVARESCO, 1999, p. 271) isso porque, segundo Bavaresco, “em geral, os beneficiados pela reforma agrária chegam aos assentamentos completamente desestruturados materialmente para iniciar o processo produtivo.”

Essa presença ou não do poder público depende muito da concepção de reforma agrária adotada. Nos primeiros anos após a conclusão do assentamento na Annoni, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foram criados 2.389 assentamentos, “esses números eram os mais altos registrados por um governo até então” (FERNANDES, 2009). Tais resultados, à medida que o governo Fernando Henrique atende às pressões feitas pelo MST mediante ocupações, empolgaram novas ocupações de terra pelo país, que aumentaram expressivamente.

Especialmente a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o paradigma do Capitalismo Agrário passa a orientar as políticas públicas, quando é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o programa Novo Mundo Rural, que tinha como principais ações a criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais, além da implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações (FERNANDES, 2008, p. 193). Na intenção de ajudar a integrar os assentados ao mercado mediante concessão de crédito, e de mostrar ao mundo uma reforma agrária via mercado, através do Banco Mundial, portanto, mediante compra e venda e “sem conflitos”, o governo encerra um ciclo de resultados expressivos em termos de reforma agrária como forma de resposta aos conflitos de terra. Passando então a apontar para uma solução dentro da lógica do capitalismo, em que a integração do camponês se dá a partir da compra da terra e sua profissionalização em agricultor familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora constantemente revisitado, ainda há diversos olhares possíveis de serem lançados de forma mais aprofundada sobre o processo de assentamento e a consolidação deste enquanto espaço de reforma agrária na Fazenda Annoni. A importância dessas análises, em que pese a importância histórica que constituiu a Annoni uma referência no país em termos de reforma agrária, está em compreender o papel dos diferentes sujeitos que protagonizam esse processo, e perceber como a reforma agrária é pensada e operacionalizada ao longo do tempo por aqueles que dela se apropriam transformando em bandeira de luta, mas também por aqueles que se veem diante do desafio de colocar os interesses da coletividade, ou de alguns grupos subalternos, uma vez que a reforma agrária não chega a ser um consenso na sociedade, acima do interesse privado, ou de grupos que exercem grande pressão política, ocupando cargos importantes no poder público. Espera-se com a discussão ter conseguido contextualizar as diferentes discussões em torno da reforma agrária, mostrando como a história da Fazenda Annoni situa-se neste processo.

REFERÊNCIAS

- BAVARESCO, Pedro Antônio. *Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (FASE IV) no Rio Grande do Sul*. In: Tedesco, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo. Ediupf; 1999.
- BUAINAIN, Antonio Marcio. *Reforma agrária por conflitos a gestão dos conflitos de terras no Brasil*. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.) Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil - Coleção Instituições, Agricultura e Desenvolvimento Sustentável. 1ed.Campinas: Editora Unicamp, 2008, v. 1, p. 17-128.
- CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.
- COCA, E. L. F.; FERNADES, B. M. *Uma discussão sobre o conceito de reforma agrária: teoria, instituições e políticas públicas*. Revista História & Luta de Classes, v. 8, p. 43-49, 200.
- CONTAG. A política agrária do governo e os conflitos de terra no Brasil. Brasília (DF), 12 de novembro de 1981.
- FERNANDES, B. M. *Conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.) Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. 1ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.
- FERNANDES, BERNARDO MANÇANO; COCA, E. L. F.; CAMPOS, J. F. S.; CLEPS JUNIOR, J.; DANTAS, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. *A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil*. In: Rosa Maria Vieira Medeiros, Michele Lindner (Org.) Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. 1, p. 215-236.
- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. v. 01. 329p
- FELÍCIO, M. J. *Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Unesp, 2011.

FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.47, pp.43-59.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediuupf, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro FASE, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SILVA, José G. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. São Paulo: Campinas: ABRA, 1996.

SILVA, J. F. G. *O que é questão agrária*. 18. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1998

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasiliense, São Paulo. 1985.

SEMINOTTI, J. J. *Os agricultores familiares e a representação política do SUTRAF na região Alto Uruguai do RS*. (Tese de Doutorado) UFPR: Paraná, 2013.

STÉDILE, João Pedro. *Reforma agrária*. In: CALDART, R. S.; Alentejano, Paulo (Org.); Pereira, Isabel Brasil (Org.); Frigotto, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. Abril cultural: Brasiliense, 1984.

DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO CIDADE DA VIÇOSA

Natália Fraga de Oliveira

Mestra pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Mariana- MG

RESUMO: Este artigo busca compreender os mecanismos que levaram o jovem advogado Arthur da Silva Bernardes a aderir à política do município de Viçosa e mais tarde se torna um poderoso chefe local. Para isso, utilizamos os artigos de viés político publicados no jornal semanário *Cidade da Viçosa*, fundado em 1892, pelo senador Carlos Vaz de Melo, que mais adiante se tornou sogro de Bernardes. Porém, logo após o casamento, faleceu o proprietário do jornal, Vaz de Melo, que resultaria na vacância da direção do semanário e da chefia local de Viçosa. Dessa forma, o novo genro de Vaz de Melo assumiu a liderança do *Cidade da Viçosa*, no qual ele poderia expôr mais nitidamente sua visão política, para que pudesse alcançar os interesses de grupos sociais específicos. Essa atitude de Arthur Bernardes resultou na indicação de seu nome para concorrer a chapa do Partido Republicano Mineiro (PRM) para o cargo de vereador pelo distrito de Teixeiras pertencente à Viçosa. A partir deste evento ocorreu a ruptura de sua aliança política com outro forte chefe local de Viçosa, José Teotônio Pacheco, antigo aliado político de Carlos Vaz de Melo. O resultado da quebra de alianças entre

Bernardes e Pacheco foi de ferozes disputas políticas nas eleições municipais. Essas disputas foram extrapoladas para a imprensa local, sendo utilizado o jornal *Cidade da Viçosa*, de Arthur Bernardes, e o jornal *A Reação*, de José Teotônio Pacheco, como mecanismo de propaganda política e ataques à oposição.

PALAVRAS-CHAVE: Arthur Bernardes, Cidade da Viçosa, Primeira República.

**POLITICAL DISPUTES IN THE FIRST
BRAZILIAN REPUBLIC: ARTHUR
BERNARDES' HEADSHIP IN THE CIDADE DA
VIÇOSA NEWSPAPER.**

ABSTRACT: This article seeks to comprehend the mechanisms that led the young lawyer Arthur da Silva Bernardes to adhere to politics in the municipality of Viçosa and later become a powerful local leader. Thereunto, we used the articles of political bias published in the weekly newspaper *Cidade da Viçosa*, founded in 1892 by Senator Carlos Vaz de Melo, who later became Bernardes' father-in-law. However, soon after Bernardes' marriage, Vaz de Melo, the owner of the newspaper, died, resulting in the vacancy of the weekly newspaper's direction and of the local headship in the city of Viçosa. Therefore, Vaz de Melo's new son-in-law took over the headship of *Cidade da Viçosa*, in which he would be able to more clearly expose his political vision, so that he could reach the

interests of specific social groups. This attitude of Arthur Bernardes resulted in his nomination to compete for the Republican Party of Minas Gerais (Partido Republicano Mineiro - PRM) for the position of councilman for Teixeiras district, which belonged to the city of Viçosa. Due to this event, the rupture of Bernardes' political alliance with another strong local leader in the city of Viçosa, José Teotônio Pacheco, former political ally of Carlos Vaz de Melo, occurred. The result of the collapse of alliances between Bernardes and Pacheco was fierce political disputes in the municipal elections. These disputes were extrapolated to the local press with the newspaper *Cidade da Viçosa*, by Arthur Bernardes, and with the newspaper *A Reação*, by José Teotônio Pacheco, that were used as a mechanism for political propaganda and attacks on the opposition.

KEYWORDS: Arthur Bernardes, *Cidade da Viçosa*, First Brazilian Republic.

1 | INTRODUÇÃO

A imprensa se apresenta como local adequado para as manifestações de opiniões políticas, propagandas de partidos e disputas entre adversários políticos. Por este motivo que recorreremos aos artigos publicados no semanário *Cidade da Viçosa*, entre os anos de 1900 a 1906. Essa delimitação temporal foi escolhida devido ao regresso do jovem advogado Arthur da Silva Bernardes ao município de Viçosa, localizado na Zona da Mata mineira. Neste período, segundo Malin (2015) Arthur Bernardes se readaptou a Viçosa e começou a advogar em companhia de seu pai, Antônio da Silva Bernardes, em seguida, se casou com Clélia Vaz de Melo, filha do senador Carlos Vaz de Melo.

O senador Vaz de Melo foi o fundador e proprietário do semanário *Cidade da Viçosa* e, no final de 1904, veio a falecer deixando vaga a direção do jornal e a chefia do município de Viçosa. Dessa forma, o jovem genro do senador assumiu a direção do *Cidade da Viçosa* em janeiro de 1905 e, já na primeira edição de número 574, assinou um editorial que reivindicava a revisão de alguns artigos da *Constituição de 24 de Fevereiro de 1891*. Desta maneira, Arthur Bernardes pode demonstrar aos grupos sociais locais o seu ponto de vista político que, mais adiante, abriria o caminho para a sua inserção política e para a sua consolidação como chefe local.

Por isso, selecionamos diversas notícias encontradas no jornal *Cidade da Viçosa*, relacionadas, diretamente, com as disputas políticas locais, centradas em Arthur Bernardes, quando este assume o cargo de vereador do até então distrito de Teixeiras, pertencente ao município de Viçosa, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Tendo como consequência, o início de disputas entre os dois chefes locais que chegaram ao campo da imprensa, Pacheco e Arthur Bernardes, com diversas acusações daquele acerca da gestão deste que, por sua vez, buscava não apenas defender-se das acusações, mas também desqualificar seu adversário.

Para sustentar o nosso trabalho, recorreremos Rémond (2010) e a Rosanvallon

(2010), que nos auxiliou na compreensão das diversas manifestações do político. Também buscamos suporte na proposta de Abreu; Gomes (2009) para compreender a desqualificação da Primeira República Brasileira com a utilização da nomenclatura “República Velha”, dentre outras bibliografias relevantes.

2 | OS PRIMEIROS CONTATOS DE ARTHUR BERNARDES COM A IMPRENSA

De acordo com Malin (2015) Arthur Bernardes nasceu no dia 8 de agosto de 1875 no município de Viçosa no estado de Minas Gerais. Aos 12 anos matriculou-se no tradicional Colégio do Caraça. Entretanto, foi forçado a abandonar os estudos para ingressar no mundo do trabalho. Seu primeiro emprego foi na firma Pena e Graça, da qual era sócio seu cunhado José da Graça Sousa Pereira. A firma realizava a compra e a venda de café entre produtores e exportadores. O seu segundo emprego foi na *Casa Teles* uma casa atacadista de Visconde do Rio Branco. Nesta firma, Arthur Bernardes conseguiu chegar ao cargo de guarda livros (contador). De acordo com os livros de caixa da *Casa Teles* localizados no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco, a firma era responsável por uma grande movimentação de produtos agrícolas na região da Zona da Mata, além do proprietário, Adriano Teles, ter sido vereador no município de Visconde do Rio Branco e fundador de um jornal, *A Brasileira*, para divulgar os interesses da *Casa Teles*.

Tendo em vista a pequena trajetória laboral de Arthur Bernardes, foi possível pensar que em espaço curto de tempo, o jovem trabalhador teve a oportunidade de aproximar e conhecer diversos grupos sociais agrários da região, o que poderia ser de grande valia no futuro. Além de ter tido acesso as informações e realizações dos negócios concretizados pelo grupo atacadista presidido por Adriano Teles. Ser guarda livros na *Casa Teles* possibilitou Arthur Bernardes a agregar conhecimento sobre o comportamento dos negociantes da região. Ademais, sua passagem pelas duas firmas certamente contribuíram com o posicionamento político, que mais tarde, Arthur Bernardes assumirá no jornal *Cidade da Viçosa*.

Para o jovem Arthur Bernardes inserir e adquirir credibilidade em sua opinião política, naquele momento, era importante continuar os seus estudos, visto que, Adorno (1988), argumenta que o Estado brasileiro surgiu com a forte presença de magistrados na figura do Bacharel em Direito. Assim sendo, o Bacharel em Direito aparecia como peça chave na mediação entre os interesses públicos e privados, realizando a intermediação entre o Estado e grupos sociais locais.

Neste sentido, Malin (2015) quando em 1894, após a publicação de um decreto do presidente do Estado Minas, Afonso Pena, que permitia a matrícula avulsa no externato do colégio mineiro, restaurou a possibilidade a Arthur Bernardes de regressar aos seus estudos. Com a nova legislação educacional, Arthur Bernardes abandonou o emprego e mudou-se para Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, para dar

continuidade aos seus estudos e ingressar, em 1897, na Universidade Livre de Direito, onde, já de início, participou da direção do jornal estudantil *Academia*. Entretanto, Bernardes transferiu sua graduação para São Paulo onde foi preciso trabalhar como revisor do *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Visto que, trabalhar como revisor em um jornal político pode ser compreendido como os primeiros passos de Bernardes no mundo da imprensa.

Ainda segundo Marlin (2015), em 1900, Bernardes recebeu o diploma de Bacharel em Direito e retornou a Viçosa, sua terra de origem. Abriu seu escritório de advocacia, no qual exerceu a profissão por dois anos e meio. Neste curto tempo trabalhou na companhia de pai que já possuía experiência na área dos processos jurídicos. Além disso, começou a colaborar no semanário *Cidade da Viçosa*, órgão do Partido Republicano Mineiro, de propriedade do poderoso chefe local e senador, Carlos Vaz de Melo, que mais adiante, se tornaria o seu sogro. Assim, foi possível perceber que Bernardes desde muito cedo teve a oportunidade, tanto no seu trabalho, tanto nos seus estudos de contatar com diversos grupos sociais e com a imprensa.

Desse modo, é relevante possuímos conhecimento sistemático do jornal *Cidade da Viçosa*, órgão da imprensa que muito contribuiu na projeção política de Arthur Bernardes. O semanário possuía, em média, quatro páginas e os cargos de diretores, colaboradores, redatores e gerentes do jornal eram destinados, predominantemente, às autoridades que faziam parte do poder executivo, legislativo e judiciário do município. A circulação era normalmente aos domingos e algumas seções eram permanentes: *Cidade da Viçosa*, *A Pedidos*, *Editaes*, *Expediente*. Ademais, existiam as seções temporárias, que variavam muito os conteúdos: *O Jornal*, *Parte Oficial*, *Declarações*, *Carteira de Ouro e Variedades*, sendo muito destacada a *Seção Agrícola*, na qual o redator procurava dialogar de forma técnica com os diversos grupos rurais de Viçosa, na tentativa de alcançar melhoria da atividade agrícola. Sendo assim, para identificar as manifestações do político no semanário, procuramos transitar pelas diversas seções, selecionando as mais variadas notícias, com o objetivo de compreender a inserção de Arthur Bernardes na política local.

Neste sentido, segundo Lima (1883) a projeção política de Bernardes deu início logo após o casamento, o senador Vaz de Mello procurou estimular a vida pública do seu novo genro almejando fazê-lo deputado federal, porém Bernardes preferiu iniciar sua trajetória política como vereador, eleito pelo então distrito de Teixeiras, pertencente ao município de Viçosa. Tal escolha de Arthur Bernardes pela eleição para o cargo de vereador pode ser interpretada como uma “manobra política” devida a grande importância política que os municípios possuíam naquele momento. Uma vez que o jovem político conseguisse consolidar uma forte base eleitoral no plano municipal, seria mais fácil conquistar outros futuros cargos eletivos.

A partir de 1905 Arthur da Silva Bernardes passou a ser redator-chefe do *Cidade da Viçosa*. A partir dessa nova direção, o jornal vivenciou uma reformulação política, noticiando, além dos fatos oriundos da capital da República, Rio de Janeiro, notícias

internacionais norte-americanas, voltadas para política agrícola. Além de muitas notícias voltadas para a educação no campo e suas novas tecnologias. Desse modo, a partir do momento que Bernardes assumiu a chefia do jornal e passou a divulgar suas ideias, que poderiam interessar as oligarquias viçosenses, um novo chefe local poderia surgir e, conseqüentemente, conquistar as eleições municipais para o cargo de vereador.

Neste sentido, sob a nova chefia, o semanário ressurgiu ainda dotado de características políticas, pois, desde a sua 314^a edição, em seu *layout* aparecia o *slogan* “Órgão do Partido Republicano”. Na sua origem, o slogan era “Órgão do Partido Republicano Constitucional”, sendo seus editores, seus redatores, seus colaboradores e seus gerentes homens ligados a grupos militares, bacharéis em direito, políticos e magistrados. Em razão desta verificação, podemos refletir que o semanário *Cidade da Viçosa* era produzido por elites locais, o que não impedia a ocorrência de divergências de interesses particulares entre os seus colaboradores. Além disso, após a identificação da seção *Carteira de Ouro*, local que era divulgado a relação dos assinantes, ficou perceptível o grande interesse dos grupos masculinos, predominantemente militares da Guarda Nacional.

É visível ainda que as letras possuíam uma importante função na formação da sociedade e atraíam os sujeitos com altos *status* sociais, com a finalidade de moldá-los a seu favor. Além, dos letrados estarem inseridos na concepção dos valores burgueses, muito valorizado naquele momento. Sendo assim, a imprensa foi usada como peça fundamental para a divulgação e consolidação do regime republicano. Ademais, o uso da imprensa ganhou um notório papel neste novo “espaço público” que surgia em meio às disputas de poder pelos diversos grupos sociais existentes. Desse modo, o semanário *Cidade da Viçosa* demonstrou ser de extrema importância na fase inicial da carreira política de Arthur Bernardes, uma vez que, o mineiro pode demonstrar seu apoio aos interesses dos grupos sociais rurais de Viçosa.

Em seus artigos, publicados aos domingos na Seção *Cidade da Viçosa*, a temática estava voltada para os conflitos políticos municipais, assuntos de interesses da sociedade de Viçosa e região e os diversos assuntos que envolviam o mundo rural, muitos deles apontando novos caminhos e a modernização da agricultura como forma de geração de receitas para o Estado. Logo, seu posicionamento de diálogo com os grupos sociais que possuíam interesses, muitas das vezes divergentes entre si, demonstra que Arthur Bernardes procurava orientar a redação do semanário a leitores específicos. E, que o jornal se demonstra como um mecanismo bastante eficiente na sua projeção política local devida a possibilidade de conexão da direção do semanário com os grupos sociais locais.

3 | DIALOGANDO COM A HISTORIOGRAFIA

A história política foi muito apreciada durante o século XIX na sua ênfase aos “grandes homens” que possuíam relações diretas com a política. Por este motivo, foi acusada pelo materialismo histórico de focar somente no domínio das relações elitistas, não estando com o olhar voltado para outras possibilidades de pesquisa. Na segunda metade do século XX, houve uma tentativa de resgate da história política pelos alemães. Seguindo esta perspectiva, surgiram novas abordagens para interpretar a história política.

Neste sentido, de acordo com Rémond (2003), a “nova história política” é ampla na incorporação de técnicas de pesquisa, conceitos, problematização, vocabulários e uma infinidade de procedimentos existentes em diversas áreas do conhecimento. Para o autor, tal abordagem de história, que já está nos debates há algum tempo, pretende agrupar novos sujeitos na busca do objeto de uma sociedade universal. No entanto, Rosanvallon (2010) critica Rémond por este não definir claramente o conceito do político, mas sim apenas trazer sua amplificação. Rosanvallon extrapola o campo de estudo de Rémond na interpretação “do político”, acreditando que este só poderá ser compreendido a partir das dificuldades e problemas existentes na vida democrática.

A partir das considerações de Rémond (2010) e Rosanvallon (2010) procuramos capturar o debate da “nova história política” no semanário *Cidade da Viçosa*. Sendo assim, ao utilizarmos o jornal como nossa fonte primária, observamos a existência de notícias que mencionam disputas políticas entre os diferentes grupos sociais rurais de Viçosa e, ao mesmo tempo, percebemos que o redator-chefe procurava atender as diferentes demandas desses grupos.

Retornando assim o debate, para o final do século XIX, ao refletirmos a construção da Primeira República Brasileira, muitas são as interpretações. Num primeiro momento, a historiografia posicionou-se no sentido de homogeneidade de interesses dos diversos grupos sociais existentes naquele momento, no qual ocorreria harmonia entre os grupos que ocupavam o poder. Em, um segundo momento, houve a tentativa de revisar tais interpretações e, que na Primeira República mesmo ocorrendo a predominância de grupos sociais agrários, havia divergência de interesses entre eles.

Neste sentido, numa das primeiras interpretações historiográficas, Lessa (1988) argumenta que a Primeira República, particularmente o governo de Campos Sales, ficou muito perceptível à herança institucional deixada pelo Império. Para o autor, o golpe de 1889 foi marcado pelas ausências do povo e de sentido, ou seja, os militares não fizeram um projeto de República que incluísse a participação popular. Essas ausências geraram um ambiente de incertezas políticas nos dez anos iniciais da Primeira República, que já tinham sido sanadas no período do Império. Na concepção desse mesmo autor, um dos motivos do sucesso da monarquia na cura das incertezas políticas foi à criação do poder moderador, na qual, tecnicamente, o Imperador teria

o controle de “todos” os conflitos políticos.

Todavia, o jovem Arthur Bernardes iniciou as suas contribuições na imprensa local viçosense no início da Primeira República e, procurava desde o início da sua contribuição, aproximar dos interesses de grupos sociais específico. O que nos permite interpretar que naquele momento não era apenas constituído de ausências, mas que havia uma opinião pública, que o semanário busca cooptar.

Tendo em vista a interpretação acima, recorreremos à historiografia mais voltada para o revisionismo referente à Primeira República. Neste sentido, uma questão relevante é a reflexão acerca da construção da nomenclatura “República Velha”. A partir desta questão, Gomes; Abreu (2009) levantaram alguns questionamentos em relação a tal nomenclatura, relacionando-a com relação de poder com o objetivo de demarcação de espaço e de tempo. As autoras argumentaram que a construção do termo foi realizada pelos ideólogos autoritários do Estado Novo. Em vista disso, fica perceptível a existência de grandes disputas políticas, ao ponto de serem projetadas para o campo da memória com o auxílio de projetos intelectuais para a sua produção.

Ao considerarmos que as disputas políticas foram tão intensas, a ponto de serem projetadas para o campo da memória, fica evidente que o Estado Novo – que surgiu da disputa entre os grupos sociais da Primeira República – buscava fortalecer-se de forma moderna e inovadora, procurando desqualificar totalmente o primeiro projeto republicano. Observamos que o uso de tal recurso foi o meio de legitimação de seus programas de governo na esfera política, econômica e cultural. Assim, todo o projeto republicano construído até o momento foi tido pelos ideólogos do Estado Novo como velho, retrógrado e ultrapassado. Por isso, a necessidade de uma revisão historiográfica que questione a homogeneidade entre os diversos grupos sociais e, ao mesmo tempo, que não negue as ocorrências de fraudes eleitorais e a dificuldade da participação popular no processo eleitoral por diversos fatores, dentre eles a baixa escolaridade.

4 | ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NO CIDADE DA VIÇOSA

Para melhor entendimento das manifestações políticas ocorridas no semanário *Cidade da Viçosa*, selecionamos a leitura da seção denominada *Cidade da Viçosa*, local onde eram publicados os editoriais, alguns deles assinados por Arthur Bernardes, esses editoriais, na maioria das vezes, eram relacionados aos assuntos ligados a política local, estadual e federal. O editor sempre procurava exaltar as ações do Partido Republicano Mineiro (PRM), dando maior ênfase às notícias relacionadas ao município de Viçosa.

Desse modo, encontramos muitas notícias referentes aos diretórios do Partido Republicano Mineiro, aos nomes dos candidatos para concorrerem às eleições pelo mesmo, alistamentos dos eleitores, convocações dos eleitores para a votação, dentre

outros. Sendo assim, podemos perceber que existia uma grande preocupação do semanário no que se refere às eleições, o que nos faz pensar os conflitos políticos locais entre as elites de Viçosa, pois o *Cidade da Viçosa* trazia muitas notícias referentes à grande lavoura e outras atividades agrícolas, além da pequena participação do comércio e da indústria, o que sugere divergências de interesses das lideranças locais.

A oposição política liderada por Pacheco resultou na criação do jornal *A Reação*, no ano de 1905. Neste sentido, o *Cidade da Viçosa*, de acordo com primeira edição sob a chefia de Arthur Bernardes, afirmava-se um jornal tolerante e com o compromisso com a verdade, noticiando, em paralelo, a estreia do jornal *A Reação*. Já nas boas-vindas, o jornal *Cidade da Viçosa* realizava críticas sutis ao novo veículo, por este não se afirmar como republicano, o que, mais tarde, resultará no foco dos ataques.

E, assim, em um estudo mais focado nas notícias da seção *Cidade da Viçosa*, percebemos a existência de conflitos políticos entre o redator-chefe Arthur Bernardes, que passou a representar o Partido Republicano Mineiro no lugar de seu sogro o senador Carlos Vaz de Mello, e José Teotônio Pacheco, que foi advogado eleito deputado geral pelo Partido Liberal no ano de 1889 pelo distrito da Província de Minas. Sendo assim, de acordo com Lima (1983) Pacheco foi, em outra época, aliado político da família de Bernardes e do senador Vaz de Mello, todavia o rompimento político ocorreu devido à eleição do vereador republicano Arthur Bernardes para o cargo de Presidente da Câmara de Viçosa, por este fato, o monarquista Teotônio Pacheco, que em 1892 também ocupou o mesmo cargo, organizou uma oposição local, resultando em duas correntes dentro do município de Viçosa: uma “pachequista” e outra “bernardista”, como sugere o trecho abaixo:

(...) O sr. Araújo Junior sempre neste município oposição ao senador Vaz de Mello e o dr. Pacheco. Ao senador Vaz de Mello oposição política; ao dr. Pacheco, política e pessoal. Falece, porém, o senador Vaz de Mello, substituem-lhe na direção da política seu filho e genros; dr. Pacheco, separa-se na política filho e genros daquele senador e funda um partido de oposição. O sr. Araújo Junior mantendo-se, como se mantém, contra o dr. Pacheco está em coerência consigo mesmo; e ligando-se com o partido do dr. Arthur da Silva Bernardes e outros contra o dr. Pacheco, continua ainda nessa coerência que ainda não se quebrou. Desapareceu um chefe a quem fez oposição, mas resta ainda o outro --- o dr. Pacheco. Não vejo incoerências no seu procedimento, principalmente si atendermos a diversas mutações por que passou a política do município, desde o falecimento do senador Carlos Vaz de Mello pra cá. Se alguma incoerência existe nos candidatos à vaga de vereador, esta se encontra no candidato Joaquim Felipe Galvão. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 643. Domingo, 10 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se pelo trecho acima a presença de manobras políticas e quebras de alianças entre os grupos sociais existentes no município de Viçosa. E, além disso, a importância que o chefe local representava naquele momento, pois a morte de Vaz de Melo resultou em rearranjo dos grupos sociais ligados a política local. No trecho

acima é possível verificar os ataques ao candidato da oposição e, ao mesmo tempo, a valorização da conduta ética do candidato do candidato pertencente à chapa do Partido Republicano Mineiro, no qual Arthur Bernardes liderava no município.

Logo, em todo o período de campanha eleitoral municipal, percebemos a presença de conflitos políticos entre os redatores políticos do *Cidade da Viçosa* e *A Reação*. E que as notícias políticas publicadas no *Cidade da Viçosa* eram voltadas para a construção de uma moral forte e ilibada do Partido Republicano Mineiro (PRM). Além disso, o semanário chefiado por Arthur Bernardes buscava cooptar o apoio dos diferentes grupos sociais existentes em Viçosa. Pois, muitas foram as notícias de interesse rural que buscavam por soluções e modernização da lavoura de café e da agricultura.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre disputas eleitorais viçosenses no jornal *Cidade da Viçosa* nos permitem algumas considerações sobre a imprensa brasileira e a política municipal na Primeira República. Sendo uma dessas reflexões o novo “espaço público” que surgiu com a maior popularização dos jornais e dos novos leitores que passaram a se interessar por diversos temas, dentre eles o político.

Desse modo, ao darmos maior atenção para a seção *Cidade da Viçosa*, foi possível observarmos o diálogo do seu redator-chefe com alguns grupos sociais dominantes do município de Viçosa. Esses grupos eram representados, principalmente, pelos fazendeiros, militares e comerciantes da região de Viçosa. Sendo assim, uma das possíveis interpretações para a inserção política de Arthur Bernardes poderia ser sua aproximação com esses grupos sociais dominantes de Viçosa, uma vez que na Primeira República o município era fundamental no processo de consolidação do poder, pois havia a existência de chefes locais que eram extremamente influentes na política.

Enfim, concluímos que, foi pelo grande engajamento no Partido Republicano Mineiro (PRM) que Arthur Bernardes tornou-se um influente chefe local em Viçosa. Por este motivo que passaram a ocorrer divergências políticas com o antigo chefe-local, até então aliado da família de Bernardes e do senador Vaz de Mello, José Teotônio Pacheco. Logo, o estudo do semanário *Cidade da Viçosa*, nos permitiu entender mais profundamente as disputas políticas que ocorriam nos municípios na Primeira República brasileira e compreender melhor a inserção de Arthur Bernardes na política viçosense.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1988.

CONSTITUIÇÃO DE 1891. Título IV. **Dos cidadãos brasileiros**. Seção I. Da qualidade do cidadão. Disponível em: <<http://www.ufop.br/eventos>>. Acesso em: 02 ago, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. ABREU, Martha. **A Nova República Velha**: Um pouco de história e historiografia, 2009.

Jornal **Cidade da Viçosa**. Digitalizado pelo Arquivo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

LIMA, Alberto de Souza. **Arthur Bernardes Perante a História**. Belo Horizonte. I. Oficial, 1983, p. 14.

MALIN, Mauro. Bernardes, Arthur. In: ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da primeira república** (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2015.

REMOND, René. Do político. In REMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro. Editora. FGV, 2010, p. 443.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do Político**. São Paulo: ed. Alameda. 2010.

CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL

Epaminondas Reis Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié - Bahia

RESUMO: O presente trabalho relata o resultado de uma pesquisa sobre a criança indígena no ano de 2016. A questão que procuramos responder é a seguinte: Quais as principais abordagens teórico-metodológicas das pesquisas realizadas acerca das crianças indígenas na pós-graduação brasileira? Para isso, analisamos o conteúdo de dezesseis trabalhos de Pós-graduação, defendidos em instituições brasileiras e disponíveis no Banco de Teses da CAPES e no Portal Domínio Público. O principal descritor empregado para a seleção dos trabalhos foi Criança Indígena. A análise dos trabalhos selecionados é efetuada a partir da técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Franco (2008), a fim de compreender de que forma os trabalhos selecionados têm efetuado a discussão acerca da criança indígena. Foram observados os seguintes elementos para análise dos trabalhos: Instituição de Ensino Superior, Programa de Pós-Graduação, Referencial Teórico-metodológico, Etnia pesquisada, Principais conclusões. Os resultados apontam que o Banco de Teses só tem registrados os trabalhos defendidos entre os anos de 2011 e 2012, o que nos dá um número muito restrito,

haja vista o volume de produção no país desde o início da década de 1990, como a dissertação de mestrado da professora Clarice Cohn (2000), amplamente utilizada como referência para os estudos da Antropologia da Criança Indígena. Este estado do conhecimento contribui para o reconhecimento da necessidade de se avançar nas discussões sobre as crianças indígenas, em especial sobre os índios do nordeste, que sempre foi considerada uma etnologia menor, por não corresponder aos estudos da etnologia clássica.

PALAVRAS-CHAVE: criança indígena; povos indígenas; estado do conhecimento.

INDIGENOUS CHILDREN IN BRAZIL: THE STATE OF KNOWLEDGE OF NATIONAL ACADEMIC PRODUCTION

ABSTRACT: The present paper reports the results of a research on the indigenous child in the year 2016. The question that we seek to answer is the following: What are the main theoretical-methodological approaches of the research carried out on indigenous children in the Brazilian postgraduate study? For this, we analyze the content of sixteen graduate studies, defended in Brazilian institutions and available at the CAPES Thesis Bank and the Public Domain Portal. The main descriptor used for the selection of the works was Indigenous Child. The analysis of the selected works is

carried out using the content analysis technique from Franco's perspective (2008), in order to understand how the selected papers have carried out the discussion about the indigenous child. The following elements were analyzed: Higher Education Institution, Postgraduate Program, Theoretical-Methodological Reference, Ethnicity researched, Main conclusions. The results show that the Bank of Theses has only recorded the works defended between the years 2011 and 2012, which gives us a very restricted number, given the volume of production in the country since the beginning of the 1990s, as the dissertation of master's degree by Professor Clarice Cohn (2000), widely used as reference for the studies of the Anthropology of the Indigenous Child. This state of knowledge contributes to the recognition of the need to advance in the discussions on indigenous children, especially on the Indians of the Northeast, who has always been considered a minor ethnology, because it does not correspond to the studies of classical ethnology.

KEYWORDS: indigenous child; Indian people; state of knowledge.

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica sobre crianças tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, principalmente em países como França, Estados Unidos e Portugal, passando a constituir um campo de estudos. No Brasil, em diferentes campos do conhecimento (Educação, Antropologia, Sociologia, Psicologia, entre outros), também presenciamos a ampliação das investigações e publicações sobre as crianças. Da mesma forma, verificamos também uma maior preocupação com questões relacionadas à ética e aos modos próprios de se fazer pesquisa com/sobre crianças nos espaços urbanos e do campo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa em andamento sobre a criança indígena. A questão que procuramos responder é a seguinte: Quais as principais abordagens teórico-metodológicas das pesquisas realizadas acerca das crianças indígenas na pós-graduação brasileira? Temos como objetivos: Identificar as abordagens teóricas e metodológicas empregadas nos estudos acadêmicos sobre a criança indígena desenvolvidos na pós-graduação no Brasil e; traçar um panorama da produção acadêmica nacional a respeito da Criança Indígena.

Para tanto, analisamos o conteúdo de dezesseis trabalhos de Pós-graduação (mestrado e doutorado), defendidos em instituições brasileiras e disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e no Portal Domínio Público. Esses dois bancos de dados foram selecionados visando obter um panorama global da produção do país. O principal descritor empregado para a seleção dos trabalhos foi Criança Indígena.

Foram localizadas, no banco de teses da CAPES, dez dissertações de

mestrado e quatro teses de doutorado em diferentes programas das seguintes áreas do conhecimento: Educação, Antropologia Social, Ciências Sociais, Direito, Saúde Pública, Ciências Pesqueiras nos Trópicos, Enfermagem e História. No Portal Domínio Público foram localizadas uma dissertação de mestrado em Educação e uma Tese de Doutorado em Saúde Pública. A análise dos trabalhos selecionados é efetuada a partir da técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Franco (2012, p.13), assentada “nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem”.

A fim de compreender de que forma os trabalhos selecionados têm efetuado a discussão acerca da criança indígena, foram observados os seguintes elementos para análise dos trabalhos: instituição de ensino superior, programa de pós-graduação, referencial teórico-metodológico, etnia e principais conclusões.

RESULTADOS

Nos trabalhos analisados as etnias contempladas foram: Guarani, Kaiowá, Xokleng/Laklãnõ, Xakriabá, Kaingang, Mbyá Guarani, Xukuru, Guató, Pitaguary, Watébrémi Xavante e Kabano (está última da Amazônia peruana). A seguir, faço um breve resumo das produções, evidenciando como as crianças indígenas aparecem (ou não) em cada uma delas.

Rogério Silva (2011) sinaliza na revisão de literatura que observou uma diferença no tratamento que os antropólogos davam aos Maxakali e os Xakriabá, sendo os primeiros tratados como mais tradicionais que os segundos, interferindo diretamente na forma como os grupos são vistos e estudados. Para o autor, a oposição entre a etnologia clássica do Antony Seeger, Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro e a etnologia do contato interétnico do Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira, orientou a forma como ele passou a enxergar o trabalho com os Xakriabá, em que temas ligados ao perspectivismo, parentesco, cosmologia, fabricação de corpo e teorias de noção de pessoas não teriam rendimento satisfatório, uma vez que a etnologia do contato interétnico não se ocupava dessas temáticas.

“Todavia, à medida que o trabalho de campo foi avançando, alguns temas relacionados à cultura Xakriabá e a constituição de sua infância foram surgindo e, de certa forma, desconstruindo esta noção anterior. Fomos percebendo um universo cultural povoado por magia e entidades com quem os Xakriabá conviviam cotidianamente (SILVA, 2011, p. 11).

A partir dessa nova percepção sobre o grupo, o autor elege a circulação das crianças como eixo da descrição etnográfica sobre a infância dos meninos Xakriabá, fazendo a leitura da circulação das crianças, a partir da teoria formulada por Jean Lave sobre a “aprendizagem situada” em “comunidades de prática” (SILVA, 2011, p. 102).

Em sua dissertação de mestrado em educação, Luciana Andrioli (2012) realiza um estudo sobre a comunidade bilíngue Kaingang, de Faxinal, no Paraná. Nessa investigação, a autora busca compreender a trajetória da educação escolar e o significado da escola para o grupo.

Andrioli (2012) se utiliza dos pressupostos de Leontiev para pensar a teoria histórico-cultural, tendo como pressuposto que “Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 2004, p. 285 *apud* ANDRIOLI, 2012, p. 79). Para autora, corroborando com Leontiev e Vygotsky, a comunicação é um desses elementos já alcançados no decorrer da história humana e é o que diferencia o *homo sapiens* dos demais animais. Andrioli conclui que “na perspectiva de uma nova orientação para a educação escolar indígena, a alfabetização, o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita e a escola são necessários entre os indígenas, pois são indispensáveis para o acesso à cultura escrita, à cidadania” (p. 165).

Os índios Guató da Aldeia Uberaba na Ilha Ínsua, estado de Mato Grosso do Sul, foram os sujeitos da tese de doutorado de Margareth Silva, onde buscou-se investigar a Identidade Étnica da criança Guató. Silva (2012) procura recuperar a presença da criança-parceira no trabalho interpretativo. Para tanto, ela nos traz em sua metodologia que “*para dar voz às crianças Guató na análise das práticas culturais e da interdependência entre as crianças e seu meio ambiente em meio ao Pantanal, utilizei o desenho e a Psicologia Ecológica do Desenvolvimento Humano*” (SILVA, 2012, p. 99 – grifos nossos). A autora afirma que a criança também se integra gradativamente ao mundo adulto pela imitação e participação, sendo esta uma das formas pela qual ela aprende sobre a comunidade e se insere no mundo Guató.

Suzana de Jesus (2011) relata, em sua etnografia junto aos Mbyá-Guarani da cidade de Santa Maria-RS, que as crianças guiavam-na pelo campo, ao mesmo tempo em que negociavam quem ensinaria o idioma Guarani a ela. Para Suzana de Jesus (2011) a aprendizagem dos modos de ser Guarani perpassa por outro aprendizado, o dos modos de comunicação. Destarte, “a oralidade marca o processo de produção identitária, do estabelecimento de fronteiras étnicas que permitem a essas crianças identificarem-se como Guarani” (JESUS, 2011, p. 111).

No estudo de Amanda Marqui (2012) junto aos Guarani-Mbya da aldeia Nova Jacundá, a autora aponta que, assim como as crianças Guarani de Santa Maria-RS investigadas pela Suzana de Jesus (2011), existe autonomia dos sujeitos onde as crianças valorizam os modos de ser Guarani, transpondo isso para o espaço escolar, de forma que ao mesmo tempo que vão se tornando alunos da escola, a própria escola vai sendo *domesticada* e tornando-se Guarani.

Na dissertação da Thais Mantovanelli (2011) evidencia-se a impossibilidade de se fazer uma pesquisa diretamente com as crianças, optando-se por conhecê-las

através das falas de suas parentas. A questão que se abre é que as regras de etiqueta entre os Kaingang da Reserva Indígena Icatu-SP, impossibilitam o contato direto da pesquisadora com as crianças, realizando-se, assim, uma etnografia sobre e para as crianças do Icatu, onde alçou-se os “olhos para as teias ou redes de relações que se estabelecem com, a partir e para as crianças” (MANTOVANELLI, 2011, p. 43). Neste contexto, foram interlocutoras mulheres, adultas, mães e avós, pois para falar de criança, você tem que ter criança. Ter uma sobrinha foi de suma importância para que a autora se inserisse no campo, nos dando outras possibilidades de investigações voltadas para crianças indígenas.

No trabalho de Cariaga (2012) visa-se compreender como os Kaiowá que vivem em Te'yikue, elaboram narrativas sobre a passagem do tempo pelo modo de ser criança. Em sua etnografia, caracteriza a criança Kaiowá pela sua curiosidade e inquietação. O autor defende a perspectiva da *criança atuante* e ao mesmo tempo em que realiza críticas às produções acadêmicas que buscam universalizar os modos de ser criança indígena.

A dissertação da Ana Clarice Barbosa (2011) busca compreender como a escola revitaliza a identidade indígena das crianças Xokleng/Laklãnõ. A noção de criança reprodutora do mundo adulto fica evidente quando a autora afirmar que “já com relação a questão do brincar (lúdico) para esse povo significa uma preparação para a vida adulta” (BARBOSA, 2011, p. 42).

Na dissertação de mestrado da Edna Ferreira (2012) a investigação vai ao sentido de compreender o significado da escola e como a comunidade se apropria desta instituição. Quando ela fala de comunidade, pensa os indígenas Krukutu de forma geral, deixando a discussão sobre suas crianças em segundo plano.

Vânia Souza (2011) investiga as crianças Guarani e Kaiowá da Grande Dourados. A autora pensa criança sob a perspectiva da legislação nacional e acordos internacionais, dentro dessa linha, a criança indígena passa a ser um sujeito de direito e com direitos específicos para atender as suas particularidades. Ela aponta para as dificuldades encontradas pelo direito em atender a demanda cada vez mais exigente dos sujeitos de direitos específicos.

Saindo dos trabalhos em educação e indo para o campo do direito, temos o trabalho da Mayra Silveira (2011), que aborda o infanticídio nas comunidades indígenas brasileiras. Este é um trabalho sobre crianças, tendo a pesquisa bibliográfica como método. A leitura possibilita inferir que encontra-se presente o entendimento de que as crianças são passivas e necessitam ser protegidas e tuteladas. A autora se ampara na doutrina de proteção integral.

Alvarez (2012), em sua tese de doutorado em Ciências, investiga os cuidados das crianças no processo de saúde-doença sob a perspectiva das famílias Kabano. É um trabalho sobre crianças indígenas, mas não fica clara sob qual perspectiva essa criança é pensada, assim como nos trabalhos da Fávoro (2011), que se preocupa em traçar o perfil nutricional das crianças Xukuru de Ororubá, por meio de um

estudo transversal de base populacional e da Regina Diniz (2010), em que se busca investigar o crescimento e desenvolvimento físico da criança Pitaguary na perspectiva biomédica.

Os referenciais teóricos utilizados permitem dizer que os estudos trataram do indígena criança basicamente de duas formas: a) como reprodutora do mundo adulto, uma intermediária das discussões sobre políticas públicas, escola, e/ou outras; b) como ator social, produtor de cultura e que interpreta e reinterpreta o mundo através dos significados que produz, mas também dos significados produzidos pelos adultos.

Os resultados apontam que o Banco de Teses só tem registrados os trabalhos defendidos entre os anos de 2011 e 2012 e no Portal Domínio Público apenas um trabalho de 2008 e outro de 2010, o que nos dá um número muito restrito, haja vista o volume de produção no país desde o início da década de 1990, como a dissertação de mestrado da professora Clarice Cohn (2000), amplamente utilizada como referência para os estudos da Antropologia da Criança Indígena.

As principais considerações deste estado do conhecimento evidenciam que entre as produções acadêmicas analisadas: a) apenas a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) produziram mais de um trabalho; b) os campos do conhecimento da Educação e Antropologia Social foram os que mais se debruçaram sobre a temática, juntos compreendem nove dos dezesseis trabalhos localizados; c) a etnografia foi o método mais adotado entre os pesquisadores, estando presente em metade dos trabalhos; d) os estudos sobre a Antropologia da Criança e Antropologia da Educação foram os mais acionados, estando presentes em seis trabalhos e; e) a etnia Guarani Mbyá foi a mais pesquisada, contando com três trabalhos defendidos.

Nos trabalhos no campo da educação, as pesquisas se mostraram preocupadas com a interculturalidade, autonomia dos povos indígenas, além de diagnosticarem que a legislação educacional brasileira ainda precisa avançar para garantir os princípios constitucionais de ensino bilíngue e respeito aos processos próprios de ensino-aprendizagem. Nos trabalhos no campo de Antropologia Social as produções analisadas evidenciam a existência de várias formas de ser criança, concluindo que não se podem aplicar modelos universais na pesquisa com/sobre crianças indígenas, atentando para a relativa autonomia cultural, onde as crianças produzem cultura a partir de um sistema simbólico compartilhado com os adultos.

Em outras palavras, não podemos pensar que as crianças produzem uma cultura própria que não tem relação com o meio no qual ela está inserida, o que não significa dizer que ela reproduz o mundo adulto, sem produzir interferências no mesmo. Este estado do conhecimento contribui para o reconhecimento da necessidade de se avançar nas discussões sobre as crianças indígenas, em especial sobre os índios do nordeste, que sempre foi considerada uma etnologia menor, por não corresponder aos estudos da etnologia clássica.

REFERÊNCIAS

COHN, Clarice. **A criança indígena**: a concepção xikrin de infância e aprendizado. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012. 94p.

TRABALHOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

ALVAREZ, Rossio Elizabeth Chávez. **O cuidado das crianças no processo saúde-doença**: Crenças, Valores e Práticas nas Famílias da Cultura Kabano da Amazônia Peruana. Tese de doutorado em Ciências. São Paulo: USP, 2012.

ANDRIOLI, Luciana Regina. **Presença e Significado da Escola**: estudo sobre a comunidade bilíngue Kaingang de faxinal no Paraná. Dissertação de mestrado em Educação. Maringá: UEM, 2012.

BARBOSA, Ana Clarice Alencar. **Educação da Criança na Revitalização da Identidade Indígena**: O Contexto Xokleng/Laklãnõ. Dissertação de mestrado em Educação. Blumenau: FURB, 2011.

CARIAGA, Diógenes Egidio. **As transformações no modo de ser entre os Kaiowá em Te'Yikue (1950-2010)**. Dissertação de mestrado em História. Dourados: UFGD, 2012.

DINIZ, Regina Lúcia Portela. **Crescimento e Desenvolvimento da Criança Indígena**: Um Estudo da Etnia Pitaguary – Ceará. Tese de doutorado em Saúde Pública. São Paulo: USP, 2010.

FÁVARO, Tathiana Regina. **Perfil Nutricional da População Indígena Xukuru de Ororubá, Pernambuco, Brasil**. Tese de doutorado em Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2011.

FERREIRA, Edna. **A Criação do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) e a educação infantil indígena na aldeia Krukutu**. Dissertação de mestrado em Educação: História, Política e Sociedade. São Paulo: PUC, 2012.

JESUS, Suzana Carvalheiro de. **No Campo da Educação Escolar Indígena**: uma etnografia sobre territorialidade, educação e infância na perspectiva Mbyá-Guarani. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Santa Maria: UFSM, 2011.

MANTOVANELLI, Thais. **Crianças invisíveis da Reserva Indígena Icatu/SP**. Dissertação mestrado em Antropologia Social. São Carlos: UFSCar, 2011.

MARQUI, Amanda Rodrigues. **Tornar-se aluno(a) Indígena**: uma etnografia de uma escola Guarani-Mbya na Aldeia Nova Jacundá. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Carlos: UFSCar, 2012.

MINEMATSU, Renata Eiko. **A pesca em comunidade indígenas no médio Rio Tiquié, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**. Dissertação de mestrado em Ciências Pesqueiras, Manaus: UFAM, 2012.

SILVA, Margareth Araújo e. **A identidade étnica da criança Guató da aldeia Uberaba, região do pantanal (Corumbá-Mato Grosso Do Sul)**. Tese de doutorado em Educação. Campo Grande: UFMS, 2012.

SILVA, Rogério Correia da. **Circulando com os meninos**: Infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá. Tese de doutorado em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SILVEIRA, Mayra. **O Infanticídio Indígena**: uma análise à luz da doutrina da proteção integral. Dissertação mestrado em Direito. Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUZA, Vânia Pereira da Silva. **Crianças Indígenas Kaiowá e Guarani**: Um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da região do Grande Dourados. Dissertação de mestrado em Educação. Dourados: UFGD, 2011.

A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA

Jonatan dos Santos Silva

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestre e Doutorando Pelo Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPMLS pela UESB. E-mail: jonatandon@gmail.com

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-Bauru (2001), Mestre e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) 2004 e 2009 respectivamente. PHD junto a Virginia Polytechnic Institute and State University - Virginia Tech - USA (2015).

1 | INTRODUÇÃO

Pensar a Capoeira como elemento de resistência às práticas impostas pela sociedade civilizada, é pensar ao mesmo tempo em sua origem no contexto rural e sua ascendência no contexto urbano. As manifestações afro-brasileiras continuavam sendo perseguida a partir de um projeto pautado no Higienismo e na disseminação das práticas do racismo engendrado no poder das classes brancas vistas como superiores. A capoeira foi vista, no século XIX, praticamente não como um esporte, mas como um dano, uma prática desordeira de dada ordem pública. Contudo, no século XX,

os mecanismos disciplinares não operam mais em torno da capoeira, pois esta é pensada e instituída por outro mecanismo: o Biopoder.

É preciso levar em consideração as verdades produzidas neste período, ao passo que a capoeira vai conquistando espaços do século XX, emergindo um novo olhar social, ao fazer emergir o “Esporte genuinamente brasileiro”. Isso nos conduz a pensar hipoteticamente que as verdades construídas pela sociedade disciplinar durante século XIX coloca a capoeira no lugar de proibição e criminalização, enquanto a produção de outras verdades, a partir do século XX, descriminaliza e institucionaliza a capoeira por meio de dispositivos do Biopoder. Dessa forma, o problema surgiu a partir da indagação de saber se esses mecanismos de poder produziram verdades e mantiveram discursos em que trouxeram condições que tornaram possível a proibição oficial da capoeira no final do século XIX e a descriminalização no século XX?

No início deste artigo, vamos discutir a origem da capoeira no Brasil e o mecanismo de poder disciplinar, trazendo alguns conceitos trabalhados nas obras do francês Michel Foucault, para explicar como as verdades são construídas, e entender em seguida, como a capoeira ocupou, no século XX, o “não-lugar”

de pertencimento dentro de uma sociedade disciplinar onde o poder do soberano é quem dita como se deve agir perante a cultura e a própria capoeira, fazendo valer o discurso do racismo de estado, levando de vez a capoeira à criminalização. Em seguida, será discutida a capoeira ao longo de seu processo histórico, após sua criminalização ocorrida ao final do século XIX, analisando a atuação do mecanismo de Biopoder, a fim de entender as verdades que foram construídas durante o século XX, frente ao racismo de estado, e como isso se apresentou nos discursos para desconstruir uma verdade produzida, em outro momento, para entender a lógica de inversão desse dispositivo de poder que levou a capoeira ao lugar de “Esporte genuinamente brasileiro”, se ausentando do novo código penal graças ao discurso construído pela mídia¹ (revistas, livros e livretos) e pelos intelectuais da época.

2 | A CAPOEIRA NA SOCIEDADE DISCIPLINAR

A capoeira surgiu no Brasil em meio à dominação-escravidão. De acordo com Foucault, (2004) citado por Silva (2007), os estados de dominação acontecem em circunstâncias nas quais as relações de poder se encontram cristalizadas, com poucas possibilidades de reversão, com mecanismos disciplinares rígidos e coercitivos, ou seja, “(...) quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento (...)” (FOUCAULT, 2004, p.266 apud SILVA, 2007, p.30).

As pesquisas apontam os primeiros sinais dessa luta no Brasil, no período colonial, marcado com a chegada do indivíduo escravizado, o qual foi trazido, forçadamente, da África Ocidental a este país, por volta de 1550. Após sua instalação, sofreu uma repressão social, emergindo grandes conflitos institucionalizados, o racismo, uma guerra declarada entre duas raças: os brancos e os negros. Esse lugar de afirmação e sobreposição de uma raça sobre a outra, provoca a busca incessante do lugar da “não-escravidão”, embora a alforria representava a “liberdade” e a isenção das ameaças e punições advindas do poder de um soberano. Dessa maneira, essa forma de dominação dava direito a esse colono de poder matar ou deixar que seu escravo vivesse, pois este corpo deveria ser vigiado, treinado, utilizados e eventualmente punidos.

Este período escravocrata é marcado pelo exercício do poder dos colonos sobre a vida dos negros escravizados através de mecanismos severos (técnicas coercitivas-castigos e violências corporais), assim como na teoria clássica do poder exercido pelo soberano, “Assunção da vida pelo poder”, em que Foucault vai descrever o

1 É entendido, neste trabalho, a partir do conceito de “Rede de Memória”, já que é o meio como as imagens circulam nas sociedades, no que tange às representações sociais e às representações visuais, entendidas como organizadoras de todo um imaginário, sendo ao mesmo tempo, reflexo e resultado dos modos de pensar das sociedades. Os anúncios publicitários estão entre as mídias, tendo um papel relevante no processo de construção social sobre os modos de pensar da sociedade (...). (FONSECA-SILVA, 2007, P.25).

atributo fundamental da soberania como o direito de fazer morrer e deixar viver, sendo uma técnica executada pelo poder disciplinar aplicada ao corpo, a vida dos homens e ao homem corpo. (FOUCAULT, 1975-1976).

O poder exercido durante o período Imperial (1822-1890) traz resquícios de um período onde as verdades construídas sobre a capoeira circulavam pela sociedade através dos discursos, para sustentar e fundamentar o processo de regulamentação e institucionalização. Assim, os discursos, para Foucault (1997), ocupa o lugar onde há presença de saberes, que conseqüentemente há existência de poder, onde não se constituirão na ausência de conflitos e embates entre posições diferentes, considerando que todo lugar de poder é um lugar de saber, e vice-versa. É nesta lógica que Foucault explica a produção da verdade:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. [...] Temos antes que admitir que o poder traduz saber [...] estão diretamente implicados; que não há relações de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1977, p. 29-30).

A produção de verdade, para este pensador, é institucionalizada pela ciência, por isso ele faz uma denúncia à razão positivista por se colocar neutra e universal ao deter o poder de produzir e distribuir, aquilo que Foucault vai chamar de “enunciados”* verdadeiros. A ciência para ele é um lugar de produção do saber, mas não o único lugar de poder. Assim, tudo aquilo que estivesse fora da razão e da ordem seria um enunciado falso, sendo marginalizado e excluído:

[...] só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e coloca-la em questão contra a verdade (FOUCAULT, 1996, p. 19- 20).

O discurso, na perspectiva Foucaultiana, representa o poder do qual queremos nos apoderar como objeto de desejo, aquilo que se deseja lutar, para descobrir a verdade das coisas, já que existe uma verdade obscura, camuflada, escondida no seu interior, havendo uma busca constante das possibilidades externas do discurso (condições históricas, políticas e econômicas). Sobre isso o mesmo afirma: “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso”. (FOUCAULT, 1996, p.53).

Por isso, ele considera que a verdade externa, que se forma em vários lugares, é inventada a partir de obscuras relações de poder. Esse lugar de poder é representado como lugar de produção, não centralizando apenas em um lugar, nem tampouco deve ser visto como algo negativo e distante, muito menos se localiza em uma instancia.

Dessa maneira, Foucault vai discutir esse poder na estrutura social do século XVIII até a segunda grande guerra, mostrando as condições que tornaram possíveis a emergência de uma sociedade disciplinar.

O século XIX é marcado pelas promulgações de decisões de ordens jurídicas que também vão direcionar o “poder disciplinar” aos que ofereciam riscos à ordem pública, a capoeira, logo, era perseguida e punida sobre a tutela da “Guarda Real de Polícia”, em 1809. Dessa maneira, outros mecanismos disciplinares, instituídos pelo “poder soberano”, neste período, ocorrem por meio da Carta da Comissão Militar do Rio de Janeiro², enviada para o Ministro da Guerra, requisitando o retorno dos castigos aos capoeiristas em 1821.

O poder do soberano, o qual marcou este período, era percebido ao mandar castigar com açoites os escravos capoeiras presos em flagrante delito através de Decisões³. As leis impossibilitavam as práticas de qualquer manifestação, que comprometessem a ordem pública, como afirma, o código criminal de 1830, quando se trata de punir aos marginais, vadios e mendigos e desordeiros (REGO, 1968, p.291).

Para Foucault (1973), uma lei penal deveria representar o que é útil para a sociedade e repreenderia o que é nocivo. Apesar dos capoeiristas ter ajudado a conter a “Revolta dos Mercenários”, essas Decisões e Posturas se estenderam ao longo dos anos, como a de 27 de julho de 1831, que manda que a junta policial propusesse medidas para capturar e punir os capoeiras e malfeitores e a Postura de 17 de novembro 1832, proibindo o jogo da capoeira. O que está enunciado através das leis é que, “os capoeiras” seriam responsáveis pelos crimes de assassinato, como na decisão de 17 de abril de 1834, que solicita providências a respeito dos operários do arsenal da marinha que se tornarem suspeitos de andar armados (SOARES, 1994, p.282).

Sobre o enunciado, Foucault (1986) afirma que é sustentado pela posição de sujeito que enuncia, ligado a um conjunto de formulações constituído a partir de tudo que foi dito. Para ele, os enunciados são raros e formam um conjunto, quando se referem a um único e mesmo objeto de discurso, mesmo diferente em sua forma e disperso no tempo. (FOUCAULT, 1986, p.25). Deste modo, havia um conjunto de formulações a respeito da proibição da capoeira, apesar de sua prática não constar na lista de crimes do código criminal, as repressões continuaram através da policia, que tentou erradicar, desta sociedade disciplinar, o que fosse nefasto. (HOLLOWAY,

2 Decisão de 31 de outubro: determinou sobre a execução de castigos corporais em praças públicas a todos os negros chamados capoeiras. Decisão de 5 de novembro: determinou providências que deveriam ser tomadas contra os negros capoeiras.

3 Decisão de 28 de maio de 1824: dava providências sobre os negros denominados capoeiras”; Decisão de 14 de agosto: mandava empregar nas obras do dique os negros capoeiras presos em desordem, cessando as penas de açoites; Decisão de 13 de setembro: declara que a portaria de número 30 do mês de agosto compreende somente escravos capoeiras; Decisão de 9 de outubro: declara que os escravos presos por capoeiras devem sofrer, além da pena de três meses de trabalho, o castigo de duzentos açoites.

1989, Apud SANTOS, 2009).

A mesma estrutura que vigiava, punia e examinava os praticantes, como no modelo de prisão na invenção do Panóptico de Bentham (FOUCAULT, 1975), pressupôs aplicar processos judiciais aos que fossem flagrados, como no caso de um chefe de polícia em 1833, pedindo orientação ao ministro de justiça por estar inconformado com as restrições das leis sobre “os capoeiras”, dizendo que estes “sempre mereceram aqui a maior vigilância da Polícia, hoje infestam as ruas da cidade de um modo sobremaneira escandaloso, e não será fácil evitar as funestas” (HOLLOWAY, 1989), surgindo continuamente outras.

Essas restrições eram reforçadas através do discurso proferido na sociedade, principalmente quando os locais e endereços se tornam lugares da prática de capoeira, como aconteceu em 1835, São Luís do Maranhão, registrado na edição do Jornal Eco do Norte: que “na Rua dos Apicuns, local frequentado por bandos de escravos em algazarra infernal que perturbava o sossego público, os quais, ao abrigo dos arvoredos, reproduziam certos folguedos típicos de sua terra natural”. (VAZ, 2005). Apesar da ausência dessas restrições nas posturas presentes no código municipal, como aconteceu em outras capitais, a capoeira não deixou de ser restringida, e seus praticantes castigados pela polícia, ela continuava entre os principais motivos das prisões da polícia militar do Rio de Janeiro no ano de 1862. (HOLLOWAY, 1989b: pp. 655,656).

Mesmo com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, e a lei do ventre livre, ainda há uma preocupação institucional com seu alastramento, porém esta institucionalização, apesar de “despontencializada”, contribuiu ainda mais para desqualificar os indivíduos na tentativa de fazer tornar potente aquilo que foi institucionalizado a partir dos “pensamentos advindos da Europa (o evolucionismo), fruto dos mecanismos disciplinares” (COSTA, 2013, p.37)⁴.

A sociedade pensava a partir do evolucionismo, no qual considera a capoeira como uma “doença moral que prolifera em nossa civilizada cidade”. O lugar em que a capoeira é colocada pelo império, com apoio das autoridades, do governo, da igreja e da população dominante, perdura até a república, mesmo os capoeiras terem sido seus aliados na guerra do Paraguai, havendo uma promessa de seus praticantes tivessem uma ressignificação social, caso os combatentes retornassem com vida. (COSTA, 2013).

Nota-se o surgimento de novos mecanismos e processos tecnológicos nos quais o poder se exerce para controlar a vida, ao invés da morte. Neste aspecto, as relações de poder irão exercer sobre a vida dos indivíduos, o “Biopoder”, que trata este corpo enquanto máquina para aumentar sua capacidade em suas aptidões para ser dócil e ter utilidade, sendo possível de ser controlado e regulado por meio

4 “Novas argumentações policiais emergem em coro social. A homilia da repressão alia-se aos pensamentos contidos nas cartilhas evolucionistas vigentes à época. Tais pensamentos, pautados numa abordagem biológica do ser social, foram orquestrados pelas reflexões de Charles Darwin, em sua obra: Origens das Espécies, e pressupunham a inferioridade racial do negro”. (COSTA, 2013, p.44).

de intervenções a nível populacional com objetivo de extirpar as problemáticas que causavam adoecimento e subtração das forças desses corpos.

A Biopolítica buscou mecanismos mais racionais para higienizar a população, para otimizar um estado de vida, ao contrário do poder exercido pela soberania sobre a morte, onde “a soberania fazia morrer e deixava viver. (FOUCAULT, 1977, p.294). Assim, a punição aos “capoeiras”, ao final do século XIX, não estava relacionada ao direito de fazer morrer, e sim ao exercício do “Biopoder” para atender as demandas dos senhores. Essas tecnologias de poder não dispensam a tecnologia disciplinar anterior, pois elas vão se articular para regulamentar a vida da população em massa. Essas tecnologias, regulamentadora da vida e disciplinar do corpo, vão se articular para obterem um maior controle sobre a população em nível de moradia, poupança, aluguel, higiene, escolaridade, longevidade, procriação. (FOUCAULT, 1977, p.299). O mesmo “Biopoder” que primava pela vida, deixava morrer, ao passo que a capoeira continuava sendo perseguida durante o período imperial.

Será apenas em 1890, após a abolição do sistema escravocrata, em 1888, que a prática da capoeira, sustentada pelas verdades produzidas ao longo dos anos, colocará a capoeira no lugar de prática criminosa, fazendo enquadrar no código penal, instituído através do Decreto 847, intitulado “Dos Vadios e capoeiristas”:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoas certas ou incertas, ou incutindo temor de algum mal; Pena – de prisão celular de 2 a 6 meses (REGO, 1968, p.292).

Embora sua proibição se concretizasse, os capoeiras praticavam-na evitando o monitoramento dos dispositivos disciplinares. Assim, as verdades construídas ao longo do século XIX que conduziram a capoeira ao código penal por meio, principalmente, de perseguições, instituídas nas Decisões e Posturas, trazem contradições pertinentes em relação a sua criminalização⁵.

Esta polemica aumenta após a publicação, no dia 14 de dezembro de 1890, da “Revista Ilustrada”, onde evidencia a capoeira enquanto símbolo de “brasilidade”. O Biopoder, a partir da idéia de racismo de estado, não permitiria a adesão de indivíduos brancos, para justificar a repressão e a higienização da sociedade. Desse modo, o racismo será inserido nos mecanismos do Estado devido a emergência do “Biopoder”, onde “o que deve viver” e o “que deve morrer”, justifica o aparecimento, distinção, hierarquia, qualificação e detrimento de raças sobre outras. (FOUCAULT, 1977, p.304). Em vista disso, o racismo foi percebido enquanto mecanismo de poder, como forma de tirar a vida do outro, onde o Estado assume um lugar de “assassino” na medida em que ele funciona, de acordo esta estrutura.

5 “Reis ainda coloca que “os lugares da rígida hierarquia social do Brasil escravista eram constantemente colocados em xeque pelos capoeiras, os quais serão então representados como “petulantes”, „arrogantes”, “audaciosos” e „atrevidos”. (REIS,1994, p.230).

3 | ACAPOEIRA E O “BIOPODER” NO SÉCULO XX (EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE REGULADORA)

Como a forma de pensar a estrutura social, higienizada e distantes das doenças morais e físicas nesse novo cenário da guerra das raças, os princípios sociais incorporam os princípios higienistas europeus, nos quais propagavam “a ginástica como meio profilático para a „regeneração” da raça (...), verá na capoeira uma „luta nacional” com uma „excellente gymnásttca”, cujo ensino deveria ser ministrado „nos colégios, quartéis e navios” de todo país”. (REIS, 1994, p.222).Essas tecnologias governamentais puderam obter um melhor controle das instituições, por meio de procedimentos que permitem o poder ser exercido na população sobre a vida dos indivíduos. Assim, as biopolíticas, associadas às disciplinas, constituindo técnicas de governo que operam, inclusive, por meio da distribuição dos indivíduos no espaço, do controle do tempo e da ação (FOUCAULT, 1987). Desse modo, os espaços sociais são reorganizados nas grandes cidades para se aproximarem dos padrões culturais e econômicos europeus para afastar e/ou repreender os capoeiras através da força da policia. (CRUZ, 1996, p.90).

Surge uma nova tentativa de representação social da capoeira, ao ser vista agora como “herança da mestiçagem” e, portanto, “nacional”, com a publicação do artigo de Mello Moraes Filho, onde o autor tenta desconstruir a imagem instituída a partir de uma idéia de “medo” que alastrou pelas ruas, buscando “reabilitar a imagem do que denomina „o jogo nacional da capoeiragem”, (MORAES FILHO, s/d; 1979: p. 257). Entretanto, os enunciados destas publicações apontam uma suposta tentativa de minimizar ou destituir a capoeira da sua origem africana,” aquela que era a “gymnástica nacional” por excelência”. (REIS, 1994, p.233).

A capoeira vai ganhando representação nacional principalmente na publicação do artigo “A Capoeira”, em 1906 da Revista Kosmos, (REIS,1994,p.233), cujo autor, Mello Moraes, traz três representações para ela: “nacional”, “esporte” e “mestiça”. Em contrapartida, o argumento da “capoeira mestiça”, para Reis (1994), “é atravessado por um mercado viés evolucionista que aproxima o negro e o índio da condição animal” (REIS, 1994, p.233), permanecendo a idéia de que havia uma raça superior.

Com o aumento das relações políticas exteriores do Brasil, neste período, há uma preocupação dos representantes do governo em valorizar as “culturas” originadas no país. Os exercícios físicos praticados através da influencia da ginástica européia (métodos: francês, alemão e sueco), institucionalizaria de vez a capoeira como ginástica brasileira, sendo “um movimento que se valia da valorização e nacionalização da cultura”. (COSTA, 2013, p.46).

Essa verdade foi produzida politicamente pelos governantes, para fazer a cultura norte-americana ocupar o lugar da cultura europeia no Brasil, por meio do projeto imperialista de dominação cultural, política e financeira, sendo reforçado pelos intelectuais da época (emissários da nação), através de publicações nas revistas,

manchetes de jornais e opúsculos, como a publicação do livreto apócrifo denominado “Guia do Capoeira ou Gymnástica Nacional”. Nota-se que a mídia exerceu um papel fundamental na construção da ideia de posicionar e reposicionar o indivíduo em um lugar de privilégio e desprivilegio na sociedade, exercendo seu poder. Esse mesmo papel da mídia, ao tentar descolar a capoeira deste lugar de desprivilegio, acontece, por exemplo, em publicações de obras literárias do escritor Jorge Amado, no romance “Tenda dos Milagres”, em que denuncia sem veracidade ao leitor, a forma na qual a capoeira era reprimida no início do século XX.

Outros autores como Moura apud Soares (2012), com sua entrevista na “Revista da Semana”, em 1921, e Raul Pedreira, com seu artigo “A Defesa Nacional”, no mesmo ano, saem em defesa da capoeira para enquadrá-la à ideia de exercício físico para ser aceita socialmente, como acontece na reportagem publicada no jornal “Rio Sportivo”, onde o autor argentino Adolfo Morales de Los Rios filho, defende as ideias nacionalista de incorporação da capoeira ao mundo dos esportes. (SOARES, 2012). Essa ideia inspirou a produção do livro de Anníbal Burlamiqui⁶, onde o autor expõe aquilo que a sociedade deveria aceitar como verdade ao expô-la como prática de exercício físico. A capoeira atenderia ao projeto de disciplinarização e regulamentação da sociedade, com o aval dos intelectuais, ao garantir a verdade em suas publicações trazidas, em seus discursos, a associação entre exercício físico e a formação de um corpo dócil e útil” (BURLAMIQUI, 1928, p. 7).

A capoeira torna-se um prato cheio para alimentar a continuação do projeto iniciado no século XIX que dessa vez sofreu mudanças de paradigmas devido à assunção do Presidente Getúlio Vargas. Essa produção de verdades influenciou o corpo social, fazendo com que a capoeira fosse saindo do lugar de clandestinidade e passar a ser exaltada enquanto “manifestação oriunda do povo (...), e um saber que deverá ser preservado ao invés de perseguido”. (COSTA, 2013, p.52) Surge então, a luta Regional baiana, em Salvador, conhecida como Capoeira Regional, criada pelo Mestre Bimba, divulgada por participar de competições nacionais envolvendo outras lutas.

Busca-se, a partir daí, desconstruir uma verdade e construir outra, que não é mais aquela de representatividade negativa como aconteceu durante o século XIX. Esse mecanismo de poder é representado nas disputas entre capoeiristas e praticantes de outras lutas para ocuparem um lugar nos noticiários, pois a vitória de “um capoeira” sobre um lutador de um esporte reconhecido mundialmente, proporcionaria a condição de poder, ocupar o lugar de aceitação e representatividade nacional diante o lugar no qual a capoeira foi colocada. Assim, aumenta-se a participação de indivíduos pertencentes às classes sociais mais favorecidas.

Ocorre uma reviravolta entre os praticantes no sentido de reorganizar a prática, onde O Mestre Bimba, em 1937, em Salvador, funda o Centro de Cultura Física e Luta Regional para ensinar elites econômicas, políticos, militares e universitários,

6 Gymnastica nacional (capoeiragem): methodisada e regrada. Rio de Janeiro: o autor, 1928.

para obter uma maior aceitação social após seu processo de institucionalização e nacionalização, de acordo as regras das instituições esportivas. O projeto de nacionalizar e controlar, durante a gestão de Vargas, apoiando o povo através das lutas, artes marciais e esportes, minimiza ou destitui a capoeira de suas origens africanas (SILVA, 2003, p.88). A capoeira adquire notabilidade social e não é citada no novo decreto-lei de 1940, que institui o novo Código Penal brasileiro, o qual modifica o código penal da República Velha. Ainda que sua liberação não ficasse explícita, o novo código assegurou que os intelectuais produzissem e enunciassem a liberação de sua prática.

Isso desencadeou, em 1941, a publicação do decreto-lei n^o 3.199, que estabelece as bases da organização dos Desportos no Brasil. A partir disso, é fundado o Departamento Nacional de luta Brasileira (Capoeiragem), sendo o primeiro reconhecimento oficial, assim como a publicação do livro, “Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem”, em 1945, do professor Inezil Penna Marinho e o Estabelecimento de critérios para a prática desportiva da capoeira expedida pelo Conselho Nacional de Desportos, em 1953. Mesmo sem nenhum registro que se tratava diretamente da legalização da capoeira, e após a proibição de sua prática ter perdurado 50 anos até a sua nomenclatura se ausentar do novo Código Penal, muitos pesquisadores ainda consideram que o episódio ocorrido em 1953, em que o Mestre Bimba apresenta seu trabalho a Getúlio frente ao palácio do governo, em Salvador, isenta de vez a capoeira do lugar de proibição, marginalização e criminalização. Isso se deve ao fato de que, naquele instante, o Presidente se pronunciava, afirmando que a capoeira “é o único esporte genuinamente brasileiro” por colaborar e seguir a proposta de disciplinarização e controle.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As verdades produzidas e distribuídas nos discursos durante o século XIX se sustentaram na razão positivista, que fundamentaram a continuidade de uma “luta de raças”, levando a capoeira ao lugar de proibição e criminalização por meio de Decretos e Posturas favoráveis aos soberanos, os quais institucionalizaram o mecanismo de poder disciplinar para vigiar e punir as práticas sociais. A capoeira, portanto, estava situada de fora dessa “racionalidade” imposta, com auxílio das leis, para padronizar e encaixar o indivíduo no rol da “docilidade” e “utilidade”, conforme o lugar de ocupação do sujeito nessa sociedade disciplinar.

Essas verdades preservam, ainda, a ideia deturpada de “luta de raças” toda vez que há apenas uma compreensão do ponto de vista étnico, já que essa interpretação reforça o pensamento de que a capoeira deve ser vista a partir de um referencial em que exista apenas uma raça superior a outra. Dessa maneira, essa contradição é reforçada pelo mecanismo de Biopoder, onde a soberania que dava o direito de

“fazer matar” e “deixar morrer” é substituída por este dispositivo de “deixar viver”, porém “viver” conforme aquilo que representasse o total controle nacional. Com isso, a capoeira não mais representou uma ameaça social, já que a desconstrução das verdades, no século XX, as quais tentaram colocar a capoeira no lugar de prática corporal institucionalizada, cuja “representatividade nacional” a recolocaria, através da mídia, em outro lugar, distante daquele contexto vivificado no século anterior. Contudo, o mesmo dispositivo de poder que tentou “varrer” a capoeira das ruas e do lugar de criminalidade, foi o mesmo que tentou tirá-la da clandestinidade, e, portanto, criar outros meios de engendrar o controle do indivíduo através de seu próprio corpo, em meio essa engrenagem que se manteve útil e resistível nesses dois séculos.

REFERÊNCIAS

BURLAMAQUI, A. **Gymnastica nacional (capoeiragem): methodisada e regrada**. Rio de Janeiro: o autor, 1928.

COSTA, Neuber Leite. **Capoeira, Política Cultural e Educação**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2013.

CRUZ, Andréa Mendonça Lage da. **A capoeira e o seu jogo de significados**. 1996. 267f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio. **Mídia e Rede de Memória**. – Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000. FOUCAULT, M. *Il Faut Défendre la Société*. Paris: Gallimard, 1997).

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003. (FOUCAULT, Michel. *La vérité et les formes juridiques*. Cadernos da PUC, Rio de Janeiro, n. 16, pp. 5- 133, jun. 1974. (Conferências de Michel Foucault na PUC-Rio de 21 a 25 de maio de 1973).

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1977. (FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, (1975.)

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

HOLLOWAY, Thomas. (a) **“O saudável terror: a repressão policial aos capoeiras e a resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”** IN: Caderno de Estudos Afro-Asiáticos, no.16. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 1989.

MARINHO, Inezil P. **A ginástica brasileira (resumo do projeto geral)**. Brasília, 1982. Apud (LUCENA, Ricardo, a capoeira e o esporte.

MORAES FILHO, Mello. **“Capoeiragem e capoeiras célebres”** IN: Festas e tradições populares. S50 Paulo: EDUSP/ITATIAIA, 1979.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. **A capoeira: de —doença morall à —gymnástica nacionall**. Revista

História, São Paulo, n. 129-131, p. 221-235, ago.-dez. 1993 a ago.-dez. 1994.

REGO, Waldeloir. **Capoeira angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Editora Itapuã, Coleção Baiana, 1968.

SOARES, C.E.L. **A negregada instituição, os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1994. P.282.)

VAZ, 2005. Jornal Eco...apud **Capoeira/Capoeiragem no Maranhão** LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ [30/09/2005]).

A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gabriel da Silva Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História – Unisinos.

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

RESUMO: Em 2018, completou-se 30 anos da primeira edição da obra “Por uma História Política”, organizada por René Rémond, possibilitando a renovação deste gênero histórico por muito tempo marginalizado. Se antes a história política era vista como factual e idealista, atualmente abriram-se novas possibilidades de pesquisa. Ao invés da exaltação aos grandes personagens históricos, a nova História Política traz outros temas a serem trabalhados, como o processo eleitoral, partidos políticos, a opinião pública, mídia, intelectuais e suas ideias políticas, discursos, além de problematizar as biografias de personagens históricos e políticos. Como exemplo, o artigo mostra algumas possibilidades de novas interpretações acerca dos governos de Vargas e Lula.

PALAVRAS-CHAVE: História política. Discursos políticos. Nacionalismo.

THE POLITICAL HISTORY AFTER 30 YEARS OF PUBLICATION ORGANIZED BY RENÉ RÉMOND: CURRENT POSSIBILITIES OF RESEARCH HAVING OBJECTS GETÚLIO VARGAS AND LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

ABSTRACT: In 2018, 30 years of the first edition of the work "For a Political History", organized by René Rémond, was completed, making possible the renewal of this historical genre for a long time marginalized. If political history was once seen as factual and idealistic, new possibilities for research have now opened up. Instead of exalting the great historical figures, the new Political History brings other themes to be worked out, such as the electoral process, political parties, public opinion, media, intellectuals and their political ideas, speeches, as well as problematizing the biographies of historical characters and politicians. As an example, the article shows some possibilities of new interpretations about the governments of Vargas and Lula.

KEYWORDS: Political history. Political speeches. Nationalism.

1 | INTRODUÇÃO

Neste ano de 2018, completam-se 30 anos da publicação da primeira edição da obra “Por uma História Política”, organizada por René Rémond. Publicação esta que possibilitou o retorno deste gênero histórico que por décadas foi posto à margem da construção historiográfica, não sem razão, pois foi preciso revisitar seus objetos de pesquisa,

fontes e métodos. Antes a história política era vista, conforme afirma Remond (2003, p.18), como “factual, subjetivista, psicologizante, idealista”, reunindo “assim todos os defeitos do gênero de história [...]”. Isto porque ela era uniformemente narrativa, escrava do relato linear, uma obra mais próxima da literatura do que do conhecimento científico. Após a publicação da obra destacada abriram-se novas possibilidades de pesquisa. Atualmente, conforme Domingos, Batistella e Angeli (2018, p. 7), em obra intitulada Capítulos de História Política, “não é mais necessário o embate pela afirmação da História Política como uma importante vertente historiográfica”. Definida por Rémond (2003, p. 29) como uma ciência-encruzilhada, a História interage com outras disciplinas, como: “sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, lingüística, matemática, informática, cartografia e outras [...]”. Portanto, ao invés da exaltação aos grandes personagens históricos de abordagens de outrora, a História Política revista por Rémond e seus demais autores sugere trabalhar com os mais variados temas, como o processo eleitoral, partidos políticos, a opinião pública, mídia, intelectuais e suas ideias políticas, discursos, além de problematizar as biografias de protagonistas políticos.

O autor identifica esta retomada da História Política a partir da crise no modelo liberal. A partir desta crise, ampliaram-se as atribuições do Estado, com o desenvolvimento de políticas públicas, voltando a ser considerada a influência da política sobre o destino de indivíduos e povos, em que apenas dados econômicos seriam insuficientes para compreensão.

Com a renovação da História Política, Remond constata a ampliação de seu campo, através do contato com outras áreas de conhecimento, como a psicanálise, linguística, cartografia, entre outras, possibilitando, por exemplo, pesquisas orientadas para análise do discurso, pesquisas de opinião, etc.

Em especial, destaca-se o uso de análises dos discursos para além do campo linguístico, mas associado ao contexto. Cláudia Wasserman chamou a atenção para a eficácia dos discursos políticos para a legitimação de políticos frente às massas, em que a linguística tem grande importância para analisá-los:

Em certas situações, como por exemplo, numa crise de hegemonia política, os discursos oficiais, enunciados por políticos experientes e cuja linguagem tenta uma aproximação com as massas, são muito mais eficientes do que as imagens esculpidas no monumento erigido em praça pública (WASSERMAN, 2002, p. 14).

O presente trabalho se propõe a analisar um dos discursos proferidos por Luiz Inácio Lula da Silva, então Presidente da República, feito no dia 31 de agosto de 2009, durante o ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do pré-sal e disponível no Portal da Biblioteca do Planalto. Neste trabalho, serão vistos de forma breve, como nacionalismo e desenvolvimentismo de manifestam no discurso, bem como a aproximação com o outro personagem proposto como objeto de análise: Getúlio Vargas. Apresentar-se-ão os dois personagens no

decorrer do trabalho.

2 | NOVAS POSSIBILIDADES DE PESQUISAS EM HISTÓRIA POLÍTICA: AS PALAVRAS

A obra “Por uma História Política” é organizada por René Rémond, lançada em 1988. Ela traz quatorze capítulos, com autores diversos, em que se reflete sobre os novos temas, fontes e metodologias para o estudo da História Política. Entre estes capítulos, destaca-se o de número dez, intitulado “As Palavras”, de autoria de Antoine Prost.

Neste capítulo, o autor discorre sobre o uso da linguística para os estudos históricos, sobretudo dos discursos políticos. Após tratar acerca de aferições quantitativas feitas por ramos da linguística, como a estatística léxica, com suas limitações e vícios, Prost busca elencar métodos que seriam mais eficientes para o trabalho do historiador, sem excluir os anteriores. Antes de mais nada, é preciso entender o discurso como um ato. Prost (2013, p. 317) afirma que:

[...] para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos ou posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições. Dizer é fácil, e a linguística, fazendo o historiador compreender isso, devolve-lhe a questão do sentido histórico desses atos particulares.

Entre outros autores que também contribuem para esta reflexão, destaca-se o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), que afirma que os discursos políticos são produzidos conforme as disputas por representações, na luta pelo poder simbólico entre os sujeitos políticos. Desta forma, nenhum discurso político carrega em si uma verdade absoluta. A legitimidade de um discurso não se encontra no conteúdo em si, mas depende do poder simbólico que acumula, da capacidade de atingir a quem lhe interessa e de atender suas aspirações.

Neste sentido, Prost diz que os enunciadores estabelecem estratégias discursivas, que seriam a: “[...] maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles (PROST, 2003, p. 321).

Antoine Prost ressalta o quanto a História tem a ganhar com a utilização da linguística, longe das análises quantitativas da estatística léxica, pois considera o discurso como um ato do personagem, colocando-o em cena: “[A abordagem linguística] Revela o texto como colocação de personagens em cena, campo fechado onde se confrontam estratégias discursivas: o discurso como ato, mesmo como ato de violência.” (PROST, 2003, p. 322).

Para de efetuar uma análise linguística acerca de discursos políticos, o autor diz que o historiador deve primeiramente delimitar seu corpus, que é o conjunto de textos

definidos de textos que serão analisados de forma sistemática.

Por fim, conclui o autor que:

[...] a linguística alarga incontestavelmente o horizonte dos historiadores. Ela faz os textos perderem sua transparência referencial; dissolve a evidência das significações imediatas. Dá aos textos uma consistência própria e multiplica as questões que lhes colocam (PROST, 2013, p. 325).

Ou seja, as palavras também passaram por novas possibilidades de exames e análises, o que resulta no enriquecimento do olhar do historiador e, conseqüentemente, do seu estudo.

3 | NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTISMO

Anderson (2007) explica que a língua e o território são elementos geradores e sustentadores de uma tradição cultural comum que, por consequência, desenvolvem um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de um grupo, uma coesão protonacional. Esta ligação se efetiva através de representações simbólicas ou, de acordo com Anderson, de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1989).

Hobsbawm (2013), afirma que as nações não são tão antigas como a história e que seu sentido moderno é do século XVIII. Além do mais, defende que as nações são formadas pelos nacionalismos, não o contrário, como faz pensar a historiografia nacionalista. O autor aponta que a tentativa de definir nação e nacionalismo através de critérios objetivos, como língua, etnicidade ou qualquer outro, são insuficientes, pois estes são ambíguos, mutáveis, opacos e inúteis para fins de orientação. Complementa Hobsbawm (2013), que as nações são fenômenos duais, construídos tanto pelo alto, como de baixo, através das esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns. Apesar disto, esta consciência nacional ocorre de forma desigual entre grupos e regiões de um país, sendo as massas populares geralmente as últimas afetadas por tal sentimento.

A Primeira Guerra Mundial tem papel importante na construção e difusão de sentimentos nacionalistas, afinal, conforme Hobsbawm (2013) já afirmou, um conflito é importante para “unir” uma nação. Este autor escreve ainda que o surgimento da comunicação de massas, através da imprensa, cinema e rádio, e a massificação do esporte são elementos fundamentais para a difusão dos símbolos nacionais na vida cotidiana e para o desenvolvimento de sentimento de pertencimento a uma nação. É do mesmo período a noção de economia nacional, expressão deste nacionalismo como forma de superar a crise do liberalismo econômico.

Nações e nacionalismos são temas sensíveis a serem trabalhados, por isso o historiador deve fazer uma leitura crítica das suas fontes, com certo distanciamento do tema, pois, conforme Hobsbawm (2013, p.22) “nenhum historiador sério das nações e

dos nacionalismos pode ser um nacionalista político comprometido”.

Já sobre o desenvolvimentismo, o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca explica que: “o termo teórico desenvolvimentismo é comumente usado para nomear tanto um fenômeno da esfera do pensamento como um conjunto de políticas econômicas concatenadas entre si” (FONSECA, 2015, p. 38). Resumidamente, o núcleo comum do desenvolvimentismo seria: “a defesa: (a) da industrialização, (b) do intervencionismo pró-crescimento e (c) do nacionalismo” (FONSECA, 2012, p. 21-2). O autor ainda afirma que o desenvolvimentismo pode ser entendido como uma ideologia ligada a um projeto de governo, cuja principal tarefa é o desenvolvimento econômico, tendo como objetivo industrialização do país (FONSECA, 2012).

4 | APRESENTANDO OS PERSONAGENS

Se pudermos indicar os personagens históricos mais marcantes do Brasil para os séculos XX e XXI, existe grande possibilidade de consenso em dois nomes: Getúlio Vargas e Luiz Inácio Lula da Silva. Os critérios, porém, não seriam tão consensuais. Tanto um como o outro movem/moveram multidões e despertam/despertaram sentimentos diversos, que vai desde a idolatria e exaltação, até o ódio e repulsa. Vargas foi uma presença ativa no passado, mantendo no presente, através do seu legado, uma presença simbólica. Lula é uma presença ativa no presente, já que permanece no centro das discussões políticas do país, porém seu passado é simbólico, em função da representação do que foi: um nordestino retirante que, ao longo da sua trajetória, foi líder sindical, se tornou a esperança de mudanças para milhões, até ser efetivamente eleito presidente, pondo a prova toda a expectativa de décadas de espera. Ambos, portanto, eram/são produtos de manifestações movidas pela emoção, cabendo aos historiadores a análise crítica do que foram seus governos. Estudar estes personagens é transitar por todos estes espectros e procurar entender as dinâmicas que levaram à construção do Estado brasileiro.

Getúlio Vargas é um personagem ambíguo. O historiador Jorge Ferreira (2012) afirma que existiram vários Getúlios. O autor ainda ressalta que tem razão, mas não toda, quem diz que Vargas foi perseguidor implacável de comunistas e integralistas, admirador do fascismo, portador de ampla propaganda enaltecendo sua imagem e que controlou e cerceou o movimento sindical. Assim como também têm razão, mas não inteiramente, aqueles que dizem que Vargas foi o líder nacionalista, criador da Petrobrás, da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional e no CNPq, que foi um reformador social, criador de leis trabalhistas, elevando os trabalhadores assalariados urbanos à categoria de cidadãos. Ferreira conclui que Vargas foi tudo isso ao mesmo tempo. O economista e cientista político Luiz Carlos Bresser-Pereira (2012) ressalta que, no ano de 2007, o jornal Folha de S. Paulo convidou duzentas personalidades brasileiras para escolherem os maiores brasileiros

de todos os tempos, sendo que Getúlio Vargas foi o mais votado. O suicídio de Getúlio, em 1954, foi uma saída trágica do governo, e da vida, mas determinante para que entrasse definitivamente para a história, sentença profetizada na sua carta-testamento. Por estes motivos, Vargas ainda hoje é objeto de inúmeros estudos.

Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo atualmente preso lidera praticamente todas as pesquisas de intenção de voto em que aparece o seu nome para eleições presidenciais deste ano de 2018. A trajetória política de Lula se inicia no processo de redemocratização, no final da década de 1970, em que desponta como a principal liderança no movimento sindical, que culmina com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, que aglutinou boa parte da esquerda. Desde o princípio, Lula é uma das grandes figuras públicas do partido, referendando-o para representá-lo na primeira eleição direta para Presidente da República após o Regime Civil-Militar, em 1989. O pleito teve 22 candidatos a presidente, que contava com nomes conhecidos no cenário político do país, como Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf e Ulisses Guimarães. Lula supera estes nomes e vai para a disputa do segundo turno, tendo como adversário Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, construído midiaticamente como o “Caçador de Marajás”, que acaba por ser eleito. Nas quatro eleições seguintes, Lula é candidato novamente, sendo derrotado em 1994 e 1998, eleito em 2002 e reeleito em 2006. Em 2010, Lula consegue eleger a candidata de seu partido, Dilma Rousseff, que se reelege em 2014, sendo destituída em 2016, após sofrer um processo de impeachment.

Os governos de Lula foram marcados por contradições, expectativas não cumpridas, escândalos de corrupção, mas também por ações afirmativas, como na área social e educacional, e na superação (seja intencional ou beneficiado por cenário internacional favorável, seja total ou parcialmente) da crise econômica do final da primeira década do século XXI. Atualmente, o PT vive uma aguda crise interna, em que militantes históricos, incluindo o maior deles, estão presos ou envolvidos em investigações, havendo pouca renovação em suas figuras públicas. Talvez estes fatores auxiliem a explicar porque Lula ainda permanece no topo do cenário político.

No período do governo democrático de Vargas, a UDN fazia forte oposição, polarizando a disputa, que se caracterizou em um embate entre “nacionalistas versus entreguistas”. Martins (2008) chama a atenção para o caráter pejorativo do termo “entreguista”, que era atribuído pelos nacionalistas aos que defendiam a exploração do petróleo pelo capital estrangeiro, enquanto os nacionalistas defenderiam o monopólio estatal. O autor também ressalta que as intenções iniciais de Getúlio com a criação da Petrobrás, era abrir a exploração pelo capital estrangeiro e que a ampla campanha popular “O Petróleo é Nosso” o fizera recuar, a partir de 1952. Inclusive a própria UDN, abandonou o liberalismo em defesa do monopólio nacional do petróleo, o que Vargas qualificou como falso nacionalismo, de acordo com Martins.

No segundo mandato de Lula, o petróleo também esteve frequentemente presente nos discursos presidenciais. Desta vez o mote foi a descoberta de petróleo

na camada do pré-sal e a autossuficiência. No dia 07 de setembro de 2008, Lula fez um pronunciamento de rádio e TV pelo dia da Independência, em que anunciou o início da exploração das jazidas de petróleo nesta camada, afirmando que tal fato colocará o país como um dos maiores produtores do mundo. Declarou ainda que as receitas oriundas desta exploração serão investidas majoritariamente na educação e na erradicação da pobreza. Em 31 de agosto de 2009, Lula lançou o marco regulatório para a exploração do pré-sal e o discurso proferido neste lançamento que será analisado, ainda que neste momento de forma superficial.

5 | ANÁLISE DO DISCURSO ELENADO

Conforme já explicitado, para este trabalho o discurso de Lula que foi analisado foi o proferido no dia 31 de agosto de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, DF. O pronunciamento foi alusivo ao ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do pré-sal.

Inicialmente, é possível constatar algumas autoridades presentes no ato e quais denotavam maior importância, de acordo com a forma com que foram saudadas. De acordo com estas saudações realizadas, estavam presentes a primeira-dama, deputados, senadores, ministros de Estado, membros dos Tribunais Superiores, governadores, prefeitos, diplomatas, além dos então presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e do BNDES, Luciano Coutinho. Além destes últimos, foram citados nominalmente a primeira-dama, Marisa Letícia, os presidentes do Senado, José Sarney, da Câmara dos Deputados, Michel Temer, a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Algumas citações são protocolares, como os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, ou do Ministro de Minas e Energia, cuja pasta tem ligação com o motivo da cerimônia, assim como o presidente da Petrobras. Outras, o destaque parece ser deliberado, como a primeira-dama, Marisa Letícia, que dá a ideia de família sempre presente, e da então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, já na ocasião sendo preparada a sua candidatura para as eleições do próximo ano.

Lula se refere a todos estes como *“Minhas amigas e meus amigos”*, o que se repete durante todo o discurso, enfatizando a proximidade com os interlocutores. O presidente chama aquele momento como *“um dia histórico”*. Explica que está enviando ao Congresso Nacional a proposta de um marco regulatório para exploração do petróleo e gás no pré-sal e que conta com a contribuição de deputados, senadores, governadores e prefeitos, *“trabalhando com responsabilidade, espírito público”*. A partir deste momento, Lula faz um chamamento ao povo para participar deste processo:

“Estou seguro também de que o povo brasileiro entrará de corpo e alma nesse debate tão importante para o destino do Brasil e para o futuro dos nossos filhos. [...] quero convocar cada brasileiro e cada brasileira a participar deste grande debate. Trabalhadores, donas de casa, lavradores, empresários, intelectuais, cientistas,

estudantes, servidores públicos, todos podem e devem contribuir para que tomemos as melhores decisões”

Após se tem um momento em que ele explica o que é o pré-sal, manifestando o significado desta descoberta de maneira contraditória. Num primeiro instante não dá qualquer certeza do quanto significa tal descoberta em quantidade de barris de petróleo, para logo em seguida dizer que a exploração destas novas jazidas *“com toda a segurança”*, impulsionará o Brasil entre os maiores produtores do mundo.

Em seguida, Lula caracteriza o pré-sal como *“uma dádiva de Deus”*, *“um bilhete premiado”*, para um país com um *“regime político estável”*, *“instituições democráticas em pleno funcionamento”*, *“um país pacífico”*, com *“uma economia sofisticada”*, *“um parque industrial diversificado”*, *“agropecuária de ponta”* e *“setor de serviços modernos”*.

Elenca, também, os principais pontos das diretrizes contidas do documento entregue ao Congresso, para evitar com que se caia *“na tentação do dinheiro fácil e rápido”*, que pode transformar a dádiva *“numa verdadeira maldição”*.

São três as diretrizes: que o petróleo pertence *“ao povo e ao Estado”*; que se deve *“agregar valor ao petróleo [...] exportando derivados”*; e não se *“deslumbrar e sair por aí, como novos ricos, torrando dinheiro em bobagens”*. E sentencia: *“O pré-sal é um passaporte para o futuro”*.

Do futuro promissor, Lula passa a se referir ao passado inglório a que o país precisou enfrentar. O passado em questão é *“1997, quando foi aprovada a Lei 9.478, que acabou com o monopólio da Petrobras na exploração do petróleo e instituiu o modelo de concessão”*. Intitula os agentes destas mudanças como *“adoradores do mercado”*, que também denominaram a Petrobras como *“um dinossauro”*, *“o último dinossauro a ser desmantelado no país”*. Luiz Inácio exalta *“a forte reação da sociedade”*, que freou parte das mudanças que se buscava naquela época. Nota-se que não usou o termo “povo”, mas “sociedade”, que dá uma ampliação na abrangência do termo.

Ainda na contextualização deste *passado inglório*, cita a alta taxa de juros, de desemprego, elevada dívida externa, baixo valor do preço do barril de petróleo, US\$ 19. Em seguida, descreve o *presente redentor*, *“um quadro bem diferente”*, com crescimento econômico, queda no desemprego e das taxas de juros, pagamento da dívida externa pública, investimentos na Petrobras e a elevação do preço do barril para US\$ 65.

Após uma larga explicação sobre modelo de partilha e a criação da nova estatal, a Petrosal, Lula aparentemente percebeu o cansaço da plateia e inclui uma frase sem qualquer conexão com o restante do texto: *“Se vocês estão cansados, imaginem eu”*. Estas estratégias discursivas são usadas para que se tente retomar a atenção dos ouvintes. E justamente a partir deste momento, Lula passa a tratar com mais intensidade o futuro promissor do país, denominando o Fundo Social criado com os recursos do petróleo de *“mega-poupança, um passaporte para o futuro”*, para assim

“pagar a imensa dívida que o país tem com a educação”, “a nossa maior garantia do nosso futuro”.

Ao final do discurso, chama a atenção algumas “homenagens” feitas pelo presidente Lula *“Os que acreditaram quando era mais fácil descrever. E não deram ouvidos às aves de mau agouro”,* se referindo ao momento anterior à própria Petrobras, assim como com relação à próxima homenagem, em que homenageia *“Aos que se insurgiram contra a ladainha que proclamava que, mesmo que o Brasil tivesse petróleo, não teria competência para explorá-lo”.* Após, menciona:

“Aos que saíram às ruas em todo o país na campanha do ‘Petróleo é nosso’, levando o presidente Getúlio Vargas a instituir o monopólio estatal do petróleo e a criar a Petrobras. Foi uma batalha travada em condições duríssimas. Basta ler os jornais da época, alguns em circulação até hoje, que ridiculariza a campanha nacionalista. E eu digo: bendito nacionalismo, que permitiu que as riquezas permanecessem em nossas mãos.”

Nota-se uma tentativa de diferenciação com Getúlio quando afirma que este só instituiu o monopólio estatal do petróleo após pressão popular com a campanha “O Petróleo é nosso”, ao que nomeia de *“bendito nacionalismo”.* Ao mesmo tempo, ele denuncia o papel da imprensa da época que fez oposição a Vargas e a Petrobras. Lula não deixa de fora quem lutou para defender a Petrobras e aos trabalhadores:

“A todos que defenderam a Petrobras quando ela foi atacada ao longo de sua história [...] e aos funcionários e petroleiros que se mantiveram de pé quando a empresa passou a ser tratada como uma herança maldita do período jurássico.”

Após coloca o povo como protagonista do processo:

“É como se houvesse uma mão invisível – não a do mercado, da qual já falaram tanto, mas outra, bem mais sábia e permanente, a mão do povo – tecendo nosso destino e construindo nosso futuro”

Percebe-se que a estrutura do discurso fica mais clara quando ele é desmembrado. Trata-se de uma estrutura com tons nacionalistas. Este tom pode ser percebido no momento em que se atribui existência de um *passado inglório*, o que não significa que todo o passado o seja, mas que em algum momento estabeleceu-se um inimigo a ser combatido, de um *presente redentor* e de um *futuro promissor*. Neste caso, no *passado inglório* estão contidas as alterações feitas nas políticas de exploração do petróleo e na Petrobras em 1997, embora sem mencionar os nomes do autores, se tratava da política do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, se exalta o *presente redentor*, ou seja, as medidas que estão sendo tomadas por quem está no governo que estariam alterando esta lógica deixada pelo passado inglório. Feito isto, parte-se para a projeção de um *futuro promissor* que as políticas do presente redentor possibilitarão à população.

Ao mesmo tempo, realizar simultaneamente uma aproximação e um distanciamento com Getúlio Vargas. Aproxima-se na medida em que retoma ações

tomadas durante o segundo governo deste, em especial com a criação da Petrobras, reconhecendo a importância do petróleo na construção do desenvolvimento nacional. Desta forma, coloca-se como uma espécie de sucessor do desenvolvimentismo varguista. Mas ao realizar esta aproximação, também se distancia, conforme pode ser visto na ponderação que faz ao se referir ao processo de criação da estatal do petróleo. Lula atribui ao povo o papel de protagonista na pressão feita sobre o então presidente Getúlio para se garantir o monopólio estatal da exploração petrolífera.

6 | CONCLUSÃO

O exercício realizado neste artigo mostra algumas possibilidades de pesquisa atuais em História Política. Não sendo mais uma ferramenta de exaltação dos grandes líderes, este gênero histórico agora traz como possíveis fontes e objetos de análise aquilo fora relegado, como por exemplo analisar o que se encontra nas entrelinhas dos discursos.

No discurso em tela, percebe-se que Lula se utiliza da descoberta do pré-sal para tecer falas que legitimem suas ações e contribuam para a construção de seu capital político. Identifica o inimigo que é necessário derrotar, chama o povo para inserir-se no processo e traz a expectativa de progresso. Do mesmo modo, é possível perceber a aproximação e o distanciamento em relação a Getúlio Vargas. Uma figura polêmica, que Lula prefere manter reservas, mas que ao mesmo tempo se coloca como uma espécie de sucessor. Ou, mais do que isso, como uma nova etapa do nacional-desenvolvimentismo. Estes são elementos que dariam uma nova análise, mais densa e volumosa, mas necessária para o entendimento do pensamento político contemporâneo.

Este é um pequeno recorte que se pode fazer em relação aos discursos políticos. Com a Nova História Política, abriram-se possibilidades, inclusive utilizando-se de estatística léxica, se for necessário e possível de fazê-lo, porém não se limitando a esta.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. In: **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 91, nov. 2011.

ANGELI, Douglas S.; BATISTELLA, Alessandro e DOMINGOS, Charles S. M. (orgs.) **Capítulos de História Política: Fontes objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos (E-book), 2018.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth Bastos. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 361-454.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1960)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 93-120.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 295-322.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: A construção do conceito**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

_____. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 21-49.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 69-92.

_____. (Org.). **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A Última Hora na criação da Petrobrás: disputas ideológicas e a relação imprensa e a política no segundo governo Vargas. In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.31, 2008. <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia05/texto05.pdf>>, acesso em 06/10/2017.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, 2ª ed.

NEVES, Lucília de Almeida. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)**, São Paulo: Marco Zero, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011, 3ª reimp.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003 2ª Ed, p. 295-231.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003 2ª Ed.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do Populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

WASSERMAN, Claudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)

Nora de Cassia Gomes de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB-
Campus V)

Santo Antonio de Jesus - Bahia

RESUMO: Durante os seis anos em que O Conselho Geral da Província da Bahia esteve em atividade, de 1828 até 1834, por ele passaram 47 conselheiros entre efetivos e suplentes, que tiveram a oportunidade de conhecer e decidir sobre assuntos e lugares que estavam a cargo das câmaras municipais. Nesse artigo pretendemos apresentar quem foram esses membros da elite política da Bahia, que se destacaram no conjunto da sociedade e ocuparam espaços de poder que lhes permitiram o aprendizado e o exercício da política. E ainda, discutir como os estudos sobre esse espaço ampliaram o conhecimento sobre o Brasil do século XIX, em diferentes níveis de organização do Estado, e contemplaram um momento da história da Bahia ainda lacunar, qual seja, o período entre o pós-independência e a Regência.

PALAVRAS-CHAVE: Elites políticas, Conselho Geral de Província, Bahia.

THE POLITICAL ELITE OF BAHIA IN THE
19TH CENTURY: THE MEMBERS OF THE
GENERAL COUNCIL OF THE PROVINCE
(1828-1834)

ABSTRACT: During the six years in which the General Council of the Province of Bahia was active, from 1828 to 1834, there were 47 councilors (including (regulars and substitutes) who had the opportunity to learn and decide about the topics and places in the charge of the municipal councils. In this article we intend to examine these members of the political elite of Bahia who stood out from the whole of society and occupied spaces of power that allowed them to learn and practice politics. Further, we discuss how studies of this space expand our knowledge of 19th century Brazil, at different levels of state organization, and contemplate a little-known moment in the history of Bahia -- the period between post-independency and the regency.

KEYWORDS: Political elites, the General Council of the Province, Bahia, Empire.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os Conselhos Provinciais – Conselho de Governo e Conselho Geral de Província- tem permitido ampliar as discussões sobre a participação das províncias na construção do Estado Nacional e colocar em evidência outros espaços de poder que não sejam as Câmaras Municipais ou as Assembleias Provinciais.

Esses Conselhos foram instituídos em tempos e legislações diferentes e têm especificidades de composição, atribuições e atuação política distintas. Sua organização e funcionamento garantiram às elites políticas das províncias a possibilidade de interferir em decisões de âmbito provincial e, mais tarde, chamar para si a responsabilidade de tomar as próprias decisões de forma autônoma e independente, guardados os limites definidos na legislação.

O Conselho de Governo -CG- foi instituído pela Lei de 20 de outubro de 1823, portanto, antes da aprovação da Constituição de 1824. Era um órgão consultivo do presidente da província e, por isso mesmo, também referenciado como Conselho da Presidência. O outro era o Conselho Geral da Província ou Conselho Provincial-CGP-, definido na Constituição de 1824, com regulamento próprio e independente do presidente da província e que, a partir do Ato Adicional de 1834, daria origem às Assembleias Provinciais. Essa distinção é importante porque, não raras vezes, essas instituições são referenciadas de forma que dá margem a alguma confusão.

Essas novas instituições constituíram-se como espaços ocupados pelas elites políticas que atuaram para garantir a unidade territorial e a centralização do Estado, porém sem abrir mão de seus interesses e da condição de intervir nos assuntos das províncias. O estudo do Conselho Geral da Província da Bahia permite conhecer um pouco mais o interior da província e, através da atuação de seus representantes, entender as decisões em relação às posturas, prestações de contas, pareceres e representações. Por isso, entendemos que o CGP se constitui como um espaço político importante e que possibilita, através do estudo da composição dos seus membros e de suas decisões políticas, ampliar o conhecimento sobre as elites políticas baianas que atuaram no Primeiro Reinado e na Regência.

Sabemos que o uso do termo elite é polêmico e criticado por sua imprecisão conceitual. Mas, parece-nos apropriado para o estudo de um grupo social restrito, que se destacou do conjunto da sociedade e ocupou espaços de poder que lhe permitiu o aprendizado e o exercício da política, credenciando-o para ocupar outras instâncias além da esfera local, representada pelas Câmaras Municipais (STONE, 2011; CARVALHO, 2009).

O caminho escolhido para conhecer essa elite foi a construção da biografia coletiva. Essa metodologia é adequada para o estudo de um grupo de sujeitos históricos perfeitamente identificáveis e bem documentados, relativamente pequeno, com atuação delimitada entre os anos de 1828 a 1834, durante a vigência do Conselho Geral (STONE, 2011; BURKE, 1991). A partir da definição de elementos comuns, como o local de nascimento e origem familiar, as relações sociais e políticas estabelecidas, considerando a participação em instituições e cargos ocupados nas vilas e nas várias esferas de governo, o tamanho e origem da riqueza individual e a formação educacional, pudemos entender o lugar social e a atuação política desses representantes, no contexto da Bahia, no início do século XIX.

Na ocasião da ruptura com o Estado português, parte da elite baiana aqui

apresentada vivenciou o momento de organizar e comandar as forças armadas locais para expulsar o inimigo, e participou das primeiras iniciativas embrionárias de um governo, primeiro com o Conselho Interino, depois com as Juntas de Governo, capaz de manter a unidade territorial, e comprometida com a construção de um novo Estado. Esses sujeitos não constituem a totalidade daqueles que estiveram na posição de decidir politicamente, uma vez que muitas de suas deliberações necessitavam da aprovação de instâncias superiores, como a Assembleia Geral ou mesmo o Governo central, mas se apresentam como uma amostra significativa na medida em que ocuparam, também, às vezes, concomitantemente, vários cargos políticos, instituídos antes e após a independência.

A presença repetida nos lugares de poder indica que esses homens se empenharam no fortalecimento das instituições que representavam poder e prestígio para aqueles poucos que as ocupavam. Certamente, dentre as instâncias políticas, o Conselho Geral de Província se apresentava como uma esfera capaz de congregar uma representação provincial, pelo menos em tese, mais ampla do que outras instituições. Até o funcionamento do Conselho Geral de Província, em 1828, as principais instituições de representação política eram as Câmaras, em nível municipal, com a variação de 5 a 7 vereadores; o Conselho de Governo, em nível provincial, com 6 membros; a Assembleia Geral e o Senado, em nível nacional, com 100 deputados e 49 senadores. A Bahia possuía 13 deputados e 6 senadores. (CASTRO, 1984, SOUSA, 2013, OLIVEIRA, 2017). Além disso, o CGP se constituiu como espaço de experiência política capaz de projetar seus membros para atuação em esferas de caráter nacional, assim como fortalecer o poder nas províncias. Por isso, o elegemos como *locus* privilegiado para a elaboração do perfil de um grupo, cuja maioria de seus membros esteve engajada no processo de ruptura com o governo português e se manteve comprometido e atuante na construção de novo Estado que garantisse às províncias espaço de atuação.

O CGP era composto por 21 representantes, mas durante sua vigência, de 1828 a 1834, tomaram assento 47 Conselheiros, entre efetivos e suplentes, conforme apresentamos no quadro 1.

Nº	Condição eleitoral	CONSELHEIRO	1ª sessão 1828-29	2ª sessão fev. a maio 1830	3ª sessão nov. a fev. 1830 - 1831	4ª sessão nov. a fev. 1831-32	5ª sessão nov. a fev. 1832-33	6ª sessão nov. a fev. 1833- 1834
1	Supl.	Antonio Augusto da Silva		x				
2	Efet.	Antonio Calmon Du Pin de Almeida	x	x				
3	Supl.	Antonio Pacheco de Almeida Ceslau		x				
4	Efet.	Antonio Pereira Rebouças			x	x		
5	Supl.	Antonio Policarpo Cabral		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.

6	Supl.	Antonio da Silva Teles		x				
7	Supl.	Antonio Teixeira de Freitas Barbosa	x	x				
8	Efet.	Antonio Vaz de Carvalho	x	x				
9	Supl.	Bento de Araújo Vilas Boas		x				
10	Efet.	Cristovão Pessoa da Silva			x	x	x	x
11	Supl.	Felipe Manuel de Castro			x	x	x	x
12	Efet.	Francisco Antonio de Souza Uzel	x		x	x	x	
13	Efet.	Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque		x				
14	Efet.	Francisco José Lisboa	x	x				
15	Supl.	Francisco Marcelino Gesteira			x	x	x	x
16	Efet.	Francisco Ribeiro Pessoa				x	x	
17	Efet.	Francisco de Paula Araujo e Almeida			x	x	x	
18	Supl.	Honorato José de Barros Paim						x
19	Efet.	Inocêncio Jose de Castro			x			
20	Supl.	Inocêncio José Galvão			x	x	x	x
21	Supl.	Joaquim Carneiro de Campos				x	x	x
22	Efet.	Joaquim Inácio da Silva Pereira			x	x	x	x
23	Efet.	Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x					
24	Efet.	Joaquim José Pinheiro Vasconcelos	x			x		
25	Efet.	João Carneiro da Silva Rego	x	x	x		x	x
26	Supl.	João Duarte da Silva Uzel (Pe.)		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.
27	Supl.	João Francisco de Oliveira e Almeida			x	x	x	
28	Efet.	João Gonçalves Cezimbra			x			
29	Efet.	João Ladislau de Figueiredo e Melo	x	x	x	x		
30	Supl.	João Quirino Gomes (Pe.)				x	x	x
31	Efet.	João Ricardo da Costa Dormund	x	x				
32	Supl.	José de Barros Reis			x	x	x	x
33	Efet.	José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)		x				
34	Supl.	José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes		x				
35	Supl.	José Maria Brayner (Pe.)				x	x Efet.	
36	Efet.	José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)	x	x	x		x	x
37	Supl.	José Rodrigues de Figueredo				x	x	
38	Efet.	Justino Nunes Sento Sé			x			
39	Supl.	Lázaro Manuel Muniz de Medeiros		x				
40	Efet.	Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)	x	x	x	x	x	x
41	Efet.	Luis dos Santos Lima			x			
43	Supl.	Manuel Gonçalves Maia Bitencourt	x	x				
44	Efet.	Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)			x			
45	Efet.	Pedro Ferreira Bandeira	x	x				
46	Supl.	Simão Gomes Ferreira Veloso						x
47	Efet.	Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)	x	x	x	x		

QUADRO 1 - PRESENÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA, NAS SESSÕES. 1828-1834.

Fonte: CASTRO, Renato Berbet de. - *História do Conselho Geral da Província da Bahia*, 1824- 1834. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1984; BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. Conselho Geral de Província. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, Bahia, 1954, Ano 9, Nº 9, p.113-146. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativa. Fundo: Conselho Geral da Província. Série: Atas das Sessões. Livros: 197, 198,199, 200, 201, 203, e 204.

Efet. – efetivo **Supl.** - suplente.

Esses componentes formavam um conjunto heterogêneo, mas com diversos elementos comuns. Eram proprietários de terras, grandes comerciantes, militares, funcionários públicos, clérigos, advogados e médicos que partilharam experiências políticas antes e depois da independência do Brasil. Muitos deles traziam do período colonial seu prestígio econômico e social ao se destacarem como importantes proprietários de terras destinadas à lavoura e à criação de gado, vinculados ao abastecimento interno e à exportação. Essa condição dava a projeção necessária para se fortalecerem junto ao governo colonial e ocuparem vários cargos na administração local. Outros garantiram seu prestígio através de formação especializada; e outros, se destacavam pelos serviços prestados, em especial aqueles ligados à defesa das terras, como os militares, ou como os clérigos, responsáveis pelos serviços religiosos, mas sob a orientação do Estado. Muitas das vezes acumulavam mais de uma das condições acima apontadas.

Os conselheiros provinciais foram identificados através das Atas eleitorais e das Atas do Conselho Geral que permitiram acompanhar as suas presenças às reuniões. Os dados pessoais foram reunidos a partir da documentação relacionada à atuação dos Conselheiros na província e dos trabalhos de genealogia dos “ilustres baianos”. Diante dos limites definidos para essa publicação, daremos ênfase ao processo de formação educacional dos conselheiros, suas atividades profissionais e representação política.

2 | OS CONSELHEIROS: A ELITE POLÍTICA BAIANA

Entre esses 47 conselheiros, 14 tinham curso superior, ou seja, aproximadamente 29,7% dos até aqui identificados. A formação em curso superior foi valorizada como um critério de distinção na sociedade brasileira, do século XIX. Frequentar a universidade era privilégio para poucos. No Brasil, o estabelecimento das universidades se deu de forma tardia se comparada com o resto da América Latina. Diferentemente do governo espanhol, a coroa portuguesa não permitiu o estabelecimento de universidades em sua colônia americana. Enquanto a Espanha autorizou o ensino superior desde o início da colonização, no Brasil isso só aconteceu depois da presença da corte portuguesa em terras americanas, a partir de 1808, quando se instalaram as escolas de medicina, e em 1827, as escolas de Direito. (CARVALHO, 1980)

A Universidade de Coimbra foi a instituição mais frequentada entre os futuros conselheiros e a opção predominante foi pelo curso de Direito. Esse curso, tradicionalmente, foi o escolhido por aqueles que tinham pretensões de ingressar no serviço real. A preferência era pelo Direito canônico, pois habilitava tanto para a burocracia civil como para a eclesiástica (SCHWARTZ, 2011). Para os nossos conselheiros, não foi possível identificar o título acadêmico, se em direito civil (Leis) ou canônico (Cânones) mas, de acordo com a relação dos estudantes brasileiros em

Coimbra, sete deles se matricularam e, tudo indica, formaram-se em Direito no início do século XIX, nessa universidade. (MORAIS, 1940.). Foram eles Antonio da Silva Teles (1801), Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos (1813), João Ricardo da Costa Dormund (1815), Honorato José de Barros Paim (1816), Antonio Calmon Du Pin de Almeida (1817), Antonio Vaz de Carvalho (1819), Francisco José Lisboa (1820).

Na relação mencionada, Antonio Augusto da Silva aparece como matriculado no curso de Filosofia, em 1792, mas quando pleiteou o cargo de Juiz de Fora ou dos Órfãos da cidade da Bahia, anexou aos documentos a certidão que atesta a Leitura de Direito Civil, que fez no Tribunal do Desembargo do Passo, em Lisboa, em 1º de julho de 1796. Esse dado também aparece na genealogia da família, onde consta que tornou-se bacharel em Leis, pela Universidade de Coimbra, em 1795. Para Luis dos Santos Lima, consta que colou grau de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, na Universidade de Coimbra.

A ascensão na carreira jurídica e algumas características profissionais podem ser identificadas a partir da nomeação desses Conselheiros para o quadro de desembargadores da Relação da Bahia. Entre os nove conselheiros que fizeram o curso de Direito, oito deles ocuparam um lugar nesse tribunal. Nessa instituição, atuaram na mesma época seis Conselheiros. Antonio Augusto da Silva, que havia sido nomeado como desembargador, para servir na Relação da Bahia, em 13 de maio de 1821, foi confirmado no lugar, em 1828. Foi também desembargador da Casa de Suplicação da Bahia, em 1826 e Desembargador dos Agravos, em 1829. Em 13 de novembro de 1828, o Conselheiro da Relação, Eusébio de Queiroz Coutinho da Silva, acusou o recebimento das cartas imperiais designando João Ricardo da Costa Dormund, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Antonio Calmon Du Pin e Almeida, que pertenciam a Relação de Pernambuco, para o exercício no Tribunal da Relação da Bahia. Nessa nomeação consta o nome do desembargador Honorato José de Barros Paim, mas ele não aparece na *Relação dos magistrados e mais pessoas empregadas nas Justiças, com assento na folha respectiva, e dos seus respectivos vencimentos*, de 20 de dezembro de 1828, encaminhada ao presidente da província, Visconde de Camamu, por Emiliano Faustino Lino. Possivelmente, ele não tinha tomado assento visto estar ainda no Maranhão, onde atuava como desembargador, em maio de 1827.

A formação em medicina foi a opção de Antonio Policarpo Cabral, Francisco de Paula Araujo e Almeida e Francisco Marcelino Gesteira. Esses três médicos representavam 12,7% do Conselho Geral. Os dois últimos iniciaram seus estudos médicos no Colégio Médico cirúrgico da Bahia, depois da reforma de 1815. Ambos formaram-se como cirurgião em 1820 e também fizeram o curso de medicina. Araujo e Almeida estudou na Universidade de Bolonha e Francisco Marcelino Gesteira, segundo memória publicada pela Escola de Medicina, se diplomou em universidade europeia, mas sem identificação (OLIVEIRA, 1942, TEIXEIRA, 2001). Aparece no *Almanach* de 1845 como doutor em medicina, o que indica a formação em nível superior. Ambos exerceram o prestigiado cargo de secretário do Colégio Médico cirúrgico, Araujo

e Almeida no período de 1825 a 1826, e Gesteira de 1826-29 (JACOBINA, 2013). Antonio Policarpo Cabral formou-se em Coimbra, em 1817.

Eles também exerceram a função de professor. Os dois primeiros começaram no magistério como professores substitutos no Colégio Médico Cirúrgico da Bahia. Por Carta Régia, de 2 de julho de 1824, Araujo de Almeida foi nomeado lente substituto da Cadeira Cirúrgica, com salário de 300 mil réis anual. Em 3 de julho de 1829, assumiu a cadeira de Química, depois de ter passado pela de Matéria Médica e Farmácia. Foi diretor do Colégio médico-cirúrgico da Bahia de 1836 até 1844.

Antonio Policarpo Cabral, durante a guerra de independência, na Bahia, foi nomeado pelo então comandante do Exército, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, o primeiro médico do Exército e inspetor-geral dos hospitais (TAVARES, 2005). Em 22 de abril de 1825 era Delegado da Provedoria Mor da Saúde e em 1827, junto com Francisco Paula de Araujo e Almeida, atuou como médico do Hospital Militar da Bahia. Em 14 de julho de 1829, solicitou ser nomeado como lente substituto para o Colégio Médico-cirurgico da Bahia. É possível que tenha logrado êxito, e essa experiência o credenciou, tempos depois, para professor da Faculdade de Medicina. Submeteu-se ao primeiro concurso da Faculdade, para a cadeira de Química, em 1831. Seu nome aparece no *Almanach da Bahia* como membro dessa instituição, para o ano de 1845, na cadeira de Clínica interna. Do quadro dessa instituição, fez parte, também, o doutor Francisco Marcelino Gesteira, que ocupou a cadeira de professor do 5º ano. O nome dos três médicos consta da relação de professores da Escola Médico-cirurgico e da Faculdade de Medicina da Bahia (TEIXEIRA, 2001).

Outro segmento que pudemos identificar a formação em nível superior foi o eclesiástico. Entre os conselheiros havia nove padres, o equivalente a 19,1% dos membros do CGP. Entre eles, três se formaram em Coimbra. Cursaram bacharelado em Filosofia, Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (1797), José Cardoso Pereira de Melo e José Ribeiro Soares da Rocha, que também fez Matemática (1799) (SILVA, 2000). Vicente Ferreira de Oliveira aparece na lista dos estudantes de Coimbra; entre os períodos de 1805-1820, mas sem identificação do curso. Para Manoel José Gonçalves Pereira, João Quirino Gomes, José Maria Brayner, João Duarte Silva Uzel e Antonio Pacheco da Silva Ceslau, não identificamos a formação.

O curso em nível superior, além de garantir uma profissão específica, habilitava para outras funções compatíveis com a formação. Além dos conselheiros médicos, os padres também desempenharam uma segunda profissão: a de professor. Dentre eles, quatro exerceram a atividade de professor em Salvador. Foram eles: Antonio Pacheco da Silva Ceslau, professor público de Gramática Latina, José Ribeiro Soares Rocha, professor de Retórica, José Cardoso Pereira de Melo professor de Filosofia Racional e Moral e posteriormente de Geometria, e o padre João Quirino Gomes que assumiu as aulas de Filosofia.

De acordo com os dados demonstrados pode-se concluir que 16 conselheiros, ou 40,3% do total possuíam formação superior, capaz de habilitá-los para exercício

de funções especializadas junto ao Estado ou a ele subordinado. Nos cargos vinculados ao setor judiciário, atuou a maioria deles. Para isso, concorreu a formação em Direito. Mas não era de menor importância a formação em medicina em uma província de grandes dimensões territoriais como a Bahia, onde a carência desse profissional foi constantemente assinalada pelas correspondências das Câmaras municipais encaminhadas ao governo provincial. A formação superior dos padres também repercutiu em suas atividades. Além de credenciá-los dentro das instituições religiosas, eram habilitados para o exercício do magistério. No entanto, não pudemos confirmar essa formação para todos os membros desse segmento, o que coloca a possibilidade de aumento de percentual dos membros do CGP com maior qualificação.

O fato de não possuírem ou não conhecermos a formação educacional dos demais conselheiros, não impediu que identificássemos suas atividades profissionais. Além dos advogados, médicos e padres/professores, encontramos a presença de funcionários públicos, comerciantes e militares, conforme demonstramos no quadro 2.

Outros seis conselheiros estiveram vinculados a repartições públicas: Cristovão Pessoa da Silva, Lázaro Manuel Muniz de Medeiros, Felipe Manuel de Castro e Inocêncio José de Castro. Eles trabalharam no Tribunal da Junta da Fazenda, antes mesmo da independência. Representavam 12,7% do total dos conselheiros.

Os Conselheiros identificados como comerciantes também desempenhavam outras atividades. Alguns eram proprietários de terras ou ocupavam cargos no Estado. Corresponderam a 10,6 % dos componentes do CGP. Antonio Vaz de Carvalho talvez seja um dos exemplos mais completos dessa condição. Ele está no livro de registro dos engenhos da província, onde aparece como dono do engenho Conceição de Itapagipe e do Santa Bárbara das Pindas. Foi Juiz de Fora; em Cachoeira e fez parte da Relação da Bahia, como apontado anteriormente. Junto com Francisco José Lisboa, aparece como membro do corpo de comércio da Bahia. A condição de abastados comerciantes valeu a ambos o reconhecimento da Corte quando, em 3 de maio de 1819, por retribuição “a franqueza com que se prestam com seus cabedais para tudo quanto é do Serviço Real”, receberam a mercê da comenda da Ordem de Cristo, em suas vidas.

As patentes militares identificaram sete dos conselheiros. Porém, essa titulação está associada à condição de grandes proprietários de terras, e podemos considerar como mais um indicador da influência ou prestígio que desfrutavam nos termos das vilas e cidade onde possuíam suas propriedades. Não era raro que a condição de militares e proprietários de terras ou grande comerciante fosse ocupada pelos mesmos indivíduos, uma vez que, desde o período colonial, a defesa e manutenção da ordem em terra foram delegadas pela Coroa aos proprietários (URICOECHEA, 1978).

Certamente, essas credenciais estão associadas também ao comando provisório que tiveram das forças armadas, no enfrentamento com os lusitanos, na guerra de independência. Elas estão registradas nas listas eleitorais, nos documentos entre as

autoridades provinciais e nos trabalhos de genealogia. No entanto, não identificamos nenhuma situação que indique que a carreira militar fosse a atividade principal ou formação específica dos conselheiros. Por isso, não vamos considerá-las como indicador de atividade profissional mas não podemos ignorá-las, na medida em que são reveladoras do prestígio e poder de que desfrutavam seus possuidores. Corresponderam a 14,9% da totalidade dos conselheiros.

CONSELHEIRO	Prop.	Comer- ciante	A d v o - gado	Médico	Militar	Prof.	Padre	Func. Publ.	S e m inf.
Antonio Augusto da Silva			x						
Antonio Calmon Du Pin de Almeida			x						
Antonio Pacheco de Almeida Ceslau						x	x		
Antonio Pereira Rebouças			x						
Antonio Policarpo Cabral				x		x			
Antonio da Silva Teles			x						
Antonio Teixeira de Freitas Barbosa		x							
Antonio Vaz de Carvalho	x	x	x						
Bento de Araújo Vilas Boas	x				x				
Cristovão Pessoa da Silva								x	
Felipe Manuel de Castro								x	
Francisco Antonio de Souza Uzel									x
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque					x				
Francisco José Lisboa		x	x						
Francisco Marcelino Gesteira				x		x			
Francisco Ribeiro Pessoa									x
Francisco de Paula Araujo e Almeida				x		x			
Honorato José de Barros Paim			x						
Inocência Jose de Castro								x	
Inocência José Galvão	x								
Joaquim Carneiro de Campos		x						x	
Joaquim Inácio da Silva Pereira								x	
Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x								
Joaquim José Pinheiro Vasconcelos					x				
João Carneiro da Silva Rego									x
João Duarte da Silva Uzel (Pe.)							x		

CONSELHEIRO	Prop.	Comer- ciante	A d v o - gado	Médico	Militar	Prof.	Padre	Func. Publ.	S e m inf.
João Francisco de Oliveira e Almeida									x
João Gonçalves Cezimbra		x							
João Ladislau de Figueiredo e Melo	x								
João Quirino Gomes (Pe.)						x	x		
João Ricardo da Costa Dormund			x						
José de Barros Reis								x	
José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)						x	x		
José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes	x				x				
José Maria Brayner (Pe.)							x		
José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)						x	x		
José Rodrigues de Figueredo									x
Justino Nunes Sento Sé									x
Lázaro Manuel Muniz de Medeiros								x	
Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)							x		
Luis dos Santos Lima			x						
Manuel Gonçalves Maia Bitencourt									x
Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)							x		
Pedro Ferreira Bandeira	x								
Simão Gomes Ferreira Veloso	x				x				
Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)							x		
Total	8	5	9	3	5	7	9	7	7
%	17%	10,6	19,1%	6,3%	10,6%	14,8%	19,15	12,7%	12,7%

Quadro 2 - Distribuição dos Conselheiros de Província por atividade ocupacional

Fontes: *Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812*. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar. *Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845*. Salvador, 1998. Edição fac-similar. *Almanak administrativo, comercial e industrial da província da Bahia para o ano de 1873*. Ano 1, Bahia, Tipografia de Oliveira Mendes & C. 1872. P. 7-22. MORAIS, Francisco de. *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)* Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 62, 1940. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. V. III. SIRIANNI, Victor. *Vultos Ilustres*. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, N.17, Edição comemorativa dos 25 anos da fundação. Salvador, Bahia, 1971. P.111-125 SOBRINHO, J. F. Velho. *Diccionario bio-bibliografico brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. v 1; Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia Livro de Matrícula dos Engenheiros da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais Administrado pela Junta da Fazenda Real, 1807. Livro 632. Seção Colonial/ Provincial. Documento Microfilmado.

Durante o período do nosso estudo, podemos dizer que a elite política baiana era restrita e, por isso, parte de seus membros ocuparam, em períodos alternados ou concomitantemente, vários cargos de representação política. Antes de assumirem o lugar de membros do Conselho Geral de Província, muitos conselheiros já tinham exercício em outros espaços de poder, conforme demonstramos no quadro 3. A Câmara da capital, como principal instituição política da província, teve como vereadores e procuradores, antes e após a independência, vários membros que assumiriam mais tarde mandatos no CGP.

O Conselho de Governo foi também outra esfera de atuação. De acordo com as atas de reunião e correspondência dos presidentes de província, a maioria dos membros do Conselho de Governo, em algum momento, também atuou no Conselho Geral de Província. Na primeira eleição, em 1824, dos seus seis membros, cinco deles, fizeram parte também do CGP, o que corresponde a 83%; em 1828, o percentual caiu para 66%, equivalendo a quatro dos seis membros do CG; em 1832 e 1833, o percentual volta ao patamar dos 83%.

Alguns conselheiros da província assumiram mandatos na esfera política nacional, como deputados gerais. Na sessão preparatória de 1º de maio de 1826, para reabertura da Assembleia Geral, estavam presentes os deputados pela Bahia e futuros Conselheiros: José Cardoso Pereira de Melo, Antonio Silva Teles, Antonio Augusto da Silva e José Ribeiro Soares da Rocha. Um ano depois, juntou-se a esses João Ricardo da Costa Dormund. Em 1832, participaram como Deputados da Assembleia Geral, José Honorato de Barros Paim e Antonio Rebouças.

Além dos cargos eletivos, três dos conselheiros assumiram o maior cargo no executivo provincial. Em 20 de dezembro de 1830, João Ricardo da Costa Dormund foi nomeado para a presidência da província do Ceará. Na Bahia, assumiram a presidência Honorato José de Barros Paim e Joaquim José Pereira de Vasconcelos. O primeiro, também eleito deputado para a legislatura de 1831-34, assumiu a presidência no período de 23 de junho de 1831 a 28 de janeiro de 1832. E Joaquim José Pereira de Vasconcelos, ao longo de seus 96 anos de idade, assumiu a presidência da província três vezes. No período que corresponde a essa pesquisa, governou a Bahia de 4 de junho de 1832 a 10 de dezembro de 1834.

CONSELHEIRO	Câmara Munic. De Salvador	Outras Câmaras	Junta De Gov. 1823	Conselho Interino de Gov.	CG	Assembl. Geral	PP	Vice-Presid.
Antonio Augusto da Silva	x		x		x	x		
Antonio Calmon Du Pin de Almeida								
Antonio Pacheco de Almeida Ceslau								
Antonio Pereira Rebouças					x	x		

Antonio Policarpo Cabral								
Antonio da Silva Teles					x	x		
Antonio Teixeira de Freitas Barbosa								
Antonio Vaz de Carvalho	x				x			
Bento de Araújo Vilas Boas								
Cristovão Pessoa da Silva	x							
Felipe Manuel de Castro								
Francisco Antonio de Souza Uzel	x							
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque	x		x	x	x			
Francisco José Lisboa	x							
Francisco Marcelino Gesteira								
Francisco Ribeiro Pessoa	x							
Francisco de Paula Araujo e Almeida								
Honorato José de Barros Paim	x					x	x	
Inocência Jose de Castro	x							
Inocência José Galvão								
Joaquim Carneiro de Campos	x							
Joaquim Inácio da Silva Pereira								
Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x		x					
Joaquim José Pinheiro Vasconcelos			x				x	
João Carneiro da Silva Rego								
João Duarte da Silva Uzel (Pe.)	x							

	Câmara Munic. De Salvador	Outras Câmaras	Junta De Gov. 1823	Conselho Interino de Gov.	CG	Assembl. Geral	PP	Vice-Presid.
CONSELHEIRO								
João Francisco de Oliveira e Almeida								
João Gonçalves Cezimbra					x			x
João Ladislau de Figueiredo e Melo					x			
João Quirino Gomes								

João Ricardo da Costa Dormund						x	X ? Ceará	
José de Barros Reis	x							
José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)					x	x		
José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes								
José Maria Brayner (Pe.)								
José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)						x		
José Rodrigues de Figueredo	x							
Lázaro Manuel Muniz de Medeiros								
Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)								
Luis dos Santos Lima		x			x			x
Manuel Gonçalves Maia Bitencourt			x	x				
Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)					x			
Pedro Ferreira Bandeira		x			x			
Simão Gomes Ferreira Veloso				x				
Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)					x			

Quadro 3 - Distribuição dos Conselheiros provinciais por instituições políticas

Fontes: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Justiça. IJ¹ – 1077 Ofícios de Presidentes de Província. 1829-1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Justiça *IJ¹ 705 Ofícios dos Presidentes da Bahia ao Ministério da Justiça, 1823-1825; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior *IJJ9- 335- Correspondência do Presidente da Província, v. 20, 1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior – Negócios da Província e do Estado. *IJJ9-549 Correspondência de Presidente da Província. 1823-1824. p.61; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior Negócios de Província e Estado. *IJJ9- 334, v 19, 1829-1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Atas do Conselho de Governo da Província da Bahia. *Anais do Museu da Bahia*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, v. XVI, 1929. p.48-49; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Série Interior- Negócios Políticos, IJJ⁴ - 24, Ministério do Império- Câmara dos Deputados- Ofícios, 1826-1829. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Série Interior *IJJ⁴-7 Negócios Políticos- Ministério do Império, Assembleia, Registro de correspondência a diversos. 1824-1829. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior IJJ⁴-1 registro de Avisos do Ministério do Império e Câmara dos Deputados, 1830-1831; TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005. *As Câmaras Municipais e a Independência*. Conselho Federal de Cultura/ Arquivo Nacional. 1973, v.1, p.149; *Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845*. Municipalidade, p.336. Salvador, 1998, edição fac-similar; RUY, Affonso. *Relação dos que foram eleitos ou nomeados para a administração municipal do século XIX ao XX*. IN: Revista do Instituto Genealógico da Bahia, Ano 5, n° 5, p.57-70, (sem data) .

De acordo com a trajetória política dos conselheiros provinciais podemos observar que suas experiências foram se ampliando, na medida em que o Estado organizou suas instâncias de poder, necessitando da participação daqueles que comungavam com seu projeto político de unidade e centralização política. Ter alcance nacional implicou em criar espaços de representação que permitissem a participação das elites provinciais nas decisões políticas.

3 | CONCLUSÃO

Os membros do Conselho Geral da Província da Bahia estiveram juntos em momentos políticos cruciais para a província. Participaram ativamente da guerra de independência na Bahia e permaneceram na cena política após a expulsão das tropas portuguesas. A Junta de Governo, nomeada pelo Imperador para governar a Bahia, era composta por seis membros, dentre os quais, cinco futuros membros do Conselho Geral de Província. Foram eles: Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim Ignácio Siqueira Bulcão, Antonio Augusto da Silva, e Manoel Gonçalves Maia Bitencourt.

Portanto, quando o projeto de Constituição e mais tarde a própria Constituição outorgada recebeu o apoio da elite baiana, ela vislumbrou, no estabelecimento dos Conselhos Provinciais, a possibilidade de participação política que lhe cabia naquele momento. O CGP, pela composição numérica e relativa independência, reuniu um grupo de homens bem formados intelectual e socialmente privilegiados que se não assumiu integralmente o poder, dele participou, através de suas intervenções junto às autoridades e instituições constituídas na província e no país. No desempenho de suas atividades, os conselheiros tomaram a seu encargo discutir e propor várias medidas sobre assuntos que interessavam a província como um todo. Assumiram a responsabilidade atribuída pela lei de 15 de outubro de 1827, de propor o estabelecimento de escolas e também cuidaram da segurança, ocupando-se das condições das cadeias e, sobretudo, da movimentação dos escravos, assunto este discutido em várias sessões e que resultou na elaboração de lei sancionada pelo governo central.

Através do CGP, seus membros foram, paulatinamente, ampliando sua experiência legislativa e se assenhorando dos “negócios de seus interesses”, em uma esfera de poder nova, que começava a se construir e se fortaleceu quando foi substituído pela Assembleia Provincial, que garantiria às províncias a prerrogativa de decidir o que melhor lhe conviesse.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTRO, Renato Berbert de. *Conselho Geral da Província da Bahia 1824-1834*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1984.p.21-31;

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia* (2008). Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 2013, v. III;

MORAIS, Francisco de. *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)* IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 62, 1940.

OLIVEIRA, Eduardo Sá de. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, 1992.

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de Oliveira. *O Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia 1824-1834*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SOUSA, Avanete Pereira. *Poder Político Local e Vida Cotidiana: A Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba. v. 19, p. 115-137, junho 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005.

TEIXEIRA, Rodolfo. *Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)*. Salvador: Edufba, 2001. (anexos);.

URICOECHEA, Fernando *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Maria Lucia Cavalcante

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Recife – Pernambuco

Maria da Conceição Barros Costa Lima

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Recife – Pernambuco

Laís Cavalcanti de Sá Nogueira

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Recife – Pernambuco

ABSTRACT: This article has an approach about the facilities inside the Socio-educational Assistance Centers - CASEs in the State of Pernambuco. It analyses the unit's facilities and its relation with the structures and arrangements in the physical area, whom can be possible used as a social and personal development for the adolescents who live there and are deprived of freedom.

KEYWORDS: CASEs, Socio-educational, adolescents .

RESUMO: Este artigo faz uma abordagem acerca das estruturas físicas dos Centros de Atendimentos Socioeducativos – CASEs existentes no Estado de Pernambuco, analisando possíveis contribuições que as estruturas e disponibilização dos espaços físicos dessas unidades podem dar como instrumento de mobilidade para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes privados de liberdade.

PALAVRA CHAVE: CASEs, , socioeducandos, adolescentes.

THE UNIT'S FACILITIES INSIDE THE SOCIO-EDUCATIONAL ASSISTANCE CENTERS – CASES IN THE STATE OF PERNAMBUCO AS AN INSTRUMENT OF SUPPORT, WHOM CAN BE POSSIBLE USED AS A SOCIAL AND PERSONAL DEVELOPMENT FOR THE ADOLESCENTS WHO LIVE THERE AND ARE DEPRIVED OF FREEDOM

1 | INTRODUÇÃO

Este texto aborda a importância dos espaços físico dos Centros de Atendimento Socioeducativos - CASEs no processo de ressocialização dos adolescentes e jovens sob regime de privação de liberdade no Estado de Pernambuco. Este estudo fará uma abordagem breve sobre os aspectos físicos das unidades de Atendimento Socioeducativo existente em todo o Estado. São dez unidades de Atendimento Socioeducativo existentes no território pernambucano, sendo nove destinadas ao público masculino e apenas uma ao público feminino. Estão assim distribuídas: CASE Santa Luzia, localizado em Recife, é o único designado a cuidar das adolescentes e jovens privadas de liberdade; CASE Abreu e

Lima, no município de Abreu e Lima; CASE Vista Alegre, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes; CASE Cabo, no município do Cabo de Santo Agostinho; CASE Timbaúba, no município de Timbaúba; CASE Pacas, no município de Vitória de Santo Antão; CASE Caruaru, no município de Caruaru; CASE Arcoverde, no município de Arcoverde; CASE Garanhuns, no município de Garanhuns e CASE Petrolina, no município de Petrolina. Embora não façam parte deste trabalho, vale aqui ressaltar que em Pernambuco existem ainda seis unidades de Centros de Internação Provisória – CENIPs que, semelhantemente aos CASEs, destina apenas uma unidade para o atendimento do público feminino, também localizada na cidade do Recife. As outras unidades do CENIP, todas para atendimento do público masculino, estão localizadas em Recife, Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina.

Este trabalho busca responder a seguinte questão: Qual a contribuição que a estrutura e disponibilização dos espaços físicos das unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco podem dar como instrumento de mobilidade para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes privados de liberdade?

É nesse sentido que essa pesquisa foi desenvolvida, visando como objetivo principal a análise da estrutura desses espaços como elemento de significação e representatividade de um modo específico de convivência capaz de conduzir as regras dos relacionamentos interpessoais dos adolescentes internos.

2 | METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida através de questionários aplicados nas dez unidades dos Centros de Atendimento Socioeducativos de Pernambuco no período que compreende aos meses de outubro a dezembro do ano de 2015. Por motivos de segurança, não serão identificadas segundo o grau de aprovação ou de desaprovação referente aos espaços físicos pesquisados, mas se buscará fazer uma análise, de forma breve, acerca de como as condições desses espaços contribuem no processo de ressocialização dos adolescentes e jovens privados de liberdade.

3 | MUDANÇAS NO ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE E JOVEM EM CONFLITO COM A LEI

Até o final dos anos de 1980 a legislação brasileira ainda não contemplava os princípios básicos de garantias dos direitos da criança e do adolescente firmados nas declarações internacionais. Foi a observância desses princípios básicos que desencadeou diversas mudanças na forma de se lidar com os adolescentes e jovens em conflitos com a lei em todo o Brasil. Seguindo orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 as autoridades brasileiras passaram a implementar medidas protetivas, visando um

atendimento socioeducativo e abandonando as práticas punitivas e repressivas comumente adotadas até então.

A Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012 criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, responsável pela deliberação dos procedimentos e serviços a serem realizados para com adolescentes e jovens em conflitos com a lei, tanto no âmbito da Liberdade Assistida e da Semiliberdade, quanto no da Privação de Liberdade em todo o território nacional.

Em todo o Brasil o órgão responsável por cuidar dos adolescentes e jovens privados de liberdade era a Fundação do Bem Estar do Menor – FEBEM. Essa instituição ficou conhecida pelos atos punitivos e repressores impostos aos menores sob sua guarda. A FEBEM cuidava não apenas dos menores infratores, mas também era encarregada dos menores abandonados. A aprovação do ECA e as muitas discussões sobre o assunto contribuíram para o fim da FEBEM e o surgimento de outras instituições para lhe substituir. Isso foi acontecendo gradativamente em todos os cantos do país.

No Estado de Pernambuco, a Lei Complementar Nº. 03, Artigo Nº. 17, de 22/08/1990 destituiu a FEBEM e criou para seu lugar a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, tendo como objetivo efetivar e universalizar a Doutrina Sócio Jurídica que visa a Proteção Integral a toda criança e adolescente de 0 (Zero) a 18 (Dezoito) anos de idade. Em 2008, outra lei complementar, a L. C. nº 132, de 11 de dezembro de 2008, reestruturou a FUNDARC e a renomeou, passando a ser chamada de Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, ficando a mesma vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSH). Através da Lei Nº 14.264, de 06 de janeiro de 2011, foi criada a Secretaria da Criança e da Juventude – SCJ, à qual ficou vinculada a FUNASE. A nova secretaria ficou responsável por:

[...] planejar e executar, no âmbito estadual, o Programa Socioeducativo destinado aos adolescentes envolvidos e/ou autores de ato infracional, sob Medida de Internação e Semiliberdade, assegurando a assistência e promoção de seus direitos fundamentais, através de ações articuladas com a sociedade civil organizada e instituições públicas e privadas.

Embora os avanços no que diz respeito à legislação em torno do tema em tela seja um fato de grande relevância, pois tem contribuído para melhorar a forma de tratamento dos adolescentes e jovens privados de liberdade em todo o país, ainda há relatos que mostram que na prática ainda há muito que ser modificado, a começar pela própria estrutura física dos espaços que abrigam esses adolescentes e jovens.

4 | A ESTRUTURA FÍSICA NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Entre as diversas causas que contribuíram para a extinção da FEBEM pode

ser citada a questão do espaço físico. Com os avanços no seguimento do legislativo referente ao processo de ressocialização de menores, uma das coisas que vem sendo apontada é a necessidade de melhoramentos nos espaços físicos das unidades de privação de liberdade.

Os princípios de regras mínimas para a Proteção de adolescentes e Jovens em cumprimento de medida socioeducativa privados de liberdade já haviam sido estabelecidos pelas Nações Unidas e foram adotadas pelo ECA, que do artigo 90 ao 124, no capítulo II, que trata das Entidades de Atendimento, traz como premissa o assegurar os requisitos da saúde e da dignidade humana. Já a orientação do SINASE, em seu artigo 15, referindo-se aos Programas de Privação da Liberdade determina que:

[...] são requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação: I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência.

Os estabelecimentos socioeducativos são considerados instituições totais, que podem ser definida como:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1999, p. 11; apud SOUSA, LEITE & WESTI, 2011, p. 6).

Partindo da perspectiva de que o socioeducando, privado de liberdade, passa a habitar nesse espaço de convivência coletiva que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, na apresentação do programa do SINASE (2006), no que se refere ao detalhamento das normas e definições técnicas dos Parâmetros Arquitetônicos utilizados para construção e ampliação das unidades de internação dos adolescentes privados de liberdade orientou que sejam definidos pela Lei nº 8.666/93 e que sua elaboração e posterior execução devem respeitar as seguintes orientações:

- 1) estar precedida de levantamento de dados e informações que comprovem a necessidade de construção, reforma ou ampliação, direcionada ao nível de contenção especificada no projeto pedagógico, em função do público-alvo;
- 2) garantir a separação física e visual dos setores de dormitórios feminino e masculino nas Unidades de atendimento aos adolescentes de ambos os sexos, podendo as atividades pedagógicas ser desenvolvidas em áreas comuns, não significando uso simultâneo, sempre em conformidade com o projeto pedagógico;
- 3) edificar as Unidades de atendimento socioeducativo separadamente daqueles destinados para adultos do sistema prisional, ficando vedada qualquer possibilidade de construção em espaços contíguos ou de qualquer forma integrada a estes equipamentos;
- 4) utilizar, na cobertura, material adequado de acordo com as peculiaridades de cada região, prevendo a conveniente ventilação e proteção, adotando esquemas

técnicos especiais que atendam às condições climáticas regionais.

5) considerar que a dinâmica do atendimento socioeducativo se desenvolve tendo como suporte ações administrativas e técnico-pedagógicas de educação, de saúde integral, de direitos sexuais, de direitos à visitação familiar, de direitos à maternidade, de esporte, de cultura, de lazer, de profissionalização, integrando adolescente, família e comunidade;

6) privilegiar uma maior segurança externa e possibilitar a concepção de espaços internos que permitam o melhor desenvolvimento das atividades socioeducativas, respeitados os critérios preconizado no artigo 123 do ECA;

7) observar o número de até quarenta adolescentes em cada Unidade de atendimento, conforme determinação da Resolução de n.º 46/96 do CONANDA, sendo constituída de espaços residenciais (módulos) com capacidade não superior a quinze. E em caso de existência de mais de uma Unidade no mesmo terreno estas não ultrapassarão a noventa adolescentes na sua totalidade;

8) observar que os quartos existentes nas residências (módulos) sejam de no máximo três adolescentes;

9) observar na criação dos diversos ambientes da Unidade os seguintes detalhamentos: a) na fase inicial de acolhimento podem ser projetados dois módulos de moradia, preferencialmente com quartos individuais, separados com barreira física ou visual; b) nas fases intermediária e conclusiva do atendimento poderão ser projetados quartos individuais ou coletivos (de no máximo três adolescentes) não havendo necessidade de barreira física e visual nos atendimentos; c) na convivência protetora, cujo ambiente é destinado àqueles que precisam ser resguardados da convivência coletiva, poderá ser criada uma barreira física e visual de separação. Em caso de quartos coletivos deverão ser dimensionados considerando o perfil do adolescente, a sua origem (naturalidade), a gravidade do ato infracional. A concepção arquitetônica deve integrar também os demais espaços para o desenvolvimento de atividades coletivas, na perspectiva de criar ambientes que possibilitem a prática de uma vivência com características de moradia sem, no entanto, desconsiderar que é uma Unidade de atendimento de privação de liberdade;

10) prever no projeto arquitetônico um núcleo comum de administração para os casos de construção de mais de uma Unidade de atendimento no mesmo terreno de forma que os setores previstos possibilitem um fluxo ordenado de pessoas e veículos a saber: • acesso e controle (portaria, revista e segurança externa) • administração • salas de coordenação • serviços (cozinha, lavanderia, almoxarifado, garagem, depósito de resíduos, vestiário para funcionários) 70 • auditório • visita familiar • área de saúde • escola • oficinas profissionalizantes • campo de futebol • quadra poliesportiva coberta • anfiteatro • espaço ecumênico

11) construir refeitórios, no caso de mais de uma Unidade no terreno, na área de uso comum de forma integrada; sendo que poderá ser edificado mais de um ambiente para ser utilizado como refeitório, de forma a permitir o atendimento simultâneo dos adolescentes de cada Unidade;

12) prever na setorização da Unidade feminina e/ou mista, espaço para alojamento conjunto de recém-nascidos e bebês até no máximo seis meses de idade, com as mães;

13) prever a existência de áreas verdes e a aplicação da psicodinâmica das cores, visando à humanização do ambiente, bem como estimular a criatividade, perspectiva de futuro e dinamização no aprendizado;

14) considerar o “pé-direito” mínimo de 3,00m, resguardadas as especificidades de cada ambiente, e, no caso da verticalização das edificações limitar ao máximo de dois pavimentos;

15) prever nos casos de construção de Unidades de atendimento socioeducativo regionalizado as mesmas definições expressas para a internação; e

16) prever Unidades de atendimento socioeducativo de internação, obedecida a rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

A organização dos espaços físicos nas unidades de Atendimento Socioeducativo é de fundamental importância. O SINASE é o primeiro documento a falar sobre a Arquitetura Socioeducativa considerando o fato de que suas características têm a capacidade de interferir “na forma e no modo de as pessoas circularem no ambiente, no processo de convivência e na forma de as pessoas interagirem, refletindo, sobretudo, a concepção pedagógica, tendo em vista que a não observância poderá inviabilizar a proposta pedagógica.” (SINASE, 2006, p.58).

5 | ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO

Embora a questão do Atendimento Socioeducativo venha sendo debatida há mais de uma década, a Lei do SINASE é considerada recente. Isso significa dizer que as mudanças indicadas pela referida lei ainda estão em andamento, não tendo havido, portanto, tempo suficiente para realizar as devidas modificações em todas as estruturas físicas do sistema socioeducativo.

No Estado de Pernambuco as unidades de Atendimento Socioeducativo são conhecidas como Centros de Atendimento Socioeducativo – CASEs. Das dez unidades existentes apenas três foram construídas procurando atender as padronizações das exigências legais em vigor. As três mais modernas unidades do Atendimento Socioeducativo em Pernambuco estão localizadas em Jaboatão dos Guararapes, Vitória de Santo Antão e em Timbaúba. A unidade que atende as meninas é uma casa adaptada e as demais são edificações com aspectos de ambiente de privação de liberdade que vem sendo adaptados para atender às orientações do SINASE.

Na maioria dessas unidades a acessibilidade do deficiente físico é deficitária. A edificação de um desses CASEs fora no passado a cadeia pública da cidade e ainda mantém os componentes arquitetônicos desta, tendo sido realizadas poucas alterações para se utilizar o espaço para ressocialização de menores privados de liberdade. Seu projeto arquitetônico contém: 07 celas, 02 cafuas, assim nomeados pelos internos, uma quadra coberta, um refeitório que também serve como sala de aula, uma cozinha, uma antessala, 02 micros salas de aula, uma sala dos pedagogos, uma sala administrativa e um container anexo ao muro do presídio no logradouro público. Também possui precariedade na iluminação, tanto natural como artificial, e de acessibilidade e mobilidade interna. Compreendemos que esta mobilidade refere-se ao circular com segurança dentro da unidade, tanto por parte dos internos, quanto dos profissionais e visitantes. Para resolver os problemas de mobilidades desse CASE já está sendo construído outro Centro de Atendimento Socioeducativo na mesma cidade, para onde os internos deverão ser transferidos.

Em algumas unidades o quantitativo de socioeducandos excede em muito o número máximo estabelecido, que é de até quarenta adolescentes, ultrapassando

o número de cento e cinquenta adolescentes. As alas de muitos desses CASEs são celas adaptadas como quartos, que ficam superlotadas, dificultando o trabalho da equipe administrativa e também da pedagógica. A superlotação deixa os adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade e propicia oportunidades de revoltas. Um ambiente que se apresenta saturado em sua capacidade de comportar o contingente que nele habita não oferece oportunidades de mobilização segura para os que nele circulam.

Essa pesquisa constatou que nos CASEs mais estruturados, as relações são menos conflitantes, com incidente de revoltas com maior intervalo de tempo. A forma como esses espaços estão estruturados também repercute na área pedagógica, tendo em vista que nas unidades superlotadas o atendimento pedagógico a todos os socioeducandos fica mais deficitário. Pode-se aqui enfatizar o fato de que a escola ainda não recebe a atenção devida nas unidades de Atendimento socioeducativo, considerando que funcionam em corredores salas adaptadas, carecedoras de melhorias em sua infraestrutura.

Existe apenas um CASE onde a escola funciona em prédio separado da unidade, o que facilita a caracterização do espaço pedagógico. Mesmo nas unidades mais modernas o espaço escolar fica em segundo plano, uma vez que são construídos, na maioria dos casos, no final do terreno da unidade, dificultando a saída dos professores em momentos de revoltas dos socioeducandos.

É perceptível a necessidade de uma melhoria na arquitetura das unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco para que haja melhor condição de mobilidade dos socioeducandos, para que os mesmos ao serem inseridos no processo de ressocialização possam desfrutar de uma condição que oportunize as práticas de sociabilidades necessárias à preparação para seu retorno ao convívio na sociedade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a estrutura física e os socioeducandos privados de liberdade tem sido abordada muitas vezes apenas como elemento de controle e disciplina onde os componentes arquitetônicos concretizam e satisfazem as relações desumanas inerentes ao equívoco da sua compreensão. Este entendimento equivocado da utilização do espaço acaba por proporcionar aos indivíduos ali inseridos a possibilidade de outros usos, de outras interpretações e percepções, diferentemente da compreensão do projetista. Estas edificações são a materialização da compreensão do espaço social a qual estamos inseridos.

A precária estrutura de alguns CASEs, que deveriam na realidade proporcionar novas descobertas e evidenciar a humanidade dos indivíduos de forma a ressocializá-los para reintegrá-lo ao meio social, tem formado micros sistemas sociais com suas

estratificações (chefes de alas e chefes de celas), com segregação de grupos, onde se faz uso do poder para permitir ou não a mobilidade para utilização de determinados espaços das unidades. Exemplo disso é a questão do acesso à escola que, algumas vezes, é permitido ou não aos demais indivíduos por parte de algumas lideranças, evidenciando o sistema social ao qual o menor estava inserido fora da internação.

É o meio físico que favorece os limites e conseqüente segregação e formação de grupos. Ai é onde reside o equívoco do sistema prisional, onde paredes e grades tentam moldar o indivíduo por meio de castigo e disciplina onde na verdade é nas oportunidades de formação do conhecimento que está a solução para a ressocialização. O espaço deve ser mero coadjuvante neste processo, o que não vem ocorrendo no sistema socioeducativo em Pernambuco.

A preocupação com a mobilidade enquanto movimento para uma reflexão sobre a importância da acessibilidade no contexto da formação do indivíduo privado de liberdade, transita em um paradigma da arquitetura “prisional” com a possibilidade e qualidade de acesso. O conceito da acessibilidade inclusiva e universal implica esforços para que se permita cada vez mais acesso dos internos à oportunidade de socialização entre alas, entre agentes, no espaço escolar e nas relações com seus familiares, não só no que diz respeito aos espaços físicos, como também ao conhecimento e à formação. A acessibilidade, definida como a facilidade de acesso de pessoas a pessoas e de pessoas a bens ou equipamentos, deve ser observado como um dos conceitos centrais na conceituação do projeto arquitetônico desenvolvido para as unidades de Atendimento Socioeducativo.

A dificuldade de se encarar a acessibilidade como um problema de um grupo social com soluções técnicas específicas, é que estas passam quase sempre a construir soluções à posteriori. Entendamos que os indivíduos com mobilidade reduzida são: crianças, deficientes, idosos, ou alguém que transporte temporariamente algo pesado ou volumoso e que os ambientes de privação de liberdade devem permitir aos internos a percepção de igualdade entre os indivíduos garantindo a dignidade humana, a democracia, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável. O desenho atual dos Centros de Atendimento Socioeducativo permite que a segregação se apresente como a melhor opção para proteger os mais vulneráveis. Compreendendo que a segregação gera exclusão, é preciso considerar a possibilidade de não se estar alcançando o objetivo de reinserir esses adolescentes e jovens na sociedade, permitindo que permaneçam em situação excludente.

Partindo-se do princípio de que os espaços físicos interferem de forma direta na vida das pessoas, torna-se indispensável a realização de mudanças nas estruturas do ambiente físico dos CASEs, obedecendo-se às orientações legais específicas referentes à sua construção, para que seja possível humanizar o atendimento e transformar essas unidades em locais capazes de contribuir positivamente para a ressocialização dos menores privados de liberdade. Embora já venham ocorrendo melhorias nos espaços físicos das unidades de Atendimento Socioeducativo de

Pernambuco ainda há muito a ser feito.

REFERÊNCIAS

PLANALTO. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 09/06/2016.

FUNASE. **Histórico FUNASE**. Disponível em: <<http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>>. Acesso em: 26/03/2016.

MÁRIO, J. A. **Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas**. Lei do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em 26/03/2016

OLIVEIRA, E. M. D. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Centro Tecnológico – CTC. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA**. Brasília, 2006.

SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE Secretaria Especial dos Direitos Humanos Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA**. Brasília, 2006.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 24/03/2016.

SOUSA, Elieth Amélia de; LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira; WESTIN, Marly Canassa Vera Lúcia Costa. **A Estrutura Física dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação como uma das Possibilidades de Favorecer o Desenvolvimento Pessoal e Social dos Adolescentes em Conflito com a Lei**. ENAPEGS, 2011. Disponível em: <http://anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p25.pdf>. Acesso em 14/03/2016.

UNICEF. **Fundo da Nações Unidas para a Infância – Situação da Infância Brasileira 2006: o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento**. Relatório. Seção Violência, p. 20-39, 2006. Disponível em: <www.unicef.org/brasi/>. Acesso em: 24/03/2016.

A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938

Fabiana Mathias Roncatto

Universidade Estadual do Centro Oeste

Irati – Paraná

simbologia; marcas de ferro; poder.

**BY IRON AND FIRE: SYMBOLOGY IN
CATTLE MARKING AT PALMAS' FIELDS:
1887-1938**

RESUMO: O presente artigo visa analisar as marcas utilizadas para ferrar o gado nos Campos de Palmas 1887 – 1938, de acordo com estudos realizados nas documentações dos referidos anos. A pesquisa tende a discutir a tradição envolta das marcas de ferrar, seu poder simbólico e também cultural, os valores atribuídos pelo homem do “sertão”, a simbologia de posse, propriedade, a questão de natureza e territorialidade. Parte-se da perspectiva de que as marcas de ferrar o gado refletem contextos sociais específicos, que não se limitam a uma determinada região, mas boa parte do solo brasileiro. Nesse sentido, por meio deste trabalho pretende-se demonstrar a importância das marcas de ferrar o gado num contexto histórico, sua dimensão local, regional e global, o significado dessas marcas nas áreas pastoris estudadas, além de abordar a questão da introdução do gado na região dos Campos de Palmas. Busca-se demonstrar, dessa forma, que a tradição de marcar os animais é muito mais antiga do que parece ser e tem inúmeros significados variando de região para região, assumindo assim um caráter único e histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Criadores de animais;

ABSTRACT: The present article aims to analyze the signals used to mark cattle at Palmas' fields between 1887 to 1938, according to the studies that were accomplished by me over this documentation. The research tends to argue about the tradition over the signals, their symbolic power and also cultural, their values given by countryside men, the possession itself and the meaning of it, the nature and territoriality issue. I go from the perspective that these signals reflect specific social contexts, and they are not limited to certain regions, but a good part of Brazil's territory. In this sense, I aim to demonstrate through this paper the importance of the signals to mark cattle in a historical context, its local, regional, and global dimension, the meaning of these signals over the studied areas, and beyond to explain the issue of the cattle introduction in Palmas' fields. Our goal is to demonstrate in this way that the tradition to mark the animals is more ancient than it seems, and there are a lot of meaning depending on region to region, assuming like this a unique and historical aspect.

KEYWORDS: Animal breeders; signals; iron marks; power.

1 | INTRODUÇÃO

O município de Palmas está localizado em uma região de grande variedade de campos, facilitando assim além da agricultura e cultivo de frutas, a criação de animais de variadas espécies, dentre as quais podemos citar algumas como, muares, cavalares, suínos e o mais forte e comum: o gado vacum.

Nesses campos desde a sua colonização e o seu povoamento a principal mão de obra era a escrava e também aquelas subordinadas aos grandes coronéis que detinham a maior parte das fazendas de criação e cultivo de alimentos. Consequente a isso, inúmeros animais vão ser criados e transportados para feiras e comércios em geral em todo o território nacional.

A partir dessa criação de animais, os grandes fazendeiros viram a necessidade de se criar marcas para queimar o couro de suas reses e assim firmar sua soberania diante dos animais e da população em si, que ao notar o símbolo tatuado na pele sabia identificar a procedência e o criador do mesmo. Esses símbolos muitas vezes eram utilizados na pele dos escravos que pertenciam ao mesmo dono, assim o ser humano empunhava seu domínio não somente no animal, mas no próprio ser que pertencia a sua espécie.

Após um levantamento de fontes e dados para uma disciplina da pós-graduação e também para o projeto de seleção de mestrado, notou-se que sob os cuidados do IFPR- Instituto Federal do Paraná- Campus de Palmas estava o Livro 01 de Registro de Marcas e Sinais de Criadores de Animais 1887- 1938, com isso emergiu um interesse que se tornou maior quando começou uma busca por referências e notando que quase não há trabalhos nessa área, porém tem fonte e referencial que fundamenta a pesquisa, viu se uma oportunidade de valorização dos Campos de Palmas e também um melhor entendimento de uma tradição que se mantém até os dias de hoje.

Para um entendimento rápido o presente artigo se baseará em estudos realizados no Livro número 01 de Registro de Marcas e Sinais de Criadores de animais registrados entre os anos de 1887 a 1938 pela Câmara Municipal da cidade de Palmas– Paraná, LRMSCA (Livro 01 de Registro de Marcas e Sinais de Criadores de Animais 1887- 1938). Além de um referencial bibliográfico renomado no campo da História Regional e Cultural.

2 | PRIMEIROS VESTÍGIOS DA PRÁTICA DE MARCAÇÃO

O ato de ferrar animais é mais antigo do que podemos imaginar, mesmo antes desses animais serem trazidos para a América e até mesmo serem utilizados pelos Europeus. Há indícios e registros que remetem à pratica e criar e também de ferrar os animais ainda no Egito antigo, onde este método era utilizado mais para evitar o roubo das reses, sendo datado esse tipo de marcação a cerca de 4.000 anos.

Podemos observar isso no livro do arqueólogo Pierre Montet, aonde se tem

citações mais antigas sobre as tradições do Antigo Egito, entre elas a marcação do gado:

Uma excelente precaução contra o roubo era marcar as reses. [...] Vacas e bezerras são reunidos num canto do pasto; uma por uma, cada rês é laçada. Com patas amarradas, ela é derrubada como se fosse abatê-la. Os operadores aquecem o ferro num fogareiro e imprimem-no na espádua direita (MONTET, 1989, p. 130).

Além do Antigo Egito, temos fontes que relatam esse tipo de cultura de marcações na Grécia e posteriormente em Roma. Sendo assim incorporadas na Península Ibérica e conseqüentemente mais tarde chegando a Portugal. Após a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, por volta de 1551 mais ou menos sob o governo então de Tomé de Sousa é introduzido o gado em solo brasileiro. Não sabendo ao certo se estes chegaram com as marcas de seus antigos donos, ou se foram marcados aqui mesmo.

3 | INTRODUÇÃO DAS MARCAS NO BRASIL

Portugal já realizava essa tradição, que atravessou o Atlântico e continuou a ser utilizada e disseminada na Colônia que estava sendo povoada em todos os aspectos. Assim podemos dizer que após a chegada do gado, este foi sendo levado e espalhado para quase todos os lugares do Brasil.

Formando latifúndios, esses “poderosos do sertão” conduziam não só as manadas de animais, mas também o destino dos homens. Aproveitando os caminhos abertos pelo gado, impulsionaram os deslocamentos da população pelo interior, adentrando regiões inóspitas e fundando povoados (FERREIRA, 2002, p. 27).

Chegando então, ao Sul do Brasil, mais especificamente nos 3 Estados que compõem a região hoje. Espalhando-se de forma selvagem ou não, sendo assim também observada a cultura e disseminação das marcas de ferrar estes animais e suas simbologias.

Temos os estudos desenvolvidos por Roger Chartier, que defende uma “história cultural” os quais determinam que “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Com isso pode se entender que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferido com a posição de quem os utiliza. [...]. As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e prática (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

No século XVIII estava proibida a criação de muares em todas as capitanias do solo brasileiro, exceto a do Rio Grande do Sul, essa ordem partiu da coroa já que via a necessidade de exploração e ocupação deste território, além de ver a questão platina como uma ameaça. Assim, liberam a criação apenas para esta região tendo como ideia central o pertencimento de vez do Rio Grande do Sul ao território brasileiro.

Com isso, por algum tempo os futuros estados de SC e PR ficaram quase que no “esquecimento”, servindo apenas de rotas de passagens de tropeiros com seus rebanhos que seguiam rumo a Sorocaba ou Rio de Janeiro, ponto de exportação do então período. Ao final do século XVIII e início do XIX, começa a se abrir a questão de criação de gado em SC e PR, com um leve período de proibição, os criadores ficaram em recuo, porém vemos surgir nesse período o auge das criações nesses locais.

O Paraná que até então estava focado na extração do ouro de aluvião, logo percebe que a pecuária ganharia mais destaque, então vemos surgir fazendas e povoamento que desencadearam as ocupações territoriais, primeiramente no litoral e depois rumando mais para o interior, abrindo caminho assim, para que as tropas viessem do RS passando por SC e PR até chegarem ao destino final.

Como o percurso das tropas demorava meses, em 1730 com a criação do caminho de Viamão que ligava o Rio Grande a Sorocaba, as tropas chegam ao então território denominado Campos Gerais, aonde se vê o desenvolvimento de duas grandes cidades Guarapuava e posteriormente Palmas (está que será o foco principal de estudo), onde então as tropas descansavam antes de seguir viagem. Assim Romário Martins (1995, p. 20) relata:

O comércio e a criação de gado tiveram, pois, uma influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior certamente que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá no litoral e Curitiba e São José dos Pinhais no Planalto.

Gutiérrez (1986) afirma que os próprios fazendeiros paranaenses muitas vezes mandavam ou eles mesmos iam buscar animais sulinos entre eles, muares e cavalares para a venda. Incentivando assim a criação de novas fazendas tanto para criação de animais como para aluguéis de pastos as tropas sulinas. As fazendas de criar nesses territórios acabam então por se tornar uma espécie de “empresa”, tendo um papel fundamental na economia paranaense entre os séculos XVIII e XIX.

Mas como nem tudo anda conforme o planejado, as criações de SC e PR juntas não chegavam nem na metade da do RS, assim ambos não conseguiam ter “condições financeiras” que suprissem a demanda de melhorias nas estradas recém-abertas e nas cidades também recém povoadas. Assim, o Paraná em específico acaba por ser uma rota de coleta de impostos, para tentar amenizar os déficits comerciais, visto que a coroa julgou pertinente está implantação já que todas as tropas sulinas passavam pelo território paranaense.

E assim continuamente foram se instalando fazendas e criações, sejam estas

de muares, cavalares e bovinos (os mais criados no PR). Com as estradas abertas e interligadas há várias províncias, começa-se a instalar na região dos Campos Gerais, populações oriundas de São Paulo na tentativa de aprimorar a criação de gado, já que após muito estudo e disputas de terras com os nativos, os fazendeiros de SP conseguem se fixar e começar a criação de suas reses.

4 | OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PALMAS

Após o povoamento de Guarapuava, viu-se a necessidade de expansão das criações de gado para outras regiões e com isso tivemos por volta de 1839 a conquista do território até então chamado pelos indígenas de Butiatuba onde mais tarde passaria a ser Palmas, situado entre os rios Iguaçu e Uruguai e fazendo fronteira com Guarapuava, província de SC e RS e também a República da Argentina.

A conquista e ocupação deste novo território teve como líder José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes ambos cidadãos guarapuavanos, ficando entendido assim que a ocupação foi na verdade uma extensão da sociedade campeira de Curitiba e Castro. (ABREU, 1985).

Assim entende-se que a

...pressa pois, dos grupos liderados por José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortes, para chegar aos Campos de Palmas, é menos fruto de uma rivalidade entre si, do que o desejo de impedir que os paulistas protegidos pelo governo provincial se apoderassem das riquezas que aqueles campos representavam para o futuro. O controle, pois, desses campos deveria ficar entre os que já habitavam Guarapuava e não cair em mãos de paulistas desconhecidos (SAMPAIO, 1981, p. 26).

Estava então ocupado a região dos Campos de Palmas, logo se é instalado criações de gado bovino, equino, muar, ovino e também suíno estabelecendo assim a atividade econômica que prevaleceria na região e deixando a erva-mate como setor secundário do presente local. Lembrando que a sociedade palmense não desenvolve costumes ligados à área agrícola (apenas subsistência) devido as grandes dificuldades encontradas em relação as vias de transporte e comunicação.

Sob domínio de Guarapuava, em 28 de fevereiro de 1855 sob a lei nº 22, sancionada pelo então presidente da Província do Paraná Zacarias Góes e Vasconcelos é criada a freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas, sendo este elevado à categoria de vila apenas em 1877.

No século XIX a maioria da população palmense era oriunda de paranaenses, mas havia uma parcela de população oriunda de São Paulo e das províncias de SC, RS e também Argentina, está que também mantinha troca e venda de animais com o então território de Palmas. Sendo o país que mais tarde entraria com pedido de posse desse território, sendo o caso dessa disputa conhecida como Questão de Palmas,

lembrando também que vamos ter disputas pelo mesmo território com a província vizinha, Santa Catarina. Disputas essas que serão abordadas em outro momento mais oportuno.

Até meados do século XX Palmas é considerada uma sociedade pré-capitalista por manter sua estrutura tradicional, voltada apenas para comércio e criação de animais. Além de ser uma sociedade bastante hierarquizada, sendo senhor-escravo, patrão-agregado e assim sucessivamente, aonde a autoridade política e social caberia sendo na origem da própria terra, acordos firmados entre familiares, laços criados sob dependência do coronelismo dito “paternalista”. Sendo estas terras passadas de geração para geração.

Em 1840 estima-se que estavam estabelecidas umas 37 fazendas com aproximadamente 36.000 cabeças de gado, sendo esses dados imprecisos. Os fazendeiros já instalados por definitivo na região dos Campos de Palmas, dão continuidade as atividades de criação e para Wachowicz (1985, p. 60) em meados dos anos de 1870, Palmas já tinha sinais de alguma organização, sendo a tendência agora o fortalecimento da região, dando a expansão de seu núcleo urbano.

Mas afinal como se organizava uma fazenda? A primeira medida tomada pelo fazendeiro em início de ocupação, era a procura por um “mato” denso próximo a rios e lagos, com uma vasta quantidade de capões para alimentar as suas reses. Em seguida era feito o pedido de sesmaria para que assim pudessem começar as construções de moradias, currais, plantio para subsistência entre outros inúmeros itens referentes a moradia.

À medida que o gado ia aumentando os fazendeiros separavam os mesmos em novos currais para que assim conseguissem alimentar adequadamente os animais, já que em um determinado período do ano o capim a principal fonte de alimento dos animais ficava mais grosso e crescia rapidamente, fazendo assim com a alimentação do gado ficasse praticamente imprópria.

Para que se pudesse cuidar e efetuar todos os serviços necessários das fazendas, os senhores dispunham de mão de obra escravizada não em grande número, mas possuíam, além de trabalhadores “livres”, ou aqueles que mesmo sendo livre dependiam do senhor por algum motivo (dívida, moradia, etc.). Assim temos:

Desde o início, foi marcante a presença de cativos de origem africana nas regiões pastoris, empregados nas mais diversas formas de trabalho. Eram essenciais para a produção de alimentos e manutenção das fazendas. O trabalhador escravizado desempenhou também a função de peão e em algumas regiões durante a ausência do dono, esteve responsável pela fazenda. (MAESTRI: 1994, 76-78).

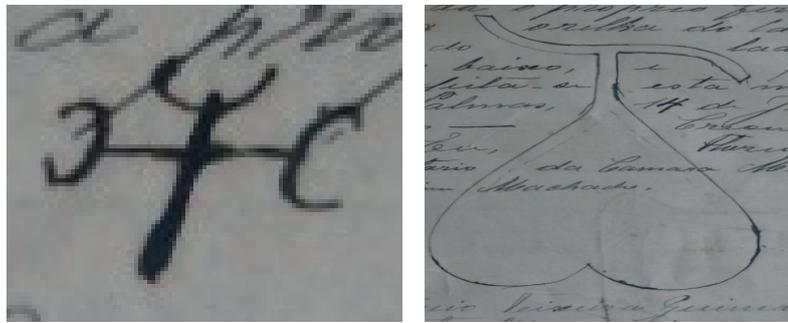


Foto: LRCA

Jacob Gorender diferencia a relação do escravismo na pecuária com a que se fazia nas plantações de café e cana, pois para se cuidar dos animais “bastava de 15 a 20 homens no máximo, variando essa quantidade para o tamanho da propriedade” (GORENDER, 2010, p. 250).

Como neste período não se havia cercas que delimitavam as fazendas, os gados eram criados soltos e muitas vezes se misturam com os de outros fazendeiros, dificultando assim a classificação dos mesmos. Diante disso, era necessário fazer as marcações nas reses para assim conseguir identifica-las das demais. Então era feito a marcação geralmente com ferro quente no dorso do animal, essa marcação geralmente possuía um símbolo que identificava o fazendeiro e assim facilitava a separação das criações.

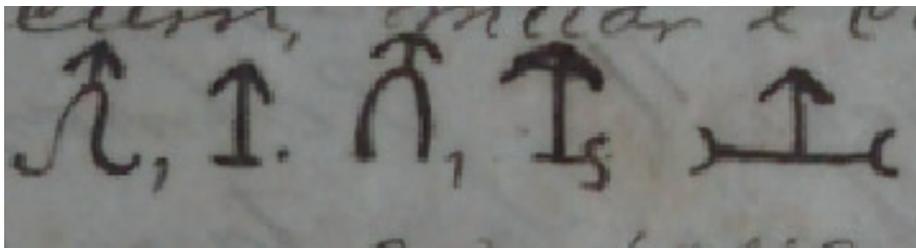


Foto: LRCA

Mesmo assim a pecuária não teria como deixar um registro material de sua presença, sendo que

Não há marcas que assinalem a grandeza dessa conquista. Só a tradição oral e pura tradição oral, mantém a eternidade desses feitos poderosos. Tradição transmitida de pais a filhos por gente que só se fixa na velhice quando não mais pode suportar as agruras e os dissabores os cansaços e as privações das longas jornadas. (SODRÉ, 1941, p. 88).

O ato de ferrar o animal para lhe classificar enquanto pertence de um fazendeiro, era comum não apenas nos Campos de Palmas como em todo o território Nacional, e essas marcações eram cheias de símbolos com todo um significado que após ser confeccionado por um ferreiro eram registradas.

A marcação se inicia com a separação e o confinamento do gado a ser marcado,

em um curral pequeno para facilitar a captura. Um a um, os animais são laçados pelo vaqueiro, que, experiente, joga a corda ao ar, rodopiando em uma trajetória certa, desenhada para enlaçar a rês... (PAES, 2012, p. 27).

Geralmente o fazendeiro se dirigia até a câmara municipal, prefeitura, fórum ou qualquer outro órgão que para o período demonstrasse a validade do símbolo. Após isso, as reses eram conhecidas apenas pelos símbolos e assim tanto compradores como peões e fazendeiros reconheciam suas criações. Esses símbolos geralmente eram desenhados a mão antes de serem moldados pelo artesão e carregavam neles letras, desenhos, números, variando conforme a solicitação do fazendeiro.

De acordo com esta tradição, as marcas surgem a partir de um desenho inicial que serve de base para toda uma família. Nessa base, que pode ser identificável ou não, os descendentes acrescentam ou subtraem traços de acordo com seus critérios pessoais, criando novas marcas originais capazes de diferenciar suas posses. Mas essa não representa a única forma de se criar uma marca. Os filhos podem, simplesmente, usar a mesma marca do pai, acrescentando um segundo ferro com um número que os caracterize ou podem, ainda, criar uma marca totalmente original (PAES, 2012, p. 14).

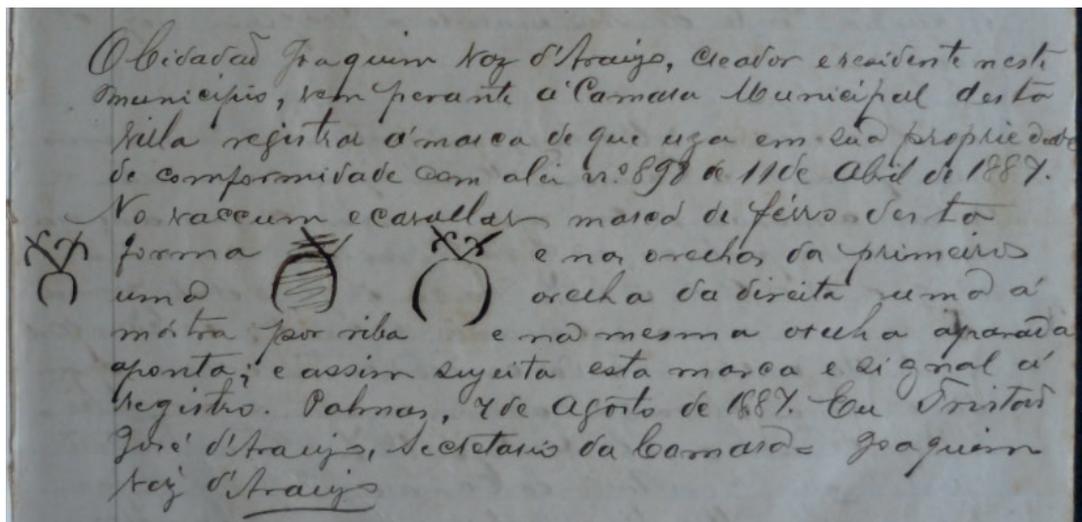


Foto: LRCA

Sobre essa tradição da ferra, é possível apresentar várias possibilidades de reflexões acerca das simbologias carregadas nesses símbolos, os valores que neles são atribuídos pelo homem do sertão, pois essas marcas no couro do animal são capazes de representar uma propriedade como um todo, não apenas a criação, mas uma família por completo.

Tendo isso em mente, podemos perceber a cultura medieval que trazia os brasões e armas representando todo um contexto, aqui temos as marcas de ferra representando todo um contexto cultural, levado de geração para geração sob os moldes medievais. Por fim, pode se buscar a semiótica para se analisar e entender melhor toda essa questão de símbolos, signos e assim por diante presente e muito nas marcas de ferra o gado nos Campos de Palmas.

Com isso pode se classificar que

A semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. (SANTAELLA, 1998, p. 2).

Assim, ao analisar essa tradição introduzida primeiramente no norte do país e posteriormente ao Sul mais especificamente no Estado do Rio Grande e no Estado do Paraná, nos campos de Palmas, notamos que este ato muito antigo foi capaz de organizar e hierarquizar toda uma região. Deixando assim, fontes para estudos posteriores em nível de História Regional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, buscou-se retratar de forma bem sucinta a tradição de marcação dos animais nos Campos de Palmas. Todos os dados e informações apresentados têm como fundamento o Livro de Registro que se encontra sob os cuidados do IFPR. Ressalta-se que este artigo foi pensado e elaborado sob uma pequena parcela da fonte analisada e que posteriormente a mesma será apresentada e organizada aos moldes de uma dissertação para conclusão do Mestrado em História, que já se encontra em andamento.

Assim, deixa-se claro que este trabalho não se dá por concluído. Por ser um tema muito amplo e de inúmeras possibilidades de estudos, reforça-se a necessidade de continuação e levantamento de mais dados para a finalização da dissertação como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alcioly T.G. de. **A Posse e o uso da terra; modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1981 (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil**: As relações econômicas Internacionais no Império. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Fazendas do Paraná provincial. In: **Simpósio nacional dos professores universitários de História**, 8. 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH- USP, 1976. V.2, p. 391- 406.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 6. Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papius, 1996.

BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão (1830 – 1889). In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M.C. **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol. 1. pp. 219- 250.

CANCIAN, Elaine, Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda (séc. 19). In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M.C. (org.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol.1. pp. 251- 289.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. 1 Artes de fazer. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

ESSELIN, Paulo M. A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul- Mato-Grossense. In MAESTRI, Mário & BRAZIL, M.C. (org.). et al. **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol.1. pp. 290- 354.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)**. Dourados: UFGD, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. Ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Antonio celso. **A conquista do Sertão**. São Paulo: Atual, 2002.

FIABANI, Adelmir. Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins. In: MAESTRI, Mário & LIMA, Solimar Oliveira (org.). et al. **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010.Vol. 2, p. 53-88.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. Ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. – 4. Ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GOULART, José Alípio. **O Brasil do Boi e do Couro**. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1966.

GUTIÉRRES, Horácio. **Donos de Terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX**. Revista História, São Paulo, v. 25, n. 1, 100-122, 2006.

LIMA, Solimar de Oliveira. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. do C. (org.). et al. **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol. 2. Pp. 355-381.

LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e evolução da população de Palmas – 1840-1899**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: **Simpósio dos professores universitários de Histórias**, 2. 1962, Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963].

MACHADO, José Lucio da Silva. **O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio: os Campos de Palmas – Paraná 1859- 1888**. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 1994.

MAESTRI, Mário. Práticas corambreiras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, Maria do Carmo. (Org.); **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol. 1.

MAESTRI, Mário & LIMA, Solimar Oliveira Lima. (Org.) et al. **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 2.

MAESTRI, Mário & SANTOS, Júlio R. Quevedo dos & ESSELIN, Paulo. **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 3.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

MENDES, Adilson Miranda. **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense: Palmas – 1859 – 1903**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1989.

MONTET, Pierre. **O Egito no Tempo de Ramsés**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOTT, Luiz. A pecuária no sertão do Piauí (1697- 1818). In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. do C. (org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudo sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 1. pp. 7-14.

PAES, Daniella. L.N. **Sob os signos das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. Ed. 3 reimpr: São Paulo, Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, José Nogueira. Fundação da Polícia Militar de São Paulo; **subsídios históricos**. 2.ed. São Paulo, s. ed., 1981.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: 1500/1820**. São Paulo: Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1941.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do carro de bois no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1958.

SUASSUNA, Ariano. **Ferros do Cariri**: uma heráldica sertaneja. Recife: Editora Guariba, 1974.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Litero- Técnica, 1985.

FONTES PRIMÁRIAS

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS DE PALMAS Livro de Registros e Marcas de Gado, 1887 – 1938.

A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG); pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG).

Caldas Novas – Goiás

Rayza Correa Alves Gonçalves

Graduada em Geografia (Universidade Estadual de Goiás); graduanda em Biblioteconomia (Claretiano).

Caldas Novas – Goiás

RESUMO: Neste trabalho, problematizamos a atuação da indústria sucroalcooleira no estado de Goiás, particularmente em dois municípios da região Sul goiana: Quirinópolis e Santa Helena de Goiás, os quais têm em sua economia uma forte presença das usinas canavieiras e do cultivo deste vegetal. A partir da contribuição do geógrafo Manoel Calaça (2010), o qual diz que a expansão do capitalismo no campo goiano ameaça o bioma do Cerrado, pois força uma “reinvenção da natureza”, isto é, o uso da biotecnologia pelo agronegócio nessas regiões de fronteira de avanço do capital, substitui a biodiversidade do Cerrado pela agrobiodiversidade, impactando fortemente e transformando as localidades em seus aspectos naturais, sociais e culturais.

Além disso, problematizamos a relação que as usinas mantêm com os trabalhadores. Neste caso, observa-se significativas contradições sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cerrado; indústria sucroalcooleira; impactos ambientais e sociais.

THE REINVENTION OF NATURE: THE IMPACTS OF THE SUGAR AND ALCOHOL INDUSTRY IN GOIÁS

ABSTRACT: In this work, we discuss the performance of the sugar and alcohol industry in the state of Goiás, particularly in two municipalities of the southern region of Goiás: Quirinópolis and Santa Helena de Goiás, which have a strong presence in the economy of sugarcane plants and the cultivation of this plant. Based on the contribution of the geographer Manoel Calaça (2010), which says that the expansion of capitalism in the Goian countryside threatens the Cerrado biome, for it forces a "reinvention of the nature", that is, the use of biotechnology by agribusiness in these regions. frontier of capital advance, replaces the biodiversity of the Cerrado by agrobiodiversity, impacting strongly and transforming localities in their natural, social and cultural aspects. In addition, we problematize the relationship that the mills maintain with the workers. In this case, there are significant social contradictions.

KEYWORDS: Cerrado; sugar and alcohol

industry; environmental and social impacts.

No estado de Goiás, estado localizado no Centro-Oeste brasileiro, particularmente na região Sul goiana, observa-se uma expressiva presença da agroindústria canavieira. A cidade de Quirinópolis recebeu duas unidades produtivas: a Usina São Francisco (USF) que começou a operar em 2007, é um empreendimento conjunto (*joint venture*) do grupo paulista sucroalcooleiro Usina São João (USJ), com sede em Araras (SP), e da multinacional Cargill, com sede no estado de Minnesota (EUA), que deram origem à SJC Bioenergia. A outra unidade é a Usina Boa Vista (UBV) que passou a operar em 2008, pertencente ao Grupo São Martinho (GSM), sediado na cidade paulista de Pradópolis, que leva o nome de uma das principais oligarquias paulistas, a família Prado, fundadora do GSM. A partir de 2010, a UBV foi integrada na empresa Nova Fronteira, criada a partir da união do GSM com a estatal Petrobras Biocombustível. A USF demonstra a ligação de interesses de grupos nacionais e internacionais; e a UBV a associação dos interesses das empresas sucroalcooleiras com o Estado. Ademais disso, observam-se fortes contradições. Segundo matéria veiculada em jornal: “A Usina São João Açúcar e Álcool, por exemplo, recebeu R\$ 456,6 milhões do BNDES para ampliar duas usinas no interior de Goiás. Uma delas, a Agropecuária Campo Alto, em Quirinópolis, teve no ano passado 24 autos de infração, com 421 [trabalhadores] encontrados em situação degradante, com más condições de alojamento e falta de equipamentos de proteção individual, segundo o Ministério do Trabalho” (SCOLESE, 2009). Portanto, a grande expansão do capital sucroalcooleiro veio acompanhada de paradoxos não menos significativos.

Em Santa Helena de Goiás, atua a Usina Santa Helena (USH – segmento sucroalcooleiro). A USH, presente em Santa Helena desde 1966, é controlada pelo Grupo Naoum, de Anápolis (GO), e a multinacional Monsanto, sediada no estado do Missouri (EUA), demonstrando, mais uma vez, a ligação de interesses locais com grupos internacionais. A monocultura canavieira causou forte impacto às demais atividades realizadas no município, principalmente à cotonicultura que encerrou suas atividades e trouxe demissões em massa. Neste ano, terras da USH foram ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento social afirma que a USH deve mais de 1 bilhão de reais à União e aos trabalhadores e reivindica “a desapropriação da área de cerca de 20 mil hectares e o assentamento imediato das famílias” (BRASIL DE FATO, 31/07/2016). A disputa entre a USH e o MST demonstra a existência de fortes contradições no processo de expansão do setor sucroalcooleiro no Estado de Goiás. Exemplo disso é que, em 2012, a USH decretou falência e os trabalhadores denunciaram, em 2013, que a usina não estava fazendo o acerto trabalhista (G1, 13/03/2013).

É interessante observar o que afirmam sobre a expansão sucroalcooleira as

camadas sociais beneficiadas. A Revista Rural, ligada a entidades patronais, diz que “a chegada do setor sucroalcooleiro promoveu uma transformação no panorama econômico, o que já se reflete nas cidades do sudoeste goiano, e trouxe *consequências positivas*, como o aumento da população, geração de emprego e movimentação da economia local em quase todos os municípios” e que “Desde da implantação das usinas, todos os segmentos se expandiram, o volume de dinheiro circulando se tornou maior, o que fortaleceu o comércio em geral, principalmente setores de lojas de roupas, de calçados e até de oficinas mecânicas” gerando novos empregos e um “*futuro garantido*” (REVISTA RURAL, 2016 – grifos nossos). Marconi Perillo, Governador de Goiás entre 1999-2006 e 2011-2018, por sua vez afirmou que “Somos hoje o segundo maior produtor de cana-de-açúcar e de bioenergia, e temos a nona frota de veículos do Brasil, o que nos torna o primeiro consumidor de etanol por veículo” (PORTAL GOIÁS, 2013). Já o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol e Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg-Sifaçúcar), André Rocha, ressalta o crescimento do ramo em Goiás: “Em 1999, quando o governador Marconi assumiu o seu primeiro governo, tínhamos 11 usinas. Hoje, estamos chegando a 39 usinas, mesmo com a crise que o setor enfrenta, em decorrência da política equivocada do Governo Federal” (PORTAL GOIÁS, 2013). Já Gilmar Alves, prefeito de Quirinópolis na época da implantação das usinas, disse: “Houve reflexos de crescimento, de geração de novos empregos, o que para o comércio foi altamente positivo. Nos restaurantes, por exemplo, o movimento cresceu 50%, o que levou os empresários a ampliarem seus negócios” (REVISTA RURAL, 2016), demonstrando uma visão positiva sobre o processo.

Segundo Tadeu Pereira Alencar Arrais (1999, p. 55), “o discurso não é neutro, ao contrário, é ideológico e coercitivo, representa e comunica unilateralmente as ideias dominantes, por isso é intencional e persuasivo nas suas diferentes escalas (disciplinar e homogeneizador e até mesmo ordinário)”. Dessa forma, não apenas o discurso do poder executivo municipal, expressado pelo prefeito da época, mas também os sobreditos, trazem uma intenção que representa interesses sociais. Nesse sentido, ao lado da “modernidade” das plantas industriais sucroalcooleiras convive-se com o atraso social e as mazelas da pobreza e da miséria.

A expansão desta modalidade de produção destaca o grande impacto na cultura regional, onde anteriormente se baseava principalmente na cultura de grãos e pecuária (gado e aves), a inserção da frente sucroalcooleira além do diferencial de produção as técnicas modernas e lucrativas, exige um considerável número de mão de obra, sendo que os municípios – como afirma a própria Revista Rural – que recebem o investimento destas empresas “não tem estrutura de saúde e educação” (REVISTA RURAL, 2016).

Economicamente, desde então, há um relevante “aquecimento” econômico. Segundo MOREIRA (2010), entre os anos de 1990 e 2000, a produção de cana processada cresceu 592,5% no estado de Goiás e a produção de etanol hidratado de 348,72%, sendo que no Brasil o crescimento para a mesma época foi de

respectivamente de 155,8% e 77,64%. Assim se observa uma grande expansão deste setor em Goiás.

Todavia esse processo revela uma série de contradições referentes ao desenvolvimento social e a modernização da produção, principalmente nas relações entre trabalho e capital. Marcelo Rodrigues Mendonça sublinha o papel do Estado como mediador: “Nessa relação assume papel essencial o Estado, que aparece como mediador, normatizador da relação capital x trabalho, firmando e validando a hegemonia do capital, que ao se materializar o faz enquanto espaço geográfico, evidenciando de forma hegemônica os interesses do capital” (MENDONÇA, 2012). Dessa hegemonia do capital, resulta que o progresso econômico não se faz acompanhar do mesmo desenvolvimento social e trabalhista, não se refletindo na qualidade de vida e nos direitos sociais do trabalhador. Isso ocasiona a defasagem nos direitos sociais e a precarização trabalhista, mantendo assim uma alienação do trabalho.

O trabalhador é sem dúvida a principal “ferramenta” para que a indústria sucroalcooleira obtenha lucro e é sobre seus direitos que incidirão os ataques do capital, neste sentido, segundo Mendonça (2012): “A necessidade de alterar ‘as regras do jogo’ com o intuito de elevar os lucros pelo capital, ocasionou medidas que buscavam ampliar o controle social sobre os trabalhadores e, assim reduzir custos com a mão-de-obra, inclusive, responsabilizando-os pela condição de se tornarem desempregados, caso não se adequassem às novas exigências colocadas pelo capital”. É interessante observar que o grande crescimento do setor sucroalcooleiro veio em um momento de crise internacional do capital dos anos 2000. Esse período de crise foi marcado pela resposta do capital à sua própria crise:

Como resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e principalmente a reelaboração do sistema ideológico e político, acarretando um processo de reestruturação da produção e do trabalho. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas, o surgimento de novas categorias de trabalhadores, acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e conseqüentemente na ação política dos trabalhadores. (MENDONÇA et al., 2002)

O resultado disso é que se assiste a demissões em massa, reduções salariais, além da pressão exercida pelas empresas sobre os trabalhadores para flexibilização das leis trabalhistas. Além disso, conforme Ricardo Antunes: "A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental de exército industrial de reserva, do número de desempregados" (MENDONÇA et al., 2002, citando ANTUNES, 2001). Esse processo se refere à nova etapa do capital, denominada de “Globalização”, que se deu sobretudo após o fim do campo socialista em 1991, Milton Santos afirma: “Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito

considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza” (SANTOS, 2003, p. 72). Portanto, o “crescimento econômico” vem aliado ao aumento de mazelas e desigualdades sociais, ou conforme David Harvey:

A saga do capitalismo é cheia de paradoxos [...] Do lado negativo, temos não só as crises econômicas periódicas e muitas vezes localizadas que têm pontuado a evolução do capitalismo, incluindo as guerras mundiais intercapitalistas e interimperialistas, os problemas da degradação ambiental, a perda da biodiversidade, a espiral da pobreza entre as populações em crescimento, o neocolonialismo, as graves crises na saúde pública, a abundância de alienações e exclusões sociais e as angústias da insegurança, violência e desejos não realizados. (HARVEY, 2011, p. 102)

Dessa perspectiva, é necessário problematizar as “vantagens” citadas anteriormente a respeito do setor sucroalcooleiro. Questionamos: o discurso das “vantagens” não encobre, na verdade, a piora nas relações entre capital e trabalho, fazendo com que os trabalhadores sejam iludidos? Em que medida o setor sucroalcooleiro contribui ou não para o desenvolvimento social dos municípios em questão? As empresas sucroalcooleiras não estariam inviabilizando a possibilidade de outras formas de produção que seriam mais sintonizadas com o desenvolvimento social? Em relação aos direitos sociais e trabalhistas afirmamos a hipótese de que o advento e o crescimento desse setor vieram no bojo de um contexto de ataques às conquistas históricas dos trabalhadores. Outra hipótese: no que se refere à territorialização, a lógica de ataques aos direitos espraia-se e o “território produzido” (ARRAIS, 2013) reproduz a lógica destrutiva do capital.

Nossa pesquisa busca formas de problematizar e desconstruir o senso comum que foi construído em torno do setor sucroalcooleiro: como uma iniciativa empresarial que traz apenas benefícios. Poucas vezes ouvimos falar da superexploração dos trabalhadores, dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas e como uma forma profundamente desigual de produção. Muitas vezes, os trabalhadores não percebem a manipulação e a alienação que acabam sendo submetidos. Nosso trabalho visa trazer uma visão alternativa e coerente com a realidade.

A questão do setor sucroalcooleiro é pesquisada por inúmeros autores de diferentes perspectivas, demonstrando a importância de nosso objeto e temática. Diante disso, cremos que é essencial trazer autores críticos que problematizem a questão que colocamos. Um dos aspectos se refere à questão de inserção das empresas na região do Sudoeste Goiano. Segundo Claudio Gonçalves Egler (2002, p. 186-187), “A lógica da integração/diferenciação territorial é inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Em sua evolução modificam-se os pesos relativos de cada uma das partes dessa equação, que são condicionadas pelo padrão de concorrência e pelos mecanismos à disposição do Estado para atuar na

sua regulação”. Egler enfatiza o “desenvolvimento desigual e combinado” observado na espacialidade territorial, o que permite-nos problematizar a relação que o setor sucroalcooleiro e sua modernidade industrial e de maquinário relaciona-se de forma combinada com o atraso social local, mas também, uma vez que essas empresas são de capital multinacional, combinam-se também a estrutura social de um estado (Goiás) e de um país (o Brasil) menos desenvolvidos, com outros mais desenvolvidos (São Paulo e Estados Unidos). Segundo Ernest Mandel o desenvolvimento desigual no qual países e regiões se desenvolvem em ritmos desiguais, é uma característica histórica do capitalismo desde seus primórdios, todavia, na etapa atual do capitalismo (monopolista), a maior parte dos países passou por um processo de combinação de “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, no qual convivem na economia setores modernos com setores tradicionais, impedindo uma maior industrialização dessas nações (MANDEL, 2001, p. 98-99). Pode-se dizer que esse desenvolvimento desigual e combinado reproduz formas daquilo que Arrais (2008) chama de “hierarquias espaciais”.

Essa questão da lógica espacial do capital pode ser problematizada ainda a partir de uma outra perspectiva, conforme colocada por Harvey (2011, p. 157), que faz o seguinte questionamento: “as nossas cidades são projetadas para as pessoas ou para os lucros?” Assim, problematiza-se o fato de que a classe dos capitalistas persegue, na região em foco, interesses comuns, utilizando-se de formas associadas e estratégicas de maneira a criar a ilusão de que o desenvolvimento e o progresso de sua classe social também é da população como um todo, discurso este que muitas vezes visa apagar as mazelas, os paradoxos e as contradições sociais causadas pelas suas atividades.

Outra questão fundamental a ser analisada é da exploração da classe trabalhadora. De acordo com Ricardo Antunes: “A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental de exército industrial de reserva, do número de desempregados.” (MENDONÇA et al., 2002, citando ANTUNES, 2001).

É próprio da natureza histórica do capitalismo formar um contingente de trabalhadores desempregados, que tem a função de “concorrer” com os trabalhadores empregados, possibilitando aos capitalistas rebaixar salários (contratando trabalhadores que recebem salários relativamente menores) e pressionar com ameaça de demissão os trabalhadores empregados de forma que estes não reivindicem melhores salários e condições de trabalho (MARX, 1973, Vol. I, p. 533-535). No Brasil, historicamente, essa questão se agrava pela existência da superexploração do trabalho. Segundo Francisco de Oliveira, o salário mínimo foi sempre “*salário de subsistência*” (OLIVEIRA, 2003, p. 37), permitindo ao trabalhador tão somente a reprodução de sua fora de trabalho e isso só foi possível com o êxodo de contingentes populacionais enormes que afluíram para as cidades e logo foram

transformados em *exército de reserva*. Em países desenvolvidos, esse processo se refere ao período de formação do capitalismo (período de “acumulação primitiva”), mas no Brasil esse passa a ser um fator estrutural que sobrevive no tempo e no espaço: “[...] a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 2003, p. 43). Assim, a expansão territorial sucroalcooleira pode ser também a expansão da superexploração.

Manoel Calaça aborda importantes aspectos da expansão capitalista no Cerrado, como a preponderância das multinacionais em Goiás, “que detêm o domínio das tecnologias das sementes e insumos a elas associadas” (CALAÇA, 2010, p. 18). O autor afirma ainda que o “Cerrado constitui-se em uma das áreas mais importantes de expansão do cultivo de cana-de-açúcar, para produção de açúcar e álcool, graças às pesquisas realizadas por empresas privadas, pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, universidades e por outras instituições públicas do gênero” e que o processo se faz acompanhar da “reinvenção da natureza” que “gera fortes impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, alterando a dinâmica socioterritorial do lugar que recebe novos atores sociais, promove intensa mobilidade do capital e do trabalho em razão das demandas criadas, gerando diferenciações espaciais e a coexistência de diferentes temporalidades” (CALAÇA, 2010, p. 21, 28). Segundo o autor:

A introdução de sementes geneticamente modificadas e de outros avanços da engenharia genética constitui-se em uma nova revolução no campo da produção agropecuária e da preservação da biodiversidade. Isso parece contraditório, no entanto, depende do uso que se dá a esses conhecimentos. A questão referente a aplicação da biotecnologia, na agricultura e na pecuária, não está no conteúdo científico produzido, mas no uso político desse conhecimento monopolizado por empresas multinacionais, que controlam a comercialização e o uso das variedades produzidas e os insumos necessários ao seu cultivo. (CALAÇA, 2010, p. 22)

Assim, as multinacionais usam a tecnologia genética de forma política, visando controlar na forma do monopólio o processo de produção de alimentos. Em outro fragmento, o autor problematiza os impactos na natureza:

A biotecnologia proporcionou, ao agronegócio, alterações no padrão técnico de produção à custa de maior dependência das tecnologias empregadas e dos insumos necessários ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris. A agricultura moderna reduz a maturidade dos ecossistemas e a diversidade de espécies animais e vegetais, e simplifica os “complexos e entrelaçados ciclos de sustentação da vida que, em razão disso, entram em curto circuito. O exemplo mais extremo de tal efeito é a conversão dos ecossistemas tropicais em plantações ou fazendas de monocultura”. [...] A partir de 2005 verifica-se a expansão do cultivo de cana-de-açúcar em áreas de pastagens e grãos com fortes impactos na biodiversidade do Cerrado. (CALAÇA, 2010, p. 24-25, citando DREW, 1986, p. 147).

Desta maneira, o Cerrado é fortemente impactado pela biotecnologia empregada no plantio de cana, reduzindo a biodiversidade e ameaçando a sobrevivência do bioma como um todo.

Em outro artigo, Calaça salienta o papel do Estado na expansão: “As políticas públicas redundaram na expansão da fronteira agrícola em direção ao Brasil Central e viabilizaram a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista, a partir de um conjunto de técnicas, denominadas modernização agrícola” (CALAÇA, 2011, p. 81) e, como vimos, há inclusive uma associação dos interesses sucroalcooleiros com os do Estado, uma vez que, por exemplo, a empresa Nova Fronteira é resultado da associação da GSM com a estatal Petrobras Biocombustível.

Para João Humberto Camelini (2011, p. XIX), o setor sucroalcooleiro de Quirinópolis colocou a localidade à exposição “a todas as intempéries do mercado” de modo que há um “aumento significativo da vulnerabilidade” às crises e oscilações da economia. O artigo de Adriana Aparecida Silva e Fausto Miziara (2011, p. 401-402, 404) traz os diferentes momentos da expansão do cultivo da cana-de-açúcar em Goiás, sendo marcante o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), fomentado pelo Governo Federal, durante a Ditadura Militar, que impulsionou a produção alternativa de álcool combustível (se enquadrando neste contexto a usina Santa Helena de Goiás) e o novo impulso para expansão agrícola no Sudoeste do Estado, nos anos 2000 (o caso de Quirinópolis). Ricardo Castillo reafirma o papel associado do Estado para a expansão das usinas, uma vez que isso só é possível com “políticas públicas de transporte e logística” (CASTILLO, 2007, p. 33). Manoel Rodrigues Chaves (2009) afirma que o paradigma de sustentabilidade é, na verdade, quebrado com a produção de açúcar e de álcool.

Assim, concluímos que a agroindústria sucroalcooleira, ao representar uma junção de interesses políticos e econômicos, são produto da confluência de políticas estatais e dos interesses de grupos econômicos e corporações multinacionais. Esses atores tem privilegiado os interesses econômicos e políticos em detrimento da necessidade de preservação do Cerrado, o qual é fortemente ameaçado pela expansão dos canaviais. O senso comum da realidade construiu a falsa imagem de que as usinas canavieiras trazem o progresso, e isso pode ser parcialmente verdadeiro no que diz respeito ao reforço da economia local em curto e médio prazo, mas a longo prazo, essas indústrias ameaçam o futuro da região, ao colocar o Cerrado em vias de destruição. Ademais disso, como demonstramos, a indústria do açúcar do álcool é sedimentada em fortes contradições entre capital e trabalho. Desta maneira, essa agroindústria pode induzir um robusto crescimento econômico, no entanto reproduz muitas das mazelas sociais e ambientais da expansão do capitalismo no campo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4

ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARRAIS, T.P.A. **Discursos e imagens no urbano**, *Boletim Goiano de Geografia*, 19 (2), p. 51-73, jan./dez. 1999.

____. **A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas**, *Cadernos Metrópole*, 20, p. 81-91, 2º sem. 2008.

____. **A produção do território goiano – economia, urbanização e metropolização**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

BRASIL DE FATO. **Famílias sem-terra reocupam terras da Usina Santa Helena, em Goiás** [31/07/2016]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/31/familias-sem-terra-reocupam-terras-da-usina-santa-helena-em-goias/>. Acesso em: 05/10/2016.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado, *Ateliê Geográfico* (Edição Especial), Goiânia, V. 4, N. 1, FEV./2010, p.18-35.

____; INOCÊNCIO, M.E. **ESTADO: o articulador do processo de modernização territorial no Cerrado**, *Espaço em Revista*, vol. 13, nº 2 jul./dez. 2011, p. 81-106.

CAMELINI, J.H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial do Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis**. Campinas: Unicamp, 2011.

CASTILLO, R. **Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada**, *Revista da ANPEGE*, v. 3, 2007, p. 33-43.

CASTRO, I.E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CHAVES, M.R.; TRINDADE, S.P. **Sustentabilidade do setor sucroalcooleiro em Goiás: relação da produção agrícola e impactos ambientais**. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga>. Acesso em: 20/11/2016.

EGLER, C.G. **Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil**. In: CASTRO, I.E., et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

G1. **Usina de etanol começa a demitir funcionários, em Santa Helena, Goiás** [vídeo, 13/03/2013]. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/videos/t/bom-dia-go/v/usina-de-etanol-comeca-a-demitir-funcionarios-em-santa-helena-goias/2465309/>. Acesso em: 21/10/2016.

PORTAL GOIÁS. **Governador destaca a força do setor alcooleiro em Goiás** [02/10/2013]. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/noticias/51015-governador-destaca-a-forca-do-setor-alcooleiro-em-goias.html>. Acesso em: 10/10/2016.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANDEL, E. Desenvolvimento desigual (Verbetes). In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 98-99.

SMITH, G. **A geografia política e os movimentos sociais**. In: GREGOY, D.; MARTIN, R. **Geografia humana: Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra

Professora doutora do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS. Graduada em Pedagogia pela UCDB, mestre em Educação pela mesma Universidade e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Múltiplas Linguagens – GEPEMULT/CNPq.
E-mail: rosana.gomes.cintra@gmail.com

Douglas Proença de Santana

Mestre em Educação pelo PPGEdU/UFMS. Graduado em História pela UFMS/CPCX. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Múltiplas Linguagens – GEPEMULT/CNPq.
E-mail: douglasproenca@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho trata da importância do Museu Arqueológico e Histórico de Coxim – MS como linguagem pedagógica para a prática docente do professor de História no trato com a temática Local. O ensino de História Local não é tarefa simples para o cotidiano do professor, uma vez que a escassez de fontes, falta de conhecimento produzido e mesmo a rotina em sala de aula acabam por dificultar o trabalho de mostrar ao aluno que o Local onde este se insere não está de modo algum separado do contexto nacional, pelo contrário: é necessário que o indivíduo entenda a realidade à sua volta

para compreender o cenário em um mundo globalizado. Portanto, o ensino de História Local torna-se indispensável para a compreensão da sociedade. Como possibilidade, apresentamos o Museu Arqueológico e Histórico de Coxim - MS como linguagem pedagógica para a prática docente do professor de História, uma vez que esta instituição é formada por peças doadas pela comunidade e que contribuem para que a compreensão da História aconteça através deste objetos em exposição. O prédio que abriga o acervo do Museu se encontra em local particularmente privilegiado, na praça do Pé-de-cedro, famosa árvore plantada pelo poeta Zacarias Mourão que compôs a canção Pé-de-cedro em parceria com o músico Goiá, canção esta que ficou famosa na década de 1960 quando gravada por cantores sertanejos famosos como Sergio Reis, Almir Sater, entre outros e que levaria Coxim a ser conhecida nacionalmente como a “terra do Pé-de-cedro”. Deste modo, vemos a importância do Museu para a prática pedagógica do professor de História.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, História Local, Prática Docente.

INTRODUÇÃO

O ensino da História Local não é tarefa fácil para os professores em nenhuma

hipótese, visto que o material pedagógico disponível em primeira mão, o livro didático, geralmente não contempla as especificidades necessárias para o entendimento singular de todos os lugares. Sobre este aspecto não seria correto esperar que tal realidade acontecesse, uma vez que a intenção desta ferramenta hoje é ser um dos auxílios pedagógicos, mas não o único. Deste modo, o professor inevitavelmente terá de se tornar pesquisador para que entenda como se desenvolve a História de cada localidade em que deseja trabalhar na intenção de ensinar ao aluno, mas certamente esbarrará na dificuldade oferecida pela pesquisa: escassez de fontes, trabalho além do expediente, falta de incentivo e muitas vezes a o desanimador diagnóstico de que os alunos não tem interesse em aprender sobre sua própria História, além da realidade de sobrecarga de trabalho que a carreira de professor demanda e condições de trabalho adversas apresentadas nas escolas brasileiras.

Na perspectiva de superar essas adversidades apresentadas para que o professor trabalhe com a História Local e desenvolva as reflexões pertinentes a esta abordagem específica da disciplina é indispensável que haja o conhecimento de linguagens que favoreçam e otimizem as aulas, uma vez compreendido que o livro didático sozinho não contribuirá eficazmente para uma prática docente satisfatória. O professor poderá lançar mão de várias linguagens pedagógicas que o auxiliem em seu trabalho. Nosso objetivo é entender como o professor de História no município de Coxim – MS aborda a temática do estudo Local junto aos seus alunos, visto que a cidade criada em 11 de abril de 1898 é uma das mais antigas do estado, sem contar os mais de 150 anos de História antes da data de emancipação. A região é testemunha da expansão do território nacional que se inicia no litoral Atlântico e se expandiu para o oeste rumo a selva em busca de escravos indígenas, matéria-prima, metais preciosos, entre outros interesses. O destaque é para o ouro descoberto da cidade de Cuiabá, o ponto mais central da América do Sul com histórias que inspiraram aventureiros a partirem de São Paulo em meados do século XVIII em uma viagem de seis meses pelos rios que serviam de autoestradas na busca de riquezas. Locais de abastecimento se tornariam indispensáveis no apoio ao navegantes, onde o encontro entre dos rios Coxim e Taquari seria um destes pontos estratégicos. Devido a sua importância as margens de um rio navegável, o Local foi cenário da Guerra do Paraguai (1864-1870), tendo o povoado destruído e despertando a atenção para as autoridades brasileiras para o conflito.

Mas a História da cidade não se dá apenas por fatos tão distantes no tempo, mas acontecesse a partir deles. Em meados do século XX, pessoas vindas do nordeste, do sul e sudeste contribuíram de forma significativa para que a região se tornasse o que é hoje, sem esquecer a influência da fronteira paraguaia nos hábitos locais, principalmente com o tradicional tereré. As atividades turísticas do rio Taquari que faz com que Coxim ganhe o status de Portal do Pantanal ajudaram a desenvolver a região, bem como a rodovia BR 163 e o 47 Batalhão de Infantaria. A vida do homem pantaneiro acostumado a retirar o gado dos campos alagáveis na época das chuvas

se unem para formar a cidade como a conhecemos. Todas estes fatos juntos se somam para escrever a História Local do povo de coxinense que de modo algum está excluído do processo histórico da formação da mentalidade nacional, mas é participante com ela. Cabe insistir: o professor será estimulado a se tornar pesquisador da temática Local se desejar despertar no aluno o sentimento de sujeito participante da História e construtor dela e, em sua prática pedagógica, o professor deverá utilizar várias linguagens para alcanças este objetivo.

Sendo assim, veremos as possibilidades que o professor de História poderá recorrer para que o ensino sobre o Local possa ser trabalhado com os alunos. O destaque será para o Museu Arqueológico e Histórico de Coxim – MS como recurso didático para a reflexão sobre a formação do município e sua importância para a identidade do cidadão coxinense. É o que veremos a seguir.

O MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS: POSSIBILIDADES COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

Os museus tem sua origem, assim como a História, na Grécia Antiga quando os imperadores chefes de Estado acumulavam objetos preciosos, artísticos, culturais e pitorescos como despojos de batalhas no local denominado Templos das Musas chamado Museion – de onde vem a palavra museu -, filhas de Zeus com Mnemosine, deusa da memória, de modo que estes tempos eram também espaços de contemplação e literatura. Os romanos se tornaram grandes colecionadores¹ no mundo antigo devido a sua expansão territorial como império que se estendeu deste o Oriente médio até o extremo oeste europeu, passando pelo norte da África, com exposições públicas e privadas expostas em locais de grande movimentação, como as casas de banho e fóruns. Ao longo do tempo o interesse por relíquias que tivessem algum significado sempre esteve presente na mentalidade do homem. Um dos pontos de destaque para o ocidente está relacionado aos objetos com ligação direta ao cristianismo, dando ao colecionismo “ares sagrados” (CARVALHO, 2011, p. 132). Raridades como espinhos da cruz de Cristo, lascas da madeira da cruz, objetos com gotas de seu sangue, os pregos da crucificação fizeram parte do imaginário do homem medieval.

¹ O hábito de guardar objetos não pode ser associado somente a grandes personagens ou impérios da antiguidade. É comum que as pessoas guardem algumas “coisas” em casa, mesmo que não tenham uma serventia prática, sendo possível perceber a dificuldade que a maioria das pessoas tem em jogar no lixo aquela “apostila” toda rasurada do ensino médio ou da graduação. Isso não se dá por interesse em ter material para recorrer em momentos de pesquisas futuras, uma vez que quase nunca estes são apropriados, mas por ter significado especial para quem os guardou. O mesmo ocorre com a dificuldade em se desfazer de alguns sapatos que estão em desuso ou “fora de moda”, mas que significaram tanto no momento da aquisição ou na “ocasião especial” – formatura, casamento, primeiro encontro, presente de “fulano” - em que foram usados. Os objetos são a representação do abstrato, o elo com o sentimento vivido e por isso a dificuldade em simplesmente se desfazer deles. Para POLIMAN (1985, p. 51-86; in: CARVALHO, 2010, p. 129), ao guardar um objeto o indivíduo busca a evocação de algo perdido, e o objeto visível cria um elo entre o invisível, mas que é presente na memória como uma experiência marcante, e por isso as pessoas guardam com bastante cuidado um souvenir adquirido em uma viagem, ou as fotografias, que sempre que retiradas do baú onde estão guardadas evocam o determinado momento, produzindo emoções muito particulares.

Ao olharmos para este tempo histórico tão distante frequentemente corremos o risco de não entendermos como esse interesse pôde ser possível ou se realmente era verdadeiro. Para exemplificar e reforçar essa afirmação menciono a popularidade de bilheteria dos filmes da série “Indiana Jones”, personagem de Hollywood criado por George Lucas, dirigido por Steven Spielberg e vivido por Harrison Ford, onde o professor Jones procura o cálice com o sangue de Cristo colhido na cruz, conhecido como Santo Graal em um dos filmes da série, e a Arca da Aliança em outro episódio da saga, sendo este um objeto da relíquia judaica que represente a presença de Jeová entre o povo hebreu. Acrescento ainda a relíquia mais famosa de todas: o “Santo Sudário”, manto que teria sido usado para a preparação do corpo de Cristo para a sepultura, hoje sob a guarda da Igreja Católica.

Contudo, os museus como conhecemos hoje tiveram seu início a partir do século XVII com coleções particulares na Itália, berço do renascimento cultural para toda a Europa, variando desde pinturas que remetiam ao período clássico greco-romano até objetos vindos do Novo Mundo. Observa-se uma participação bastante acentuada da Universidade de Oxford nesse mesmo período, além do Museu Britânico criado em 1759 por obra do parlamento inglês, na aquisição da coleção de Hans Sloane (1660 - 1753). Mas foi na França em 1793 que o primeiro museu público foi criado com a finalidade recreativa e cultural: o Museu do Louvre, com coleções acessíveis a todos. No século XIX surgem muitos dos museus mais importantes em todo o mundo, como o Museu Mauritshuis, na Holanda, o Museu do Prado, na Espanha, e o Museu Metropolitano de Arte, em Nova York. O museu mais antigo do Brasil data também deste momento histórico, sendo o Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em Pernambuco. Contudo, é no Século XX que surgem os museus mais importantes no que diz respeito à qualidade do acervo, como é o caso do Museu de Arte de São Paulo – Masp, fundado em 1947.

Em 1946 foi criado o Conselho Internacional de Museus – ICOM, uma organização internacional não governamental que representa os museus e seus profissionais em todo o mundo, e que se relaciona com a UNESCO, mantendo um estatuto consultivo no Conselho Econômico e Social. Trata-se de um fórum diplomático que reúne representantes de 137 países e territórios, além de elencar um padrão de excelência para os museus, reunindo mais de 30 mil profissionais de museus em todo o mundo, sendo também um centro de intercâmbio e atuando no combate ao tráfico ilícito de material cultural.

No Brasil foi criado em 1937 o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela Lei 378 no governo Getúlio Vargas. Em 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, pela lei 11.906 no Governo Lula, o Iphan passa a integrar a nova pasta vinculada ao Ministério da Cultura – MinC nos direitos, deveres e obrigações relacionadas aos museus federais. O IBRAM é hoje o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM). Entre seus preceitos está o de:

[...] promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país. (IBRAM, 2009).

O que percebemos é o ideal que trata os museus como um centro de valorização da diversidade cultural tão presente em nosso país, tendo o objetivo de inclusão social dos cidadãos anônimos construtores de história. A preservação e ampliação destes instrumentos de identidade histórico-cultural é uma importante ferramenta para que os sujeitos sintam-se participantes da construção nacional. O presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Ângelo Osvaldo de Araújo Santos, no site do IBRAM afirmou o seguinte:

No universo da cultura, o museu assume funções das mais diversas e envolventes. Uma vontade de memória seduz as pessoas e as conduz à procura de registros antigos e novos, levando-as ao campo dos museus, no qual as portas se abrem sempre mais. A museologia é hoje compartilhada como uma prática a serviço da vida. O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma. (SANTOS, IBRAM, 2009).

Esta citação nos esclarece que os museus não são simplesmente espaços para o armazenamento de quinquilharias que tiveram serventia no passado, mas que hoje estão obsoletas. O que é dito acima mostra que estamos tratando de um lugar onde o indivíduo é levado a reflexão sobre si e sua identidade no corpo da sociedade diante da sua necessidade de memória, mesmo que inconscientemente. Quando vamos a um museu podemos por vezes olhar objetos comuns fora de seu contexto cotidiano e percebemos então a enorme quantidade de detalhes que não são observados geralmente. Da mesma forma acontece quando paramos para pensar nas questões ligadas ao afeto para o desenvolvimento da criança. Esta possui uma curiosidade natural pelo mundo na qual está inserida e se a didática se utilizar dessa propriedade para o desenvolvimento de sua metodologia produziremos o que chamamos de “didática das maravilhas”. Esta se define como sendo o princípio da curiosidade o elemento que desperta o interesse do ser humano para que sejam descobertas novas possibilidades e essa regra de ouro pode ser aplicada desde as crianças a grandes nomes da física. (GOBB; RINAZZA, 2014, p.140).

Deste modo podemos inserir os museus como linguagem pedagógica capaz de atuar no despertar o interesse do aluno para o aprendizado da disciplina história, considerando que os museus trazem em sua exposição fotografias, pinturas, objetos

que não mais fazem parte do cotidiano, produzindo nos visitantes sentimento de curiosidade através de visitas monitoradas para mostra do acervo. Existem ainda outros motivos para que o professor utilize os museus como estímulo aos alunos, como afirma CARVALHO (2010):

Para os estudantes, visitar um museu tem muitos significados. É uma oportunidade de “sair da escola”, de deixar de lado os movimentos repetitivos e previsíveis da sala de aula. É também momento de “adquirir conhecimentos”, conhecer um espaço diferente, coisas “antigas”, um lugar bonito, novas pessoas. (CARVALHO, 2010, p. 126).

O que vemos nesta citação é o relato da realidade que o professor em sala de aula conhece muito bem: os alunos são adeptos as atividades fora da escola, uma vez que o cotidiano escolar normalmente é apresentado como previsível e rotineiro, elevando a possibilidade de monotonia e sensação de tédio para o aluno. O contato com o ambiente, a contemplação dos objetos em exposição oferecem um despertar da curiosidade de modo que a aula naquele dia será lembrada por muito tempo. Esta realidade das visitas a museus tornam o espaço da exposição um local de grande possibilidade para o desenvolvimento educacional e não somente um local de passeio para “enrolar” o dia de aula.

Além de ser uma atividade gratificante o uso de museus como linguagem pedagógica oferece estímulo a participação dos alunos no conhecimento do tema apresentado na exposição, seja ela permanente ou temporária, sendo comum os alunos conversarem com seus familiares sobre, amigos ou mesmo vizinhos sobre a atividade desenvolvida naquele dia, detalhando os pormenores do que foi visto e despertando curiosidade no ouvinte que sequer esteve presente durante a visita. Essa possibilidade de despertar do interesse na vida do aluno faz com que os museus não sejam vistos somente como depósitos ou lugar onde objetos sem serventia sejam ajuntados de forma aleatória, mas o “templo”² capaz de fomentar debates sobre a memória e a representação social dos anônimos, o que contribui imensuravelmente para o ensino da história local. Se durante muito tempo a história priorizou a valorização de “grandes” nomes e personagens centrais para o desenvolvimento do curso da história, os museus apresentam-se linguagem pedagógicas capazes de trazer para o cotidiano do aluno a possibilidade de repensar o assunto, agora, com viés dos anônimos, dos esquecidos, dos excluídos.

De fato, é importante esclarecer que os museus podem atender a diferentes interesses que variam desde os mais comuns como os de ciências humanas, até os mais específicos como os de paleontologia, ciências naturais, física, passando por museus de arqueologia, arte e cultura entre outros. De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus:

2 Aqui faço uma referência com o surgimento da palavra museu relacionado a palavra grega *museion*, templo das musas, como mencionado anteriormente.

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Lei n 11.904/2009, IBRAM).

Diante desta definição do que é museu e seu propósito, o Museu Arqueológico e Histórico de Coxim – MAHC cumpre um papel de destaque na preservação da história na cidade de Coxim – MS, que contempla em seu acervo raridades que o torna único em retratar a história das pessoas de Coxim, sendo instituição mantida pelo poder público e sem fins lucrativos, que conserva a história da população da cidade através da exposição do acervo que ajuda a mostrar a identidade dos cidadãos, é objeto com viés turístico capaz de comunicar ao outro suas especificidades, com forte apelo educativo que contribui para que o professor, principalmente de história, proporcione reflexões a partir do contado com o que é mostrado ali. O espaço dos museus, desta forma, podem contribuir expressivamente para que crianças desenvolvam suas habilidades temporais, reflexivas e, no caso do museu em Coxim, a relação com o história local pode ainda ser ampliada

Em todos os casos em que as visitas ao museu acontecem sempre é observado o amadurecimento do indivíduo na retenção do conhecimento proposto, seja dos adultos visitantes, jovens com os pais ou grupos de amigos. Mas sem dúvida o aprendizado acontece de forma aprofundada quando as escolas entendem que o museu é linguagem importante para a educação. No caso do Museu Arqueológico e Histórico de Coxim quando tratamos do ensino da história local essa realidade é potencializada. Primeiro porque o interesse coletivo e a expectativa anterior a visita aguça os sentidos para que a viagem seja agradável, depois pelo fato de que a visitação pode ser comentada durante os dias seguintes com a turma e amigos de fora da turma, além de familiares, processo que ajuda em muito na retenção do conhecimento adquirido. Aproximar escola e comunidade local na construção do conhecimento da história não apenas é uma excelente fonte de informação, mas também da construção da identidade e do orgulho de uma comunidade, se manifestando em expressões como por exemplo: “orgulho de ser Nordestino”, “Gaúcho”, “Paulista”, “Pantaneiro”, “Índio” e... “Coxinense”³. Todos membros de uma mesma sociedade. Para isso é necessário que o professor conheça o museu na intensão de utilizá-lo como recurso de linguagem pedagógica. É o que faremos a seguir.

3 A presença da cultura nordestina, gaúcha, paulista e indígena é presente na formação do coxinense, mas poderíamos ainda acrescentar a influência da fronteira paraguaia devido à proximidade geográfica com a nação vizinha, sendo esta observável facilmente com o hábito de tomar tereré – bebida à base de erva mate como o chimarrão gaúcho, mas que tomado com água gelada - para aliviar o forte calor que faz na região pantaneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar uma história que começa oficialmente em 11 de abril de 1898 não seria um desafio aceito por muitos, ainda mais se considerarmos que antes destes mais de 100 anos oficiais essa história teria pelos menos outros 150 anos de preparação. Se dependesse de pessoas com memórias perfeitas essa tarefa jamais seria concluída pelo simples fato de que estas já não poderiam ser interrogadas por não estarem mais no mundo dos vivos. Deste modo percebemos que o esforço se torna ainda mais desafiador, com o agravante de que os herdeiros desta história não estão preocupados com quase nada que trata do assunto. Não porque não gostam da herança, mas porque que desconhecem o conteúdo do testamento que trata do brio e da vitalidade que seus antepassados. Não são testamentos que trazem ouro, prata, pedras preciosas, terras, fama ou glória, mas sim a verdadeira noção de seu lugar no mundo, sua identidade entre os homens e seu lugar único e exclusivo na sociedade marcada pela produção em massa das coisas e das pessoas.

Obviamente um passeio no museu, seja com fins recreativos ou escolares, pode despertar emoções que variam de acordo com o interesse pessoal de cada visitante. Mas no caso específico do MAHC o que observamos é que, como já dito, este é um local que trata da história do cidadão coxinense como nenhum outro lugar. Único em seu acervo, talvez este seja o seu maior desafio: despertar o interesse por aquilo que é particular em um mundo onde as raízes estão cada vez mais superficiais. No mercado capitalista o que aparentemente tem importância é sempre a possibilidade do lucro, das vantagens e dinâmica de estar à frente de seu tempo. Diante disso os museus, principalmente os que tratam de história local, são ferramentas indispensáveis para uma reflexão sobre a possibilidade da humanidade estar se distanciando cada vez mais do seu papel enquanto membros produtores históricos.

A escola é o local mais apropriado para que o exercício da cidadania aconteça, uma vez que esta é o reflexo da sociedade. Deste modo é também onde se pode fomentar os debates a respeito do papel do homem inserido nesta. O museu aparece então como uma ferramenta potencializada para que a discussão sobre o papel do homem no mundo aconteça e é inegável que o MAHC se destaca nesse contexto, já que em nenhum outro local a identidade do cidadão coxinense pode ser observada e estudada de tão perto. Mas ao tratarmos desta linguagem pedagógica para o professor de história é importante que se tenha o conhecimento teórico necessário para compreender como o processo educacional acontece para o desenvolvimento da aprendizagem pelos alunos.

Caso o museu enquanto espaço educacional seja somente considerado como a oportunidade de realização de “uma aula diferente” o professor poderá ter deixado escapar a oportunidade de conduzir o aprendizado de forma mais profunda. Logo, é importante que, ao propormos o MAHC como uma das várias linguagens na prática pedagógica dos professores, seja também apresentado ao profissional referencial

teórico que potencialize tal atividade, tanto para professores, como para alunos. De outra maneira, o caminho para que o professor compreenda a importância desta ferramenta educacional poderia se apresentar confuso e opaco.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Diana da Silva. **A importância da planificação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de História e Geografia.** Universidade do Porto – Portugal. 2013.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História Local: redescobrimos sentidos.** Saeculum – Revista de História: João Pessoa, 2006.

BASSO, Itacy Salgado; SAVIANI, Demerval. **As condições subjetivas e objetivas do trabalho docente: um estudo a partir do ensino de história.** UNICAMP, 1994.

BITTENCOUR, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** Editora Contexto, 11 ed. São Paulo – SP, 2009

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Org.) **Ensino de História.** Editora Cengage Learning, São Paulo – SP, 2011.

COSTA, Angela Maria Soares da; BUENO, José Geraldo Silveira. **Prática pedagógica e tempo escolar: o uso do livro didático no ensino de história.** PUC – SP. 1997.

DIAS, Sueli de Fátima. **A prática pedagógica do professor de história: um estudo de suas percepções nos colégios estaduais de Apucarana - PR (1990).** Londrina – PR. 2008.

GOBB, Marcia Aparecida; RINAZZA, Mônica Appezzato. (Orgs) **Infância e suas Linguagens.** São Paulo: Cortêz, 2014.

KNAUSS, Paulo. **A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX.** UFF – RJ. Varia História. 2011.

MARTINS, Luciana Conrado Marandino. **A relação museu/escola: teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP.** USP – 2006.

MISAN, Simona. **Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. USP - SP. 2008.

MOLAR, Jonathan Oliveira. **O Conjunto fotográfico no ensino de História: algumas possibilidades de abordagem com a imigração polonesa.** Londrina – PR. 2009.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Mauad. 2 ed. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

NAKOU, Irene. **Museus e Educação Histórica numa realidade contemporânea em transição.** Educar em Revista. University of Thessaly – Grécia. 2006.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. **O ensino da história local: um grande desafio para os educadores.** IV Seminário Perspectivas do Ensino de História: Ouro Preto, 2001.

NORONHA, Isabelle de Luna Alencar. **Livro didático e ensino de história local no ensino fundamental.** Associação Nacional de História - ANPUH XXIV. Simpósio Nacional de História, 2007.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história.** Revista Brasileira de História. UFRPE – PE. 2010.

PEREIRA, Júnia Sales. **Sentidos dos tempos na relação museu/escola.** Cadernos CEDES. UFMG – MG. 2010.

PEREIRA, Júnia Sales. **Aprendizagem histórica como prática social: lições poéticas e éticas em "A danação" do objeto: o museu no ensino de história.** Educação em Revista. UFMS – MG. 2010

SILVA, Marcos (Org.). **História: que ensino é este?.** Campinas, SP. Papirus, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. Disponível em:

<<http://www.museus.gov.br/os-museus/>>. Acesso em 10 de julho de 2014

<<http://www.museus.gov.br/>>. Acesso em 29 de maio de 2015

<<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>>. Acesso em 29 de maio de 2015

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

